V5 - N.07 - JULHO 2023

REVISTATERRITORIOS.COM.BR

REVISTA TERRITÓRIOS

ARTIGOS

INSTITUTO EDUCAR
Evolução Funcional

ISSN 2596-3309
ISSN 2596-3295
DOI 10.53782

Revista Territórios [recurso eletrônico] / [Editora chefe] Adriana Alves Farias
vol.5, n.7 (jul. 2023) - São Paulo: Educar Rede, 2023.

374p: il. color.

Mensal
Modo de acesso: <http://www.revistaterritorios.com.br/>
ISSN 2596-3309 (Digital) – ISSN 2596-3295 (Impressa). – DOI 10.53782

1.Educação. 2. Tecnologia educacional. 3. Inovações educacionais. 4. Inteligências múltiplas. 5. Gardner, Howard, 1943 -. 6. Racismo na educação. 7. Negros –educação-Brasil. 8. Geografia {ensino fundamental} – estudo e ensino. 9. Arte de contar história. 10. Genética médica. 11. Brincadeiras. 12. Piaget, Jean, 1896 -1980. 13. Língua portuguesa – variação. 14. Linguística. 15. Jogos educativos. 16. Matemática {ensino fundamental} – estudo e ensino. 17. Alfabetização. 18. Computador na educação. 19. Didática. 20. Multiculturalismo – Brasil. 21. Pluralismo cultural. 22. Relações culturais. 23. Crianças autistas – educação. 24. Crianças – desenvolvimento. 25. Cultura afro-brasileira – estudo e ensino. 26.Ensino religioso. 27. Depressão em adolescentes. 28. Saúde mental. 29. Covid- 19, Pandemia, 2020. 30. Incapacidade intelectual. 31. Pessoas com deficiência – educação. 32. Inclusão escolar. 33. Primeiros socorros. 34. Acidentes escolares – prevenção. 35. Psicologia do desenho. 36. Autonomia em crianças. 37. Arte na educação. 38. Esportes escolares. 39. Educação física- estudo e ensino. 40. Realidade aumentada. 41. Realidade virtual na educação. 42. Fotografia na educação. 43. Educação inclusiva. 44. Educação especial – Brasil. 45. Crianças – cuidados e tratamento. 46. Educação – Brasil – história. 47. Crianças – política governamental – Brasil – história. 48. Igualdade – Brasil. 49. Feminismo – Brasil. 50 Mulheres na política – Brasil. 51. Evasão escolar. 52. Gestão de qualidade total na educação. 53. Incentivo à leitura – Brasil. 54. Crianças – livros e leitura. 55. Dança na educação. 56. Educação integral. 57. Avaliação educacional.

CDD 370

Catalogação: Maria Inês Meinberg Perecin – Bibliotecária – CRB – 8/5598

EDITORIAL

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Uma educação antirracista é aquela que tem como objetivo principal promover o respeito, valorização e celebração da diversidade étnico-racial em todas as suas dimensões. Ela busca combater as desigualdades e os preconceitos que historicamente têm afetado grupos raciais minoritários, como negros e indígenas, por exemplo.

Uma educação antirracista deve, portanto, incluir em sua pauta a análise crítica do racismo, seja ele estrutural, institucional ou individual. É importante que sejam discutidas e problematizadas as suas manifestações mais sutis, como as microagressões raciais, bem como as mais explícitas, como o racismo violento e o genocídio dos povos indígenas.

A educação antirracista deve também valorizar e incluir no currículo escolar a história, a cultura, as lutas e as conquistas dos diferentes grupos raciais. É preciso quebrar a narrativa dominante que muitas vezes silencia ou minimiza a importância das contribuições de negros e indígenas na formação da sociedade brasileira e mundial.

Os professores são peças fundamentais nessa transformação, e devem ser capacitados para abordar as questões raciais em suas aulas, incluindo em sua formação a sensibilidade para perceber as formas de racismo e discriminação veladas que permeiam o cotidiano escolar.

A educação antirracista não é uma tarefa fácil e requer o esforço conjunto de toda a sociedade. É preciso que as escolas, as famílias, os governos e as instituições se unam na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que valorize e celebre a diversidade étnico-racial em todas as suas nuances.

Profa. Dra. Adriana Alves Farias

Editora-chefe
Revista TERRITÓRIOS

Conselho Editorial
Profª Adriana de Souza
Profª Alessandra Gonçalves
Prof. Ms. Alexandre Bernardo da Silva
Profª. Andrea Ramos Moreira
Profª Drª Daniela Oliveira Albertin de Amorin
Profª. Debora Banhos
Profª. Erika de Holanda Limeira
Profª Juliana Mota Fardini Gutierrez
Profª. Juliana Petrasso
Profª. Marina Oliveira Reis
Profª. Priscilla de Toledo Almeida
Prof. Dr. Rodrigo Leite da Silva

Editora-Chefe
Profa. Dra. Adriana Alves Farias

Revisão e Normalização de Textos
Profa. Dra. Daniela Oliveira Albertin de Amorin

Programação Visual e Diagramação
Eliana Duarte de Souza

Projeto Gráfico
Instituto Educar Rede

COPYRIGHT
Revista Territórios, Educar Rede.
Volume 5, Número 07 (Julho) - SP
ISSN 2596-3309 (Digital)
ISSN 2596-3295 (Impressa)
DOI 10.53782
SITE: http//www.revistaterritórios.com.br
Rua João Burjakian 203
Lauzane Paulista - SP
CEP: 02442150

Publicação Mensal e multidisciplinar vinculada ao Educar Rede. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

07 PLATAFORMA MOODLE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO E-LEARNING
ALESSANDRA FORTES MORENO

14 A TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
ALLAN VICTOR SOARES DA PAZ PEREIRA

21 EMPODERAMENTO MIRIM
ANA CRISTINA BATISTA DA SILVA

29 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE
ANA MELICIA MORAES DE SOUZA

41 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS
ANA PAULA LONGO DAS NEVES

50 DEVOLUTIVA PSICOPEDAGÓGICA : CRIANÇA COM SÍNDROME 9P - RELATO DE ESTUDO DE CASO
BRUNA FARIAS GOMES DOS SANTOS

57 A CONTRIBUIÇÃO DA BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, RUMO A PREVENÇÃO DAS DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM
BRUNA TEZONI DA SILVA

70 DIREITO LINGUÍSTICO É UM DIREITO HUMANO
CAROLINA LOBRIGATO

77 O JOGO E A MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
CÁSSIO FARINELLI LIMA

93 ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS UTILIZANDO A TECNOLOGIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL ATUAL
CINTIA FERNANDA ERNESTINA VARÃO

106 VIOLÊNCIA ESCOLAR:FATORES GERADORES QUE MERECEM ATENÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
DANIELA XAVIER DOMINGUES CUNHA

115 OS COMPONENTES DA RELAÇÃO DIDÁTICA - CONSTRUÇÃO E PLANEJAMENTO
DANIELE ALVES ESTEVÃO DA SILVA

124 CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
EDNA MARIA DA SILVA

136 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM
FABIANA COSMO DOS SANTOS SILVA

SUMÁRIO

142 JOGOS LÚDICOS...BRINCO LOGO APRENDO
GLÁUCIA GOUVÊA COELHO

152 OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES NO TRABALHO COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA EDUCAÇÃO
JULIANA SPILLA ANTEVERE

161 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO, ESPAÇO FÍSICO, AMBIENTES E INTERAÇÕES
LEYLLE KELL PONTES DE PAULA

169 CULTURA AFRO-BRASILEIRA
LIDIENE ORQUISA OTAVIANO

178 A ALTA TAXA DE TRANSTORNOS MENTAIS PÓS-PANDEMIA ENTRE OS ADOLESCENTES: UMA REFLEXÃO SOBRE OS EFEITOS DESSE FATOR NA ESCOLA E SUGESTÃO DE ATIVIDADE DE REDAÇÃO
LÍRIA BORDINHÃO

187 ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
LUCIANE CRISTINE REINAUER

195 OS PRIMEIROS SOCORROS NO COTIDIANO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES
LUCIANE MALTESE CAMPOS

204 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÂO NO DESENHO INFANTIL
LUCIENE LIMA DOS SANTOS CARRASCO

213 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO PROCESSO DE INCLUSÃO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS
LUCILENE PEREIRA DOS SANTOS

221 DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA NAS CRIANÇAS
MARIA MAGNA PEREIRA DE SOUZA

228 A ARTE VISUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MARIA SONIA DA SILVA DE SOUSA

236 O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA EM TRANSFORMAÇÃO
MARINEI ROCHA SILVA DOS SANTOS

249 EMPREGO DA REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NATALIE MICHELE DE SOUZA SILVA

258 EXPLORANDO O MUNDO PELAS LENTES: A FOTOGRAFIA COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL
NEREIDE DE PAULA FACTORI

SUMÁRIO

265 O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ODALEA CRISTINA GOMES BARBOSA

274 ASPECTOS DO COTIDIANO QUE FUNDAMENTAM AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS SOBRE O CUIDAR E O EDUCAR
PAULA MOURATO DA SILVA VIEIRA

281 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM
PAULA RENATA ARAÚJO FERRO

292 A HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA
PRISCILA LETÍCIA DA SILVA LIMA

300 A LUTA FEMININA: A CONQUISTA DO ESPAÇO NA POLÍTICA
RODRIGO MASKALENKA

313 TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES TEÓRICAS
SANDRA MARIA ANTONIO

324 A REFORMULAÇÃO CURRICULAR PARA A GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE QUE CONTRIBUA COM A DIMINUIÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR
SILVIA SIQUEIRA INGEGNERI

334 ALFABETIZAÇÃO E LEITURA
THAÍS DIAS FERRAZ

342 A INTERVENÇÃO PRÁTICA DA DANÇA NA EDUCAÇÃO FÍSICA: LEI 10.639/2003
VALÉRIA PEREIRA GONZAGA

353 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA APRENDIZAGEM INFANTIL
VANESSA ROCHA

360 EDUCAÇÃO INTEGRAL
VANIA OTILIA CALDEIRA MENNELLA

366 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES
VERONICA GONÇALVES RUTKA

PLATAFORMA MOODLE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO E-LEARNING

ALESSANDRA FORTES MORENO
Graduação em Pedagogia com ênfase em Comunicação Assistiva pela Faculdade Nove de Julho (2011); Especialista em Educação multicultural pela faculdade Campos Elísios (2010); Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University(2022); Professora da Educação Infantil na Emei Origenes Lessa, que faz parte da rede pública de ensino do Município de São Paulo.

RESUMO

A sociedade está cada vez mais conectada. Em tempos de tecnologia digitais, novas demandas emergem. No âmbito educacional, as instituições, enquanto espaço de formação de cidadãos, tem como papel fundamental acompanhar as mudanças que ocorrem à cerca da sociedade. O modo como ensinamos e como aprendemos precisa ser compreendido para que a aprendizagem seja efetiva. A unificação da Educação e a Tecnologia, democratiza o ensino tornando-o mais flexível, acessível e personalizado, reorganizando o tempo e o espaço da sala de aula, bem como o papel do professor e do estudante na construção do saber. O presente artigo traz uma reflexão sobre a importância do e-learning como sistema de aprendizagem, dando destaque ao Moodle, uma das plataformas mais utilizadas do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Tecnologia; E-learning; Moodle.

INTRODUÇÃO

Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje
Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje
Que veleje nesse informar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve um oriki do meu velho orixá

Ao porto de um disquete de um micro em Taipé
Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve meu e-mail até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer
Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut
Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut
De Connecticut de acessar
O chefe da Mac Milícia de Milão
Um hacker mafioso acaba de soltar
Um vírus para atacar os programas no Japão
Eu quero entrar na rede para contactar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Que lá na praça Onze
Tem um videopôquer para se jogar

Pela Internet (Gilberto Gil,1997,s.p)

A sociedade está cada vez mais conectada. Em tempos de tecnologia digitais, novas demandas emergem. Com a rápida evolução tecnológica e de globalização, é perceptível que cada vez mais as TIC estão mais presentes e indissociáveis na vida da sociedade de tal maneira que não é possível imaginar a não utilização dos recursos e artefatos tecnológicos nas tarefas mais corriqueiras de um indivíduo. No âmbito educacional, cabem às instituições acompanhar as mudanças que ocorrem à cerca da sociedade. O modo como ensinamos e como aprendemos precisa ser compreendido para que a aprendizagem seja efetiva.

A unificação da Educação e a Tecnologia democratiza o ensino tornando-o mais flexível, acessível e personalizado, reorganizando o tempo e o espaço da sala de aula, bem como o papel do professor e do estudante na construção do saber. O sistema e-learning vem de encontro com essa geração do século XXI, trazendo novas estratégias e uma gama de recursos que possibilitam o desenvolvimento do conhecimento e habilidades no processo de ensino aprendizagem do indivíduo.

Duarte (2003) afirma que:

> Históricamente el concepto de ambientes de aprendizaje ha hecho alusión a múltiples factores internos, externos y psicosociales que inciden en los procesos de aprendizaje y en las interacciones pedagógicas que los median. El ambiente de aprendizaje puede ser 3comprendido en un sentido amplio que trasciende el concepto espacial, como escenario que involucra relaciones, recursos y tiempos, donde existen y se desarrollan condiciones favora-

> bles de aprendizaje (Duarte, 2003, p.6)

Para a elaboração deste artigo foi feita uma investigação, análise, reflexão e estudo bibliográfico de fontes disponibilizadas em hiperlinks, somado às pesquisas das referências bibliográficas e a exploração em outros websites de acordo com o tema proposto correlacionado ao cenário educacional.

TECNOLOGIA E APRENDIZAGEM

> O espaço educativo escolar deveria ser constituído de ambientes de troca de saberes e construção de reflexões e práticas transformadoras. No entanto, os alunos, muitas vezes, não encontram um ambiente em que possam discutir suas ideias e participar do ato de aprender, mutuamente. Um dos problemas mais debatidos quando se fala em escola e os jovens de hoje é justamente o distanciamento que há entre a cultura escolar e a cultura da juventude. Os conteúdos e conceitos aprendidos em sala de aula muitas vezes não fazem sentido para estes jovens que almejam um futuro que na maioria das vezes não está ligado ou relacionado com o que veem nas salas de aula. (Sousa; Moita e Carvalho, 2011, p.25).

Vivemos em uma era de crescimento tecnológico exponencial. O que significa que as novidades chegam em velocidade alucinante. Todos os setores da sociedade sofreram impactos significativos, visto que ela transformou a forma como vivemos, nos relacionamos, nos comunicamos e, consequentemente, a maneira como ensinamos e aprendemos.

Na sociedade atual, denominada sociedade da informação e do conhecimento, as TICs provocam significativas mudanças nos mais diversos segmentos. Na educação, modificando a maneira de educar e de aprender. Como afirma Tapscott (2010) “a tecnologia deve ser entendida como instrumento no processo de ensino e aprendizagem.”

Nesse contexto, novos espaços para a construção do saber são criados, fomentando uma nova conexão do aluno com suas experiências no contexto escolar.

Os novos espaços de construção do saber, da aquisição e troca das aprendizagens foram para fora do que era comum, saíram dos espaços físicos das escolas indo para os espaços virtuais, substituindo livros impressos por recursos tecnológicos digitais.

Para isso, fez-se necessário a utilização de recursos como ferramentas digitais para ajudar os alunos a desenvolverem habilidades digitais bem como garantir diversas alternativas para que tenham acesso à informação e comunicação durante o processo de ensino-aprendizagem.

O USO DA TECNOLOGIA E A PRÁTICA DOCENTE

Nos dias atuais, já não cabe mais entender o professor como detentor de todo o conhecimento, que é transmitido exclusivamente por ele para os alunos. Já está claro que os discentes também são peça fundamental no processo da construção do saber, bem como seus conhecimentos prévios que podem, e muito, contribuir, trazendo consigo assuntos vistos em jornais, TV, redes sociais, estimulando a discussão desses temas para enriquecer o processo de aprendizagem.

Como afirma Sousa:

> Os meios de comunicação informática, revistas, televisão, vídeo têm atualmente grande poder pedagógico visto que se utilizam da imagem e apresentam conteúdo com agilidade e interatividade. Assim, torna-se cada vez mais necessário que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem. Como a educação e a comunicação são indissociáveis, o professor pode utilizar-se de um aparato tecnológico na escola visando à transformação da informação em conhecimento. (Sousa, 2011,p.25).

Com a inclusão do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação na educação, os docentes foram impulsionados a quebrarem seus paradigmas, refletindo e renovando suas práticas pedagógicas, indo de encontro a essa nova dinâmica do ensino-aprendizagem.

Flores e Rivas enfatizam que:

> A inclusão de TIC na educação gera fluxos de mudanças com impacto na Identidade Profissional Docente, renovando representações e modos de ser professor. Urge, assim, compreender como é que as escolas e os professores respondem à inclusão das TIC para conhecermos o seu impacto na identidade profissional docente. (Flores e Riva,2017 p.5).

Porém, não basta apenas equipar as instituições de ensino com os mais diversos recursos tecnológicos sem que haja, também, uma formação para capacitar e repertoriar os docentes e discentes quanto a sua utilização, a fim de promover as habilidades e competências necessárias para a prática do ensino-aprendizagem.

E-LEARNING

Ao utilizar-se de recursos tecnológicos, o processo de aprendizagem torna-se muito mais atrativo por propiciar um caráter colaborativo, com diferentes acessos às informações tais como: vídeos, áudios, textos, animações, hipertextos etc. possibilitando então a modalidade de ensino E-learning.

> E-learning é um termo em inglês que significa aprendizagem eletrônica. O principal diferencial do e-learning é que a prática promove o ensino de maneira não presencial, por meio de recursos tecnológicos e o acesso à internet. Para que o e-learning aconteça é preciso que haja o desenvolvimento de uma plataforma que dê acesso a um ambiente virtual de aprendizagem. Também conhecido como AVA, é neste ambiente que serão oferecidos os cursos, que os alunos terão acesso às aulas e materiais de apoio e que os professores e gestores poderão gerenciar as disciplinas, aplicar atividades avaliativas e conferir o desempenho dos estudantes. (Sambatech, s/p, 2021).

Essa modalidade torna o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, atrativo e interativo, contribuindo para uma aprendizagem contínua e eficaz. Outra característica importante e positiva dessa modalidade de ensino é a disponibilização dos acessos aos materiais de forma flexível, a qualquer hora e em qualquer lugar que haja conexão com a internet. Dessa forma, o processo da educação fica mais flexível e democrático.

Dentre muitas plataformas utilizadas para o e-learning, o presente artigo destaca a plataforma MOODLE (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) como uma das principais e mais utilizadas para a modalidade de ensino à distância.

PLATAFORMA MOODLE : BREVE HISTÓRICO

MOODLE (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), quando traduzido significa “Ambiente de Aprendizagem Dinâmico Orientado a Objetos Modulares”.

A plataforma foi criada em 1999 pelo australiano Martin Douglas como pesquisa de PHD na Curtin Univesrity. Três anos depois, em 2002, é lançada a versão 1.0 do MOODLE com um sistema de código aberto, e em pouco tempo o mundo todo estava usando a plataforma. Em 2004 o professor Brent Simpson descreve o MOODLE como o Linux do mundo das plataformas de aprendizagem on-line. Em 2008 seu fundador ganha o prêmio “Open Source” de educação. Sete anos depois, em 2015, o MOODLE é considerado o Ambiente Virtual de Aprendizagem mais popular do mundo, com o maior número de usuários e alcance de territórios.

Nos dias atuais, de acordo com o as informações extraídas no “Moodle Statistics” a plataforma tem um alcance de 243 países e mais de 300 milhões de usuários. Este breve resumo sobre sua origem e trajetória mostra quão grande é o alcance e crescimento dessa ferramenta didática, largamente utilizada para a contribuição no processo de aprendizagem de seus usuários.

MOODLE: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E FERRAMENTAS

Como já abordado no presente artigo, é sabido que a plataforma online MOODLE, é um pacote de software voltado para a produção de cursos e-learning e sites na internet. Ele abrange recursos e funções que podem ser empregados para o aprimoramento de diversos âmbitos pedagógicos. Em seu grupo de utilidades destacam-se: acesso protegido e gerenciamento dos perfis dos usuários; gerenciamento do acesso aos conteúdos; ferramentas de comunicação simultâneas e não simultâneas e sistema de controle de atividades.

Sua missão é promover uma pedagogia sócio construtiva, por meio de colaboração, reflexão crítica acerca das atividades propostas, debates etc. Apresenta uma interface simples, eficiente e leve, de fácil instalação e segura, uma vez que todos os formulários são checados, cookies codificados e os dados validados.

O MOODLE tem uma grande variedade de ferramentas que possibilita que o ensino a distância seja uma experiência dinâmica, flexível e versátil. Dentre elas podemos destacar: chat, fórum, lição, tarefa, questionário, glossário, diretório de arquivos, base de dados, pesquisas, Wiki, laboratório de avaliação etc. Segundo Silva (2011) Os recursos possibilitam a disponibilização de conteúdo didático de modo virtual em diversas mídias, ou a indicação de fontes de conteúdos por meio de links ou páginas web. Já as ferramentas, tornam possível a elaboração de atividades de forma colaborativa ou individual, visando auxiliar na construção do conhecimento. Contribuem também no processo de mediação do ensino e aprendizagem, além de possibilitar a realização de pesquisas de avaliação da própria disciplina, entre outras funcionalidades.

Já Lacerda (2013) afirma que:

> Por meio de suas diversas ferramentas, os AVEA possibilitam uma nova forma de aprendizagem, conforme o novo perfil do aluno. É de grande importância o domínio da tecnologia utilizada, do conteúdo a ser abordado e principalmente da forma, ou método de aplicação no ambiente (Lacerda, 2013, p.163).

Dessa forma, é assertivo dizer quão essencial se faz estar familiarizado com recursos e ferramentas disponíveis na plataforma, para que seu uso e trajetória seja eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto ao decorrer do presente artigo, podemos ver quão imerso está o uso das tecnologias na sociedade, bem como à necessidade, importância e benefício da sua utilização dentro das escolas. Vimos que a plataforma MOODLE dispõem de uma gama de ferramentas e recursos que trarão para as instituições educacionais um novo local para construção do saber, mais democrático, com mais participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Vale salientar sobre a importância que os programas ou projetos de TIC na educação veem visando a melhoria do sistema educacional, da eficácia dos processos de ensino-aprendizagem do qual o aluno possa ser protagonista da construção do saber, bem como da implantação de um novo ambiente interativo, democrático e colaborativo, atendendo assim a necessária aproximação da cultura educacional com o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

COSTA, Patrícia; MENDONÇA, Laura. **O uso da plataforma Moodle como apoio ao ensino presencial.** Revista Diversa Prática, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Administrativo/Downloads/26430-110784-1-PB.pdf. Acesso 5 de jul. 2023

FLORES, Paula; RIVAS, Manuela. **A inclusão de tecnologias digitais na educação: (re)construção da identidade profissional docente na prática.** Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/12485/1/Art_Paula%20Flores_2017.pdf Acesso 5 jul. 2023

GIL,Gilberto. **Pela Internet. 1997.** Disponível em: https://www.letras.mus.br/gilberto-gil/68924/ Acesso 5 jul.2023.

LACERDA, Mário. **Criação e compartilhamento de conhecimento em ambientes virtuais de ensino aprendizagem.** Disponível em: file:///C:/Users/Administrativo/Downloads/brfufrgs,+-15189-53271-1-CE.pdf. Acesso 5 jul. 2023.

Raleduc, Infográfico. **A história do Moodle**. Disponível em: https://blog.raleduc.com.br/2018/11/27/infografico-a-historia-do-moodle/ Acesso 5 jul. 2023.

Sambatech (2021). **E-learning: o que é quais suas vantagens.** Disponível em: https://sambatech.com/blog/cat-ead/gestao-educacional/ Acesso 5 jul. 2023.

SILVA; Robson.(2011). **Moodle para autores e tutores.** 2ª ed. São Paulo. Editora Novatec, 2011.

SOUSA,Robson;MOITA,Filomena;Carvalho,Ana.**Tecnologias digitais na educação**. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247.pdf Acesso 5 jul. 2023.

A TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

ALLAN VICTOR SOARES DA PAZ PEREIRA
Graduação em Licenciatura em Matemática (2016) e Física (2021) pela Universidade de Franca. Professor de Ensino Fundamental II e Médio – Matemática, na EMEF Professor Nelson Pimentel Queiroz (Prefeitura Municipal de São Paulo).

RESUMO

Este artigo teve como principal objetivo realizar reflexões acerca da Teoria das Inteligências Múltiplas para os processos de ensino e aprendizagem. O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Como principais resultados, foi verificado que a Teoria das Inteligências Múltiplas valoriza as capacidades, habilidades e inteligências de cada educando e isso fomenta os projetos educacionais de inclusão e formação integral dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria das Inteligências Múltiplas; Howard Gardner; Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca fazer algumas reflexões sobre a Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner e sua contribuição para propostas de ensino e aprendizagem na educação escolar.

A Teoria das Inteligências Múltiplas é uma abordagem proposta pelo psicólogo Howard Gardner, que argumenta que a inteligência não é uma capacidade única, mas sim um conjunto de habilidades e competências que são distintas e independentes entre si.

Essa teoria pode ser utilizada na área da educação, por permitir o reconhecimento das diferentes inteligências que os educandos possuem.

Portanto, valoriza a diversidade e reconhece que cada indivíduo aprende de uma forma diferente, com facilidades em um ou mais campos do saber.

Dessa maneira, pode-se trabalhar de forma inclusiva, reconhecendo o estudante em sua integralidade e, com maiores chances de traçar o perfil cognitivo do aluno, oferecer propostas que sejam condizentes com a forma que cada indivíduo aprende. Mais do que isso, valorizando as diferenças, a história de vida, os conhecimentos prévios e as habilidades que cada indivíduo possui.

Este artigo busca responder sobre como a Teoria das Inteligências Múltiplas pode contribuir para o ensino e aprendizagem escolares.

Para responder a essa problemática, foi utilizada a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico.

O principal objetivo deste artigo é mostrar a importância da Teoria das Inteligências Múltiplas para os processos de ensino e a aprendizagem, por meio do reconhecimento do aluno, a necessidade de propostas de inclusão e valorização da diversidade e sua formação integral.

As principais justificativas para esta pesquisa são a necessidade de aumentar as oportunidades para alunos que possuem formas diferentes de aprender e interagir com os objetos de conhecimentos trabalhados na sala de aula.

Pois, o docente precisa observar o potencial de cada aluno, oferecer materiais diversificados e utilizar estratégias pedagógicas para que cada estudante possa desenvolver suas potencialidades, respeitando seus ritmos de aprendizagem.

HOWARD GARDNER

Howard Gardner é um psicólogo e educador americano nascido em 11 de julho de 1943, em Scranton, Pensilvânia. Ele frequentou a Universidade de Harvard, onde recebeu seu diploma de bacharel em Relações Sociais em 1965. Ele então obteve um Ph.D. em Psicologia do Desenvolvimento pela Harvard em 1971 (MINEO, 2018).

Depois de concluir seu doutorado, Gardner trabalhou como psicólogo pesquisador no Projeto Zero de Harvard, um centro de pesquisa focado em educação artística e criatividade. Mais tarde, ele se tornou professor de cognição e educação na Harvard Graduate School of Education, onde lecionou por mais de 50 anos (MINEO, 2018).

Howard Gardner é conhecido internacionalmente por suas contribuições na área da psicologia cognitiva e educação (GORDON, 2023).

Atualmente, Gardner é professor na Universidade de Harvard e é considerado um dos principais teóricos da educação contemporânea (GORDON, 2023).

Além de suas contribuições na área da psicologia, Gardner é conhecido por sua Teoria das Inteligências Múltiplas, que propõe que a inteligência não é uma capacidade única, mas sim um conjunto de habilidades e competências que são distintas e independentes entre si. Essa teoria foi apresentada pela primeira vez em seu livro "Estruturas da Mente" em 1983, e desde então tem sido amplamente discutida e aplicada em diferentes áreas, incluindo a educação (MINEO, 2018).

Gardner também é autor de diversos outros livros e artigos sobre educação, criatividade, liderança e outros temas relacionados à psicologia e cognição humana. Ele recebeu vários prêmios e honrarias ao longo de sua carreira, incluindo a Medalha Nacional de Ciências nos Estados Unidos, em 2011 (MINEO, 2018).

A TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS DE HOWARD GARDNER

Segundo Albino e Barros (2021), tradicionalmente, pode-se definir a inteligência como a capacidade de aprender, apreender, compreender ou a faculdade de adaptar-se facilmente.

Os autores afirmam que a inteligência não está sempre conectada a uma ação direta sobre um objeto material, uma vez que pode ser apenas interiorizada, através da imaginação, entendida por modelos mentais, de cognição, ou até mesmo, pelos processos de novas aprendizagens e aquisição de conhecimento (ALBINO e BARROS, 2021).

Para Albino e Barros (2021), a inteligência:

> (...) é um potencial do ser humano que o auxilia na resolução de problemas. Cada ser nasce com inteligências variadas, e cabe ao meio em que está inserido potencializá-las por meio de estímulos. (ALBINO e BARROS, p.151).

Essa maneira que Albino e Barros (2021), definem a inteligência está de acordo com os pressupostos da Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner, uma vez que cada ser humano possui diferentes habilidades e estas podem ser potencializadas, por meio de estímulos dirigidos para aumentar capacidades individuais, ou naturalmente, pelos estímulos naturais do ambiente.

De acordo com Toledo, Maia e Tolentino (2022), a Teoria de Gardner propõe nove manifestações de inteligência, sendo elas:

> a) Inteligência Lógico-Matemática: esse tipo de inteligência é mais voltado para conclusões baseadas na razão, e descreve a capacidade de resolver equações e provas, de ter pensamento lógico, detectar padrões, fazer cálculos e resolver problemas abstratos. O estilo de aprendizado que mais se encaixa com esse perfil é utilizando números e lógica;
>
> b) Inteligência Espaço-Visual: essa inteligência está ligada à percepção visual e espacial, à interpretação e criação de imagens visuais, e à imaginação pictórica. Ela permite que as pessoas compreendam melhor informações gráficas, como mapas. O estilo de aprendizado está mais relacionado às imagens, gravuras, formas, e ao espaço tridimensional;
>
> c) Inteligência Verbo-Linguística: a inteligência linguística se refere não apenas à capacidade oral, mas também a outras formas de expressão, como a escrita ou mesmo o gestual. A inteligência verbo-linguística refere-se à capacidade de um indivíduo de se expressar, seja por meio da linguagem ou de gestos. Assim como a forma de analisar e interpretar ideias e informações, e produzir trabalhos envolvendo linguagem oral e escrita. O estilo de aprendizagem está relacionado à linguagem e às palavras;
>
> d) Inteligência Interpessoal: a inteligência interpessoal reflete a capacidade de reconhecer e entender os sentimentos, desejos e intenções de outras pessoas. Diz respeito à capacidade de ter sentimentos com os outros, e o estilo de aprendizado ligado a esse tipo de inteligência envolve contato humano de compaixão;
>
> e) Inteligência Intrapessoal: a inteligência intrapessoal refere-se à capacidade das pessoas de reconhecerem a si mesmos, percebendo seus sentimentos e desejos. Está ligado à capacidade de identificar seus hábitos inconscientes, controlar vícios e emoções. A principal forma de aprendizado está ligada à autorreflexão;
>
> f) Inteligência Naturalista: a inteligência naturalista refere-se à capacidade de compreender o mundo natural, identificando e distinguindo entre diferentes tipos de plantas, animais e formações climáticas. O tipo de aprendizagem relacionado com essa inteligência é por meio do contato com a natureza;
>
> g) Inteligência Corporal-Cinestésica: a inteligência corporal-cinestésica implica o uso do próprio corpo para resolver problemas. Diz respeito à capacidade de controlar os movimentos corporais, ao equilíbrio, coordenação, e de se expressar por meio do corpo. O tipo de aprendizado é geralmente relacionado com a experiência física e movimento, sensações e toque;
>
> h) Inteligência Musical: a inteligência musical permite aos indivíduos produzir, compreender

> e identificar os diferentes tipos de som, reconhecendo padrões tonais e rítmicos. O tipo de aprendizado é relacionado com músicas, ritmos e sons.
>
> i) Inteligência Existencial: curiosidade por questões relativas à existência e ao sentido da vida, gosto por questionar o funcionamento do mundo. A inclinação para essa inteligência em específico está muito ligada ao sistema de crenças da família, mas o hábito de questionar e querer compreender o funcionamento da natureza e da sociedade deve ser estimulado pela escola em todas as etapas do ensino, de maneira transversal em todas as disciplinas (GARDNER, 1987, p. 189-191, apud TOLEDO, MAIA e TOLENTINO, 2022, p.37420 - 37421).

É fundamental ressaltar que para Gardner as inteligências não podem ser vistas ou quantificadas como objetos e a partir dessas ideais, pode-se conjecturar sobre outras inteligências, além das teorizadas em seus textos e pesquisas (GORDON, 2023) e as manifestações de inteligência citadas nas pesquisas de Toledo, Maia e Tolentino (2022).

Por isso, a necessidade de compreender que existe um leque bem diverso de inteligências e que há a possibilidade de um indivíduo manifestar mais de um tipo de inteligência.

As nove inteligências de Gardner (1987, apud Toledo, Maia e Tolentino, 2022) podem ter desdobramentos, no sentido de haver outras inteligências e isso tem despertado o interesse de pesquisadores em construir características para cada uma delas.

De toda forma, Gardner afirma não ser necessário uma lista com todas as inteligências múltiplas do universo humano, mas sim a compreensão da pluralidade dessas manifestações de inteligências humanas e que cada indivíduo pode manifestá-las de forma muito diversa, em que uma ou outra inteligência é, geralmente, mais evidente em cada indivíduo (MINEO, 2018).

As pesquisas de Toledo, Maia e Tolentino (2022), vão ao encontro das ideias de Albino e Barros (2021), ao afirmar que as pessoas são capazes de compreender um objeto de conhecimento de maneiras diferentes, atribuindo a eles diferentes significados.

Essa forma muito diversa que as pessoas têm de interagir com os objetos reais e o imaginário evidentemente individual de cada ser humano foram, provavelmente, os pontos de partida para as pesquisas de Gardner sobre as inteligências múltiplas.

Isso reflete a necessidade de reconhecer as diferentes maneiras que cada indivíduo tem de aprender, o que poderia melhorar o desempenho individual de cada estudante. Para tanto, são necessárias pesquisas e uso dessa teoria em práticas investigativas, para que, através dessas investigações sejam obtidos dados e informações significativas para melhoria da compreensão de como as crianças aprendem e por quais motivos desenvolvem certas habilidades. A partir disso, traçar planos para melhorar os processos de ensino e aprendizagem de nossos estudantes, potencializando as maneiras em que eles aprendem mais, sugerindo estímulos dirigidos para as habilidades que cada indivíduo possui (TOLEDO, MAIA e TOLENTINO, 2022).

Ao mesmo tempo, isso não significa dizer que essas estratégias serão sempre bem-sucedidas, uma vez que:

> Cada estudante tem inclinações diferentes nos nove tipos de inteligência, de modo que qualquer estratégia específica provavelmente será muito bem-sucedida com um grupo de alunos e não tão bem-sucedida com outros. (TOLEDO, MAIA e TOLENTINO, 2022, p.37421).

Portanto, é crucial que, quando utilizada a Teoria das Inteligências Múltiplas nos processos de ensino e aprendizagem, as características dos estudantes precisam ser levadas em consideração, por exemplo, os aspectos de saúde, como as deficiências físicas e intelectuais e as síndromes, bem como os de cunho social e história de vida dos alunos, pois deve-se pensar na formação integral dos estudantes em todas as suas dimensões.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS PARA A EDUCAÇÃO

As contribuições da Teoria das Inteligências Múltiplas podem ser observadas, por exemplo, na necessidade de permitir uma formação mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao modo que cada indivíduo aprende.

Essa visão permite o planejamento de políticas educacionais que acompanham as novas tendências para a educação inclusiva e a formação integral dos estudantes, com respeito às suas dimensões históricas, sociais e culturais, o que permite fomentar práticas que eliminem as barreiras para a aprendizagem (ANTUNES e COSTA, 2016).

Além disso, essa teoria proposta por Howard Gardner possibilita a criação de ambientes de aprendizagem que articulam as habilidades dos estudantes aos conhecimentos trabalhados nas atividades da sala de aula, colocando o estudante da posição de figura central no processo de articulação das aprendizagens, com a mediação do professor (GARDNER e HATCH, 1989).

Assim, o docente pode selecionar as melhores ferramentas para que o estudante aprenda, por meio das observações na sala de aula, das atitudes e comportamento dos alunos frente às atividades propostas, respeitando suas preferências, em relação aos modos de aprendizagem, recursos e materiais que mais se adequam a cada estudante.

O principal objetivo é que cada estudante aprenda a seu modo, potencializando suas habilidades individuais, dentro do espaço coletivo e democrático escolar, bem como em suas comunidades, pois a aprendizagem pode ocorrer dentro e fora da escola.

Do mesmo modo, aprendam a utilizar essas capacidades para resolver problemas do cotidiano, da vida em comunidade, articulando os saberes da sala de aula à melhoria da forma de agir, pensar e contribuir com a sociedade, encorajando-os na resolução de problemas teóricos e práticos (GARDNER, 1989).

Utilizando essa teoria, o docente pode observar e analisar a maneira com a qual cada estudante aprende e suas principais habilidades. De posse dessas informações, planejar aulas e atividades que potencializem as diferentes habilidades e aprendizagens dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado que, de acordo com a Teoria das Inteligências Múltiplas, a inteligência não é

uma capacidade única, mas sim um conjunto de habilidades e competências que cada indivíduo pode manifestar.

Essas competências e habilidades podem ser potencializadas na escola, por meio do planejamento de atividades que estimulem o uso dessas habilidades, o que, provavelmente, melhoraria o desenvolvimento das aprendizagens dos educandos.

De acordo com esta pesquisa e autores citados, o uso da Teoria das Inteligências Múltiplas nas escolas permitiria a criação de um ambiente mais inclusivo, uma vez que as ideias propostas por Gardner fomentam a valorização das habilidades de cada indivíduo e isso implica na eliminação de barreiras à aprendizagem, o respeito e a inclusão.

Portanto, a relevância da Teoria das Inteligências Múltiplas para os processos de ensino e aprendizagem, pois reconhece as individualidades, capacidades e inteligências de cada aluno e isso favorece os projetos educacionais de inclusão e formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALBINO, L. M. S.; BARROS, S. G. *A teoria das inteligências múltiplas de Gardner e sua contribuição para a educação.* Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate. v. 7, n. 1, p. 148 – 168. jan-dez. 2021.

ANTUNES, E. G. S.; COSTA, C. B. **Inteligências Múltiplas.** Revista Conhecimento e Educação, v. 1, n. 1, p. 40 - 48, 2016.

GARDNER, H.; HATCH, T. **Multiple intelligences go to school: educational implications of the theory of multiple intelligences.** Educational Researcher, v. 18, n. 8, p. 4 - 10, 1989.

GORDON, L. M. **Howard Gardner: american psychologist. Britannica, Science & Tech.** [online]. (2023). Disponível em: <https://www.britannica.com/science/cognitive-psychology>. Acesso 05 jul. 2023.

MINEO, L. Howard Gardner: **reflects on his life and work. Harvard Scholar - The Harvard Gazette. [online].** (2018). Disponível em: <https://news.harvard.edu/gazette/story/2018/05/harvard-scholar-howard-gardner-reflects-on-his-life-and-work/>. Acesso 02 jul. 2023.

TOLEDO, M. V. S.; MAIA, L. C. G.; TOLENTINO, R. S. S. **A orientação profissional: a teoria das inteligências múltiplas aplicada na base nacional comum curricular em um ambiente compartilhado do conhecimento.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 37416 - 37433, may, 2022.

EMPODERAMENTO MIRIM

ANA CRISTINA BATISTA DA SILVA
Formada pelo Magistério Público Estadual de São Paulo e graduada em Pedagogia desde 2007 pela Universidade de Araras; Pós Graduada em Currículo e Prática Docente pelo Instituto Paulo Freire ano 2013; Ensino Híbrido pelo Instituto Casa Grande 2019; Atualmente cursando 3ª Pós graduação pela Ffaculdade Anhanguera Africanidades e Cultura Afro- Brasileira. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na EMEF. Dep. César e Arruda Castanho/SP e EM Francisco Camilo/Cotia.

RESUMO

Foi numa determinada manhã que minha aluna de 7 anos chegou com o cabelo bem armado e sentou-se no seu lugar toda empoderada. Seu coleguinha , meu aluno também de 7 anos que estava sentado atrás dela , sentindo-se prejudicado diz: "...Fulana, seu cabelo está atrapalhado eu ver na lousa, prende esse cabelo que está feio!" Eu confesso que na hora que ouvi isso , senti um calor percorrer meu corpo e esquentar minhas orelhas. Meu coração entristeceu de indignação com a fala do garoto. Foi neste contexto que percebi mais uma vez a profundidade do racismo estrutural que molda nossa sociedade a centenas de anos desde o início dos tempos da escravidão e que infelizmente persiste na contemporaneidade em crianças tão pequena. Portanto abordar a temática através da oferta de uma educação antirracista é tentar minimamente a superação do racismo estrutural em nossa sociedade. A eliminação do racismo estrutural só será possível por meio da educação antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Empoderamento; Superação; Eliminação.

INTRODUÇÃO

Entendo a escola como um espaço social e transformador, portanto, para que a criança negra construa a sua identidade é preciso ajudá-la a olhar para si, para seu corpo, seu cabelo e sua cor com positividade e (empoderamento); justificar a aplicabilidade desse projeto é uma iniciativa de plantar mais uma semente dentre tantas em combate a discriminação e contribuir para a (superação); (eliminação) do racismo em nossa sociedade, através do desenvolvimento desse projeto com propostas que promova uma (educação antirracista) de modo a desenvolver o empoderamento nas crianças negras desde a infância tornando nossa sociedade mais igual e tolerante considerando suas características e aceitando-as como belas e únicas.

Fonte: Própria autora - mar. 2022.

OBJETIVO GERAL

Promover uma educação antirracista efetivando marcos legal como a Lei 10.639/03 e 11.645/08 que deve ser um compromisso político, pedagógico e ético de todos onde possamos construir uma sociedade que respeitem e valorizem as singularidades de cada indivíduo, promovendo a construção de uma identidade valorizada e empoderada. Rompendo e transformando as estruturas racistas da sociedade brasileira a partir das novas gerações de crianças.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aplicar cotidianamente no currículo escolar a prática da lei 10.639/03 e 11.645/08, promovendo uma educação antirracista no ambiente escolar de modo a elevar a autoestima dos alunos, valorizando as contribuições africanas no currículo da escola não somente de forma turística ou esporádica, mas cotidianamente;

- Desconstruir uma cultura racista dentro do ambiente escolar nas suas diferentes dimensões;

- Promover rodas reflexivas a fim de introduzir temas ou sistematizá-los ampliando o conhecimento dos alunos sobre diferentes personalidades negras em destaques no Brasil;

- Promover elementos para que as crianças possam construir uma identidade positiva de si valorizando a história dos nossos irmãos afrodescendentes desconstruindo um modelo único de ser humano instituído pelo padrão de beleza eurocêntrica;

- Ampliar o conhecimento literário a partir de literatura com narrativas positivas da figura da pessoa preta;

- Relacionar brincadeiras semelhantes em diferentes sociedades do mundo;

- Promover práticas das quais as crianças se vejam nos livros além das ilustrações, mas também como exemplo de pessoas negras, como autores de livros, por exemplo.

- Apresentar diversas narrativas literárias onde os alunos se percebam em diferentes situações positivas de beleza, profissões, estética etc.

- Combater o racismo sem necessariamente passar pela dor do racismo.

- Ampliar o conhecimento dos alunos acerca das bonecas negras,

- Desmistificar o conceito atribuído ao lápis cor de pele referindo-se a cor do lápis salmão.

- Valorizar os diferentes tipos de cabelos e promover diferentes possibilidades de penteados.

- Respeitar as diferentes características das pessoas independente da quantidade da melanina na pele ou outras características aumentando a autoestima das crianças pretas.

- Apresentar um espelho autêntico aos alunos para que estes possam se ver e aceitar como são preparando-a para possíveis atos discriminatórios a partir de uma construção do fortalecimento positivo da sua identidade.

- Promover desfile de penteados Afro.

- Construir um poema sobre a temática do racismo e preconceito.

Fonte: Própria autora - abr. 2022.

JUSTIFICATIVA

E foi assim que nasce o Projeto Empoderamento Mirim desenvolvidos com meus alunos do 2 ano A no ano de 2022. A ideia foi ofertar uma educação antirracista ao longo do ano. Usei o livro Caminhos e Vivência como norte tendo os brinquedos e as brincadeiras como ponto de partida.

Assim iniciamos as propostas com as brincadeiras shisima, cama de gato e escrevo de Jó. Uma vez que o livro trás que as brincadeiras são de origem africana, usamos a lousa digital para apresentar a África, suas especialidades, costumes, cultura e riquezas.

As bonecas serviram de modelos positivos para que as crianças também se empoderassem . Assim foram desafiadas a trazer as bonecas que tinham em casa e muitas bonecas pretas apareceram, entretanto,os meninos pareciam escandalizados , surpresos em vê-las.

Aproveitando e recurso da boneca, inspirado no vídeo americano, promovi uma dinâmica envolvendo duas bonecas (uma preta e outra branca). Realizei várias perguntas e conforme os alunos foram respondendo pude perceber que já tinham o racismo instituído em alguns.

A literatura esteve presente a fim de contribuir com a construção de uma imagem positiva de si valorizando as características de um afrodescendente que são e servindo de modelos positivos o aprimoramento do empoderamento.

Outro elemento que foi de suma importância foi à caixa de giz de cera com diferentes tonalidades que representam da pele. Os alunos melhoraram significativamente em sua autoestima e aceitação da sua cor.

Apresentei várias personalidades negras ampliando o repertório de conhecimento de pessoas negras e importante em nossa sociedade.

Penso que o professor tem um papel muito importante no que se refere ao combate do preconceito racial, portanto propor uma educação antirracista na escola é além do atendimento da lei 10.639/03 é favorecer na construção de uma sociedade menos racista e mais democrática. É este tipo de educação que promove relações mais saudáveis entre as pessoas, que valoriza a história e a identidade dos povos oprimidos e sobretudo que da recursos para que os estudantes tenham a capacidade crítica de perceber e combater o racismo que atua de forma transversal em todas as esferas das sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a aplicabilidade do projeto, percebi que as meninas se tornaram mais empoderadas nas suas características. As famílias passaram a pentear o cabelo das meninas explorando várias possibilidades de penteados, inclusive contagiou muitas meninas de pele branca com cabelos lisos de outras salas de aula na escola para o despertar para o uso das tranças. Já os meninos passaram a vir com diferentes cortes de cabelos. O mais importante foi que os cabelos crespos das meninas pretas , quando penteados soltos não causaram mais incômodo a nenhum aluno. Não houve mais comentários que subjulgasse ou ofendesse o cabelo crespo de nenhuma menina preta de modo que ela se sentisse diminuída pela sua característica.

As meninas pretas de empoeiraram de uma tal maneira que passaram a influenciar mesmo involuntariamente outras meninas da escola e no dia 23.09.22 realizaremos um desfile de penteados para fazer o fechamento do projeto. Foi um belíssimo momento em que a crianças pretas ficaram em evidência positiva na escola. Todo o período parou para vê-las nesse desfile. E foi tão emocionante que em determinado momento abrimos a passarela e todos passaram a desfilar. Não somente as crianças, mas adultos, não só as pretas , mas as brancas , os funcionários, enfim. Foi maravilhoso poder proporcionar um momento em que toda a beleza foi singular e belíssima , simplesmente porque eram únicos.

Melhorou muito a autoestima das crianças, sobretudo das meninas. Ampliou o conhecimento acerca das personalidades negras, aprenderam que as brincadeiras podem ser as mesmas em diferentes localidades do mundo e conheceram brincadeiras africanas.

Neste contexto do brincar as crianças não se mostravam preconceituosas pois elas procuravam parcerias com as crianças mais habilidosas. Assim as brincadeiras e os jogos, como: Shisima, Escravo de Jó e Cama de Gato ,brincadeiras estas que constavam no livro Caminhos e Vivência que foram de suma importância para diminuir o distanciamento das práticas preconceituosas no âmbito infantil. Passaram a interagir mais entre eles através das brincadeiras, ampliou as relações de

amizades, parcerias e melhorou muito a oralidade dos alunos, pois além de ensinar as brincadeiras eles passaram a explicar para os colegas a origem das brincadeiras que eram oriundas de alguns países africanos.

Os alunos compreenderam que não importa a cor da pele e sim o que tem no coração das pessoas. Passaram a não aceitar falas racistas e tampouco o pedido de desculpas, e chamavam a atenção do ofensor dando uma aula sobre racismo e preconceito, alegando conhecimento e propriedade. Enfim, descobriram que ser preconceituoso ou racista, é crime e ser assim não é bom para ninguém em nossa sociedade.

A literatura também contribui muito na sementinha que foi plantada nos corações e nas mentes dos alunos dando início a germinação de uma sociedade mais igual e humana. Pois é através da literatura que o mundo é apresentado para a criança. Oportunizar as crianças pretas a se enxergarem de modo positivo nas ilustrações dos livros, com personagens sendo protagonistas nas histórias, foi ofertar várias possibilidades de sentimentos, emoções e prazeres a elas , além de possibilitá-los a se identificar-se com os personagens e refletir sobre os diferentes aspectos do cotidiano deles , de seus pensamento e sentimentos. Isso envolveu muitos aprendizados sendo um crescimento para todos que participaram do projeto e mesmo aqueles que não participaram diretamente, sentiram-se provocados a refletir e mudar.

O desenho é foi um forte aliado para o desenvolvimento da expressividade das crianças, foi uma linguagem possível onde elas expressaram suas características respeitando as especificidades e características pessoais como core da pele, cabelo, formato do rosto enfim, complementaram suas produções artísticas com a ilustração da família.

Finalizamos com a escrita coletiva de um poema sobre Racismo e Preconceito que dialoga com o livro Caminhos e Vivencias do 2º ano nas páginas 44, 123, 117 onde os alunos já haviam adquirido uma bagagem sobre o gênero literário e a partir daí construíram coletivamente o poema: FORA RACISMO, PRECONCEITO NÃO!

Apesar das dificuldades encontradas no decorrer do meu trabalho, acredito que a aplicação da lei na prática , mesmo sendo lenta, com certeza tem como objetivo principal oferecer informações e conhecimentos estratégicos para a compreensão e o combate ao preconceito e a discriminação racial nas relações pedagógicas e educacionais das escolas, além da eliminação de práticas racistas. Eu como educadora e formadora de opinião acredito que o espaço educacional precisa oportunizar vivências onde a criança preta se enxergue de modo positivo e construa conhecimentos sobre os aspectos da natureza da cultura afro-brasileira. Quanto mais ofertado um trabalho as crianças , dessa natureza, mais oportunidade de reconstruir a história do povo preto no Brasil de modo positivo e empoderado e combater o racismo de modo a eliminá-lo da nossa sociedade.

O ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira possibilitará a valorização do negro e de sua imensa contribuição para a formação e construção desta nação. A escola é um espaço educativo onde a criança se relaciona com outros no geral criando oportunidade de se conhecer e construir conhecimentos de diferentes formas. Quando mais oportunidade lhe é dado, mais a ajudará na construção de sua identidade se afirmando enquanto afro-brasileira.

O projeto que culminou nesse artigo perdurou ao longo do ano letivo de 2022 onde ganhou em 1º lugar o prêmio chamado Ação Destaque 12ª Edição 2022. Ofertado pela Editora Opet Education e Selo Sefe – Sistema Educacional Família e Escola que concorreu em nível nacional. Devido a relevância da temática Educação antirracista, o atendimento da Lei 10.639/03 e meu compromisso moral com a sociedade brasileira e minha ancestralidade, concluo que o artigo seja mais uma semente a ser plantada na caminhada para da oferta de uma educação antirracista nas escolas e que o material ajudará professores a repensar suas praticas com vistas ao atendimento da lei 10.639/03 de modo a incluir propostas pedagógicas que trabalhe de fato a Lei inovando e ressignificando o trabalho do professor no tocante da igualdade racial.

As crianças encontram- se em processo de construção de conceitos, esta é uma fase muito importante para que sejam mediados a construir pensamentos desprendidos de nenhum tipo de pré-conceitos.

Esse deve ser um compromisso de todo professor. O de fazer a educação um espaço acolhedor, igualitário onde o nosso maior compromisso, seja articular o ato de desenvolver habilidades com a valorização de crianças pretas ou brancas Poe meio do fortalecimento da identidade de cada individuo.

Fonte: Própria autora - ago 2022.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do lar, ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

DIANGELO, Robin J. - **Não basta não ser racista :sejamos antirracistas**/ Paulo: Faro Editorial, 2018. p.192 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos.

BRASIL, **Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003.**Ministério da Educação. **Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC/SECAD. 2005.

SANTOS, Natanael **dos TRAJETÓRIAS DO AFRICANO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO/** Natanael dos Santos - 1ª Ed. - Cosmópolis: Editora Baobá, 2018.

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf - Acesso 22 jun. 2023**.**

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

ANA MELICIA MORAES DE SOUZA
Graduação em Geografia pela Faculdade de Ciências e Artes de Monte Aprazível (2001); Graduação em Pedagogia pela Faculdade Uninove (2012); Mestre em Educação pela Faculdade Uninove (2017); Professora de Educação Infantil na EMEI Alceu Maynard de Araújo.

RESUMO

Este artigo tem como tema a importância da Geografia na formação do estudante. Entender o processo ensino-aprendizagem da Geografia é fator relevante, pois é através dela que o estudante consegue desenvolver o senso crítico e reflexivo, além de trazer aprendizados para o campo do saber geográfico. O problema da investigação foi refletir sobre a importância das Ciências Humanas na escola, e analisar a relevância da Geografia no cotidiano escolar e social. Os princípios da Geografia destacados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também foram analisados, a fim de entender como a Geografia colabora na formação dos estudantes da Educação Básica, e qual a sua importância para um desenvolvimento cidadão. A Geografia vem assumindo um grande valor na Educação Básica, e é de extrema importância reconhecer como indispensável para a formação dos estudantes. A metodologia qualitativa incluiu uma revisão bibliográfica realizada em livros, artigos já publicados sobre o tema, e análise documental, pensando no desenvolvimento dos estudantes e fazendo entender sobre o vasto potencial que a Geografia proporciona na formação.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Educação Básica; Formação.

INTRODUÇÃO

A importância da Geografia na formação do estudante é o tema desta pesquisa, pois é através dela que o estudante consegue desenvolver o senso crítico e reflexivo, além de trazer aprendizados para o campo do saber geográfico. As Ciências Humanas têm um papel importante no sentido de oferecer instrumentos que possibilitem o desenvolvimento de sua capacidade de análise, e a Geografia está inserida nessa área do conhecimento.

A justificativa do presente artigo é refletir sobre como os conhecimentos geográficos são essenciais para a compreensão do mundo em que vivemos, a Geografia, como disciplina do século atual, vem buscando desenvolver importantes papéis no âmbito escolar e social. O seu estudo

desvenda as máscaras sociais, produzindo mudanças significativas na sociedade, por isso a importância de entender o seu contexto no cotidiano escolar.

Através da Geografia os estudantes são capazes de se identificarem como sujeitos, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais. Para a compreensão do objeto é necessário problematizá-lo a partir de questionamentos como: Qual a importância das Ciências Humanas na escola? Qual a importância da Geografia no cotidiano escolar e social? Quais são os princípios da Geografia pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?

O objetivo geral desse artigo é analisar a importância da Geografia na formação do estudante, e os objetivos específicos são refletir sobre como as Ciências Humanas pode estimular uma formação ética, qual a importância da Geografia no cotidiano escolar, e quais são os princípios da Geografia na (BNCC) Base Nacional Comum Curricular.

A abordagem metodológica utilizada foi a revisão bibliográfica realizada em livros, artigos e análise documental que diz respeito sobre a importância da Geografia para o desenvolvimento dos estudantes.

A IMPORTÂNCIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

As Ciências Humanas possibilitam que os indivíduos se tornem críticos, conheçam a história e compreendam a geopolítica global, além disso permite que as pessoas questionem o sistema em que estão inseridos. No mundo globalizado de hoje, onde as pessoas buscam soluções imediatas, as Ciências Humanas podem não estar sendo valorizada, destacando as Ciências Exatas, pois entendem-se que oferecem soluções mais rápidas.

A importância das Ciências Humanas na formação do estudante é que ela oferece instrumentos para desenvolver sua capacidade de análise, interpretação e sistematização da realidade social. Elas colaboram para a compreensão das ações dos homens, e o significado dessas ações.

Goldmam (1986) destaca que os fatos históricos e sociais têm uma significação objetiva. O autor salienta que é preciso ligar o estudo dos fatos de consciência à sua localização histórica e à sua infraestrutura econômica e social, e que o cientista social não pode ignorar a intenção subjetiva nem a significação objetiva das ações humanas.

As Ciências Humanas abrangem estudos tais como: Antropologia, História, Sociologia, Ciência Política, Linguística, Pedagogia, Geografia Humana, Filosofia, Psicologia, entre outras. Estudar essas disciplinas desenvolve a capacidade de reflexão, pois são estudadas as características do homem enquanto ser social. De acordo com ANDRIOLI (2008, p. 2)

> Desde o início da filosofia, com os gregos, a sobrevalorização da atividade intelectual especulativa se dá em detrimento da importância do trabalho produtivo, da atividade prática do ser humano. Os filósofos se dedicavam exclusivamente à contemplação, ao debate de ideias e desprezavam o envolvimento prático com o mundo, que era função delegada aos escravos. (ANDRIOLI, 2008, p. 2)

Aristóteles citado por Andrioli (2008) afirma que “aquele que pode antever, pela inteligência, as coisas, é senhor e mestre por natureza; e aquele que com a força do corpo é capaz de executá-las é por natureza escravo” (ARISTÓTELES, 1999, p. 144). Isso nos faz refletir sobre a importância da atividade intelectual, ou seja, da reflexão e diálogo entre os seres humanos.

As áreas das Ciências Humanas como a Sociologia, a Filosofia, a Geografia e outras disciplinas permitem refletir sobre as ações humanas pensando na melhoria das relações do homem com o ambiente, Bakhtin citado por Barros (1997) destaca que:

> A especificidade das ciências humanas está no fato de que seu objeto é o texto (ou o discurso). Em outras palavras, as ciências humanas voltam-se para o homem, mas é o homem como produtor de textos que se apresenta aí. Dessa concepção decorre que o homem não só é conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos e por meio dos textos, o que distinguiria as ciências humanas das ciências exatas e biológicas que examinam o homem “fora do texto” (BARROS, 1997 p.28).

Nesta concepção a reflexão e o diálogo estão presentes na educação, pois nela há inúmeras ações iniciadas e outras já concretizadas revelando a importância dos sujeitos se formarem em âmbitos morais e atitudinais propostos nas disciplinas das Ciências Humanas.

A Ciência Humana colabora com o senso crítico, segundo Souza e Fick (2009) ela também auxilia no desenvolvimento das capacidades de escrita e fala, permitindo aos estudantes uma visão específica e ampla de mundo, contribuindo para o indivíduo agir livremente, além de outros atributos que auxiliam direta e indiretamente no comportamento humano.

Na Educação Básica a Ciência Humana proporciona aos estudantes o protagonismo social, dessa forma os estudantes criam uma visão crítica sobre a realidade que o cerca. Entendemos que esse despertar do senso crítico não acontece de forma imediata. Através das disciplinas formadoras das Ciências Humanas o conhecimento da cultura humana é disseminado, uma vez que os professores são produtores de cultura.

Na próxima seção vamos refletir sobre a importância da Geografia no cotidiano escolar, esse componente está inserido na área de conhecimento das Ciências Humanas. Os estudantes têm seu primeiro contato com a Geografia já na Educação Infantil e vai desenvolvendo progressivamente o aprendizado através de alguns princípios ao longo de toda sua trajetória do Ensino Básico.

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NO COTIDIANO ESCOLAR

Através da Geografia os estudantes são capazes de desenvolver o seu senso crítico e conhecedor do espaço em que ele vive. O objeto da Geografia é o espaço geográfico, seus conhecimentos são capazes de fazer os estudantes compreenderem o mundo em que vivemos. A Orientação Curricular para a Educação destaca que:

> A Geografia compõe o currículo do ensino fundamental e médio e deve preparar o aluno para: localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação. (BRASIL, 2008, p. 43).

A partir da afirmação supracitada, entendemos que seu estudo é indispensável para a formação

educacional no cotidiano da sociedade atual. Assim, “A prática escolar predominante hoje se realiza dentro de um modelo teórico de compreensão que pressupõe a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade” (LUCKESI, 2002, p. 28). Por isso, é importante que a educação esteja em constante mudança, percebendo a realidade em que a sociedade se encontra.

Na atual sociedade em que as escolas estão inseridas notamos uma grande preocupação com a classificação em nível de aprendizagem, sem se preocupar com uma educação de qualidade. (LUCKESI, 2002, p. 99) destaca que:

> O sistema social não demonstra estar interessado em que o educando aprenda, a partir do momento em que investe pouco na educação, os dados estatísticos estão aí para demonstrar o pequeno investimento, tanto do ponto de vista financeiro quanto do pedagógico, na efetiva aprendizagem do educando. (LUCKESI, 2002, p. 99).

Através da citação supracitada entendemos que a Geografia acaba sendo desvalorizada, pois ela trabalha com acontecimentos atuais, política, educação, paisagens, e o conhecimento geográfico está presente no cotidiano. Para uma compreensão da Geografia é importante uma integração entre escola, aluno e mundo contemporâneo. Para Damiani (2008, p. 29):

> “Em cooperação junto às demais disciplinas, a Geografia deve assumir sua responsabilidade na tarefa de compreensão da sociedade em que vive e ações positivas nesse ambiente. Desenvolvendo não para o aluno, mas principalmente com o aluno a perspectiva da sociedade enquanto um todo, fruto da unidade na diversidade”. (DAMIANI, 2008, p. 29).

Esse componente curricular no cotidiano escolar colabora para uma melhoria social, pois como disciplina atual trabalha com questões da realidade dos alunos, ela está ligada na formação de capacidades intelectuais e na estruturação do pensamento.

Freire (2005), salienta que sobre a prática educativa de liberdade “a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo implica em um constante ato de desvelamento da realidade”. Diante disso entendemos que para uma prática educativa as ações devem estar inseridas com professores atrelados com os compromissos sociais partindo da realidade dos estudantes. Segundo (MATIAS, 2008, p. 177):

> a Geografia foi introduzida nas escolas com o objetivo de contribuir para a formação dos cidadãos, a partir da difusão da ideologia do nacionalismo patriótico. A Geografia estava ligada aos interesses políticos e econômicos do Estado-Nação. Nas escolas trabalhavam a estruturação mecânica dos fatos, fenômenos e acontecimentos divididos em aspectos físicos, aspectos humanos, aspectos econômicos, de modo a fornecer aos alunos uma descrição das áreas estudadas, sejam de um país, de uma região ou de um continente. (MATIAS, 2008, p. 177).

Com isso, o conhecimento geográfico acontece no cotidiano dos estudantes, está indissociável do desenvolvimento das capacidades intelectuais e na estruturação do pensamento, além de colaborar com o conhecimento em todas as áreas curriculares. Mendonça (2007, p. 32), salienta que “a Geografia é, sem sombra de dúvida, a única ciência que desde sua formação se propôs o estudo da relação entre os homens e o meio natural do planeta”.

Em textos acadêmicos relacionados sobre a importância da Geografia no ambiente escolar vemos que muitos citam sobre como tornar as aulas de Geografia mais interessantes, colaborando com o dinamismo de ensino-aprendizagem. As sugestões mais destacadas referem-se as aulas em campo, uso da informática, a interdisciplinaridade, o destaque para a cartográfica, a música, a literatura, entre outros recursos materiais, acompanhados de mapas, globos, maquetes, fotografias,

atlas, entre outros, a fim de que as aulas sejam mais dinâmicas.

A relação entre os saberes adquiridos e os conteúdos escolares é possível quando os estudantes conseguem estabelecer relações com suas vivências, portanto, os conteúdos escolares devem dialogar com a realidade que os estudantes estão inseridos e os documentos oficiais. Castells assegura que tanto o espaço quanto o tempo estão a ser modificados sob o efeito do paradigma da tecnologia de informação e das formas e processos sociais induzidos pela atual mudança histórica (2007, p.493).

A aceleração contemporânea mediada pelos recursos tecnológicos impõe novos ritmos à sociedade, e impacta na educação. Usar a Geografia pensando em uma formação construtivista e crítica, valorizando o cotidiano do estudante, demanda contextualização, utilizar reportagens, letras de música, anúncios de outdoors, revistas, programas de TV, partindo da realidade do aluno colabora para o desenvolvimento crítico.

A realidade social desses educandos está imersa em informações que estes adquirem mediante os textos de circulação social. Menezes, Toshimitsu e Marcondes, destacam que estes recursos didáticos que trazem mensagens codificadas auxilia os alunos no aperfeiçoamento da leitura e na produção textual, construindo seu senso crítico sobre o tema (2007).

O espaço escolar herdado da sociedade moderna guarda algumas características que o distinguem dos outros espaços sociais, ainda são carregados de burocratização. Sobre isso Tardif e Lessard (2011, p. 166), destacam que esse tempo coletivo reproduz esse pattern básico: períodos de trabalho em classe, intervalos e atividades de preparação para os professores, reproduzindo o modelo que está na base do trabalho coletivo das sociedades industriais.

É preciso que a escola repense sobre sua organização tempo/espaço a fim de que a Geografia seja mais contextualizada. Solé e Coll (2009, p.27) fazem afirmações e indagações pertinentes sobre o assunto, os autores destacam que:

> A respeito, é interessante refletir sobre o fato de que a forma de distribuir os espaços, o tempo, a elaboração dos horários, a distribuição dos grupos, não são questões meramente técnicas, na medida em que essas variáveis podem influenciar notavelmente no desenvolvimento do ensino, não seria impróprio pensar em uma forma de abordagem construtivista da organização. Perguntas como “Esta distribuição de horários nos permite um acompanhamento dos alunos para que possamos atendê-los adequadamente? Facilita o trabalho interdisciplinar?, para dar apenas um exemplo, mostram que a organização perfeita não é a que parece perfeita no papel, mas a que facilita a tarefa educativa, organização que, certamente, também deve ser razoável no papel. (SOLÉ E COLL 2009, p.27).

Kenski (2007, p.64) destaca que “a escola precisa, enfim, garantir aos alunos-cidadãos a formação e a aquisição de novas habilidades, atitudes e valores, para que possam viver e conviver em uma sociedade em permanente processo de transformação”.

A Geografia tem como principal contribuição na educação dos estudantes desenvolver noções de mundo e compreende as constantes transformações da sociedade e da natureza. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que foi criada com o objetivo de equalizar a educação no Brasil, na próxima seção veremos os princípios da Geografia através desse documento.

PRINCÍPIOS DA GEOGRAFIA PELA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é o documento normativo para a elaboração dos currículos escolares nos respectivos sistemas educacionais em atendimento ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). As definições apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abrange toda a Educação Básica do Brasil, desde a Educação Infantil até Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem por objetivo equalizar a educação no Brasil e garantir que todos possam ter uma formação de qualidade. Esse documento discorre por todas as disciplinas que um estudante se depara durante a Educação Básica. Em relação a Geografia a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) norteia essa disciplina através de 7 princípios básicos: Analogia, que tem como objetivo comparar os fenômenos geográficos; Conexão, onde o aluno percebe que os eventos geográficos não ocorrem de forma isolada e sim interligadas com outros eventos naturais ou sociais; Diferenciação: que faz o aluno compreender que os fenômenos transformam o planeta de forma diferente, por isso várias culturas; Distribuição: que demonstra como os objetos são encontrados pelo espaço; Extensão: delimita um local por conta dos fenômenos geográficos; Localização: faz o aluno entender a posição de um objeto na superfície: Ordem: que é como o espaço se estrutura através das regras feitas pela sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca no componente curricular de Geografia que sua atribuição é contribuir para a leitura de mundo e a mediação dos conceitos geográficos mobilizados para a efetivação do referido raciocínio geográfico como podemos notar no texto abaixo:

> Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fatual (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania (BRASIL, 2018, p. 360).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que os conteúdos da Geografia precisam superar as limitações descritivas até então predominantes e orientar para uma prática de ensino-aprendizagem efetiva, que inclua a concepção de raciocínio geográfico, contribuindo para que os estudantes compreenderem as transformações da sociedade e da natureza, estando preparados para a vida adulta e o mercado de trabalho.

A Educação Infantil configura-se como o primeiro contato da criança com a escola, essa etapa atende crianças de 0 a 5 anos de idade. No Brasil a Educação Infantil é obrigatória para crianças a partir dos 4 anos, e é facultativo o ingresso escolar nos anos anteriores.

A educação das crianças na Educação Infantil passa a ser reivindicada a partir da década de 80, quando houve uma abertura política e pressão por parte das camadas populares para a ampliação do acesso à escola. Em 1988 a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado. A Constituição no art. 205 destaca que:

> Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 1).

Ao longo dos anos 90 ocorreram várias discussões sobre a concepção de criança, a fim de entender como a criança é capaz de aprender pelas interações com seu meio social. Essas discussões avançaram para um fortalecimento de uma nova concepção de infância. Foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a Educação Infantil foi incorporada como nível da Educação Básica.

Na Educação Infantil é preciso mostrar para as crianças como o homem se relaciona com a natureza, a Geografia tem um papel fundamental nessa etapa, ela permite desenvolver a noção de localização e espaço, na qual a criança começa a entender sobre onde mora, a diferença entre os lugares e as paisagens naturais e culturais.

Desenvolver o respeito pensando em uma sociedade mais tolerante a diversidade pode ser desenvolvido nessa fase da educação, levando em conta que o Brasil é um país com uma vasta diversidade cultural. Trabalhar com as crianças as diversas culturas, etnias, religiões que se encontra dentro de uma mesma sala de aula, ou de algum local de convívio social colabora para praticar o respeito. É relevante ressaltar que a Geografia é uma ciência que possibilita a criança a entender e desenvolver habilidades para o seu desenvolvimento cognitivo, cultural e social.

Para a compreensão dessa ciência cabe ao professor e a escola disponibilizar métodos adequados para o incentivo desse estudo, nesse aspecto, Ribeiro e Marques (2001, p.38) estabelecem que “cabe à escola acompanhar a criança desde suas necessidades mais elementares promovendo sua socialização e possibilitando à criança a aquisição dos primeiros conhecimentos sistematizados”.

A escola pode promover o estímulo para a aprendizagem significativa em todos os seus aspectos, o professor e a escola podem oferecer atividades lúdicas e diversificadas para o desenvolvimento das noções espaciais de Geografia. Nesse sentido, Ribeiro e Marques (2001, p. 41) afirmam que:

> As atividades lúdicas podem ser propiciadas situações que possibilitem o desenvolvimento das noções espaciais e sua representação. Por esta razão, estas atividades devem ser acompanhadas de palavras chaves: em cima de; embaixo de; em frente/ atrás; ao lado de; perto/longe. (RIBEIRO e MARQUES, 2001, p. 41).

As atividades lúdicas devem promover um conhecimento transmitido pelo brincar, pois é mais gratificante para a criança aprender brincando, de forma espontânea e prazerosa. Através das experiências desenvolvidas no ambiente escolar as crianças podem avançar no seu progresso intelectual, compreendendo ambiente onde vive, favorecendo uma educação de qualidade desde a infância.

A etapa do Ensino Fundamental está dividida em Ensino Fundamental I que abrange do 1º ao 5º ano, e Ensino Fundamental II que abrange do 6º ao 9º ano. Durante todo o período da Educação Básica é de responsabilidade do sistema escolar desenvolver no educando consciência de valores para que consiga subsídios para continuar seus estudos e futuramente ingressar no mercado de trabalho.

Até o ano de 2009, apenas o Ensino Fundamental era obrigatório no Brasil, essa condição

foi modificada com a Emenda Constitucional nº 59/2019, a partir dessa Emenda, a obrigatoriedade passou a ser para as crianças de 04 anos até os adolescentes de 17 anos de idade.

Quando os estudantes avançam da primeira etapa da fase do Ensino Fundamental ele passa a ter uma grande quantidade de professores, um para cada disciplina, isso contribui para a independência dos estudantes, mas também demanda responsabilidade e organização, essa fase é a ponte que liga a criança ao mundo em que elas vivem.

Nessa fase do Ensino Fundamental II a Geografia tem como objetivo fazer os estudantes entenderem a dinâmica do espaço, as formas de relevo, os fenômenos climáticos, as composições sociais, colaborando para o entendimento dos hábitos humanos em diferentes lugares. Cahali (2003) salienta que:

> A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (apud CAHALI, 2003, p. 124).

A Geografia nessa fase deve concentrar no âmbito do cotidiano dos alunos e descortinar o mundo em que ele está inserido. Desenvolver a criticidade favorece a compreensão do que está sendo proposto, assim é relevante trabalhar habilidades que foque em um olhar crítico do indivíduo. Rocha (1993), destaca que:

> A preocupação básica do ensino de Geografia Crítica deve ser o de contribuir para a construção plena da cidadania, possibilitando ao aluno as condições teóricas para que ele aprenda criticamente a realidade e possa participar ativamente das transformações […] (ROCHA, 1993, p. 180).

A escola deve proporcionar um protagonismo aos estudantes a fim de que as aprendizagens sejam significativas e mais próximas com a realidade em que esses estudantes estão inseridos. Cabe ao professor mediar o processo de ensino-aprendizagem observando a sociedade atual e colaborando com o cognitivo dentro do ensino da Geografia.

O Ensino Médio que consiste na última etapa da Educação Básica, tem duração média de três anos e antecede o ingresso ao ensino superior. O objetivo desta etapa é dar uma formação voltada para o mercado de trabalho, aprimorar os conhecimentos já adquiridos e contribuir para a formação do ser humano crítico.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca desde os anos iniciais que a Geografia deve trazer aos estudantes conhecimentos que ajudem esses indivíduos a compreender a realidade. Ela traz bem a fundo a importância dessa disciplina, Castellar (2012) destaca que:

> A Base reforça a ideia da Geografia como um componente importante para entender o mundo, a vida e o cotidiano. Desenvolver nos estudantes o raciocínio geográfico, articulando alguns princípios, significa dotá-los de mais uma forma de perceber e analisar criticamente a realidade (CASTELLAR, SÔNIA. 2012).

Fazer o estudante entender o espaço geográfico e olhar ao seu redor interpretando o local onde vive é o foco central da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando que esse espaço geográfico é moldado e configurado nas relações desenvolvida pela sociedade. A Geografia no Ensino Médio tem como objetivo a formação do cidadão crítico e conhecedor da sociedade, a fim de que esse estudante possa atuar de forma positiva no meio em que vive.

O ensino da disciplina de Geografia precisa ser repensado para que o pensamento crítico possa ser desenvolvido ao longo de todo o Ensino Médio, mesmo se houver lacunas deixadas por ciclo anteriores. Nessa fase é de extrema importância o conhecimento sobre geopolítica, ela nos faz compreender os problemas sociais, isso é importante porque no Brasil os jovens podem começar a exercer o voto com 16 anos, período em que está na Educação Básica.

O conhecimento é a base fundamental para que possamos incentivar o exercício da crítica, sendo assim é possível interpretar informações relevantes, por isso é necessário se manter atento quanto a construção da crítica do pensamento. Essa análise nos faz entender a necessidade que temos de repensar o ensino da disciplina de Geografia principalmente no Ensino Médio, auxiliando para uma melhor formação.

Desenvolver o raciocínio Geográfico, ter noções de mundo e compreender as constantes transformações da natureza e da sociedade é o objetivo da Geografia, ela está em tudo. É função da escola encontrar situações cotidianas na vida desses estudantes que tenha ligação com essa disciplina, fazendo com que seu estudo seja atrativo, desenvolvendo o interesse e a curiosidade pelo conteúdo da matéria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou entender que as Ciências Humanas permitem aos estudantes conhecer a história, analisar como o homem vive em sociedade, além de cooperar na formação de um indivíduo mais crítico, capaz de entender o mundo a sua volta. Compreendemos que a Geografia, inserida nas Ciências Humanas, possibilita colaborar na formação de estudantes críticos, uma vez que essa disciplina oferece instrumentos para que os estudantes sejam capazes de analisar, interpretar e sistematizar a realidade social.

A Geografia dentro do cotidiano escolar e social permite ao longo da trajetória da Educação Básica desenvolver o senso crítico, formando cidadãos reflexivos, capazes de compreender o espaço em que convive. Entendemos que compreender os hábitos humanos, respeitando as múltiplas culturas, passando pelas formas de relevo e fenômeno climáticos são atributos da Geografia dentro do cotidiano escolar.

Identificamos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo para a elaboração dos currículos escolares da Educação Básica, destaca no componente curricular de Geografia, princípios básicos a fim de desenvolver o raciocínio geográfico, noções de mundo, e as transformações da sociedade e da natureza.

Foi possível observar a importância da disciplina na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, refletindo sobre o vasto potencial que a Geografia proporciona para os estudantes. Contudo, considerando a abrangência do tema e os desafios que o envolvem, abrem-se possibilidades para a realização de novas pesquisas a respeito do ensino-aprendizagem da Geografia, a fim de atingir objetivos e formar cidadãos mais críticos de sua realidade.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **As ciências humanas e a universidade. Revista Espaço Acadêmico, n. 60 maio/2006**. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br /060/60andrioli.htm. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Barros, Diana Luz Pessoa de. **Contribuições de Bakhtin às teorias do Discurso**. In: Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Beth Brait (org.) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BRASIL. **BNCC – Base Nacional Comum Curricular,** 2018. Ministério da Educação. Disponível: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2360/3383.Acesso em Acesso em 27 jul. 2018.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

BRASIL. **Orientações Curriculares Para O Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias.** Vol. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

CAHALI, Yussef Said (Org.) **Código Civil, Código de Processo Civil e Constituição Federal.** 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 19-139.

CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes.** São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A geografia e a construção da cidadania**. (IN) CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia na sala de aula. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 33 ed. São Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: O que é a sociologia?** Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. São Paulo; DIFEL, 1986.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. **Abordagem teórica-metodológica da geografia escolar e cotidiano – elementos importantes no processo de ensino e aprendizagem**. Disponível em: Revista Caminhos de Geografia. www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html. Acessado 18. jan. 2022.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís; MARCONDES, Beatriz. C**omo usar outras linguagens na sala de aula.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Luis Távora; MARQUES, Marcelo Santos. **Ensino de História e Geografia.** 2ª ed. Ver. E ampl. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

ROCHA, Genylton O. da. **Ensino de Geografia e a Formação do Geógrafo-Educador.** Terra Livre, AGB. São Paulo, nº. 11-12, p. 177-188. Ago. 1992.

SOLÉ, Isabel; COLL, César. **Os professores e a concepção construtivista.** COLL, César. (Org.). O construtivismo na sala de aula. Tradução Cláudia Schilling. 6. ed. São Paulo:Ática, 2009. p. 9-28.

SOUZA, V. R. de; FICK, V. M. S. **Apresentação.** In: SANTANA, J. R. et al. (Org.). **Epistemologias e Tecnologias para o Ensino das Humanidades. Fascículo 1 – A filosofia e as ciências humanas e sociais: por uma didática para o ensino das humanidades.** Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipogresso Ltda., 2009. Disponível em: <http://www.vdl.ufc.br/humanas/Data%5CSites%5C1%5CEpistemologias%20-%2001.pdf>. Acesso 20 jan. 2022.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

ANA PAULA LONGO DAS NEVES
Graduação em letras pela Faculdade UNIABC (2007); Professora de Educação infantil-na CEI Jardim Vera Cruz.

RESUMO

Este Artigo tem como objetivo principal abordar um breve estudo sobre a contação de histórias. Com isto, foi baseado em um estudo bibliográfico, desenvolvida com base em observações realizadas no decorrer das aulas e atividades teóricas/práticas vivenciadas na disciplina optativa EDU925. Este artigo, sustenta-se em uma abordagem teórico/reflexiva acerca da importância da contação de história, bem como para a preservação de nossa herança sociocultural por meio dos tempos, foi tratado ainda da sua relevância na sala de aula. A contação de histórias vem perdendo espaço diante do avanço tecno-científico, contudo destaca-se que mesmo em meio a tantos aparatos tecnológicos, a contação de histórias, essa arte milenar é mantida para e por pessoas que se dedicam a aprenderem modos de narrar que prendam a atenção do seu ouvinte e o encante.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Contação de Histórias; A arte de contar histórias; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Sabemos que desde o começo da humanidade quando o homem aprendeu a falar, contar histórias foi uma das formas utilizadas para repassar os conhecimentos para as futuras gerações. Quem hoje vê tantos apetrechos tecnológicos nem de longe conseguem pensar como era viver nessa época, porém chegamos a conhece-la através das tradições orais.

O homem foi evoluindo, a escrita foi inventada, e assim seguiram-se inúmeras outras invenções que nos conduziram à era atual altamente informatizada aonde o homem a cada dia vem sendo substituídos por máquinas ou equipamentos, aliás infelizmente o homem tem trocado conversas em encontros de amigos pelas conversas em redes sociais.

Não podemos deixar de admitir que o avanço tecnológico e científico facilitou e muito nossas vidas, mas em contra partida em nome das facilidades vamos perdendo coisas mais importantes e

interessantes. Dentre essas coisas que vão se perdendo com o tempo e que são de suma importância para nós seres humanos é o hábito milenar de se contar e ouvir histórias (principalmente dos mais velhos), uma arte que atravessou o tempo, tornou possível que obtivéssemos conhecimentos do passado mais que hoje anda esquecido pela maioria das pessoas.

As histórias ainda podem ser usadas como apoio nas mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo na didático/pedagógica, se antes, elas eram mais usadas meramente para esteirar os laços entre amigos, netos, pais e filhos hoje além disso as histórias podem ser usadas nas aulas tornado as mais estimulantes e ajudando no vínculo afetivo entre professor e aluno, descontruindo a visão que o professor é aquele que ensina e o aluno o que aprende.

Porém, mesmo diante de tamanha relevância a contação de histórias atualmente tem-se reduzido aos que o fazem artisticamente, ou por ofício da profissão, ofício que aliás tem exigido uma preparação por parte de quem o exerce.

Anos após adentrar à faculdade uma amiga apresentou-me a disciplina EDU925 Formação de Contadores de Histórias: Conta Comigo! que imediatamente levou-me a recordar como eram alguns das histórias que os mais velhos da minha família contavam quando eu era criança.

Um professor contador de histórias pode estar ensinando e aprendendo junto com seus alunos, afinal, o professor não está tão distante do contador de histórias, pois os dois trabalham com pessoas e sua ferramenta de trabalho é a palavra, (SANTOS, 2013, p.117), diz que:

> "...professor e contador de histórias desenvolvem seu ofício de gente para gente, com gente – as pessoas com quem necessariamente têm de interagir para fazer circular informações e saberes, produzir conhecimentos e constituir valores".

A BASE TEÓRICA

As mudanças são inerentes ao ser humano, vivemos em constantes transformações e através delas vamos desenvolvendo por meio do conhecimento, que por sua vez é primordial para nossa vida. É por meio do conhecimento que o ser humano poderá ser educado interagindo no processo de ensino/aprendizagem seja ele, escolar ou não.

São inúmeras as maneiras pelas quais adquirimos novos conhecimentos, pois o conhecimento não é único e a abarca várias formas, podendo ser: empírico, científico ou conhecimento de mundo, sua busca também envolve uma gama de métodos e modelos que fornecem formas diferentes para sua aquisição que pode ser por meio de estudos ou pesquisas, experiências práticas ou teóricas, por experimentação científica ou pela interação social.

Porém há que se ressaltar que a tradição oral foi uma das primeiras formas de transmissão de conhecimentos utilizadas pelo ser humano no decorrer da história e a arte de contar histórias está dentro dessa oralidade.

A arte de contação de histórias surgiu bem antes da escrita e pode ser desenvolvida por qualquer pessoa que goste das narrativas e tenha voz e memória. Com elas as tradições são passadas de geração para geração por meio da oralidade, MATOS, (2005, p.05, apud PAULO ZUMTHOR,

1985, p.4) destaca que a finalidade básica para trais tradições é manter a continuidade de uma experiência coletiva. O ato de contar histórias é uma das práticas mais remotas, pois desde que o ser humano aprendeu o mecanismo da fala as histórias são usadas como ferramenta de união, confraternização e troca de saberes. MOTA, (2017) descreve bem contação de histórias como um ato universal e particular:

> [...] a arte de contar histórias é apropriada por cada cultura a qual pertence. Contudo, é, ao mesmo tempo, universal e particular. É universal porque sua origem está na tradição oral que sustenta a existência de todos os povos e é particular porque toma a coloração da linguagem e modos de expressá-la de cada cultura. E, assim, apesar da multiplicidade de modos de contar e da infinidade de possibilidades textuais e performáticas, tal arte segue sua missão na transmissão de valores universais. (MOTA, 2017, p. 35).

Assim, do particular para o universal a arte de contação de história persiste até os dias atuais com a mesma finalidade, porém com muitas e novas roupagens.

Busatto (2006) divide a arte de contar histórias em três fundamentos: imagem, ritmos e intenções e os mesmos servem como base de sustentação da narração oral. A imagem é vista como o imaginário, o contador cria as imagens verbais do texto lido e as transforma para os ouvintes usando também imagens sonoras como imitar uma campainha e pôr fim a corporal onde o corpo do contador toma formas e através delas os ouvintes imaginam o que está sendo contado. As imagens feitas pelo narrador seguem para imaginário do ouvinte e lhe provocar sensações e sentimentos.

> [...]contar histórias pode ser um fermento para o imaginário. Elas nascem no coração e, poeticamente circulando, se espalham por todos os sentidos, devaneando, gritando e até chegar no imaginário. O coração é um grande aliado da imaginação nesse processo de produção de imagens significativas. Com o coração, a gente sente e vê com os olhos internos as imagens que nos fazem bem. (BUSATTO, 2006, p.58).

Mais adiante, na mesma obra Busatto, fala a respeito da imagem para manterem aceso o interesse do ouvinte.

> “Enquanto os povos de cultura oral se valem das imagens como fator de memorização, considero a possibilidade essas mesmas imagens manter aceso o interesse do ouvinte, pois colaboram para a formação de um quadro imagético” (BUSATTO, 2006, p.59).

Já o ritmo está no tempo e na forma que o contador usa para transmitir a história se utiliza de pausas, silencio ou sons.

> “O ritmo do contador revela a sua condição reflexiva e a capacidade de conter os significados do conto. Seu corpo pausa com o sentido do narrador, pois ritmo e sentido, marcando uma batida harmônica, nu galopar preciso, pontuado por sons e silencio” (BUSATTO, 2006, p.73).

E por último, mas não menos importante Busatto (2016), traz a intenção que faz o narrador pesar sobre o que ele quer com o conto, o que significa para ele, e o que pode significar para o outro que está ouvindo. “A intenção, o que eu quero dizer com o conto, é mais que intelectualizar o que está sendo dito pelo texto ou pelo subtexto. Implica também aquilo que eu sinto enquanto narrador ao ser tocado pelo conto” (BUSATTO, 2006, p.74).

Por outro lado, Zarcate compara o conto com um ser humano pois ele é dividido em esqueleto, carne, roupas e alma, e cada parte tem sua função.

> O conto é como o ser humano: ele tem um esqueleto, carne, roupas, uma alma. O esque-

> leto, os ossos são a estrutura do conto. Se você a modifica, você quebra o conto. A carne não é a mesma coisa. A carne é a cultura. Uma chinesa não anda com uma africana. Esta diferença existe no conto. As roupas são as palavras que você utiliza. Mas, para vestir um conto, não se pode conter um erro cultural. Para contar um conto chinês, é preciso saber o que é a China. Você conta um conto indiano e você sente que na sua boca, e nas suas palavras, o saci. Mas o saci são milhares e você pode escolher. A fantasia do contador, sua arte está na maneira como ele vai vesti o conto. (MATOS, (caderno de texto, apud CATHERINE ZARCATE, 1996, p.9).

Segundo Zacate, compreendemos que não tem como narrar uma história apenas decorando-a, é preciso ir além, pesquisar sobre a cultura presente conhecê-la para depois saber retratar com segurança, respeito e cuidado necessários, a narração pode despertar o espírito criativo do ouvinte e o efeito de encantamento deve prevalecer durante toda a narração atraindo a criança ou o adulto a pensar sobre a história e levá-la junto consigo na memória.

ANALISANDO A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA AO LONGO DO TEMPO

Vivemos em uma época de efervescência, a todo momento surgem inovações tecnológicas que inevitavelmente influenciam consideravelmente a vida de toda a humanidade, nos últimos tempo as tecnologias de comunicação vêm tendo um vertiginoso crescimento especialmente nas chamadas redes sociais criadas para nos comunicarmos uns com os outros.

Depois da criação da internet, as empresas de tecnologia investem alto em hardware e software que buscam melhorar a comunicação entre internautas, blogueiros, blogueiros etc. Esse fato é justificável se pensarmos que a comunicação é essencial à nossa vida, pois nenhum homem consegue viver sem se comunicar, aliás, a linguagem é uma das principais características que nos diferencia dos demais animais, oral ou escrita ela prefigura o mais importante meio de comunicação da humanidade.

A linguagem surge exatamente da grande necessidade que o homem possuía de se comunicar com o outro, no decorrer da história da humanidade surgiram e foram inventados diversos meios de comunicação: a fala, os símbolos, os gestos, a escrita, os sinais, dentre outros.

Assim a fala como um dos primeiros meios de comunicação humana foi sendo usada não só para isso como também para desenvolver a arte de contar e criar histórias reais e/ou fictícias, tais histórias iam sendo passadas de uma para o outro e foram muito úteis na transmissão de conhecimento de geração para geração.

> Antes da escrita, todo saber era transmitido oralmente. Deve-se a isto toda a importância dada à memória nas sociedades tradicionais, pois a memória era o único recurso para armazenar e transmitir o conhecimento às futuras gerações. O ato de contar histórias remete a este tempo em que o homem confiava na sua memória e nas suas experiências, resgatando qualidades tão necessárias ao desenvolvimento humano. (TETTAMANZY, TORRES,2008, p.02).

Portanto até o surgimento da linguagem escrita, a fala e a memória eram os únicos instrumentos para a construção e consolidação do conhecimento humano, rapidamente após a invenção da escrita a contação de histórias auxiliou o desenvolvimento dos conhecimento do passado se dá por meio da escrita dessas histórias como foram de suma importância para toda a humanidade, isso porque

antes da escrita, a língua falada só servia como meio de comunicação quando os interlocutores estavam próximos um do outro e falavam a mesma língua, a escrita ao longo do tempo foi aos poucos criando uma gama (de ramificações) de comunicação entre os povos.

Assim, gradativamente as histórias orais passaram a serem escritas ganhando novas características e ganhando espaço ao longo do tempo, se por um lado a escrita das histórias trazia a vantagem de ser passada de geração para geração e poder ser mantida como tradição cultural, oral e também escrita por outro lado, exigia que as pessoas aprendessem ler, escrever e interpretar para poderem contá-las e criá-las.

Porém, o processo de alfabetização demorou séculos e séculos para chegar aos pobres e a maioria das pessoas que tinham acesso à escola eram das classes elitistas utilizá-la, a escrita de histórias reais ou fictícias ficou a cargo dos que detinham o conhecimento das letras, assim foram surgindo grandes escritores mundo a fora (especialmente, entre os brancos que faziam parte da elite), porém aos que não conseguiam escrevê-las mantiveram a tradição oral como forma não só de divertir, assustar e ensinar como também de reproduzir nas gerações futuras os conhecimentos, tradições e maneiras de viver da sociedade na qual estavam inseridos como os negros, índios e os camponeses.

> Oralidade e escrita são atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais. Ambas têm características próprias, permitem a construção de textos coesos e a exposição do raciocínio formal e informal. Essas práticas são importantes para o mercado de trabalho, para a participação social e para o exercício efetivo da cidadania, sendo os alunos usuários competentes das linguagens oral e escrita, independentemente da situação e do contexto em que se encontrarem. (BILINOSKI, BERTUCCI, 2013, p.05).

Assim sendo, a contação de histórias orais ou escritas, atravessou o tempo mantendo sua importância, ganhando novas roupagens e características e nos atualmente a contação de histórias e contos possuem diversas finalidades podendo ser usada inclusive como uma ferramenta pedagógica indispensável para construção de uma sociedade letrada.

UMA ÁNALISE DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA SALA DE AULA

Contar histórias sempre foi uma forma de ensino usada para ensinar às futuras gerações, mais também para manifestar os anseios, sonhos, esperanças, denúncias, lutas e a visão de mundo dos autores que assim contavam ou transcreviam a história sociocultural da época em que viveram. Graças a esse fato a história da humanidade pode ser contada e mais tarde pode ser registrada por escrito.

Assim sendo, a contação de histórias nasceu e permanece como uma importantíssima ferramenta para qualquer ser humano, pois assim por meio dessa prática torna-se possível repassarmos o que aprendemos e aprendermos sobre o que não vimos.

Há que se ressaltar, porém, que o avanço tecno-científico passou a exigir bem mais atributos do contador de histórias, pois com o passar do tempo e a criação de tanta tecnologia que chamam à atenção a arte de contar histórias exige muito mais dos contadores que utilizam do palco para se apresentar estes contadores necessita dominar uma série de habilidades de corpo, voz, figurino, etc.

Assim, contar histórias atualmente requer não só o conhecimento, mais, talento, dedicação e muito amor pelo que se faz, a contação de histórias pode ou não promover o encanto em seus ouvintes porque a produção desse encantamento está diretamente ligada ao contador.

A contação de histórias adentrou na escola como uma forma de encantar e divertir as crianças especialmente durante a Educação Infantil, porém seu uso na sala de aula vem aumentando e atualmente existem até cursos formadores para que professores possam aprender a usar a contação de histórias como uma riquíssima ferramenta didático/pedagógica no cotidiano de sua sala de aula, pois:

> A contação de histórias é uma estratégica pedagógica que pode favorecer de maneira significativa a prática docente na educação infantil e ensino fundamental. A escuta de histórias estimula a imaginação, educa, instrui, desenvolve habilidades cognitivas, dinamiza o processo de leitura e escrita, além de ser uma atividade interativa que potencializa a linguagem infantil. A ludicidade com jogos, danças, brincadeiras e contação de histórias no processo de ensino e aprendizagem desenvolvem a responsabilidade e a auto expressão, assim a criança sente-se estimulada e, sem perceber desenvolve e constrói seu conhecimento sobre o mundo. Em meio ao prazer, à maravilha e ao divertimento que as narrativas criam, vários tipos de aprendizagem acontecem. (SOUZA; BERNARDINO, 2011, p.237).

Assim, o uso da contação de história enquanto estratégia pedagógica possui inúmeras qualidades podendo desenvolver nas crianças, jovens e adultos habilidades e competências necessárias para a aquisição do conhecimento de maneira mais divertida e prazerosa.

Um professor contador de histórias faz da sua aula um lugar de acolhimento para os alunos e estreita os laços afetivos gerando um clima de confiança e segurança com os discentes. A contação de histórias pode ser usada como estratégia pedagógica para estimular a criatividade dos alunos durante as aulas em todas e quaisquer modalidades de ensino desde a creche às universidades e faculdades uma história narrada por um exímio contador jamais deixa de encantar seus ouvintes independente de sua idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa que foi realizada na para a produção deste artigo, foi possível perceber que contar histórias é uma arte milenar e que apesar de muito antiga, sobrevive até os dias atuais, muitas crianças e adultos de hoje, diferente das de antigamente, não se sentam mais ao redor de fogueiras para ouviras histórias que os mais velhos têm para lhes contar.

No mundo conectado que vivemos as crianças, jovens, adultos e até mesmo os idosos tem trocado momentos de contação de histórias em família por horas ligados às novas tecnologias como: televisão, vídeo games, celulares e computadores conectados especialmente por meio das redes sociais.

Esse fato ocorre não só nas grandes cidades (como era comum no passado), mas vem se intensificando por todos os lugares estejam elas na zona rural ou urbana e a contação de história perde espaço até onde já ocupou um lugar importante e nobre.

As histórias são muito importantes para os indivíduos, haja vista que elas possuem o poder de encantar pessoas de quaisquer idades, fazendo com que de crianças e os adultos busquem por um mundo mais mágico, cheios de: aventuras, pavores, medos, risos e alegrias, porém esse costume milenar infelizmente vem perdendo espaço por um lado e forçando de certa for que os contadores de histórias atuais estejam sempre em busca de técnicas que encantem o ouvinte.

Esse foi o efeito causado pelo trabalho aqui apresentado, é digno de nota que os contadores de história estão aos poucos ocupando seus novos espaços, encantando, interagindo, contando, cantando, dançando e representando suas histórias que reproduzem e mantém vivas nossas raízes socioculturais, nos reconduzindo gradativamente a novos conhecimentos.

A contação de história além de seu riquíssimo valor sociocultural, possui muitas outras funções e atributos, sendo além de instrumentação histórica e de divertimento uma aliada dos professores para transformar suas salas de aulas em lugares criativos, interessantes e interativos.

Portanto faz-se necessário a tomada de consciência da importância da contação de histórias para as atuais e futuras gerações para que haja manutenção e perpetuação da nossa sobrevivência nesse planeta chamado Terra.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. L. P. de. **Tempo e Memória.** Alfa, São Paulo, 53 (2): 537-555, 2009

BEDRAN, B. M. **Ancestralidade e contemporaneidade das narrativas orais: A arte de cantar e contar histórias.** Dissertação de Mestrado .2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1agdyXqbrw2nkyEM7p_rkuk0mKFvMpUho/view.Acesso 23 fev. 2023.

BUENO, B. O. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida: a questão da subjetividade.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-30, Acesso em 20 de fev.2023.

BUSSATO, Cléo. **A Arte de contar Histórias no século XXI.** Editora Vozes, Petrópolis RJ: Vozes, 2006.

HAURÉLIO, M. MARQUES W. **Contos E Lendas Da Terra Do Sol.** São Paulo: Paulus, 2019.

JOSSO, Marie. C. **História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as "histórias de vida" a serviço de projetos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 11- 23, jul./dez. 1999.

MATOS, G. A; **A palavra do contador de histórias: sua dimensão educativa na contemporaneidade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

MATOS, G. A; e CARAM, C. A. **Projeto Convivendo com Arte: Ateliers e Eventos de Contos.** Caderno de Textos. Editora Frente e Verso. Belo Horizonte: MG, 1996.

MOTA, Luciene Freitas. **Mulheres que educam : experiências de contadoras de histórias, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.** Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

ORTIZ, E. **Ler interpretar, recitar...** In: GIRARDELLO, Gilka. **Baús e chaves da narração de histórias.** Florianópolis: SESC/SC, 2004.

PRIETO, B. **Contadores de Histórias: um exercício para muitas vozes** - Rio de Janeiro: s. 1º ed, 2011.

RIBEIRO, K. C. **Contação de histórias seguindo o curso das águas.** 2013. 1 CDROM. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RIGLISKI, A. S. **Contribuições da contação de histórias no desenvolvimento das linguagens na infância!** Disponível em https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1619/TCC%202012%20Adriane%20S.%20Rigliski.pdf?sequence=1. Acesso 20 fev. 2023.

SANTOS, L. S. **A Emília que mora em cada um de nós: a constituição do professor- contador de histórias.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SILVEIRA, D. T. CÓRDOVA, F. P. Métodos de Pesquisa. UNIDADE 2: a Pesquisa Científica. Série **Educação A Distância.** SEAD. Editora UFRG. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf Acesso 20 fev. 2023.

TETTAMANZY, A. L. L. TORRES, S. M. **Contação de histórias: resgate da memória e estimulo à imaginação**. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas Sessão aberta PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 04 N. 01 – jan./jun. 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/5844/3448 Acesso 20 fev.2023.

DEVOLUTIVA PSICOPEDAGÓGICA : CRIANÇA COM SÍNDROME 9P - RELATO DE ESTUDO DE CASO

BRUNA FARIAS GOMES DOS SANTOS
Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista: UNESP (2009); Especialista em Ética, valores e cidadania pela USP em (2013). Psicopedagoga pela Universidade Municipal de São Caetano em (2021); Professora de Educação Básica na EMEF Péricles Eugênio da Silva Ramos na Prefeitura de São Paulo e Co-fundadora do grupo ASA (Atendimento e Suporte para Aprendizagem).

RESUMO

Este trabalho mostra o atendimento psicopedagógico realizado com uma criança de 5 anos com síndrome genética 9P, também conhecida como síndrome de Alfi, durante o período de maio a setembro de 2022. Tem o objetivo de demonstrar que assim como a síndrome, que não tem a característica de igualdade entre seus indivíduos afetados, cada um tem a sua especificidade, sendo assim, a criança nos surpreendeu com a evolução em tão pouco tempo de atendimento. O texto manteve seu formato primário de devolutiva, como foi escrito e entregue aos familiares exatamente para que sua originalidade de atendimento psicopedagógico não se perdesse. Não importa as dificuldades encontradas, toda criança pode aprender brincando, explorando e tendo vínculo afetivo com quem trabalha com ela, é disto que este texto trata da empatia com a família e de ver cada criança como única.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de alfi; Síndrome 9p; Psicopedagogia; Afetividade na educação; Desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

Por ser estudo de caso, não é possível manter o português neutro, peço desculpas, mas partes dos textos terei que referir a mim, já que realizei os atendimentos. A síndrome é um pedaço que falta no cromossomo 9, em alguns locais li que só tem um cromossomo 9 e não o par, li em outros locais que pode ter 3 cromossomos 9, enfim, a biologia não é o foco do texto e sim como mostramos a criança e os desafios da mãe que convive com tudo isso e como o psicopedagogo pode lidar e ter empatia com a família e a criança.

Em maio de 2022 uma mãe aflita chegou ao consultório, ela parecia um pouco envergonhada pelas atitudes da filha, ainda estávamos no pós pandemia, com receio de tirar as máscaras e a garotinha não utilizava a máscara direito e salivava muito . A mãe entrou na sala e desabafou que

a criança ficava o tempo todo com ela, não dormia direito, não socializa no prédio pois começava a gritar e ela com vergonha subia, estava começando a ir para a escola e só tinha reclamações. A mãe sozinha e cansada. A questão da formação familiar, da rotina familiar apareceram e muitas outras questões também apareceram. Vitória*(nome fictício da criança de 5 anos) não aceitou a fono, não aceitou o psicólogo, inclusive ele que pediu ajuda já que a Vitória não saia de perto da mãe, ela não aceitou nenhum tratamento. A Vitória levantava e a mãe se levantava com o pano para limpar a saliva dela. Vitória já era uma heroína, já havia feito uma cirurgia na cabeça. A mãe perguntou se queria laudos, neguei, os profissionais de psicopedagogia tem liberdade de seguir como compreendem a educação e eu entendo que a criança se comporta de formas diferentes com cada pessoa dependendo da forma que a gente as aborda, caso eu não tivesse sucesso, aí sim eu recorreria a outras formas. olhei para Vitória e perguntei:

- Você é corajosa?

Ela balançou a cabeça afirmando, sentei-me no chão e peguei um livro interativo chamado: Quem tem medo de monstro. A criança correu, a mãe se assustou e tentou segurar, eu abri os braços para agarrar caso ela caísse e disse:

- Deixa-a se sentir segura comigo! Esse espaço é dela! Vitória, pode sentar-se do lado da tia, ou pode se sentar no meu colo, o que você quiser e quando quiser, eu vou começar, se ficar com medo, pode segurar minha mão!

Saltini, 2002, fala muito sobre a afetividade e a inteligência e eu utilizo esse vínculo afetivo para que as crianças se desenvolvam comigo. Assim aconteceu a sessão de primeiro contato, então seguimos para o relatório padrão de devolutiva que entreguei para a família. Lembrando que o pai não compareceu em nenhuma sessão. No final dos atendimentos a criança parou de frequentar pois os pais estavam enfrentando um divórcio, e sabemos que isso mexe demais com a rotina da família.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PACIENTE

NOME: VITÓRIA (nome fictício)

DATA DE NASCIMENTO: 06/17 IDADE: 5 ANOS SEXO: FEMININO

NACIONALIDADE: SEM DADOS ESCOLARIDADE: EDUC. INFANTIL

PAI: SEM DADOS IDADE: SEM DADOS

NACIONALIDADE: SEM DADOS PROFISSÃO: SEM DADOS

MÃE: ROBERTA (nome fictício) IDADE: SEM DADOS

NACIONALIDADE: SEM DADOS PROFISSÃO: PROFESSORA

PERÍODO DE ATENDIMENTO: 28/05/22-17/9/22*

*atendimento abandonado por iniciativa da família, sem contato para justificativa.

OBSERVAÇÃO: Os dados foram modificados para manter a integridade da criança e garantir o sigilo, sendo utilizado somente para estudo. Imagens alteradas.

MOTIVO DO ATENDIMENTO (questões levantadas pela família)

Fomos procurados pela mãe da criança, Roberta*, através de indicação do psicólogo que atendia a criança. A mãe trouxe a queixa de que Vitória* tem uma deficiência conhecida como Síndrome 9P e que ela espera ajuda no desenvolvimento da criança, e mostrou ciência de que ela não acompanharia o restante das crianças com a mesma faixa etária (questão levantada pela genitora).

Vitória tem o sono ruim, não se adaptou ao atendimento com a fonoaudióloga e terapeuta ocupacional. Leva coisas na boca, não tem foco, baixa concentração, é nervosa, bate, precisa melhorar a coordenação motora fina e a socialização.

DADOS RELEVANTES

Foram realizadas 7 sessões de estimulação cognitiva com duração de 50 minutos. Como instrumentos, foram utilizados brinquedos, materiais sensoriais, livros, elementos sonoros, jogos etc.

- 0ª sessão: Acolhimento da família e esclarecimento da demanda. A mãe relatou que Vitória gosta de música, e está se adaptando ao retorno pós pandemia. Para a mãe, a pandemia foi bem estressante, especialmente ao ficar em um apartamento pequeno, pois a criança fica nervosa e faz muito barulho e ela não quer incomodar a vizinhança. Vitória não teve dificuldade para se entrosar, lemos um livro sobre monstros , ela se mostrou próxima, interagiu e brincou.

- 1ª sessão: Nesta sessão foi realizada uma abordagem mais sensorial e produzimos massinha. Vitória demonstrou muito interesse na atividade e em misturar os ingredientes e brincar. Ela tenta colocar os ingredientes com precisão, entende os comandos como abrir e fechar, lavar as mãos e guardar brinquedos.

- 2ª sessão: Nesta sessão tivemos como objetivo o exercício de situações que envolvessem a coordenação motora fina e grossa. Com um quebra cabeça de formato maior e com imagens de bichos da fazenda, propomos o encaixe de forma divertida e sem acentuar erros, mas mostrar formas de encaixe, como rodar as peças para tentar novas possibilidades .Quanto à leitura sugerida, a criança demonstrou grande interesse e nos momentos de pintura, Vitória se concentrou na aquarela e explorou as misturas de cores. No fim da sessão, tivemos momentos de subir e descer escadas e correr no parque.

- 3ª sessão: Nesta sessão continuamos a utilizar elementos lúdicos para estimular a oralidade e a motricidade fina. Vitória costuma rir e fazer graça com os objetos que utilizamos,

sempre disposta e alegre, mesmo quando não consegue encaixar o item de macarrão, ela persistiu e continuou com o foco na missão. Buscou modificar algumas situações quando não conseguia realizar, exemplo em trocar a tesoura pela mão, e retirar a fita.

- 4ª sessão: Nesta sessão percebemos que Vitória está utilizando algumas palavras simples e alguns fonemas para se comunicar: oi, olha, não, se(sim), etc. Com o foco na estimulação oral, cantamos uma música sobre palhaços e outra sobre jacarés, ela demonstrou interesse e tentou repetir. Em outro momento com uma atividade de encaixar, ela percebeu onde cada bloco deveria ficar e tentou realizar o encaixe por um longo tempo, então resolveu propor uma adaptação na brincadeira, como jogar os itens para acertar um alvo.

- 5ª sessão: Vitória relembra situações das semanas anteriores sempre que utilizamos livros, refazendo algumas brincadeiras com os personagens. Reconhece o som dos bichos e entende a proposta da atividade, imitando outros bichos que não estavam no questionário, demonstrando que ela conhece não só aqueles, mas outros sons também. Consegue reproduzir sequências de dois itens. Realizamos um jogo da memória com os itens virados para cima, para entender como estava sua memória e identificação do espaço visual, ela entendeu a proposta e relacionou cada bicho com um par. Desenhou sua família e contou quem eram no desenho, se referindo a Pí (irmã). Brincamos com itens olfativos em que a criança tinha que escolher flores e folhas preferidas e fazer um perfume. Vitória respondia “bom” sempre que perguntava se ela gostava do cheiro, mesmo quando cheirou boldo e fez cara feia, respondeu “bom” para o cheiro.

- 6ª sessão: Utilizamos cores, comandos e sons. Vitória identificou os instrumentos através dos sons. Tenta formular frases que apresentam algumas falhas, mas que já estão mais compreensíveis “olha, tinta azul”. Sempre que um avião ou pássaro passavam, Vitória apontava para o local e sinalizava o som. Perguntou “pode?” quando tinha interesse em colocar o dedo na água. Assim que colocou o dedo, disse “gelado”, experimentou toda a proposta e seguiu sem pressa em explorar o material. No momento que percebeu estar com as mãos sujas, Vitória cantou: lá lá lá (acredito que seja a música lava lava). No fim da atividade, Vitória compreendeu que precisava escrever seu nome e disse: “tória”, se referindo ao risco feito como o nome escrito (Vitória), compreendendo a função da escrita do nome como identificação. Ressignificou objetos utilizando o chocalho como microfone.

- 7ª sessão: Brincamos de pega macaco e mesmo não compreendendo as regras completamente, Vitória soube esperar a vez e em nenhum momento demonstrou nervosismo ou irritação. Brincamos de hamburgueria e ela escolheu os itens do seu lanche e fingiu comer. Reelaborou um palito que fazia parte do brinquedo e transformou em espetinho para frutos do mar e fingiu comer. Gosta de mostrar que sabe os objetivos das brincadeiras, quando trouxe itens de eva do fundo do mar, Vitória prontamente os encaixou e sorriu, como quem diz que já entendeu o que deve ser feito.

ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES

Durante o período de estimulação cognitiva, não percebi situações em que Vitória apresentasse

nervosismo, colocasse itens na boca ou batesse a cabeça de forma proposital.

A mãe relatou melhora no sono da criança, o que também teve reflexos na qualidade de vida familiar.

Vitória apresentou foco nas atividades propostas, interesse em realizá-las e paciência para explorar o oferecido. Ela se esforça para realizar o proposto e quando não consegue, busca formas de adaptar a situação, muitas vezes modificando a brincadeira, o que demonstra características de elaboração de estratégias, dinamismo e persistência.

A criança também demonstrou uma memória muito boa durante as atividades que exigiam memória e ao relembrar situações das semanas anteriores e trazer para as sessões seguintes.

A concentração foi observada em diversos momentos, manteve o intuito e buscou compreender e aprender com aquilo, tentando com estratégia e observação.

Sua oralidade cresce a cada atendimento, ela tenta se comunicar e vem ampliando seu vocabulário com sons referentes a partes das palavras e muitas vezes com as próprias palavras.

RECOMENDAÇÕES

Em face do observado durante os momentos de intervenção,

1. FAMÍLIA:

- Recomendamos que mantenha com frequência os atendimentos de intervenção psicopedagógica, de forma lúdica e apropriada à faixa etária da criança, para um contínuo avanço em seu desenvolvimento.

- Indico a utilização de giz, lápis mais grossos ou com adaptações (tesoura) para facilitar o manuseio durante as atividades.

- A criança necessita de suporte para a realização da sua rotina com segurança, entretanto a autonomia deve sempre ser estimulada.

- O estímulo à comunicação deve ser o objetivo de todos da casa, conversar com a criança e estimular respostas apropriadas. Também sugiro a utilização de itens da comunicação alternativa.

- Encaminho Vitória a revisão oftalmológica, visto que em muitos momentos ela forçou os olhos para identificar itens durante a atividade.

- Encaminho a criança ao acompanhamento fonoaudiológico constante para contribuir com o desenvolvimento da oralidade.

- Encaminho todos da casa para uma terapia familiar, independente da situação conjugal do casal, é necessário que todos tenham condições e orientações para estimular Vitória, e que

saibam lidar com suas questões advindas da deficiência.

- Encaminho a criança para uma revisão com o pediatra e uma observação referente a salivação excessiva, buscar formas alternativas de tratamento que podem ser utilizados neste caso, talvez o uso do botox seja interessante para reduzir a questão.

2. ESCOLA

- Recomendamos que a Escola ofereça para Vitória situações concretas de aprendizagem, utilizando o brincar e o interesse da criança como disparador do processo educativo.

- Indico a utilização de giz, lápis mais grossos ou com adaptações (tesoura) para facilitar o manuseio durante as atividades.

- A criança necessita de suporte para a realização da sua rotina com segurança, entretanto a autonomia deve sempre ser estimulada.

- O estímulo à comunicação deve ser o objetivo de todos, conversar com a criança e estimular respostas apropriadas. Também sugiro a utilização de itens da comunicação alternativa.

- Rotina visual, propostas com imagens para melhor compreensão.

- Músicas e leitura com frases simples e de fácil repetição no início, para depois progredir na dificuldade.

CONCLUSÃO

Os resultados observados nos atendimentos de intervenção nos indicaram que a paciente apresentou avanços significativos, apesar do seu quadro sindrômico. Esses dados sugerem que o atendimento psicopedagógico é uma prática relevante e muito importante para o desenvolvimento da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo de trabalho realizado com Vitória foi muito proveitoso, descobrimos características como determinação, persistência, observação e concentração, que antes não tinham sido percebidas por ninguém. Sua mãe nos apresentou em devolutiva estar feliz com o desenvolvimento da Vitória, mas não ter como fazer a logística de trazê-la no momento pós divórcio que estava passando e tentando se restabelecer e se redescobrir como pessoa. Percebemos que o fato de Vitória está se compreendendo como ser individual também gerou questionamento em ambas que agora estão se ressignificando como pessoas separadas. Todas as atividades realizadas utilizaram brincadeiras, ludicidade, já que seguimos a linha pedagógica que a linguagem da criança é o brincar e as propostas tiveram como partida a observação do interesse da criança, seja uma palavra, um olhar, algo significativo que se tornou o elemento disparador, ou seja, ela sempre foi a protagonista do próprio aprendizado.

REFERÊNCIAS

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição Revista e Ampliada. São Paulo. Cortez, 2007.

BUSCÁGLIA, L. 2006. **Os deficientes e seus pais (5ª ed.)**. Rio de Janeiro: Record.

ARANTES, Valéria Amorim. **Afectividade na escola: alternativas teóricas e práticas.** Grupo Editorial Summus, 2003.

SALTINI, Cláudio JP. **Afetividade e inteligência: a emoção na educação**. Rio de Janeiro, 2002**.**

A CONTRIBUIÇÃO DA BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, RUMO A PREVENÇÃO DAS DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM

BRUNA TEZONI DA SILVA
Graduação em Pedagogia pela Faculdade UniSant'Anna 2010; Especialista em Educação Infantil pela Faculdade Unicid 2015; Graduação em Arte Visuais pela Faculdade de Educação Paulistana – FAEP, 2021 Professora na rede municipal de São Paulo.

RESUMO

Tendo em vista que, as brincadeiras, Jogos e Brinquedos constituem-se atualmente como materiais pedagógicos privilegiados na educação infantil, este trabalho visa apresentar a importância das brincadeiras na educação Infantil e a prevenção das dificuldades da aprendizagem. Piaget (1998), diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa. A fim de proporcionar as crianças uma aprendizagem significativa é de extrema importância valorizar o brincar como elemento fundamental para a aprendizagem, pois é de forma lúdica que as crianças aplicam seus repertórios e vão dando significados as suas construções fazendo com que se tem mais interesse no processo de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Brincadeiras na Educação Infantil; Dificuldades da Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

As brincadeiras na educação, além de auxiliar no processo ensino aprendizagem, influenciam na formação do educando, proporcionando às crianças prazer, criatividade e coordenação motora que contribuem para o seu aprendizado. É benéfico também para o educador, pois através das brincadeiras pode-se ensinar com responsabilidade e criatividade, promovendo motivação e entretenimento e descobrindo maneiras interessantes á serem trabalhadas conforme a realidade de cada educando.

Pode-se dizer que as atividades lúdicas ultrapassam a realidade, transformando-a através da imaginação. Á partir delas desenvolvem-se várias habilidades, explorando e refletindo sobre a realidade, incorporando e, ao mesmo tempo, questionando regras e papéis sociais.

A inserção das brincadeiras, jogos e brinquedos na prática pedagógica, podem desenvolver diferentes atividades que contribuem para a ampliação da rede de significados construtivos.

Brincadeiras e jogos são elementos indispensáveis para que haja uma aprendizagem com divertimento, que proporcione prazer no ato de aprender, e que facilite as práticas pedagógicas em sala de aula.

ATIVIDADES LÚDICAS E SEUS SIGNIFICADOS

A palavra “Lúdico” originou-se da palavra latina “Ludus”, que quer dizer “Jogo”. Se limitado a sua origem, o termo lúdico refere-se apenas ao movimento espontâneo, ao jogar e ao brincar.

A transformação progressiva da palavra "lúdico", todavia, não parou apenas em suas origens e acompanhou as pesquisas de Psicomotricidade.

Reconhece-se o lúdico como fator indispensável para a Psicofisiologia do comportamento humano e caracteriza-se por ser prática, espontânea e satisfatória, não importando somente o resultado, mas o vivenciado. O mesmo acontece a partir das brincadeiras, jogos e brinquedos pois é através deles que a criança entra no mundo da imaginação. Segundo ZACHARIAS (2007), “...a definição deixou de ser simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo”.

O objetivo das atividades lúdicas, é produzir prazer e ao mesmo tempo divertir, além de desenvolver no educando habilidades de atenção, de movimentos rítmico, cognitivos, motores e conhecimentos relacionados às posições do corpo.

AS BRINCADEIRAS E SEUS SIGNIFICADOS

Segundo Kishimoto, (2002, p. 139), as brincadeiras são atividades que as crianças iniciam desde seu nascimento no convívio familiar e se permanecem por toda a vida.

Inicialmente, a brincadeira não tem objetivo educativo ou de aprendizagem pré-definido, e a maiorias dos autores – pesquisadores, afirmam que ela é desenvolvida pela criança para o prazer e recreação, permitindo-lhes interação com os pais, adultos e exploração do meio ambiente.

A criança é um ser em desenvolvimento, suas brincadeiras vão estruturando-se com base em sua capacidade de “fazer” em cada momento e de acordo com sua faixa etária. A partir dos seis meses, as crianças têm possibilidades diversificadas de expressões, comunicações e relacionamentos com o ambiente sociocultural no qual se encontra inserida.

Desenvolvendo-se, as crianças vão obtendo formações de ideias e conhecimentos, que lhes permitirão compreender e atuar de forma mais extensa no mundo.

As brincadeiras evoluem mais nos seis primeiros anos de vida do que em qualquer outra fase do desenvolvimento humano e neste período, se estrutura de forma bem diferente de como a compreenderam teóricos interessados na temática. (Brougère, 1998).

Afirma-se que, á partir das brincadeiras, as crianças constroem habilidades para relacionar-se com o mundo de maneira ativa, influenciando inclusive em tomadas de decisões.

Em uma brincadeira qualquer, é possível optar por brincar ou não, ou seja, trata-se de uma característica que promove o desenvolvimento da autonomia quanto as suas próprias ações.

As brincadeiras são de fundamental importância para o desenvolvimento infantil na medida em que as crianças transformam e produzem novos significados.

Toda brincadeira é a ação que a criança desempenha ao representar o lúdico.

> As brincadeiras fornecem ampla estrutura básica para mudanças da necessidade e da consciência, criando um novo tipo de atividade em relação ao real. Nelas aparecem a ação na esfera imaginativa numa situação de faz de conta, a criação das intenções voluntárias e a formação dos planos da vida real e das motivações volitivas, construindo-se assim, no mais alto nível de desenvolvimento pré-escolar. (Vygotsky, 1994, p.43).

Brincadeiras tradicionais infantis estão filiadas ao folclore e incorporam a mentalidade popular, pois guardam a produção cultural de um povo. Estas estão sempre em transformação, tem influências na expressão oral, perpetuam a cultura infantil e garantem a presença do lúdico na situação imaginária.

As brincadeiras de faz-de-conta são simbólicas e deixam mais evidentes a situação imaginária. O faz de conta permite não só a entrada no imaginário, mas a expressão de regras implícitas que se materializam nos temas das brincadeiras. Já as brincadeiras de construção, são aquelas que enriquecem as experiências sensoriais, estimulam a criatividade e desenvolvem habilidades.

O QUE SÃO BRINQUEDOS?

Brinquedos são objetos ou atividades lúdicas dedicadas especialmente ao lazer. No sentido pedagógico, os brinquedos são qualquer objeto que as crianças possam utilizar no ato de brincar a ao mesmo tempo, ensiná-las sobre determinado assunto.

De acordo com diversos pesquisadores, os brinquedos influenciam na vida social das crianças, devido promover o desenvolvimento simbólico, a criatividade, imaginação, a autoestima e a capacidade de raciocínio.

Os brinquedos podem auxiliar em tratamentos psicológicos de crianças com determinados distúrbios de comportamentos, baixos rendimentos escolares e problemas emocionais diversificados.

Ao pesquisar a história dos brinquedos nota-se que durante toda a sua existência e em vários lugares do mundo, sempre tiveram papel importante na vida das crianças. As Bolinhas de Gude, por exemplo, eram usadas pelas crianças do Continente Africano há milhares de anos. Os Barquinhos, as Espadas de madeiras e as bonecas, eram brinquedos comuns na Grécia Antiga e no Império Romano. E os Fantoches, eram brinquedos tradicionais na Idade Média.

Os brinquedos foram trazidos ao Brasil, por uma família Lusitana, e estes foram pioneiros em lojas especializadas. Ainda hoje, as lojas “Rebelos ‘Funhouse”, são as mais visitadas na América Latina, e possuem um imenso estoque na Europa e Estados Unidos da América.

Até o final do século XIX, a maioria dos brinquedos eram fabricados em casa, ou artesanalmente e atualmente são fabricados em massa e comercializados.

A partir do século XX, foram criadas leis que proíbem brinquedos considerados perigosos (por conter materiais tóxicos ou partes que se soltam facilmente) e determinaram faixas etárias que devem estar inclusas nas caixas deles. Estas leis permitem ao governo recolher do mercado os brinquedos que não atenderem as especificações necessárias.

Diariamente são fabricados uma diversidade de brinquedos, sofisticando-se à medida que as crianças crescem.

Os brinquedos mais simples e musicais, são indicados aos bebês de zero a um ano de vida e estimulam a coordenação motora, a visão e a audição dos pequenos. Após completarem um ano de vida, os bebês passam a interessar-se por blocos de encaixe, espelhos resistentes (que promovem o reconhecimento), livros ilustrados e pelúcias em geral.

A partir do segundo até o sexto ano de vida, as crianças tornam-se mais interessadas em explorar o mundo à sua volta. Os Triciclos, Bicicletas e Bolas auxiliam no fortalecimento dos músculos, e permitem que as crianças usem seus corpos e mentes para aprender sobre as relações espaciais e uma grande variedade de outras habilidades. Já as Bonecas, Bonecos de super-heróis e blocos de montar, contribuem para o desenvolvimento da imaginação.

Após o sexto ano de vida, os brinquedos começam a fazer parte de brincadeiras mais elaboradas e/ou "faz-de-conta", por exemplo: Com as bonecas, as crianças fazem de conta que são seus pais, e utilizam carrinhos, berços, panelinhas e outros brinquedos para compor o cenário do cotidiano.

Quando a criança começa a crescer, seus interesses giram em torno de jogos de tabuleiros e quebra-cabeças mais complicados.

Em fases de pré- adolescência, a maioria das crianças perdem interesses por brinquedos infantis, porém, aderem gostos por brinquedos em particular, ou seja, criam afeições por algum brinquedo, tanto por gosto quanto por valor sentimental.

Os brinquedos e brincadeiras possuem diversos objetivos em seres humanos e animais. Já está confirmado que o ser humano interioriza ou cria hábitos de vida melhores, quando estes são feitos com prazer. Por sua vez, os brinquedos entretêm e educam ao mesmo tempo, pois aumentam o comportamento cognitivo e estimulam a criatividade, além de desenvolver atividades físicas e mentais.

Muitas profissões ou condições de vidas adultas são resultados de influências por determinados brinquedos ou brincadeiras na fase infantil.

O QUE SÃO JOGOS?

Jogos são atividades lúdicas com valores educacionais, pois é um impulso natural e grande motivador na vida do ser humano. Estes podem ser definidos como conjunto de atividades nas

quais os participantes se entregam pelo simples prazer da atividade, permitindo que as crianças estruturem os espaços e o tempo.

Ao participar de atividades lúdicas, as crianças exploram a relação do corpo com o espaço, provocando possibilidades de deslocamentos e velocidades e criam condições mentais para superarem obstáculos.

Os jogos tornam-se um ato prazeroso de conhecimentos, pois através deles, as crianças elaboram sequências lógicas, constroem classificações, desenvolvem a afetividade e ampliam os conceitos das diversificadas áreas da ciência.

> As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança. (NEGRINE, 1994, p. 19).

Os jogos são destacados como o mais importante das brincadeiras infantis, pois auxiliam na construção da autonomia, no desenvolvimento da linguagem oral e em sua própria identidade. Através dos jogos, as crianças encontram apoio e superação em suas dificuldades de aprendizagens, descobrem ainda, que ganhar e perder fazem parte da vida.

Desenvolvem estratégias para enfrentar várias situações e adversários.

> A situação imaginária de qualquer tipo de brinquedo já contém regras que demonstram característica de comportamento, mesmo que de maneira implícita. Para ele, o jogo é o nível mais alto do desenvolvimento na pré-escolar e é por meio dele que a criança se move cedo, além de desenvolver o comportamento habitual na sua idade. (Vygotsky 1984, p. 64).

Ao participar de jogos com regras preestabelecidas, as crianças viram cartas, movimentam peças, lançam dados, desafiam uns aos outros, passam o tempo, divertem-se, desenvolvem – se e aprendem.

Alguns jogos de tabuleiro revelam tradições de culturas de um povo, outros simbolizam a vida e a morte e até demonstram a importância das estratégias.

Quando o ambiente escolar insere o jogo como recursos de aprendizagens, possibilita a construção de saberes, pois após os educandos desafiarem-se uns aos outros, proporcionam explorações e elaborações de questões que se relacionam à sociabilidade, ou seja, intermediam-se por regras e desenvolvem estratégias.

Observa-se então, a possibilidade de trabalhar com jogos de tabuleiros, sem vincular as atividades às áreas do conhecimento.

Existem diversos jogos de tabuleiros, criados e aperfeiçoados ao longo dos anos. Os Jogos de Linhas e Colunas, por exemplo, surgiram em diversas sociedades. Um dos mais antigos é o “Jogo da Velha”. Foi originado há aproximadamente quatorze anos antes de Cristo, no Egito. É caracterizado por um tabuleiro com linhas verticais e horizontais, onde os jogadores devem desenhar, mover ou colocar suas peças. Neste jogo, há a necessidade de desenvolver estratégias desde a primeira jogada, determinando uma dinâmica que leve à vitória, considerando a distribuição espacial.

Os Jogos de Comparações de Quantidades, é um jogo de origem africana criado há

aproximadamente sete mil anos. São aqueles cujas características têm o objetivo de acúmulos de peças ao longo de determinado contexto ou percurso, vencendo aquele que reunir maior quantidade de peças. Através deste jogo, as crianças refletiriam sobre diferentes estratégias de comparações de quantidades.

Haveria ainda, a possibilidade de discutir com as crianças as mesmas estratégias utilizadas em outras ocasiões ou momentos similares as do jogo.

Já os Jogos de Percursos, dentre diversas variações, citamos o Jogo da Glória ou Real. É um jogo de origem Italiana do século dezesseis, no qual o trajeto percorrido simbolizava etapas da vida, ou seja, este jogo auxilia em decidir ou propor atitudes da vida cotidiana, visando que, a maioria dos jogos de percursos depende mais de sorte do que estratégias.

Os Jogos de Memórias, foram criados na China no século quinze, e era constituído por cartas de baralhos ilustradas e duplicadas. Como o próprio nome sugere, requer memorização e boas estratégias das crianças, para que acumulem pontos. O objetivo deste jogo, é permitir que as crianças estabeleçam relações entre números, letras ou imagens, e além de promover o conhecimento específico de determinado tema, desenvolvam estratégias de memorização.

Recriado de um jogo Celta e Egípcio, no qual estacas de madeiras eram fixadas no chão e derrubadas com bastões, os Jogos de Alvos e Habilidades, onde sua versão mais antiga é o “Quilles” (originado na França e na Inglaterra no século quatorze), envolvem habilidades dos jogadores em acertar alvos e transpor obstáculos, desenvolvendo a coordenação motora de acordo com os alvos ou obstáculos existentes. Nestes jogos, é importante que haja comentários sobre as técnicas de jogadas, para que aperfeiçoem e socializem suas estratégias. É possível ampliar os desafios e complicar os obstáculos à medida que as crianças aperfeiçoem suas técnicas e estratégias.

Os Jogos Cooperativos imitam as atividades tribais e rituais mágicos de sociedades antigas para combater um inimigo real (como os insetos, a chuva, plantas...) ou imaginários (fantasmas, duendes etc.). O objetivo deste jogo é a participação de todos os participantes contra um inimigo comum, e possuem caracteres simbólicos. Por exemplo: Um grupo de adolescentes que evitam que a natureza seja destruída por malfeitores.

Estes são importantes para que as crianças reflitam sobre a importância de compreenderem regras estruturadas, o conceito de trabalhar em equipe e coordenar ações em conjunto.

Compreende-se que os Jogos são essenciais, a partir da Educação infantil, por socializar e desenvolver a autonomia nas crianças. Esta atividade faz com que as crianças aprendam a esperar a vez de cumprir as regras dos jogos e relacionarem-se um com os outros.

É fundamental que o educador proponha e intermedeie a criação destes jogos com as crianças, incluindo confeccionar as peças e trabalhar as regras, permitindo-lhes exercitar a imaginação, capacitação em transformar objetos, aprimorar a coordenação motora e desenvolver habilidades.

Para estimular a aprendizagem quanto a criação dos jogos, é necessário que as crianças tenham contato com os tradicionais. Uma boa opção seriam os jogos de alvo. Dentre eles: boliche, bola de gude, argolas etc., pois favorecem a estruturação espacial.

Se optarem por outros jogos em grupo, como: esconder, corrida, descobertas, tabuleiros etc., é necessário que apresente outras referências.

Quando informados sobre a diversidade de possibilidades, as propostas tornam-se mais atrativas, desafiadoras e agradáveis, para as crianças no momento da confecção dos jogos.

O autoquestionamento sobre os objetivos, os encaminhamentos que deverão ser feitos, e o que será necessário para confeccionar os jogos, devem ser primordiais.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Geralmente observa-se um processo de aprendizagem cada vez mais complexo, e muitas vezes a responsabilidade desta dificuldade recai sobre quem ensina, ou seja, o professor. E a partir deste momento, faz-se necessário que o educador busque alternativas que muitas vezes confirmem os conceitos errôneos.

Em diferentes ocasiões, algumas crianças acabam sendo rotuladas ao fracasso escolar ou como alunos difíceis, deste modo, é fundamental que os professores tenham conhecimentos sobre as dificuldades e distúrbios de aprendizagem para que o auxiliem em sua prática pedagógica.

A deficiência ou incapacidade de uma pessoa podem estar ligadas entre alguns estados de saúde, tais quais: traumas, lesões, distúrbios e doenças, que favorecem a s limitações no desenvolvimento, ou ainda, estão associadas ao cansaço, desordem, tristeza, sono, preguiça, considerados fatores emocionais que também causam desmotivação do aprendizado.

Distúrbios de aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações manifestas por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central.

> Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente com outras condições desfavoráveis (por exemplo, alteração sensorial, retardo mental, distúrbio social ou emocional) ou influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, instrução insuficiente/inadequada, fatores psicogênicos), não é resultado direto dessas condições ou influências. (Collares e Moysés, 1992, p. 32).

Baseando-se nas teorias e pesquisas referentes essas dificuldades e distúrbios, é necessária que haja um diagnóstico prévio do meio em que o aluno está inserido, prática esta que contribui para a identificação das dificuldades que estão ocorrendo.

Ressalta-se ainda, a importância de respeitar o tempo de aprendizagem de cada aluno individualmente, já que cada ser humano é diferente do outro.

> Algumas crianças aprendem mais rapidamente do que outras; algumas aprendem mais vagarosamente que seus companheiros da mesma idade e, consequentemente, têm dificuldades em se adaptar às demandas sociais.(KIRK, 1979, p. 75).

Um dos distúrbios de aprendizagem mais diagnosticados na atualidade, é a Dislexia, que é a dificuldade identificada através da leitura. Nesta, o aluno omite ou troca letras, inverte sílabas,

pula linhas ao ler um texto, apresenta leitura lenta etc. De acordo com pesquisadores, a Dislexia é causada por fatores genéticos, mas sem comprovação da medicina.

Apesar de a Dislexia ser a dificuldade mais conhecida entre os grupos de distúrbios, é necessário estarmos cientes a outros problemas, tais quais: A Disgrafia, que pode ser facilmente associada à Dislexia, pois o aluno encontra dificuldade na escrita. Além disto, associa-se a letras muito próximas, desorganização ao produzir textos, letras ilegíveis e mal traçadas;

A dificuldade na linguagem escrita, conhecida como Disortografia, também se pode associar à consequência da Dislexia, pois suas principais características estão voltadas à desmotivação para escrever, separação indevida das palavras, falta de percepção e compreensão dos sinais de pontuação e acentuação e trocas de grafemas;

A pronúncia inadequada das palavras e sons errados tornando-as confusas e a dificuldade na emissão da fala denomina-se Dislalia. Entretanto, este tipo de distúrbio é diagnosticado em crianças com lábios leporinos, flacidez na língua ou problemas de palato.

A Discalculia é outro distúrbio de aprendizagem. Neste caso, a criança apresenta dificuldade para números e cálculos. Não compreendem as sequências lógicas e enunciados de problemas. Não conseguem identificar nem utilizar os sinais das quatro operações. Este é um dos problemas considerados mais sérios, porém, pouco diagnosticados;

Quando as crianças apresentam sinais de impulsividade, falta de concentração, inquietudes, desatenção, podem ser diagnosticados problemas de ordem neurológicas, ou Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, também conhecido como TDAH. Neste caso, é comum serem rotuladas como DDA (Distúrbio de Déficit de Atenção), porque apresentam fatores de causas emocionais (inquietação, nervosismo, agitação etc.).

É possível que o educador identifique tais distúrbios, visando que sua formação o capacita em observar e auxiliar o processo de aprendizagem de seu aluno, tornando as aulas mais motivadoras, porém, não o permite diagnosticar determinados problemas (função esta, destinadas aos psicopedagogos, médicos e psicólogos).

Estudos (ECCD, 1999), comprovam que durante os três primeiros anos de vida, podem ser relevantes aos desenvolvimentos cognitivos, deficiências sensoriais, motoras, mentais ou transtornos invasivos de desenvolvimentos.

Alguns programas de educação, que envolvem a participação da família e da comunidade, auxiliam as crianças com atrasos no desenvolvimento, a tornar-se crianças mais produtivas e independentes; promovem ganhos educacionais e de desenvolvimentos; podem reduzir custos futuros com educação especial ou reabilitação e os sentimentos de estresse e frustração que os pais e responsáveis podem vivenciar.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Baseando-se numa concepção construtivista, afirma-se que não há como abordar todas as definições às dificuldades de aprendizagem na educação infantil, nem de como nem porque ela se manifesta. O que se pode dizer é que as manifestações se dar ao baixo rendimento escolar das crianças, sendo necessário o apoio do educador e da família, que por sua vez, verificam os aspectos que interferem em seu desenvolvimento, aplicam seus conhecimentos, utilizando várias estratégias e possibilitando gradativamente a construção de conhecimentos.

De acordo com França (1996), ao lidar com estes diagnósticos, os defensores da abordagem de comportamentos, preferem utilizar o termo “distúrbio”, que está ligado diretamente ao aluno, ou seja, ele é responsável por suas dificuldades. Diferente dos construtivistas que aderem o termo “dificuldade”, por estar relacionados a problemas psicopedagógicos, ou seja, causas estas que não está ligado diretamente aos alunos, e sim a fatores externos.

Segundo Beker, (2003) pode-se dizer que a teoria do conhecimento pode ser entendida como construção. E não deixa por menos ao afirmar que a ação do sujeito constrói conhecimento e, toda vez que interpomos algo no lugar da ação, não estamos apenas retardando, estamos prejudicando o processo de aprendizagem.

Piaget (2003), afirma que as crianças constroem o seu conhecimento pela ação sobre os objetos, e pela interação com as pessoas e não pela demonstração ou apresentação de ideias prontas. Diz ainda, que é através do agir da criança que se estrutura seu autoconhecimento.

Apesar de não estar relacionado de forma mais profunda com os fatores gerais para o desenvolvimento mental, a afetividade e a motivação devem ser consideradas, pois Piaget (1896-1980) considera o desenvolvimento intelectual como tendo dois componentes: um cognitivo e um afetivo. Afeto inclui sentimentos, interesses, desejos, tendências, valores e emoções em geral. Sendo assim, apesar de não ser um fator do desenvolvimento, a afetividade está implícita em qualquer ação (física ou mental), e é a partir dela que surge a motivação no sujeito para agir.

Baseando-se numa esquematização baseada por Piaget, o desenvolvimento intelectual de crianças de zero a dois anos de vida, denomina-se estágio sensório motor, onde as crianças diferenciam o mundo externo do seu próprio corpo. Destaca-se a construção da noção do “eu”. As crianças com idade de três a seis anos de idade, classificam-se ao estágio pré-operacional. Neste estágio além das crianças utilizarem inteligências práticas, decorrentes da fase anterior, desenvolvem a linguagem oral, as imagens mentais e jogos simbólicos. Já as crianças de sete a onze anos de idade, classificam-se ao estágio de operações concretas. Esta fase coincide com o início da escolarização formal, onde as crianças começam a lidar com conceitos como os números e relações. E as crianças com doze anos em diante, denominam-se estágios de operações formais, onde os adolescentes deduzem lógicas sem o apoio de algo concreto. É a partir de então, que o adolescente começa a raciocinar lógica e sistematicamente. E cada estágio é caracterizado pela construção de novas estruturas, que os distinguem dos estágios anteriores.

A construção do conhecimento se dá a um processo de equilíbrio através das passagens

de fases de estágio, ou seja, o equilíbrio explica o desenvolvimento, e quando este sofre alguma perturbação deixa de atingir um determinado objetivo.

É impossível abordar assuntos relacionados à construção de conhecimentos, sem antes pesquisar uma maneira de entender o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão deste trabalho, é possível afirmar que as brincadeiras são fundamentais no processo de aprendizagem na Educação Infantil, devido as crianças necessitarem brincar, jogar, criar e imaginar para manterem seu equilíbrio com o mundo.

As instituições de ensino devem banir certos preconceitos de que brincar e jogar são atividades destinadas ao horário de intervalo / recreio, e admitir que estes atos promovam o desenvolvimento motor, cognitivo e socioafetivo.

As brincadeiras como propostas pedagógicas em sala de aula proporcionam relações e interações entre adversários e/ou equipe. Ao brincar as crianças estabelecem decisões, resolvem conflitos, criam possibilidades, vencem desafios, desenvolvem conhecimentos e criatividade, aprendem noções de espaços e quantidades, e o mais importante, aprendem de maneira divertida, mantendo sua individualidade e respeitando o próximo.

Em outras reflexões, percebe-se que existem dificuldades de aprendizagens, porém que estas podem ser previamente diagnosticadas e solucionadas de modo à auxiliar o aluno em seu desenvolvimento. Visando que, existem um grande número de crianças que se encontram em descompasso com a aprendizagem e que diversas instituições de ensino sofrem escassez de materiais pedagógicos ou profissionais qualificados para alcançar o objetivo de contribuir para o desenvolvimento cognitivo destas crianças.

Observa-se a partir deste fato, a importância do comprometimento e da capacitação profissional, na arte de ensinar.

Conclui-se, em outras palavras que através das brincadeiras, os professores disponibilizam de métodos práticos e estratégias lúdicas, que tornam o processo ensino – aprendizagem ainda mais satisfatórios e que as crianças desenvolverão a capacidade de perceber suas atitudes de cooperações, oferecendo a ela própria e aos que estão ao seu redor, oportunidades de testarem suas próprias habilidades e descobrirem seus próprios recursos, já que se encontram num período de formação.

Soubéssemos nós adultos preservar o brilho e o frescor da brincadeira infantil, teríamos uma humanidade plena de amor e fraternidade. Resta-nos, então, aprender com as crianças.(Monique Deheinzelin).

REFERÊNCIAS

ANDRETTA, Vanessa. **O lúdico através de dinâmicas vivenciadas na natureza,-[S.l.].**-disponível-em: <http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo39.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

AROEIRA, Maria Luísa C.; SOARES, Maria Inês B.; MENDES, Rosa Emília A. **Didática de pré – escola – Vida criança – Brincar e aprender.** [S.l.]: FTD.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. N**BR 6022: Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa- Apresentação.** Rio de Janeiro, 2002.

BARRETO, Cleidinéia Rocha; GÓÉS, Cleuza da Silva; CABRAL, Edson Ribeiro. **Dificuldades de Aprendizagem.** Paraná, 2007. Disponível em:< http://www.faculdadesdombosco.edu.br/v2.1/documentos/monografia_dificuldadesdeaprendizagem.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BARROS, Jussara de. **Dificuldades da aprendizagem**. [S.l.: s.n.]. Disponível em:< http://www.brasilescola.com/educacao/dificuldades-aprendizagem.htm> Acesso 14 jul. 2023.

BIBIANO, Bianca et al. Jogos e Brincadeiras. **Revista Nova Escola.** [S.l.: s.n.]. Disponível em:< http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/jogos-criancas-aprendem-ganhar-perder-faz-parte-vida-613001.shtml>. Acesso 01 jul. 2023.

FERREIRA, Marieli Priscila; SÁ, Gabriele Sandy Bitencourt de. **Dificuldades de aprendizagem: O olhar do professor.** Revista Interlinguagens. [S.l.: s.n.]. Disponível em:<http://www.revistainterlinguagens.com.br/publicacoes/1D267C091819583D83389F6BE909AC5D.PDF>. Acesso 16 jul. 2023.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar, crescer e aprender – O resgate do jogo infantil.** [S.l.]: Moderna.

GARCIA, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

JUSTEL, Talita. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e a Pedagogia da Infância, [S.l.],** v. 01, jan./jul. 2007. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/8/8>. Acesso 01 jul. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida et al. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação.** [S.l.]: Cortez Editora, 2006.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida et al. **O Brincar e suas teorias.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MARTINS, Vicente. Distúrbios da linguagem escrita: dislexia. [S.l.: s.n.]. Disponível em:<http://br.monografias.com/trabalhos3/dislexia/dislexia4.shtml> Acesso em: 13 jul. 2023.

MONTARDO, Jorge. **A origem dos brinquedos**. [S.l.: s.n.]. Disponível em:< http://www.ebrinquedo.com/152/index.php?option=com_content&view=article&id=45:origem&catid=35:brinquedos&Itemid=59> Acesso 07 jul. 2023.

MONTE, Profª Francisca Roseneide Furtado do et al. **Educação Infantil - Saberes e práticas da inclusão - Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento,** Brasília, v. 06, 2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dificuldadesdeaprendizagem.pdf>. Acesso 11 jul. 2012.

SANTANA ,Juçara. **O papel da imagem no processo educativo de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem – Relatos de experiência de uma professora de educação infantil.** Salvador, 2009. Disponível em:< http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-JU%C3%87ARA-SANTANA.PDF> Acesso 13 jul 2023.

SILVA, Aparecida Roseli Pereira da; MOTA, Marciana de Sousa Queiroz; **A importância do lúdico na educação infantil: uma forma de educar**, São Paulo. Disponível em: <http://www.cefaproca-ceres.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=503&Itemid=134>. Acesso 30 jun. 2023.

VON, Cristina et al. **A origem dos brinquedos.** [S.l.: s.n.]. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Brinquedo>. Acesso 07 jul. 2023.

VYGOTSKY, L.S. **O papel do brinquedo no desenvolvimento - Capítulo do livro A formação social da mente de L. S. Vygotsky. [S.l.: s.n.].** Disponível em: < http://www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/EducacaoInfantil/ProjBrincar/encontro3/PapeDoBrinquedoNoDesenvolvimento.pdf>. Acesso 07 jul. 2023.

DIREITO LINGUÍSTICO É UM DIREITO HUMANO

CAROLINA LOBRIGATO
Graduação em Letras pela Centro Universitário Fundação Santo André (2003); Especialista em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Arte pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2020); Professora de Ensino Fundamental II - Língua Portuguesa - na EMEF Altino Arantes.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um projeto iniciado nas aulas de Língua Portuguesa da EMEF Altino Arantes, localizada no bairro da Vila Industrial, em São Paulo, intitulado “Como é que a gente fala?”. O projeto foi desenvolvido com o intuito de propor reflexões aos estudantes em relação ao seu direito linguístico, valorizando não apenas a variedade linguística que o aluno tem como conhecimento prévio, mas também os traços históricos, ideológicos, culturais e econômicos. Fomentando o respeito aos valores essenciais que compreendem a essência identitária do estudante. O projeto teve como finalidade conscientizar os estudantes de como o preconceito linguístico pode ser uma das formas mais cruéis de intolerância e exclusão social. Para tanto, foi utilizado um ODA - Objeto Digital de Aprendizagem desenvolvido em parceria com o Museu de Língua Portuguesa, proporcionando que os alunos visitassem o Museu, favorecendo o direito ao acesso a espaços culturais do território. O trabalho culminou na produção e socialização de vídeos em que os estudantes - protagonistas - puderam ilustrar a maneira que falam, associando a língua à identidade, valorizando diversos falares. Também foram realizadas exposições artísticas nas paredes da escola e nas redes sociais de charge e lambe-lambe em prol do combate ao preconceito linguístico. Esse movimento incentivou um estudante a apresentar um Projeto de Lei no Parlamento Jovem Paulistano propondo que projetos como esse, sejam instituídos em todas as escolas da rede municipal de São Paulo e, por fim, mobilizando toda a comunidade escolar a iluminar e valorizar os diversos falares: do skatista pernambucano, do mecânico do interior, da merendeira gaúcha, do funkeiro, do poeta, da engenheira, da professora, dos “crias”.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Linguístico; Direito Humano; Variação Linguística.

INTRODUÇÃO

O projeto “Como é que a gente fala?” iniciou-se em abril de 2022, ocasião em que a professora

de Língua Portuguesa, foi convidada para fazer parte de um Grupo de Trabalho com cerca de vinte professores que atuam nas escolas municipais de ensino fundamental de São Paulo, com treze formadores das Diretorias Regionais e dois formadores da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; completando o GT, formadoras do Museu da Língua Portuguesa. Assim, a professora recebeu o desafio de elaborar e desenvolver um projeto sobre Variação Linguística utilizando um ODA (Objeto Digital de Aprendizagem), que se trata de um vídeo produzido pelo Museu, com consultoria deste grupo de trabalho que trazia o ponto de vista de quem está no chão da escola.

Cada professor elaborou e desenvolveu uma sequência didática exclusiva em sua UE, porém a sequência didática de nossa escola extrapolou os muros, alcançou a comunidade, proporcionou o engajamento, o protagonismo dos estudantes e transformou-se num projeto, não somente focando na variação linguística, mas direcionada à reflexão sobre a violação de um direito humano fundamental: o direito linguístico, assim como os impactos do preconceito linguístico na escola e na sociedade.

A problemática disparadora do projeto, partiu do acolhimento de relatos dos estudantes, como "Minha mãe já deixou de pedir uma informação no posto de saúde porque ela acha que não sabe falar direito, acha que as pessoas vão ficar zuando por ela falar 'nóis vai'". Sem contar os casos de alunos recém-chegados do Nordeste, que tentavam perder o sotaque porque eram zoados pelos colegas da turma. Uma situação que chamou atenção foi a do irmão de uma aluna que havia sido humilhado por um juiz, numa audiência, por usar gírias.

Através de aulas expositivas, pesquisas, leituras colaborativas, reprodução de áudios/filmes e rodas de conversa, ficou muito evidente que a escola tem o dever de ensinar a norma-padrão, de tornar o aluno poliglota em sua própria língua, sendo capaz de se comunicar em variadas situações de comunicação: numa torcida de futebol, numa assembleia de classe ou num debate político. Porém, é na escola que deve iniciar o combate ao preconceito linguístico e onde deve ser exigido o direito linguístico, que é associado ao regionalismo, ao grupo a que se pertence, a idade, ao gênero, classe social.

Após a apresentação do vídeo produzido pelo Museu De Língua Portuguesa (ODA), os alunos ficaram à vontade para gravarem vídeos, mostrando o seu modo de falar. Cada vídeo gravado, estimulava o próximo, o próximo e o próximo. Rapidamente, conseguimos quatro episódios do programa, nomeado pelos próprios estudantes de "Como é que a gente fala". Foi formada uma equipe para fazer o roteiro e a edição dos vídeos. Um aluno mais tímido, que não queria mostrar sua imagem no vídeo, teve a ideia de lançar o segundo programa "Converse mais com quem fala", em que dava um closed apenas na boca dos estudantes, que escolhiam palavras que gostavam de pronunciar, foram convidando professoras, funcionários da escola e familiares. Esse segundo programa tinha o intuito de incentivar as pessoas a conversarem mais com quem fala gírias, com quem usa a linguagem formal, com quem tem sotaque nordestino, com quem tem a língua presa, com quem usa estrangeirismo ou neologismo. Os vídeos circularam nas redes sociais! Somou-se ao trabalho exposições artísticas de charge, lambe-lambe e slam sobre o preconceito linguístico.

Após os resultados positivos, o relato de prática da professora Carolina foi organizado e publicado num material orientador aos professores de todo o Brasil, disponível no site do Museu da Língua Portuguesa. Além disso, a professora foi convidada a compartilhar a sua prática no dia

de lançamento da ODA, no auditório do Museu, com a presença de seus estudantes, que tiveram acesso a esse espaço cultural da cidade tão potente. A visita coroou o trabalho e impulsionou que um aluno tivesse a ideia de elaborar um Projeto de Lei enviado ao Parlamento Jovem Paulistano 2022 propondo que projetos como esse, sejam instituídos em todas as escolas da rede municipal de São Paulo.

DIREITO LINGUÍSTICO COMO UM DIREITO HUMANO

> "A gente pegou a linguagem que não foi feita para a gente, que não é nossa, e criou uma outra linguagem que é nossa e que é riquíssima! Mas ela não é aceita. Pouco a pouco na medida que a gente vai criando conhecimento, é assim que ela pode ser aceita, que ela deve ser aceita; ela é riquíssima, ela é invejável, e plausível. Só que ela é de outra academia, a academia da vida." – Wesley Delírio Black, rapper

A mídia representa a periferia da cidade de São Paulo, especialmente as comunidades, como centros de crime, drogas e violência, como se as favelas fossem um problema para a cidade. Estas posições impõem aos seus moradores um estigma de exclusão e criminalidade pressuposta, encorajando os membros da elite de se distanciarem e discriminarem essas comunidades mais pobres. Esse grande abismo social é refletido na linguagem.

Diferentes falares pela cidade indicam imediatamente a classe social do interlocutor, significando que aqueles que falam as variações periféricas, como a linguagem da favela, acabam carregando este estigma negativo associado à sua comunidade onde quer que abram a boca.

São garantidos por lei o direito de expressar-se livremente, em sua própria língua, mesmo que esta não seja o idioma oficial de seu país, ou em sua variedade linguística, ainda que esta seja uma variedade não-padrão.

É imprescindível e indiscutível que a escola ensine a norma-padrão, a sociedade precisa dela para entender os sistemas políticos e legais; para acessar a mídia e a cultura literária que integram a identidade nacional. Entretanto, as instituições não têm o direito de menosprezar aqueles que se utilizam de uma variação menos valorizada pela sociedade. O preconceito contra as variedades desprestigiadas é a expressão máxima da violação dos direitos linguísticos. O estudante deve ter acesso à norma-padrão na escola, mas também deve conhecer e aprender a respeitar todas as variações linguísticas.

Não há um modo de falar melhor ou pior que outro, embora exista um padrão de fala socialmente mais prestigiado que outros. Por exemplo, nos jornais que são transmitidos em âmbito nacional, seus apresentadores têm sotaque paulistano, assim como a maior parte de dubladores de filmes, com algumas exceções de dublagens cariocas. Deve ficar claro que falar diferente não é falar errado, e que cada comunidade ou grupo linguístico possui maneiras peculiares de se comunicar, diferentes umas das outras. Essas maneiras peculiares de usar uma língua, constituem a identidade linguística de um grupo específico dentro de um território.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) defende o direito e o respeito à identidade linguística de toda e qualquer comunidade de fala.

Os direitos linguísticos fazem parte dos direitos humanos fundamentais, tanto individuais como coletivos, e se sustentam nos princípios universais da dignidade dos humanos e da igualdade formal de todas as línguas. No âmbito individual eles significam o direito de cada pessoa a "identificar-se de maneira positiva com sua língua materna, e que esta identificação seja respeitada pelos demais" (Phillipson, Skutnabb-Kangas e Rannut 1994, p. 2,). No âmbito das comunidades linguísticas, os direitos linguísticos compreendem o direito coletivo de manter sua identidade e alteridade etnolinguísticas.

A destruição da identidade linguística e até sociocultural dos indivíduos e de seu grupo, constitui violência simbólica que pode gerar problemas psicológicos oriundos da negação da identidade pelo próprio indivíduo, levando à perda da autoestima e à insegurança linguística, que gera a incapacidade de produção de discurso escrito ou oral e inúmeros outros problemas de ordem psicológica, conforme nos trazem os relatos de nossos estudantes.

Assim, o projeto visa acolher relatos dos alunos que trazem narrativas em que eles, seus familiares ou amigos já tiveram violados os seus direitos linguísticos, no que diz respeito às variedades linguísticas regionais (sotaques de estudantes que vieram do interior de São Paulo ou do Norte/ nordeste por exemplo) ou sociais (por serem moradores das comunidades periféricas). Também tem como finalidade, oportunizar que os educandos conheçam as variações linguísticas, tenham clareza da definição e da caracterização da identidade linguística de sua comunidade. Somente assim, se pode respeitar e não violentar a identidade linguística e autoestima dos moradores das comunidades da Ilhas, Casinhas e do Mangue - Vila Industrial, zona Leste de São Paulo.

METODOLOGIA

Ao apresentar a proposta aos alunos, foi imprescindível esclarecer que seria necessária a participação dos estudantes em todas as etapas do projeto, sendo necessária uma grande interação para que juntos pudéssemos explorar as possibilidades de comunicação e conhecer as variantes linguísticas. Assim, as quatro turmas de alunos dos 9ºs anos conscientizaram-se da corresponsabilidade na elaboração e desenvolvimento de todo projeto.

Inicialmente, foi proposto um momento de escuta ativa em que os estudantes puderam ilustrar o modo como expressam-se em diversas situações de comunicação, com interlocutores variados. Nessa primeira roda de conversas, surgiram os primeiros relatos, vividos por eles ou seus familiares, denunciando o preconceito linguístico, ora por terem vindo de outros estados e esforçarem-se para perder o sotaque e não serem zuado pelos colegas na escola; ora por terem vergonha de falarem numa audiência em frente a um juiz; por perceberem que algumas variações têm mais prestígio, como nos trouxe uma aluna - indignada - que citou o fato da ex-BBB Juliete, paraibana, ter sido reprovada num teste para dublagem de um filme internacional, em razão de seu sotaque; a artista relatou que, durante o teste, aconselharam-na que usasse um "sotaque neutro".

O preconceito que mais foi acolhido relacionava-se ao modo de falar dos moradores das comunidades periféricas do entorno da escola, destacando-se aí que o preconceito linguístico está relacionado ao preconceito social. Alguns grupos como os funkeiros e os "crias", que segundo o

dicionário popular é “gíria bastante comum de ser escutada, principalmente entre os jovens, para definir um lugar de onde uma pessoa é”. Foi fácil associarem o preconceito linguístico à falta de escolaridade também.

O mapa-mundi ao fundo da sala foi o ponto de partida para materializar o início da troca. Cadê o Brasil? Olha o tamanho do nosso país! “Nossa, prô, parece do mesmo tamanho da Oceania”. Por que falamos a Língua Portuguesa? “Mas o jeito que a gente fala aqui não é o mesmo que falamos em Portugal, né?”. Vamos localizar os países que falam a Língua Portuguesa? Dando conta da Geografia e da História, fomos chegando do macro ao micro, refletindo sobre nossa ancestralidade para então atingirmos a discussão sobre a nossa identidade.

A variação regional começou a aquecer a discussão que logo pegou fogo. Trouxeram referências familiares, de vizinhos e funcionários da escola que vieram de outras regiões. O que conheciam por um nome aqui, mas com outro nome de outro lugar? Como se pronuncia leite quente em Minas Gerais?

Para lançar mão da multimodalidade e de outros recursos, orientei que solicitassem áudios, através do whatsapp, com falares de pessoas de outros estados brasileiros e até mesmo de Portugal, para que juntos analisássemos o vocabulário, sotaque e até mesmo diferenças culturais e idade. O que muda? “Essa parece ser estudada”, “Ah … essa só tem 10 anos, por isso, fala assim”, “Que delícia essa marra carioca”, “Esse paulistano me representa”. Os áudios estão disponíveis no padlet.

Uma aula foi reservada para diferenciar a norma-padrão da norma-culta, assim como a apresentação da variação histórica, social e de estilo, para que os estudantes percebessem que não existe somente a variação regional. Foi produzido uma “nuvem de conceitos” com as informações que eles já sabiam e com as que precisariam saber. “Como conseguirão essas informações? Quais fontes poderão ser utilizadas?”. Inevitavelmente, surgiram as perguntas sobre o CERTO e o ERRADO, que aos poucos foram direcionadas ao ADEQUADO e INADEQUADO.

Na próxima etapa, assistimos ao filme "O contador de histórias". Além das críticas às falhas educacionais da antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), a narrativa ilustra a linguagem utilizada pelos meninos de rua, mostrando algumas gírias utilizadas na época (1978), naquela cidade (Belo Horizonte- MG) por aquele grupo, um exemplo é quando o protagonista Roberto Carlos manda a pedagoga francesa "se pirulitar", como ela não entende, ele explica que é "sair, cair fora", comentou-se também o modo que ele se dirigia a ela no início "a dona fala muito estranho" e depois, a pedido dela, ele trocou o 'dona' por 'madame'. Valorosas foram as discussões acerca dos direitos humanos, das variações linguísticas e dos direitos linguísticos.

Já era hora de apresentar o Objeto Digital de Aprendizagem, projetor instalado na sala, caixa de som nas alturas e vídeo na tela: “Na sua escola: Nossa língua do Brasil”. Depois de trocarmos as impressões sobre o vídeo, foram divididos em grupos para que, após um alinhamento entre eles, explicassem para a turma o que entenderam do trecho do qual o grupo ficou responsável.

E, enfim, a reflexão final do vídeo trouxe um repertório muito interessante para iniciarmos a exploração do audiovisual.

Os alunos registraram suas respostas e vimos ali uma possibilidade de gravar algumas narrativas “Como é que a gente fala?” com curiosidades sobre os “falares” da turma. A experiência foi tão enriquecedora que virou um programa, de cara com três episódios, com todo o roteiro, gravação e edição feitos a muitas mãos.

A pergunta disparadora “Como é que a gente fala?” trouxe situações de variação de grupos (caminhoneiros, jogadores de futebol), de estilo (formal ou informal), fomos brindados com o primo do “menas”, o “mais maior”. Surgiram as variantes usadas nas cantadas e até a maneira como são repudiadas! Soubemos como as palavras estrangeiras, febre das redes (hype, flop) estão confundindo a cabeça dos pais. E qual a variante deve-se adotar numa briga? Até nisso, eles pensaram! Os episódios encontram-se disponíveis no Youtube e no padlet do projeto.

Para completar, surgiu a ideia de gravarmos também outra sequência de vídeos “Converse mais com quem fala …” que iluminou e valorizou todos os tipos de falares (formal, informal, gírias, regionalismo, estrangeirismo, neologismo). Também foi uma oportunidade daqueles mais tímidos, que só participaram dos bastidores dos vídeos, participarem … ah … uma palavrinha só! Só a boca! E como aquelas bocas nos impactaram com suas pronúncias! As vozes e os falares da periferia foram ouvidos.

O que começou na sala de aula, tomou os corredores da escola e envolveu a todos. Agora, certamente, se espalhará por todo território da comunidade da Vila Industrial, onde está inserida a EMEF ALTINO ARANTES e descobriremos deliciosos “falares”

RESULTADOS ALCANÇADOS COM A REALIZAÇÃO DO PROJETO

Durante a realização do projeto víamos que os alunos ficavam cada vez mais cientes de seus direitos na sociedade e na própria escola, foram capazes de associar os direitos linguísticos aos direitos humanos, trazendo a discussão para o cotidiano, assim, os alunos passaram a observar as noções de direitos linguísticos a todo momento e nas pequenas situações. Mostraram-se mais atuantes no Grêmio Estudantil e no grupo de slam da escola. Muitos alunos relataram que levaram as discussões para as famílias, debatendo sobre o combate ao preconceito linguístico e a busca da identidade através do modo de falar. Começaram, também, a orgulhar-se do lugar onde moravam, que é representado por sua gente, sua cultura e seu modo de falar. Conscientizaram-se da importância da educação e da aquisição de conhecimento da norma-padrão, porém, que o preconceito e o desprezo às variações menos prestigiadas devem ser combatidos dentro e fora da escola.

O projeto possibilitou aos alunos a apropriação de que todas as pessoas têm o direito de expressarem à sua maneira, que o jeito que falam traz muito de sua identidade. Além disso, proporcionou o empoderamento dos estudantes, capacitando-os para a defesa dos direitos humanos, para a valorização dos diversos falares que carregam a diversidade cultural de nosso território, transmitindo a mensagem a toda comunidade que a língua é viva, que o essencial para que ocorra a comunicação é que haja entendimento entre o locutor e o interlocutor, independentemente, de sua variedade linguística (social, regional, de sexo, gênero, faixas etárias, estilo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no decorrer deste artigo, nota-se que os temas “Direitos Humanos” e “Direitos Linguísticos” não devem ser desenvolvidos como um projeto bimestral ou semestral, somente para uma turma (9º ano). Mas, sim, é uma temática que precisa ser enfatizada sempre, tal como o exercício da cidadania, que deve ser praticado, constantemente ao longo de todos os anos, de maneira interdisciplinar.

Com a realização do projeto, os estudantes tornam-se sensíveis em relação ao tema, encorajados a irem à luta pelos seus direitos, a valorizarem o modo de falar dos moradores de seu território e a não praticarem o preconceito linguístico.

A continuidade se dará ao passo que eles começarão a produzir informação e conteúdo, rompendo a barreira de meros consumidores para produtores de tais bens.

REFERÊNCIAS

ODA – Nossa língua do Brasil. Disponível <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/oda/nossa-lingua-do-brasil/ >Acesso 22 jun. 2023.

Na sua escola: Nossa Língua do Brasil. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=g5lf-Ceqt0ZI&t=15s. >Acesso 22 jun. 2023.

Sessão Plenária: Parlamento Jovem Paulistano 2022. Disponível<https://www.youtube.com/watch?v=AbWifERhVcc> Acesso 22 jun. 2023.

A Linguagem da Favela Parte 1: Resistência, Cultura e Identidade. Disponível em < https://rioonwatch.org.br/?p=13450 >Acesso 22 jun. 2023.

PHILLIPSON, R. in collaboration with M. RANNUT. **Linguistic Human Rights: Inequality or Justice in Language Policy.** Berlim/New York: Mouton de Gruyter, 1994.

O JOGO E A MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CÁSSIO FARINELLI LIMA
Graduação em Metemática pela Universidade Braz Cubas, no ano de 2000; Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho, no ano de 2008; Graduação em Letras Pelo Centro Universitío de Jales, no ano de 2020, Especialista em Metodologias de Ensino em EAD pela Faculdade Intervale 2020; Especialista em Supervisão Escolar, pela Faculdade Intervale 2022; Professor de Ensino Fundamental II e Médio – Matemática na EMEF Pedro Teixeira e Professor de Ensino Fundamental I - Regência - na EMEF Pedro Teixeira.

RESUMO

A palavra jogo provém de jocu, substantivo masculino de origem latina que significa gracejo. Em seu sentido etimológico, portanto, expressa um divertimento, uma forma de brincadeira, passatempo sujeito a regras que devem ser observadas quando se joga. Significa também balanço, oscilação, astúcia, ardil, manobra. Não parece ser difícil concluir que todo jogo verdadeiro é uma metáfora da vida. Essa reflexão, exige muito cuidado: *empregamos a palavra "jogo" como um estímulo ao crescimento, como uma astúcia em direção ao desenvolvimento cognitivo e aos desafios do viver, e não como uma competição entre pessoas ou grupos que implica em vitória ou derrota."*

PALAVRAS-CHAVE: Jogo; Motivação; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A elaboração desse trabalho procurou atender à área da matemática. Ensinar matemática é desenvolver o raciocínio lógico, estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Nós, como educadores, devemos procurar alternativas para aumentar a motivação para a aprendizagem, desenvolver a autoconfiança, a organização, a concentração, a atenção, o raciocínio lógico-educativo e o senso cooperativo, desenvolvendo a socialização e aumentando as interações do indivíduo com outras pessoas.

Os jogos, se convencionalmente planejados, são um recurso pedagógico eficaz para a construção do conhecimento em geral.

Vygotsky afirmava que através do brinquedo a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, sendo livre para determinar suas próprias ações. Segundo ele, o brinquedo estimula a curiosidade e a autoconfiança, proporcionando desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção.

O uso de jogos e curiosidades no ensino da matemática tem o objetivo de fazer com que as crianças gostem de aprender essa disciplina, mudando a rotina da classe, permitindo que o aluno faça da aprendizagem um processo interessante e até divertido. Para isso, os jogos devem ser utilizados ocasionalmente para sanar as lacunas que se produzem na atividade escolar diária.

O JOGO NO CONTEXTO PEDAGÓGICO E PSICOPEDAGÓGICO

Desde a mais tenra infância a criança é naturalmente curiosa e é exposta a inúmeras possibilidades de interação com os ambientes ecológico e social, bem como com seu próprio comportamento. À medida que ela se desenvolve, essas interações vão burilando e tornando mais complexo o seu comportamento conceitual, com base em controles por estímulos cada vez mais sofisticados.

Se a criança demonstra, quando ainda pequena, prazer em aprender, se a curiosidade a move no sentido da busca do conhecimento, precisamos encontrar a fórmula de manter e até de desenvolver essa postura da criança frente a vida. Dessa forma, a família e a escola influenciam fortemente na aquisição inicial e o aperfeiçoamento das interações, à medida que produzem situações em que a criança deve descrever objetos, animais ou o próprio organismo; como atuam ou como funcionam; como se parecem; como e onde se localizam; quantos são; qual sua periodicidade, seu ritmo e sua velocidade de funcionamento e assim por diante. Juntamente com as habilidades de comunicação, atenção e compreensão, memorização, imitação e de seguir instruções, os conceitos relativos a espaço, tempo e quantidade são, assim, centrais à aprendizagem que a escola considera fundamentais.

Das situações acadêmicas para ensinar repertórios básicos às crianças, provavelmente a mais produtiva é a que envolve o jogo, atividade em que o elemento mais importante é o envolvimento do indivíduo que brinca, e não algum produto valorizado extrinsecamente.

Para Piaget, por meio de uma atividade lúdica, a criança assimila ou interpreta a realidade a si própria, atribuindo, então, ao jogo um valor educacional muito grande. Nesse sentido, propõe-se que a escola possibilite um instrumental à criança para que, por meio de jogos, ela assimile as realidades intelectuais, a fim de que estas mesmas realidades não permaneçam exteriores à sua inteligência.

Uma área de ensino que tem voltado à questão do jogo é a matemática. No entanto, ainda é comum a ênfase nos materiais concretos e no material estruturado como recursos didáticos. Esta referência talvez se deva à oposição entre brincar e aprender.

Aos poucos, porém, foi se tomando consciência de que ensinar matemática envolve variáveis que transcendem ao simples ato de transmitir conhecimentos. Deve-se esta conscientização aos teóricos como Piaget e Vygotsky, que contribuíram para uma perspectiva nova do trabalho pedagógico, lançando bases teóricas para uma nova visão de escola e particularmente do jogo, como um possível elemento pedagógico.

As concepções epistemológicas e psicológicas voltadas a uma aprendizagem real orientam

uma definição mais precisa do que seja jogar e aprender matemática, e o lugar do jogo nesse contexto, valorizando, na educação matemática, a concepção de que o conhecimento se constrói.

A perspectiva do jogo na educação matemática não significa ser a matemática transmitida de brincadeira, mas a brincadeira que evolui até o conteúdo sistematizado.

Para uma adaptação à realidade, no dizer de Piaget, é preciso uma síntese entre assimilação e acomodação. O jogo, no qual prevalece a assimilação pela própria evolução interna, pouco a pouco se transforma em construções adaptadas, exigindo sempre mais de trabalho efetivo. Para Piaget, os jogos podem ser estruturados, basicamente, segundo três formas de assimilação: exercício, símbolo e regra.

Nos jogos de exercício, a forma de assimilação é funcional ou repetitiva tendo por consequência, para o desenvolvimento da criança, a formação de hábitos.

Os jogos simbólicos vêm depois dos jogos de exercício, caracterizam-se pelo seu valor analógico. Trata-se de repetir como conteúdo, o que a criança assimilou em seus jogos de exercício ou aplicar como forma de conteúdo, as formas dos esquemas de ação que assimilou em seus jogos de exercício.

Os jogos de regra têm como original e próprio, seu caráter coletivo. Os jogadores sempre dependem um do outro passando-nos uma ideia de assimilação recíproca pelo sentido de coletividade e de regularidade intencionalmente consentida ou buscada.

Embora os jogos em geral interessem à psicopedagogia, os de regra merecem atenção especial, por serem consideradas meios de compreender e intervir nos processos cognitivos das crianças. Os jogos de regra são caracterizados por uma atividade que propõe ao sujeito uma situação-problema (objetivo do jogo), um resultado em função desse objetivo e um conjunto de regras. Sua execução, individualmente ou em grupo, impele o jogador a encontrar ou produzir meios em direção a um resultado favorável, inserindo-o num contexto de luta contra o adversário com suas táticas e estratégias, encantando-o ou atemorizando-o.

A importância desta atividade no contexto psicopedagógico é a de permitir, ainda que indiretamente, uma aproximação ao mundo mental da criança, pela análise dos meios, dos procedimentos utilizados ou construídos durante o jogo. A análise das ações, neste contexto, permite que o sujeito enriqueça suas estruturas mentais e rompa com o sistema cognitivo que determinou os meios inadequados ou insuficientes para a produção de determinado resultado. Pressupõe Macedo que esta situação, dita artificial, possa servir de modelo ou quadro referencial para o sujeito, possibilitando transferir as estratégias utilizadas no contexto do jogo para outras situações. Uma má jogada constitui uma excelente oportunidade de intervenção do professor, voltando-se para analisar os erros, ou seja, as ações da criança que prejudicam o resultado almejado e as estratégias, isto é, no modo como são armadas as jogadas visando ao objetivo final.

Ainda que enfatizem objetivos direcionados aos aspectos cognitivos decorrentes da aplicação de jogos, quer na aprendizagem de noções, quer como meios de favorecer os processos que intervêm no ato de aprender, não se ignora o aspecto afetivo que, por sua vez, se encontra implícito no próprio

ato de jogar. Pode-se dizer: com base nas características que definem os jogos de regra, o aspecto afetivo manifesta-se na liberdade da sua prática, prática essa inserida num sistema que a define por meio de regras, o que é, no entanto, aceito espontaneamente. Impõem-se um desafio, uma tarefa, uma dúvida, entretanto é o próprio sujeito quem impõe a si mesmo resolvê-los.

Assim, jogar é estar interessado, não pode ser uma imposição, é um desejo. O sujeito quer participar do desafio, da tarefa. Perder ou ganhar no jogo é mais importante para ele mesmo do que como membro de um grupo. Isto porque é o próprio jogador que se lança desafios, desejando provar seu poder e sua força mais para si mesmo que para os outros.

Num contexto de jogo, a participação ativa do sujeito sobre o seu saber é valorizada por pelo menos dois motivos. Um deles deve-se ao fato de oferecer uma oportunidade para as crianças estabelecerem uma relação positiva com a aquisição de conhecimento, pois conhecer passa a ser percebido como real possibilidade. Crianças com dificuldades de aprendizagem vão gradativamente modificando a imagem negativa (seja porque é assustadora, aborrecida ou frustrante) do ato de conhecer, tendo uma experiência em que aprender é uma atividade interessante e desafiadora. Por meio de atividades com jogos, as crianças vão adquirindo autoconfiança, são incentivadas a questionar e corrigir suas ações, analisar e comparar pontos de vista, organizar e cuidar dos materiais utilizados.

O jogo é uma das atividades lúdicas mais antigas do homem. Acompanha a evolução cultural da humanidade. Faz parte da sociabilização do ser humano. Nossos antepassados tornavam suas horas mais divertidas através do jogo. Até porque isso foi muito antes do aparecimento do CD, da novela das oito e do cinema. Este é um tema que deve estar sempre presente na pauta do educando. Através das atividades lúdicas pedagógicas, as crianças, desenvolvem o senso de organização, o espírito crítico e competitivo, o respeito mútuo, além de aprenderem e fixarem conteúdos com muito mais facilidade.

Outro motivo que justifica valorizar a participação do sujeito na construção do seu próprio saber é a possibilidade de desenvolver seu raciocínio. Os jogos são instrumentos para exercitar e estimular um agir-pensar com lógica e critério, condições para jogar bem e ter um bom desempenho escolar. Esses aspectos, entre outros, são exigências que o jogo impõe àqueles que querem vencer e fazem parte das condições para aprender bem as disciplinas escolares.

Assim, a atividade de jogar, se bem orientada, tem papel importante no desenvolvimento de habilidades de raciocínio, bem como organização, atenção e concentração, tão necessárias para o aprendizado, em especial em matemática e para resolução de problemas em geral.

ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS NA APLICAÇÃO DE JOGOS NA EDUCAÇÃO

Capacidade de se constituir em um fator de autoestima ao aluno e condições psicológicas favoráveis.

Jogos extremamente “fáceis” ou cuja solução se coloque acima da capacidade do aluno causam desinteresse e pior ainda, associa baixa autoestima a uma sensação de incapacidade ou fracasso.

Nesse caso, o professor deve organizar jogos que simbolizem desafios intrigantes e estimulantes, mas possíveis de serem concretizados pelos alunos. Esse nível de dificuldade ideal não é parte inerente do jogo, mas provém da acuidade e perspicácia de observação do professor que pode, aqui e ali, dar algumas “dicas” facilitadoras quando o jogo é muito difícil, ou criar estratégias mais complexas, se julga de fácil solução.

Uma observação importante, neste momento, é em relação ao desenvolvimento das crianças. Segundo Piaget esse desenvolvimento pode ser classificado em quatro estágios, de acordo com elas jogam:

a) Jogo motor e individual – a criança joga sozinha, fazendo uma variedade de coisas, que não podem ser chamadas de jogo.

b) Jogo egocêntrico – as crianças imitam seus colegas mais velhos, mas jogam sozinhas. O egocentrismo refere-se a total inabilidade de ver o outro ponto de vista. Por volta dos 5 e 6 anos de idade começam a comparar suas atuações e coordenar as intenções dos diferentes jogadores e tentar vencer os adversários.

c) Cooperação incipiente – é caracterizada pelo fato de cada jogador tentar vencer. Surge a competição e as crianças precisam cooperar para chegar a um acordo sobre a elaboração das regras que governam a competição.

d) Codificação de regras – nesta fase os alunos são capazes de cooperar no sentido de unificar as regras. “Cooperar” quer dizer “operar” junto, na negociação de regras que são aceitáveis para todos os envolvidos.

CONCEPÇÕES DE MATEMÁTICA E INCIDÊNCIAS NA MATEMÁTICA ESCOLAR

A matemática, tal como tem se mostrado no mundo ocidental, caracteriza-se por seu extremo rigor, abstração e consistência. A ciência matemática constitui um corpo de conhecimentos com especificidades e características tais que se chega a identificar a racionalidade da matemática com a racionalidade humana, tal a força com que o encadeamento das ideias matemáticas tem se feito presente na maneira como o pensamento humano se desenvolveu, especialmente, no mundo ocidental.

Esse modo de se aproximar à matemática está enraizada na cultura e leva a uma concepção de conhecimento matemático como algo inerente ao mundo. Fala-se em matemática como atemporal, a priori, pré-existente. Chega-se inclusive a imaginar que o mundo sem a matemática é um mundo vazio, escuro, um caos.

Essas concepções de matemática enraízam-se no mundo grego, onde, segundo Platão, a matemática constitui o conhecimento que pode conduzir o homem à verdade. Para Platão, a matemática, assim como o bem, a verdade existe num mundo perfeito das ideias. Cabe-nos, nessa vida, através da matemática, resgatar, ainda que imperfeitamente, esses conhecimentos.

A concepção platônica de matemática foi, ao longo dos séculos de cultura ocidental e cristã se identificando mais e mais com os conceitos perfeitos. Descartes, por exemplo, propõe um método que intitula: “Discurso do método para bem conduzir sua razão e procurar a verdade nas ciências” , no qual expõe sua convicção de que a matemática, em oposição às línguas e humanidades, é a única que pode indicar o caminho para a verdade. Enuncia, pois, os preceitos de seu método, inspirados na demonstração matemática, afirmando que, em lugar de muitos preceitos como são os da lógica , bastam quatro. Nesses preceitos, Descartes resume as questões fundamentais para garantir, no seu entender, o acesso ao verdadeiro conhecimento.

Assim, a matemática tem se mostrado com toda força de seu formalismo dando origem, inclusive, a movimentos que pretendem, ao início do século XX, organizar todo o conhecimento matemático produzido, até então, num grande edifício formal.

Todos esses movimentos que se dão no âmbito da ciência matemática, acabam por intervir no modo como a escola lida com a matemática. Surgem, nesse contexto, algumas tendências que, ao serem examinadas, nos ajudam a compreender os diferentes movimentos da matemática escolar.

A consequência da concepção de matemática pré-existente mostra-se de modo claro: já que a matemática está pronta e acabada no mundo e ela é universal e pré-existente então, o papel do estudante da matemática acaba sendo o de descobrir as verdades já existentes. O papel do professor é, em diferentes modalidades, o de dar suporte para que o aluno “descubra” tais verdades.

Em seu estudo acerca das tendências no ensino de matemática, Fiorentini destaca que as diferentes formas de conceber a matemática levam a posicionamentos e tomadas de decisão distintos na ação pedagógica. Segundo ele, as tendências: formalista clássica, empírico ativista, formalista moderna e tecnicista têm, na sua base, a concepção platônica de matemática. Todas essas tendências partem da crença de que a matemática está posta no mundo: quer no mundo da natureza (como preconiza a tendência empírico ativista), quer no mundo mental (como é o caso das tendências formalista clássica e moderna).

A tendência formalista clássica é aquela normalmente identificada como “ensino tradicional da matemática” onde a aprendizagem matemática ocorre por repetição de exercícios e mecanização de operações e fórmulas. O objetivo do ensino de matemática é, nesta tendência, o desenvolvimento do raciocínio lógico formal.

A tendência empírico ativista se baseia na ideia de que a matemática está pronta no mundo natural, em termos de formas geométricas, quantificações etc. Assim, o aluno deve contemplar a natureza na busca de conceitos e ideias matemáticas. Essa concepção este muito presente em livros didáticos na forma de exemplificação de conceitos e ideias matemáticos a partir de suas “imagens” refletidas da natureza. A geometria foi particularmente espaço para essa prática. Por exemplo, a ideia de ponto era associada a uma estrela no céu e a de reta, à linha do horizonte.

A tendência formalista moderna está associada ao movimento de renovação curricular denominado Movimento da Matemática Moderna , que, a partir da década de sessenta, começa a determinar os rumos do ensino de matemática em todo o mundo ocidental, inclusive no Brasil. Seu objetivo era a melhoria da qualidade do ensino de matemática. A estratégia usada foi a de modificação

dos currículos, visando aproximá-los da matemática mais contemporânea de então, produzida pela comunidade acadêmica dos matemáticos .

Na escola, a matemática moderna propunha-se a eliminar o ensino baseado na memorização de regras e no treino de algoritmos e, para isso, procurava dar mais ênfase aos aspectos estruturais e lógicos da matemática. A teoria dos conjuntos transformou-se numa nova linguagem de apresentação dos conteúdos matemáticos escolares. Houve, nesse período, um grande enfoque na precisão e coerência de símbolos e representações. As estruturas algébricas e o estudo de relações e funções tornaram-se objetos centrais do ensino de matemática. A geometria passou a ser tratada na linguagem dos conjuntos, sendo dado um grande valor às demonstrações rigorosas de teoremas geométricos, em detrimento de uma visão mais experimental ou prática. Na verdade, durante esse movimento, a geometria foi praticamente abandonada nas escolas brasileiras pela enorme complexidade que passou a exigir para ser tratada.

A relação professor-aluno não sofreu grandes mudanças durante esse movimento. O ensino, de um modo geral, continuou sendo autoritário e centrado no professor que se constituía em responsável por expor e demonstrar rigorosamente tudo no quadro negro. O aluno continuou sendo considerado, de modo geral, passivo, tendo que reproduzir a linguagem e os raciocínios lógico-estruturais ditados pelo professor.

A finalidade do ensino da Matemática Moderna não é a formação do cidadão, mas a do especialista matemático. Com isto, a matemática escolar perde tanto seu papel de formadora da disciplina mental, que era o objetivo do ensino na tendência formalista clássica, como o seu caráter pragmático de ferramenta para a resolução de problemas. A ênfase se desloca para uma outra perspectiva, ou seja, mais importante que a aprendizagem de conceitos e das implicações matemáticas, seria a apreensão da estrutura subjacente da própria matemática. Essa compreensão, acreditava-se, capacitaria o aluno a aplicar essas formas estruturais de pensamento inteligente aos mais variados domínios, dentro e fora da matemática.

O ensino da matemática, em especial da Matemática Moderna, propiciaria todas as condições necessárias para a formação de um raciocínio lógico da criança, uma vez que ela, a Matemática Moderna, seria um modelo perfeito da própria estrutura mental do ser humano.

Essas tendências acabam por nos colocar, hoje em dia, com todo o desenvolvimento que as pesquisas em Educação Matemática veem tendo, no bojo de um movimento em que a essa concepção de matemática, pré-existente, abstrata, autorreferente, tem se modificado. A matemática, sem perder a beleza de suas construções lógicas, formais, se mostra como obra de homens e mulheres, histórica, social e culturalmente contextualizados.

Nessa perspectiva, a matemática escolar também começa a assumir contornos de mudança, passando a mostrar caminhos de contextualização, interdisciplinaridade, construção de estratégias, discussão de regularidades e padrões. É nesse horizonte que o jogo surge como uma possibilidade para o trabalho escolar com a matemática.

O JOGO NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Moura aponta que o papel do jogo está legitimado na educação matemática porque, vinculado ao conceito de atividade, que se coloca como elemento preponderante para suscitar no sujeito o motivo para executar certas ações, o jogo apresenta-se como estruturador da aprendizagem.

No contexto escolar, onde se propõe trabalhar com o jogo, o professor assume o papel de organizador do ensino. Isso supõe assumir, conscientemente, a criação de situações que possibilitem ao aluno tomar consciência do significado do conhecimento a ser adquirido e de que, para que o apreenda, torna-se necessário um conjunto de ações a serem executadas com métodos adequados.

Portanto, transportar o lúdico para a educação significa favorecer a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, promover saúde mental, facilitar os processos de interação, expressão, comunicação e de construção do conhecimento.

O trabalho com jogos na escola fundamental apresenta-se, ainda, como possibilidade de investigação, pelo aluno, sobre o modo como se dá o seu próprio processo de construção de conceitos matemáticos. Apresenta-se, ainda, como abertura para enfocar o aspecto cultural, já que evidência diferentes formas de matematização que cada grupo étnico apresenta e permite a integração do desenvolvimento da ciência no conjunto de atividades humanas contextualizadas. No âmbito da educação matemática, ao propormos um trabalho com jogos, visamos, também, desmitificar a matemática enquanto uma disciplina maçante, difícil, que envolve a memorização acrítica de formas, fórmulas, números e contas. Através de uma abordagem lúdica da matemática o professor pode resgatar o prazer de conhecer, o espírito desportivo, o enfrentamento de desafios e, ao mesmo tempo, privilegiar o desenvolvimento de estratégias, raciocínios, enriquecer os conteúdos matemáticos trabalhando-os, em sala de aula, de forma agradável, dinâmica e participativa; promover o contato e sensibilização dos professores e alunos com uma matemática mais prazerosa, pois, de acordo com os procedimentos adotados pelo professor diante dos jogos, os alunos poderão, à medida em que jogam, estar, também, construindo conceitos matemáticos. É importante ressaltar que isso não significa atribuir ao jogo o caráter do material didático ou de alternativa para preencher espaços ociosos.

Em relação à competição envolvida nos jogos, temos que esta é uma característica marcante nos mesmos, mas, ao trabalhar com jogos em sala de aula, consideramos muitos mais importante o professor realçar seu valor enquanto um material que favorece a construção do conhecimento, do que a rivalidade. O professor pode estar observando a forma como cada aluno lida com a situação e atuar de maneira a propor atividades que impliquem em diferentes aproximações, umas mais competitivas, outras menos, alternadamente. Os jogos competitivos podem ser associados a atividades que envolvam a cooperação. Mas, é importante não ignorar o vencer e o perder propostos pelo jogo, desde que se tenha cautela para não os reforçar, pois tal atitude pode resultar numa baixa autoestima ou numa superestimação.

O USO DE SOFTWARES EDUCACIONAIS

Muitas pesquisas sobre tecnologias da informação aplicadas à educação apontam para novos métodos e possibilidades para a aplicação de recursos informatizados que aparecem como importantes mediadores entre a criança e o conhecimento.

As escolas, em suas atividades pedagógicas vêm apropriando-se dos softwares com o objetivo de favorecer o processo de aprendizagem. O computador vem aparecendo como mais um instrumento possível para a construção de conceitos científicos.

De acordo com Meira e Falcão, são identificados dois modelos de utilização do computador no processo de ensino-aprendizagem: 1) Estrutural; 2) Contextual.

Por modelo Estrutural, entende-se os ambientes computacionais que visam o desenvolvimento de estruturas cognitivas amplas e heurísticas gerais de resolução de problemas; já o modelo Contextual visa a exploração de determinados conceitos, cuja ênfase recai em competências especializadas e vinculadas a um domínio ou conjuntos de conteúdos específicos, valendo-se, para isso, de ambientes utilitários e softwares educacionais.

A partir do modelo Contextual descrito pelos autores, temos a definição de software educacional como uma classe de ferramentas computacionais cujo enfoque está nos conceitos específicos e nas situações locais para o ensino, que cada vez mais ganha espaço na escola para a construção de significados.

No entanto várias considerações vêm sendo elaboradas no tanto à qualidade desses programas e suas reais contribuições ao processo de ensino-aprendizagem, de forma a tratar com atenção a entrada desta nova tecnologia na instituição escolar, pois a quantidade de programas destinados à educação não garante, é claro, sua qualidade para a aplicação tecnológica.

A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E OS ESTUDOS DE COLABORAÇÃO

Complementar à ideia de colaboração aqui desenvolvida, nos últimos anos tem-se considerado que o conhecimento matemático acontece como construção sociocultural, onde alguns autores assumem que as ideias matemáticas dos estudantes se desenvolvem através de práticas comunicativas ou interações dialógicas. Assim, apontam para a interação conversacional como um meio para os estudantes construírem, colaborativamente, aproximações entre conceitos, envolvendo processos e mecanismos semióticos através do refinamento gradual de significados.

A aprendizagem matemática vem sendo compreendida como situada em diversos contextos cujas particularidades não estão na periferia do processo, mas sim são intrínsecas àquela aprendizagem.

Segundo Meira, “... a análise da aprendizagem da matemática deve levar em conta não apenas as estratégias que os indivíduos elaboram durante a resolução de problemas, mas a própria atividade em que se engajam e colaborativamente constroem” . Propõe com isso que o significado

são inerentemente social e emerge em atividades específicas, dependendo assim dos recursos materiais e interacionais de situações particulares. As diferentes práticas sociais decorrentes dessas situações geram, por sua vez, diferentes formas de interação entre seus participantes.

A partir dessas ideias, consideramos que a forma de estruturar o conceito e representá-lo, de modo a permitir a interação com o software, pode orientar o desenvolvimento do conceito por determinados caminhos e restringir outros. Caminhos estes que serão reconstruídos quando os significados representados através do sistema informático entrarem em contato com as ideias e os significados dos usuários, durante a atividade.

Entre a criança e o conhecimento, o software é o elemento mediador, mas este software foi desenvolvido (na melhor das hipóteses) por uma equipe de profissionais – designers, programadores, educadores, psicólogos entre outros. Ao usá-lo, portanto, os usuários estabelecem indiretamente uma relação “dialógica” com as ideias e os significados definidos por aquela equipe. Onde, então, entraria a participação do professor? Em que medida os ambientes informatizados abrem espaço para a participação do professor durante a atividade? Haveria uma abertura para um “outro” que participe do espaço de interação estabelecida no contexto de uso do software?

O professor pode atuar como mediador, fazendo as interferências quando achar necessário, ou mesmo quando os próprios alunos questionarem. Tal modelo nos permite verificar as ações construídas colaborativamente durante as atividades com um software educacional e as possíveis contribuições de tal mediador para o processo de construção do conhecimento.

O PAPEL DO PROFESSOR

Ao propormos o trabalho com jogos como encaminhamento para a construção de conhecimento matemático, solicitamos, muitas vezes, aos alunos que, em dupla, discutam as regras para posteriormente vivenciarem os jogos. Nessa proposta queremos desafiá-los a interagir e a assumirem a dificuldade de interpretar uma regra. Ao ter que ler e interpretar a regra do jogo com o colega, surgem, geralmente, ideias contrárias que geral conflitos cognitivos e reformulação dos esquemas mentais. Essa interação se dá em meio a conversas tradicionalmente tratadas como “bagunça”. Essas conversas não são anárquicas, pelo contrário, caracterizam uma produção dos alunos, os quais passam a ter o direito de falar e pensar de forma autônoma, e não simplesmente ouvir e responder as questões colocados pelo professor.

Com a solicitação de que interpretem as regras para jogar, discutimos acerca da dificuldade que, muitas vezes, se manifesta na compreensão e interpretação de um texto. Na matemática, o aluno é convidado a relacionar uma linguagem cotidiana, na qual os problemas são apresentados, com uma linguagem matemática. Ao propor a leitura das regras do jogo estamos, ainda, oportunizando uma discussão acerca do fato de, ao lidar com a matemática, não excluirmos uma possível abordagem de outros campos do conhecimento, no caso a interpretação (diretamente relacionada ao português). Fica evidente, também, que se deve favorecer um trabalho em equipe entre os professores privilegiando a aproximação interdisciplinar ao conhecimento.

Ao dispor-se a trabalhar com jogos nessa abordagem que assumimos, é necessário que o professor conheça o jogo, o vivencie, discuta de forma crítica a possibilidade de utilizá-lo em suas aulas, conheça os objetivos aos quais se dirige. Além de se apresentar como espaço para contemplar o raciocínio e a construção de conhecimento pelos alunos, o jogo pode ser, para o professor, um espaço privilegiado de observação de seus alunos.

Para um trabalho sistemático com jogos é necessário que eles sejam escolhidos e trabalhados com o intuito de fazer o aluno ultrapassar a fase da mera tentativa e erro, ou de jogar pela diversão apenas. Por isso, é essencial a escolha de uma metodologia de trabalho que permita a exploração do potencial dos jogos no desenvolvimento de todas as habilidades (raciocínio lógico e intuitivo), o que pode ser feito por meio da metodologia de resolução de problemas. Neste método, cada hipótese/ estratégia formulada, ou seja, cada jogada, desencadeia uma série de questionamentos como: Essa é a única jogada possível? Se houver alternativas, qual escolher e porque escolher esta ou aquela? Terminado o problema ou a jogada, quais os erros e por que foram cometidos? Ainda é possível resolver o problema ou vencer o jogo, se forem mudados os dados ou as regras?

No início, a tarefa de questionar é do professor, com o tempo é de se esperar que os alunos também o façam.

> “Essa metodologia representa, em sua essência, uma mudança de postura em relação ao que é ensinar matemática, ou seja, o professor será um espectador do processo de construção do saber pelo aluno, e só irá interferir ao final dele, quando isso se faz necessário, através de questionamentos, por exemplo, que levem os alunos a mudanças de hipóteses, apresentando situações que forcem a reflexão ou para a socialização das descobertas dos grupos, mas nunca para dar a resposta certa. Ao aluno, de acordo com essa visão, caberá o papel daquele que busca e constrói o seu saber através da análise das situações que se apresentam no decorrer do processo”. (Diniz M.I.S.V. – “A Resolução de Problemas”).

Um aspecto importante para incrementar as discussões sobre estratégias é o registro das jogadas, tanto as eficientes como as frustradas. Tendo em mãos a história dos lances experimentados, torna-se mais fácil a análise do jogo.

É claro que, quando usamos o jogo na sala de aula, o barulho é inevitável, pois só através de discussões é possível chegar-se a resultados convincentes. É preciso encarar esse barulho de uma forma construtiva; sem ele, dificilmente, há clima ou motivação para o jogo. É importante o hábito do trabalho em grupo, uma vez que o barulho diminui se os alunos estiverem acostumados a se organizar em equipes. Através do diálogo, com trocas de componentes das equipes e, principalmente, enfatizando a importância das opiniões contrárias para descobertas de estratégias vencedoras, conseguimos resultados positivos. Vale ressaltar que o sucesso não é imediato e o professor deve ter paciência para colher os frutos desse trabalho.

Durante as aulas de jogos, surgem muitos conflitos entre as crianças, geralmente a partir de situações não previstas nas regras e, às vezes, por brigas entre os jogadores. É fundamental que o professor ou a professora não resolva os conflitos, mas devolva a questão às crianças para que elas mesmas possam resolvê-las. Uma das melhores formas de se resolver conflitos é sugerir que as crianças levantem algumas hipóteses de como solucioná-los e escolham, entre elas, aquela que melhor satisfaz todo o grupo. Deve-se fugir da tentação de se resolver a situação pelo caminho mais fácil: tirar do grupo o aluno que está incomodando, pois isso só deve ser feito sob condições

extremas.

Nossos alunos precisam aprender a resolver conflitos, sem esperar passivamente que nós, professores, o façamos. Desde a escolha do primeiro jogador até o número de rodadas (quando o jogo exigir esta escolha), tudo deve ser decidido pelos próprios alunos.

Isso não significa que o professor não deva participar destas decisões, mas sua participação deve ser mais para questionar possíveis decisões que considerar injustas. Sabemos que temos determinados alunos que exercem liderança muito forte em sala de aula e cabe a nós, em situações como estas, permitir que esta liderança ocorra sem a submissão passiva dos demais. Enfim, os alunos devem aprender a trabalhar em equipe com cooperação, exercendo liderança com respeito e questionando o que não é para o bem comum.

O educador continua indispensável, é ele quem cria as situações e arma os dispositivos iniciais capazes de suscitar problemas úteis à criança, e para organizar, em seguida, contraexemplos que levem à reflexão e obriguem ao controle das soluções demasiado apressadas. Assim, um cuidado metodológico que o professor deve considerar antes de levar os jogos para a sala de aula, é o de estudar cada jogo antes, o que só é possível jogando. Através da exploração e análise de suas jogadas e da reflexão sobre seus erros e acertos é que o professor terá condições de colocar questões que irão auxiliar seus alunos a ter noção das dificuldades que irão encontrar.

O papel do professor é fundamental em sala de aula, é ele quem dá o “tom” do desafio proposto, ele deve ser o líder da situação, saber gerenciar o que acontece, tornando o meio o mais favorável possível, desencadeando reflexões e descobertas. É o professor que tem influência decisiva sobre o desenvolvimento do aluno e suas atitudes vão interferir fortemente na relação que ele irá estabelecer com o conhecimento.

Outro aspecto para o qual o professor deve estar atento é em relação à conservação e aos cuidados com os jogos. Esta não é uma tarefa nossa e sim dos alunos, que devem cuidar daquilo que é deles. Podemos combinar com eles algumas regras para o bom andamento das atividades com os jogos. Por exemplo, cada equipe é responsável por guardar o jogo assim que terminar a aula ou a partida; um aluno de cada equipe pode ficar responsável por conferir se não há nenhuma pela no chão ou sobre as carteiras, guardando-as imediatamente; quando uma equipe termina um jogo antes do final da aula, deve escolher outro e trabalhar nele, sem precisar pedir ao professor, e tantas outras que possam ser necessárias em cada turma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso trabalho, constatamos que o aluno, ao jogar, passa a ser um elemento ativo do seu processo de aprendizagem, deixando de ser um ouvinte passivo das explicações do professor, porque tem a oportunidade de vivenciar a construção de seu saber.

Durante o desenrolar de um jogo, a criança torna-se mais crítica, alerta e confiante, expressando o que pensa, elaborando perguntas e tirando conclusões sem necessidade da interferência ou

aprovação do professor.

Não existe medo de errar, pois o erro é encarado como um degrau necessário para se chegar a uma resposta correta. É assim que o aluno aprende a importância e a necessidade de análise de qualquer que seja o resultado para a construção do conhecimento.

O jogo para a criança é o exercício, é a preparação para a vida adulta. A criança aprende brincando, é o exercício que a faz desenvolver suas potencialidades.

Os educadores se ocuparam durante muitos anos com os métodos de ensino, e só hoje a preocupação está sendo descobrir como a criança aprende. As mais variadas metodologias podem ser ineficazes se não forem adequadas ao modo de aprender da criança.

A criança sempre brincou. Independentemente de épocas ou de estruturas de civilização, é uma característica universal; portanto, se a criança brincando aprende, por que então não ensinarmos da maneira que ela aprende melhor, de uma forma prazerosa para ela e, portanto, eficiente?

Já são conhecidos muitos benefícios de certos jogos. Porém, é importante que o educador, ao utilizar um jogo, tenha definidos objetivos a alcançar e saiba escolher o jogo adequado ao momento educativo. Enquanto a criança está simplesmente brincando, incorpora valores, conceitos e conteúdo.

A ansiedade é uma característica encontrada em muitas crianças, que pode variar em grau de intensidade e que influencia sobremaneira na capacidade de atenção concentrada, nos relacionamentos interpessoais, na autoestima, prejudicando a aprendizagem por parte da criança e dificultando o trabalho do professor. Apenas duas ou três crianças ansiosas em uma sala de aula podem prejudicar todo o andamento da classe, pois algumas das características desse distúrbio são: inquietação motora, dificuldades de atenção e concentração, falta de controle emocional, baixa tolerância a frustrações.

Para esses casos, vivenciar a frustração de um desejo, ter de esperar para poder concretizá-lo eleva o grau de satisfação e prazer, conferindo uma sensação de capacidade de realização para a criança, pois precisou de seu esforço e, portanto, é capaz de dar mais valor ao seu próprio trabalho.

Os jogos também trabalham com os limites das crianças, pois para esse tipo de dificuldade, os jogos competitivos e com regras levam a criança a apreender conceitos básicos da vida, sendo obrigadas a se enquadrar em determinadas regras para realizar algo, aprendendo a respeitar para ser respeitado, e a situação lúdica é transportada para as outras situações da vida.

Através dos jogos, a criança tem a oportunidade de desenvolver sua capacidade criativa, pois ela desconhece o seu potencial, quando tudo é sempre lhe apresentado pronto.

Alguns jogos têm como objetivo o desenvolvimento da autonomia da criança: poder arriscar-se, ter de fazer a sua parte sozinha e ser responsável por suas escolhas e atos. Outros, ampliar o raciocínio lógico que é um dos potenciais que mais necessita de exercícios para ser desenvolvido, pois as crianças apresentam uma forte tendência à preguiça mental e, acostumando-se a ela, preferem não pensar para solucionar problemas e vêm com as famosas perguntas: “Que conta é? É de mais ou de menos?”

O que a criança está querendo saber? Ela não quer pensar, não quer raciocinar. É muito importante, portanto, que o educador trabalhe sempre com o objetivo de desenvolver cada vez mais a capacidade de raciocínio lógico da criança. Todos os jogos que exijam antecipação, planejamento e estratégia estimulam a criança a raciocinar.

O professor deve observar que as condições para aprender não se encontram no jogo, assim como não se encontram em nenhum material que possamos utilizar. A aprendizagem decorre das reflexões que o aluno elabora e dos significados que ele estabelece a partir do que já conhece. Os jogos e os materiais didáticos são bons na medida em que permitem a reflexão e a construção de múltiplos significados para cada ideia a ser aprendida. O sucesso de uma metodologia, ou do uso de um material, está na confiança e no conhecimento que o professor tem sobre o potencial dos mesmos e na disposição de aprender junto com seus alunos, pois segundo Kamii "assim como cada criança tem que reinventar o conhecimento para torná-lo seu, cada professor precisará construir sua própria maneira de trabalhar".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P.N. **Educação Lúdica.** São Paulo: Ed. Loyola, 1987

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Trad. Elza Moreira Marcelina. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Ática, 1989.

KAMII, C., DEVRIES, R. **Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget.** São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

KAMII, C., LIVINGSTON, S.J. **Desvendando a Aritmética. Implicações da Teoria de Piaget.** 4ª edição. Campinas: Editora Papirus, 1995.

FIORENTINI, D. **Alguns modos de ver e conceber o ensino de matemática no Brasil, Zetetiké,** 2 Unicamp, 1995.

DIAS, Magda G. e SPINILLO, A.G. **Tópicos Especiais em Psicologia Cognitiva,** Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1996.

AGUIAR, J.S. **Elaboração de um programa de jogos recreativos infantis para o ensino de conceitos a crianças pré-escolares.** In: Estudos de Psicologia, 1997.

KISHIMOTO, T.M. **O Jogo, a Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1997.

MEIRA, L. e FALCÃO, J. **O computador como ferramenta instrucional.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 78 (pp. 263-271), 1997.

BÜRGERS, B., PACHECO, E. **Problemas à vista! Questões criativas que envolvem o raciocínio lógico.** São Paulo: Editora Moderna, 1998.

GARDNER, Martin. **Divertimentos matemáticos**. Tradução de Bruno Mazza, 3ª edição. São Paulo: Editora IBRASA, 1998.

STIENECKER, David L. **Divisão – problemas, jogos & enigmas**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências.** 11ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

STAREPRAVO, Ana Ruth. **Jogos, desafios e descobertas – O jogo e a Matemática no Ensino Fundamental – séries iniciais**. Curitiba: Editora Renascer, 1999.

MACEDO, L. **Aprender com jogos e situações-problema**. Artmed Editora, 2000.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na Educação. Criar, fazer, jogar.** 4ª edição revista. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

SOUZA, Júlio César de Mello e. **Matemática Divertida e Curiosa**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BORIN, Júlia. **Jogos e Resolução de Problemas: uma estratégia para as aulas de matemática**. 4ª Edição. São Paulo: IME-USP, 2002.

ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS UTILIZANDO A TECNOLOGIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL ATUAL

CINTIA FERNANDA ERNESTINA VARÃO
Graduação em Pedagogia (Licenciatura plena) pela Faculdade Uninove (2010); Graduada em Artes visuais pela Faculdade Unilajes (2016); Complementação universitária em Comunicação Assistiva pela Faculdade Uninove (2010); Especialista em psicopedagogia clínica e educacional pela Faculdade Uninove (2013); Professora de Ensino Fundamental I - na EMEF Maria Berenice dos Santos, Professora de Educação Infantil – no Cei Jardim Umarizal, Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

O presente tema foi escolhido por meio da necessidade de colaborar com a didática mais significativa para os nossos alunos, no uso das tecnologias nas salas de aula das séries iniciais do ensino fundamental em contribuir e ampliar os conhecimentos adquiridos, multiplicando saberes para os docentes. O ambiente alfabetizador da escola é de suma importância, a sala de aula, pois a criança entrará em contato com os mais diversos materiais escritos, para ampliar sua vivência com o mundo letrado. Os objetivos específicos se desenvolvem em identificar as ideias escolares sobre a importância da tecnologia no cotidiano escolar, observar como os professores conduz a inclusão digital em sala de aula. E a sua aceitação para com as novas tecnologias nas salas de aula. O uso de novas tecnologias vem adquirindo cada vez mais relevância no cenário educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Tecnologia; Didática; Sala; Escolar.

INTRODUÇÃO

A pesquisa compreende-se na alfabetização nos anos iniciais com o auxílio da tecnologia ao percebe as diversas mudanças tecnológicas ocorridas na sociedade é possível entender o quanto a tecnologia tem vários processos de aprendizagem.

Analisar a alfabetização e refletir sobre a educação brasileira na perspectiva do letramento é práticas relativamente recentes. A palavra letramento surge no Brasil por volta da década de 1990, vinculada ao conceito de alfabetização, originando-se daí uma confusão com relação à especificidade de cada termo. Muitos educadores acreditam que somente após a concretização do processo de alfabetização é que se pode iniciar o processo de letramento, isto é, primeiro é preciso propiciar ao aluno o domínio da tecnologia da escrita para, depois, torná-lo um sujeito letrado.

A alfabetização é um momento fantástico de descoberta do mundo para as crianças. Nesse

período, somar recursos digitais às aulas ajuda a tornar o ambiente interativo, lúdico e muito atrativo. O presente trabalho desenvolveu-se por meio da pesquisa qualitativa, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, com objetivo de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla no cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada.

O estudo da alfabetização e do letramento e uma maneira de entender o processo de desenvolvimento da criança no início da sua vida escolar bem como a forma que se aprende do sistema alfabético e de seus usos em situações de comunicação. A alfabetização é um momento prazeroso de descoberta do mundo para os pequenos. Nesse período, somar recursos digitais às aulas ajuda a tornar o ambiente interativo, lúdico e muito atrativo. Compreender a importância das ferramentas e discutir suas utilizações dentro do contexto pedagógico, levando a análises de uma sociedade que cada vez mais se utiliza desta ferramenta em todos os meios. Deste modo, as pesquisas sobre as tecnologias no processo de alfabetização, será apontado as contribuições e excessos que podem acontecer na visão de alguns teóricos, e como tem sido a prática nas escolas.

Esses pontos descritos acima justificam esta pesquisa, sendo importantes para identificarmos os prós e os contra da inclusão da tecnológica dentro das salas de aulas, também como a escola e os profissionais da educação se tornam facilitadores, neste processo inovador. A tecnologia é uma ferramenta de grande valia no âmbito educacional para auxiliar no processo de alfabetização, como será abordado nos próximos capítulos. E nosso objetivo geral é a contribuição dos recursos tecnológicos no processo de alfabetização.

A alfabetização é letramento e um processo que incluir a criança no mundo letrado. Nesta ocasião, a influência em que convive e as experiências individuais de cada aluno e muito importante e precisam ser consideradas pelo educador.

O uso da tecnologia na educação não poder ser ignorado e que estão cada vez mais presente no dia a dia do aluno. As mídias, como: rádio, televisão, revista, computador, tablets, celular estão cada vez mais acessíveis e podem ser significativas ferramentas didáticas. A importância das novas tecnologias de ensino utilizada como um instrumento extremamente importante para o desenvolvimento da aprendizagem, e uma ferramenta importante para a construção do conhecimento.

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma única etapa e a metodologia utilizada será a bibliográfica com a finalidade de proporcionar maior contato com o problema a fim de torná-lo mais compreensível.

De acordo com Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas”.

O artigo desenvolveu-se por meio da pesquisa qualitativa, considerando que esta abordagem proporcionará resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla no cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada. Desse modo ao longo do trabalho, tais métodos serão utilizados a fim de produzir de forma eficaz a proposta apresentada.

Para o entendimento do conceito de pesquisa qualitativa, González Rey (2002, p. 55) afirma:

> A pesquisa qualitativa se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo: a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que a expressa o sujeito concreto.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, e conseguir as informações e dados necessários, será indispensável à utilização de alguns procedimentos, que são a consulta bibliográfica, pois é necessário obter embasamento teórico a fim de aprofundar sobre o tema escolhido.

ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização não se restringe apenas à decodificação do alfabeto, não é somente juntar umas letras aqui, outras acolá, é a aprendizagem do sistema de escrita e da linguagem escrita em seus diversos usos sociais. A língua é um sistema discursivo que se organiza no uso e para o uso, escrito e falado, sempre de maneira contextualizada. No entanto, uma condição básica para ler e escrever com autonomia é a apropriação do sistema de escrita, que envolve, da parte dos alunos, aprendizagens muito específicas.

Não basta colocar os alunos diante dos textos para que conheçam o sistema de escrita alfabético e seu funcionamento ou para que aprendam a linguagem escrita. É preciso planejar uma diversidade de situações em que possam, em diferentes momentos, centrar seus esforços ora na aprendizagem do sistema, ora na aprendizagem da linguagem que se usa para escrever.

Durante muito tempo a tradição escolar definiu como conteúdo de leitura o aprendizado da decifração. Ler, emitindo sons para cada uma das letras, era a situação que ilustrava a aprendizagem da leitura. Hoje, sabemos que não basta ler um texto em voz alta para que seu conteúdo seja compreendido, e a decifração é apenas uma, dentre muitas, das competências envolvidas nesse ato. Ler é, acima de tudo, atribuir significado.

Desde o ano de 2010, que todas as crianças de seis anos foram obrigatoriamente matriculadas em escolas de Ensino Fundamental, em atendimento a Lei nº 11.274, de 2006. O intuito da lei era que crianças com experiência pré-escolar tivesse um desempenho melhor ao longo da Educação Básica. Havia uma certa preocupação por parte dos especialistas, se as escolas estariam preparadas para receber essas crianças.

Mesmo com os prós e contras da Lei, o importante foi que escolas estão gradativamente se adaptando à mudança. Sabemos que vários especialistas em Educação Infantil, já disseram que a criança aprende desde bem cedo. As pesquisas de Ferreiro e Teberosky, nos anos 80, apresentam conclusões sobre este assunto, que as crianças, estejam elas ou não em processos de educação formal, são capazes de aprender a ler e a escrever O maior problema, de acordo com Ferreiro, é saber a maneira de ensiná-las a ler e a escrever, levando em consideração a sua forma de construir os conhecimentos, sua forma de interação com o mundo, sua maneira de interpretar os signos e símbolos.

Para que o ensino aprendizagem atinja seu objetivo é necessário que haja reuniões pedagógicas

frequentemente com toda a equipe escolar, professores, orientadores e coordenadores e que busquem fazer projetos escolares em prol do desenvolvimento da escrita e leitura dos alunos.

O primordial é fazer da escola um ambiente favorável a leitura, assim abrirá portas para possíveis mundos de encantamento, apto a formar cidadãos da cultura escrita.

A alfabetização jamais seria um produto escolar, porém e um resultado de um trabalho que a várias partes ligadas. O método de alfabetização antecede e supera os limites escolares. Apenas em estudos mais atuais observe-se uma gradativa mudança nessa compreensão, em que alfabetizada é a criança apto de ler e escrever um bilhete fácil, isto é, capaz de realizar uma prática proficiente social de leitura e escrita.

Emília Ferreiro (1996) destaca que a alfabetização, transitar de como ensinar para como aprender. A escrita é um instrumento de compreensão para a criança. Desta forma, começa o processo de ensino-aprendizagem destacando a importância do desenvolvimento. Dessa forma, surge o interesse de compreender os níveis da alfabetização.

Este estudo se tornou muito importantes na opinião do processo pedagógico, pois nos mostra que os pequenos já refletiam sobre a escrita antes de entra na escola e, contudo, não dependia da autorização do docente para começar este processo.

Ressalta Regina. (Nova escola 01 de março de 2009) "Todos eles precisam de oportunidades para pôr em jogo o que sabem para se aproximar pouco a pouco desse objetivo importante da cultura", ressalta Regina. (Nova escola 01 de março de 2009).

A CONTRIBUIÇÃO DAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A contribuição na utilização das ferramentas tecnológicas dentro da sala de aula, com bons resultados obtidos durante o processo de alfabetização.

“Formar crianças aptos a lidar com as novas exigências deste século é uma meta que só será alcançada com uma transformação sistêmica da Educação, com intervenções no ambiente escolar e no currículo.” (MARTINA ROTH, mestra em Pedagogia Global, Nova Escola, 2011).

Contempla-se uma época caracterizada pelos avanços das tecnologias e pelo surgimento de novo paradigmas de aprendizagem, cabendo à escola desenvolver as habilidades que as crianças precisarão para enfrentar os desafios. Capacitando as crianças para que tenham um pensamento crítico, capacidade para solucionar problemas e tomar decisões, disposição para trabalho colaborativo além de boa comunicação, dando acesso ao ensino e à tecnologia a todos os alunos das redes públicas e privadas (MARTINA ROTH, 2011)

A tecnologia permite que o aluno desenvolva trabalhos individuais ou coletivos, mesma estando em casa, possibilitando se comunicar com o grupo, realizar atividades de casa online, permite que este aluno tenha contato com o conteúdo aprendido em sala também fora da escola, além de dar a possibilidade aos pais de acompanharem os avanços dos filhos pelo mesmo sistema.

“[...] O objetivo da educação não é ensinar coisas, porque as coisas já estão na internet, estão por todos os lugares. [...] Rubem Alves, Escola Ideal – Portal Brasil 2011.

A fala de Rubem Alves da sustentação a este capítulo, questionar os rumos da educação e o apodera mento das tecnologias neste contexto, direcionando o aprendizado para o que é essencial ao ambiente pois à criança está inserida, no entanto, a figura do professor como orientado, ou figura de quem auxilia no processo de descobrimento, ensino-aprendizado.

A seguir será interpelado o papel do professor no conceito de aprendizado e sua interferência das tecnologias.

LETRAMENTO

Atualmente, ouvimos falar sobre a temática alfabetização e letramento para se referir ao processo de aprendizagem da língua escrita. Alfabetização na acepção de se entender a técnica da escrita em si e letramento para se referir a aquisição de competências para fazer uso de práticas sociais da escrita, evidenciando os aspectos culturais de uma sociedade.

Soares (1998) aponta que o Letramento tem um sentido ampliado da alfabetização, pois consiste em práticas de leitura e escrita, que vão além da alfabetização funcional, em que indivíduos são alfabetizados, mas não sabem fazer uso da leitura e da escrita; muitos não têm habilidade sequer para preencher um requerimento.

O processo de alfabetização pode acontecer em outros suportes, como jornais e revistas, não ficando restrito apenas ao livro didático, para que as habilidades de leitura e escrita aconteçam dentro de situações reais de comunicação, sem falar na riqueza de imagens e diversidade de gêneros textuais que esses suportes apresentam, o que poderia contribuir com a visão crítica e cidadã dos envolvidos no processo de aprendizagem.

O letramento é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo. A técnica de escrever pode levar um curto tempo para se adquirir já o letramento se faz durante toda a vida, como o ser humano aprende constantemente e as práticas sociais se diversificam nesse processo, o letramento não acontece para todos da mesma forma, está vinculado a formação ética e estética do educando.

A aprendizagem do indivíduo no uso das práticas sociais aumenta ao mesmo tempo que ele vai acumulando experiências e construindo seu próprio conhecimento. Suas necessidades são colocadas em evidência e todas as ferramentas que apreendeu durante toda a vida são usadas para resolver as situações em seu contexto.

Conhecer as letras é só um caminho para chegar ao letramento, que é o uso social da leitura e da escrita. Letrar significa colocar a criança no mundo letrado, trabalhando com os distintos usos de escrita.

O letramento é complexo e se encontra em processo de formação, podendo ser ampliado

mediante novas práticas que envolvam a leitura e a escrita, em interação ou não com a oralidade, que advém das constantes mudanças sócio-históricas e culturais pelas quais perpassam as sociedades de cultura escrita.

> Em termos sociais mais amplos, o letramento é apontado como sendo produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade crescente da agricultura. Ao mesmo tempo, dentro de uma visão dialética, torna-se uma causa de transformações históricas profundas, como o aparecimento da máquina a vapor, da imprensa, do telescópio, e da sociedade industrial como um todo. (TFOUNI, 2006, p. 30 - 38).

A expressão letramento apareceu ao lado da alfabetização por se considerar o domínio mecânico da leitura e da escrita insuficiente na sociedade.

LETRAMENTO DIGITAL

Compreendemos que alfabetizar-se é um processo contínuo, determinados por momentos de construções e reconstruções. Atualmente, percebemos que a alfabetização dedicar se não apenas sobre propriedade da leitura e da escrita, “é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente” (SOARES, 2009, p.20) Neste sentido, que ocorre o letramento na alfabetização.

A educação começa dessa perspectiva, um novo meio de aprendizagem no código alfabético, procurando compreende os significados e funções que a língua demonstra socialmente, isto é, “de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e como instrumento na luta pela conquista da cidadania” (SOARES, 1998, p.33). Também, destaca Kleiman (2005, p. 21) “o letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas de escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas”.

A definição de letramento surge no contexto educacional brasileiro desde a década de 1980. Os primeiros registros ocorrem com as autoras Mary Kato, Leda Verdiani Tfouni, em que as elas define o termo e evidenciam a importância desta nova compreensão para o ensino/aprendizagem da leitura e escrita. Para Melo (2012), essas obras influenciaram e contribuíram para as discussões acerca do processo de alfabetização.

A expressão da palavra letramento vem da palavra em inglês literacy que quer dizer estado ou condição daquele que compreende o sistema alfabético (ler e escrever). Soares (2009, p.18) chama a atenção para a importância de refletir sobre esse conceito, pois ele carrega o significado que estas aprendizagens têm socialmente. Nessa direção, ressalta Xavier (2005, p.02), “a capacidade de enxergar além dos limites do código, fazer relações com informações fora do texto falado ou escrito e vinculá-las à sua realidade histórica, social e política são características de um indivíduo plenamente letrado”.

O letramento, nessa perspectiva, se mostra com um conceito inseparável ao ensino de alfabetização, pois está de modo direto relacionada à aprendizagem da língua. Mas, Albuquerque (2005) assinala que o letramento não substitui, porém acrescenta o conceito de alfabetização, já que

o letramento é responsável pela compreensão dos significados e funções da escrita na sociedade, e a alfabetização, o processo pelo qual a criança se apropria do sistema alfabético. Deste então,

> [...] a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p.97).

Conforme mostrado, alfabetizar letrando é da permissão a aprendizagem da leitura e escrita, permitindo o entendimento dos significados que a língua apropria se na sociedade, auxiliando para a formação de alunos competentes como ao uso das habilidades linguísticas. Por tanto, é necessário considerar que a língua nos dias de hoje assume um papel diferente aquele que se compreendia nos década de 1980.

A partir desse cenário a escrita se mostra em um recente contexto social, pela chegada das novas tecnologias digitais. Desta forma também são mostrada nas instituições escolares, mas “onde antes de esperava que a criança usasse lápis e papel para escrever de forma legível, hoje se espera que ela escreva coisas com sentido no caderno e no computador, e que use a internet” (KLEIMAN, 2005, p.20-21). Na presença, dessas novas estruturas, a escrita é transformada, como também o papel do letramento. A Tecnologia ajuda para o conhecimento de outras formas de leitura e escrita e induz as novas habilidades de letramento: o Letramento digital.

Segundo Soares (2002), é necessário reconhecer que a palavra letramento carrega um significado de pluralidade, pois ao considerar as diferentes tecnologias da escrita, compreende-se também que existem diversas formas de letramento, como destaca Xavier (2005, p.04) “os tipos de letramentos mudam porque são situados na história e acompanha a mudança de cada contexto tecnológico, social, político, econômico ou cultural em uma dada sociedade”. Para Leandro (2010) discutir acerca do letramento digital significa pensar em práticas de ensino e aprendizagem diferenciada da forma tradicional de letramento.

Desta forma, letramento digital pode ser estabelecido como “certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela diferentes dos que exercem práticas leitura e de escrita no papel” (SOARES, 2008, p.151). Freitas (2010) conceitua o letramento digital como um conjunto de habilidades para que os sujeitos não só entendam, mas utilizem as informações de maneira crítica e estratégica, contextualizadas em diversos formatos e fontes, muitas vezes, digitais.

O processo das habilidades de ler e escrever são desenvolvidos como o progresso das práticas alfabetizadoras. O letramento digital pode oferecer na educação, aos professores e aos alunos um método de alfabetização eficaz e diferenciado, e além de proporciona o aprendizado do sistema alfabético possibilitar a uma relação com as novas tecnologias.

Xavier (2005) destaca que esta modalidade de letramento exige dos aprendizes uma nova forma de se relacionar com as atividades linguísticas e por esta razão exigem práticas de ensino distintas, uma vez que são inseridas novas interfaces: computador, tablet, celular e outras plataformas de conteúdo: jogos educacionais, chats, blogs, editores de textos, fóruns eletrônicos e a própria internet. Esses gêneros digitais são recursos tecnológicos que se transformados em instrumentos pedagógicos, podem favorecer à aprendizagem da língua plenamente. Além disso, Coscarelli (2005,

p.28) assinala que,

> Com a Internet os alunos podem ter acesso a muitos jornais, revistas, museus, galerias, parques, zoológicos, podem conhecer muitas cidades do mundo inteiro, podem entrar em contato com autores, visitar fábricas, ouvir músicas, ter acesso a livros, pesquisas, e mais um monte de outras coisas que não vou listar, por serem infinitas as possibilidades. (Coscareli, 2005, p 28).

Diante disto, as instituições escolares por se caracterizar como ambiente de letramento e o tem o compromisso e o dever por desenvolver as habilidades linguísticas, e é capaz de trazer esses métodos para dentro das classes e colabora para um recurso de ensino/aprendizagem concreto e significativo.

Melhora o aprendizado da leitura e da escrita ainda é uma dificuldade para as instituições brasileiras, apesar dos progressos deste a democratização da educação, ainda permanecemos em níveis insuficientes de alfabetizados/letrados. Esse novo olha na alfabetização tem colaborado para a evolução de novas práticas que buscam possibilidades na educação que as tecnologias têm para oferecer.

AS TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO

Será abordado nesse segundo capítulos como a tecnologia pode estar presente em sala de aula, sendo uma boa ferramenta para cotidiano escolar.

A educação estabelece a base de toda construção e organização humana. Os instrumentos usados em todo percurso neste processo são de grande importância para formação e representação da visão de mundo, para construção de pessoas verdadeiramente participativa e estimulada. Saindo deste ponto é perceptível a urgência de ajustes didáticas no ensino/aprendizagem que cheguem em tais expectativas, gerando condições que possibilitem interconexões com o processo pedagógico e o desenvolvimento de recursos tecnológicos e conseguir um conhecimento diferenciado e significativo. Tecnologia vem facilitar o processo de construção ou desenvolvimento de algo ou algum produto.

[...] “Consideremos, então, que a tecnologia é a possibilidade de resolver problemas.” Como afirmou o cientista da informação Silvio Meira (Com Ciência, 2011)

Cada vez mais a tecnologia faz parte da vida cotidiana das pessoas, independente da sua idade. De crianças até idosos apresentam interesse em se interagir com o mundo digital e desta forma adquirir conhecimento e compreensão sobre a área. O uso dessa tecnologia na escola é fundamental para a atualização do sistema educacional, entretanto, devemos ficar alertas a outros aspectos do desenvolvimento das crianças, esse método não deve ser imposto ou exigido no ensino, já que nem todas as crianças aprendem no mesmo modo.

O interesse dos alunos pela utilização de aparelhos eletrônicos aumenta gradualmente, precisamos ficar vigilantes para que esse mundo tecnológico não impeçam que as crianças cresçam nas suas aptidões sócias, ou suas experiências em viver o mundo atual. Em que o desejo em se relacionar com outros indivíduos e forma algo real dessas relações é importante que a criança se considere como um ser de convívio em aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Segundo Vygotsky (1962 -1978), o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de fora para dentro a sua interação com outros indivíduos e com o meio.

Ao acrescentar o uso de tecnologias na alfabetização muitos benefícios podem ser considerados, dessa maneira a criança percebe que a tecnologia pode ter vários papéis em sua vida, estimula que o aprendizado pode ser alcançado pelo meio de um computador, acrescentar a visão da criança em relação as tecnologias, não resumindo apenas ao divertimento.

“Formar crianças aptos a lidar com as novas exigências deste século é uma meta que só será alcançada com uma transformação sistêmica da Educação, com intervenções no ambiente escolar e no currículo.” (MARTINA ROTH, mestra em Pedagogia Global, Nova Escola, 2011).

A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Os recursos tecnológicos no universo escolar se tornam muito importante, como na vida na social, amplia os conhecimentos, possibilitando as aprendizagens, podendo acontecer em qualquer momento e lugar. Essa geração nascida no século XXI têm mais aptidão e acesso favorável, em manipular a tecnologia, com facilidades fantásticas, mas todos esses recursos acabam prejudicados questões simples do dia a dia. Nota - se que tem umas habilidades com a tecnologia, mas tem uma dificuldade de interagir socialmente em ambientes não virtuais.

Com diversas informações junto aos veículos de comunicação leva com que o aluno esqueça a essência, não percebendo o que é bom/ ruim, bem/mal, o que certo e o errado, ficando um bom período com jogos online, redes sociais com assuntos inapropriados a idade, sem nenhuma proibição e limitação quanto ao tempo e assuntos cibernéticos. Existem vários desafios que a comunidade escola tem enfrentado, com todo esse assunto de tecnologia, para direcionar e manipular os recursos tecnológicos, carecendo de estudar profundamente trocar experiências, criar competências na atualidade. A Instituição escolar nesse sentido precisa refletir e reorganizar a prática pedagógica e os planejamentos, incorporando-se as tecnologias em seu espaço escolar, a princípio da cultura digital, portanto:

> Cultura digital é a cultura em rede, a cibercultura que sintetiza a relação entre sociedade contemporânea e Tecnologias da Informação (TI's). Ao mesmo tempo que a cultura digital abriga pequenas totalidades e seu significados, mantém-se desprovida de fluxos, de conhecimentos e de criações, que dá corpo e identidade às organizações que delas se constituem. (AMADEU, 2016, p.20).

Costa, mencionar que a cultura digital é o comportamento dos filtros, de escolhas, dos estímulos e dos comentários. Está acontecendo bastantes mudanças, essencialmente pelo desenvolvimento da tecnologia, cada vez mais são desenvolvidos novos produtos, realizadas novas descobertas. Muitas pessoas enfrentam com facilidade essas mudanças, o nascido neste século, outras pessoas têm mais dificuldades nesse desenvolvimento.

Conforme Cavalcante (2012), trabalhar com as tecnologias (novas ou não) de forma participativa nas salas de aula exige: o cuidado de aperfeiçoar as concepções do educando sobre a sua vivência natural e cultural. É importante o desenvolvimento continuado de docentes e educandos, desenvolvendo

corretamente com as novas modernizações demonstrando que o conhecimento pode se desenvolver com emocional, racional, da criação, do intuitivo, dos convívios a partir dos estímulos, dos estudos pesquisas, de assumir afazeres, e de pensar juntos.

OS BENEFÍCIOS DA INTERNET

A internet está no cotidiano das pessoas, das nossas crianças. Ela se tornou um recurso didático nas escolas e mostrando seus benefícios para o dia a dia escolar. Com o uso do computador, a crianças passa a fazer pesquisas para sua própria aprendizagem, o professor fica com a função de mediar na construção do ensino. Sendo assim, a crianças pode descobrir novas possibilidades de estudos tendo o docente como orientador em sua trajetória de conhecimento.

A internet e uma fonte de informação da realidade do mundo. Através da web, fica mais simples o contato entre conteúdo pedagógico e a prática, criando uma a aprendizagem mais produtiva para o dia a dia, formando um vínculo entre o cotidiano e o conteúdo. Desta maneira, o estudante entendera o porquê de aprender determinados conteúdo. O docente tem um papel importante de orientar e avaliar as fontes de informações disponíveis ao estudante.

> Cabe a ele criar uma situação de parceria e colaboração com os alunos e entre os alunos, incitando o levantamento de perguntas ou elegendo coletivamente um tema de estudos, questionando os alunos, propondo desafios que possam ser significativos, convidando-os a verbalizar suas expectativas, dificuldades e descobertas, provocando a formalização de conceitos e sua evolução em relação às intenções e metas atingidas. (ALMEIDA, 2001, p.12).

Conforme o autor Almeida diz que quando a proporcionamos uma coletividade entre os próprios alunos o ensino se torna mais fácil. Isso a internet propõem com muita facilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da de pesquisa acadêmica, é possível observar a presença das tecnologias na educação, suas contribuições e ainda os desafios encontrados por educadores, gestores e alunos na implantação deste sistema dentro da escola e das salas de aulas. Mostrando que é possível e necessário à utilização das ferramentas tecnológicas durante o processo de alfabetização, apesar de encontrar desafios e rejeições durante a pesquisa, foi observado resultados efetivos e favoráveis. A utilização das tecnologias no processo de alfabetização é um assunto atual, importante e deve estar no planejamento escolar. As crianças e sua relação atual com as tecnologias, uma vez que elas têm acesso desde muito pequenas.

Levando em consideração sua inserção da tecnologia na educação e sua contribuição durante todo o processo de alfabetização e ao longo de toda jornada escolar. A formação e adaptação dos professores e gestores para contribuírem neste progresso da educação. Sendo possível destacar escolas e professores no Brasil que são exemplos bem-sucedidos na utilização da tecnologia. Os benefícios dos recursos tecnológicos que foi apresentado e com exemplos reais que confirmam que é possível utilizar as ferramentas tecnológicas de forma efetiva.

O presente trabalho realizado, buscamos métodos para atingir os objetivos reais, com a produção de conhecimento efetivo, que possa ser aplicado e propagado, de forma ágil e eficiente. E o professor deve sempre estar em constante formação, buscando novas possibilidades e novos recursos e está aberto a aprender sempre.

Levando estas tecnologias cada vez mais a realidade das salas de aula, ao cotidiano educacional e contribuindo para o bom uso das ferramentas no processo de alfabetização nas escolas públicas e privadas. Portanto o professor deve ser o porto seguro dessas empreitadas infantis, que devem ser feitas com alguma orientação, mas sempre com muita liberdade na transposição de barreiras na alfabetização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth de; **ProInfo: Informática e Formação de Professores– Vol. 1**; Brasília: MEC/ Secretaria de Educação à Distância –, 2000.

ALMEIDA **Maria Elizabeth de Informática e formação e professores.** Vol. 2, Série de estudos, Educação a distância, Brasília, 2000.

AMADEU, S. **Diversidade Digital e Cultura. 2016.** Disponível em:<http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/cultura_digital/artigos/index.php?p=27418&more=1&c=1&pb=1>. Acesso 27 jun. 2023.

BARROS, A. J. da S. LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de Metodologia**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A.; CAFIERO, D. **Alfabetização e Jogos Digitais em Ambientes Interativos Multimodais.** In: **6º Conferência Latinoamericana de Objetos de Aprendizaje y Tecnologias para la Educación** – LACLO,2011, Montevidéu, Uruguai: v. 1. p. 1-9. Anais..., Montevidéu, Uruguai,2011.

CHIAPINNI, L. **A reinvenção da catedral**. São Paulo: Cortez, 2005.

D'AMBRÓSIO, U. **Educação Matemática: da Teoria à Prática.** Campinas: Papirus, 2001.

GASPARIN, J.L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

MORIN, Edgar. O**s sete saberes necessário a educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 6ª Ed. São Paulo: Cortez Editora. DF: UNESCO, 2002.

NOVA ESCOLA, **Alfabetização inicial: alfabetizar é todo dia.** Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/ Acesso 27 jun. 2023**.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

PERRENOULD, Philippe. **10 novas competências para ensinar. Convite à viagem.** Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Artimed, 2000.

SALDANHA, Elaine. **Novas Tecnologias contribuem e modificam forma de alfabetizar crianças**. Disponível em: https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/novas-tecnologias-contribuem-e-modificam-forma-de-alfabetizar-as-criancas . Acesso 27 jun. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 3.ed. Belo Horizonte:Autêntica Editora, 2009.

XAVIER, A. C. S. **Letramento digital e ensino.** In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA,

M. (Orgs.). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte:Autêntica, 2005, p. 133-148 e, sobretudo, desejam aprender.

VIOLÊNCIA ESCOLAR: FATORES GERADORES QUE MERECEM ATENÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

DANIELA XAVIER DOMINGUES CUNHA
Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo (2010);
Especialista em Psicomotricidade pelo Centro Universitário Assunção/UNIFAI (2012);
Professora de Ensino Fundamental I - na EMEF Eliane Benute Lessa Ayres Gonçalves, Profa Nany Benute.

RESUMO

O presente artigo traz a violência escolar como temática para reflexão sobre os fatores intervenientes que a tem feito aumentar nesta instituição social, assim como a importância de ações de combate esta violência, buscando uma relação harmônica e respeitosa entre os sujeitos. Para isso, inicia refletindo sobre a violência escolar como forma de identificar o que a caracteriza para melhor entendimento sobre a temática no que concerne sobre delimitar o objeto de estudo. Em sequência, aborda sobre a perspectiva dos envolvidos na violência escolar com ênfase no docente e discente que fazem parte deste cotidiano em que suas ações podem se encontrar dentro desta violência seja como agressor, seja como vítima. Dando continuidade, aponta para a necessidade e urgência de ações de combate à violência escolar, as quais precisam ocorrer dentro e fora da escola, com a sociedade em geral, primando por uma formação que se multiplique e transforme as relações entre pares. Conclui, evidenciando que as ações de combate à violência escolar são fundamentais para que exista conscientização sobre os fatores geradores desta violência que acondicionam elementos de dentro e fora da escola, permeando relações interpessoais que necessitam ser ressignificados promovendo o respeito ao outro não somente para os estudantes, mas para todos os sujeitos. Traz por objetivo a compilação argumentativa com vistas a possibilitar reflexões sobre o papel da escola, do docente, da comunidade escolar e da sociedade no combate à violência na escola, a qual está aumentando a cada dia. Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Escolar; Combate à Violência; Fatores da Violência Escolar..

INTRODUÇÃO

A violência escolar tem sido evidenciada atualmente com a organização de ataques às escolas, ameaças sobre possíveis datas e efetivos ataques que assustam aos gestores, docentes, profissionais de educação, estudantes, familiares, enfim, toda comunidade escolas. O sensacionalismo

trazido pela mídia em tono destes atos violentos, se por um lado trouxe a fama que os agressores desejavam, por outro lado apresentou um lado da sociedade que tem aumentado a cada dia, o qual aborda sobre as relações interpessoais que estão cada vez mais agressivas.

A escola enquanto instituição social que promove interações constantes com os mais diversos sujeitos com fins no desenvolvimento integral e formação cidadã dos estudantes, administrava os conflitos internos das relações interpessoais. Estes parecem estar aumentando significativamente e tem como base outros fatores que são reproduzidos na escola de suas vivências fora deste espaço, mostrando que a violência é um problema social contemporâneo e precisa ser combatido.

Neste sentido, o artigo traz por objetivo compilar argumentos com vistas a possibilitar reflexões sobre o papel da escola, do docente, da comunidade escolar e da sociedade no combate à violência na escola, a qual está aumentando a cada dia por meio: da contextualização sobre violência escolar e sua caracterização; da visão docente, discente e dos demais envolvidas na violência escolar sobre os fatores geradores e; da importância de ações de combate à violência escolar em âmbito social e governamental para transformação nas interações dos sujeitos em sociedade.

Para compor este artigo, foi utilizada a metodologia de pesquisa de revisão de literatura com análise crítica e reflexiva de artigos científicos que dissertam parcial ou integralmente sobre violência escolar, trazendo perspectivas mais aprofundadas sobre o tema.

CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

As relações violentas visíveis na sociedade, de acordo com Bruzi e Sell (2021), se constituem como uma grande preocupação, visto que são reflexos de muitos elementos que se consolidam pelas interações e intolerância que acontecem entre os sujeitos. O aumento da violência tem chegado as escolas que apresentam índices cada vez maiores de desrespeito a este espaço educacional que por muitos anos foi segurado para os estudantes e seus familiares. Defronte aos índices de violência, a escola faz parte de uma rede de proteção que precisa pensar em estratégias de trabalhar com a formação cidadã dos estudantes, procurando compreender contextos de vivências que apontem para as violências que acabam gerando situações de agressões físicas e verbais.

Segundo Dell´Aglio et al (2017), neste ano de 2023 as ações de ataques as escolas causaram pânico nos familiares, nos profissionais de educação, nos estudantes e em todos que puderam acompanhar pela mídia como se formavam grupos para colocar pânico no local que todos acreditavam ser seguro. Não é de agora que estudos sobre os reflexos de relações violentas fora do ambiente escolar trazem consequências para as interações estabelecidas dentro deste espaço, porém o olhar se voltou com força neste momento, em que a escola passa a repensar sua própria função e como seu cotidiano tem sido palco para a intolerância entre os sujeitos que se encontram neste ambiente.

Para Rosa (2010), dentre os fatores que são levantados pelos pesquisadores a respeito da violência visualizada na contemporaneidade, a liberdade que tem sido dada aos jovens, sem cobranças, sem regras e, de certa forma, com um abandono parental em relação a formação diante da ética e da moralidade. O acesso à internet sem crítica e sem compreensão de quanto estas

informações podem ser manipuladoras é outro fator que pode estar colaborando, na ótica do autor, para a violência de graça que chega a todos os espaços sociais, não deixando as escolas a parte destas relações conflituosas sem diálogo.

Ainda na perspectiva de Rosa (2010), a negação de que existe violência dentro da escola em seu cotidiano, implicou na invisibilização de que existem muitos elementos que estão impactando no emocional dos estudantes, os deixando mais agressivos ou mais depressivos diante da falta de atenção que tem sentido pelos familiares que não tem se preocupado com sua formação, uma formação que necessita de carinho e, também, do NÃO. Aceitar que há violência na escola é o primeiro passo para se organizarem ações de combate à violência, algo que vá além de discursos vazios, resgatando estes familiares para conversar que envolvam todos os atores que fazem parte da escola, órgãos responsáveis, redes de proteções, a sociedade como um todo.

A respeito disso, Rosa (2010) evidencia que:

> Trata-se de uma questão multicausal e complexa que demanda ainda análises e estudos mais aprofundados. A miséria, o desemprego, as desigualdades sociais, a falta de oportunidades para os jovens e a presença insuficiente ou inadequada do Estado fazem aumentar as manifestações de violência no país. Entretanto, não se trata de um fenômeno circunscrito a fatores estruturais de ordem socioeconômica. Em razão disso, a violência deve ser entendida no âmbito cultural e psicossocial dos indivíduos, dos grupos e da sociedade. (ROSA, 2010, p. 148).

Conforme Negreiros e Silva (2020), violência na escola pode ser definida como as ações que ocorrem dentro deste espaço por qualquer sujeito que se encontre neste ambiente, seja profissional de educação, discente, docente, familiares, comunidade escolar, gestão ou qualquer outra pessoa que adentre ao espaço e cometa atitudes que se enquadram em violência. Algumas atitudes violentas que podem ser citadas se encontra danos ao patrimônio, conflitos verbais que não se pautem no diálogo, discriminações, racismo, bullying e agressões físicas.

Bruzi e Sell (2021) definem violência escolar como qualquer tipo de agressão física ou verbal contra o outro dentro desta instituição social formativa que tem suas especificidades no ensino formal. O fator principal para evidenciar que a violência na escola existe e tem aumentado é acompanhar estes espaços e analisar o cotidiano, apontando para qualquer sujeito pode ser capaz de realizar violência, independentemente da idade, formação ou situação econômica. Um dos aspectos chocantes sobre a violência na escola e este aumento, é que neste ambiente educacional o foco se encontra na formação cidadã, no desenvolvimento de competências, nas relações entre pares, no respeito ao outro, o que está se perdendo, necessitando de um olhar urgente para as escolas e o que acontece em seu interim.

Para Negreiros e Silva (2021), é muito importante distinguir três tipos de violência em relação a escola – violência à escola, violência na escola e violência da escola – para que a análise das possibilidades de ações ocorra diretamente nos fatores que a causam. Sobre violência na escola, estes autores trazem que se configura como atitudes de violência que tem influência em contextos externos e a escola se torna o local em que elas ocorrem como escolhido para tal conflito agressivo como violência à escola pode ser visto como ações que são contra os profissionais que atuam na escola, contra os discentes com relações diretas a serem estudantes e as degradações ao patrimônio como depredações e pichações. A violência da escola é a prática que ocorre dentro da escola,

mas mediante ações como racismo, exclusões, desrespeitos, entre outros ocasionadas contra os estudantes. Um simples palavra pode mudar o contexto, porém todas estas violências precisam ser identificadas e ações tomadas com urgência.

De acordo com Avelino et al (2021), a perspectiva que está sendo constituída nos sujeitos em formação fora da escola e, por vezes, incentivada dentro da escola também, é aquela em que os conflitos e resolução de problemas necessitam da agressividade para serem sanados, naturalizando a violência e até valorizando o sujeito agressivo como esta forma de se relacionar o colocasse como uma pessoa forte, temida. A normalização de ações violentas, sejam físicas ou verbais, muitas vezes ocorre dentro dos próprios lares em que os estudantes acompanham constantemente o desrespeito entre seus familiares ou deles consigo. A reprodução da forma com que o tratam ou como observa que trata o outro ocorre dentro de uma visão de naturalidade, como se fosse comum estas vivências nas relações entre pares.

Os autores acima citados complementam afirmando que as vivências diante da violência em locais como suas residências ou dentro da comunidade, abandono parental no que se refere a falta de atenção e carinho, desigualdades sociais como situações de vulnerabilidade (fome, falta de moradia), falta de atenção do governo sobre problemáticas que envolvem justiça e injustiça, divulgação de violência constante na mídia, entre muitas outras que fazem parte deste cotidiano social atual, implicam nas ações e reações que são visualizadas na escola sobre as interações pessoais.

Na escola se encontram estas diferentes vivências associadas a uma formação que ocorre dentro da família que implica nos valores éticos, morais e de respeito ao próximo. De acordo com Rosa (2010) na escola as ações e reações violentas se constituem como reprodução das experiências que se consolidam fora da escola, não somente em família, porém sendo esta instituição que mais influência nesta formação nos sujeitos. As relações conflituosas e violentas entre pares tem sido o reflexo da educação que tem sido dado dentro de casa, no lar, o qual traz déficit diante do entendimento de deveres para com o outro.

Dessa forma, como colocam Bruzi e Sell (2021), a escola precisa ser ressignificada para que se viabilizem um espaço de convivência respeitosa e segura para os estudantes, local estes em que os familiares se sintam tranquilos ao colocar suas crianças e adolescentes em uma instituição social que prima pela desenvolvimento integral, porém a escola não consegue assumir todas as responsabilidades, necessitando da parceria dos familiares e do governo para realizar ações de combate à violência dentro e fora do ambiente educacional.

PERSPECTIVA DISCENTE E DOCENTE

Como visto anteriormente, a violência escolar e contra a escola tem aumento significativamente. De acordo com Bruzi e Sell (2021), este crescimento está se tornando assustador para os docentes e discentes, assim como para seus familiares que se deparam com a perda de controle sobre as ações que tem acontecido e entristecido estudantes e professores. As violências sejam da escola, na escola e à escola, tem vários personagens possíveis de cometê-las e a falta de identificação do

que está causando este comportamento intolerante e psicopático implicam em um cenário cada vez mais catastrófico. Vale ressaltar que a identificação não se alinha com aceitação sobre as ações do agressor, mas sim em visualizar os fatores geradores para que medidas sejam tomadas nesta raiz.

Ainda na perspectiva de Bruzi e Sell (2021), as vivências diante da violência, observada ou sofrida pelos sujeitos por muitos fatores, tem impacto direto na formação e desenvolvimento integral dos estudantes. O emocional e afetivo, os quais fazem parte deste desenvolvimento e implicam em outras dimensões do desenvolvimento como o lado cognitivo, quando submetidos a violência verbal ou física, se mante abalado, constituindo um espaço em que as relações violentas se tornam naturalizadas como uma aprendizagem.

As pesquisas apresentadas Dell´Aglio et al (2017) trazem a perspectiva de discentes e docentes diante dos seus entendimentos sobre a violência em espaços escolares. Um dos primeiros fatores apresentados por ambos, diz respeito a violência externa que é reproduzida no contexto educacional. Entre os exemplos dados, a violência verbal é a mais citada com levantamento de xingamentos ou falas depreciativas de preconceito, exclusão, diminuição do outro. A falta de ação da escola que está percebendo este cenário de violência com o outro aumentando, é mais um fator levantado pelos discentes e docentes, porém estes não se colocam como responsáveis, também, de realizar estas ações dialógicas.

Para Avelino et al (2021), existem muitos personagens diante das violências. As testemunhas são os sujeitos que observam, mas não interferem no que está acontecendo, se tornando neutros, uma vez que não querem se colocar no lugar da vítima, mostrando uma atitude passiva, de descaso ou de medo de que estão relacionadas as suas vivências e experiências constituídas. Os alvos são os sujeitos que sofrem a violência constantemente e os autores são os sujeitos que cometem a violência. É importante citar que qualquer sujeito está propício a assumir um dos papéis, assim como mudar de personagem de acordo com a situação e o local que se encontra nesta, O contato com a violência e a impunidade gera mudanças de perspectivas diante da posição que se ocupa diante desta.

Conforme Rosa (2010), a indisciplina que é cogitada dentro da escola pelos profissionais que ali atuam ao fazer julgamento dos estudantes pode ser um fato que demonstre que aqueles necessitam de auxílio por se depararem com violências e negligência fora da escola. Porém, é importante não apenas investigar as causas da indisciplina, mas, também, ter um olhar sensível aos estudantes que se isolam do convívio social, os quais apresentam de uma forma menos evidente, a mesma propensão a violência.

Quando os estudantes param de perceber a escola como um lugar acolhedor, Avelino et al (2021) evidenciam que o desinteresse, a desmotivação passa a fazer parte do cotidiano. A escola não tem sido atrativa para as necessidades que são apresentadas pelos estudantes, a forma de se conceber o processo de ensino-aprendizagem muitas vezes se encontra arcaica. Um ensino que não busca conhecer os estudantes e ter aproximação, vínculos com eles, colocando-os como apenas um número dentro da turma, dá como exemplo que as interações e relações pessoais não são valorizadas, afastando cada vez mais os estudantes, os professores e fomentando ações violentas, sem que exista respeito pelo outro.

A insatisfação e a indisciplina não são os motivos para a violência, mas se configuram como sinais de que os estudantes precisam ser visibilizados. Sobre isto, Rosa (2010) coloca que:

> A desmotivação dos alunos e o desinteresse explicito por aquilo que o professor pretende ensinar interferem no comportamento, deixando muitas vezes o aluno agressivo, são formas inadequadas sobre os métodos de ensino ou sobre as estratégias de relação na aula que exigem do professor clareza na negociação naquilo pretende fazer trabalhar com os alunos, quando não há regras que estejam em comum acordo entre ambos, o resultado é a insatisfação e indisciplina. (ROSA, 2010, p. 147).

Em complemento, Avelino et al (2021) reforçam que a falta de afeto e atenção dos familiares influenciam diretamente nas ações comportamentais dos estudantes. Não somente a escola precisa ter um olhar e uma relação com os estudantes, a família necessita se mostrar presente e parceira da escola, visto que a maioria das reproduções de comportamentos violentos tem por base as relações familiares. Somente esta parceria vai incidir efetivamente nas relações que são estabelecidas pela escola, possibilitando que os fatores incidentes da violência diminuam diante da conscientização do respeito ao outro, modificando o cenário observado na atualidade.

COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR

A escola, segundo Avelino et al (2021), é um espaço de formação cidadã, desenvolvimento integral e aquisição de aprendizagens significativas. Este local sempre foi visto como um espaço seguro em que os familiares se encontravam tranquilos ao deixar as crianças e adolescentes para estudarem. Na atualidade, as ações que estão sendo visualizadas de ataques contra as escolas e as violências dentro da própria escola entre estudantes e destes com os professores tem chamada a atenção, fazendo todos questionarem sobre a real segurança do espaço escolar. Dentre todas as questões que permeiam a violência, os quais foram evidenciados anteriormente, a mídia tem colaborado para a visibilidade dos ocorridos e, por vezes, em um mundo tecnológico digital que a imagem tem um valor diferenciado, o agressor deseja esta fama.

De acordo com Rosa (2010), a violência que tem sido vista e que se relacionam com a escola se constituiu como uma problemática de complexidade, visto que necessita do envolvimento de todos, assim como do governo, para ações de combate à violência ocorram com maior sucesso, lembrando que este é um processo de longo prazo, o qual não pode ser abandonado. Rosa (2010) reforça, ainda, sobre a importância de que a mídia realize ações em prol a este combate e não sensacionalismo diante da violência, como se estas fossem atitudes normalizadas as relações humanas.

A violência que tem sido visualizada contra a escola e na escola não é de ordem apenas do ensino público. Para Avelino et al (2021), as desigualdades sociais são alvo de violência em ambas as escolas em que na pública demonstra a desestabilização familiar, vulnerabilidade e relações violentas dentro de casa, e nas escolas privadas o egoísmo, o desmerecimento do outro, a prepotência gera discriminação, preconceito e intolerância. Em ambas se percebe a fragilidade da educação dada em casa pelas famílias.

As dificuldades e desafios são muitos e Dell´Aglio (2017) traz as reflexões sobre o papel de cada um no combate à violência escolar:

> Compreendendo-se a violência estabelecida nas relações sociais na escola, torna-se evidente a importância de ações da direção da escola e dos professores e funcionários no sentido de auxiliar os alunos envolvidos a reconhecerem e solucionarem as situações de conflito. Entretanto, também os professores relataram carecer de formação e apoio para que consigam atuar de forma efetiva na prevenção e resolução das situações violentas. As manifestações de violência diferem de uma instituição escolar para outra, então as estratégias de prevenção devem ser pensadas para cada escola, com suas especificidades. O apoio e a participação de toda a comunidade escolar, com escuta de todos e divisão de responsabilidades, podem ser estratégias exitosas. Inclusive, a democratização da gestão da educação e das instituições educativas através da participação de toda a comunidade escolar foi prevista na Conferência Nacional de Educação, e consta no Plano Nacional de Educação, visando a efetivação das políticas públicas de acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas. (DELL´AGLIO et al, 2017, p. 108).

Quando se realiza uma análise mais aprofundada sobre a violência escolar, segundo Avelino et al (2021), o intuito não se encontra em identificação de perfis de agressores ou rotulação de vítimas como casuais. De maneira contrária, a visão da reflexão sobre como os estudantes adentram a escola e como são permeadas suas relações entre pares, assim como o profissionalismo, ética e paciência dos profissionais de educação se dá na perspectiva de qualificar as relações e combater a violência antes que se orne uma prática naturalizada de desrespeito ao outro.

O docente, de acordo com Rosa (2010) tem um papel fundamental do processo de ensino-aprendizagem, o qual consiste em constituir contextos de aprendizagens facilitadores para que os estudantes constituam seus saberes de maneira significativa. A pandemia impactou nestes contextos de aprendizagens e, agora, o desafio destes profissionais se encontram em resgatar práticas pedagógicas que facilitem a aprendizagem. Para isto, a formação continuada se torna essencial para que os conhecimentos do docente não fiquem estagnados e atenda as demandas atuais que trazem resquícios negativos da vivência em tempos de pandemias.

Em complemento, Rosa (2010) enfatiza que:

> É necessário resgatar o papel do professor enquanto educador, para que além de garantir aos seus alunos a possibilidade de uma ascensão profissional, possam também contribuir para torná-los pessoas críticas e conscientes de suas responsabilidades. Acredita-se ainda ser de grande importância a percepção da família e da escola no sentido de perceberem a ação de educar como responsabilidade de ambos e que cruzar os braços e esperar que os resultados venham e se conformar com tal situação é o mesmo que concordar que essas crianças sejam apenas mais uma na imensidão, onde não são respeitadas e valorizadas enquanto seres humanos. (ROSA, 2010, p. 150).

A relação dialógica ganha mais espaço e valor quando se torna visualiza que a intolerância é parte da falta de conversa nas interações pessoais. Conforme Bruzi e Sell (2021), o diálogo é importante para o combate e prevenção da violência escolar, abrindo espaço para discussões em que os envolvidos tenham lugar de fala e escuta para a construção de relações mais harmônicas entre pares. Com a dialogicidade é possível que todos se percebam como importantes no combate à violência escolar, unindo forças para seu combate no cotidiano educacional que, evidentemente, reverberará para a sociedade por causa da formação cidadã que se qualifica.

Portanto, como colocam Bruzi e Sell (2021), o combate à violência escolar se configura como um grande desafio para a escola e seus envolvidos, porém fechar os olhos apenas colaborará para o aumento de práticas intolerantes permeadas por agressões físicas e verbais. Com isso, se torna visível a necessidade e urgência de trazer esta temática para dentro da escola, a fim de possibilitar discussões, reflexões que promovem mudanças no cenário de violência contra, à e na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe bases para a compreensão sobre os fatores da violência escolar começa em outras instituições sociais como nas vivências familiares ou em comunidade. Dentro da escola vários sujeitos interagem diariamente e a frequência é obrigatória, assim como os estudantes se encontram em fase de aprendizagens, amadurecimento e compreensão do meio em que se encontram inseridos.

De outro lado, os docentes e demais profissionais de educação que se encontram todos os dias na escola possuem experiências de vida, as quais podem, também, ser permeados de violência fora da escola. Na escola, estas relações e reproduções podem acontecer e o diálogo se torna a melhor ferramenta para formar e “re”formar identidades que se consolidem no respeito ao próximo.

Para além dos envolvidos que fazem parte do cotidiano escolar, a sociedade tem apresentado altos índices de violência, os quais são representação de uma prática que está se tornando, infelizmente, naturalizada. Entre tantos fatores, a intolerância, a falta de paciência e o egoísmo tem feito parte das ações agressivas verbais e físicas que são visualizadas nas relações interpessoais. Este cenário assusta, mas, também, demonstra a necessidade de constituição de ações de combate à violência em âmbito geral.

A escola tem dentro das funções formar cidadãos, assim como favorecer que estes sejam multiplicadores de seus conhecimentos, os quais precisam ser construídos com sentidos. As ações que podem e devem ser realizadas na escola de combate à violência são promotoras de interações qualificadas, harmoniosas e respeitosas entre os sujeitos dentro e fora da escola.

Dessa forma, é de fácil visualização que a escola não está a parte da violência que está acontecendo na sociedade como toda. Esta violência que está aumentando internamente, já se encontra nas ameaças a este ambiente de forma externa. Medidas precisam ser tomadas em parceria com os governos e com os cidadãos para que os fatores geradores sejam identificados e possibilidades de ações sejam desenvolvidas.

Este não será um processo rápido, mas é preciso e necessita ser iniciado o mais rápido possível. A escola tem espaço e função para isso, mas precisa de ajuda dos outros envolvidos na formação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Wagner Feitosa et al. **Violência escolar: uma percepção social.** Revista Educação Pública, v. 21, n, 7, 2021.

BRUZI, Eli Leonilda Beije; SELL, Jorge Armindo. **Violência na escola: conceitos e atitudes na prevenção de atitudes violentas.** 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1968/Elli_Leonilda_Beije_Burzi_TCCPLS_2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso16 jul. 2023.

DELL´AGLIO, Débora Dalbosco et al. **Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública**. Psicol. Esc. Educ., v. 21, n. 1, 2017.

NEGREIROS, Fauston; SILVA, Ellery Henrique Barros da. **Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura.** Rev. Psicopedag., v. 37, n. 114, 2020.

ROSA, Maria José Araújo. **Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem**. Revista Fórum Identidades, ano IV, v. 8, n. 8, 2010.

OS COMPONENTES DA RELAÇÃO DIDÁTICA - CONSTRUÇÃO E PLANEJAMENTO

DANIELE ALVES ESTEVÃO DA SILVA
Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro (2012); Pós-Graduada em Musicoterapia pela Faculdade XV de agosto (2017); Pós-Graduada em Ludopedagogia pela Faculdade Gennari & Peartree (2018); Pós-Graduada em Ensino Superior e Tutoria de Educação à Distância - Faculdade Batista, (2021); Educação Musical e Ensino de Artes - Faculdade Batista, (2021); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino Fundamental – Associação Brasileira de Educação à Distância; Bullying nas Escolas - Associação Brasileira de Educação à Distância; Psicologia da Educação na Visão de Vygotsky – Faculdade Santa Rita; Professora da Educação Infantil, na Rede Municipal de São Paulo; Professora de Educação Básica I, rede Municipal de Embu das Artes.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivos fundamentais pontuar e entender a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, bem as concepções de aprendizagem que comumente subsidiam as práticas pedagógicas, remetendo-se às contradições que marcam a produção do conhecimento psicológico e explicar o fenômeno da aprendizagem, através da observação de comportamentos, como também através de estruturas mentais que organizam tal processo. Ampliar as práticas de ensino e os desafios pelos docentes também torna - se primordial para fins pedagógicos de amplitude por fazer parte do planejamento, pois implica – se no processo ensino – aprendizagem, dando especial relevância às questões do registro do processo educativo por meio da elaboração do plano de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Práticas; Pedagógicas; Concepções; Amplitude.

INTRODUÇÃO

A escola como direito de todos, como conhecemos hoje, surgiu somente no século XVIII, tendo como função organizar, sistematizar e transmitir todo o conhecimento produzido pela humanidade. Não é possível ensinar uma disciplina sem antes clarear os pressupostos teóricos que iluminam a sua proposta de ensino.

Um viés bastante difundido na Didática tem sido o de que as questões educacionais devam ser tratadas cientificamente, construindo um novo campo de pesquisa orgânica e metodologicamente estruturado: as Ciências da Educação. Tem que haver uma decisão no que vai ser ensinado, ou seja, definir uma proposta de ensino.

Uma questão bastante relatada é de que seja criado um novo campo de pesquisa específico, no qual se trate exclusivamente das particularidades das Ciências da Educação, tornando – se possível abrir um leque de opções para pesquisar hipóteses de leis, de conceitos que somente investigue

de forma ampla todas as possibilidades de aprendizagem com o intuito de não tratar a Didática como uma disciplina ideológica sem alterações, embora a integração se constitua numa de suas características fundamentais, não significa a redução de objetos e métodos, e já que cada ciência mantém sua especificidade, a questão inicial acerca do que é próprio às Ciências da Educação não se altera.

Diante desses pressupostos, propõe – se a superação de posições acríticas, enfatizando – se a necessidade de construção de uma competência didática em que a instrumentalização se dê em íntima relação com uma visão crítica e situada pela prática pedagógica.

Além de uma simples renovação pedagógica no que diz respeito às formas de ensinar e aprender, devem ser exercidos os desafios e práticas docentes. Isso remete a superação da visão instrumental didática, em direção à abrangência, fundamentada, não se limitando à transmissão e apreensão de conhecimentos.

A RELAÇÃO DIDÁTICA

O desafio é assumir que o método didático tem diferentes elementos estruturantes e que os mesmos devem ser articulados. Tal articulação visa a trabalhar dialeticamente os diferentes estruturantes do método didático, considerando cada um deles e suas inter – relações com os demais.

Nesse sentido, a Didática é uma tecnologia aplicada, que se constitui e que se desenvolve em decorrência de estudos que ciências como a Psicologia, a Biologia e a Sociologia, entre outras, lhe apresentam sobre os problemas de ensino e consequentemente de aprendizagem.

É óbvio que os problemas de transmissão e reconstrução do conhecimento dependem, além da colaboração das ciências acima citadas, da explicitação dos pressupostos filosóficos que estão implícitos no modelo de educação adotado, especialmente do ponto de vista epistemológico.

O ponto de partida de toda relação didática é a intenção alimentada por alguém, geralmente o professor, de estabelecer as condições para que uma ou várias ou pessoas - em geral, alunos – aprendam com êxito um conteúdo de aprendizagem, em geral, conteúdos, que são, ou não, saberes relativos a uma disciplina escolar.

Assim que essa intenção é primeiramente esclarecida, depois operacionalizada e finalmente posta em prática: pode - se dizer que se estabelece uma relação didática.

Dessa forma, uma relação didática existe a partir do momento em que alunos (ou qualquer outro tipo de aprendiz) reúnem – se com um professor (ou outro qualquer mediador) para realizar atividades (essencialmente atividades de aprendizagem, mas não exclusivamente) a propósito do conteúdo (podem ser saberes pertencentes a disciplinas escolares, saberes profissionais, saber-fazer, saber-se) em um quadro espacial determinado (em geral, um local de aula) e por um prazo limitado (em geral um horário escolar).

A relação didática é, assim, o principal local de trabalho, questionamento, de pesquisas, reflexões, proposições dos didatas. Por isso, é importante deixar claro esse conceito e de que a relação didática é complexa, pois é movida por uma série de componentes em interação.

OS COMPONENTES DA RELAÇÃO DIDÁTICA

> Os expectadores não têm sentido a não ser quando deixam de serem assistentes passivos para se tornarem atores transformadores da sua própria história. (BRECHET, 1992, p.40).

- Um ou mais alunos (ou qualquer outro aprendiz): por exemplo, os alunos de uma determinada classe;

- Um ou mais professores (ou qualquer outro mediador): por exemplo, o titular da classe;

- A definição das intenções do encontro: por exemplo, a intenção de pôr em ordem os dados pluviométricos colhidos durante observações realizadas pelos alunos dessa série durante os meses de fevereiro e março; pode – se tratar também de buscar um significado para esses dados;

- Um conteúdo, ou "objeto" da relação didática (em geral identificado como sendo "saber", mas o "saber" não é objeto-padrão da relação didática; pode ser outro): por exemplo, um procedimento matemático para calcular médias aritméticas a fim de organizar os dados do levantamento pluviométrico realizado por esses alunos durante dois meses do ano escolar;

- As interações entre os alunos e o conteúdo: por exemplo, uma série de perguntas e de concepções desses alunos a propósito do conceito da "média" e do "procedimento de cálculo da média aritmética";

- As interações entre o professor e o conteúdo: por exemplo, a construção pelo professor, de situações que permitam aos alunos, com suas concepções, abordar efetivamente o conceito de média e procedimento de cálculo da média aritmética;

- As interações entre o professor e os alunos independentemente do conteúdo: por exemplo, instruções para a organização do trabalho em equipes de modo que cada aluno tenha pelo menos uma tarefa a realizar no interior da equipe;

- As interações diretas entre o professor e os alunos a propósito do conteúdo: por exemplo, discussões entre o professor e dois alunos a propósito dos procedimentos que utilizam para tratar a situação que têm de enfrentar;

- As interações mediatizadas entre o professor, os alunos e o conteúdo: por exemplo, a utilização pelos alunos de fichas de manipulação preparadas pelo professor para efetuar cálculos de média;

- O material didático: por exemplo, um fichário realizado pelos alunos e contendo as formas aritméticas e contendo situações nas quais essas fórmulas são utilizadas;

- Um tempo: por exemplo, o horário escolar dentro do qual o professor e os alunos fixaram a duração de sua atividade;

- Um espaço: por exemplo, um local de aula;

- Um contrato didático: por exemplo, a divisão de responsabilidades entre os alunos sobre as tarefas a serem realizadas a propósito da descoberta de um procedimento para calcular uma média aritmética, mas também as expectativas que professores e alunos têm em relação aos outros a propósito dessa tarefa;

- O acaso: por exemplo, a ausência do aluno que guardou o levantamento pluviométrico dos cinco primeiros dias da observação, isso exigirá calcular a média sobre uma base diária, ao invés de uma base semanal.

A partir dos componentes elencados, percebe-se que a relação didática é determinada:

a. Por cada um dos componentes individualmente;

b. Pelas interações que cada um deles mantém com cada outro componente;

c. Pelas interações que vários componentes se mantêm entre si e com outros componentes.

Por outro lado, o conjunto do desenvolvimento da relação didática dinamizado internamente pela intenção do professor de realizar uma atividade bem particular a propósito de um conteúdo ou de um objeto de ensino e de aprendizagem, pelas regras que uns e outros se impõem na definição do contrato didático, pela vontade de cada um dos parceiros desempenharem seu papel – para alguns deles, o de aluno – pelo acaso ou pelos fatos contingentes.

Externamente, a relação didática insere-se necessariamente nas finalidades educacionais que determinam a forma e o conteúdo das atividades propostas pelo professor no interior da instituição escolar.

A primeira característica de uma relação didática é o grande número de interações que ocorrem nela e que a determinam; a segunda é a funcional que une esses componentes entre si. Um componente da relação didática pode ser analisado por si mesmo e o pesquisador pode isolá-lo para estudo, contudo, não descobrirá a significação do componente que isolou a não serem pela análise das interações que o mesmo mantém comas outras dimensões da relação didática da qual foi extraído.

A CONSTRUÇÃO DA INTENCIONALIDADE DOCENTE

Este tema visa a fundamentar a prática docente, abordando aspectos conceituais; reflexões de diferentes teóricos contemporâneos da área educacional, ampliando as visões para os tempos atuais, a relevância do planejamento enquanto processo que mobiliza recursos para uma ação intencional transformadora.

O PLANEJAMENTO

As práticas escolares sofrem transformações ao longo do tempo, isso é algo perceptível na trajetória histórico-filosófica da didática. Assim, nesta disciplina, optamos pela concepção de Educação Transformadora e a partir dela discutiremos o conceito de planejar.

O tema é a discussão construção da construção da intencionalidade docente por meio do processo de planejar, porém, não podemos deixar de esclarecer, inicialmente, a nossa concepção de educação, isto é, o enfoque que daremos a esse assunto.

A Educação Transformadora traz-nos, pela sua vinculação teórica, a ideia de práxis. A concepção de práxis diz respeito à unidade dialética entre homem e sociedade em constante transformação. É a partir da ideia de práxis que se origina a visão da educação como prática transformadora. Esta concepção decorre do pensamento e funda-se nas obras de educadores brasileiros como, por exemplo, Paulo Freire em A Pedagogia do Oprimido, Moacir Gadotti em Concepção Dialética da Educação, e Demerval Saviani em Escola e Democracia.

A Educação Transformadora fundamenta-se na estreita relação homem-sociedade, evitando, assim, a visão fragmentada da realidade, que mascara a relação do homem com o mundo no qual se insere. Para sua efetivação, faz-se necessário que as ações docentes passem por um processo de organização do trabalho, de forma intencional e sequencial, constituindo-se no ato de planejar, isto é: Planejar como uma atividade relevante dentro do contexto da ação docente visando, objetivamente, a ter clareza suficiente de onde se quer chegar, no que se refere à aprendizagem significativa, bem como aos problemas a serem enfrentados e superados na trajetória do processo pedagógico.

Entendemos que aprendizagens significativas são aquelas realizadas pelos próprios alunos, levando-os a “aprender a aprender”, ou seja, a compreensão é garantida, para as novas aprendizagens, a partir dos conhecimentos prévios trazidos pelo sujeito. Dessa forma, a construção de significados implica a conexão ou vinculação do que o aluno já sabe com os novos conhecimentos, associando o antigo ao novo, o currículo oculto do aluno.

Na procura da excelência da aprendizagem Antônio Cachapuz (Aveiro, 2000) remete-nos à reflexão crítica sobre a ampliação da visão do conceito de aprendizagem significativa.

A concepção de excelência da aprendizagem de Cachapuz (2000) tem como base quatro pressupostos:

1° Devemos buscar superar a sobrevalorização que tem sido dada aos saberes conceituais, ou seja, devemos trabalhar os conceitos de forma a não esperarmos respostas mecânicas e destituídas de significado para os alunos, mas sim que decorram de uma relação indivíduo-sociedade-cultura de forma crítica e reflexiva;

2º Devemos respeitar as diferentes trajetórias individuais no processo de construção do conhecimento, sem seguir uma “organização psicológica” (por exemplo: partir do mais simples para

o mais complexo);

3º Devemos enfatizar os conhecimentos trazidos pelos alunos, ou seja, os conhecimentos prévios, tanto quanto os conhecimentos a serem adquiridos no contexto escolar;

4º Devemos incluir o processo de problematização entre a aprendizagem e a formação do desenvolvimento do aluno, isto é, a aprendizagem deve decorrer da solução de "problemas" a serem propostos para os alunos dentro de um ambiente interativo. Assim sendo, devemos propor uma relação intersubjetiva dos diferentes sujeitos do processo de aprendizagem valorizando a relação solidária entre o sujeito, objeto de estudo e sua construção de conhecimento, processo no qual a linguagem tem uma presença marcante, não sendo utilizada apenas para fins de comunicação.

O processo educacional, na perspectiva de uma Educação Transformadora, não poderia ser encarado de outra forma, visto que a apropriação, construção e reconstrução dos conhecimentos devem ser priorizadas nos processos que valorizam a ação educativa, considerando o homem como um ser pertencente ao seu mundo, em relação com o contexto social ao qual pertence. Como afirma Morin (2000, p.47):

> Conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo e não o separar dele [...]. Todo conhecimento deve contextualizar seu objetivo, para ser pertinente. "Quem somos?" É inseparável de "Onde estamos?", "De onde viemos?", "Para onde vamos?". (MORIN, 2000, p. 47).

Desta forma, a ação de planejar é fundamental na constituição do humano e podemos refletir sobre uma questão que nos auxilia a estruturar um plano contextualizado, isto é, considerando o meio sociocultural: Qual é a escola que se propõe a disseminar e concretizar esses ideais educacionais? Com certeza nos referimos a uma instituição educacional que se propõe a construir, reconstruir e socializar os saberes com competência, para desenvolver um amplo diálogo entre os diferentes atores sociais, sua interação permanente, estimulando a reflexão e promovendo a consciência crítica, destituída de preconceitos de qualquer espécie – aspectos confessionais, de gênero, raça, cor etc.

Esses referenciais constituem-se em ponto de partida para o processo de planejar, que prevê a aprendizagem de conteúdos, a adoção de materiais, o agrupamento de atividades, a proposição de normas para organização dos trabalhos em classe, despertando interesses e expectativas por parte dos alunos e oferecendo medidas de apoio e orientações necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre professores e alunos são assimétricas, pois de início tudo se passa como se a aprendizagem escolar estivesse primeiramente sob o controle exclusivo do professor e, progressivamente, o aluno ganhasse autonomia. Por meio da zona de desenvolvimento proximal, a relação didática encontra sua verdadeira dimensão e sua verdadeira função.

Ela é comprometida, fundamentalmente, pelas relações que os indivíduos mantêm com um saber em construção e um professor que os ajuda nesse processo dinâmico de elaboração de conhecimentos. A principal função de uma relação didática é permitir que o aluno modifique sua

relação como saber e no final do processo de aprendizagem o aluno deverá ter modificado sua relação com o saber, ou seja, aperfeiçoar essas relações com o saber no contrato didático.

De certa forma a relação didática evolui no tempo e termina com o fim do curso, já o processo de construção de conhecimentos estabelecido pelo aluno continua sua trajetória para além do momento do curso, a relação didática vive. Entretanto, as didáticas das disciplinas utilizam, cada vez mais, conceitos comuns e revelam abertura para a interdisciplinaridade. Nesses termos, cumpre-nos destacar os elementos comuns que podem contribuir para a definição geral da Didática da seguinte forma: toda didática insere-se, necessariamente, em uma série de relações como saber; os objetos de estudo da Didática localizam-se na relação didática; uma relação didática é determinada por uma ação direcionada a uma finalidade; a Didática é orientada por uma ação; a Didática pode adotar abordagens variadas dos componentes da relação didática. Cumpre, então, que cada um de nós, professores, busquemos a construção da nossa Didática, com a consciência da intencionalidade da prática educativa. Nesse caminho, uma certeza: o fazer docente deve, necessariamente, ser um processo reflexivo.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, R. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CACHAPUZ, A. **A procura da existência na aprendizagem.** In: **Periódico do mestrado em educação da UCDB, n. 10 (dez 2000).** Campo Grande: UCDB, 2000, Série Estudos.

CANDAU, V. M. **A didática e a relação forma conteúdo**. In Revista da ANDE, n°11, 1986.

_____. **Rumo a uma nova Didática**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. (Org.). **A Didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2005.

COLL, C. **Os conteúdos da reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia: ser, saber e fazer.** São Paulo: Saraiva, 1999.

CUNHA, M.I. da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 1991.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO,1999.

DIAZ BORDENAVE, J. **Estratégia de ensino e aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIESTA, N. C. **Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?** Araraquara: J. M. Edit, 2001.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior.** 3. ed. São Paulo: Atlas,1997.

GONÇALVES, M. A. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____.**Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

MEIRIEU,P. **Aprender...sim, mas como?** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

_____. **A pedagogia entre o dizer e o fazer.** Porto Alegre: ArtMed, 2002.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

_____. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000b.

_____. **Saberes globais e Saberes locais – o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. (Coord.). **Os Professores e sua Formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992a.

VEIGA, I. P. A. **Repensando a Didática.** Campinas: Papirus,1992.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EDNA MARIA DA SILVA
Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (2014); Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental na Rede Municipal de São Paulo.

RESUMO

Ao abordar a pluralidade cultural do Brasil, o professor deve promover no aluno o sentimento de valorização cultural do país, além do reconhecimento e respeito das diferentes culturas, mostrando que não existe uma melhor ou mais desenvolvida que a outra, assim para entendermos melhor a nossa cultura, nós temos que falar um pouco da história do nosso país, então voltando a alguns anos atrás, para ser mais exato, vamos voltar no tempo no ano de 1500 no descobrimento do Brasil. O papel do Orientador Pedagógico e o compromisso com a Educação têm como questão fundamental definir o papel do orientador educacional traçando o conhecimento sobre essa questão fundamental, para que possamos ampliar o fazer na escola, com base na história afro brasileira e indígena, também na formação dos educadores para nossa atualidade. Para tanto, no primeiro momento foi feita uma pesquisa de campo sobre a história da Orientação Educacional no Brasil a fim de compreender a tarefa do Orientador Educacional e sua especificidade. Os professores terão de estar conscientes, de que a escola reflete a sociedade e a comunidade envolvente. E de certa forma, são influenciadas pelo poder de uns em relação a outros que se verifica na comunidade envolvente. O professor tem de analisar a sua população, para perceber de que forma isso pode influenciar as dinâmicas de sala de aula, para assim poder intervir no sentido de abolir as práticas de exclusão e de discriminação. No entender de Cardoso (2001), o professor deve “compreender o aluno, e tudo o que este transporta para a sala de aula, deve estar consciente acerca das suas opiniões, perspectivas, concepções e sentimentos, enquanto cidadão e professor numa sociedade multicultural”.

PALAVRAS-CHAVE: História; Diversidade; Aprendizagem; Escola; Cultura Afro.

INTRODUÇÃO

Tendo em consideração essa multiplicidade de diversidade, a tarefa da escola é conseguir reconhecer as diferenças, não só culturais, mas também a níveis dos diferentes ritmos e estilos de

aprendizagem, de interesses e capacidades. Com isso, há crescimento e fortalecimento do papel de todas na sociedade trabalhando a cultura afro.

O Brasil, por conter uma grande dimensão territorial e uma população numerosa e miscigenada, com grande quantidade de descendentes de europeus, africanos, asiáticos e índios, apresenta uma vasta diversidade cultural no seu povo, deste modo o Brasil começando a ser colonizado por Portugal, muito de sua cultura também se estabelecia em nosso país e isso se misturava com as tribos indígenas que aqui já estavam.

As reflexões feministas sobre o corpo nas esferas psicológica e social não desejam purgar esse discurso; ao contrário, elas particularmente foram responsáveis por conceber o corpo como foco relevante de tais discursos, com importantes implicações teóricas e efeitos sociais.

Mas, sem dúvida, o realinhamento do conhecimento do corpo, abre novas perspectivas para os estudos da formação da identidade da mulher. Para tal, acreditamos que é necessário em primeiro lugar lembrar que, nossas vidas estão permeadas por essa discussão multicultural, tendo em vista as próprias características da sociedade moderna em que as diferenças não só aumentam como se tornam cada vez mais problemáticas. Foram inúmeros desafios enfrentados pela Educação pública brasileira no que se refere ao seu processo histórico escolarização e a cultura Afro-Brasileira, quais foram elas? O papel do orientador vem crescendo e se aprimorando a cada dia, de acordo com as necessidades dos dias atuais. O mercado de trabalho exige cada vez mais e a educação como fim transformador, necessita acompanhar essas mudanças de forma permanente. Sendo assim, se faz necessário uma formação continuada, que se atualize constantemente. Para que o trabalho do O.E seja válido, é de suma importância que faça parte de sua prática investigação e pesquisa constantes, principalmente no âmbito social-político no qual a escola está situada.

Uma grande aliada nos dias atuais é a internet, que com suas diversas ferramentas pode contribuir de forma positiva se utilizada corretamente como forma alternativa de educação e pesquisa. É importante ressaltar que precisamos estar atentos ao novo modelo de seres humanos que encontramos hoje no ambiente educacional, sendo importantes termos como objetivo alcançarmos uma formação completa, inerente ao indivíduo, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho vem exigindo cada vez mais formação específica em determinadas áreas, exaltando dessa forma o conhecimento. A globalização, fator crucial para desenvolvimento de competências, necessita ser entendida como um processo emancipador de culturas, tendo este como lado positivo. Já o lado negativo é a diminuição das peculiaridades dos povos. A integração se faz tão presente e necessária deixando transparecer que vários aspectos culturais estão desaparecendo, e é justamente essas peculiaridades que são necessárias reconhecermos e valorizarmos e resgatarmos enquanto educadores.

A mudança da ética social, em função das transformações nas relações humanas ocorridas com o advento da globalização e com o progresso tecnológico confronta-se com o fato de que a ideologia dominante que necessita de indivíduos alienados perante sua real situação, para que não percebam a intenção do mercado que impõe o trabalho em fábricas e a formação de mão de obra qualificada, determinando quem avança e quem estagna. Diante dessas situações entre outras, o que se deve ensinar aos sujeitos na escola? Como orientar o indivíduo a desenvolver suas competências?

Nesse sentido, identificar e se apropriar das contribuições que o profissional de orientação educacional torna-se cada vez mais necessário e fundamental para estimular uma educação libertadora e transformadora, promulgando a liberdade intelectual, sendo imprescindível delimitar a importância e o papel do orientador educacional, para que sua prática contribua de forma positiva na formação dos alunos e para que os profissionais da instituição possam ser guiados e apoiados por um profissional competente que desempenha sua função da melhor maneira possível.

CONCEITUANDO A LEI

O Brasil, embora haja muitas evidências a respeito da contribuição social, econômica e cultural que formou o país, a partir da presença de vários povos como as diversas etnias Indígenas (já presentes) ao longo do território, Europeus e Africanos escravizados, mesmo após cinco séculos, há ainda na prática social uma diferenciação na forma como essas culturas são tratadas e consequentemente influencia também na forma de como os pertencentes a essas culturas são percebidos ou invisibilizados, (ainda que de forma velada). A lógica eurocêntrica fundamenta a ideia de que há uma cultura superior e de que os descendentes dessa cultura são, portanto, seres superiores e assim, detentores de todos os conhecimentos, ciências e bens materiais e imateriais que lhes sejam alvo de interesse.

Tais relações de poder são presentes em todos âmbitos da nossa sociedade e dessa forma as escolas Brasileiras não estão isentas de tais relações, onde a discriminação racial é uma das formas mais evidentes como consequência da lógica da supremacia racial e um dos principais desafios a serem encarados, para que de fato possamos falar de igualdade de direitos.

A Lei nº 12.288/10 de 20/07/2010, Estatuto da Igualdade Racial, traz o conceito de discriminação:

I - Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada; (BRASIL, 2010, p.1).

A história da educação e da cultura Afro no Brasil passou por grandes (períodos) educacionais onde esta pesquisa prioriza um deles que é a educação de jovens e adultos (EJA) onde trará sua importância e seus efeitos na vida do indivíduo que não teve condições de terminar os estudos na idade regular, ou seja, a inclusão destes sendo posta através do EJA; O Governo Federal instituiu a Lei nº. 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em toda a escola de Ensino Fundamental e Médio. Sabemos que tais leis não saem do papel e só efetuarão se professores e alunos tiverem acesso à formação sobre a temática racial na educação, trazendo para as aulas conteúdos referentes à história da África e do Brasil africano, fazendo cumprir nosso grande objetivo como educadores, que é refletir sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debates, estimular valores e comportamentos de respeito e solidariedade, sendo assim, mostrara o surgimento deste projeto, as primeiras formas de educar pessoas adultas.

Terá logo em seguida a criação da Educação pública no Brasil que teve início em 1772 com

as reformas pombalinas onde o estado achou uma maneira de descentralizar tirando a educação das mãos dos Jesuítas.

Será sublinhada aqui a educação voltada para jovens e adultos passando pelas políticas públicas voltadas para alfabetização após a queda do regime educacional imposta pelos jesuítas em 1972 até a criação do EJA especificamente.

Ainda nesta mesma linha de pensamento Aguado (2000) focaliza igualmente esta forma para gerir a diversidade, a “aprendizagem cooperativa em equipas heterogêneas visto que quando as relações com as colegas se produzam adequadamente, proporcionam o principal contexto para adquirir as competências sociais mais sofisticados para enfrentar os elevados níveis de incerteza” Nós também propomos que para trabalhar com a turma toda sem fazer nenhuma exclusão, devem propor atividades abertas, diversificadas, isto é, atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos, e em que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos, pois tudo o que essas atividades propõem pode ser disposto, segundo as possibilidades e interesses dos alunos que optaram por desenvolvê-las. Entendemos que esta estratégia leva os alunos a aprender a cooperar, negociar e a questionar face aos problemas dos outros, e sobretudo ter um maior conhecimento do outro.

O CALENDÁRIO ESCOLAR

Nestes tempos de crescentes ameaças de retrocessos e do obscurantismo, somos obrigados a voltar a defender valores civilizatórios e conquistas sociais, que, há poucos anos, pareciam inegociáveis e inquestionáveis na nossa sociedade. Partimos de um cenário, desde as eleições presidenciais, em que o debate político tem sido marcado pelo uso massivo de fake news, que corrompem o processo democrático e favoreceram a candidatura vitoriosa, no qual princípios essências da Constituição Cidadã de 1988, como a separação entre estado e igreja, a liberdade religiosa e o Estado laico, são atropelados constantemente pelo alto escalão do governo. O Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras tem sido alvo de polêmicas e controvérsias de variadas naturezas. É fato que alguns Estados brasileiros relegam ao descaso a disciplina de Ensino Religioso deixando-a em segundo plano quando se trata da questão de currículo e de conteúdo, e que outros mantêm ainda o modelo confessional. Em decorrência disso, alguns grupos e entidades civis organizadas se colocam contrários às tradicionais aulas de religião em que se reproduz o modelo catequético. Estas entidades reivindicam o princípio de um Estado laico, em que religião não deve interferir nos conteúdos ou métodos do processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas, e pedem a retirada da disciplina de Ensino Religioso do currículo escolar.

Acompanhando os desafios enfrentados pela educação pública que se preocupa com o Ensino Religioso de qualidade, a questão que nós colocamos é se o fenômeno religioso pertencente à vida deve, portanto, participar da formação básica do cidadão. De que forma ele deve ser trabalhado e estudado em sala de aula? Ou ainda, como conceber num Estado laico uma disciplina escolar de Ensino Religioso?

Para compreender até que ponto as ferramentas digitais podem ajudar no processo de alfabetização é necessário saber que a informática contribui no contexto educacional, enquanto ferramenta que possibilita o conhecimento no processo de alfabetização, pesquisa e desenvolvendo habilidades.

Com as informações no cotidiano das pessoas, há a preocupação e necessidade de aprender as novas tecnologias, o mundo moderno exigirá cada vez mais que as pessoas saibam lidar com computadores se quiserem estar integradas com o mundo em que vivem. Por isso a família e a escola têm um papel muito importante na vida das crianças e dos jovens, e devem caminhar juntas para apoiar o desenvolvimento dos alunos. Embora essa afirmação seja quase um consenso entre os profissionais da educação, a aproximação entre ambos os lados ainda é um desafio. Enquanto diretores e professores se queixam da falta de envolvimento da família na educação, pais ou responsáveis dizem não encontrar espaços de participação dentro da escola.

Para a sociedade brasileira pouco importa a crença ou a religião da futura secretária-executiva, desde que a mesma respeite a Constituição Federal, o estado laico, a diversidade e a liberdade religiosa e não tente impor sua visão de mundo obscurantista às nossas escolas. Para isso, a futura número 2 do Ministério da Educação terá que agir diferente de suas próprias declarações, que circulam nas redes sociais, em que aparece defendendo a educação "baseada na palavra de Deus". Mas, qual é essa palavra de Deus a que a pastora se refere? Seria a bíblia, o corão, a torá, ou alguma outra escritura sagrada?

Ao descrever sua experiência educacional como gestora de uma escola no interior de São Paulo, disse Iolene Lima: "uma educação baseada em princípios, ou seja, baseada na palavra de Deus. É uma cosmovisão cristã ". "O aluno aprende que o autor da história é Deus. O realizador da geografia é Deus. Deus fez as planícies, fez os relevos, fez o clima. O maior matemático foi Deus. (...) Os alunos menores de primeiro ano, o primeiro contato que eles têm com a matemática é pelo livro de Gênesis. É todo o currículo escolar organizado sob a ótica das Escrituras. Elas não limitam o conhecimento, mas é a partir delas que o professor invade as áreas do conhecimento e apresenta o conhecimento formal para os alunos. (...) Somente em Cristo nós podemos educar bem", complementa.

A declaração da pastora evangélica e futura secretária-executiva do MEC é válida para um ambiente e um contexto de ensino da religiosidade cristã, no qual ela diz acreditar, mas não para o ambiente escolar, muito menos para as escolas públicas. Quando extrapolado como política de educação, além de inconstitucional, a tal educação "baseada na palavra de Deus" agride a ciência, o método científico e as consciências de milhares de alunos e de alunas, adeptas de outras religiões e, até mesmo, daqueles e daquelas que não possuem, e tem esse direito, qualquer religiosidade.

No cargo, a bússola da futura secretária-executiva do MEC deve ser o cumprimento do Plano Nacional de Educação, não o obscurantismo e o criacionismo. Além disso, é imperativo que os conteúdos a serem ensinados em nossas escolas estejam em consonância com Base Nacional Curricular Comum, respeitados os princípios da autonomia das redes de ensino e da liberdade de exercício do magistério. Não há espaço para qualquer tipo de ideologia ou políticas que atentem contra esses requisitos.

A futura secretária precisa se lembrar de que, no Brasil, a separação oficial entre o Estado e a igreja é um fato concreto, ainda que tardio, desde a proclamação da república, em 1890, logo após o fim da escravidão. Infelizmente, nos tempos atuais, até mesmo esse grande avanço civilizatório, que foi a construção de um Estado laico, separado da igreja, aparenta estar ameaçado por iniciativas como o movimento Escola Sem Partido, que tenta impor uma visão fundamentalista e censurar a liberdade de cátedra, de pensamento e de expressão no ambiente escolar, ou quando figuras do alto escalão do governo tentam impor doutrinas teológicas em nas nossas escolas ou obrigar crianças a entoarem o slogan do governo ao arrepio da lei.

Por isso, nos tempos atuais, a luta e a mobilização em defesa do direito de todos e de todas terem acesso a uma educação que assegure o desenvolvimento humano e o pleno exercício da cidadania, independente de cor, gênero, raça ou crença religiosa, deve ser permanente. E, para a futura secretária, nunca é demais lembrar que o limite de sua atuação deve ser as leis e a própria Constituição Federal.

FORMAÇÃO DOS DOCENTES

Algumas considerações sobre conceitos de orientação educacional serão analisadas baseando-se nos fundamentos e argumentação de acordo com Wilma Millan Alves Penteado, em sua obra “Fundamentos de Orientação Educacional”. Sabemos que as instituições escolares têm assumido a responsabilidade de facilitar o desenvolvimento do aluno e capacitá-lo para que atue na sociedade, no mercado de trabalho, participando ativamente do seu processo de desenvolvimento pessoal e social, o que se pretende nesse trabalho é destacar a real tarefa do O.E associando o compromisso deste profissional com a Educação à sua prática.

Um dos objetivos da Educação constitui-se na preocupação de como fazer para que os sistemas de ensino proporcionem o desenvolvimento integral dos educandos, observando suas peculiaridades, além de saber como integrá-los ao convívio social, visto que os educandos esperam é que os meios de ensino propiciem essa integração de forma simples e apropriada desconsiderando as limitações que permeiam o sistema educacional muitas vezes impedindo-o de atender à todas demandas. Dessa maneira, torna-se necessário que o sistema de ensino desenvolva novos recursos e crie novos serviços, que atendam através de especialistas à todas essas demandas.

A Orientação integra-se entre esses serviços, devendo considerar as necessidades básicas do desenvolvimento pessoal-social não tratadas por outros profissionais na escola, por não fazerem parte da sua formação acadêmica e de suas atribuições profissionais.

Logo surge a tarefa de se definir as funções do serviço de Orientação que, embora tenha os seus objetivos relacionados aos fins da Educação, não o impede de possuir objetivos próprios, ou seja, possuir uma identidade particular. Essa identidade própria surge do exercício de certas funções que lhe são designadas, entre outras questões que fazem parte do processo educativo.

Nos primórdios do século XX, surge a Orientação que constitui nesse momento, uma resposta mais às necessidades sociais do que individuais. As preocupações da Orientação centravam-se no encaminhamento profissional dos indivíduos frente às demandas da Revolução industrial. (PENTEADO, 1976, P.2).

Juntamente com seu colaborador Ítalo Bologna, Mange dá início a um serviço de orientação profissional a jovens aprendizes na Estrada de Ferro Sorocaba, o que mais tarde deu origem ao centro ferroviário de ensino e seleção profissional (CFESP). O principal objetivo do seu processo seletivo era o conhecimento e as aptidões funcionais, características de cada indivíduo para determinar quais funções os trabalhadores desenvolveriam.

Em 1932, diante do descontentamento com a falta de interesse pela educação, alguns intelectuais e educadores deram vida ao “manifesto dos pioneiros” que exigia mais atenção das autoridades em relação ao processo educacional. Já em 1934, é inaugurado o primeiro curso de extensão em orientação educacional direcionado a professores interessados. Foram tratados de questões teóricas e técnicas específicas. Diante desse material, esses professores formularam os objetivos e os conceitos próprios que posteriormente apareceriam nas Leis Orgânicas do Ensino, em 1942.

No Brasil, a história da orientação educacional fora marcada pelos momentos históricos que se seguiam. De um lado a elite buscava o ensino superior, já as classes menos favorecidas voltavam-se para o ensino técnico e profissionalizante visando o mercado de trabalho. Foi um momento de indefinição quanto ao papel que do orientador deveria exercer.

As leis orgânicas do ensino, declaram a função do orientador educacional, como cita Mirian Grinspun:

A regulamentação da Orientação Educacional a partir de 1942 está significativamente ligada à sua origem na área da Orientação Profissional. O Orientador poderia ser considerado como “ajustador”, isto é, caberia a ele ajustar o aluno à escola, à família e a sociedade, a partir de parâmetros eleitos por essas instituições como sendo os de desempenhos satisfatórios. (GRINSPUN, 2011, p. 28-29).

Em 1942 foram criados o SENAI e a Lei Orgânica do Ensino Industrial, fortalecendo o campo da orientação profissional, que passa a ser legalmente constituída. Em 1961, com a LDB a orientação ganha posição e agora, inclui-se um capítulo específico destacando a orientação nos cursos primário e secundário. Cabe destacar que, a orientação educacional encontra-se o tempo todo com a orientação profissional, por serem, no início, basicamente a mesma coisa.

Fica regulamentada pela Lei n. 5.564/68 a profissão de orientador, sendo sua função desenvolver a personalidade do aluno identificando suas aptidões naturais.

Através do artigo 10 da lei n.72.846/71 a orientação educacional passa a ter obrigatoriedade no primeiro e segundo grau. Seu objetivo era instruir os jovens vocacionalmente para a inserção no mercado de trabalho direcionando-os para o ensino técnico. O orientador apoiava o ensino profissionalizante, que através de sua ajuda direcionava os jovens às suas escolhas e auxiliava nas tomadas de decisões.

As atribuições do orientador ficam determinadas em 1973 através do Decreto Lei n. 72.846/73, confirmando-se então o atendimento individual e pessoal, sendo estes de caráter psicológico.

Na década de 80, com o advento dos ideais democráticos, surge a necessidade de se repensar sobre as atribuições, bem como o conceito de educação. Buscava-se manter o poder estabelecido por um governo autoritário, sendo a orientação uma ferramenta utilizada por tal governo, buscando por novas formas de se educar, uma pausa após longos anos de opressão.

Percebeu-se então na década de 90 que faltava um lugar dedicado ao estudo e à reflexão de tudo o que estivesse relacionado à orientação educacional, que por possuir um caráter novo de profissão, a orientação educacional ainda contava com poucos recursos, houve-se então uma tentativa de formação de um sindicato que reunisse todos os profissionais da educação para que fossem reivindicados os seus direitos.

Atualmente, a nova LDB (Lei 9394/96), não traz a obrigatoriedade da profissão, havendo uma busca pela integração com os outros profissionais da educação, apontando o caráter mediador e interdisciplinar da orientação educacional.

Trata-se de desenvolver o indivíduo ou de preparar para a vida social? Cumpre ensinar o respeito do passado, a compreensão do presente, ou a adaptação ao futuro? Importa diversificar nacionalmente o conteúdo das culturas, ou unificá-las a favor dos cidadãos da humanidade? Convém exercitar a reflexão, ou a atividade, elevar-se ao humanismo, ou ater-se à formação de técnicas eficazes, dedicar-se a virtudes do ofício dos homens, ou às linguagens e receitas dos homens de ofício? Ademais, seja qual for a orientação tomada, cumpre entregar integralmente, à escola, o cuidado de prover para a vida, ou satisfazer-se com o pedir-lhe dê, aos alunos, o desejo e os meios da educação permanente?

Em sua obra intitulada “Supervisão e Orientação Educacional” destaca-se o papel da escola frente às mudanças que estamos enfrentando. Cabe à escola dos dias atuais formarem cidadãos críticos e reflexivos porque vivemos em uma sociedade tecnológica e avançada, na qual os indivíduos tendem a adequar-se nos padrões exigidos, visto que, a probabilidade de sucesso e fracasso está atrelada à apropriação ou à falta do conhecimento.

Tendo dito isso, é imprescindível que se faça uma discussão sobre a importância da escola na formação dos cidadãos, bem como a importância de entender os desafios atuais que está enfrentando. Essa instituição pode transformar a vida de seu público, portando fazendo-se necessário que haja o comprometimento dos educadores.

Diante do mundo atual, fica um paradigma na cabeça de todos os professores, um pensamento de que nova tecnologia atrapalha ou estimula a alfabetização. Mas na verdade absolutamente a tecnologia jamais atrapalha, ela articula e Cria meios com informações de diferentes tipos, construindo critérios para definir toda massa de informações.

Aprofundando no assunto de tecnologia na educação, pode-se perceber que há uma enorme importância em serem pensadas na visão de qual projeto essas tecnologias podem ser usadas, como se incorpora a tecnologia no currículo escolar. Pois se percebe que o entendimento e a apropriação

que a escola pode fazer com toda tecnologia é ferramenta importante para o plano pedagógico.

O jovem tem domínio muito fácil com toda tecnologia e a escola pode criar projetos e fazer esforço de se apropriar dessas ferramentas para ter uma alfabetização de qualidade, a formação dos gestores e todo o trabalho colaborativo deve andar na mesma visão, pois a educação hoje é inclusiva e promove o ensino aprendizagem ao longo da vida

No mundo atual não podemos usar conteúdo sem a mediação que ele usa no dia a dia, o professor deve trazer tudo o que o aluno usa para seu processo de alfabetização, a escola pode ser repensada daqui para frente em como ter contatos através de redes, de maneira mais flexível com a facilitadora de processos de reflexão que é a internet, tendo pensamentos críticos e gerando com isso um espírito crítico, sendo analisado o que se pode ser observado.

A prática de tecnologia deve ser integrada de forma com que o aluno veja o recurso, para que usa e para que sirva integrando tudo isso em seu cotidiano escolar, inovando e sendo motivado apontando que o resultado de toda prática pedagógica irá absorver apoios criativos.

Destacando os desafios no qual o professor enfrenta diante da inclusão digital destaca que a alfabetização não é simplesmente um produto escolar, mas sim um resultado do esforço de diversas partes interligadas ou um objeto cultural.

A informática é uma ferramenta especial, trata-se de um objeto de cultura cuja função não se acha preestabelecida e limitada, devendo ser visto como um aliado que propicia um ambiente onde o aprender torna-se algo divertido, e progressivo, inserido em sala de aula, o computador deve servir como uma ferramenta inovadora através de seu uso pedagógico, apontado como um fator que pode efetivamente contribuir para um avanço qualitativo no processo ensino-aprendizagem.

A Informática Educativa se caracteriza pelo uso da informática como suporte ao professor, como um instrumento a mais em sua sala de aula, no qual o professor possa utilizar esses recursos colocados à sua disposição. Nesse nível, o computador é explorado pelo professor especialista em sua potencialidade e capacidade, tornando possível simular, praticar ou vivenciar situações, podendo até sugerir conjecturas abstratas, fundamentais a compreensão de um conhecimento ou modelo de conhecimento que se está construindo (BORGES, 1999. 136).

Borges (1996) relata que a educação escolar, cada vez está mais atualizada e solucionando problemas de forma independente. Já os professores são os responsáveis em resgatar o uso adequado destas ferramentas. Falando sobre a temática tecnologia e educação, se faz necessário ressaltar que dentro da perspectiva dos últimos anos o próprio governo federal vem criando programas para o uso das tecnologias em sala de aula, assim elas podem ser utilizadas de maneira ampla em sala de aula, mesmo sendo somente 85% das escolas que tem o acesso em programa banda larga.

Além de oferecer os programas técnicos tem que se pensar também na formação de professores para usar toda essa tecnologia de maneira eficaz. A educação vem dado passos importantes em relação ao avanço tecnológico, pois se faz necessário da ferramenta pedagógica e faz parte da discussão nos últimos tempos em relação ao uso desafiador da tecnologia dentro da sala de aula.

Os fatos de como os professores veem a tecnologia é a diferença, porque está formando os

nossos educandos, pois a nova geração deve ser preparada para o avanço e o papel da escola é muito importante neste processo de ensino aprendizagem.

Mediação pedagógica se faz com realidade do ensino, discutindo a questão da educação, e o papel do professor com objetivo de trabalhar as novas tecnologias devem ser aplicadas de maneira a utilizar toda essa ferramenta em prol da educação investindo em seres críticos e pensantes em sua realidade. Na alfabetização ela é usada de maneira com que consequentemente viva em um novo contexto social. Esse acesso ao novo e uma quantidade maior de informações é usado como recursos pedagógicos na aprendizagem, que será plena somente com a relação alinhada da tecnologia e a pedagogia.

O que mais se tem hoje no sistema da sociedade são recursos tecnológicos com infraestrutura de qualidade, mas são coisas diferentes, pois não se deve ter apenas um recurso tecnológico e sim deve ter uma boa educação com qualidade sendo que para aprender precisa-se de recursos pedagógicos além da tecnologia inovadora.

Educar para Silva (1997) autores é manter a vida em processos permanentes de aprendizado, então se percebe que o ensino não está somente relacionado à tecnologia em si, mas o que se faz em torno da tecnologia, preparando e integrando o ensino e a vida, é uma integração total do processo de ensino aprendizagem, não só conhecendo, mas ensinando a usar o que se aprendeu, não se tratando somente de ação, mas também de integração, dando um suporte melhor para o aluno, ajudando o aluno a prender a aprender, não só conceitos, mas também atitudes, para que depois sejam ensinados e educados, sem ter uma visão distorcida da visão de tecnologia.

O professor deve usar a ferramenta que está a sua frente, usufruir o que está sendo ofertado pela modernidade, mas com cuidado de não usar erradamente, a tecnologia faz com que o professore pense o que ele deseja ofertar na alfabetização assim como também faz o aluno pensar o que precisa aprender tornando seres pensantes.

Comparando os projetos de alfabetização de 30 anos atrás, vemos como alcançamos avanços interferindo na educação, percebemos quantas coisas mudaram no mundo e em nosso cotidiano, muitas ideias de personalização estão sendo geradas na prática utilizando todas as tecnologias, como metodologias de ensino aprendizagem, em um mundo que já é misturado de culturas e línguas. As plataformas do universo digital são ofertadas independentes da questão financeira que o aluno pode ter tudo é muito mais fácil e acessível.

Entretanto o importante não é só o saber é o que fazer com este saber, e a escola tradicional está muito focada em ensinar saberes, mas a tecnologia traz o aprender a procurar e a educação está otimista porque está formando seres capazes de pensar e agir. O professor deve se atualizar, procurar dominar novas tecnologias, participar de novas formas de aprendizagem para inovar, tornar ativos, criativos, produzir, interagir nessas redes de nova aprendizagem, refletir os métodos, compartilhar os saberes, criar novas estratégias de ensinar com mais possibilidades que as tradicionais, motivar, captar a atenção de quem quer aprender, não esperar, e sim fazer a diferença primeiramente em si mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, por conter uma grande dimensão territorial e uma população numerosa e miscigenada, com grande quantidade de descendentes de europeus, africanos, asiáticos e índios, apresenta uma vasta diversidade cultural no seu povo, assim o multiculturalismo pode ser visto também como uma solução, para os problemas daqueles grupos raciais e étnicos no interior desses países. Ressaltamos que é necessário a educação escolar considerar a diversidade, tendo como valor máximo o respeito às diferenças, não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa, podem e devem, portanto, ser fator de formação da cidadania.

O multiculturalismo se destaca como uma das suas preocupações, os estudos sobre a multiplicidade de culturas, a pluralidade de identidades, as relações de poder assimétricas e também veio questionar e desafiar práticas silenciadoras de identidades culturais, particularmente as questões de racismos, machismos, preconceitos e discriminações. Ao longo das últimas quatro décadas, o multiculturalismo como movimento social engajado na defesa da diversidade cultural, vem ganhando espaço nas discussões e debates, nas mais diversas perspectivas e vertentes, levando sempre em conta que o sentido dessas discussões depende, necessariamente, de uma visão global e articulada, capaz de integrar todos os aspectos ao mesmo tempo, políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais.

A diversidade da cultura brasileira é de tamanha grandeza, mas, dentro do contexto de gêneros fica claro perceber as diferenças entre os sexos. No que concerne à discussão do papel do sujeito na construção da identidade da mulher, devemos ressaltar que é por meio da negociação da identidade e da diferença que o sujeito deve ser estabelecido. As diferenças econômicas impunham desde cedo diferentes formas de tratamento às crianças. No Brasil, desde sua colonização essa diferenciação no trato às crianças fica evidente nas relações das crianças com o trabalho. Estendia-se somente às crianças ‘bem-nascidas’ o privilégio do distanciamento do trabalho. Entre as crianças cativas o trabalho era uma prática comum.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2010.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** Revista Brasileira de Educação, v.13, nº37 jan/abr. 2008.

LIMA, Maria N. Mota de. E**scola Plural: A diversidade está na sala. Formação de Professores em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** (Série fazer valer os direitos) São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFRO, 2006.

NEVES, Gilberto. **A discriminação racial na educação brasileira**. in: Revista de Educação Popular, nº 4. Uberlândia: EDUFU, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. 2008.

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

FABIANA COSMO DOS SANTOS SILVA
Graduação em Pedagogia pela Faculdade UNICID (2012); Professora de Educação Infantil – Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

O presente estudo faz uma abordagem sobre a importância do lúdico no processo de aprendizagem das crianças na Educação Infantil. Dessa forma foi feito um levantamento sobre as perspectivas das possibilidades que a brincadeira deve favorecer na construção e reconstrução dos conhecimentos contribuindo para o desenvolvimento pleno das crianças. O lúdico compreende jogos, brinquedos, materiais não estruturados, resgate de brincadeiras antigas, bem como as atuais, todas são educativas e auxiliam na aprendizagem das crianças, favorecendo o convívio social que está relacionado a esse tipo de proposta e vivência. É através das interações que as crianças vão desenvolvendo suas criatividades e a liberdade de expressão por meio das brincadeiras e do faz de conta. O lúdico permite novas maneiras de ensinar, e precisa ser inserida em um projeto educativo, que visa intencionalidade, tendo princípios norteadores como instrumento sobre a consciência da importância de sua ação benéfica para a Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Lúdico; Infância; Educar; Aprendizagem; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O processo de aprendizagem por meio das brincadeiras na Educação infantil é crucial para o desenvolvimento das crianças. Ao brincar, a socialização se permite acontecer e as crianças desenvolvem aspectos cognitivo, afetivo, psicológico, motor, intelectual e social. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo analisar e compreender a importância do brincar na Educação Infantil.

O brincar é uma forma de comunicação, e por meio das brincadeiras que se constroem significados, pois as crianças vivenciam o faz de conta, revivendo a realidade de cada uma. O brincar livre traz ações espontâneas, quando há relações de troca e interação, percebemos um movimento intelectual no processo de aprendizagem fazendo com que as brincadeiras se tornem naturais nesse processo. O conjunto de brincadeiras que procedem entre as crianças efetivam uma

socialização de conhecimentos de ambas as partes, onde cada uma aprende com o simples fato da ação e interação conjunta.

Nesse sentido, o processo de socialização relaciona-se com a construção da identidade cultural do sujeito. Essa identidade cultural é definida pelos costumes, crenças, normas e valores pelos quais as pessoas de uma cultura determinam suas ações em relação à sua realidade. (SILVA; CAMPOS; BELLO, 2018).

A socialização infantil faz parte da aprendizagem, e é fundamental no desenvolvimento da empatia, a criança se humaniza quando conhece e convive com outras, favorecendo assim aprendizagens significativas no ambiente educacional. Nesse processo ocorre a descoberta do universo que acerca das possibilidades de aprendizagem com o meio, e as relações assumem um papel muito importante nessa fase da vida.

As brincadeiras auxiliam e contribuem na relação entre teoria e prática, favorecendo na construção de conceitos, gerando interesse e produzindo conhecimento. É por meio do lúdico que as crianças constroem significados, nos primeiros anos de vida objetivando o desenvolvimento de vivências que impactam no aprendizado.

No contexto da Educação Infantil compreender a necessidade da utilização de brinquedos e jogos para o incentivo de aprendizagem estimulam a criatividade, curiosidade, memorização, atenção, habilidades e a concentração para a evolução no conhecimento de cada criança permitindo a interação com o meio sociocultural.

A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO E DOS MATERIAIS

O espaço e os materiais têm grande ênfase nesse processo que possibilita as aprendizagens infantis, e precisam ser convidativos para serem explorados pelas crianças. Na prática do cotidiano é notório os efeitos que o espaço e os materiais ganham e proporcionam. Quando o educador prepara esse espeço sem as crianças verem causa uma surpresa e isso modifica o olhar e cuidado que a criança irá ter naquele espaço que foi modificado especialmente para ela.

> Compreender esse lugar exige, pois, integrar não só o tempo e o espaço, mas também os materiais, os objetos, as pessoas, as ações, as interpretações, as explicações e as palavras, a fim de que se possa entendê-lo numa pluralidade de maneiras, considerando que muda de substância e consistência no dia a dia. Isso porque, de acordo com pontos de vista e interesses diferentes e até mesmo contraditórios, o lugar se torna apropriável: ao mesmo tempo em que faz agir, é modificado e (re)estruturado pelos diferentes autores que ali se relacionam. (ROCHA; KRAMER, 2011, p. 163).

O tempo e o espaço contribuem para o desenvolvimento integral das crianças, sendo favorecedor para a construção e compreensão do processo histórico. Os espaços favorecem o crescimento, a identidade e autonomia tanto no seu aspecto social quanto individual.

Na instituição educacional é nítido que as crianças amam os espaços externos pois contém objetos de exploração que não se limitam a sala de referência, e se ampliam nesses espaços que são ricos em exploração. Nesse espaço é de suma importância o explorar livremente e o tempo

precisa favorecer a criança não sendo um inimigo de suas aprendizagens e vivências.

> No parque, a brincadeira recebe a denominação de brincadeira livre, explicitamente porque são as crianças que tomam a iniciativa de se movimentar, de se envolver em relações/ interações e de usar os recursos materiais disponíveis á sua maneira. No parque, são as crianças que têm o papel ativo e central nas tomadas de decisão, na permanência ou não em determinada brincadeira e na escolha de materiais e brinquedos. Nesse espaço, revela-se uma maior simetria nas decisões, menos hierarquizadas entre crianças e adultos, ainda que isso não seja sinônimo de igualdade ou ausência de poder nas relações estabelecidas entre eles. (ROCHA; KRAMER, 2011, p. 167).

A relação entre o educador e o educando está basicamente ligada ao aprendizado e ao desenvolvimento cognitivo entre os pares. É de suma importância essa relação para que a criança possa sentir segurança no ambiente educacional.

A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS LÚDICOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Podemos considerar que os jogos e brincadeiras exercem um papel muito importante na Educação Infantil, brincando e entendendo as regras de um jogo permite a criança esperar a vez, e entender a ganhar e perder diante de qualquer situação de vida. As regras são voltadas a normas preestabelecidas, e mostra que as restrições podem e devem representar desafios divertidos. Na construção do sujeito tem a intenção de desenvolver quesitos importantes como a adequação a limites, a cooperação e competição que são necessárias para a socialização e o crescimento pessoal.

Existem conteúdos que exigem maior concentração e uso do raciocínio. Certamente, a maioria das crianças sentirão dificuldades e poderão perder o interesse por aprender, ocorrendo a dispersão, a indiferença e até indisciplina em sala de aula. Uma das formas que poderá atrair a atenção e o interesse do educando é a brincadeira com o objetivo de auxiliá-lo na construção da sua aprendizagem, pois está relacionada ao lúdico como uma forma de estimular o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, linguístico e físico-motor e propiciar aprendizagens específicas. (FRIEDMANN,1996, p.70)

Nesse sentido, a ludicidade tem a intenção de exigir a concentração da criança diante desses desafios que os jogos e brincadeiras proporcionam. Nessa perspectiva estimulando a conhecer, compreender, interagir, dialogar e aprender conhecimentos específicos por meio de regras preestabelecidas.

O educador precisa ser parte ativa desse processo, pois ele terá um papel muito importante que é transmitir as regras e conceitos que o jogo estabelece, para que as crianças façam parte desse processo correlacionando ao interesse que essa brincadeira irá proporcionar. Evidentemente o lúdico será parte integrante desse processo, sendo uma ferramenta pedagógica importante para despertar no educando a vontade em aprender, porém deve ser aplicado com coerência para que tenha sentido na aprendizagem.

O jogo e a brincadeira tendem a favorecer as crianças em todos os aspectos, promovendo oportunidades para a mediação de conflitos, habilidades cognitivas, expressão de sentimentos, aquisição de autonomia, internalização de regras, socialização e construção do conhecimento de

forma prazerosa e satisfatória, pois é de suma importância as crianças aprenderem brincando.

A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diante da realidade atual sabemos que a industrialização predomina brinquedos prontos disponibilizando para diversos compradores, porém muitas crianças não têm a oportunidade de vivenciar a experiência propriamente dita com brinquedos específicos. Diante dessa situação alguns brinquedos são disponibilizados na área educacional e outros não devido o custo ser alto.

Hoje nas escolas damos destaques aos educadores que cumprem um papel muito importante na Educação Infantil, onde por meio de projetos desenvolvem junto com as crianças brinquedos e jogos construtivos. Muitas escolas da rede pública nem sempre tem a quantidade de materiais e brinquedos o suficiente para despertar nas crianças o desenvolvimento para diversas habilidades, decorrente disso a construção se faz necessária e auxilia nos pequenos habilidades de estímulos desenvolvendo aspectos sociais, dentre eles a criatividade, autonomia e socialização, elementos esses fundamentais para um bom convívio em sociedade.

Para Oliveira (2000, p. 160):

> Por meio da brincadeira, a criança pequena exercita capacidades nascentes, como as de representar o mundo e de distinguir entre pessoas, possibilitadas especialmente pelos jogos de faz-de-conta e os de alternância respectivamente. Ao brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, começa a perceber as diferenças perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálogo interior característicos de seu pensamento verbal.

Sendo assim, a brincadeira envolve a atividade social específica, sendo fundamental na interação para a construção de conhecimentos estabelecendo um vínculo com a função da escola na Educação Infantil. A brincadeira sempre aparece de forma educativa, por meio até dos atritos e conflitos que são naturais para a idade as crianças tendem a aprender, a questão do dividir, do compartilhar e de amadurecer com a convivência com o outro, discernindo situações e resolvendo. Dessa forma a criança aprende a conviver em grupo, a compreender o mundo que está inserida, construindo e compartilhando significados positivos para viver bem em sociedade adquirindo autonomia.

No brincar a criança encontra momento de felicidade e descontração, onde ela pode escolher objetos, materiais ou situações para representar e desenvolver o faz de conta de forma livre e em conjunto com outras crianças, por meio da interação. Nessa perspectiva, Santos e Pereira (2019) destacam que o ato de brincar permite a experimentação de formas de comportamento e socialização, fazendo com que a criança descubra o mundo ao seu redor brincando com outras crianças.

De acordo com Almeida (2005, p. 5):

> A brincadeira se caracteriza por alguma estruturação e pela utilização de regras. A brincadeira é uma atividade que pode ser tanto coletiva quanto individual. Na brincadeira a existência das regras não limita a ação lúdica, a criança pode modificá-la, ausentar-se quando desejar, incluir novos membros, modificar as próprias regras, enfim existe maior liberdade de ação para as crianças.

Nesse contexto, podemos considerar sob o olhar dos autores mencionados que o brincar proporciona momentos de exploração livre sobre a perspectiva do brincar, brincadeiras tanto individuais quanto coletiva, momentos de descontração, exercícios de pensamento, imaginação e criatividade para o desenvolvimento cognitivo e vivências sociais. A medida em que as crianças crescem elas vão se tornando capaz de adquirir e utilizar conhecimentos nas situações do cotidiano.

O educador não pode esquecer que o espaço e os materiais são organizados e estruturados para as crianças. Dessa forma implica no processo de escolha e participação sobre a decisão dos objetos e brinquedos que farão parte desse espaço. As crianças se apropriam dos espaços externos que a unidade educacional fornece de forma diversificada. O parque pode proporcionar significativas e concretas experiências de conhecimento de mundo e das relações, considerando que as crianças vão em busca de novas descobertas e desafios. Na Educação Infantil propriamente na infância as crianças vão em busca de respostas, ao passo que vão sendo estimuladas a responder dão segmento a mais perguntas se resultando assim no conceito e apropriação do conhecimento adquirido com o tempo.

> O que se acha diante de nós é o agora e o aqui, a atualidade na sua dupla dimensão, temporal e espacial. A criança sempre nos surpreende, ultrapassa os limites, exibe novos mistérios, inventa novas opções. É nesse sentido que o tom deste final é provisório, pois, assim como as crianças, a realidade é dinâmica. O desafio não termina aqui; ao contrário, é o começo de um novo desafio de se pensar a criança para consolidar uma pedagogia da educação infantil. (ROCHA; KRAMER, 2011, p.175).

Dessa forma, o ensino sob vivências por meio de brincadeiras possibilita além de ensinar sobre si, o faz de conta ajuda a entender o papel do outro no mundo. Ao imaginarem ser outra pessoa, as crianças experimentam a interpretação de papéis, o que auxilia a compreender que existem realidades diferentes das deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas lúdicas têm diversos objetivos, desde a diversão, socialização, criação imaginação e até a promoção da união do grupo, servindo como um recurso que são muito importantes para a construção do desenvolvimento infantil, propiciando espaços que as façam pensar, estimulando o raciocínio, fazendo com que as crianças compreendam o meio, estabelecendo contatos sociais, favorecendo a superação do egocentrismo, desenvolvendo vivências e vínculos de solidariedades. Os momentos de roda de conversa são importantes para conhecer mais sobre cada criança, seus interesses, curiosidades e a partir desse momento pode-se inserir brincadeiras que as crianças consideram importante em sua rotina, validando a escuta infantil. Essas vivências sem dúvidas promovem a interação, socialização e construção do vínculo da turma.

Após o término desta pesquisa foi possível evidenciar que o lúdico permeia um desenvolvimento mais amplo, global contribuindo para uma visão de mundo pautada em elementos concretos, mesmo que partam da fantasia e do faz de conta. As vivências com brincadeiras auxiliam na descoberta da criatividade, de modo que a criança conheça, analise, e tenha um pensamento analítico transformando a realidade a sua volta.

Conclui-se que o lúdico permite novas maneiras da criança se desenvolver, envolvendo fatores relacionados a capacitação dos profissionais envolvidos nesse processo de aprendizagem e infraestrutura. Relacionando-se os recursos didáticos, neste caso os brinquedos ao currículo, percebe-se a necessidade de os docentes utilizá-los na Educação Infantil de forma integrada, dando a oportunidade de vivências e experiências novas, facilitando a aprendizagem. Desse modo, estimula uma prática em que o professor cria condições que motivam as crianças a aprender brincando, promovendo um ambiente adequado, com materiais interessantes e tempo o suficiente para se explorar, aprender, brincar e interagir, considerando a aprendizagem divertida e satisfatória para o desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. T. P. **O brincar na Educação Infantil.** Revista Virtual EF Artigos, v. 3 n. 1, maio, 2005. Disponível em: http://efartigos.atspace.org/efescolar/artigo39.html. Acesso em: 27 jun. 2023.

FRIEDMAN, A. **Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 1996.

OLIVEIRA, Vera Barros de. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROCHA, E. A. C; KRAMER, S. **Educação Infantil: Enfoques em Diálogo.** Campinas, SP: Papirus, 2011.

SANTOS, A.; PEREIRA, J. **A importância dos jogos e brincadeiras lúdicas na Educação Infantil.** Revista eletrônica Pesquiseduca, v. 11, n. 25, p. 480–493, 2019. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/899. Acesso 27 jun. 2023.

SILVA, E. A.; CAMPOS, L. A.; BELLO, A. W. **A Importância do brincar no processo de alfabetização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Pedagogia, Centro Universitário de Várzea Grande, Mato Grosso, 2017.

JOGOS LÚDICOS...BRINCO LOGO APRENDO

GLÁUCIA GOUVÊA COELHO
Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdades de Guarulhos 2006; com extensão Prevenção do uso de Drogas para educadores de escola pública, pela Universidade de Brasília 2010; Pós-graduada em Psicopedagogia pela FALC 2018; Graduada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho 2020; Professora de ensino fundamental II – Ciências na EE Professor João Cavalheiro Salém e professora de educação infantil na CEI Helena Pereira de Moraes.

RESUMO

Diante da necessidade de estudar a alfabetização e letramento no Ensino Fundamental anos iniciais e tentar compreender o desenvolvimento dos alunos e as práticas de leitura e escrita no seu processo de alfabetização e letramento. Desta maneira no meu estágio comecei a observar como os educandos começam a aprender a ler e escrever a partir do ensino fundamental e os pontos que interferem na sua aprendizagem. Assim entendi que o processo de aprendizagem pode ser compreendido a partir da maneira que eles começam a interpretar e contextualizar a escrita e a leitura. Também se percebe que quando são usados os jogos alfabéticos de forma lúdica eles começam a terem mais interesse naquela atividade então desenvolvi minha tese em cima desta experiência e como e de suma importância no processo de ensino e aprendizagem, através de jogos, brinquedos e das próprias brincadeiras que podem serem feitas em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Brincar; Brinquedo; Jogos; Lúdico.

INTRODUÇÃO

A brincadeira faz parte do mundo da criança desde muito cedo, pois geralmente mesmo bebês os pais já estimulam seus filhos ao ouvirem aquelas músicas ou até mesmo quando se usa um andador com aqueles brinquedinhos onde as crianças têm que achar o som correto. E quando já estão maiores começam a se socializar com mais rapidez com as outras crianças isso é da natureza delas.

O brincar pode significar uma organização da prática pedagógica que o professor tem o poder de desempenhar e deixar um pouco de lado aquela educação bancária e entender que através do lúdico pode ser um grande potencial para o desenvolvimento da criança.

Os jogos são uma maneira de criar estímulos nestas crianças, pois atualmente estamos

vivendo uma onda de consumo e tecnologia exageradamente onde muitos pais dão aos seus filhos produtos tecnológicos que na maioria das vezes só servem para desestimulá-los pelo fato de não serem criados mecanismos cognitivos para que as crianças usem essas novas tecnologias para seus estímulos.

Por isso o lúdico e a maneira mais eficaz porque além de uma forma de trabalhar a mente, corpo também trabalha a interação entre eles. As crianças adoram essas formas de brincar, pois um simples teatrinho pode ajudá-los e muito a aprender a interpretar, a expressar seu intelecto e sua afetividade.

Segundo Froebel os espaços lúdicos são ambientes que transmitem a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual, pois Froebel ocupa uma posição relevante na história do pensamento pedagógico sobre a primeira infância e pertence à corrente cultural filosófica do idealismo alemão, sempre defendeu que o jogo constitui o mais alto grau de desenvolvimento da criança, já que é a expressão livre e espontânea do interior.

Os jogos lúdicos vão muito além daquilo que aprendemos, pois se você conseguir despertar na criança um interesse múltiplo entre ensino e aprendizagem terão alunos muito mais estimulados e capacitados a interagir entre eles.

OS JOGOS LÚDICOS EM SALA DE AULA

Segundo a constituição o acesso gratuito à escola conforme nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo nº. 205, diz que: “A Educação é um direito de todos e dever do Estado [...].” É condição indispensável para a garantia dessa premissa constitucional e para que se complete na totalidade do seu sentido, deve estar acompanhada de procedimentos que assegurem condições para sua concretização. O aprendizado acontece de maneira continuada e progressiva e requer ferramentas que possibilitem seu desenvolvimento, sabendo-se que a criança precisa de tempo para brincar.

Muitas das vezes as aulas se tornam vazias para as crianças por conter muitas repetições e faz com que a aulas e torne chata sem novidades e desta maneira fazendo com que a aula fique desinteressante para eles.

Estamos em uma época em que a tecnologia avança aceleradamente inclusive na educação, mas as atividades lúdicas não podem ser esquecidas no cotidiano escolar, porque a alternativa de trabalhar de maneira lúdica em sala de aula é muito atraente e educativa.

De acordo com RONCA (1989, p. 27):

> “O movimento lúdico, simultaneamente, torna-se fonte prazerosa de conhecimento, pois nele a criança constrói classificações, elabora sequencias lógicas, desenvolve o psicomotor e a afetividade e amplia conceitos das várias áreas da ciência”.

Percebemos desse modo que brincando a criança aprende com muito mais prazer, destacando que o brinquedo, é o caminho pelo quais as crianças compreendem o mundo em que vivem e são chamadas a mudar. É a oportunidade de desenvolvimento, pois brincando a criança experimenta,

descobre, inventa, exercita, vivendo assim uma experiência que enriquece sua sociabilidade e a capacidade de se tornar um ser humano criativo.

Para VYGOTSKY (1989, p.84) “As crianças formam estruturas mentais pelo uso de instrumentos e sinais. A brincadeira, a criação de situações imaginárias surgem da tensão do indivíduo e a sociedade. O lúdico liberta a criança das amarras da realidade”.

Portanto as atividades lúdicas propiciam à criança a possibilidade de conviver com diferentes sentimentos os quais fazem parte de seu interior, elas demonstram através das brincadeiras como vê e constrói o mundo, como gostariam que ele fosse quais as suas preocupações e que problemas a estão atormentando, ou seja, se expressa na brincadeira o que tem dificuldade de expressar com palavras.

Dessa maneira percebemos a necessidade do professor de pensar nas atividades lúdicas nos diferentes momentos de seu planejamento. Lembrando que o jogo e a brincadeira exigem partilhas, confrontos, negociações e trocas, promovendo conquistas cognitivas, emocionais e sociais.

Destacando ainda mais a importância do lúdico, lembramos as palavras de Ronca:

> “O lúdico permite que a criança explore a relação do corpo com o espaço, provoca possibilidades de deslocamento e velocidades, ou cria condições mentais para sair de enrascadas, e ela vai então, assimilando e gastando tanto, que tal movimento a faz buscar e viver diferentes atividades fundamentais, não só no processo de desenvolvimento de sua personalidade e de seu caráter como também ao longo da construção de seu organismo cognitivo”. (1989, p.27).

A tal ponto isso se faz verdade, que a criança sente e expressa a curiosidade e importante noção de que viver é brincar.

E ao brincar, conhece a si própria e aos outros e realiza a dura tarefa de compreender seus limites e possibilidades e de inserir-se em seu grupo. Aí aprende e internaliza normas sociais de comportamentos e os hábitos fixados pela cultura, pela ética e pela moral.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil:

> “As brincadeiras de faz de conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro) jogos tradicionais, didáticos, corporais, etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos da criança por meio da atividade lúdica”. (l998, v1.p.28).

E sobre esse ponto de vista o lúdico se torna de vital importância para a educação.

Nessa perspectiva o lúdico se torna muito importante na escola, porque pelo lúdico a criança faz ciência, pois trabalha com a imaginação e produz uma forma complexa de compreensão e reformulação de sua experiência cotidiana. Ao combinar informações e percepções da realidade problematizada, tornando-se criadora e construtora de novos conhecimentos.

Segundo o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil (1998, v1. p.27) “as atividades lúdicas, através das brincadeiras favorecem a autoestima das crianças ajudando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa”.

E ainda, as brincadeiras, os jogos, os brinquedos podem e devem ser objetos de crescimento, possibilitando à criança a exploração do mundo, descobrir-se, entender-se e posicionar-se em relação

a si e a sociedade de forma lúdica e natural exercitando habilidades importantes na socialização e na conduta psicomotora.

De acordo com os PCNs de Educação Física (vol. 7. 1997, p.36) “As situações lúdicas competitivas ou não, são contextos favoráveis de aprendizagem, pois permitem o exercício de uma ampla gama de movimentos, que solicitam a atenção do aluno na tentativa de executá-la de forma satisfatória”.

Lembrando que as atividades lúdicas são de grande valia para o educador que souber se utilizar apropriadamente dessas atividades, sendo que o aluno será o maior beneficiado.

Os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar a energia das crianças, mas meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual e que podem contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem e no processo de socialização das crianças.

O jogo normalmente é visto por seu caráter competitivo, ou seja, uma disputa onde existem ganhadores e perdedores; esta visão está vinculada à postura de muitos educadores, para estes o jogo é um ato diferente do brincar, não podemos considerar o jogo apenas como uma competição. A atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades sociais e intelectuais.

Um dos principais objetivos da escola é proporcionar a socialização, por esse motivo não devemos isolar as crianças em suas carteiras, devemos incentivar os trabalhos em grupos, a trocas de ideias, a cooperação que acontece por ocasião dos jogos.

Alertar aos educadores em relação à repressão corporal existente e à forma mecânica e descontextualizada como os conteúdos vêm sendo passados para as crianças. O que podemos perceber em algumas escolas, é que existe ainda uma aprendizagem apoiada em métodos mecânicos e abstratos, totalmente fora da realidade da criança. Predominado sempre durante as aulas a imobilidade, o silencio e a disciplina rígida. O professor comanda toda a ação do aluno, preocupando-se excessivamente em colocá-los enfileirados, imóveis em suas carteiras comandando os olhares das crianças para que ficassem com os olhos no quadro – negro.

Nestas escolas, as atividades lúdicas são descartadas, ou sofrem distorções sobre a sua função. Os jogos são vistos apenas como disputa, competições, fruto da imaginação das crianças, deixando de lado o valor pedagógico, a sua importância para o desenvolvimento cognitivo.

Para que essa visão seja realmente difundida e aplicada há uma necessidade de reestruturação da formação e conduta profissional dos professores para que se aproveite a atividade lúdica como centro das ideias sobre o processo de socialização.

Além das indagações sobre a conduta profissional dos professores, pergunta-se ainda se as escolas estão ou não preparadas para essa renovação de atitude do quadro docente, se essa renovação será bem vista e apoiada para que esta realmente obtenha sucesso.

Quando o professor recorre aos jogos, ele está criando na sala de aula uma atmosfera de motivação que permite aos alunos participarem ativamente do processo ensino aprendizagem,

assimilando experiências e informações, incorporando atitudes e valores.

Brincar e jogar são coisas simples na vida das crianças. Parecem simples, mas depois de observá-los, se verifica que a atividade lúdica está no centro de muitas ideias sobre o desenvolvimento psicológico, intelectual, emocional ou social do ser humano. O jogo, o brincar e o brinquedo desempenham um papel fundamentalmente na aprendizagem e no processo de socialização das crianças.

O ato de jogar é tão antigo quanto o próprio homem, na verdade o jogo faz parte da essência de ser dos mamíferos.

O ensino utilizando meios lúdicos cria ambiente gratificante e atraente servindo como estímulo para o desenvolvimento integral da criança.

Contudo a importância que nós, educadores, saibamos como usar os jogos para ajudar o aluno no desenvolvimento do raciocínio lógico, pois o lúdico pode estar presente na aprendizagem e no desenvolvimento, sem esquecer que a sua principal importância é conhecer sua aplicação na escola.

E por meio dos jogos lúdicos, dos brinquedos e das brincadeiras em sala de aula possamos desenvolver o hábito do pensar nos educandos sem desviá-los do mundo real e de seu cotidiano.

Para uma utilização eficiente e completa de um jogo educativo é necessário realizar previamente uma avaliação, analisando tanto aspectos de qualidade de software, como aspectos pedagógicos e fundamentalmente a situação pré-jogo e pós-jogo que se deseja atingir.

A IMPORTÂNCIA DO BRINQUEDO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A importância do brinquedo no desenvolvimento da criança tem sido demonstrada, pelo crescente número de pesquisas existentes no campo da educação. Segundo abordagens diversas nas áreas sociológica, psicológica e pedagógica estas pesquisas têm como objeto de estudo, entre outros, a influência da cultura na constituição dos brinquedos, a função destes na construção do psiquismo infantil ou ainda a importância de utilizá-los como recurso pedagógico, seja no contexto familiar ou em instituições.

Percebe-se, assim, a importância de Froebel, pelo fato de ter contribuído muito para a discussão sobre a educação infantil, na medida em que valorizava o brinquedo, a atividade lúdica e os destacava como de extrema validade no processo de desenvolvimento infantil.

Com o nascimento da Psicologia Infantil, no despontar do século XX, surgem novas concepções e pesquisas por parte de pensadores como Piaget, Bruner e Vygotsky, entre outros, que passam a discutir e a reafirmar a importância do ato de brincar. Emerge, assim, a valorização dos brinquedos e brincadeiras como nova fonte de conhecimento e de desenvolvimento infantil.

Reforçando também esta ideia de que em nossa língua os termos jogo e brincadeira são utilizados de forma similar, Bomtempo (1986) acrescenta, no entanto, que na maioria das vezes as

pessoas se referem à palavra “jogo”, quando a brincadeira envolve regras, e “brinquedo”, quando se trata de uma atividade não estruturada.

Concordando com as posições de Oliveira e Bomtempo, Kishimoto (1996) vem confirmar que é muito difícil fazer a definição de jogo devido à variedade de fenômenos considerados como jogo e acrescenta que essa dificuldade cresce, quando o mesmo objeto pode ser visto como jogo ou não jogo, dependendo apenas do significado a ele atribuído pelas diferentes culturas e pelas regras e objetos que o caracterizam.

Quando nos referimos ao brinquedo, a autora coloca que através deste é estabelecida uma relação íntima com a criança, sem um conjunto de regras para a sua utilização. Acrescenta que o brinquedo, visto como objeto, é sempre o suporte da brincadeira e que esta última se constitui na ação que a criança exerce ao valorizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica.

Também ao discutir tipos de brinquedos e brincadeiras, Kishimoto (1996) comenta algumas modalidades de brincadeiras presentes na educação infantil, fazendo uma diferenciação entre elas:

a) O brinquedo/jogo educativo ao assumir, por exemplo, a função lúdica, propicia diversão, prazer e até mesmo desprazer quando é escolhido por vontade própria, enquanto ao assumir a função educativa, o brinquedo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo. (Como ilustração, a autora coloca que a criança ao manipular livremente um quebra-cabeça, diferenciando cores, a função educativa e a lúdica estão pressentes) A brincadeira tradicional infantil, por sua vez, é um tipo de jogo livre, espontâneo, no qual a criança brinca pelo prazer de fazê-lo.

c) A brincadeira de faz de conta é a que deixa mais evidente a presença da situação imaginária. No entanto, é importante ressaltar que o conteúdo do imaginário provém de experiências anteriores adquiridas pelas crianças em diferentes contextos, assunto este ao qual nos reportaremos adiante.

d) Os jogos ou brincadeiras de construção são de grande importância para a experiência sensorial, estimulando a criatividade e desenvolvendo habilidades da criança.

No mesmo sentido de Kishimoto, também Cunha (1998) acredita que o brinquedo estimula a inteligência, fazendo com que a criança solte sua imaginação e desenvolva a criatividade.

Além destes aspectos, a autora enfatiza que o brinquedo diminui o sentimento de impotência da criança, pois, ao manipulá-lo, ela cria situações novas, reconhece outras, compara, experimentam, desenvolve sua imaginação e habilidades.

Para este autor, o brinquedo, é o suporte do jogo, é o objeto que desperta a curiosidade, exercita a inteligência, permite a invenção e a imaginação e possibilita que a criança descubra suas próprias capacidades de apreensão da realidade. Ele permite, pois, à criança, testar situações da vida real ao seu nível de compreensão, sem riscos e com controle próprio.

O QUE É BRINCAR?

Brincar é um ato reconhecido como espontâneo e natural, que se constitui, basicamente, em um sistema que integra a vida social das crianças e que passa de geração a geração, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo e época.

Rosamilha (apud Salles Oliveira, 1986: p. 19), por exemplo, apresentam sintetizadas em seis pontos, algumas das principais tendências sobre o que leva a criança a brincar:

1) “as crianças brincam porque tem excesso de energias” (Spencer).

2) “as crianças brincam porque esse é um instinto que as leva a preparar-se para a vida futura” (Gross).

3) “As crianças brincam porque a hereditariedade e o instinto as levam a recapitular as atividades ancestrais importantes para o indivíduo” (Stanley Ha 11).

4) “as crianças brincam para descarregar suas emoções de forma catártica” (Aristóteles, Claparede, Freud e Erikson).

5) “as crianças brincam porque é agradável. O jogo é importante pelo seu aspecto hedônico” (Hurlock e SultonSmith).

6) “o brincar é um aspecto de todo comportamento. Ele está implícito na assimilação que o indivíduo realiza em relação a realidade” (Piaget).

Assim podemos perceber que há grande dificuldade em se encontrar uma concordância sobre o que significa o comportamento de brincar. Se, por um lado, para alguns autores, o brincar é livre e se opõe a toda regra fixa, por outro, podemos questionar as ideias dos autores que veem o brincar como meio para descarga de energias, isto é, não lhe atribuindo importância.

Vários motivos levam a criança a brincar. Não é, portanto, somente por simples prazer ou para gastar suas energias que as crianças brincam. Existem amplos aspectos que devem ser considerados, não se devendo de forma alguma subestimar esta atividade, que é, sem dúvida, essencial para o desenvolvimento da criança em idade pré-escolar.

De qualquer modo, é através do brincar que a criança aprende a se preparar para o futuro e para enfrentar direta ou simbolicamente dificuldades do presente. Brincar, além de ajudar a descarregar o excesso de energias, é agradável, dá prazer à criança e estimula o desenvolvimento intelectual da mesma. É o que nos afirma, por exemplo, Bettelheim (1988): as crianças brincam porque esta é uma atividade agradável e ao brincar a criança exercita também a mente, além do corpo, pois ambos estão envolvidos. O brincar é muito importante porque, além de estimular o desenvolvimento intelectual da criança, ensina, sem forçá-la, os hábitos necessários para seu crescimento.

Para Lima (1992), o brincar é a combinação da ficção com a realidade. Ao brincar, a crianças trabalham com informações, dados e percepções da realidade, mas na forma de ficção. Assim, vão crescendo e incorporando a representação que fazem da sua realidade, dos conhecimentos

adquiridos e de seus desejos e sentimentos.

Logo, brincando a criança está aprendendo a criticidade, preparando-se para o futuro.

Estabelecida à caracterização geral do que é o “lúdico e brinquedo” e em que consiste o “brincar”, passamos agora a enfocar, de maneira mais específica, a teoria de um dos autores que mais têm contribuído para a compreensão do papel do brinquedo/brincar no desenvolvimento da criança em idade pré-escolar – a teoria de Piaget.

Para Piaget, a criança em idade pré-escolar conhece o mundo através do relacionamento que ela estabelece com pessoas e objetos, sendo que deste mundo fazem parte o brinquedo e os jogos, ambos assumindo diferentes modalidades e contribuindo de diferentes formas para o desenvolvimento do pensamento infantil.

No entanto, dados os objetivos e limites do presente trabalho, apresentaremos, de forma sintética, os conceitos básicos, a caracterização dos dois primeiros estágios do desenvolvimento cognitivo e, em seguida, faremos uma breve análise do papel atribuído por Piaget ao brinquedo no desenvolvimento da criança em idade pré-escolar.

Cabe ao educador por meio da intervenção pedagógica propiciar atividades significativas que levem a uma aprendizagem de sucesso. Para que isso aconteça é necessário que o professor reflita sua prática pedagógica percebendo o aluno mais que um mero executor de tarefa, mas alguém que sente prazer em aprender.

Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível e que contribuirá significativamente para formação de cidadãos que atendam as demandas do século XXI.

De acordo com FREIRE (1996, p.67) “Saber que deve respeito à autonomia e identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente”.

Palavras que levam a refletir sobre a importância de uma prática pedagógica voltada a valorização e respeito da individualidade do aluno.

O autor com essas colocações chama o professor a pensar sobre sua prática visualizando a necessidade de uma constante atualização. Reflexão essa que o autor e também educador já fazia nos anos vinte do século passado, propondo uma mudança na escola que considera teórica demais.

Fazendo inclusive sugestões como o uso de: jogos pedagógicos, trabalho em grupo, aulas passeio, jornal escolar, entre outras.

Mas para que isso ocorra o professor precisa ter sensibilidade ao intervir permitindo que as crianças possam elaborar através da brincadeira de forma pessoal e independente, suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras.

E o brincar é uma das atividades fundamentais da criança. Através da brincadeira ela fala, elabora seus sentidos, busca compreender o mundo.

De acordo com OLIVEIRA (1995, p.36) “No brinquedo a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real e também aprende; objeto e significado”.

Assim, a brincadeira possibilita a ação com significados, além disso, as situações imaginárias fazem com que as crianças sigam regras, pois cada faz de conta supõe comportamentos próprios da situação, ao brincar com um tijolinho de madeira como se fosse um carrinho por exemplo, ela se relaciona como o significado em questão e não com o objeto concreto que tem nas mãos.

Para Vygotsky, “A criança aprende muito ao brincar. O que aparentemente ela faz apenas para distrair-se ou gastar energia é na realidade uma importante ferramenta para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social, psicológico”. (1979, p.45)

Percebemos através das palavras do autor à importância da brincadeira na vida da criança e a necessidade que a criança tem de ser respeitada enquanto brinca, pois seu mundo é mutante e está em permanente oscilação entre fantasia e realidade.

E a infância é tempo de brincar, está é uma verdade que não se pode mudar. Para o adulto, o jogo e a brincadeira são atividades para as horas de lazer, um passatempo. Para as crianças é algo muito sério, que permite dar asas à imaginação, permitindo descobrirem a si mesmos e ao mundo.

Desse modo vemos a importância do jogo na vida da criança, sendo o mesmo, uma atividade construída socialmente e culturalmente. É uma forma de a criança entrar em contato com a cultura.

Segundo PIAGET (1978, p.29), “os jogos de regra são: a atividade lúdica do ser socializado”.

Ou seja, através dos jogos de regras, a criança assimila a necessidade de cumprimento das leis da sociedade e das leis morais.

E é principalmente na escola, que a criança começa a incorporar regras de conduta, a se socializar, entrando em contato com uma aprendizagem mais sistematizada, mas é preciso que a escola se apresente a criança não como um bicho papão, mas um lugar prazeroso e importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço que deve promover o desenvolvimento da criança, promover uma aprendizagem significativa, mas esta não precisa ser forçada. Desta maneira os jogos despertam na criança interesse e atração, onde ao mesmo tempo em que, participam com prazer desfrutam da oportunidade que eles lhes oferecem para o seu desenvolvimento.

Enfim, através da brincadeira e do jogo, a criança aprende a lidar com o mundo, formando sua personalidade, vivenciando sentimentos como amor e medo. No jogo a criança se coloca em movimento num universo simbólico, projetando-se no mundo ao seu redor.

A escola ao valorizar o lúdico, estendendo também ao ato pedagógico, ajuda às crianças a formarem um bom conceito de mundo, um mundo onde a afetividade é acolhida, a sociabilidade vivenciada, a criatividade estimulada e os direitos da criança respeitados.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.

BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais./** Secretaria de Educação Fundamental – Brasília : MEC/SEF, 1997. V.7

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/** – Brasília: MEC/SEF, 1998. V1 introdução.

COZAC, José Ricardo, Sociointeracionismo. Revista do Professor. **Teorias que embasam o comportamento lúdico da criança,** v. 17, n. 66, abr./jun. 2001.

CUNHA, N. H. S. **Brinquedo, Desafio e Descoberta.** Rio de Janeiro : FAE, 1998.

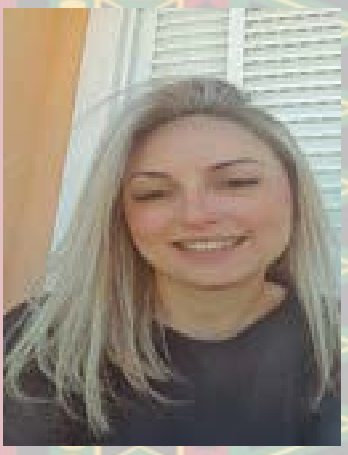
FARIA, Anália Rodrigues de. **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget.** Ed. Ática, 3º edição, 1995.

FREINET, C. **As Técnicas Freinet da Escola Moderna.** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários a Prática Educativa.** São Paulo : Paz e Terra, 1996.

KISHIMOTO , Tizuko M. **O Jogo e a Educação Infantil**. São Paulo : Pioneira, 1994.

OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES NO TRABALHO COM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA EDUCAÇÃO



JULIANA SPILLA ANTEVERE
Graduação em Licenciatura Matemática pela Universidade de São Paulo (2003) e Graduação em Pedagogia pela UNINOVE (2016); Professora de Ensino Fundamental I no Colégio Madre Paula Montalt e Professora de Ensino Fundamental II - Matemática - na EMEF General Liberato Bittencourt.

RESUMO

Nos espaços escolares, é perceptível a incidência crescente nos estudantes do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o que tem levado ao aumento dos estudos sobre os entraves e os desafios no cumprimento das legislações e na garantia de direitos das crianças à educação inclusiva. Nesse contexto, as políticas públicas estão se efetivando, mas ainda há muito a alcançar em termos de avanços pontuais. O presente trabalho tem como objetivo enfatizar a necessidade de se pensar em intervenções pedagógicas que propiciem efeitos significativos na melhoria do percurso escolar dos estudantes, de modo que os alunos autistas participem e aproveitem as oportunidades no ambiente escolar. Para isso, os referenciais e argumentos aqui utilizados recorreram aos estudos bibliográficos sobre a importância do respeito à diversidade e a aceitação das singularidades humanas, contribuindo assim para o efetivo desenvolvimento das crianças nos espaços escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Diversidade; Autismo.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as escolas recebem alunos com uma diversidade cultural e social muito grande. O direito à educação é garantido por lei e são muitas as mobilizações para evitar os retrocessos relativos especialmente à educação inclusiva. Assim, as ações que tem o intuito de criar ambientes e garantir políticas de inclusão devem ter início desde a educação infantil.

O currículo escolar deve apontar e propor a organização de contextos educativos significativos para que as crianças se desenvolvam e evoluam. Os espaços escolares, de modo geral, se redefinem nessa tarefa e encontram inúmeros obstáculos no sentido de se reinventar, sendo indispensáveis novas práticas pedagógicas que busquem atender toda a diversidade de seus alunos.

O presente trabalho está ancorado nas investigações sobre a educação especial e sobre

o transtorno do espectro do autismo, particularmente, visto que é uma demanda crescente na caracterização das escolas comuns que requer um olhar minucioso e práticas embasadas em ações mais produtivas e eficazes sobre essa temática.

Muitas reflexões implicam em embates e questionamentos que pretendem ser esclarecidos e minimizados: Quais as implicações da atuação docente no desenvolvimento de atividades com crianças com transtorno do espectro do autismo? Que elementos perpassam as práticas de trabalho inclusivas? Como promover a inclusão do aluno autista?

Todas essas considerações ajudam a compreender que existem inúmeros desafios no sentido da inclusão escolar e que a busca de subsídios para apoiar e dar base para um trabalho pedagógico mais qualificado é uma demanda emergente no atendimento aos alunos autistas, especialmente.

Objetivo geral: Qualificar as reflexões sobre o trabalho educacional no contexto do atendimento a estudantes com transtorno do espectro do autismo, desmitificando concepções que ignoram as especificidades de cada criança.

Objetivo específico: Promover avanços significativos nos processos escolares de atendimento à inclusão escolar, reconhecendo a diversidade e criando melhores condições que contribuam para o desenvolvimento dos alunos de modo geral.

A justificativa para este trabalho contempla a necessidade da garantia de um ambiente acolhedor, que dentro do contexto das escolas inclusivas, estimulem as potencialidades das crianças, oferecendo oportunidades de aprendizagens a todos os alunos, sem distinção.

Assim, torna-se fundamental reformular ideias e concepções para ampliar e melhorar a qualidade da prática pedagógica, buscando equipar o espaço escolar com instrumentos importantes tanto na estrutura das instituições quanto nos recursos pedagógicos, a fim de efetivar uma inclusão efetiva e eficaz.

Os desafios são muitos, por isso os profissionais da educação e as famílias dos alunos com espetro do autismo devem se conectar para que o respeito, a valorização e a inclusão dos alunos ocorram nas escolas, assim as dificuldades podem ser superadas e minimizadas.

As oportunidades de aprofundamento desse assunto devem ser retomadas, a fim de qualificar cada vez mais o trabalho escolar, reforçando perspectivas que acolham a diversidade e que promovam mais conscientização no sentido de construir cada vez mais escolas inclusivas.

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DOS ALUNOS À INCLUSÃO ESCOLAR

A educação é um direito de todas as pessoas e a sua garantia precisa ser assegurada nos espaços escolares. Esse é um desafio que interfere e instiga novas posturas e ações para a formação e para o trabalho docente, evidenciando a necessidade de novos caminhos a serem percorridos.

Segundo MANTOAN (2005), o direito à diferença invalida qualquer tipo de conduta discriminatória ou excludente nas escolas, visto que a manutenção de práticas que segregam e selecionam os

alunos em função de critérios inexplicáveis reproduzem e reforçam cada vez mais a diferença.

Cada criança apresenta características singulares no seu processo de constituição e de formação da identidade. No entanto, tudo aquilo que parece fugir do que é convencionado socialmente acaba não tendo uma conotação positiva. As diferenças ainda são vistas de forma pejorativa na sociedade, porém sabe-se que a cultura tem fortes influências na definição do que pode ser considerado como normal ou não. As formas de representar a prática social precisam ser repensadas.

De acordo com SASSAKI (2002), o uso de termos indistintos e inadequados para a definição da deficiência se configura como algo obsoleto e inexato, visto a problemática e a dificuldade com que o público leigo e os profissionais mudam seus comportamentos e convicções em relação a ela, dificultando a adoção de novos paradigmas.

Mesmo com o aparato da Declaração de Salamanca (1994) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que promoveram avanços significativos em relação à inclusão escolar, ainda se percebe a necessidade de práticas pedagógicas mais agradáveis e receptivas.

Os alunos com deficiências têm o mesmo direito de todos, reafirmando a constatação do exercício da cidadania. As políticas públicas e os sistemas educacionais precisam oferecer as condições propícias para que a inclusão promova avanços nas práticas de ensino e aprendizagem.

Segundo CHAUÍ (2006), existe uma política de abertura ao diálogo na configuração dos ideais democráticos, que converge para um diálogo dialógico que implica na convivência entre pares, e, nessa perspectiva, os conflitos e contradições precisam de resoluções consensuais.

Um dos grandes desafios da escola brasileira atualmente está categorizado na inclusão e isso tem norteado as propostas de políticas educacionais. Esse movimento caracteriza a demanda e a urgência em democratizar o acesso à escola, de modo que se legitime o direito de todas as crianças à educação inclusiva no contexto escolar.

A inclusão instiga dinâmicas complexas e debates de ideias sobre os discursos, as práticas e processos sobre a educação das crianças com deficiências, que tem tomado significativas dimensões em espaços institucionais, sociais e midiáticos.

Sabe-se que os sistemas escolares precisam se preparar para oferecer e respeitar as condições peculiares de cada uma delas. É importante que, por intermédio da convivência democrática sejam constituídas subjetividades sensíveis ao reconhecimento da diversidade como característica inerente à humanidade. As limitações de ordem física, intelectual, sensorial ou de qualquer outro tipo precisam ser atendidas, independentemente de suas especificações, fortalecendo a garantia de direitos humanos fundamentais e legitimando as propostas de educação inclusiva.

Os currículos precisam ser revisitados, os serviços de apoio precisam se efetivar de fato, as salas de recursos precisam ser dotadas de materiais que amparem as necessidades de aprendizagens, reuniões e discussões devem fazer parte da formação continuada, enfim, há uma gama de percursos que precisam ser providenciados e encaminhados.

O atendimento educacional nas escolas inclusivas requer processos formativos de atualização

e redefinição das práticas pedagógicas, propondo o desenvolvimento nas mais diversas linguagens possíveis, enriquecendo os repertórios culturais dos estudantes.

Segundo CANDAU (2003), é importante que se utilizem metodologias participativas, que sejam construídas de modo coletivo e que transponham práticas pedagógicas tradicionais. Assim, é essencial que a inclusão seja retomada no projeto político-pedagógico das instituições escolares, instigando desempenhos sociais baseados na boa convivência, na autonomia e na democracia.

De acordo com BERETA e VIANA (2014), a qualidade da educação está atrelada a essa articulação com a diversidade, por isso as políticas públicas ainda demandam mudanças de paradigmas para que as interações com as diferenças produzam saberes e possibilidades de convivência que agreguem benefícios para a educação.

O sistema educacional precisa ter o foco em estratégias que visem proporcionar ganhos no desenvolvimento dos alunos. Os métodos convencionais também precisam ser adequados, afinal as crianças com autismo necessitam de oportunidades para aprender e aprimorar suas habilidades.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS E AS POTENCIALIDADES NA ABORDAGEM DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

A literatura sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) apresenta uma série de concepções em função de distintos paradigmas. Em sua maioria, percebe-se a sua definição em função de uma série de condições comportamentais nas quais um indivíduo demonstra bloqueios ou dificuldades pertinentes a habilidades sociais, interesses restritos, comportamentos repetitivos, fala e comunicação não verbal ou outros tipos de interações.

Muitos comportamentos dos autistas podem ser ensinados com habilidades que favoreçam a aquisição de aprendizagens e a atuação das crianças em ambientes distintos. No entanto, percebe-se que este é um dos maiores desafios na área educacional.

Os alunos com autismo necessitam aprender os mesmos comportamentos que as crianças típicas, no entanto as observações devem ser bem atentas para a verificação da necessidade de intervenções que estimulem a aquisição de habilidades. Os laudos clínicos muitas vezes impedem a possibilidade de estimulação e promoção de oportunidades e avanços.

As causas do autismo não são consensuais e faltam estudos mais aprofundados para uma definição mais exata, pois há uma gama de fatores que caracterizam tal transtorno.

Segundo ORRÚ (2012), a palavra autismo tem origem grega e seu significado é por si mesmo. Na área psiquiátrica, esse termo contempla os comportamentos humanos mais introspectivos, voltados para o próprio sujeito e sem uma conexão com o ambiente e as coisas ou pessoas ao seu redor. Nesse sentido, as condutas e atitudes do autista tendem a trazer consequências para o seu desenvolvimento global.

As estratégias pedagógicas e didáticas devem ser pensadas em função desses perfis,

para que as aprendizagens possam ser favorecidas. O currículo pedagógico precisa conciliar os aspectos pertinentes à diversidade das clientelas, introduzindo metodologias, materiais, recursos e propostas diversificadas, que assegurem a elaboração de programas que possam ser adaptados e não realizados de maneira paralela.

As oportunidades devem ser oferecidas a todos os alunos, sem nenhuma distinção, pois todas as pessoas tem alguma especificidade na conjuntura da diversidade humana. Há muitas considerações preconceituosas a respeito dos autistas, que muitas vezes acabam privando as interações desses sujeitos na sociedade. Nos espaços escolares também se percebe o receio e a falta de condições para o acolhimento desses alunos nas classes comuns.

De acordo com SERENO (2006), o olhar terapêutico colabora com as manifestações inclusivas, pois a criança com TEA não precisa ser julgada, mas compreendida, visto que seu comportamento não convencional não é algo pensado e intencional.

As oportunidades devem ser oferecidas a todos os alunos, sem nenhuma distinção, pois todas as pessoas tem alguma especificidade na conjuntura da diversidade humana. As propostas de adaptação presentes nas atividades escolares precisam estar alicerçadas em uma avaliação minuciosa das possibilidades das crianças. Muitas vezes, as limitações apresentadas por elas não se resumem ao fator intelectual ou orgânico, mas implicam em reflexões que perpassam várias áreas do conhecimento.

Segundo MANTOAN (1997), o importante não é priorizar o reforço em atividades repetitivas, mas alternar as estratégias para o desenvolvimento de habilidades que levem à compreensão dos conteúdos escolares.

Os professores muitas vezes demonstram inquietações por não sabem como lidar e desconhecem as posturas e encaminhamentos mais adequados em função de cada caso. É preciso entender que o trabalho de inclusão do aluno autista perpassa todas as áreas de conhecimento e pode ser elaborado com materiais e recursos diversos. Deve-se considerar que o uso das estratégias e metodologias de trabalho deve ser proposto a partir de cada caso, beneficiando a sala de aula como um todo.

Os quadros mais leves do transtorno do espectro do autismo são mais bem acolhidos, porém outros mais difíceis se tornam inviáveis nas escolas regulares. Essa problemática é muito observada e discutida nos encontros formativos de profissionais da educação.

O diagnóstico é de extrema importância, pois muitas vezes o tratamento requer um profissional especializado, acompanhamento nutricional e o uso de medicações com efeitos mais drásticos, que requeiram uma intervenção mais pontual. Assim, as abordagens podem ser mais consistentes e embasadas de forma empírica.

Um fator importante que deve ser de conhecimento de todos, especialmente dos professores, é que as crianças com o transtorno do espectro do autismo têm um apego muito grande à rotina e tem um perfil comportamental de ações e padrões repetitivos, por isso muitas vezes resistem às mudanças.

Com uma formação mais abrangente, que contemple características, possibilidades de atuação,

mediação e intervenção, a insegurança dos profissionais da educação pode ser minimizada.

Um trabalho de qualidade com a inclusão dessas crianças precisa envolver a pluralidade social e cognitiva dos alunos como um dos seus elementos constitutivos, enriquecendo todo o processo de aprendizagem e contando com a participação efetiva dos profissionais que ajudam a compor o processo educativo.

A inclusão está longe de ser uma tarefa simples, mas até mesmo a demanda educacional atual propõe o desafio de ampliar o desenvolvimento de uma educação que efetive com qualidade o direito de todos à educação, desde a infância.

RELAÇÕES ENTRE O AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR

Os alunos com TEA revelam prejuízos rigorosos no convívio social, na capacidade de dialogar, bem como na habilidade de fazer abstrações, por isso demonstram dificuldades de aprendizagem na escola convencional. No entanto, tem o direito de aprendizagem como qualquer outra criança e tem potencial para adquirir saberes desde que sejam consideradas suas particularidades e necessidades.

De acordo com RIVIÈRE (2004), a instrução dos alunos autistas precisa considerar a diversidade e a personalidade de cada um. Nesse sentido, o apoio e a participação familiar no desenvolvimento escolar são fundamentais para o êxito no trabalho pedagógico.

A educação inclusiva aponta para uma reformulação do sistema educacional, com a demanda de transformações que instiguem as práticas inclusivas, afinal o processo de aquisição da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais deve primar pelo atendimento às singularidades dos alunos, por isso os percursos devem ser diferenciados.

O desafio da educação inclusiva em relação ao autismo implica na compreensão das barreiras que envolvem o estudante, sua família, os professores e todos os que mantêm um relacionamento interpessoal mais aproximado com o autista. Colocar os alunos no centro do processo de ensino-aprendizagem pressupõe que as suas características e necessidades individuais sejam atendidas, o que implica a preparação de todo o sistema de ensino para o atendimento a essa mesma heterogeneidade.

A formação docente, as metodologias de trabalho e os investimentos na escola ainda são aspectos precários, mas a formação continuada com a exploração do lúdico tem se ampliado como uma das alternativas de melhoria no trabalho com as práticas inclusivas. Uma formação mais qualificada possibilitaria o desempenho de um atendimento educacional especializado, que aprofundasse o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns de ensino regular.

Segundo ARANHA (2005), cada aluno tem suas narrativas e experiências de vida e diferentes formas de aprender, que são singulares. O professor, ciente dessas diferenças, muitas vezes busca as melhores soluções, mas esbarra nos entraves burocráticos e estruturais das escolas.

Para AINSCOW (1999), existe uma demanda emergente nas escolas de técnicas didáticas e pedagógicas que atendam de forma positiva à diversidade dos alunos, pois o fundamental é tratar

as diferenças individuais como oportunidades de aprendizagem e não como fatores impeditivos ou dificuldades para esse processo de construção dos saberes.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de fundamentação das ações com a parceria da família, da equipe escolar, de profissionais especializados e demais interessados que pudessem colaborar com discussões, troca de ideias, indicação de metodologias e recursos, proposição de atividades e afins. Essa articulação poderia configurar novos delineamentos e projetos de trabalho que auxiliariam os alunos e os professores nas salas de aulas.

De acordo com VASQUES (2008), a educação dos alunos com transtorno do espectro autista precisa ser repensada, pois muitos dos desafios ainda se configuram na cristalização de práticas discriminatórias e paradigmas ultrapassados que não contribuem em nada para a sensibilização necessária para o avanço dos alunos e para a inclusão escolar.

Uma escola inclusiva deve potencializar o trabalho dos alunos, sistematizando e complementando suas ações com parcerias e apoio de profissionais especializados que possam priorizar que possam atender as necessidades dos alunos e ao mesmo tempo assegurar a qualidade do trabalho pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autismo se caracteriza como um transtorno que revela sintomas que abrangem o isolamento social dos alunos, dificuldades no diálogo e na comunicação e a execução de ações e movimentos repetitivos e estereotipados. Não há uma descrição exata das causas e intervenções, mas algumas hipóteses que sustentam os estudos, pesquisas e encaminhamentos na área educacional.

A escola se configura como um local no qual as relações culturais que se propagam nos contextos sociais são consolidadas. Por isso, os conhecimentos construídos historicamente percorrem os espaços escolares. Também por esses motivos percebe-se a necessidade de ressignificação de paradigmas e crenças pedagógicas.

A educação inclusiva precisa receber mais investimentos para que possa desenvolver e trabalhar com equipamentos e instrumentais que atendam qualitativamente as demandas pertinentes a cada criança, porém com soluções que abranjam a todos os alunos, de acordo com as necessidades e potencialidades de cada um.

As mudanças no sistema educacional vigente apontam para a necessidade de um novo olhar diante da diversidade humana, no sentido de desmitificar ideias e práticas discriminatórias. O processo de aprendizagem também precisa ser compreendido por um viés mais múltiplo, que possa explorar sentidos como o tato, o olfato, a visão e a audição.

A educação inclusiva enquanto ideal educativo aponta para a construção de um amanhã educacional mais promissor. No entanto, para que esse amanhã aconteça, será necessário derrubar barreiras, criando ambientes educacionais propícios ao seu desenvolvimento educacional e pessoal.

Diante da atual conjuntura, percebe-se a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre

o transtorno do espectro do autismo e suas implicações no espaço escolar, bem como maiores reflexões sobre as possibilidades de ensino para esses alunos.

A garantia do direito dos alunos com transtorno do espectro do autismo, bem como os demais com deficiências, a uma educação inclusiva no contexto escolar, requer uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente.

Para isso, deve necessariamente, promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. Essa diversidade inclui não somente as diversas culturas, os hábitos, os costumes, mas também as competências, as particularidades de cada um.

As dificuldades dos alunos não devem ser as premissas para a caracterização do perfil de aprendizagem dos autistas, mas a compreensão e a observação das ações que apontarão os caminhos para a superação das dificuldades iniciais.

Torna-se fundamental uma formação docente que desenvolva possibilidades de análise, permeadas por redes de apoio que problematizem e acrescentem soluções especificamente voltadas a uma formação escolar qualificada, em que todos sejam incluídos da mesma maneira.

Assim, espera-se que nos espaços escolares, na expectativa de torná-los ambientes inclusivos, proporcionem projetos que estimulem a organização de ações que incluam todos os alunos nos diferentes espaços de aprendizagem, além de ampliar o repertório de ações dos educadores.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **Compreender o desenvolvimento de escolas inclusivas**. Londres: Falmer, 1999.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - necessidades educacionais especiais dos alunos.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v.5. Brasília, 2005.

BERETA, M.; VIANA, P. **Os Benefícios Da Inclusão De Alunos Com Deficiência Em Escolas Regulares**. Revista Pós-graduação: Desafios Contemporâneos. Cachoeirinha – RS, v.1, n. 1, p.115-129, jun./2014.

CANDAU, Vera M. (org.). **Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos.** 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHAUÍ, M. **Participando de debate sobre a mulher e deficiência**. In CARDOSO,

R. (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher: sobre mulher e violência.** Rio de Janeiro: Zahar; 2006.

MANTOAN, M. Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo. Moderna, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente na escola.** In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2005.

ORRÚ, S.E. **Autismo, Linguagem e Educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Wak Ed, 2012.

RIVIÈRE, A. **O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento**. In: MARCHESI, A. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 234-253.

SASSAKI, Romeu. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** In: **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.** São Paulo: 2002.

SERENO, Deborah. **Acompanhamento terapêutico e educação inclusiva.** Psychê — Ano X — no 18 —São Paulo — set/2006 — p. 167-179.

VASQUES, C. K. **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Educação: Análise da Produção Científico-Acadêmica.** Trabalho apresentado na 31° Reunião Anual da ANPED, GT-15: Educação Especial, Caxambu, 2008.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO, ESPAÇO FÍSICO, AMBIENTES E INTERAÇÕES

LEYLLE KELL PONTES DE PAULA
Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Faculdade Interativa Paulista (2010); Graduação em Artes Visuais pela Faculdade Mozarteum São Paulo (2016); Pós-graduada em Ludopedagogia pela Faculdade Interativa de São Paulo (2018); Professora de Educação Infantil no CEI Professora Maria Conceição Monteiro Ayres, na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

A organização do tempo e do espaço é importante para o desenvolvimento integral da criança, e é pensando nisso que temos o tempo de rotina escolar trabalhada em equipe, para que possamos transmitir comodidade a nossas crianças como também os espaços que favorecem o crescimento, a identidade e a autonomia das crianças. A relevância dessa pesquisa se dá à medida que procuramos abordar o processo de organização do tempo e do espaço para a realização de atividades diversas o que é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Cabe ao educador guiar e orientar as crianças de forma a buscar equilíbrio entre o que é e o que não é novo para elas; ocasiões pelas quais possam explorar e descobrir um ambiente familiar que traga momentos em que a criança tenha o devido retorno e estimular ações através de brincadeiras.

PALAVRAS-CHAVE: Organização Espacial; Organização Temporal; Espaço Físico; Interações.

INTRODUÇÃO

A organização do tempo e do espaço é importante para o desenvolvimento integral da criança, e é pensando nisso que temos o tempo de rotina escolar trabalhada em equipe, para que possamos transmitir comodidade a nossas crianças como também os espaços que favorecem o crescimento, a identidade e a autonomia das crianças. Esse artigo é relevante, pois contribuirá na formação de professores demonstrando a importância de abordar o processo de organização do tempo e do espaço para a realização de atividades diversas o que é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Cabe ao educador guiar e orientar as crianças de forma a buscar equilíbrio entre o que é e o que não é novo para elas; ocasiões pelas quais possam explorar e descobrir um ambiente familiar que traga momentos em que a criança tenha o devido retorno e estimular ações por meio das brincadeiras. O artigo foi escrito baseado nos principais autores que se dedicam ao tema.

O artigo está organizado em subtemas, a saber: a primeira parte irá abordar questões relevantes

sobre a organização espacial e temporal na Educação Infantil, a partir da qual falaremos sobre a importância da organização da rotina a fim de promover o desenvolvimento integral das crianças, além de discutirmos sobre o que os autores pensam sobre a rotina escolar. Já no segundo subtema dedicaremos aos espaços físicos como promotores de aprendizagens e por fim trabalharemos as relações e interações no interior das escolas.

ORGANIZAÇÃO ESPAÇO TEMPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A organização e estruturação espaço temporal faz parte do desenvolvimento infantil e são processos diretamente relacionados ao bom rendimento na escola. Esses aspectos quando bem trabalhados na educação infantil, propicia ao educando a continuidade de sua aprendizagem de forma tranquila, segura e madura. Significa que a criança está preparada para o aprendizado de outros assuntos que demanda que tenha o domínio de conceitos básicos relacionados ao tempo e espaço. Isso quer dizer que a partir do conhecimento e percepção do próprio corpo no espaço a criança percebe e se localiza no ambiente em que está inserida. Para chegar nesse ponto de organização espacial, já passou por um sistema de organização do movimento nas coordenadas vertical e horizontal, em relação ao próprio corpo, ao espaço e posição de objetos. Orientação espacial é a capacidade de se situar e se orientar em um espaço, assim como de localizar outra pessoa ou objeto neste espaço. A criança, em seu crescimento, aprende noções de tamanhos, formas, movimentos, volumes que a ajudam e perceber-se no espaço a partir do seu próprio corpo.

Atingir a orientação espacial multiplica suas possibilidades de ações e é fundamental para a aprendizagem. O espaço da criança, antes limitado, se expande à medida que ela adquire essa capacidade.

Na educação infantil é de extrema importância trabalhar a percepção de diferentes tamanhos (grande, médio, fino, grosso); diferentes formas (quadrado, círculo, triângulo); qualidade (mais que, menos que, pouco, muito, metade, inteiro); termos espaciais (frente, traz, em cima, embaixo); posições (deitado, em pé, sentado) e movimentos (empurrar, abaixar, puxar, levantar). São esses conceitos que se internalizados propiciará a aprendizagem de outros conhecimentos no ensino fundamental. As crianças que possuem esse conhecimento ao ingressarem no ensino fundamental são as que demonstram habilidades na leitura, escrita, nos cálculos e conseguem manusear cadernos e entender as regras da escrita, da esquerda para direita e de cima para baixo.

A aprendizagem da organização espacial necessita de uma combinação de situações e orientações, em que a criança possa aprender a dominar as habilidades de espaço e tempo. Na escola, são exemplos dessas situações e orientações:

- Guiar a criança com comandos e orientações;
- Exercícios de simetria;
- Utilizar formas para construção de um corpo.

A compreensão das relações espaciais exige raciocínio e lógica, como a progressão de

grandezas e a percepção de elementos que faltam.

A noção do mundo espacial vai sendo construída pela criança paralelamente ao seu desenvolvimento psicomotor. Na escola, é muito importante que os conteúdos trabalhados propiciem o desenvolvimento infantil e a aprendizagem.

A estruturação espaço e tempo é uma importante habilidade que permite a criança movimentar e reconhecer-se no espaço, localizando seu corpo e tendo domínio sobre seus gestos, coordenando sua temporalidade e organizando sua vida cotidiana.

As alterações e adaptações que acontecem no ambiente e nas pessoas passam pelas adaptações de tempo e espaço. O tempo é constituído em quatro níveis:

Duração é a percepção da duração de atividades em relação ao tempo. Isso pode ser trabalhado por meio do calendário de figuras e desenhos. O professor com o auxílio do aluno pode demonstrar como será a rotina do dia com a figura. A acolhida, o café da manhã, as atividades de recreação, as atividades programadas, hora do banho, do sono e outras programações do dia.

Ordem se relaciona com a percepção e a memória (antes, durante, depois, agora). Guardar os brinquedos após as brincadeiras é um dos exemplos a ser trabalhados nesse quesito.

Outro conceito a ser trabalhado referente a etapas da estruturação temporal é a sucessão significa trabalhar a classificação cronológica (o que vem primeiro, o que vem depois. Esses conceitos são possíveis trabalhar na construção da rotina diária, com a ajuda das crianças).

A criança aprende a distinguir as sucessões de acontecimentos (antes, depois, durante) na medida em que desenvolve a estruturação temporal. Assim como se torna capaz de perceber a duração dos intervalos de tempo, a renovação cíclica de certos períodos (dias, meses, anos) e os ritmos internos e externos.

As noções temporais são abstratas e difíceis de aprender, por isso é muito importante desenvolvê-las por meio do esquema corporal. O desenvolvimento e a conscientização do próprio corpo, dos próprios movimentos dentro de um espaço, leva a criança a aprender sobre a noção do tempo.

Na escola, atividades interdisciplinares voltadas para o desenvolvimento da estruturação espaço temporais são muito importantes. Atividades com jogos e brincadeiras, com músicas e danças, que trabalhem ritmo e movimentam o corpo favorecem a ampliação das habilidades de organização e estruturação espaço temporal.

ESPAÇO FÍSICO PROMOTOR DE APRENDIZAGENS

O espaço físico na Educação Infantil deve ser pensado como ambiente de aprendizagem. A organização deste espaço deve ser pensada com minúcias, englobando desde um acolhimento como um lugar prazeroso e divertido, em que as crianças sintam vontade de permanecer.

Segundo Horn (2004):

> É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado. (HORN, 2004,p.28).

O espaço físico pode ser organizado por faixas etárias, por desafios cognitivos ou motores, por motivos, entre outros, no entanto, em todos eles devem estar presentes objetos que retratem a cultura e o meio social do convívio das crianças. Neste mesmo pensamento Gandini diz que:

> "O espaço reflete a cultura das pessoas que nele vivem de muitas formas e, em um exame cuidadoso, revela até mesmo as camadas distintas dessa influência cultural". (GANDINI, 1990,p. 150).

Um ambiente estimulante para a criança é aquele em que ela se sente segura e ao mesmo tempo desafiada, no qual, ela sinta o prazer de pertencer a aquele ambiente e se identifique com ele, e principalmente um ambiente em que ela possa estabelecer relações entre os pares.

Os estímulos do ambiente podem ser sensoriais, de modo que possa sentir o cheiro de flores, de alimentos sendo preparados, a brisa do vento, o calor do sol, o ruído da chuva. Experimentando também diferentes texturas: liso, áspero, duro, macio, quente, frio.

Segundo Carvalho e Rubiano (2001):

> "A variação da estimulação deve ser procurada em todos os sentidos: cores e formas; músicas e vozes; aromas e flores e de alimentos sendo feitos; oportunidades para provar diferentes sabores". (CARVALHO E RUBIANO, 2001, p. 111).

Quando falamos de espaço físico na Educação Infantil, torna-se inerente mencionarmos os brinquedos e brincadeiras no espaço físico.

Brincar é a principal atividade infantil, e por meio do brincar a criança constrói várias representações do mundo externo. Brincar para a criança é estar presente no ambiente, se constituindo como indivíduo e compartilhando significados. Brincar em um ambiente aconchegante, que retrata a identidade infantil é fundamental no seu desenvolvimento, visto que se estará em contato com outras crianças. A interação entre criança / criança, criança / educador proporciona diversas aprendizagens e ainda nestes momentos se a criança prefere brincar sozinha, seu momento deve ser respeitado, pois só assim se respeitará a individualidade da criança.

Os espaços devem ser organizados e planejados de forma que as interações entre as crianças aconteçam. O professor deve prever os momentos de brincadeiras individuais, em duplas, em trios, em agrupamentos, e outros momentos livres para que as crianças possam escolher seus pares.

> É altamente recomendável que ambientes institucionais ofereçam oportunidade para as crianças desenvolverem sua individualidade, permitindo-lhes ter seus próprios objetos, personalizar seu espaço e, sempre que possível participar nas decisões sobre a organização dele. Carvalho & Rubiano, 2001, p.109).

O professor ao planejar suas atividades deve levar em consideração quatro aspectos que se inter-relacionam:

- Dimensão física: condições da infraestrutura escolar e organização do mobiliário;

- Dimensão temporal: quando e como cada local é utilizado pelos alunos e professores;
- Dimensão funcional: a forma como o espaço é utilizado e suas múltiplas possibilidades;
- Dimensão relacional: quem utiliza cada ambiente e de que maneira.

É importante que a organização da estrutura física da escola seja planejada para o desenvolvimento da capacidade cognitiva e motora, mas também é preciso pensar na socialização dos alunos.

Essencial é perceber que a transformação dos espaços em ambientes impacta diretamente sobre o comportamento e ações das crianças e adolescentes. Neste sentido, ao organizar tal ambiente, o adulto precisa ter claro quais objetivos pretende alcançar.

AS INTERAÇÕES ACONTECEM NUM LUGAR PRIVILEGIADO - A ESCOLA

A interação, a troca de experiências, o estímulo à apropriação dos diversos conhecimentos na Educação Infantil, são fundamentais para garantir à criança o seu desenvolvimento e consequente formação integral como ser humano.

Segundo Horn (2004), é necessário que haja uma sequência de atividades diárias que sejam pensadas a partir da realidade da turma e da necessidade de cada aluno. Neste momento, é essencial que haja a sensibilidade do Educador para entender a criança como sujeito ativo, reconhecendo as suas singularidades, considerando não somente o contexto sociocultural deste aluno como também o da instituição.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

> A proposta pedagógica das Instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com as outras crianças. (BRASIL, 2010, p. 18).

A maneira de organizar as cadeiras e as mesas diz muito sobre a concepção do professor a respeito do ensino e aprendizagem. Ao agrupar as mesas com duas, quatro ou mais crianças, de forma que o professor possa circular pelos grupos, atendendo às necessidades e acompanhando os diálogos, revela que ele se coloca como mediador das aprendizagens. Dispor as mesas em círculo é outra maneira de promover a interação entre os alunos e favorecer a circulação dos saberes. Estar em círculo favorece o diálogo e o debate entre os alunos e o professor. Cada escola poderá organizar as mesas e cadeiras das salas de aula de forma que considere o aluno como centro das aprendizagens e o professor como mediador.

Não usar mesas e cadeiras é outra proposta comum na Educação Infantil, pois a criança tem livre acesso aos materiais, brinquedos e objetos que queiram utilizar. Isso demonstra a autonomia das crianças e a maturidade do professor.

> “Acredita-se que ambientes variados podem favorecer diferentes tipos de interação e que o professor tem papel importante como organizador dos espaços onde ocorre o processo

educacional" (BRASIL, 2006, p. 10).

Os espaços organizados com cabanas e tendas favorecem a interação das crianças e garantem acolhimento, aconchego, segurança e privacidade. Quanto menor a criança mais necessidades têm de conviver em ambientes que dispõem de tendas e cabanas.

Os espaços revelam a concepção de infância, ensino e aprendizagem. Quem adentrar ao espaço escolar reconhece a missão, a visão e os valores expostos pelas paredes e pelas salas, na qual, as crianças realizam suas atividades.

Montar exposições com os trabalhos dos alunos é uma forma de comunicar e valorizar o processo de ensino e aprendizagem. A exposição de trabalhos permite estabelecer um diálogo entre o expectador e o mundo de aprendizagens, ideias, conceitos e experiências vividas, pelos autores do que é exposto. Propicia a criança identificar seu próprio trabalho e do colega. A família ao adentrar na escola pode acompanhar o processo de desenvolvimento de seu filho e demais crianças da escola. Uma exposição permite à comunidade conhecer melhor a escola, construindo assim, uma atitude de respeito e valorização em relação ao trabalho realizado pelos alunos e professores.

As interações sociais podem contribuir para a aprendizagem efetiva de habilidades e conteúdo, assim como fortalecer os valores éticos fundamentais ao desenvolvimento moral do ser humano.

Na infância, a interação entre as crianças é indispensável para a construção de aprendizagens significativas no ambiente escolar. É nesse período que a criança inicia a descoberta do universo que a cerca e aprende a identificar sensações e pessoas. As amizades assumem um papel muito especial nessa fase da vida. Desse modo, podemos destacar a importância do outro não só no processo de construção do conhecimento, mas, também, na constituição do próprio indivíduo e do seu modo de agir.

A escola é, muitas vezes, o primeiro contato que a criança estabelece com outras da mesma faixa etária. Por meio dessa interação, elas trocam informações, linguagens e ações; começam a se relacionar com o próximo, aprendem a respeitá-lo e a construir princípios de empatia, colaboração e generosidade.

Na educação infantil as crianças fortalecem a base para a construção da sua própria identidade, que será determinante na formação social do nosso aluno, no seu modo de pensar e de agir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização dos espaços na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, desenvolvendo suas potencialidades e propondo novas habilidades sejam elas: motoras, cognitivas ou afetivas. A criança que vive em um ambiente construído para ela e por ela vivência emoções que a farão expressar sua maneira de pensar, bem como a maneira como vivem e sua relação com o mundo.

As aprendizagens que ocorrem dentro dos espaços disponíveis e ou acessíveis à criança são fundamentais na construção da autonomia, tendo a mesma como própria construtora de seu

conhecimento. O conhecimento se constrói a cada momento em que a criança tem a possibilidade de poder explorar os espaços disponíveis a ela.

O papel do adulto no espaço é o de um parceiro mais experiente que promove as interações, que planeja e organiza atividades com o objetivo de intervir por meio das relações dentro do espaço que oferece, buscando o desenvolvimento integral de todas as potencialidades da criança. O educador deve ter a sua proposta voltada para o bem-estar da criança, buscando sempre melhorar a sua prática elaborando sempre novas alternativas de construir o conhecimento de um grupo como um todo, facilitando as interações, promovendo e construindo espaços adequados para as crianças.

Muitas são as propostas apresentadas por vários autores, cabe aos educadores experimentá-las, ofertando espaços ricos de informações e reconhecendo a importância das trocas que ocorrem nos espaços organizados da Educação Infantil.

O envolvimento da criança é o termômetro para a verificação da melhoria dos ambientes, bem como das ações de manutenção, ações estas que precisam ser de acompanhamento e manutenção da prática por meio de relatórios com observações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil.** In.: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: pra que te quero?**– Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL, **Referencial Curricular Para a Educação Infantil.** Vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998

CARVALHO, Maria Campos de; RUBIANO, Márcia R. Bonagamba. **Organização dos Espaços em Instituições Pré-Escolares.** In: OLIVEIRA, Zilma Morais. (org.) **Educação Infantil: muitos olhares.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GANDINI, Lella. **Espaços Educacionais e de Envolvimento Pessoal**. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Réggio Emilia na educação da primeira infância.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda.,1999.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. **A criança e seu desenvolvimento. Perspectiva para se discutir a educação infantil.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. **Educação Infantil: muitos olhares.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

LIDIENE ORQUISA OTAVIANO
Graduação em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera de Taboão da Serra em 2010;
Pós-graduação em Literatura Infantil, pela FDT Faculdade de Desenho de Tatuí 2016;
Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

A Este artigo irá descrever a integração da cultura afro-brasileira no currículo da disciplina de Ensino Religioso. Quando o governo decide incluir a história e a cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, questões de intolerância relacionadas às religiões africanas ensinadas devem permear as salas de aula dos programas de educação religiosa e artística. A dificuldade em fornecer tal conteúdo é o preconceito, são vistos pelos alunos como objetos de prazer, sentem que não fazem parte da história dos negros que vieram para o Brasil, sinal de educação, racismo brasileiro. Outro fato muito importante é garantir que os professores não ajam de forma negativa por causa de suas crenças religiosas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Afro-brasileira; Ensino Religioso; Escola; Crenças.

A IMPORTANCIA DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO - BRASILEIRA E AFRICANA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Muitas práticas religiosas são ditas x ou y e as criticam especificamente, desconhecendo sua origem e formação na sociedade brasileira. A prática do ensino da disciplina religiosa nas escolas está longe de trazer aos alunos a bela história da existência dos africanos brasileiros na sociedade brasileira. Visa formular e conceituar os princípios orientadores da disciplina cultura e religião, escritura, teologia, ethos e ritual. Esses por sua vez possibilitaram fornecerem suas próprias respostas sistemáticas e obedecendo a uma estrutura e regra e as organizações de conteúdo dos conteúdos do ensino religioso.

No que diz respeito à religião dos afro-brasileiros, eles revelam que a maioria dos africanos e seus descendentes tenta recriar sua religião original, formando grupos para a prática de rituais religiosos e transmissão de tradições, o fato de que no Brasil o sincretismo é um santo da Igreja Católica com Orixás Africanos.

Quanto ao currículo, alguns livros didáticos, lançados no mercado por algumas editoras trazem as religiões não cristãs e, de maneira superficial as de matriz africana abordando como são caracterizadas. Quando foi determinado pelo Governo a introdução da História e Cultura Afro - Brasileira e Africana no currículo escolar e no Projeto Político Pedagógico, suscitou a temática da intolerância em relação às religiões de ordem africana onde o ensino precisa envolver junto a sala de aula no currículo do ensino da arte e religioso. Em ministrar tal conteúdo teve uma dificuldade grande pelo preconceito, e são vistas como alvo de brincadeiras por parte, e entre os alunos e alunas, que não acreditam que fizeram parte da nossa história brasileira com a vinda de muitos negros para o Brasil, marcando assim na educação, o racismo brasileiro.

Em relação ao currículo escolar, certos livros didáticos, colocados no mercado por determinadas editoras, tratam as religiões não cristãs e de origem africana de forma superficial, aproximando-se de sua caracterização. Quando o governo decidiu que a história e a cultura afro-brasileira e africana deveriam ser incluídas no currículo escolar, ergueu a questão da intolerância às religiões de matriz africana, cujo ensino deveria permear a sala de aula no programa de educação artística religiosa. A dificuldade de disponibilizar esse tipo de conteúdo foi ridicularizada por alunos que acreditavam que negros não faziam parte da história de sua chegada ao Brasil e muitas vezes eram alvo de racismo na educação brasileira.

TRÁFICO DE ESCRAVOS

Fonte: Blog: Ensinar História, disponível: https://ensinarhistoria.com.br/objetivo-do-blog/ Acesso 03 jul. 2023.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Os africanos que vieram para o Brasil habitar e presenciaram horrores ao cruzar o oceano Atlântico. Eles vinham amontoados nos porões sujos dos navios comendo e bebendo o mínimo necessário, vendo seus viajantes morrem como resultado de maus-tratos e doenças. Eram levados a galpões e mercados locais onde existiam postos a venda, entretanto eram tratados de suas doenças, recebiam alimentação melhor, tinham contato com outros africanos os que chegarem antes e descobrir o destino sabendo que habitavam sozinhos, talvez encontrassem conhecidos do mesmo grupo, ou atravessavam a vida sozinho.

Os negros que foram trazidos para o Brasil eram principalmente da costa ocidental e se distinguem em três grupos:

1º grupo: Culturas sudanesas representadas pelos grupos Yoruba, chamados nagôs; pelos Dahomey, de significados como gegê, e pelos Fante -Axant, conhecidos como minas, além de grupos menores da Gâmbia, Costa da Malagueta, Serra Leoa, e Costa do Marfim;

2º grupo: Culturas africanas islamizadas, originários dos Mandingas, dos Peuhl, e os Haussa, do norte da Nigéria, na Bahia identificados como negros malé, como negros alufá no Rio de Janeiro;

3º grupo: Culturas africanas integradas por tribos Bantu, do grupo congo - angolês, originários da Angola, Contra Costa, atual território de Moçambique.

Os afrodescendentes são muito importantes na cultura brasileira. Tanto pela sua existência como pelo grande número de assalariados. "E pelo motivo causa de sua infiltração oculta, mas incisiva, que destaca a fusão racial e cultural do Brasil em suas cores mais fortes”.

Trouxeram uma diversidade linguística- cultural e a própria religião que, ao invés de unificá-los, os desuniu, impedindo a formação de núcleos sólidos de solidariedade que formavam o patrimônio cultural africano. Porque viviam na condição de escravos convivendo com línguas diferentes. Eles aprender português ouvindo berros de seus chefes. Com isso eles conseguiram:

O homem negro então se mudou do estado local para o estado hispânico enquanto se integrava a uma nova sociedade e uma nova cultura. Esse negro obstinado era mais difícil e mais comum que dividir-se o trabalho em um moinho ou em uma mina.

Além dos valores espirituais, preservam reminiscências musicais e rítmicas, da mesma forma com os gostos culinários e saberes. Essa herança africana meio cultural, meio racial, combinada com crenças indígenas, confere à cultura brasileira um catolicismo popular.

O Brasil que se construía era dirigido por vontades e motivações externas, que queriam degradá-lo moralmente, usando os homens como fardos, as meninas como meninas com doenças que jamais poder ser reestruturadas ou curadas.

A língua portuguesa que os professores conversavam, os africanos tiveram que aprender para obedecer às ordens e sobreviver da melhor maneira possível no país onde povoavam. Às vezes, algumas pessoas do mesmo grupo linguístico inventar novas línguas, resultantes da união de

dialetos africanos entre si e também com o português. Dessa forma, africanos de diferentes regiões emprestadas de crenças e ritos religiosos, lendas, saberes práticos uns dos outros e constituíram uma cultura africana no Brasil, diferente daquelas na África.

A economia escravagista apropria-se do ser humano pela mais cruel violência e é exercida por meio de punições atrozmente desumanizadoras, reduzindo o negro a uma condição de desapropriação de si, pois ele não sai da condição de escrava apenas pela passagem da morte ou fuga. A fuga foi alimentada por todos negros escravizados. Eles foram trocados apenas quando avaliados pelos dentes, pela grossura dos punhos.

Esses negros africanos iam para os engenhos de açúcar, para trabalhar nos canaviais, nos casarões, ou em alguma atividade relacionada à transmutação do açúcar. Ele também poder ir às minas, encontrar ouro nos rios ou procurar veios subterrâneos. "Eles podem ficar nas cidades realizando tarefas domésticas, como carregadores, aprender ofícios e tornarem-se alfaiates, carpinteiros, sapateiros, cabeleireiros e vendedoras ambulantes."

No século XIX, grande parte negra foi trabalhar nas lavouras de café e as cidades-estados mais desenvolvidas os absorveram em grande número.

Os africanos que chegavam ao Brasil iam tecendo suas relações, porém a relação deles com os crioulos considerados diferentes por terem nascido no Brasil era cheia de atritos, pois os crioulos mesmo sendo escravos, ocupavam uma posição mais confortável do que a dos africanos. Desde o século XVII, grande parte da população brasileira era descendente de africanos, mas parte dela não era composta por escravas, mas por ex escravos que haviam conquistado a alforria, por serem descendentes de libertos e nascidos livres.

Havia muita diferença entre ser escrava ou livre, pois a escrava era privada de todos os direitos, mas a maior diferença era entre negros e brancos, pelo fato de que na sociedade e no Brasil a escravidão era a cor da pele, a marca mais evidente da suposta inferioridade da escrava. "Assim, uma das estruturas sociais que manipula a população escrava, circule livremente pelos corredores e ruas, é uma das estruturas que associa a cor da pele".

Em 13 de maio de 1888, por meio da lei nº 3.353, foi declarada a extinção do jugo no Brasil. Na época muitos abolicionistas e a população negra como um todo atribuíam à princesa Isabel todos os louros pelo fim da exploração das escravas, porém, ela contava com o apoio dos abolicionistas, o que lhe deu forças para assinar a lei mais rapidamente. Dentro de três séculos os africanos foram negociados, mas com o passar das décadas e dos séculos as culturas afro-brasileiras estão integradas. Foi adicionado intermitentemente com elementos africanos Ikano trazidos pelas escravas que chegaram até 1850, quando o comércio atlântico cessou.

Assim, os africanos constroem suas novas identidades. Neste processo de reinvenção, os nomes foram criados pelas mestras utilizando os termos Benguela (retirados dos portos onde embarcavam), Cassanje (das feiras onde eram vendidos) e Angola (regiões de onde provinham), tornando-se assim seus nomes: Joaquim Benguela, Maria Angola ou Catarina Cassenje, podendo também chamar-se Sebastião de Nação Angola. Esses nomes de origem incorporados à construção novas identidades foram chamados de nações, termo que fazia referência à qualidade africana

desse escravo, e o negro da nação era o africano que se diferenciava do negro crioulo, originário da América.

Além das identidades criadas, a escolha de parceiros sexuais e a formação de famílias estáveis constituem outra forma de estruturação da comunidade negra. Eles gostam de amigos do mesmo país ou de regiões com culturas semelhantes. Havia mais homens do que meninas, devido ao tipo de trabalho que faziam. As relações conjugais podiam ser sucessivas e em muitas situações eram interrompidas pela venda de um dos cônjuges a outro senhor. "Também não era incomum que um dos parceiros livres ou libertos ajudasse a libertar o outro, assim como seus filhos, que seriam escravos se o irmão fosse."

Os laços de parentesco e as associações de trabalho eram formas de estruturar as comunidades negras, e uma mesma pessoa podia participar de várias delas. Além dos laços de parentesco, os africanos também podiam expedir suas religiões de origem africana para o Brasil.

A CHEGADA DOS NEGROS NO BRASIL

Fonte: https://www.visiteobrasil.com.br/nordeste/bahia/historia/conheca/chegada-dos_negros Acesso 03 jul. 2023.

AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL

Entre os africanos a questão sobrenatural eram ativados por especialistas que estudam esse tipo de conhecimento necessário. Para que essas entidades de fora da natureza possam ajudar a resolver problemas cotidianos. Os problemas enfrentados por escravos e libertos na sociedade escravista eram muito diferentes daqueles enfrentados por paisanos e pastores de aldeias, que

habitavam na África, mas a forma como eles os enfrentavam era semelhante, pois os afrodescendentes mantinham-se próximos ao modo de pensar de seus ancestrais. Especializou-se em cura e adivinhação, intermediário entre o mundo dos homens e o dos espíritos, e ancestrais, chamados de curandeiros ou pelos portugueses que os escravizaram e trouxeram de Portugal para o Brasil, tornaram-se importantes membros de certas comunidades que se utilizavam de seus serviços e conhecimento.

Nos grupos onde a influência banta foi maior, segundo Souza (2008, p. 106)

> [...] as pessoas recorriam a ritos divinatórios para identificar os culpados de crimes como roubo e homicídio, encontrar desaparecidos, cicatrizar doenças (muitas numa vida de pouca agonia), domesticar moças, conquistar o sexo oposto, fecha o corpo contra as agressões e trata de muitas outras coisas que afligem os africanos e seus descendentes nascidos no Brasil.

Eles aplicavam ampla gama de rituais que permitiam a atuação de forças sobrenaturais, às vezes por meio da possessão "[...] com a descida do espírito refere-se ao corpo dos sacerdotes. De tempos em tempos, os padres liam por oráculos os sinais do outro mundo, como manchas riscadas no chão, de onde atiravam pedras, búzios, miçangas, etc. "[…]

Segundo Souza (2008, p. 112).

> Outro importante conjunto de práticas e crenças mágico-religiosas de origem africana que germinou no Brasil foi o Candomblé, cujas primeiras citações datam do século XIX. Embora o vocábulo pertença à língua bantu, no Brasil refere-se a cultos religiosos de origem iorubá e daomeana. Neles, os principais animais sobrenaturais são os orixás quando a influência Yor Uba é maior, e os voduns quando a influência daomeana é proeminente. Na Bahia, os iorubás também são conhecidos como nagos e os daomeanos como jejes.

Os orixás e os voduns são entidades ancestrais e heróis divinizados, criadores de linhagens, reinos e cidades-estados, sendo não só a origem da organização social e política, mas também aqueles que orientam toda a ação dos homens em sua vida terrena, a exemplo do que ocorre entre os povos bantos.

No século XVII, as cerimônias com essas entidades eram chamadas de calundus, a partir do século XIX traspassaram a ser chamadas de candomblés e suas lideranças traspassaram a ser conhecidas como pais e, principalmente, mães de santo, sendo o nome genérico santo, com clara influência católica, dado a entidade constituída no momento da posse a que se dirige o culto.

As casas habitadas pelos candomblés e pelos padres antes deles foram importantes centros de organização das comunidades que habitavam os negros, embora tenham sido perseguidas pela polícia até meados do século XX, quando começaram a ser aceitas como formas legítimas de praticar a afro-brasileira religiões do nosso país. A repressão estava ligada não só ao tipo de prática que ali se praticava, novamente ligado a forças diabólicas, mas, sobretudo ao pavor gerado pelos ritos das comunidades negras praticavam. Mesmo em tempos de liberdade, e mais ainda durante o período do jugo negro eram vistos pelos grupos dirigentes, principalmente quando se reuniam como um potencial ameaça à ordem estabelecida.

Em torno dos padres, especialistas que conheciam os ritos de comunicação com o além, de onde chegavam as soluções para muitos problemas, os grupos erigir identidades, que também consideravam as regiões de origem de seus membros, ou de seus antepassados.

Atualmente, os cultos africanos ainda são mantidos com o domínio da sociedade do passado.

São eles: Culto aos Orixás, Tambor-de-mina, Culto Congo-Angola, Islamismo e Culto de Umbanda.

Seitas africanas chegar para o Brasil como escravas, e com os orixás africanos. Antes, os africanos não faziam distinção entre a religião católica e qualquer outra religião.

Depois de ser escravizado e enviado para uma terra desconhecida, os africanos não têm muita escolha. Para o culto de seus Orixás, faziam altares com as imagens da igreja Católica, e sob eles eram depositados os registros dos Orixás. Com canções e dialetos africanos e imagens de santos em altares, os lusos acreditaram estar adorando santos católicos, e assim começou o sincretismo.

Naquela época não havia liberdade de culto, mas hoje não é mais necessário associar Nossa Senhora a Oxum. Uma pessoa pode ser católica ou de outra religião, e fazer parte de uma religião africana sem ter que fazer nenhum sincretismo. Porém, não são apenas as religiões de origem africana que auxiliam na formação de novas sociedades e identidades. Ensinar o catolicismo a todos os africanos escravizados era uma responsabilidade patriarcal e serviu como um caminho para a reorganização da sociedade negra, especialmente quando eles foram agrupados em uma devotada fraternidade secular das coisas sagradas que poder ser por um único santo.

> Essas uniões religiosas de “homens pretos” não eram apenas aceitas, mas incentivadas pela igreja Católica e pela administração colonial. Mas as fraternidades não serviam apenas como instrumento de controle das comunidades negras: eram também um espaço de organização e construção de novas identidades (SOUZA, 2008, p. 116).

As irmandades dos “negros” além de cuidar do culto ao santo também enterravam seus irmãos mortos, pediam missas por suas almas e ajudavam suas famílias caso não tivessem recursos. Assistiam os irmãos doentios e às vezes juntavam dinheiro para comprar a liberdade de alguns irmãos.

Até o século XVII, mais usuais eram os chamados "reis da nação”, descendentes de um grupo de origem comum africana, como os chamados angolanos, mineiros, ou ainda designações mais específicas, como cassange e rebolo.

No século 19, todos traspassaram a se intitular Rei do Congo-Brazzaville, trazendo sob seu manto as comunidades negras menos conscientes de suas diferenças internas e enfatizando a origem africana que as junta a todos.

O fato de os reis do Congo-Brazzaville, em terras africanas, terem adoptado o catolicismo no final do século XV e de os reis lusos os considerar durante muito tempo como soberanos de um reino irmão pesou na escolha deste nome para todos. Os reis pretos celebrados pelas irmandades, através dos reis do Congo, certas comunidades negras alegaram uma identidade africana que une a todos, enquanto suas formas de organização foram aceitas pelos responsáveis das colônias, que viam na rememoração do reino do Congo que era cristão uma possibilidade de inserção pacífica dos negros da sociedade brasileira escravista.

Os africanos Congos e afrodescendentes de Angola e bantos podem ter adotado o catolicismo ou elementos dele quando se tornar membros de uma irmandade ou entraram em contato com o catolicismo africano, especialmente no caso de escravos que passaram algum tempo em Luanda ou outros centros de colonização portuguesa. Segundo Souza, "[...] essa antiga ligação com o catolicismo ou suas formas africanas facilitou o surgimento no Brasil de ritos religiosos estruturados,

africanos, mas integrando elementos católicos".

Também é claro que o catolicismo muitas vezes se tornou parte da intimidade e da vida cotidiana dos africanos no Brasil, e especialmente de seus descendentes católicos, esculpidos em madeira e às vezes em osso. Podiam estar nos altares das igrejas e igrejas, guardados em casa, nos altares domésticos, entre os objetos mais valiosos, ou levados junto ao corpo.

Nessa época, um grande número de escravos foi trazido da região de Angola, onde o catolicismo já estava presente há cerca de trezentos anos e onde santo Antônio era muito popular. Quase todos esses escravos angolanos foram trabalhar nas plantações de café em São Paulo. No novo ambiente, reproduzir suas tradições e construir uma vida diferente, a partir dos contatos que fizeram e das oportunidades que perceberam.

Segundo Souza:

> [...] As inúmeras imagens de santos são esculpidas em estilo nitidamente africano que testemunham a forma como o catolicismo e as formas mistas de catolicismo foram adotados pelos afrodescendentes, que assim se integraram à sociedade brasileira, da qual também eram educadores, eram oprimidos e explorados.

Culturas essas e outras já tinham feito um primeiro uma fusão na própria África, onde teve como resultado as guerras étnicas e da continuidade de escravos nos armazéns, aconteciam o tráfico, como nas Ilhas de São Tomé, no Arquipélago do Cabo Verde e Príncipe.

RELIGIÕES DO POVO DA ÁFRICA

Fonte: GALILEU, disponível: evistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/12/conheca-6-religioes-tradicionais-de-povos-da-africa.html Acesso 03 jul. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de muita importância discutir questões sociais como o racismo e os preconceitos que levam as pessoas a praticar atos de violência contra as crenças religiosas das pessoas, fortalecer os programas estudantis, bem como valorizar o direito do cidadão de exercer suas convicções e criações religiosas e sua cidadania. A escola é laica, e ensinar aos alunos sobre a existência da religião de matriz africana, que permeia a história da origem religiosa das práticas existentes no Brasil, equivale a revelar o que não se sabe: que elas emergiram com a chegada dos africanos para o país.

Estudos desvendaram que um grande número de africanos e seus descendentes buscaram recriar suas religiões originárias, formando grupos para a prática religiosa de rituais e para a transmissão de tradições. É fato que o sobrenatural foi ativado entre os africanos por especialistas que dominavam o conhecimento de que as entidades do além onde precisam para ajudar a resolver os problemas do cotidiano. Os problemas enfrentados por escravos e libertos na sociedade escravista eram muito diferentes dos enfrentados pelos fazendeiros e pastores de aldeias que povoavam na África, mas a forma como eram tratados de maneira semelhante, uma vez que os afrodescendentes permanecerem muito próximos das maneiras de pensar sobre seus antepassados.

É fato que a cultura africana não pode ser dissociada da cultura brasileira, pois elas se confundem na história do Brasil e de seu povo.

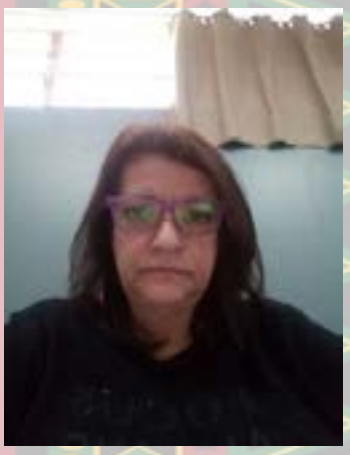
REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Roberto. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira.** 2. v. João Pessoa, PB: Editor a Grafset, 2005., p. 76 .

SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A ALTA TAXA DE TRANSTORNOS MENTAIS PÓS-PANDEMIA ENTRE OS ADOLESCENTES: UMA REFLEXÃO SOBRE OS EFEITOS DESSE FATOR NA ESCOLA E SUGESTÃO DE ATIVIDADE DE REDAÇÃO



LÍRIA BORDINHÃO
Graduação em Letras pelas Faculdades Integradas Teresa Martin (1999); Professora de Ensino Fundamental II - Língua Portuguesa – na EMEF Castro Alves.

RESUMO

Este artigo traça um panorama geral das questões emocionais que afligem a todos atualmente, principalmente na sociedade pós pandemia. O objetivo principal é conscientizar sobre o efeito da alta taxa da incidência de depressão na adolescência e o impacto desse fator em nossa sociedade e, consequentemente, na rotina escolar. Também, é apresentada uma reflexão sobre o que se presencia a respeito do adoecimento emocional entre os alunos, com uma proposta de intervenção multidisciplinar e sugestão de atividade de Redação. Para o levantamento de dados foram utilizadas pesquisas e notícias atuais sobre o tema, além de estudos teóricos da área de Psicologia sobre a saúde mental na adolescência.

PALAVRAS-CHAVE: Redação; Língua Portuguesa; Adolescência; Saúde Emocional.

INTRODUÇÃO

Saúde mental é um estado da mente que permite que a pessoa experimente emoções, pensamentos, comportamentos e relacionamentos na vida com equilíbrio. A saúde mental é tão importante quanto a saúde física para se ter uma vida com qualidade, pois estão inter-relacionadas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA: 2022):

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
>
> Parágrafo único. & Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (...)
>
> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à

> alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Pode-se afirmar que o período de 2020 a 2022 não foi nada fácil para a população em geral. A pandemia foi marcada por sentimentos negativos dos mais diversos: luto, medo, tédio etc. Grande parte da população passou meses em casa e viram acentuados seus dramas pessoais, problemas familiares, problemas sociais, violências das mais diversas etc. Também, com o aumento de casos surgidos a partir da internet, os discursos de ódio têm se materializado na rotina escolar, o que também pode ocasionar em problemas para a saúde mental dos docentes.

A escola, como elemento integrante da sociedade, participa ativamente de sua formação, manutenção e, também, de suas dificuldades. Desde o retorno gradual às atividades presenciais, em 2021, são visíveis as marcas emocionais da pandemia em todos os sobreviventes, seja devido ao luto pelo falecimento de entes queridos, insegurança financeira causada pela crise econômica acentuada, dentre várias outras situações. Qualquer questão de saúde mental ou física tratável evoluiu para situações piores. As equipes escolares, nesse período, buscaram, arduamente, promover aos educandos educação de qualidade. Professores colocavam seus problemas pessoais e o luto “de lado” e se propunham a pesquisar, estudar e aprender maneiras de lidar com as plataformas de ensino online. Muitos desses docentes e equipes gestoras, também, buscaram maneiras para ajudar os alunos que não tinham computadores ou celulares com acesso à internet, seja com atividades impressas ou doações de celulares arrecadados aos estudantes. Aos estudantes que, gradativamente, foram retornando ao ambiente escolar, buscavam oferecer reforço para suprir as dificuldades de aprendizagem agravadas pela falta da orientação presencial do professor e problemas sociais pré-existentes.

Com a pandemia, estamos presenciando o reconhecimento da existência de problemas socioemocionais e a busca por entender as raízes deles. As mulheres vêm tendo sua autoestima muito afetada pela dinâmica das redes sociais, e o uso excessivo desses canais durante a pandemia aumenta a baixa autoestima, principalmente entre meninas e mulheres de 15 a 29 anos. Sem contar a masculinidade tóxica e preconceituosa que prejudica a formação de crianças e adolescentes, principalmente do sexo masculino.

As barreiras dos estigmas e da falta de ações governamentais, levam as pessoas aos esgotamentos emocionais. Diante desse contexto, se faz necessária a criação de novos centros de apoio, a adoção de novos modelos de vida e atribuições trabalhistas que prezem a saúde física e emocional com a presença de profissionais adequados como psicólogos e assistentes sociais.

Em 2022, com o retorno de todos os alunos às atividades presenciais, foram constatados, também, situações em sala de aula em larga escala, como o índice de depressão e transtorno do pânico, além dos casos de tentativas de suicídios concretizadas ou não é violência entre estudantes e contra os profissionais da Educação. Nesse sentido, esse artigo traça um panorama geral das questões emocionais que afligem a todos, principalmente na sociedade pós pandemia. O objetivo principal é conscientizar sobre o efeito da alta taxa da incidência de depressão na adolescência e o impacto desse fator em nossa sociedade e, consequentemente, na rotina escolar. Também, é apresentada uma reflexão sobre o que se presencia a respeito do adoecimento emocional entre os alunos, com uma proposta de intervenção multidisciplinar e sugestão de atividade de Redação.

Para o levantamento de dados foram utilizadas pesquisas e notícias atuais sobre o tema, além de estudos teóricos da área de Psicologia sobre a saúde mental na adolescência.

PANORAMA ATUAL

Em outubro de 2021, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) divulgou o estudo A situação mundial da infância 2021 – Na minha mente: promover, proteger e cuidar da saúde mental das crianças, que alerta para a questão da saúde mental na população jovem de todo o mundo, tanto durante a pandemia quanto pré-pandemia.

De acordo com o relatório, mais de 1 em cada 7 adolescentes de 10 a 19 anos vive com um distúrbio mental diagnosticado. Além disso, o suicídio é uma das principais causas de morte para esse grupo etário – quase 46 mil adolescentes morrem dessa maneira por ano.

Segundo a pesquisa, que teve a participação de 21 países, entre eles o Brasil, 22% das(os) adolescentes e jovens brasileiras(os) de 15 a 24 anos disseram se sentir muitas vezes deprimidas(os) ou com pouco interesse em fazer coisas.

Na escola, com o contato diário, é possível que o professor consiga detectar, pelo menos, alguns casos em potencial para a necessidade de intervenção de algum especialista da área de psicologia ou psiquiatria. Porém, com salas superlotadas, constantes desvalorizações de trabalho e rotina maçante, é humanamente impossível para o docente detectar, satisfatoriamente, todos os casos necessários. Além disso, o diagnóstico deve ser feito por profissionais, o que dificilmente é oferecido às escolas.

No estudo A situação mundial da infância 2021, a UNICEF faz um apelo para que governos de todos os países se comprometam a realizar ações que promovam a saúde mental de crianças e adolescentes, combatendo o estigma e a falta de financiamento. Entre as medidas propostas, estão a integração e a ampliação de serviços de diferentes setores que lidam com a questão, como saúde, educação e proteção social.

No Brasil, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei da Saúde Mental nas Escolas (PL nº 3.383/2021), que busca incidir sobre a promoção da saúde mental no ambiente escolar para estudantes, familiares e profissionais de educação.

A ideia é que essa política seja desenvolvida de forma intersetorial, com execução articulada do Programa Saúde na Escola (PSE) e grupos de trabalho que, com as ações no território, vão aproximar os serviços de Saúde e Assistência Social da comunidade escolar.

O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: PROPOSTA DE ATIVIDADE

Gênero textual é um conjunto de textos orais e escritos socialmente reconhecidos por suas características semelhantes. Essas semelhanças ocorrem em relação ao contexto de circulação,

características formais, estrutura, tema abordado e intenção comunicativa.

Os gêneros textuais classificam os textos de acordo com suas funções sociocomunicativas. Consideram, além da estrutura linguística, elementos extralinguísticos, como, por exemplo, a função social, o interlocutor e o contexto.

Todo texto, ou seja, toda forma de comunicação pertence a um gênero textual. Por isso mesmo são incontáveis: fábulas, contos, receitas, bilhetes, piadas, romances, bulas de remédio, mensagens telefônicas, postagens em redes sociais, artigos científicos etc.

Os gêneros textuais são estruturas flexíveis e mutáveis, adaptando-se a novos contextos comunicativos. Da mesma forma que alguns gêneros se modificam e até desaparecem com o tempo, surgem outros novos, para suprir novas necessidades de expressão.

O artigo de opinião é um dos gêneros mais comuns no cotidiano das cidades. Publicado normalmente em jornais, revistas e blogs, esse tipo de texto tem como função apresentar e defender um ponto de vista sobre algum assunto relevante para a sociedade. Muitas faculdades e universidades costumam solicitar aos seus candidatos que produzam artigos de opinião em seus vestibulares.

O artigo de opinião é um gênero argumentativo, ou seja, é um tipo de texto que defende um ponto de vista por meio de argumentos. A linguagem usada no artigo de opinião costuma alinhar-se à norma-padrão da língua portuguesa, haja vista que o texto deve ser compreendido por diversos tipos de pessoas, muitas vezes de regiões completamente distintas — como é o caso dos artigos publicados em jornais de alcance nacional no Brasil.

Para além disso, justamente por se tratar de uma publicação da imprensa, o assunto abordado nesse tipo de texto costuma ser de relevância coletiva: fatos importantes, ocorridos nos dias ou semanas anteriores, costumam ser os temas do artigo de opinião. Nesse sentido, o gênero tem uma função social clara: promover o debate público sobre as demandas da sociedade.

A escola é o local onde se verificam as “chagas” da sociedade, com seus efeitos nocivos à saúde mental dos educandos. Os alunos, de modo geral, estão sofrendo com os fatores externos ao ambiente escolar. E, se os problemas já eram superiores aos recursos disponíveis para que fossem encontradas soluções, no pós-pandemia, então, toda a situação acabou por ser delegada à escola, já que o serviço público não dispõe de profissionais em quantidade suficiente para atender à alta demanda de pessoas que necessitam de terapia psicológica nesse momento. É fato que a solução para o problema está na melhoria dos serviços prestados no setor da saúde pública, com aumento de profissionais disponíveis, melhorias estruturais etc. Porém, o que pode ser feito pelos profissionais da Educação, ainda que não corresponda a melhoria total dessa questão que aflige a todos?

A resposta está em atitudes proativas que as próprias Unidades Escolares têm tomado. Exibições aos alunos de vídeos produzidos por instituições com foco na saúde mental, parcerias com Universidades, UBSs, ONGs, atividades preparadas com orientação de profissionais ou sob pesquisas na área de psicologia.

A partir de todos os fatores expostos neste artigo, propomos uma atividade de redação, que pode ser interessante de ser aplicada após discussão ou debate com os alunos sobre o tema saúde

mental. O gênero escolhido é artigo de opinião e a atividade pode ser trabalhada a partir do 8o ano do ensino fundamental II.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Leia as frases a seguir e reflita:

Jiddu Krishnamurti – “Não é sinal de saúde estar bem adaptado a uma sociedade doente.”

OMS – “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença.”

Carl Jung – “No fundo, não descobrimos na pessoa com transtorno mental nada de novo ou desconhecido: encontramos nele a base de nossa própria natureza”.(http://www.opensador.com.br)

Leia as frases e faça discussões em sala com os seus colegas e seu professor. Depois, escreva um artigo de opinião sobre o tema:

“Precisamos conversar sobre depressão e ansiedade: a necessidade de debates sobre a saúde mental”.

Não se esqueça de que a sua redação deverá ter título, introdução, desenvolvimento e conclusão. É importante que você se inspire nas discussões ocorridas nas aulas anteriores e, também, nas citações indicadas acima.

Após as orientações dadas pelo professor e o tempo da produção do texto, que poderá ser oferecido em duas horas-aula ou mais, dependendo do perfil da sala em que a atividade será aplicada, espera-se que o professor realize a correção individual para indicar ao aluno desvios na escrita, coesão ou coerência, além de novas discussões em sala envolvendo as opiniões expostas na leitura dos textos, sempre sem que os jovens sejam expostos sem consentimento aos colegas, já que se trata de assunto delicado e a integridade emocional do educando deve ser preservada. Acredita-se que o resultado da atividade deva ser ao menos alguma ideia de intervenção, sugerida pelos próprios estudantes ou um caminho indicado para que o adolescente saiba buscar por ajuda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade sempre enfrenta muitas dificuldades e, atualmente, não é diferente. Dentre os grandes desafios, destacamos os desequilíbrios climáticos, desemprego elevado, endividamento crescente, incremento das desigualdades sociais, além de conflitos políticos, raciais e culturais, além de violências, intolerâncias e desequilíbrios emocionais e psicológicas. Neste momento, a pandemia global se tornou o maior desafio mundial, cujos impactos destrutivos crescem aceleradamente, gerando medos, desesperanças e crueldades, contabilizando mais de 1 milhão de mortos, degradação econômica, insegurança e violências generalizadas.

Vivemos em uma sociedade marcada por variadas contradições, de um lado, percebemos tantas inovações tecnológicas, novos conhecimentos, novas ciências, novos materiais, novas descobertas que retardam o envelhecimento e melhoram a qualidade de vida e propiciam ao indivíduo mais bem-estar social. De outro lado, percebemos um mundo marcado por conflitos étnicos, desigualdades em ascensão, riquezas concentradas, pobrezas crescentes e instabilidades, depressões e violências generalizadas.

O incremento da ciência, do conhecimento e da tecnologia foram fundamentais para o crescimento da economia global, mas ao mesmo tempo percebemos que o crescimento da tecnologia não foi capaz de transformar os valores da sociedade, muito pelo contrário, os novos valores estão todos se concentrando nos valores do capital, do dinheiro, da ostentação e da acumulação. Estamos vivendo um descompasso entre valores, na contemporaneidade estamos construindo uma sociedade marcada por valores éticos e morais centrados nas incertezas e nas instabilidades, ao mesmo tempo, perdemos as referências da convivência social, da comunidade, da empatia e da solidariedade.

A temática da saúde mental tem ganhado espaço nos debates escolares. Impulsionado pela pandemia de covid-19, o assunto não saiu mais da pauta das escolas e deve permanecer. Não é difícil qualquer pesquisa realizada em escolas apontar aumento no número de profissionais da educação básica que classificam sua saúde mental como ruim ou muito ruim, já que se trata da profissão que sofre desvalorizações e exposição constante a situações hostis em nosso país, que não tem a Educação como prioridade na formação do cidadão.

Diversas patologias podem afetar a saúde mental dos alunos, desde os transtornos de aprendizagem até depressão e ansiedade. Nesse caso, a escola precisaria oferecer suporte especializado, com psicólogos, psicopedagogos e outros profissionais de saúde que podem restaurar o bem-estar do estudante. Sabemos que, na realidade, assim como exposto neste artigo, não há profissionais específicos para essa finalidade.

Mas, para identificar sintomas de que algo não vai bem com os alunos, a escola precisa adotar um olhar atento aos comportamentos demonstrados pelas crianças e adolescentes. Isso pode ser feito também pela promoção de rodas de conversa, nas quais os alunos possam falar sobre emoções e sentimentos.

Ao identificar sinais de sofrimento psíquico, é importante que a escola entre em contato com a família do aluno para relatar a situação e reforçar a importância de suporte especializado. Além disso, a própria escola pode disponibilizar um psicólogo escolar para fornecer orientação psicológica.

Porém, as equipes escolares estão sobrecarregadas com muitas demandas dos mais variados tipos. Mesmo assim, por se importarem com os alunos, muitos profissionais da Educação não medem esforços para encontrarem saídas para situações que, muitas vezes, não fazem parte de suas atribuições, muito menos de sua formação. À escola são direcionados os problemas que a sociedade deveria resolver em outros setores, também sobrecarregados. E qual o motivo do educador se esforçar para encontrar alternativas para problemas que não são da alçada dele?

O profissional da Educação é proativo em sua essência. Lida com o caos da sociedade no local onde o mesmo mais se manifesta: a escola. E, por seus alunos, não mede esforços para que,

ao menos, o mínimo de acolhimento possa ser oferecido.

A busca incessante por ideias de atividades que possam auxiliar os educandos em sua formação integral, incluindo a saúde mental, possibilita, muitas vezes, ações que ajudem os estudantes a encontrarem caminhos que os direcionem, ao menos, à busca de ajuda profissional a determinados problemas. Vidas já foram salvas com a aplicação de simples atividades em sala de aula ou atitudes básicas como uma conversa amigável ou orientação do professor, agente escolar, direção ou qualquer outro funcionário da unidade escolar.

Sabe-se que o ideal seria que todos os setores de serviços prestados à sociedade funcionassem eficazmente, principalmente o serviço público. Porém, sabe-se, também, que o mesmo não ocorre, principalmente pela falta de investimento dos governos. O caminho, nesse sentido é a incessante reivindicação dos direitos básicos dos cidadãos, associados a atitudes cotidianas que auxiliem o máximo de pessoas necessitadas possível. Todo o sistema educacional precisa abraçar os professores: afinal, a vida de um docente não é tão simples e romantizá-la não contribui para a realidade de quem está em sala de aula. É preciso acolher os professores para que eles saibam como acolher os alunos.

Nesse sentido, escola é o espaço formador do cidadão. Nela, o educando é formado para a vida em sociedade. Com esse fim, temos como norteador o Ensino sob a Perspectiva da abordagem dos Gêneros Textuais na disciplina de Língua Portuguesa, já que faz parte do processo da educação cidadã promover o domínio dos gêneros textuais e suas funções sociais específicas. No gênero artigo de opinião, o aluno aprende e pratica a arte da persuasão pelo discurso, elemento esse essencial para o desenvolvimento da argumentação e do pensamento crítico, já que o educando entrará em contato com os mecanismos argumentativos que possibilitarão a produção, leitura e interpretação de textos dessa natureza.

Por fim, o ideal seria uma realidade escolar em que os profissionais da educação também fossem valorizados com uma atenção especial à saúde mental de professores e demais funcionários na escola. Afinal, eles são os responsáveis pelo funcionamento da instituição e pelo processo educacional dos estudantes. Por isso, precisariam estar em equilíbrio para desempenhar as funções com qualidade e bem-estar. As ações poderiam incluir:

- fornecer um ambiente de trabalho saudável;
- valorização profissional;
- promoção de encontros descontraídos e divertidos;
- escuta ativa de queixas e problemas relatados pelos funcionários;
- ciclo de palestras com profissionais especializados;
- programa de apoio psicológico voltado para professores;
- não sobrecarregar o profissional;
- desenvolvimento de competências socioemocionais de funcionários.

Mas é justamente aqui onde mora um dos principais problemas dessa questão: demanda-se do professor atual que este solucione em sua sala de aula diversos problemas da contemporaneidade e, no entanto, não lhes são oferecidas as ferramentas, os recursos e nem a formação mínima necessários para tal exercício. A verdade é que as condições de trabalho pelo Brasil afora são insalubres e a profissão docente está cada vez mais desvalorizada em nosso país, desencorajando, inclusive, qualquer estudante universitário de desejá-la para si.

Vale dizer, ainda, que as dificuldades oriundas da formação precária, acrescidas por outras decorrentes do processo de massificação do ensino e degradação do trabalho docente, bem como a ausência de políticas públicas voltadas à resolução das problemáticas educacionais, resultaram em um quadro de descaracterização e desvalorização profissional da docência no Brasil. Isso tudo provocou, e ainda provoca até hoje, grandes insatisfações dos professores com relação às condições estruturais de seu trabalho, impulsionando os movimentos articulados em torno da reivindicação pela valorização da função e pela formação de um profissional da educação de forma contextualizada e em sintonia com as demandas do contexto social mais amplo.

Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido, que envolve disputas judiciais e sindicais, além de forte mobilização popular. E, entre aulas, giz, lousa, atividades propostas e a rotina árdua do seu dia a dia, o profissional da educação, muitas vezes perseguido e constantemente desvalorizado, cumpre muito além do seu papel de instruir, educar... Passa a se mostrar como um norte à maioria da população.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Ensino de Língua Portuguesa e contextos teórico-metodológicos**. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CARRANÇA, T. **Crise de saúde mental nas escolas: 'Alunos estão deprimidos, ansiosos, em luto e faltam psicólogos'**.

DOLZ, J. & SCHNEULY, B. **Gêneros Orais e Escritos na Escola.** São Paulo, Mercado das Letras: 2004

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: 2022.

O Estado das Crianças do Mundo 2021. On My Mind: Promover, proteger e cuidar da saúde mental das crianças. Unicef. Disponível https://unicef.org/brazil - Acesso 05 jun. 2023.

Projeto de Lei da Saúde Mental nas Escolas (PL nº 3.383/2021). Disponível em http://camara.leg.gov.br - Acesso 05 jun. 2023.

RADOMYSLER, C & FEFERBAUM, M. **Ensino participativo e dinâmicas de gênero em sala de aula**. Disponível em https://revistaensinosuperior.com.br - Acesso 05 jun. 2023.

UNICEF **alerta para impacto da covid-19 na saúde mental das crianças e jovens**. Disponível em http://unric.org - Acesso 05 jun. 2023.

ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

LUCIANE CRISTINE REINAUER
Graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2010); Professora de Ensino Fundamental I na EMEF Professor Neir Augusto Lopes – Diretoria Regional Freguesia do Ó/ Brasilândia em São Paulo, capital.

RESUMO

No contexto social, só é bem-sucedida a sociedade que, em todas as áreas da convivência humana, direciona o respeito à diversidade. Somos diferentes e para que exista um ensino significativo, devemos pensar sobre a equidade, meios que possam considerar as características de cada um, bem como ultrapassar obstáculos que possam impedir acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências para o efetivo exercício à cidadania. Cabe como tarefa a ser organizada por meio de ações pedagógicas escolares, a contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno. A escola inclusiva é aquela que garante qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhece e respeita a diversidade de acordo com suas potencialidades e necessidades.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Adaptação de atividades; Deficiência intelectual; Escola inclusiva; Educação especial.

INTRODUÇÃO

O tema abordado por meio de um diálogo entre autores, justifica-se pela importância de uma escola inclusiva e a sua missão de se adequar para receber os alunos com obstáculos a aprendizagem e realizar um atendimento especializado para alunos que dele necessitam.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional, esclarece que se faz necessário pensar ferramentas e metodologias que auxiliem o aprendizado de todos, seja o aluno portador de deficiência intelectual ou com superdotação por exemplo, é direito do aluno receber um ensino de acordo com as suas necessidades. (BRASIL, LDB, art. 46).

A leitura de diferentes autores nos orienta entender, a importância da adaptação de atividades com foco em alunos portadores de deficiência intelectual. Especificamente, em sala de aula, os professores muitas vezes por falta de tempo ou mesmo formação continuada ou ainda por excesso

de demandas em sala de aula, não tem o suporte necessário para realizar suas tarefas e o presente trabalho, pode colaborar para a adaptação das tarefas com os alunos que apresentam deficiência intelectual.

ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES COM ÊNFASE NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A presente pesquisa foi pensada a partir de vários questionamentos a respeito da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual e que surgem nas trocas de experiências durante as reuniões do projeto especial de ação, (PEA), nas diversas escolas municipais da cidade de São Paulo e muitas vezes na própria sala de professores. Os professores discutem meios para ensinar uma pessoa com deficiência intelectual e ao mesmo tempo procuram entender seus limites e avanços, este último é certamente a maior perspectiva dos docentes. (SÃO PAULO, 2023, s/p.).

Lecionando em diferentes escolas, sempre lidamos com as dificuldades em adotar uma metodologia e recursos que possam ser eficazes, a fim de contemplar os direitos de aprendizagens de todos os alunos. Na perspectiva da Educação Inclusiva e Especial, pensamos em formas de atender a todos e respeitar as suas diferenças, minimizando ao máximo os obstáculos que aparecem e tentam impedir avanços na aprendizagem. A educação especial é uma modalidade de ensino que atende alunos com necessidades especiais em todos os níveis e etapas da rede regular de ensino. Infelizmente ainda verificamos muitas vezes, comparações da pessoa com deficiência intelectual a uma eterna criança e essa analogia contribui para a exclusão a uma vida adulta. (DIAS e OLIVEIRA, 2013, s/p.).

Segundo Dias e Oliveira (2013), com o advento da ciência na Idade Moderna, os estudos médicos passaram a preponderar sobre os demais, na configuração das práticas relativas às deficiências.

> Assim, a categoria deficiência intelectual constituiu-se ao longo da história em meio a diferentes definições e significações dualistas, que foram sendo substituídas ou reforçadas pelas seguintes, sem que se superassem as representações negativas e estigmatizantes, apoiadas em abordagens normativas do desenvolvimento humano. (DIAS e OLIVEIRA, 2013, s/p).

Os impactos da deficiência intelectual nos alunos, se desdobram em dificuldades de aprendizagem, mostrando déficit nos campos de: raciocínio, resolução de problemas, aprendizagem acadêmica, participação social e independência pessoal em casa, pois o funcionamento cognitivo, intelectual e outras partes são afetadas. O comportamento e funcionamento adaptativo também são alterados, acometendo áreas do desenvolvimento global. Para o aluno com prejuízo cognitivo, os professores deverão pensar em uma didática de acordo com o quadro da deficiência e que também atenda a individualidade de cada sujeito. “De qualquer modo, mesmo que a deficiência intelectual não permita sua reversão completa, uma vez que consiste em um desenvolvimento neurológico deficitário, avanços escolares são possíveis”. (SANTOS, 2012, s/p).

Como realizar uma adaptação individualizada para os alunos com deficiência intelectual? De acordo com o blog Rhema Educação (2023), para a LDB 9394/1996, artigo 46, é necessário pensarmos ferramentas e metodologias que auxiliem o aprendizado de todos, seja o aluno portador de deficiência intelectual ou com superdotação por exemplo, é direito do aluno receber um ensino

de acordo com as suas necessidades. Isto garante a equidade, a inclusão e atendimento dentro de suas especificidades.

Segundo o Instituto Neurosaber (2018), para realmente se incluir um aluno com deficiência intelectual e garantir uma educação de qualidade, os professores precisam planejar atividades para suprir as necessidades dos alunos com deficiência intelectual, sendo crucial identificar quais são as habilidades e competências para que a inclusão seja efetivada. Tais ações além de ser planejadas, deverão ser significativas. Devemos no momento da adaptação dos conteúdos, evitar sentidos figurados e conotações, utilizar exemplos concretos na exposição de conteúdos e atividades e de preferência, essas situações de aprendizagem devem fazer parte do cotidiano dos alunos. Não devemos ignorar que no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com DI é muito importante a parceria entre a família e escola.

> Existem 2 tipos de adaptação, dentro da adaptação individualizada: Adaptações nos elementos curriculares básicos e adaptações nos elementos de acesso ao currículo. A primeira diz respeito às formas de acesso ao conhecimento, como livros e outros recursos. Já a segunda diz respeito à forma de ensino, desde a metodologia até a avaliação. (RHEMA EDUCAÇÃO, 2023, s/p).

Antes de realizar as adaptações aos alunos com deficiência intelectual, o professor deverá analisar a personalidade de seu aluno, saber das habilidades e competências desse aprendiz, guiará o professor em suas decisões ao melhor caminho a ser percorrido para o processo da aprendizagem. Outra importância determinante para a adaptação curricular e de acesso ao conhecimento é trabalhar o mesmo currículo com a turma, assim a pessoa com deficiência intelectual não se sentirá excluída e sim próxima e igual aos colegas. Durante o desenvolvimento das situações de aprendizagem, o professor deve avaliar se o aluno está acompanhando as atividades e aos poucos entender os seus avanços. (RHEMA EDUCAÇÃO, 2023, s/p).

Garantir a todos, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, é um princípio que está na Constituição desde 1988. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, art. 205).

Vygotsky (2001), potencializa e valoriza os ganhos de aprendizagem a partir da interação e colaboração social dos alunos, portanto o professor se apresenta como mediador e assume a importância de fazer uso de estratégias que possam atender as necessidades do aluno com deficiência. Deixa nítido também que devemos respeitar as limitações que esses alunos apresentam no processo de aprendizagem, seja elas por deficiência ou por defasagens.

É fundamentado pelos estudos de Vygotsky (2001, p. 331), o desenvolvimento decorrente da colaboração via imitação, o desenvolvimento decorrente da aprendizagem é o fato fundamental. “[...] Porque na escola a criança não aprende o que sabe fazer sozinha, mas o que ainda não sabe fazer e lhe vem a ser acessível em colaboração com o professor e sob sua orientação”.

As respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a garantir a todos os alunos, inclusive aos que apresentam necessidades educacionais especiais, são as chamadas Adaptações Curriculares. Levando-se em conta o conjunto de necessidades educacionais

do alunado, as estratégias compreendem ações denominadas de Adaptações Curriculares de Grande Porte, quando estas são de competência e atribuição das político administrativas superiores, por exigirem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática; e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte que compreende modificações menores, de competência do professor, como pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola é o instrumento teoricamente metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, para quem e como se vai fazer.

> Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.(Resolução CNE/CEB Nº2, 2001).

As adaptações curriculares necessitam ser pensadas, a partir do contexto grupal em que se insere determinado aluno; a partir de cada situação particular e não como propostas universais, ao passo que as adequações se referem a um contexto. Ao professor deverá ser assegurado o suporte necessário para que em sala de aula possa disponibilizar de todos os meios, métodos, técnicas e recursos a fim de garantir ao aluno deficiente intelectual, todas as possibilidades para o seu desenvolvimento.

Imagem 1: Dificuldade de aprendizagem é normal, mas tudo pode mudar.

Disponível em: Dificuldade De Aprendizagem?! Dicas Que Podem Te Ajudar. - News Geek. Acesso 14 jun. 2023.

Os tipos de estratégias que são necessárias a fim de permitir que todos os alunos, inclusive o de deficiência intelectual, participem integralmente das oportunidades educacionais, são percebidos a partir das necessidades especiais destes. Abaixo listamos sugestões que deverão ser pensadas sempre na adaptação das atividades para os alunos com DI de acordo com Henriques (2005, s/p).

Utilização de situações concretas para todas as aprendizagens;
Utilização de situações problemas, vivenciadas pelo aluno, para a aprendizagem dos números;
O trabalho em grupo, sempre que possível;
Leitura coletiva em voz alta, mais lenta;
Sempre que necessário dividir o conteúdo em parte menores;
Quando o aluno tem dificuldades em copiar, trazer os textos e as atividades impressas;
Fazer a interpretação de algo que o aluno tenha assistido na televisão;
Listar os assuntos de interesse do aluno e sempre que possível introduzi-lo no conteúdo a ser trabalhado;
Listar os assuntos de interesse do aluno e sempre que possível introduzi-lo no conteúdo a ser trabalhado;
Introdução de objetivos e conteúdos específicos complementares a fim de contemplar necessidades essenciais especificas;
Eliminação de objetivos e conteúdos específicos quando estes ultrapassam as condições do aluno em atingi-los.

Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rosangela_maria_henriques.pdf. Acesso 13 jun. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos ao final das pesquisas sobre a importância das adaptações de atividades para alunos com deficiência intelectual. Diante de uma era inclusiva e com tantos desafios, a sociedade precisa estar pronta para promover e efetivar a cidadania dessas pessoas com deficiência intelectual. Entendemos que a sociedade estigmatizou muitas vezes as pessoas que apresentam atraso cognitivo

e atribui a elas uma duplicidade de termos pejorativos e estigmatizantes, sendo um deles capaz de excluir a pessoa de viver uma vida adulta. Os graus da deficiência podem se mostrar diferentes, como leve, moderado e grave e a escola deve se adequar para receber esses estudantes.

Para que os alunos sejam classificados como portadores de deficiência cognitiva, eles devem apresentar déficits no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo. O funcionamento intelectual se refere à capacidade de uma pessoa de planejar, compreender e raciocinar, enquanto o comportamento adaptativo se refere à capacidade do indivíduo de aplicar habilidades sociais e práticas na vida cotidiana.

As respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a garantir a todos os alunos, inclusive aos que apresentam necessidades educacionais especiais, são as chamadas Adaptações Curriculares. Levando-se em conta o conjunto de necessidades educacionais do alunado, as estratégias compreendem ações denominadas de Adaptações Curriculares de Grande Porte, quando estas são de competência e atribuição das político administrativas superiores, por exigirem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática; e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte que compreende modificações menores, de competência do professor, como pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula.

Como sugestão, o professor deve realizar uma sondagem antes de adaptar as atividades com o objetivo em entender quais são as habilidades e competências desses alunos. Os docentes devem evitar abstrações e utilizar situações concretas para todas as aprendizagens.

Nas situações problemas, as atividades deverão fazer parte da vida do aluno, priorizar trabalhos em grupos para troca de experiências e pertencimento a turma, leitura sempre em voz alta e lenta. Os professores devem trabalhar em adaptações considerando um objetivo e dividi-las em momentos. Para alunos que não conseguem ou têm dificuldades com a escrita, as atividades deverão ser impressas e elaboradas pelo campo semântico e visual.

Finalizando, outra importância determinante para a adaptação curricular e de acesso ao conhecimento é trabalhar o mesmo currículo com a turma, assim a pessoa com deficiência intelectual não se sentirá excluída e sim próxima e igual aos colegas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da União] - Seção 1 - data 23 dez.1996, p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual.** Elaboração de Adriana L. Lima Verde Gomes, Jean-Robert Poulin e Rita Vieira de Figueiredo. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: UFCE, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº2, 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: CEB0201.doc (mec.gov.br). Acesso em 15 jun. 2023.

DIAS, Sueli de Souza. OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes. **Deficiência intelectual na perspectiva histórico – cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.2, p. 169-182, abr.-jun., 2013.

NEUROSABER. **Atividades adaptadas para alunos com deficiência intelectual.** Disponível em: **Atividades adaptadas para alunos com deficiência intelectual - Instituto NeuroSaber.** Acesso 14 jun. 2023.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, out./dez. 2012. Disponível em: scielo.br/j/ep/a/xFx3Cz3H5dP9kGhk9Vm3s8y/?format=pdf. Acesso 10 jun. 2023.

SÃO PAULO, SME: Instrução normativa SME 14, de 04/03/2022 – **reorganiza o projeto especial de ação – PEA elaborado pelas unidades educacionais da rede municipal de ensino e dá outras providências.** Disponível em INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 14, DE 04/03/2022 - REORGANIZA O PROJETO ESPECIAL DE AÇÃO – PEA ELABORADO PELAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (sinesp.org.br). Acesso 14 jun. 2023.

SILVA, Milena Rosane da. **Adequação curricular para uma prática educacional inclusiva**. Brasília. 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14550/1/2015_MilenaRosanedaSilva_tcc.pdf. Acesso 13 jun. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo. Editora Martins Fontes, 2001.

OS PRIMEIROS SOCORROS NO COTIDIANO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

LUCIANE MALTESE CAMPOS
Graduação em Pedagogia na Universidade Cidade de São Paulo (2000); Especialista em Neuropsicopedagogia pela IMEP (2022); Professora na rede municipal de São Paulo.

RESUMO

Esta escrita deste artigo traz algumas considerações acerca dos ambientes escolares que abrigam uma grande quantidade de alunos, onde, a maioria permanece um longo período. Crianças têm muita energia e a necessidade de extravasá-la através de atividades que favorecem a movimentação nos intervalos, onde muitas vezes permanecem correndo e brincando intensamente. Preparar a população para os primeiros socorros é fundamental para que se torne mais capacitada, em especial no âmbito escolar, para assim atuar de forma correta na prestação de técnicas de socorro. É óbvio que nenhum treinamento de primeiros socorros irá substituir o atendimento de um profissional da saúde, porém, ao socorrer a vítima de forma correta podem contribuir para um resultado satisfatório no socorro. Para o embasamento teórico deste artigo foram realizadas pesquisas bibliográficas qualitativas acerca do tema abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Primeiros; Socorros; Escolar.

INTRODUÇÃO

Como o próprio nome sugere, são os procedimentos de emergência que devem ser aplicados a uma pessoa em perigo de vida, visando manter os sinais vitais e evitando o agravamento do quadro, até que ela receba assistência definitiva.

Os procedimentos adotados nos primeiros socorros surgiram com o suíço Jean Henry Dunant, no ano de 1859, projeto apoiado pelo imperador francês Napoleão III, e tinha o intuito de instruir pessoas das comunidades locais, principalmente aquelas que viviam em estado de guerra.

Desde a sua criação até os nossos dias, as técnicas de primeiros socorros são tidas como de fundamental importância para a vida humana. Nota-se, estatisticamente, que muitas pessoas feridas e/ou acidentadas acabam vindo a óbito antes de chegar a uma unidade de saúde, devido à falta de

um atendimento adequado nos primeiros socorros, atendimento esse que poderia ser realizado por qualquer tipo de pessoa devidamente e previamente instruída.

Primeiros socorros são todas as atividades de caráter técnico ou médico prestadas a uma pessoa que acaba de sofrer um mal súbito ou que tenha sido vítima de algum acidente.

É muito importante que as medidas prestadas no atendimento sejam do conhecimento de todos, visando ao lado prático das técnicas, pois quando um acidente acontece, a situação de pânico instala-se nas vítimas e em quem está prestando socorro, atrapalhando bastante o atendimento, caso não esteja acostumado com essas situações.

O treinamento repetida vezes condicionará o socorrista à sequência utilizada em cada caso, eliminando aqueles minutos preciosos gastos com o ordenamento de ideias e que, muitas vezes, é o limite entre a vida e a morte. Toda pessoa que estiver realizando o atendimento de primeiros socorros deve, antes de tudo, atentar para a sua própria segurança.

O impulso de ajudar a outras pessoas não justifica a tomada de atitudes inconsequentes, que acabem transformando-o em mais uma vítima. A seriedade e o respeito são premissas básicas para um bom atendimento de primeiros socorros. Para tanto, evite que a vítima seja exposta desnecessariamente e mantenha o devido sigilo sobre as informações pessoais que ela lhe revele durante o atendimento.

OS PRIMEIROS SOCORROS NO COTIDIANO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

Os acidentes na infância e adolescência, além de causarem prejuízos a sua vida, podem causar sequelas físicas ou emocionais e até mesmo o insucesso escolar (SÃO PAULO, 2007; GARCIA, 2008).

Dessa forma, é comum a necessidade de o professor prestar os primeiros socorros aos alunos acidentados nas escolas, por se tratar do adulto mais próximo dos alunos e que, muitas vezes, está presente na hora do acidente. Os primeiros socorros são os cuidados iniciais que devem ser prestados rapidamente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em perigo a sua saúde e vida, com o objetivo de manter as funções vitais e evitar o agravamento de suas condições, aplicando medidas e procedimentos até a chegada de assistência qualificada.

Estes cuidados podem ser realizados por qualquer pessoa, mesmo não sendo profissional da saúde, desde que esteja capacitado (BRASIL, 2003). Estudos demostram que os professores não recebem durante sua formação o treinamento em primeiros socorros. Por conseguinte, não sabem como agir em situações que ponham em risco a vida e saúde dos alunos, conduzindo de forma inadequada os procedimentos à criança vítima de acidentes.

A qualificação do educador para a realização das técnicas dos primeiros socorros é primordial, uma vez que estas são ações essenciais para reduzir as chances de agravamento das lesões por negligência ou manejo inadequado da vítima (GARCIA, 2008; CALADRIM et al., 2017).

Assim, dada a indispensabilidade de tal qualificação, verifica-se que a educação é definida como um processo de humanização, que acontece ao longo de toda a vida, em diversos espaços e situações e está ligada à aquisição e articulação do conhecimento popular e científico, e pode ser entendida como uma reorganização, incorporação e criação de conhecimento.

A educação e a saúde são práticas sociais que sempre estiveram interligadas, desta forma, a educação em saúde é de grande relevância na prevenção de doenças e promoção da saúde, pois o conhecimento possibilita uma maior argumentação crítica e, consequentemente, sensibiliza as pessoas a desenvolverem medidas benéficas para a saúde (GOMES et al., 2011).

Fonte: https://cursosepicos.com.br/blog/qual-e-importancia-de-aprender-os-primeiros-socorros. Acesso 10 jun. 2023.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define acidente como um acontecimento que independe da vontade humana, desencadeado pela ação repentina e rápida de uma causa externa produtora ou não de lesão corporal ou mental.

Todo acidente é causado por um agente externo, por um desequilíbrio que ocorre entre o indivíduo e o seu ambiente, o que permite que certa quantidade de energia seja transferida do ambiente para o sujeito, capaz de causar dano. A energia transferida pode ser mecânica (quedas e trombadas), térmica (queimaduras), elétrica (choques) ou química (envenenamentos) (SÃO PAULO, 2007).

Fonte: https://blog.maxieduca.com.br/primeiros-socorros-escolar/. Acesso 10 jun. 2023.

Segundo a Lei nº 9.656/98, casos de emergência são aqueles em que há risco imediato de morte ou de lesões irreparáveis para o paciente. Por exemplo, um infarto ou um acidente vascular encefálico (AVE). Enquanto os casos de urgência são aqueles resultantes de acidentes pessoais (por exemplo, uma fratura causada por uma queda) (BRASIL,2004).

Desta forma, os primeiros socorros podem ser definidos como os cuidados imediatos que devem ser prestados rapidamente a uma pessoa, vítima de acidentes ou de mal súbito, cujo estado físico põe em perigo a sua vida com o fim de manter a estabilidade e evitar a piora de suas condições, aplicando ações e técnicas adequadas até a chegada de assistência qualificada (BRASIL, 2003). Esses cuidados iniciais, prestados no local do acidente, tem como objeto salvar a vida ameaçada e a evitar que se agravem os males de que a vítima está acometida. As primeiras duas horas após o acidente são as mais importantes para determinar e garantir a recuperação ou a sobrevivência das pessoas feridas.

Fonte: https://escolakids.uol.com.br/ciencias/primeiros-socorros.htm. Acesso 10 jun. 2023.

A omissão de socorro e a falta de atendimento de primeiros socorros eficiente são os principais motivos de mortes e danos irreversíveis nas vítimas (JÚNIOR et al., 2013).

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 135, descreve o delito de omissão de socorro, que consiste na atitude de “deixar de socorrer pessoas em situação de vulnerabilidade, como crianças abandonadas ou perdidas, pessoas inválidas, com ferimentos, ou em situação de risco ou perigo; não pedir, nesses casos, o socWorro da autoridade pública”.

Esta lei tem como objetivo a proteção da saúde e da vida, a punição para quem omite socorro nestes casos citados é de detenção de um a seis meses e multa. No caso de a consequência da omissão resultar em lesão grave, a pena será duplicada e, caso resulte em morte, triplicada (BRASIL, 1998).

Os acidentes no âmbito escolar são bastante frequentes. A agitação, a curiosidade e a dificuldade de avaliar e prever as consequências dos atos que são inerentes à infância e tornam a criança vulnerável a incidentes.

Devido a estes fatores, o educador nem sempre está preparado para lidar com estes eventos. A escola é um ambiente propício a acidentes devido ao grande número de crianças e adolescentes que nela se encontram, interagindo e desenvolvendo as mais diversas atividades motoras e esportivas.

Os acidentes na infância e adolescência, além de causarem prejuízos a sua vida, podem causar sequelas, tanto física como emocionais, podendo gerar até mesmo o insucesso escolar (GARCIA, 2008).

Com as transformações sociais que estão ocorrendo nas famílias, muitas vezes com ambos os pais trabalhando fora para sustentar a família, as crianças estão passando cada vez mais tempo nas escolas. Os aspectos relacionados ao desenvolvimento geral, assim como específicos: físico,

cognitivo, psíquico e de relacionamento, a idade cronológica de crianças e adolescentes acabam por determinar o acontecimento de acidentes.

Desta forma, a segurança no espaço escolar, no que diz respeito ao ambiente físico, deve ser alvo de constante preocupação dos responsáveis, professores e da direção da escola, uma vez que a escola tem o dever de propiciar um ambiente saudável e seguro, que proteja os alunos de quaisquer circunstâncias que possam representar risco a saúde, tanto física quanto psicológica, a fim de garantir um aprendizado de qualidade e desenvolvimento pleno das crianças (SENA et al., 2008; IBGE, 2016).

Sendo assim, as escolas e os professores têm um papel importante na promoção de saúde, na prevenção de doenças e de acidentes entre crianças e adolescentes. Em muitas situações, a falta de conhecimento em primeiros socorros acarreta inúmeros problemas, como, por exemplo, estado de pânico ao ver o acidente, manipulação incorreta da vítima e solicitação desnecessária do socorro especializado.

É nesse contexto que se torna importante o conhecimento sobre primeiros socorros entre professores e profissionais da educação (SALES et al., 2016).

Segundo a OMS, os acidentes estão entre as primeiras causas de óbito nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, representando, ao lado da violência, o primeiro lugar em morbimortalidade de crianças e adolescentes entre 5 e 19 anos de idade. Dos acidentes com crianças em idade escolar, de 10 a 25% ocorrem na escola ou em seu entorno.

No Brasil, de 6 a 13% dos acidentes em crianças nesta faixa etária, ocorrem em instituições de ensino (SENA et al., 2008).

O educador esta suscetível a vivenciar, durante seu período de trabalho, situações em que os estudantes necessitem de atendimento de emergência, em virtudes de acidentes que possam acontecer.

Por isso, a importância do professor estar capacitado para realizar os primeiros socorros, pois devem estar preparados para agir de maneira eficiente, segura e adequada frente a um estudante lesionado, já que eles são, geralmente, a primeira pessoa a presenciar o acidente (CALADRIM et al., 2017).

Atualmente não existe na grade curricular da maior parte dos cursos de licenciatura uma disciplina que ensine noções básicas de primeiros socorros, assim como na estrutura curricular nas redes de ensino.

Por isso os professores, de modo geral, não sabem como agir em situações que ponham em risco a vida e saúde dos alunos, podendo realizar o atendimento a qualquer criança vítima de acidentes ou que se apresente com outra condição patológica de forma incorreta (GARCIA, 2008).

Por estes motivos, a qualificação do educador para a realização das técnicas dos primeiros socorros é primordial, tendo em vista que este é um ponto chave para reduzir as chances de agravamento das lesões por negligência ou manejo inadequado da vítima.

Além disso, um acidente que ocorre na escola pode gerar vários transtornos para a instituição. Além da responsabilidade legal, o professor ao atender um acidentado, abandona os outros alunos, situação que facilita a ocorrência de outro acidente durante a sua ausência (CALADRIM et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais que atuam no ambiente escolar, sejam eles professores ou funcionários, devem receber treinamentos formais e continuados para enfrentar as emergências no ambiente escolar, uma vez que as crianças e adolescentes em idade escolar são mais vulneráveis a sofrerem as situações de risco devido a características próprias do desenvolvimento, físicas e comportamentais, incluindo vias aéreas mais estreitas, menor massa corporal e pele mais fina e mais suscetível a lesões.

Com base no exposto, podemos concluir que as atividades dos alunos devem ser constantemente supervisionadas pelos profissionais da educação, especialmente nos horários dos intervalos entre as aulas, nos momentos nos playgrounds, nas piscinas e durante atividades esportivas, onde os alunos possuem maior liberdade.

Desta forma, é comum que os educadores presenciem acidentes no âmbito escolar e tenham que prestar os primeiros socorros. Entretanto, muitas vezes eles não se sentem capacitados ou seguros para tal ação, pois atualmente os professores não recebem, em sua grande maioria, treinamento em primeiros socorros durante sua formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.** Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de mai. 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf . Acesso 10 jun. 2023.

_____. **Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.** In: **Legislação Brasileira de Proteção e Defesa do Consumidor.** 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. Disponível em: http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_dl2848.pdf. Acesso 10 jun. 2023.

_____.**Manual de Primeiros Socorros.** Rio de Janeiro. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2003. Disponível em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biossegu-ranca/manualdeprimeirossocorros . Acesso 10 jun. 2023.

BOTELHO, L. L. R. et al. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v.5, n.11, p.121-136, Mai./Ago., 2011.

BICUDO, J. N.; CARVALHO, W. B. **Traumatismo cranioencefálico.** In: CARVALHO, E. S.; CARVALHO, W. B. **Terapêutica e prática pediátrica**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2000. Cap.53, p. 231-234.

CALANDRIM, L. F. et al. **Primeiros socorros na escola: treinamento de professores e funcionários.** Northeast Network NursingJournal, v. 18, n. 3, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/20044. Acesso 20 set 2022.

CORDEIRO, A. M. et al. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa.** Rev. Col. Bras. Cir., Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, Dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010069912007000600012&l. Acesso 10 jun. 2023.

GARCIA, A. R. R. **Acidentes e lesões no ambiente escolar: conscientizar e prevenir.** Dia a Dia Educação, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2140-8.pdf . Acesso 10 jun. 2023.

MARTINS, H. S. et al. **Emergências clínicas: abordagem prática**. 9. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406 p. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de saúde escolar: 2015. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2016.

RODRIGUES, H. G.; RODRIGUES, E. A. F. **Os primeiros socorros na educação física escolar**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 1. Vol. 9. pp. 215-234, 2016. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/os-primeiros-socorros-na-educacao-fisica-escolar . Acesso 10 jun. 2023.

SALES, J. S. et al. **Formação de professores e nível de conhecimento de professores de educação física escolar sobre os primeiros socorros na cidade do Natal/RN.** Revista Humano Ser, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: https://periodicos.unifacex.com.br/humanoser/article/view/856. Acesso 10 jun. 2023.

SORATTO, J. et al. **Estratégia saúde da família: uma inovação tecnológica em saúde**. Texto Contexto Enferm, v. 24, n. 2, p. 584-92, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n2/pt_0104-0707-tce-24-02-00584.pdf. Acesso 10 jun. 2023.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÂO NO DESENHO INFANTIL

LUCIENE LIMA DOS SANTOS CARRASCO
Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Do Grande ABC-UNIABC (2012); Especialista em Psicopedagogia pela Universidade de Iguaçu-UNIG (2014); Especialista em educação Infantil pela Faculdade de Conchas-FACON (2015); Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

No decorrer do tempo, as garatujas, que refletiam sobretudo o prolongamento de movimentos rítmicos de ir e vir, transformam-se em formas definidas que apresentam maior ordenação, e podem estar se referindo a objetos naturais, objetos imaginários ou mesmo a outros desenhos. Na medida em que crescem, as crianças experimentam agrupamentos, repetições e combinações de elementos gráficos, inicialmente soltos e com uma grande gama de possibilidades e significações e, mais tarde, circunscritos a organizações mais precisas. Apresentam cada vez mais a possibilidade de exprimir impressões e julgamentos sobre seus próprios trabalhos. Enquanto desenham ou criam objetos também brincam de “faz-de-conta” e verbalizam narrativas que exprimem suas capacidades imaginativas, ampliando sua forma de sentir e pensar sobre o mundo no qual estão inseridas. Na evolução da garatuja para o desenho de formas mais estruturadas, a criança desenvolve a intenção de elaborar imagens no fazer artístico. Começando com símbolos muito simples, ela passa a articulá-los no espaço bidimensional do papel, na areia, na parede ou em qualquer outra superfície. Passa também a constatar a regularidade nos desenhos presentes no meio ambiente e nos trabalhos aos quais ela tem acesso, incorporando esse conhecimento em suas próprias produções.

PALAVRAS-CHAVE: Desenhos; Intenção; Símbolos.

INTRODUÇÃO

Uma das principais ferramentas utilizadas no Diagnóstico Psicopedagógico é a análise de testes projetivos, cuja finalidade é a projeção de conteúdos presentes no inconsciente da criança de forma concreta, ou seja, por meio da utilização de figuras prontas ou de desenhos feitos por ela. A partir dessa análise é possível verificar e levantar hipótese sobre a modalidade de aprendizagem, o vínculo com o ser que ensina e com a família.

É isso que difere os testes projetivos utilizados na psicopedagogia dos testes utilizados na

psicologia, pois os últimos são voltados para a investigação da personalidade e comportamento, dentro do âmbito emocional. Testes como o par educativo, o desenho da família, da figura humana e outros, são muito utilizados em consultório; no entanto a aplicação do desenho livre com o objetivo de avaliar o desenvolvimento cognitivo é pouco utilizado e conhecido. Este teste pode ser uma ferramenta importantíssima para avaliar e detectar um possível atraso no desenvolvimento cognitivo da criança, tanto na clínica como em sala de aula.

Condições psicossociais: método utilizado tanto em consultórios de psicólogos quanto em várias escolas.

Ferreira (1998, apud Japiassu, 2005, p.88) quando comenta referindo-se à teoria vygotskyana:

> A teoria de Vygotsky apresenta um avanço no modo de interpretação do desenho... porque... a figuração reflete o conhecimento da criança; e seu conhecimento, refletido no desenho, é o da sua realidade conceituada, constituída pelo significado da palavra.

De acordo com Santos (2004):

> A avaliação tem diversos efeitos sobre a aprendizagem, entre eles o de prover informação ao professor e ao aluno sobre os progressos e os obstáculos que se encontram no processo de sua aprendizagem, como os possíveis erros que o aluno e o professor devem superar, (p. 988).

Essas palavras de Santos são sem dúvida aplicáveis a qualquer que seja a disciplina ou tipo de avaliação. Mas referindo-se diretamente ao desenho do aluno esta autora afirma:

> O aluno que pelo menos tenta fazer alguma coisa, mesmo que não alcance ou não consiga, não pode ser considerado um aluno ruim. Você tem que aproveitar o que ele faz. (SANTOS, 2004, p. 988).

Apesar de não estarmos preocupados com a beleza ou quaisquer outros atributos inerentes ao desenho dos alunos, torna-se plausível concordar com Santos no que se refere ao aproveitamento do que ele nos diz através de seu relato gráfico.

“Segundo o Referencial Curricular” para educação infantil, a avaliação deve buscar entender o processo de cada criança, a significação que cada trabalho comporta, afastando julgamentos, como feio ou bonito, certo ou errado, que utilizados dessa maneira em nada auxiliam o processo educativo. Quando se aborda a questão de avaliação em artes visuais, surge inevitavelmente a discussão sobre a possibilidade de realizá-la, posto que as produções em artes são sempre expressões singulares do sujeito produtor e, sendo assim, não seriam passíveis de julgamentos. A avaliação deve ser sempre processual e ter um caráter de análise e reflexão sobre as produções das crianças. Isso significa que a avaliação para criança deve explicitar suas conquistas e as etapas do seu processo criativo; para o professor, deve fornecer informações sobre a adequação de sua prática para que possa repensá-las e estruturá-las sempre com mais segurança.

ORIENTAÇÕES: REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL (DESENHO)

Para que a criança possa desenhar, é importante que ela possa fazê-lo livremente sem intervenção direta, explorando os diversos materiais. Há várias intervenções possíveis a serem

realizadas e que contribuem para o desenvolvimento do desenho da criança. Uma delas é, partindo das produções já feitas pelas crianças, sugerir-lhes, por exemplo, que copiem seus próprios desenhos em escala maior ou menor. Esse tipo de atividade possibilita que a criança reflita sobre seu próprio desenho e organize de maneira diferente os pontos, as linhas e os traçados no espaço do papel. Outra possibilidade é utilizar papéis que já contenham algum tipo de intervenção, como, por exemplo, um risco, um recorte, uma colagem de parte de uma figura, para que a criança desenhe a partir disso.

É interessante propor às crianças que façam desenhos a partir da observação das mais diversas situações, cenas, pessoas e objetos. O professor pode pedir que desenhem a partir do que viram. Por exemplo, a criança pode perceber as formas arredondadas dos calcanhares, distinguir os diferentes tamanhos dos dedos, das unhas, observar a sola do pé e a parte superior dele, bem como as características que diferenciam os pés de cada um.

POSSIBILIDADES DO DESENHO PARA ALÉM DO LÁPIS E PAPEL

O desejo de identificar, tradição em nossa “cultura pedagógica” reforçada pela ideia de arte como cópia da realidade e não como percepção analógica desta realidade, além do pouco conhecimento sobre a metamorfose gráfica por que passa uma criança, deixam, frequentemente, poucos elementos para o educador avaliar uma produção plástica. Talvez ele mesmo tenha tido poucas chances de desenvolver seu “ser artista”, seu lado estético. Há também uma pressa para que a criança deixe logo as garatujas, os desenhos irreconhecíveis, e por isto tanta ênfase na identificação. Todavia, este período é extremamente rico.

As formas significantes, ou melhor, as linhas significantes, expressam um movimento rítmico, que é acompanhado de um grande prazer visual e corporal da criança. Muitos são os teóricos que podem nos ajudar a compreender a metamorfose gráfica por que passa a criança. Luquet, Herbert Read, foram alguns dos pioneiros neste estudo. Lowenfeld, um dos mais divulgados no Brasil, escreveu seu livro “Creative and mental growth” em 1947, mas só em 1977 e concretizada sua tradução para o português, tradução esta realizada sobre a quinta edição americana que teve a participação de Brittain. Para Lowenfeld os primeiros registros da criança no papel são classificados em garatujas incontrolada, controlada (longitudinal e circular) e identificada. Em 1970, Rhoda Kellogg, edita “Analysing children’s art”, com tradução em espanhol.

Rhoda Kellogg estudou o desenvolvimento plástico da criança enfocando profundamente a produção até cinco, seis anos. Ela aponta um canal de leitura para estes desenhos quando nos mostra “20 rabiscos gráficos”. Estes são os movimentos que a criança traça no papel, com ou sem controle visual, são eles: pontos; linha vertical simples; linha horizontal simples; linha fluida envolvente; linha zig-zag ou ondulada; linha de uma volta simples; linha diagonal simples; linha curta simples; linha vertical múltipla; linha horizontal múltipla; linha diagonal múltipla, linha curva múltipla; linha fluida aberta; linha de voltas múltiplas; linha espiral; círculo/múltiplos; círculo com linhas múltiplas, linha circular espalhada; círculo simples cruzado e círculo imperfeito. Para Rhoda, os 20 rabiscos básicos são produzidos em 17 padrões diferentes de colocação no papel. Lidando com os espaços cheios

e vazios, espontaneamente a criança vai deixando emergir os 6 diagramas básicos: círculo ou oval, quadrado ou retângulo, triângulo, cruz, xis, formas irregulares. Uma estrutura linear leva a outra. Assim os 20 rabiscos básicos, levam os diagramas a se combinarem, aparecendo os agregados e as mandalas (círculos ou quadrados cortados por linhas, ou círculos e quadrados concêntricos), e que prepara o surgimento do sol, dos radiais, dos rostos e figuras solares e da figura humana.

Para Rhoda, as formas encontradas na arte infantil desenvolvem-se das percepções infantis de suas próprias garatujas. Para ela a tendência das crianças de fazer formas é tão forte e profunda que parece ser inata. Sua análise confirma a crença de que o olho e o cérebro humano estão predispostos para ver formas de conjunto, que esta predisposição tem lugar durante a interação entre mão e olho ao fazer formas com propósito e claridade crescente à medida que vai crescendo é que as formas são equilibradas. Além disto, os primeiros trabalhos figurativos estão muito influenciados pelas garatujas que fez antes, de forma que os desenhos de figuras humanas, animais, casas, plantas e transportes, refletem diagramas, combinações, agregados, mandalas e radiais que traçou antes.

A escrita também se oferece como desenho para a criança. Diz Florence de Meredieu:

> Parte atraente do universo adulto, dotada de prestígio por ser secreta, a escrita exerce uma verdadeira fascinação sobre a criança. Muito cedo, ela tenta imitar a escrita dos adultos. Geralmente, é entre os três e quatro anos que a criança produz essa escrita fictícia, traçada em forma de dentes de serra e carregada para ela de uma fabulosa polissemia. (FLORENCE DE MEREDIEU, 2006,p.11).

É o nascimento e apropriação de um texto que se tornará escrita com signos, num caminho aprofundado por Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Luria. Não se pode falar que há um desenho melhor que o outro. Cada um fala de uma maneira singular e única. Uma linha conduz a outra, uma forma conduz a outra, uma descoberta conduz a outra. Não são possíveis receitas. Mas as respostas estão nos próprios desenhos das crianças, que se desvelam e se ampliam no fazer. É só o educador os observar, refletir sobre eles, planejar as ações, vivê-las com consciência pedagógica, avaliá-las através da observação e da reflexão para novos planejamentos vivências e avaliações, em rodízio constante, instrumentos metodológicos importantes como nos diz Madalena Freire Weffort, e que nos impulsionam para uma práxis cada vez mais competente.

BUSCANDO SIGNIFICADOS AOS DESENHOS

Segundo os psicólogos da Unidade de Desenvolvimento Psicológico e Educativo de San Salvador, por ética, só uma pessoa especializada, como alguns psicólogos, pode interpretar os desenhos, seguindo protocolos estabelecidos para esse fim. O especialista deve levar em conta a condição biográfica e familiar da pessoa que desenhou, bem como sua história pessoal, que servirá como marco de referência de quem está fazendo o desenho. Além disso, é necessário levar em conta que um desenho é importante, mas não define tudo. É uma expressão de sentimentos e de desejos que podem ajudar, a saber, por exemplo, como se sente a criança a respeito da sua família, sua escola etc.

Uma pesquisa feita nos Estados Unidos teve bom resultado ao utilizar desenhos para avaliar problemas psicológicos e emocionais de crianças de até cinco anos. Os cientistas deram questionários

aos jovens, sugerindo problemas emocionais em outras crianças. Para responder, os jovens analisados precisavam marcar as alternativas com desenhos. O estudo foi feito com 107 crianças, e suas mães responderam aos mesmos questionários. Os pesquisadores perceberam diversos problemas como ansiedade, depressão e distúrbios de atenção, como a hiperatividade. Cerca de 15% a 20% das crianças analisadas apresentaram problemas emocionais e comportamentais. Quando os pesquisadores compararam os resultados com um padrão de medição eles perceberam que as respostas das crianças eram um bom indicador de problemas potenciais. A conclusão do estudo é que os médicos podem e devem utilizar mais as próprias crianças para avaliarem os seus problemas emocionais.

Segundo a Drª. Beth Wildman, que participou do estudo, os médicos costumam passar menos de 15 minutos com uma criança, em média, o que impede um conhecimento mais profundo do seu comportamento. O estudo foi publicado na última edição do Archives of Family Medicine.

LEITURA DO DESENHO INFANTIL EM ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA

Lorenzer (1986) afirma que a interação com os objetos não é o início da socialização, é uma forma de apropriação cultural, por meio da manipulação dos objetos para incorporar seus atributos. Graças ao objeto, a criança entra na práxis coletiva, sem a mediação do adulto, como uma experiência de jogo interativo em contextos de vida. Este mundo lúdico engloba roupas, utensílios e espaços domésticos, arquitetura, ambiente urbano e natural, moldados pelo ser humano.

O indivíduo resultante retira o infante do domínio do dia, ou o envolve na comunidade, antes do advento da linguagem e em alternância com figuras linguísticas, ou entra em contato com os significados coletivos. Os objetos são veículos de significado em acordo coletivo, que são colocados à disposição do bebê dentro de uma modalidade sensorial imediata. Essa proximidade oferece uma abertura para o confronto entre o ambiente e o indivíduo. Da mesma forma, certos objetos carregam um significado livre de propósito, como no conceito de "arte", e independente do uso instrumental, constituindo contornos sociais de comportamento.

Esses diferentes símbolos da linguagem serão integrados na interação sensorial imediata, constituindo a área dois símbolos representativos derivados, em correspondência com a troca com o mundo exterior e em contraste com os símbolos linguísticos, correspondentes aos signos externos da linguagem. Antes do advento da linguagem, surge um quadro de significados (de figuras de práxis) que preservam formas de socialização culturalmente mediadas. Portanto, as representações plásticas.

Esse jogo leva ao estabelecimento de uma figura de experiência na representação do outro, como disponibilidade lúdica nas situações. As imagens são o fundamento das fantasias poetizadas e cênicas, a partir das quais as figuras de linguagem incorporam o percurso emergente das experiências cênicas e sensoriais, estabelecidas a partir de processos corporais fundados no nível básico da subjetividade. Na obra de arte, discutem-se hábitos e práticas, desde o panorama artístico (como no caso do design), que oferecem figuras infantis, como objetos, vínculos entre significados coletivos e experiências individuais, fórmulas de interpretação do mundo e comportamentos parceiros, figuras

do jogo social ou contornos da interação humana com o mundo.

O desejo infantil é, portanto, com base na posição de Lorenzer (2002), a representação de um modelo de prática de vida, derivado do imediatismo sensorial, da complexidade da prática humana, uma relação simbolizada entre o desejo infantil e seu ambiente de vida, como uma figura central no mundo das crianças em um momento de individuação. No simbolismo gráfico, a vivência da infância se destaca no imaginário coletivo como expressão única da prática em que é criada ou submetida ao desenvolvimento. A qualidade representativa do nível simbólico pode combinar utilidade com estética (como na arquitetura) e expressar o conteúdo de experiências que não podem (ou ainda não podem) ser enunciadas na linguagem e que carecem (mesmo) de consenso linguístico (como somos).

Ao ser desvendado, o infante confere a seus grafismos um sentido que evidencia uma situação integral, sem desarticulação, como a interação completa com um objeto no campo imediato e sensorial, em contraste com os símbolos organizados na linguagem. Uma interação imediata e sensorial é substituída por outra do mesmo caráter.

Na estrutura da subjetividade, as interações simbólico-sensoriais correspondem à simbologia apresentativa, as interações simbólico-linguísticas aos signos da linguagem; ambos estabelecem comércio com o mundo exterior, de modo que os primeiros se criam no substrato psicofisiológico como uma sucessão de golpes cínicos, enquanto os segundos ao jantar adquirem um nome, uma figura de linguagem. A impressão sensório-motora será consolidada com a linguagem, para possibilitar o duplo registro da ação e a consciência patrocinadora. A consolidação de um sistema não linguístico de significados, de figuras práxis, é o substrato para a ação regida pela consciência.

A disponibilidade lúdica das situações ultrapassa os limites da discursividade ou da representação simbólica, evocando assim imagens, memórias poetizadas na galeria de arte fantasiosa, ou que mostram como até as figuras da linguagem subjazem sedimentos de vivências de forma sensório-cínicas. O desenho é um gesto individualizado da práxis como um todo, uma conexão simbólica com o coletivo, na rede de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi motivado pelo desejo e curiosidade de identificar as contribuições do desenho infantil no processo de desenvolvimento da criança. No campo psicopedagógico, é por meio do desenho que a criança irá revelar suas limitações, dificuldades, relação amigos e família, revelando dados importantes ao psicopedagogo na investigação de causas representadas no desenho, necessitando além de sua formação acadêmica ter um olhar sutil e sensibilidade com as crianças, é na grafia que a criança representará suas emoções afetivas, motoras e cognitivas, no qual o profissional buscará estratégias de investigação. O desenho é neste sentido indispensável na avaliação psicopedagógica o qual remete ideias do inconsciente e revela características importantes para que o psicopedagogo possa traçar caminhos em busca de um diagnóstico e intervenções associado a outras fontes de pesquisa.

Reunindo e revisando a bibliografia de alguns teóricos, traçando um breve panorama sobre o assunto pode-se perceber o quanto é amplo, interessante e surpreendente o assunto em questão. A observação da evolução do desenho infantil nos leva a conhecermos melhor nossos alunos, avaliando de uma forma mais centrada todas as etapas das quais a criança passa.

Portanto, pensar em desenho, constitui num desafio quando percebemos que muito se tem falado sobre o desenho, mas quase nada em relação ao processo da produção das crianças.

Para que se possa ver a criança com um novo olhar, torna-se necessário que se tenha uma nova atitude em relação a ela, considerando-se que aprender é também interagir com uma multiplicidade de linguagens. Palavras, ações, gestos, expressões de afeto por meio do corpo, do desenho, do olhar, tudo isso compõe o dia a dia da criança dentro do espaço escolar e funcionam como referência de constância e continuidade, tornando o espaço educativo compreensível para ela e abrindo caminhos para as descobertas e as manifestações da criança.

Pensemos no grafismo como um meio pela qual a criança manifesta sua expressão e visão do mundo, o exercício de uma atividade imaginária, que se relaciona a um processo dinâmico, em que a criança procura representar o que conhece e compreende. Pelo fato de o desenho infantil ser um meio de compreensão da realidade, é um valioso instrumento para a construção de conhecimentos, pois mostra um produto resultante da imaginação e atividade criadora da criança. A mudança de olhar para a infância é uma necessidade urgente, responsabilidade de todos aqueles envolvidos com o desenvolvimento da criança. O psicopedagogo tem aí um papel muito importante, pois não pode reproduzir o que escola tem feito, mas ter um olhar diferenciado para perceber, nas marcas deixadas pela criança e o adolescente, sua pré-história de construção do grafismo, para poder propor propostas que ajudem a reconhecer momentos em que houve rupturas no seu processo de desenvolvimento.

Desenhar então é permitir que psiquismo da criança se funda com o movimento registrando seja no papel ou não, figuras que comuniquem ao mundo o interior de cada sujeito. Mais ainda nas crianças que ainda não dominam os signos e símbolos do mundo adulto; deixando em seus traços, registros do seu desenvolvimento cognitivo, motor e psicomotor, além da expressão de suas vontades.

REFERÊNCIAS

BEDARD, Nicole. **Como interpretar os desenhos das crianças.** Edições Cetop.

GREIC, Philippe. **A criança e seu desenho: O nascimento da arte e da escrita.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

JAPIASSU, Ricardo (2001). **Criatividade, criação e apreciação artísticas: a atividade criadora segundo Vygotsky.** In: VASCONCELOS, Mário S. (Org.). Criatividade – Psicologia, Educação e conhecimento do novo. São Paulo: Moderna, p. 43 – 58.

LORENZER, A. Die Sprache, der Sinn, das Unbewusste. **Psychoanalyticisches Grundverständnis und Neurowissenchaften (Linguagem, Sentido e Compreensão Psicanalítica Inconsciente e Neurociências).** Alemão: Klett-Cota. 2002.

LOWENFELD, Victor & BRITTAIN, W. Lambert. **O desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

LUQUET, G. H. **O desenho infantil.** Porto: Ed. Do Minho, 1969.

MARTINS Dinah, **O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade**, editora: Vozes.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. **A formação do símbolo na criança**. Rio de janeiro: Zahar, 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO- **cadernos da rede- Percursos de aprendizagem-** 2011- são Paulo.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, Volume 3- Conhecimento do mundo- Brasília, 1998.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MOREIRA, Ana Angélica Albano. **O espaço do desenho: A educação do educador.** 8 ed. São Paulo: edição Loyola, 1993.

GRINSPUM, Ester. **Disegno, desenho, designo**: ed. Senac, 2007.

MEREDIEU, de Florence, **O desenho infantil.** São Paulo, Cultrix, 2006.

MERLEAU, Pont, na Sarbone. **Resumo de cursos filosofia e linguagem**. Campinas:Papirus, 1990.

Fonte: http://luso-poemas.net/modules/news/artide.php . Acesso 26 de jun. 2023.

Fonte: **Material fornecido no curso de análise de desenho, oferecido pela Central Didática.** Site: www.profala.com/arteducesp62.htm. Acesso 28 de jun. 2023.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO PROCESSO DE INCLUSÃO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS

LUCILENE PEREIRA DOS SANTOS
Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Cidade de São Paulo (2013); Pós-Graduação em Transtorno do Espectro Autista pela Faculdade Metropolitana (2022); Professora de Educação Infantil no CEI Paulo Cochrane Suplicy, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

Temos percebido um crescente aumento da inclusão de alunos público-alvo da educação especial nas escolas. Esse tema é importante para profissionais da área da educação que visam aprofundar conhecimentos no campo da educação especial. O objetivo do presente artigo é compreender como acontece o processo de inclusão de uma criança autista na Educação Infantil e a sua aprendizagem a partir das estimulações. O Autismo se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação e interação social.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista os alunos público-alvo da educação especial e o crescente aumento de sua inclusão nas escolas regulares, este artigo é de importância para os profissionais da área da educação que visam aprofundar seus conhecimentos na área da educação especial e, mais especificamente, com os alunos que têm autismo.

Este tema nos desperta para um novo olhar diante das crianças que passam por um longo caminho até serem diagnosticadas, tendo em vista que, muitas vezes, os professores apresentam dificuldades em identificá-las e, quando conseguem, não sabem como trabalhar e quais os estímulos corretos.

O objetivo geral deste artigo é compreender como estimular uma criança com autismo na Educação Infantil e como se dá o processo de aprendizagem dela a partir das estimulações feitas pelo professor. Deseja-se entender em que nível uma criança com autismo é capaz de aprender; discutir se ela, quando incluída na Educação Infantil, se desenvolve melhor e destacar quais contribuições do pedagogo são importantes para o seu processo de inclusão e desenvolvimento.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos e digitais, documentos oficiais do Ministério da Educação e artigos científicos disponíveis em sites.

O artigo se encontra fundamentado teoricamente a partir das contribuições de autores renomados na área da Educação Especial que abordam o tema, tais como: Mello (2007), Belisário Filho (2010) e documentos oficiais descritos na bibliografia (2005, 2013).

O artigo está dividido em três tópicos: Transtorno do Espectro Autista: definição e caracterização; A Inclusão do Aluno com TEA na Educação Infantil; e Os Desafios do Professor na Inclusão do Aluno com TEA.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Segundo Mello (2007):

> Autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. (Mello, 2007, p.11).

Nas palavras de Mello (2007), a criança autista apresenta várias características estereotipadas, como o contato visual, gestos, falta de interação com as pessoas, estresse, entre outros. O grau do Transtorno do Espectro Autista (TEA) varia muito de criança para criança, uns são mais leves e outros são mais agravados.

De acordo com o Autismo e Realidade – Manual para as Escolas (2015), a criança com TEA apresenta um déficit no desenvolvimento social, comportamental e da linguagem e, por isso, possui dificuldade de interação. Porém, os alunos com o Transtorno do Espectro Autista têm algumas habilidades, como o excesso de detalhamento, seja visual ou sensorial, facilidade em entender algum conceito, habilidades artísticas, capacidades de resolução de problemas, entre outros.

Para Mello (2007), independentemente do nível cognitivo, a criança com o Transtorno do Espectro Autista tem dificuldades com conceitos linguísticos simbólicos ou abstratos, cada palavra significa apenas uma coisa, para eles é mais fácil entender fatos ou conceitos isolados do que quando agrupados ou ligados a outros significados.

Muitos autistas podem apresentar níveis altos de ansiedade. Geralmente, quando acontece, a ansiedade é causada pelo ambiente, por querer tocar, desenvolver algo ou repetir um padrão comportamental estabelecido

De acordo com o Autismo e Realidade – Manual para as Escolas (2015):

> É fundamental reconhecer que os desafios sociais no autismo são bidirecionais. Eles podem se manifestar como déficits (como a falta de iniciação social) ou como excessos (como conversa unilateral de um aluno altamente verbal com Síndrome de Asperger). Em ambos os casos, a necessidade de apoio e ensino é real. Como em qualquer comportamento social adequado exige a compreensão social. Alguns indivíduos do espectro parecem altamente sociais, iniciando a interação social, mas sem reciprocidade por ser unilateral e autoritária, já que eles são, estão conscientes de sua incapacidade de se conformar e de ser aceito pelos outros. Os indivíduos com autismo de alta funcionalidade e com síndrome de Asperger so-

frem frequentemente a dor da rejeição e da solidão. (AUTISMO & REALIDADE, 2013, p. 47).

As características do TEA variam muito de criança para criança; é de suma importância que logo que algumas delas forem apresentadas, a criança seja levada a profissionais da área da educação e da saúde para que o diagnóstico seja fechado com êxito e as intervenções sejam realizadas, a fim de melhorar a sua vida social, escolar e pessoal.

A Associação Americana de Psiquiatria (APA) apresenta alguns critérios para o diagnóstico da criança com TEA, em que relaciona algumas características como déficit na interação social e comunicação e comportamentos e interesses restritos e repetitivos (APA, 2014).

Há alguns critérios para o diagnóstico do transtorno do espectro autista, que, segundo o DSM 5 (APA, 2014), são:

Déficits persistentes na comunicação social e nas interações, clinicamente significativos manifestados por: déficits persistentes na comunicação não-verbal e verbal utilizada para a interação social; falta de reciprocidade social; incapacidade de desenvolver e manter relacionamentos com seus pares apropriados ao nível de desenvolvimento.

Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, manifestados por pelo menos dois dos seguintes: estereotipias ou comportamentos verbais estereotipados ou comportamento sensorial incomum, aderência excessiva a rotinas e padrões de comportamento ritualizados, interesses restritos.

Os sintomas devem estar presentes na primeira infância (mas podem não se manifestar plenamente, até que as demandas sociais ultrapassem as capacidades limitadas).

Os sintomas causam limitação e prejuízo no funcionamento diário.

> Para maior certeza do diagnóstico é importante que a equipe toda seja consultada, desde médicos a profissionais da educação, garantindo, assim, olhares diferentes de diversas áreas e eficácia no seu desenvolvimento, pois o TEA não é um transtorno degenerativo, de modo que a aprendizagem e a compreensão continuam se desenvolvendo no decorrer da vida (APA, 2014, p. 97).

Cabe aqui salientar que os profissionais, bem como os educadores, poderiam multiplicar o conhecimento sobre o transtorno do espectro autista, uma vez que a família e até mesmo a sociedade não saiba como lidar com o autista.

Para Mello (2007) as causas do Transtorno do Espectro Autista ainda são desconhecidas, acredita-se que essa deficiência está ligada a alguma parte do cérebro relacionada com fatos ocorridos na gestação ou no momento do parto.

Segundo Mello (2007), o diagnóstico é feito por meio de uma avaliação clínica; não existem exames específicos que possam comprovar o transtorno. As crianças autistas podem apresentar indícios do transtorno antes de um ano e meio, porém, o diagnóstico pode ser concluído apenas entre os dois anos e dois anos e meio. Quando o diagnóstico é realizado precocemente, as mediações podem obter maior garantia de sucesso e facilitar sua interação social.

Pereira et al. (2015) apontam que, para fechar um diagnóstico, buscam-se critérios clínicos por meio de profissionais, dentre eles, os médicos, psiquiatras e neuropsiquiatras, que se apoiam

nos relatos dos pais ou responsáveis sobre o desenvolvimento da criança e se baseiam em outras avaliações, como a de psicólogos e psicopedagogos.

Segundo Schwartzman (2011) para excluir outras hipóteses de diagnóstico, são feitos exames laboratoriais e por imagem, contudo, o diagnóstico é eminentemente clínico. Quando o diagnóstico médico é fechado, a criança com TEA necessita de auxílio multidisciplinar, para que se possa contribuir com o seu desenvolvimento biopsicossocial.

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, é importante que a criança com TEA também passe por ela para que sua vida social e familiar seja melhorada.

De acordo com Pereira et al. (2015), para que a inclusão escolar se efetive, primeiramente, é preciso que a criança tenha acesso à escola regular, que é assegurada pela lei. No ano de 2012, houve a promulgação da lei 12.764, o primeiro documento oficial a falar sobre a criança com TEA. Nessa mesma lei é apresentada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista .

Entre os direitos das pessoas com TEA está o acesso à educação, que é direito da criança com TEA e está assegurado pela lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 3o São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

> I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
>
> II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
>
> III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
>
> a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
>
> b) o atendimento multiprofissional;
>
> c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
>
> d) os medicamentos;
>
> e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
>
> IV – o acesso:
>
> a) à educação e ao ensino profissionalizante;
>
> b) à moradia, inclusive à residência protegida;
>
> c) ao mercado de trabalho;
>
> d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012, p. 2).

Assim, a Cartilha Direito das Pessoas com Autismo (2011) e a lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, deixam claro que os alunos com TEA têm os mesmos direitos que são assegurados a todos os outros alunos.

Em se tratando dos direitos, o art. 54 do ECA diz que é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino,

garantindo seu pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania. O documento Cartilha dos Direitos da Pessoa com Autismo (2011) esclarece que o atendimento educacional especializado é um conjunto de recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente para que o serviço prestado possa ser complementar ou suplementar ao ensino regular.

Para Brasil (2013 apud Pereira et al., 2015), a resolução n.º 4/2009 indica:

Em se tratando do Plano do AEE, a Resolução n.º 4/2009 indica que este deve ser elaborado e executado pelo professor do AEE em articulação com os professores do ensino regular, da família e de diversos outros profissionais, como terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, entre outros. “Este plano deve ter o objetivo de eliminar barreiras de aprendizagem”.

Portanto, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com um simples reforço, pois o seu real objetivo é formar um núcleo de apoio que auxilie no desenvolvimento da criança com TEA.

Quando falamos do AEE, (Barbosa et al. 2015 apud Lazzeri, 2010) afirma que as atividades realizadas no AEE para estudantes com TEA

> “[...] devem ser diversificadas, criativas e instigadoras de outras possibilidades de aprendizado diferentes das utilizadas em sala regular”. Seu objetivo é potencializar toda a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes que possam favorecer a inclusão escolar da criança com transtorno do espectro autista.(Barbosa et al.2015 apud Lazzeri, 2010, p. 33).

Segundo a Cartilha dos Direitos da Pessoa com Autismo (2011), a inclusão escolar é:

> É uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Na proposta de educação inclusiva todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, de preferência sem defasagem idade-série. A escola, segundo essa proposta, deverá adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares. Portanto, requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação dos professores e nas relações família-escola. (SÃO PAULO, 2011, p. 11).

Durante a fase do processo de inclusão, é importante que a escola considere as especificidades de cada aluno, seja ele público-alvo da educação especial ou não, garantindo o acesso, a interação, tolerância e respeito às diferenças.

O Manual para as Escolas Autismo & Realidade (2010) aponta que cabe ao professor conhecer o aluno e, se possível, questionar a família sobre a rotina, gostos e preferências, o que assusta ou mais irrita o aluno com TEA e se ele possui alguma habilidade (por exemplo: desenhar, pintar, nadar). Essa interação entre escola e família na pré-inclusão do aluno com TEA se faz necessária e é de extrema importância, já que o aluno da Educação Infantil necessita de maiores cuidados. Esse questionamento permite pensar em atividades voltadas para esse aluno, fazendo com que ele se sinta mais à vontade em um ambiente novo e desconhecido por ele.

Para Cunha (2008), é indispensável que o professor invista

> “[...] tempo no conhecimento desse aluno através do cotidiano escolar para que se possa estabelecer as estratégias pedagógicas e reconhecer as possibilidades de aprendizado”. Sendo assim, a escola precisa compreender as especificidades de cada aluno, em especial a do espectro, para que cada tipo de intervenção seja adequada.(CUNHA, 2008, p.85).

Baseado no documento Cartilha – Autismo e Realidade (2010), é importante para o aluno com TEA que a família e os profissionais que trabalham com a criança possa apresentar a ele uma previa do mundo escolar, pois esse novo mundo é muito difícil para esses alunos, principalmente para os que estão indo pela primeira vez. Há vários sentimentos, entre eles a ansiedade e o estresse, que geralmente acontecem com a mudança de sala, professor, escola, por esse motivo, quando há uma preparação entre a escola e a família antes, a probabilidade de adaptação dar certo é muito maior.

Brasil (2004) evidencia que a inclusão da criança com TEA na creche deve ser planejada cuidadosamente devido a suas dificuldades, porém, as suas limitações são as mesmas colocadas pela própria instituição, por isso, é importante que se use todos os recursos disponíveis.

Quando falamos em inclusão da criança com TEA na Educação Infantil, não podemos nos esquecer da questão lúdica. O documento oficial Brasil (2004) deixa claro que:

> "[...] Devemos ter em mente, sempre que estamos falando de crianças, que a dimensão lúdica tem de ser seu espaço [...]". Assim, cabe ao professor conduzir todas as interações e questões lúdicas para que de fato a criança se desenvolva.(BRASIL, 2004,p.16).

Brasil (2004) refere-se à dimensão lúdica:

> A experiência do brincar deve ser oferecida à criança inicialmente de forma estruturada e dirigida para que, por meio dessa experiência, ela possa, aos poucos, estabelecer relações de causa e consequência que resultem no desejo de repetir experiências cujos resultados lhe tenham sido agradáveis e que não teria tido por iniciativa própria. (BRASIL, 2004, p. 16).

Assim, o professor deve compreender que as experiências lúdicas são de extrema importância nessa faixa etária, em especial para o aluno com TEA, pois a criança adquire conhecimento de mundo e desenvolve diversas habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo considera que a inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista (TEA) na Educação Infantil possibilita com que a criança tenha uma melhora significativa na sua vida social e familiar. Durante o processo de inclusão é importante que a escola considere as suas especificidades, garantindo-lhe o acesso, a interação, a tolerância e o respeito.

Para o aluno com TEA é importante que a família e os profissionais possam lhe apresentar uma prévia do mundo escolar, devido a sua dificuldade em lidar com esse novo mundo, principalmente para os que estão indo pela primeira vez, pois há vários sentimentos, entre eles, a ansiedade, estresse etc. Inicialmente, as novas experiências devem ser apresentadas à criança de forma dirigida, para que aos poucos o desejo de repetir as experiências possa ser agradável e os resultados a serem alcançados possam ser favoráveis.

Os desafios do professor são bem maiores, pois precisará dar um tratamento individualizado, fazer um currículo adaptado, investir em recursos para a comunicação e ter um envolvimento com a família, entre outros.

Ao se pensar na educação desse aluno é importante pensar primeiro que o aprendizado deve ser agradável a ele. Em segundo, que a criança possa identificar seus diferentes estímulos.

Para o processo de aprendizagem do aluno é muito importante que o professor defina objetivos específicos para que consiga identificar se houve alguma evolução. O uso de estratégias pode ajudar a diminuir as dificuldades em sala de aula. Entre as estratégias utilizadas para ajudar a criança está o uso de dicas, como, por exemplo, pegar na mão, ajudando-o no movimento; tocar o braço, indicando a direção; e apontar para ele o que deve fazer. Assim, conforme o aluno mostra independência, ou seja, é capaz de fazer atividades sem ajuda, significa que aprendeu as habilidades ensinadas.

Pensando na educação da criança com TEA, o professor deve planejar e selecionar as atividades propostas para que sua autonomia e necessidades básicas sejam desenvolvidas e atendidas.

O investimento na formação de professores constitui um caminho fundamental para que a educação especial do aluno com TEA seja realizada e garantida, subsidiando seu acesso e permanência na escola regular.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM 5.** Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al; revisão técnica Aristides Volpato Cordioli. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

AUTISMO & REALIDADE. Manual para as Escolas.

BELISÁRIO FILHO, J. F. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento** / José Ferreira Belisário Filho, Patrícia Cunha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BRASIL. Resolução CNE/CEB No 2, de 11 de fevereiro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CUNHA, P. **A criança com autismo na escola: possibilidades de vivência da infância.** 2008..

GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. **Caminhos pedagógicos da educação especial.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. **A Proposta de Inclusão Escolar no Contexto Nacional de Implementação das Políticas Educacionais.** (Dossiê Temático. Currículo e Prática Pedagógica. Práxis Educacional. Vitória da Conquista, v. 10, n. 16 p. 35-59 jan./jun. 2014.)

MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. 6. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

PEREIRA, A. C. S. et al. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): definição, características e atendimento educacional.** Revista Educação – Revista Científica do Claretiano – Centro Universitário, Batatais, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Defensoria Pública. **Cartilha Direitos das Pessoas com Autismo**. Revista Autismo.

_____. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. P**rotocolo do Estado de São Paulo de Diagnóstico Tratamento e Encaminhamento de Pacientes com Transtorno Espectro Autista (TEA).** São Paulo: SEDPcD, 2013. Disponível em: . Acesso 26 jun. 2023.

_____.**Cartilha Autismo e Educação**. São Paulo, 2013.

DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA NAS CRIANÇAS

MARIA MAGNA PEREIRA DE SOUZA
Graduação em Pedagogia pela Faculdade Centro Universitário Estácio de São Paulo (2016); Professora de Educação Infantil - no CEI Ayrton Senna da Silva.

RESUMO

Em todo o processo de desenvolvimento de uma criança, ela aprende diversas habilidades tanto em ambiente escolar quanto em sua própria casa e existem duas que são imprescindíveis para o seu crescimento como pessoa que são a identidade e a autonomia. Dessa forma, iremos trabalhar neste texto, primeiro a identidade mostrando ao leitor a importância dela para o desenvolvimento da criança e explanando a forma como ela deve ser aplicada no ambiente escolar para que a criança tenha essa característica mais trabalhada e isso servirá não apenas para a sua vida acadêmica, mas também para a sua vida como um todo. A autonomia será explorada do mesmo como como for a identidade. E por fim, será feito uma análise de como essas duas são aplicadas juntas e a importância delas andarem correlacionadas para o melhor desenvolvimento da pessoa não apenas em ambiente escolar, mas no desenrolar de sua vida também.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Autonomia, Desenvolvimento; Importância; Escola.

INTRODUÇÃO

Quando falamos de desenvolvimento infantil no que tange a escola e os seus primeiros anos de vida, podemos muitas vezes pensar nas crianças aprendendo a falar, desenvolvendo as suas habilidades motores, ou até mesmo e no aprendizado da leitura e da escrita. Contudo, existem outras características que as crianças aprendem em todo este seu processo de formação, como a identidade ou até mesmo a autonomia, e esses dois serão trabalhados de forma melhor neste texto.

Para dar início, veremos o significado de identidade segundo ao dicionário virtual e iremos começar a dar segmento a este tópico a partir do RCNEI (1998), assim, o leitor entenderá que esta característica é extremamente vital para o desenvolver de uma criança. Pois a nossa identidade é a forma como nos vemos no mundo e ela começa a ser desenvolvida quando estamos em contato com outras pessoas, como na escola ou em casa, ou em situações típicas ou atípicas do nosso dia

a dia.

Já por outro lado, quando falamos de autonomia, temos uma dificuldade de entender como uma criança poderá ter autonomia, pois ela precisa seguir regras tanto em seu ambiente escolar, quanto em sua casa. Porém, em ambos os locais esta habilidade é treinada, e dá para os pequenos a visão de como interagir melhor com as pessoas e os ambientes nos limites que são impostos, como por exemplo horários, dessa forma, eles conseguem explorar a habilidade da criatividade, por exemplo. Exploraremos de forma mais abrangente a autonomia das crianças e a sua importância no decorrer deste texto.

Por fim, iremos mostrar ao leitor que apesar de serem necessárias individualmente, essas duas características que adquirimos nas nossas infâncias, são extremamente importantes para o decorrer de nossas vidas. Desta forma, mostraremos toda a correlação existente entre elas e como as duas juntas são essenciais para o desenvolvimento não apenas de nós como pessoas, mas como um grupo.

A IDENTIDADE E A SUA FORMAÇÃO EM AMBIENTE ESCOLAR

Identidade é algo que todos os seres humanos possuem e cada povo tem a sua, vale ressaltar que a identidade é uma parte extremamente importante para o desenvolvimento das diversas sociedades existentes no nosso planeta com características únicas. Segundo o dicionário virtual, significados, identidade significa:

> Identidade é a qualidade de idêntico. É o reconhecimento de que o indivíduo é o próprio. É o conjunto de caracteres particulares, que identificam uma pessoa, como nome, data de nascimento, sexo, filiação, impressão digital etc. (SIGNIFICADOS)

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil a identidade inicia com a diferença entre as pessoas, e isso começa pelo nome e logo em seguida o conjunto de características físicas, de modos de pensar e agir sobre algo e da história pessoal.

Conceitua a identidade na educação infantil, que essa construção ocorre por mediante as suas habilidades, ambientes e escolhas, pois cada um têm o seu ser ninguém é totalmente vazio. O educador deve aproveitar o máximo da participação, pois os relatos fazem a parte da sua cultura que irá contribuir para seu desenvolvimento, o identificar como indivíduo e sua formação.

Nessa construção à participação de todos são de grande importância, primeiramente por parte da família, devido ao primeiro vínculo de vida e depois por meio da escola com a socialização entre os colegas de classe, de escola, e com os funcionários que trabalham na instituição de ensino. Nessa fase inicia, a autodescoberta das preferências, gostos, o conhecimento das suas habilidades e limites. É a partir desses pontos que a pessoa começa a se reconhecer como um único indivíduo diante de tantos outros.

Esse processo de autoconhecimento, que tem início quando nascemos e só termina no final da vida, é influenciado por todo meio em que vivemos como pessoas que disfrutam de diversas culturas e ambientes. A escola, assim, tem papel fundamental na construção da identidade e da

autonomia de cada criança.]

As creches (a faixa etária até 3 anos) é ainda mais importante, pois de acordo com o Referencial é nessa faixa etária que ocorre esse processo. E o professor tem papel extremamente fundamental para auxiliar os alunos neste processo, pois caso ele não perceba ou não aproveite a descoberta e contribuição dos alunos, pode gerar nessa criança diversas frustrações e fazer com que ela pare com o processo de autonomia e de se reconhecer diante do outro e da sociedade.

De acordo com o RCNEI:

> Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.
>
> Descobrir conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar. (RCNEI, 1998, vol. 01, p. 63).

Assim que nasce, o bebê ainda não reconhece seus próprios limites, não conviveu com sua mãe e família por um bom tempo para vivenciar alguns momentos que irão contribuir para construção da identidade. Pois este processo se inicia a partir das primeiras pessoas que a criança estabelece vínculos, e na maioria dos casos, o primeiro canal de socialização são os seus parentes.

Neste momento ele acaba tendo as primeiras experiências de frustração, pois como diz Freud, para a criança compreender que é um ser único no meio de tantos outros, depende do outro para realizar algumas tarefas e mais ainda da sua própria identidade, que irá descobrir nos próximos anos de sua vida.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a identidade:

> A identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição. (RCNEI, 1998, vol. 2, p. 13).

Todas as interações que ocorrem com a criança em toda a sua infância na sua escola, é extremamente importante para o seu desenvolvimento, e isso pode ser afirmado na citação acima. Nela, vemos que toda essa construção de identidade do seu humano é construída por uma soma de fatores e interações sociais que juntas levam ao seu humano entender quem é ele na sociedade e qual o seu papel no mundo.

Outra importante frase da RCNEI:

> Assumir um trabalho de acolhimento as diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias significa valorizar e respeitar a diversidade, não implicando a adesão incondicional aos valores dos outros. (RCNEI, 1998, vol. 01, p. 77).

Segundo os especialistas, o passo fundamental é o educador acabar com o processo de comparação de desempenho, pois cada um tem seu tempo e modo de aprender, agir e nunca será igual ao de outro colega de turma ou até mesmo de outra pessoa. E isso acaba sendo normal no ambiente escolar que acaba dificultando o processo, pois a criança acaba por não se conhecer e não tenta ser autônoma, devido à fato dela tentar ser igual ao aluno que a professora elogia.

De nada adianta a escola preparar projetos especiais para trabalhar a identidade se em sala de

aula enquanto o ritmo de cada um não é respeitado e aqueles que levam menos tempo na execução de uma atividade são elogiados. A construção da identidade e autonomia são conhecimentos que as crianças vão adquirindo de si mesmas com o passar do tempo, por meio da sua autoimagem e identificando sua capacidade para utilizar seus próprios recursos pessoais.

Na Educação Infantil, a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças significam ajudar no processo de definição da própria identidade delas, pois ocorre nestes processos a valorização de si mesma e do conhecimento de mundo não apenas isso, mas também das descobertas realizadas. Devemos criar ambientes seguros, que elas possam se auto reconhecer neles, identificando às pessoas pelo nome para torna referência e fortalecer que cada indivíduo é único independente do nome ou características.

Considerando todas as situações educativas que as crianças vivem em suas escolas como as educandas, irá contribuir muito na formação dos conceitos de si mesma. Por este motivo a escola, tem o papel fundamental e pedagógico de analisar os alunos enquanto eles brincam, pois é neste momento em que eles estão adquirindo e aprendendo novas habilidades como: coordenação, paciência, formação de opinião, criticidade, criatividade etc.

Para conseguir alcançar a construção de uma autoimagem positiva requer que a escola junto que o educador, façam que as crianças tenham experiências e situações para testar o grau de confiança que ela tem em si própria e fazer esta ser elevada cada vez mais e que os pequenos descubram suas capacidades e possibilidades. Esse processo ajuda no desenvolvimento, perder o medo e ter mais segurança para explorar novas situações, novas experiências e permite que à criança seja mais comunicativa, afetuosa e respeitosa.

AUTONOMIA E O SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO NAS CRIANÇAS

Segundo o dicionário online, Significados, a palavra autonomia significa:

> É a qualidade de ter independência, de ter a liberdade para tomar decisões, de ter responsabilidade sobre seus próprios atos. (SIGNIFICADOS)

Assim, entendemos que a autonomia é basicamente poder agir de forma individual, com as próprias escolhas e arcar com todas as consequências de seus atos.

Já para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, autonomia significa:

> A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é, nessa faixa etária, mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas. Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem. Exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das ideias e dos valores. (RCNEI, 1998, vol. 2, p. 14)

Desta forma, quando pensamos nos âmbitos escolares, existe muita crítica, pois apesar de

trabalhar a autonomia com as crianças, elas não possuem autonomia sobre o que realmente querem fazer, pois existe uma rotina que deve ser seguida sem alterações. Porém, apesar disso, os pequenos podem ter sua autonomia no dia a dia respeitando os limites impostos sobre horários e locais.

Suas primeiras conquistas são adquiridas na creche, bem como suas primeiras aprendizagens, como a linguagem oral e escrita, aprender a andar, comer sozinho, forma o pensamento simbólico e se torna um ser sociável.

Até os 3 anos, o papel do educador é fundamental para auxiliar a criança no processo de descoberta e exploração da autonomia e identidade própria. O professor também deve auxiliar a criança no desenvolvimento, construção da sua própria imagem e tem como objetivo de fazer com que eles se enxerguem como seres únicos com preferencias próprias.

A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A IDENTIDADE E AUTONOMIA

Na rotina da creche, os bebês precisam de oportunidades que os permitam realizar suas tarefas por conta própria. Esse processo é essencial para um educador que tenha consciência do seu papel, pois ele precisa criar vínculos com seus alunos para conseguir os desenvolver e estimular seus alunos para realização de tarefas sozinhos.

Segundo o médico, psicólogo e filósofo francês Henri Wallon (1879-1962),o desenvolvimento infantil inicia antes mesmo da linguagem, pois os bebês estabelecem uma relação de afetividade com as primeiras pessoas que ele irá conviver no mundo e essas pessoas vão auxiliar nos desenvolvimentos dos aspectos motores, afetivos e cognitivos.

O psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981), acrescenta a ideia de que só existo devido a existência do outro e que toda construção de imagem é feita diante do outro como atitudes.

Portanto identidade e a autonomia estão interligadas e à medida que nós realizamos nossas necessidades básicas, passamos a nos identificar com as pessoas, a cuidar de si e do outro, a aprender a chegar e se localizar em diversos ambientes etc. Aos poucos, percebemos as diferenças e iniciamos o reconhecimento próprio como a nossa própria imagem diante do espelho e identificamos as diferenças de características naqueles que estão em nosso redor. Nesse processo começamos a nos desenhar e nos enxergar.

A autonomia é trabalhada pelo professor por meio das atitudes que próprio tem com seus os alunos, a devolutiva negativa e uma delas. Exemplo, se o aluno erra e o educador fortalece a punição, o aluno não irá mais se arriscar, nem tentar decidir o correto e desta forma, caberá a professora mostrar os pontos positivos que o aluno possui e nesse mesmo momento mostrar o correto.

Na educação infantil não é diferente se a criança tentar pegar um brinquedo ou brincar do seu modo, por exemplo e o professor chamar atenção dele, pode fazer com que esse aluno não tenha mais atitude de explorar e se descobrir, perdendo assim grande parte do seu desenvolvimento como pessoa pensante.

O autor também diz, para que as crianças desenvolvam a autonomia moral, os adultos devem incentivá-las a construir por si próprias, os seus valores morais. Entretanto, é preciso ser realista, não há como evitar totalmente as punições.

É possível, porém trocar as punições pelo que Piaget chamou de sanções por reciprocidade. As sanções por reciprocidade são aquelas que estão diretamente relacionadas com o ato infracional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que fora escrito acima, podemos ver o quanto a identidade e a autonomia são extremamente importantes para o desenvolvimento de uma criança. São elas que farão com que a criança aprenda habilidades e características consideradas essenciais como criatividade, pensamento crítico, dentre muitas outras.

Ambas aparecem principalmente nos primeiros anos escolares, como vimos no texto acima, e são exploradas de forma mais exacerbada neste mesmo ambiente que é onde as crianças têm contato com outras da mesma idade e com os professores. Dessa forma, ela pode desenvolvê-las e a partir disso aprender quem que ela é no mundo em que está inserido, com a aparição de características que representem ela própria.

Dessa forma, vemos que a escola é um espaço extremamente propício para a evolução das crianças não apenas ao que tange matérias escolares básicas como português, matemática ou ciências. Mas também por ser um lugar, no qual o aluno possa se expressar e aprender características que livros não ensinam, como a terem a sua própria identidade ou até mesmo a terem autonomia para fazerem suas tarefas.

Vimos também que além da escola como uma instituição de ensino que traz aos alunos todos estes benefícios dito logo acima, o professor é fundamental para o desenvolvimento dessas habilidades. Pois, não se desenvolve individualidade sem ele mostrar aos alunos que eles são ouvidos em sala de aula e sem os limites impostos, os alunos não iriam adquirir a autonomia, assim como visto no texto.

Essa some de fatores dá no ensinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades extremamente úteis para a evolução de nossa sociedade de forma geral. Pois quando temos seres humanos que saibam desfrutar dessas características, a sociedade flui de forma melhor e mais organizada e consequentemente ela irá crescer cada vez mais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação: **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Brasília: MEC / SEF, 1998. v. 1 e 2.**

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica: **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Brasília: MEC, SEB, 2010

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica.** Brasília: MEC/SEB, 2012.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil – Promulgada em 5 de outubro de 1988 / supervisão editorial Jair Lot Vieira / 14ª ed. revista e atualizada até a Emenda Constitucional nº48, de 10 de agosto de 2005 – Bauru, SP: EDIPRO, 2006.

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei nº8.069 de 13/07/90.

HENRI WALLON: **uma concepção dialética do desenvolvimento infantil,** Petrópolis, RJ; Vozes, 1995.

A ARTE VISUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIA SONIA DA SILVA DE SOUSA
Graduação em Pedagogia pela Faculdade Magister (2009); Graduação Artes visuais pela faculdade Mozartium; Especialista em Arte Educação e terapia pela Faculdade Fatece (2017); Especialização em Afetividade como valor Educacional Humano Faculdade conectada Faconnect; Especialização Formação em Educação á Distancia Unip (2020); Professora Educação Infantil CEI Vereador Rubens Granja.

RESUMO

Este trabalho analisa como a arte visual pode colaborar para uma aula mais atrativa e prazerosa para a educação infantil. Pretendeu discutir as contribuições da obra “Pacífico gato” de Branca Maria de Paula e Ademir Martins como recurso para ampliar o acesso dos alunos, dos primeiros anos do Ensino fundamental ao conhecimento literário de diferentes culturas, e épocas. Esta obra pode ser utilizada para demonstrar a relação entre as linguagens literária e artística e para a realização de atividades diversificadas e resultar em uma produção artística. Foi analisado que no ensino da Arte na Educação Infantil, o professor deve deixar o aluno livre para desenhar e pintar, mas também tem que ter estratégias, orientar o aluno para ele se expressar através da arte. Concluiu-se que o currículo deve considerar as diversas linguagens em Arte: o trabalho com artistas, observações e análise das suas obras, releitura destas obras, contextualização histórica. A metodologia foi a pesquisa bibliográfica de autores especialistas na área como: Barbosa, (2010); Silva, (2011), Ferreira, (2015); Santos, (2011).

PALAVRAS-CHAVE: Artes Visuais; Educação Infantil; Crianças.

INTRODUÇÃO

Para este artigo foi escolhida a obra de Aldemir Martins, “Pacífico o Gato”. É importante dar possibilidades ao aluno de criar, e para isso é preciso ter contato com desenhos para aumentar seu repertório. O tema do livro também oportuniza o trabalho com a leitura de imagens onde os momentos de leitura, contextualização e prática poderão ser trabalhados em sala de aula.

O objetivo deste trabalho foi mostrar que a Arte é uma ferramenta da educação infantil, pois aumenta a autoestima, a capacidade de criação, imaginação, sensação e percep¬ção.

Pretende-se fazer um estudo sobre a aplicabilidade da proposta triangular no planejamento

das atividades do ensino de artes, com a finalidade de promover ações metodológicas que auxiliem no aprendizado da leitura de imagens.

A proposta triangular foi o primeiro programa educativo do gênero e consiste no apoio do programa de ensino de Arte em três abordagens para efetivamente construir conhecimentos em Arte: Contextualização histórica (conhecer a sua contextualização histórica); fazer artístico (fazer arte); Apreciação artística (saber ler uma obra de arte).

O professor pode colocar no seu planejamento o ensino estético, artístico e visual desde a educação infantil com atividades diversas. O docente precisa ter além da formação inicial, a especialização para trabalhar com artes visuais, educação estética o que nos mostra a necessidade de discussão e revisão do valor que o ensino de arte tem nos cursos de formação de professores.

Atualmente as crianças têm muitas formas de visualidade, como televisão, cinema, outdoor, quadros, esculturas. Para incentivar a percepção da cultura visual é necessário que eles comecem desde a educação infantil a ter percepções dessas imagens para mais tarde ser mais reflexivo e crítico.

Através da brincadeira com tintas, cores, pincéis, imagens, descobrem o mundo material e cultural, estimulando a imaginação, sentimentos, fantasias, por meio de imagens.

Justifica-se este artigo por ser uma boa estratégia para trabalhar com as crianças por ser o gato, um animal doméstico próximo da realidade deles.

ARTES VISUAIS NA SALA DE AULA

O ensino de artes deve contribuir na percepção deste novo mundo, de forma que o aluno possa compreendê-lo e se encontrar como produtor, e não somente como receptor da diversidade de linguagens, culturas e valores, das novas criações e novos conhecimentos, pois recebe uma variedade de informações, constrói a si mesmo e suas relações sociais.

> Os tempos em que vivemos hoje exigem investimentos e diversificações, coerências e competências sociais e epistemológicas para que cada um seja construcional de sua “pessoalidade” coletivizada e que se conheça para que possa, nos outros e nas coisas, se reconhecer, quer nas similitudes, quer nas diferenças e/ou nas divergências. (FRANGE, apud BARBOSA, 2003, p. 36).

Para isso o professor precisa dar condições para que o aluno desenhe e produza com mais criatividade. Como exemplo dar temas específicos, como desenvolver temas sobre “Animais”. Pedir para os alunos trazerem obras de artistas que pintaram animais de jeitos diferentes. Assim, não limitamos o olhar do aluno, mas aumenta-se para diferentes probabilidades de desenho. Eles vão encontrar diversos tipos de animais, coloridos, perceberem mais desenhos modernistas de um animal. Quando for produzir o seu desenho fará de forma mais criativa.

Pode-se sugerir o livro com tema infantil, no caso, “Pacífico o gato” de Aldemir Martins, e apresentar aos alunos, a obra e seu autor, conforme orientações de Ana Mae Barbosa com sua “Abordagem Triangular”, (Apreciar, contextualizar e Fazer arte).

Os gatos têm sido retratados por diversos artistas em diferentes formas de linguagem. Esta obra, ilustrada por Aldemir Martins, retrata incomparavelmente a essência desse independente, misterioso e cativante animal.

Os objetivos para o professor trabalhar em sala de aula, a obra “Pacífico” o gato é despertar o interesse e o gosto pela leitura, principalmente a visual, e treinar habilidades para apropriar-se das características do gênero textual.

Os gatos são animais elegantes e um tanto misteriosos. Em uma época de lua cheia, o texto da autora tenha se encontrado com um dos estimados gatos de Aldemir Martins. Dessa união de apaixonados por gatos conhecemos a história de Pacífico, um gato como poucos.

Em 2000, o livro Pacífico, o gato de Branca Maria de Paula e Ademir Martins recebem o prêmio pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil na categoria de “O melhor livro para criança”.

ALDEMIR MARTINS

Aldemir Martins foi um artista plástico brasileiro nascido em Ingazeira do Vale do Cariri no Ceará. Ainda jovem mostrou seu talento para as artes, foi um artista inovador, trabalhou na pintura, gravura, desenho, cerâmica e escultura, usando os mais diferentes materiais, entre madeira, papel de carta, cartões, telas de linho, juta e outros tecidos. Pintor, ilustrador e escultor, que produziu grandes e importantes obras que ilustram a marca da paisagem e do homem nordestino.

Esse artista utilizava cores intensas, luzes, e traços marcantes em suas obras, mostrando uma vivacidade que em geral são representadas com gatos, frutas e flores.

Dentre os materiais usados pelo artista destaca-se o nanquim a bico de pena e aguada, que por ser “mais doce, mais gordo, mais fluido, corre mais” (p. 119).

A obra intitulada “Pacífico” o gato faz um contraste da cor laranja com fundo azul em maior escala, o gato tem bochechas grandes e brancas, com bigodes vermelhos. Nesta obra o gato é representado com grande porte e com apenas duas patas onde emergem os dedos cor de rosa.

Suas ilustrações de livro são como seus desenhos e gravuras trabalhados no dia a dia, com exceção talvez das suas ilustrações para livros infantis, mais próximas do seu trabalho em pintura, pelo uso das cores fortes e vibrantes e de formas mais simplificadas, com menor profusão de linhas, hachuras, pontos.

Suas obras tinham temas regionais, como cangaceiros, vaqueiros, frutas, animais e seus famosos gatos. Fez mais de cento e cinquenta exposições coletivas e individuais. Em 1951, na Bienal de São Paulo, foi premiado como melhor desenhista nacional.

Recebeu vários prêmios nacionais e internacionais e expôs em diversos países como Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Japão. Aldemir morreu em São Paulo em fevereiro de 2006, vítima de enfarto. Deixou uma imensa e diversificada produção, no que se refere às técnicas na representação da nossa fauna, flora, paisagem e do retrato dos nossos tipos populares.

> As cores alegres, as formas estilizadas, os motivos tropicais (peixes, aves, gatos, flores, frutas, palmeiras), a opção comercial e o desejo de manter-se acessível a todos contribuíram para sua atuação polêmica no panorama cultural brasileiro. (ARAÚJO 2005, p. 6).

Aldemir Martins, não realizou aprendizagem artística formal em desenho e pintura. Aprendeu a dominar as penas e os pincéis com a prática, em seu tortuoso caminho de acertos e erros.

O conjunto da produção artística de Aldemir Martins mostra uma mistura de elementos cubistas, expressionistas e surrealistas, com um pouco de humor e de drama; de intuição e de técnica e estilização formal. Prevalecem os temas mais leves: representações de naturezas-mortas, marinhas, plantas e animais, com destaque para as aves, peixes e gatos.

Em 2000, o livro Pacífico, o gato de Branca Maria de Paula e capa de Ademir Martins recebem o prêmio pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil na categoria de O melhor livro para criança.

COMO TRABALHAR A OBRA PACÍFICO O GATO

Os gatos têm sido retratados por diversos artistas em diferentes formas de linguagem. Esta obra, ilustrada por Aldemir Martins, retrata incomparavelmente a essência desse independente, misterioso e cativante animal.

O contato com a obra se dá pela mediação do professor contador de histórias e permite grandes descobertas sobre diversas linguagens. Esta leitura estimula a sensibilidade e a capacidade de lidar com formas e cores, imagens. Assim que descobrirem que o gato é o personagem da história, deixar os alunos livres para escolherem os formatos, cores e ações.

Os objetivos para o professor trabalhar em sala de aula “Pacífico, o gato” foi desenvolver capacidades apropriadas ao ciclo através da leitura, oralidade e produção textual bem com o seu uso social no cotidiano; despertar o interesse e o gosto pela leitura; treinar habilidade para apropriar-se das características do gênero textual história com rimas. Esse projeto em sala de aula nos faz perceber a necessidade de alfabetizar na perspectiva de letramento, e esse trabalho do desenho de Aldemir Martins “Pacífico” o gato, como fonte inspiradora norteia o trabalho do professor que utiliza esse recurso para despertar nas crianças várias habilidades como: reconhecer os sons das sílabas, terem consciência fonológica e fonêmica, ler palavras e frases, reconhecer sílabas.

O professor precisa organizar a sala de aula de modo a favorecer a contemplação da imagem pelas crianças e pedir aos alunos que reproduzam o desenho observado dessa Obra de Aldemir Martins.

A figura deve ser impressa em folha A4 com a imagem colorida para a apresentação da obra à turma. Diante da obra, dar aos alunos folhas de sulfite e lápis de cores para que reproduzam a imagem, a mais semelhante possível.

> Não podemos deixar de lado que as Artes fazem parte da formação da criança, e sendo assim, é importante trabalhar artes na Educação infantil, porque por meio delas a criança desde pequena pode se expressar seja com um desenho ou uma música, ela pode exteriorizar seus sentimentos, emoções, pensamentos, permitindo assim conhecermos mais cada uma. (SILVA, 2011, p. 2).

Uma aula de Arte bem-preparada para estimular e desenvolver funções nas crianças se torna prazerosa. No momento em que o aluno não demonstra interesse pela aula cabe ao professor instigar algo que o estimule.

Utilizando dinâmicas e até mesmo se inteirando da “Proposta Triangular” de Ana Mae Barbosa, a qual fala sobre a contextualização da obra, pode se ter assim maior interesse dos alunos trazendo-o para o conteúdo que está sendo aplicado. Assim é vivenciar a vida e a obra desse artista, de forma lúdica, em várias áreas do conhecimento, realizando uma viagem pelo mundo da imaginação.

As crianças irão observar, pesquisar, realizar experiências, bem como levantar hipóteses, confrontar ideias e construir novos conhecimentos. Acredita-se que, através das obras de Aldemir Martins, as crianças entrarão em contato com outras manifestações artísticas que são fundamentais para seu desenvolvimento, tais como música, literatura e dramatização.

Outra ideia é para alunos da quarta série do ensino fundamental: cada criança escolherá um animal diferente do seu animal de estimação e escreverá um livrinho sobre ele. O livro terá o formato do animal escolhido. Material: Cartolina branca, tesoura, Lápis de cor Acrilex, Crystal cola Jelly, Metállic e Glytter, canetas hidrográficas Acrilex, cola e grampeador.

Modo de fazer: 1. Cada criança deverá escrever a história. 2. Dividir a história em partes (frases). 3. Recortar o contorno do animal escolhido várias vezes de maneira que uma parte será a capa do livrinho, cada uma das outras será uma parte da história e a última a contracapa. 4. Escrever nas partes internas as frases do texto criado. 5. Fazer desenhos relativos às frases e pintar com lápis de cor. Criar texturas com Crystal cola. 6. Pintar a capa com Lápis de cor e criar texturas com Crystal cola. 7. Colar uma foto na parte central da capa. 8. Na contracapa colocar o nome, idade ou outros dados que queira colocar. 9. Juntar todas as partes e grampear.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu como a arte pode trazer inúmeras contribuições para os alunos. Eles começam a apreciar a estética, e desenvolvem a criatividade, experimentam vários tipos de materiais, entendem os papéis que os animais ocupam na nossa vida, compreendem o conceito de extinção e preservação da fauna e da flora, e respeitar a natureza.

Este artigo também demonstrou a importância de incentivar a experiência artística nas escolas a fim de ampliar horizontes e possibilitar uma visão crítica e criativa de conhecimentos para uma atuação mais humanizada na vida em sociedade.

O aluno se sente feliz quando é estimulado e valorizado por suas produções. É possível afirmar que a prática educativa associada à experiência artística e cultural suscita múltiplas formas de aprendizagem através da troca de experiências, da interação com o outro e com o mundo.

Para promover a ressignificação do ensino de Arte é necessário antes, promover mudanças no currículo proposto dentro das escolas. Para tanto, deve-se buscar uma aprendizagem na qual o aluno considere essa modalidade curricular significativa e importante para a sua vida.

Pode-se perceber que existe uma dificuldade em trabalhar de forma interdisciplinar. Os professores relutam em deixar seus conteúdos tradicionais, uma vez que se faz necessário a elaboração de atividades que visem abordar várias disciplinas, para que o educando compreenda a relação presente existente nas diferentes áreas do conhecimento.

Um projeto precisa ter como fundamento básico uma situação problema que possa ser resolvida pelos alunos através de atividades que envolvam a interdisciplinaridade, isso torna o trabalho mais próximo do aluno e de fácil compreensão. É necessário o envolvimento do todos os professores relacionados para que haja sincronia entre os trabalhos desenvolvidos.

Uma boa formação e o conhecimento dos referenciais teóricos possibilita a sistematização da proposta triangular que pode ser trabalhada com recursos diversos como sites, sugestões da revista nova escola, filmes, várias imagens de pintores e estilos fornecendo várias opções de aulas diferentes.

As aulas de artes deixam de ser desenhos de datas comemorativas, desenho livre e prática sem contexto para uma sequência que pode resultar em uma exposição, com a participação de todos os envolvidos inclusive a presença de pais que ficam felizes em ver a produção artística dos alunos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda (orgs.). **Abordagem triangular no ensino da arte e cultura visual.** São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Leis de diretrizes e bases da educação Nacional.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. Brasília: MEC/ SEB, (1998).**

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

BUORO, A.B. **Olhos que pintam: a leitura de imagem e o ensino da arte.** São Paulo: Educ., FAPESP, Cortez, 2002.

_____**O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola**. São Paulo: Cortez, 2000.

COLETO, Daniela Cristina; **A importância da arte para a formação da criança;** Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.3, jan. / jul. 2010.

FERREIRA, Ana Patrícia. **A importância do ensino de Artes Visuais na educação infantil.** 2015.

FRANGE, L B. P. **Arte e seu ensino, uma questão ou várias questões?** n. BARBOSA, Ana Maria (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRANZ, T. S. **Educação para uma compreensão crítica da arte.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PILLAR, Analice Dutra. **Leitura da Imagem.** Porto Alegre, Projeto Cultural Arte na Escola, 1990, In: Banco de Textos do Projeto Arte na Escola n. º 007/1993, p. 1.

RAMALHO E OLIVEIRA, Sandra Regina. **Leitura de imagens para a educação**. Tese (doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1990.

_____. **Imagem também se lê.** In: DA ROS, Silvia Zanatta; MAHEIRIE, Kátia; ZANELLA, Andréa Vieira. (Orgs.). Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência. Florianópolis: NUP/ CED/ UFSC, 2006.

RIZZI, Christina.1995: **"A Proposta Triangular do Ensino da Arte neste 'Último Período da Era da Escrita Impressa'"**. In: **Arte na Escola: anais do primeiro seminário nacional sobre o papel da arte no processo de socialização e educação da criança e do jovem**. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul.

ROSSI, Maria Helena Wagner. **A compreensão do desenvolvimento estético**. In: SANTOS, Adriana Maria dos; FRATARI, Maria Helena Dias. **Artes visuais na educação infantil, 2011.** Disponível em: acesso em: 3 jun. 2023.

SEBER, Maria da Glória. **Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio**. São Paulo: Scipione, 1997.

SILVA, Marília Darc Cardoso Cabral e; SILVA, Tatiane Pereira da. **A Importância das Artes na Formação,** 2011.

O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA EM TRANSFORMAÇÃO

MARINEI ROCHA SILVA DOS SANTOS
Curso de Magistério pelo Instituto Social e Desenvolvimento Educacional – IESDE (2004); Curso Normal Superior pela Uniararas Fundação Hermínio Ometto (2008); Especialização em Gestão Escolar pela Faculdade Brasil (2013); Especialização em Psicomotricidade pelas Faculdades Integradas "Campos Salles" – FICS (2020); Professora de Educação Infantil no CEU CEI Parque Anhanguera na Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

RESUMO

O presente Artigo tem por objetivo compreender a importância da Educação Física no contexto Escolar e como a prática de Esporte deve ser encarada como um direito dos alunos, dos atletas e da população em geral. Essa temática tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores e autores que publicam acerca do tema com foco na formação cidadã que forma homens e mulheres para que concretizem suas atividades no seu dia-a-dia para obtenção de uma vida saudável e plena. A prática de esporte no Brasil tem sua fundamentação teórica na Legislação Internacional e brasileira em que a Pedagogia do Esporte se constitui em ser uma ferramenta com modelos, estratégias e metodologias próprias, possibilitando aos alunos, atletas e população formas de alcançar metas e objetivos com invocação e criatividade na execução do componente Curricular de Educação Física em nossa sociedade em constante transformação. Por fim, não existe uma única abordagem , uma concepção ideal, que dê conta das necessidades da Educação Física, deve existir sim, a intenção, o objetivo de avançar nos caminhos para a valorização do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Educação Física; Escola; Transformação.

INTRODUÇÃO

Vivemos num mundo em constante transformação, daí a necessidade de saber lidar com as necessidades e os direitos que são postos pela sociedade e que devem ser oferecidos pelo Estado.

Cabe a sociedade reivindicar o esporte como garantia de suas condições básicas de saúde, de segurança, de desenvolvimento de uma maneira geral. A sociedade civil tem o direito de cobrar o poder público programas, ações, projetos que atendam a sociedade do ponto de vista do esporte, da atividade de saúde, de lazer e física de uma maneira geral.

O esporte está previsto na Constituição Federal como um direito social do cidadão que se

desdobram em necessidades humanas como a saúde, a educação, a segurança, a tomada de decisão garantida com a educação. Esse conjunto de elementos constitui necessidades humanas e consequentemente são direitos que são resultados de amplos debates.

Antes de pensar a Educação Física como um elemento transformador da realidade e como a educação pode transformar o contexto escolar. Os objetivos sustentáveis do desenvolvimento da Organização das Nações Unidade – ONU para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), preconiza os quatro pilares da educação: saber conhecer, saber fazer, saber ser e saber conviver. Esses quatro elementos nos levam a uma reflexão de como a sociedade e o ser humano vai trabalhar com os elementos que são conhecidos na escola e como a escola pode contribuir para o desenvolvimento da realidade nesses múltiplos desafios que temos no dia-a-dia (DELORS, 1996).

Não é suficiente a criança, o adolescente ou o jovem adulto saber um conhecimento em não saber conviver, não saber ensinar, não saber se relacionar. A Carta Internacional de Educação Física e do Esporte (UNESCO, 1978) fomenta a ideia de que a escola dever realizar o planejamento e desenvolver estratégias para promover a aprendizagem ao longo da vida.

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico qualitativo em que a fundamentação teórica se baseou em autores que pesquisam sobre a temática, assim como a legislação que garante a Educação Física com novas postura na Escola em transformação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPORTE NO BRASIL

Urge pensar e refletir acerca do que é política no que diz respeito ao esporte no Brasil. As políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir direitos que estão previstos na Constituição Federal e em leis infraconstitucionais, isso significa dizer que o Estado precisa garantir atividades para assegurar os direitos do cidadão.

O esporte foi contemplado como uma necessidade humana em que vários elementos indicam que o esporte deve ser garantido para a sociedade de uma maneira geral para obter um desenvolvimento adequado, harmonioso, saudável de forma transversal em que setoriza com outras áreas como a saúde, com a educação e autonomia.

O esporte é um benefício por si só uma vez que proporciona prazer, ludicidade e satisfação em quem pratica se relacionando com outras áreas consideradas essenciais para garantir a sobrevivência e o bem-estar da sociedade. Até 1988, apesar da sua importância para o desenvolvimento da sociedade não estava contemplado na Constituição Federal, mas com a promulgação da Constituição Cidadã houve uma ampliação dos benefícios que o esporte proporciona para a sociedade valendo-se de programas, da criação de algumas leis e ações que vai culminar a criação do Ministério do Esporte em janeiro de 1995.

O esporte precisa ser garantido pelo Estado e essa luta se deu em razão de um grupo que defendia e entendia que o esporte é de extrema importância para a sociedade e sua reinvindicação se deu graças aos grupos hegemônicos que assegurou a garantia de que a Constituição Federal

de 1988 contemplasse o esporte para o desenvolvimento da sociedade.

A sociedade precisa entender que o esporte precisa ser garantido pelo Estado e é necessária a conscientização da população sobre esses benefícios para que haja uma cobrança junto ao poder públicos ações, projetos e programas para o desenvolvimento do esporte na sociedade.

Quando se pensa em políticas públicas no esporte se está referindo a universalização e democratização das políticas do esporte para atinja o maior número de pessoas possíveis para que se tenha relevância para a sociedade. Isso está previsto no art. 217 da Constituição Federal e que estabelece como princípio básico em que "[...] é dever do Estaco fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um." (BRASIL, 1988).

As práticas esportivas formais está relacionado ao esporte com alto rendimento e as práticas não formas está relacionado com esportes educação e esporte participação relacionado ao lazer, reforçando a importância do esporte educacional em sua tridimensionalidade: educação, participação e alto rendimento.

Essas dimensões são mais detalhadas com a Lei Pelé ou Lei de do Passe Livre – Le de Nº 9.615, de 24 de março de 1998 em que detalha, reforça a importância das dimensões e acrescenta uma nova dimensão que a dimensão do Esporte Formação, acrescentado em 2015.

O Esporte Educação que tem como princípio básico o desenvolvimento de atividades não competitivas sem excluir as pessoas na sua participação, mas com o objetivo de inclusão para alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

O Esporte Participação oferecido para a sociedade de uma maneira geral com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente de forma lúdica, prazerosa e consciente.

O Esporte de Alto Rendimento em que visa a obtenção de resultados para integrar pessoas e comunidade do país a estas com as outras nações frente as atividades competitivas em que se tem os campeões estaduais, nacionais e a representação do país em competições internacionais.

Posteriormente a Lei Pelé ser estabelecida, em 2015 se acrescenta o Esporte Formação, essa dimensão do esporte é pouco discutida em que visa promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em ternos recreativos, competitivos ou de alta competição para a formação de atletas para o alto rendimento em que se deveria ocorrer a ampliação da oferta para os esportes de alto rendimento relacionados ao lazer, a participação.

Infelizmente o que se observa na atualidade é uma diminuição do número de aulas de Educação Física nas Escolas e nas competições esportivas em que se vê uma lacuna nas políticas públicas de esporte na prática de esportes e lazer e a educação e a educação de crianças e jovens com base nessa formação tão importante para o desenvolvimento do país.

Essas dimensões fragmentaram o esporte em que as pessoas visualizam o esporte como se fosse apenas alto rendimento quando na verdade, deveria se valorizar todas as dimensões do

esporte na formação das pessoas para emancipação e vivência da cidadania plena.

É preciso compreender que não são todas as pessoas que tem acesso a possiblidade de práticas esportivas, daí a importância das políticas públicas para melhoria do acesso ao esporte no Brasil ser necessária e urgente frente a grande desigualdade social em que a grande maioria não possui recursos financeiros para pagar uma Academia, um Personal Trainer, uma Consultoria Esportiva.

Portanto, o Estado precisa estar ativo e agir com o objetivo de garantir o direito constitucional do acesso ao esporte que precisam e devem estar presente nas Secretarias Municipais, Secretarias Estaduais e o próprio Ministério do Esporte que se constituem em estruturas de Estado de extrema importância para garantia da aplicação da lei, e consequentemente, garantir que a população tenha assegurado o direito ao esporte.

Até o ano de 2013 no Brasil, não havia Ministério Esporte e sua criação de certa forma se constituiu em um ganho enorme para a sociedade do ponto de vista da garantia que o Estado deveria ter (BRASIL, 2013). Tivemos em 2004, a primeira Conferência Nacional do Esporte – CNE que tinha como propósito escutar a sociedade sobre as suas necessidades que ocorreram no âmbito municipal, estadual e nacional e como resultado foi possível esboçar, criar uma Resolução do Sistema Nacional do Esporte e Lazer e política nacional do esporte.

Com a criação do Ministério do Esporte foi possível avançar do ponto de vista do fazer do ponto de vista da política pública nacional do esporte e, com a mudança de governo, o Ministério foi reduzido a uma Secretaria e, consequentemente se perdeu recurso na área do esporte e que o Ministério pode garantir mais recursos para aquela determinada área. Atualmente se tem a recriação do Ministério do Esporte com a possibilidade de garantia de políticas públicas mais exitosas na área do esporte para nossa sociedade.

O esporte é de extrema importância para a sociedade e deve ser garantido como política pública para a população como benefício para todos. O esporte tem alta relação com a saúde, temos hoje, uma sociedade extremamente sedentária em que não se pratica nada de atividade física, no entanto, o esporte tem uma relação muito forte com a saúde.

O esporte deveria ser utilizado e visto como um pilar de desenvolvimento da sociedade, um pilar do ponto de vista do desenvolvimento humano uma vez que o esporte tem relação com o instinto de sobrevivência, com disciplina, com foco, normalmente as pessoas que praticam algum tipo de esporte são mais disciplinadas.

O esporte cria um senso de grupo, colaboração e empatia, as pessoas que desenvolvem esportes tem uma tendência de realizar trabalhos de forma colaborativa e isso é muito importante para a sociedade.

O esporte desperta o espírito de liderança, de colaboração e de enfrentamento de adversidades, de dificuldades e se constituem em ser pilares básicos no desenvolvimento da sociedade em as pessoas que tem esses valores tendem a se pessoas mais felizes, mais satisfeitas, mais realizadas do ponto de vista profissional, familiar, afetivo, cognitivo.

É de extrema importância que o esporte tenha destaque na sociedade, portanto, as pessoas precisam entender isso assim como os políticos, entretanto, o principal desafio está no fato de que esses valores serem obtidos a médio e a longo prazo, então, as pessoas precisam se imbricar de fato nas suas práticas esportivas compreendendo como uma forma de obtenção de benefícios de forma lúcida, prazerosa e descontraída para um engajamento nas atividades esportivas que deveria ser estimulada pelo poder público em que a prática esportiva tem impacto direto na vida em sociedade.

PEDAGOGIA DO ESPORTE

O esporte é uma ferramenta e a qualificação profissional é a única forma de que a qualidade e os objetivos sejam alcançados. Para que isso ocorra é de fundamental importância fazer experimentos na área de atuação da Educação Física o lócus para a concretização é o chão da escola que se dá por meio de modelos, estratégias, metodologias.

A experiência, a curiosidade leva o profissional em sua prática docência a aplicação dos conhecimentos que foram obtidos por meio de conceitos, definições e dicas que vão fazendo parte do repertório na aplicação dos conceitos com o foco no ensino e aprendizagem.

Lidamos com pessoas e esse fato se torna perceptível diante da complexidade do ser humano que exige novas pedagogias, novas metodologias, novas formas inovadoras que se fundamenta no entendimento, compreensão, reflexão e problematização dos elementos estruturais dos próprios jogos que se misturam e desafiam as pessoas a se conectarem e superarem os desafios que são parte do próprio aprendizado.

Alunos, atletas que buscam conhecimento, buscam encontrar maneiras de estar de forma ativa nos projetos sociais para buscar o encontro consigo mesmo com valores distintos, singulares que possibilitam a transformação da vida e sua visão de mundo e de sociedade por intermédio do esporte.

A metodologia utilizada na pedagogia do esporte parte da experimentação de modelos escolhidos que motivem a utilização de um movimento em que as escolhas sejam feitas de forma conscientes com base na intencionalidade do ensino como um fenômeno sociocultural com a compreensão que vai além do contexto de atuação que pode ser a sala de aula, o campo ou a natureza em que a intencionalidade de forma crítica, reflexiva para a aplicação da metodologia correta com estratégias aplicáveis na prática esportiva.

É importante ter a consciência de que muitas vezes se aplica o modelo e, no entanto, não se atinge o resultado esperado e aí é preciso estar conectado e atento para lidar com o improvável, com o inesperado, com os desafios e as incertezas que fazem parte e nos torna diferentes. É necessário aprender a praticar utilizando a ferramenta cera para o desenvolvimento humano de forma que seja possível o desenvolvimento pleno.

Refletir sobre a educação, a Educação Física e o(a) professor(a) ou técnico(a) que está na ponta, na direção, na coordenação, na mediação em que se constituí um princípio para o desenvolvimento

das pessoas em o profissional faz o uso dos conceitos, teoria na promoção de uma aprendizagem significativa por meio de sua ação que pode se dar de diferentes formas com ações práticas.

O aluno valoriza o que aprende se o que estiver em jogo no conteúdo abordado fizer sentido para sua vida, aplicável ao seu cotidiano e nas relações que estabelece que pode ser momentos de lazer ou atividades direcionadas para se tornar um atleta profissional que pressupõe desenvolvimento de valores, conhecimentos aplicáveis para obtenção de êxito em sua performance.

O esporte é uma ferramenta e a qualificação profissional é a única forma de que a qualidade e os objetivos sejam alcançados. Para que isso ocorra é de fundamental importância fazer experimentos na área de atuação da Educação Física o lócus para a concretização é o chão da escola que se dá por meio de modelos, estratégias, metodologias

É preciso estar atento a novas ideias, sugestões que vão contra as metodologias fechadas com modelos fechados sem a possibilidade de flexibilização, é preciso ter cuidado para acolher as novas ideias que vem da inserção dos alunos no meio em que vivem.

Para Schiller (2002), a pedagogia do esporte “é um processo de ensino em que acontece a vivência, a aprendizagem o treinamento do esporte” que pressupõe a aplicado do modelo de determinada pedagogia com estratégias e técnicas em sua aplicação promovendo conhecimento a respeito de uma organização, sistematização, aplicação e avaliação das práticas.

A intencionalidade para o ensino faz parte da pedagogia do esporte que se dispõe a ter um modo próprio de ensinar cujo objetivo final é a superação das dificuldades com o aprimoramento do aluno, do atleta, do grupo e para isso são necessárias várias metodologias, uma vez que uma metodologia sozinha não dá conta do processo de ensino e aprendizagem.

A boa mistura é a melhor forma de atuação e a melhor forma de atingir os objetivos de ensino durante uma aula, um treino ou qualquer outro processo educativo. Essas intervenções exigem uma intervenção pedagógica que se concretiza em ato pedagógico que gira em torno da resolução entre teoria e prática.

A pedagogia do esporte assumo o porquê se está aplicando determinada sequência didática na aula ou no treinamento para que o aluno possa desenvolver uma iniciação, uma correção de postura, um aperfeiçoamento de treino e o como se aplicar que faz parte da metodologia utilizada par atingir determinados fins.

Esses procedimentos fazem parte da rotina da prática docente em que pode ser aplicado em diferentes faixas etárias que pode ser crianças, adolescentes e/ou adultos porque isso é princípio de aprendizagem em que se concretiza o aprendizado por meio de uma boa estratégia e só existe estratégia por conta da decisão que o(a) professor(a) toma para determinar qual o objetivo, qual a intencionalidade para que seja feito aquela técnica, aquela sequência didática, aquele exercício naquele determinado momento.

Bunker & Thorpe (1982), ao propor o Teaching Games for Understangig – TGDU se constitui em ser um programa de compreensão que se dá por uma nova concepção para o ensino, baseada no entretenimento, compreensão, reflexão e problematização de elementos estruturais dos próprios

jogos.

Esse movimento pressupõe uma compreensão clara de quem está participando do processo tem no esporte o sistema de jogo, de como ele atua, qual o posicionamento que assume, como desenvolve suas habilidades, como aplica determinada competência.

Os autores ingleses propuseram uma implementação pedagógica em razão de insatisfação acerca do tecnicismo que é a aplicação técnica pela técnica, sem levar em conta o contexto da aprendizagem em que se ensina o aluno a chutar, a sacar, a atacar e defender sem o contexto que o jogo. É preciso refletir sobre qual o objetivo daquele jogo, daquela jogada?

Ao se compreender o que se trata a pedagogia do esporte se abre para a possibilidade de uma compreensão sobre as novas tendências que rompe com o tecnicismo em que se exige uma tomada de decisão, uma escolha em que se abre para vários modelos e possibilidades em que não melhor nem pior, mas sim a opção livre da escolha.

Os jogos para a compreensão partem do pressuposto do entendimento, da compreensão, da reflexão e da problematização de elementos estruturais dos próprios jogos em que movimentos são praticados e executados os fundamentos e por meio desse movimento os alunos apresentam uma compreensão maior dos jogos em que sabem como efetuar o arremesso, o passe que aprende com uma condição de menos exigência e técnica, mas muito mais lúdico com objetivo, numa consciência pedagógica do professor e numa busca de objetivos com uma compreensão mais aprofundada com a problematização de problemas que ocorrem no próprio jogo em que situações precisam ser resolvidas.

Por exemplo, no mesmo grupo existe nível diferentes dos alunos, de atletas, de participantes em que não dá para fazer uma aula para atingir apenas os mais habilidosos, numa mesma aula o professor cria situações em que os menos habilidosos possam ter êxito, com isso temos a inclusão no esporte – responsabilidades de professores, técnicos, especialistas em que se vai de uma abordagem simples para uma abordagem aperfeiçoada na sequência em que é possível aos alunos lidar com a dinâmica do jogo na aplicação dos seus fundamentos numa perspectiva de pressão, de atingir os objetivos propostos em que não se tem só o aspecto lúdico ou da técnica em que o objetivo tem que estar voltado para o esporte que está sendo praticado que é a percepção tática do jogo.

A consciência tática diz respeito em como se dá o comportamento em determinadas situações do jogo, como se ataca com menos e se defende com mais? Como agir como a bola? Como agir sem a bola? Como se reorganiza? Que horas precisa parar o jogo para pedir Tempo? Os atletas precisam ter e ganhar essa autonomia que está na condição de buscar o desenvolvimento por meio do esporte que é uma ferramenta e que necessita da mão humana de forma qualificada.

Existe uma tomada de decisão que é comum para os modelos de ensino mais atuais em que o aluno, o atleta precisa desenvolver a capacidade de tomar decisões em que não está na dependência do técnico e/ou do professor em sabe agir sobre o jogo, sabe agir sobre os problemas apresentados no desenvolvimento da técnica em que é possível o diálogo, o feedback, parar, ampliar a discussão em que o aluno e/ou atleta tem direito a fala de forma interativa.

Por fim, existe a avaliação geral da performance do grupo que depende do nível que o grupo se encontra em que uma nova etapa surge, um novo ciclo se inicia de uma maneira mais especializada não se concretiza o professor e/ou técnico retoma todo o processo e identifica em que momento precisa ser revisto ou em que momento se pode avançar.

Atualmente está na pauta do dia as Metodologias Ativas que não é novidade que surge na década de 1950 quando se abre o ensino aberto em que o aluno pode participar e tudo é experimentado em que o professor interage com o aluno com uma certa constância e, para isso é fundamento o professor entender o seu papel e para isso, precisa buscar conhecimento se constituindo uma co-criação das atividades, em casa atividade o professor pode solicitar ao aluno ideias de modificação para ampliar o nível de complexidade ou para diminuir a complexidade. Os desafios são constantes, a inclusão de todos o tempo todo e de todas as formas em que os alunos precisam estar aprendendo.

O aprendizado é fundamental para o ensino do esporte, as crianças estão abandonado o esporte porque não estão aprendendo, quem aprende no esporte não deixa de participar, portanto é de responsabilidade do professor, do técnico que os jovens aprendam no esporte em que as atividades são prioritariamente em grupo com uma atenção especial ao nível de atividades físicas dos alunos sem perder a perspectiva pedagógica.

EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA EM TRANSFORMAÇÃO

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Art. 205 preconiza a importância dos planejamentos e da organização da escola voltada para uma educação inclusiva e que possa atender a todos dentro de uma perspectiva de escola global. Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LEBEN Nº 9.394 de 20 de dezembro de 19967 (BRASIL, 1996), a Educação Física é preconizada como uma disciplina obrigatória.

A Lei de Diretrizes e Bases(BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1996, 1998, 2000), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) são documentos que trazem a Educação Física com forte inserção no contexto escolar. Em cada um desses Documentos se encontra orientações de como trabalhar a Educação Física, mas um dos pontos interessantes para articular as atividades por meio do esporte, da atividade física para a saúde ou para a formação e transformação da sociedade.

Existe também, uma Normativa que está contida na Lei Nº 9.696 (BRASIL, 1998) que dispõe sobre a regulamentação da profissão da Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e Conselhos Regionais de Educação Física que está vigente até o presente com forte inserção nas escolas, nas academias, no contexto dentro e fora da escola nos ajuda a perceber a importância da Educação Física para a sociedade.

Se hoje temos uma massificação de inatividade física, de pessoas que tem dificuldades de fazer do estilo de vida ativo e saudável o seu direcionamento de vida, a escola ativa teria o objetivo de transformar a realidade por meio desse local que é o movimento de passagem de crianças, adolescentes são formados e passam a maior parte de seu tempo. As escolas ativas não tem só

papel de atividade física, mas de cidadania ativa, de literacia física, de formação geral, global de uma cultura de formação pelo movimento

O Projeto Político Pedagógico – PPP é um documento norteador que auxilia as práticas pedagógicas e fortalece o processo de ensino-aprendizagem (SOUTO, 2010). A perspectiva pedagógica remete às práticas educacionais intencionais e objetivadas. Formas de pensar o ensino, os objetivos de aprendizagem e a dimensão curricular. Dentro desse aspecto do Projeto Político Pedagógico – PPP a Educação Física não é só mais uma disciplina, faz parte de um conjunto de componentes curriculares que trabalham de forma articulada e que dialogam entre si. O profissional de Educação Física atua junto com outros profissionais buscando ações coletivas na comunidade escolar e, sobretudo, na implementação desse documento.

A organização de um documento que rege uma escola faz parte da atuação da prática docente, isto está previsto na Legislação da Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN Nº 9.394 em três artigos em que se explicita quais são as ações do professor em relação ao desenvolvimento desse documento. Cada uma dessas ações que é desenvolvida no contexto escolar enriquece e fortalece o corpo docente e equipe diretiva. Uma das grandes dificuldades que o profissional de Educação Física tem no contexto escolar é a valorização, reconhecimento que legitimam por meio de ações em que está para além de ministrar aulas, mas pensar a escola para além dos muros escolares.

É de extrema importância que o profissional de Educação Física compreenda as demandas identificando os principais agentes que contribuem para o envolvimento de todos para que haja diversidade, realização coletiva e sentimento de pertencimento refletindo e interferindo nos objetivos de aprendizagem da escola em que se concretiza a aquisição de diferentes conhecimentos pelos alunos.

Os elementos que constituem o Projeto Político Pedagógico – PPP devem estar contemplado a missão, valores, visão da escola, objetivos, indicadores econômico, público atendido, a comunidade que vai participar da elaboração desse documento, as características da escola, o currículo, quais são os objetivos e desafios da escola em relação as avaliações externas e as avalição que ocorrem dentro da sala de aula, ou seja, tudo que for relacionado à como desenvolver, aprimorar e melhorar o contexto escolar deverá estar presente na elaboração desse documento.

No Projeto Político Pedagógico – PPP se tem as Metodologias e o Plano de Ação em que a metodologia diz respeito a forma como serão trabalhadas várias das iniciativas desenhadas para a escola. Essas metodologias estão relacionadas à como o professor vai ensinar, como a Equipe Gestora vai gerir de forma participativa, democrática, como será a atuação do Corpo Docente que deve ser de forma parceira e se é possível ter um corpo técnico ou corpo mais pedagógico. As Metodologias de ensino poderá se basear em ensino ativo, se vai ser de forma tradicional, se a escola dispões atendimento para pessoas com deficiência – PCD. As metodologias se constituem de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem e que devem constar no Projeto Político Pedagógico – PPP.

Aliado a isso, se tem as estratégias para o Plano de Ação que está relacionado à como fazer, ou seja, a como realizar que deve ir além de ser um documento burocrático, deve ser um documento

que pulsa vida, documento importante para guiar e nortear as ações dos profissionais da Educação Física e os profissionais como um todo envolvendo as estratégias e as metas a serem atingidas na operacionalização mais viável possível.

Por outro lado, uma escola que não é direcionada a aprendizagem está estagnada, parada no tempo. Hoje a visão de escola que se tem não está mais focada no que ela ensina, mas sim no que o aluno consegue aprender, então, a escola tem autonomia para realizar o levantamento de dados, que irão auxiliar no processo de planejamento de ações concretas que deve se voltar para a aprendizagem em que os dados são de fundamental importância para a escola no século XXI que devem ser detalhados, repassados como guia para toda comunidade escolar de forma autônoma e subjetiva com se prevê no art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

É preciso estar atento para se vislumbrar a melhoria da escola no desenvolvimento de suas atividades como a formação continuada dos professores, a atuação dos gestores, as reuniões de pais tudo vai girar em torno da aprendizagem que os alunos vão fazendo no chão da escola com os profissionais da educação. Portanto, Metodologias e Planos de Ação junto com os dados de aprendizagem orientam na construção da visão, missão e dos valores adequados para o desenvolvimento das ações.

A caracterização da escola possibilita a projeção levando em consideração o contexto escolar que demonstra a realidade do que se tem e até aonde se pode ou se quer chegar fazendo o melhor dentro do contexto agindo sobre a realidade para realização de ações que podem ser, por exemplo, o recreio ativo com ações orientadas em que o professor poderá se utilizar de ações mínimas para que isso ocorra de forma a contemplar todos os alunos em seu aprendizado, assim como as atividades esportivas orientadas dentro do contexto escolar e para além deste contexto. Pensar a Educação Física em movimento e a vida que proporciona por meio de ações pensadas, implementadas e realizadas juntos aos alunos e comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada escola precisa ter as diretrizes pedagógicas que irá seguir, desenhando o tipo de profissional que formará e o tipo de aluno que irá formar para a vivência de sua emancipação política adequando cada modalidade de ensino tomando-se por base o contexto em que está localizada.

Por fim, a relação da escola com as famílias se constitui um elemento fundante da identidade da escola. Ao se pensar, falar sobre comunidade escolar não se está restringindo aos agentes da escola, aos profissionais da educação, ao atendimento que se tem e se dá nas escolas, mas da relação com a família, com os pais e/ou responsáveis dos alunos que fazem parte do corpo discente escolar deixando claro sua visão sobre a sociedade que está inserida.

Recomenda-se uma visão de escola viva, que a escola tenha uma boa visão sobre o papel dos pais, os direitos e deveres dos pais e responsáveis e como a escola lida com os desafios de criminalidade, de evasão e, também a visão cultural e afetiva que a escola tem sobre a sociedade, com as famílias e sua relação com o outro.

A Educação Física deve oferecer aos seus estudantes, vivências significativas para que eles compreendam a linguagem corporal e respeitem tanto os outros como a si mesmo por meio de Semana Cultura, Semana Esportiva, Calendário Escolar voltado para o esporte, desenvolvendo uma visão de escola ativa juntamente com os demais profissionais da educação em que se pensa do micro para o macro em que existem várias ações a serem desenvolvidas com base na iniciativa do professor de Educação Física e outras que com o tempo podem vir a ser possível de se concretizar junto aos alunos de forma a cativar para as mudanças sejam possíveis na transformação da escola em um ambiente acolhedor, motivador e que possibilite cidadãos plenos em uma sociedade em constante transformação.

Portanto, existe um longo caminho a ser percorrido, mas esse caminhar é feito com profissionais que compreendem a importância da Educação Física na vida dos alunos e da população para que se tenha pessoas saudáveis em uma sociedade em constante transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ constituicao.htm Acesso 23 abr. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso 23 abr. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei Pelé.** Recursos para COB, CPB, Ministério do Esporte e Confederação Brasileira de Clubes. Disponível em: http://rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-9-615-lei-pele Acesso em 232 Acesso 23 abr. 2023.

BRASIL. **Ministério do Esporte. Política nacional do esporte.** Brasília: ME, 2005. https://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf Acesso em 23 abr. 2023.

BRASIL. **Ministério do Esporte. Secretaria Executiva. Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica (GTSNE)**. Proposta do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte. Acervo particular dos autores. Brasília, 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso 23 abr. 2023.

BUNKER D. & THORPE R. **A Model for The Teaching of Games in Secondary Schools.** In: Bulletin of Physical Education. 1982.

DELORS, Jacques et al. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** Educação um Tesouro a Descobrir, V. 6, 1996.

PRIGOL, Edna Liz; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Educação Transformadora: As Interconexões das teorias de Freire e Morin.** Revista Portuguesa de Educação, V. 33, n. 2, pp. 5-25, 2020.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional – Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017.** Brasília: PNUD, 2017.

SCHILLER, F. **A Educação Estética do Homem numa Série de Cartas.** São Paulo: Iluminuras, 2002.

SOUTO, Maria da Conceição Dias et al. **Integrando a Educação Física ao Projeto Político Pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva.** Motriz: Revista de Educação Física, V. 16, pp. 762-775, 2010.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO**. Paris, 1978. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_por Acesso em 23 abra. 2023.

UNESCO. **Valores do Esporte**. Brasília: Fundação Vale, Unesco, 2013.

UNESCO. **Diretrizes em Educação Física de Qualidade (EFQ) para Gestores de Políticas.** Brasília: UNESCO, 2015.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte, 2015.** https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_po Acesso 23 abr. 2023.

EMPREGO DA REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

NATALIE MICHELE DE SOUZA SILVA
Graduação em Ciências Biológicas pela Faculdade de ciências da saúde (2009); Mestre em biotecnologia pela Universidade de São Paulo (2013); Professora de Ensino Fundamental II - Ciências - na EMEF Teófilo Benedito Ottoni.

RESUMO

A tecnologia cria uma série de demandas para educação infantil. Crianças estão utilizando tecnologias digitais cada vez mais novas e ficam entediadas em aulas que empregam abordagens tradicionais. Neste contexto as tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs) surgem para inovar o ensino e facilitar a aquisição de habilidades, dentre elas o letramento digital e o fazer digital. A RA (Realidade aumentada) é uma TIC amplamente empregada nos níveis finais dos processos educacionais. Este trabalho tem como objetivo analisar o uso da RA no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Os resultados apresentados evidenciam que a RA tem potencial para inovar a aprendizagem de crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Realidade Aumentada; Tecnologia educacional; Educação infantil.

INTRODUÇÃO

É comum o envolvimento de crianças cada vez mais jovens com a tecnologia. Brinquedos comuns na infância, como bolas e bonecas, disputam espaço com dispositivos tecnológicos, que são parte do cotidiano de meninos e meninas. Jogos digitais como o POKEMON GO, ganham popularidade. A tecnologia passa a ser vista pelas crianças como uma forma de lazer e comunicação e não atrelada a uma ferramenta de ensino-aprendizagem (BONA, 2010).

Jogos digitais estimulam o desenvolvimento de várias habilidades metacognitivas na aprendizagem, uma vez que levam ao desenvolvimento de estratégias e soluções para as dificuldades. Jogando as crianças desenvolvem, dentre outros, a representação do mundo, a linguagem, bem como a leitura e a escrita. Tais elementos promovem uma aprendizagem lúdica que corrobora para uma aprendizagem significativa, a qual caracteriza-se pela interação entre o cognitivo individual e as novas informações, as quais são ancoradas com os conceitos mais relevantes e inclusivos dos aprendizes modificando, assim, sua estrutura cognitiva inicial.

A educação digital é prevista em lei. A legislação brasileira diz: “Cabe ao poder público, em conjunto com os provedores de conexão e de aplicações de internet e a sociedade civil, promover a educação e fornecer informações sobre o uso dos programas de computador previstos no caput, bem como para a definição de boas práticas para a inclusão digital de crianças e adolescentes” (lei nº 12.965 artigo 29, parágrafo único). O currículo da cidade de São Paulo para educação tecnológica visa ensinar os alunos as tecnologias digitais e incentiva o emprego delas para o aumento da conectividade e para o desenvolvimento de outras ferramentas tecnológicas (SME, 2017).

Diante do atual cenário o emprego das tecnologias de informação e comunicação (TICs) se tornam essenciais no contexto educacional e surge a Realidade aumentada (RA), tecnologia digital que permite a inclusão de um objeto virtual num cenário criado pelo ambiente real.

Várias aplicações RA foram desenvolvidas para aperfeiçoar a educação. Alguns estudos relatam a aplicação da RA em diferentes áreas educacionais como ciências, educação artística, inglês, chinês, alfabetização, educação religiosa, literatura infantil, raciocínio lógico matemático e desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais (RASALINGAM et al., 2014; ENYEDY et al., 2012; CASCALES et al., 2013; HAN et al., 2015; GIL et al., 2014; HUANG et al., 2016; YILMAZ 2016; HE et al., 2014; DALIM et al., 2016; CHEN E SU 2013; BAZZAZA et al., 2016; YASIN et al., 2016; RAMBLI et al., 2013; YILMAZ et al., 2017; SAFAR et al., 2017; ATI et al., 2018; BAI et al., 2015) .

Apesar da RA ter sido muito estudada nos últimos níveis da educação e de haver muitas ferramentas desenvolvidas para crianças, pouco se sabe sobre seu impacto na educação infantil. Este trabalho tem por objetivo analisar a efetividade da implementação da realidade aumentada no ensino-aprendizagem de crianças na educação infantil constatando aspectos a serem aprimorados.

REALIDADE AUMENTADA NA EDUCAÇÃO

O desenvolvimento tecnológico e a popularização dos dispositivos móveis vêm surgindo como fortes aliados no processo de ensino aprendizagem aumentando assim a demanda por implementação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação (CADAVIECO, GOULÃO, TAMARGO, 2014; CONCILIO e PACHECO 2014).

No passado a educação era puramente presencial e as tecnologias empregadas eram materiais (exemplo giz, lousa, caderno). Com avanços das tecnologias interativas houve uma aproximação entre a aprendizagem presencial e virtual, no futuro, a tendencia é a ocorrência do fenômeno da convergência entre virtual e presencial na educação, ou blended learning.

Tecnologias digitais que outrora eram empregadas exclusivamente no ensino a distância (e-learning) hoje aperfeiçoam o ensino presencial. Um exemplo deste processo é a criação dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVEA) como o Moodle, Blackboard e WebCT (GRAF et al, 2008).

Dentro das tecnologias digitais, o número de aplicações envolvendo a RA na educação têm aumentado por ser uma tecnologia que propicia a união entre o virtual e o real de maneira acessível.

Segundo KIRNER (2013) os aspectos que viabilizam o uso da RA na educação são:

- Interatividade intuitiva no ambiente de usuário, envolvendo textos, imagens, objetos 3D, vídeos e outros recursos, exigindo a participação ativa do estudante;
- Alto grau de motivação e envolvimento, decorrente dos elementos interativos inovadores utilizados;
- Independência de dispositivos especiais, uma vez que puder usar somente um computador com uma webcam ou mesmo um tablete;
- Autonomia na exploração da aplicação;
- Adequação a diversos tipos de estilos de aprendizagem, apresentando o assunto por meio de múltiplas mídias;
- Alto potencial de uso em trabalhos colaborativos.

Tais característica tornam a realidade aumentada uma ferramenta interessante não só para apropriação dos conteúdos como para a alfabetização digital dos escolares, familiarizando-os com os recursos e com as ferramentas tecnológicas, afiançando-os de sua competência digital mediante o manejo dos dispositivos digitais num ambiente seguro e orientado à aprendizagem.

REALIDADE AUMENTADA NA EI

Por ser uma tecnologia recente poucos trabalhos relatam experiências RA no âmbito da educação infantil. No entanto foram evidenciados muitos efeitos positivos na aprendizagem de crianças mediante o uso desta tecnologia.

A RA auxilia na memorização de temas trabalhados. Crianças chinesas, entre 5 e 6 anos, tiveram mais facilidade de memorizar os ideogramas após brincarem com o jogo espelhos mágicos (CHEN e CHIN SU, 2013). A memorização de conceitos matemáticos também foi constatada após o emprego do aplicativo DIM DIM GAME, usado para auxiliar na educação financeira de crianças (CORRÊA et al, 2016).

Esta ferramenta pôde ser útil no ensino de ciências, facilitando o entendimento de conceitos e a visualização de modelos experimentais. Diferentes trabalhos constataram a melhor compreensão de temas como corpo humano, sistema solar e animais após o emprego de metodologias que empregavam a aplicação da RA na educação infantil (PERES-LOPEZ e CONTERO; FERREIRA e ZORZAL 2018; CASCALES et al. 2013; FAJARIANTO et al., 2018).

Conceitos matemáticos são um desafio para educadores que trabalham nos primeiros anos escolares. A RA torna real conceitos matemáticos abstratos, facilitando o processo de memorização, dinamizando as aulas, aumentando a concentração dos estudantes e melhorando a relação aluno professor. Alguns trabalhos constataram que a RA facilitou a abordagem de temas como educação financeira e geometria (CORRÊA et al, 2016; GOMES, 2015).

O desenvolvimento de livros aumentados, além de favorecer a alfabetização de crianças, torna a leitura uma experiência lúdica, aumentando a motivação e facilitando a interpretação das obras estudadas (CHEN e TSAI, 2014; LIM, PARK e JORDAN, 2011).

“Quadrinhos aumentados” também são uma opção de leitura envolvendo a RA. Trabalhos constaram que a RA deixa a leitura mais dinâmica permitindo animação, diagramação dinâmica, trilha sonora, efeitos sonoros, tela infinita, tridimensionalidade, narrativa multilinear, hipertextualidade, colaboração e interatividade. Experiência que cria espaço para a diversidade e hibridização de linguagens, imprimindo novos rumos e estratégias para o mercado das HQs e para educação infantil (EVANGELISTA e BRAVIANO 2015).

Na educação especial a RA passa a compor a sala de recursos multifuncionais como uma ferramenta lúdica capaz de motivar o aluno do atendimento educacional especializado e auxiliando na aquisição de competências, como a habilidade de leitura e escrita (ROCHA, 2020).

A aquisição de diferentes habilidades por criança portadoras de necessidades especiais pode ser acelerada pelo uso da RA. Foi constatado que a RA facilitou o processo de alfabetização de um estudante do segundo ano, portador de deficiência intelectual. No trabalho o estudante passou do nível pré-silábico para o silábico com o auxílio da ferramenta. Este resultado foi atribuído ao fato do ensino se tornar mais dinâmico, estimular a sua autonomia e aumentar sua socialização com os demais colegas (BECKER, 2019).

Aplicações RA não “engessam” a aula e podem ser exploradas de acordo com o objetivo da equipe docente, facilitando a exploração de temas transversais. Morais e Mendonça constataram que a aplicação CUBOKIDS foi adaptável à vários contextos e eixos educacionais, de forma que pode ser explorado em vários eixos como natureza e cultura; linguagem oral; desenvolvimento lógico matemático; saberes científicos e tecnológicos; natureza e sociedade; artes; visão de mundo e meio ambiente (MORAIS e MENDONÇA; 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda tecnológica traz novos desafios para a educação pressionando a escola a se inovar e buscar novas ferramentas para o ensino. Atualmente a tecnologia é habitualmente usada pelas crianças em ambientes não escolares o que torna necessário sua implementação dentro da sala de aula, em atividades escolares.

Diferentes trabalhos descreveram vantagens na utilização da RA na educação infantil no ensino de matemática, ciências, línguas e abordagem de temas transversais demonstrando que esta tecnologia pode melhorar o processo de ensino aprendizagem e aquisição de novas habilidades.

Além de aumentar a atenção das crianças, um desafio constante na educação infantil, a RA pode otimizar as relações dentro da sala de aula e aumentar a socialização dos alunos e assim como melhorar a interação aluno-professor.

Aumento da motivação, socialização, memorização, concentração, compreensão de temas

abstratos e modelos experimentais são os benefícios mais citados em trabalhos que relatam a implementação da RA. Isto a torna promissora para educação de crianças em diferentes contextos, já que seu emprego requer poucas ferramentas como celular e uso de marcadores impressos.

REFERÊNCIAS

ATI, M.; KABIR, K.; ABDULLAHI, H.; AHMED, M. **Augmented Reality Enhanced Computer Aided Learning for Young Children. Paper presented at the 2018 IEEE Symposium on Computer Applications & Industrial Electronics (ISCAIE). p.** 129-133. 2018.

BAI, Z.; BLACKWELL, A. F.; COULOURIS, G.. **Exploring Expressive Augmented Reality: The Fingar Puppet System For Social Pretend Play.** Paper presented at the Proceedings of the 33rd Annual ACM Conference on Human Factors in Computing Systems, p. 1035-1044. 2015.

BAZZAZA, M. W.; ALZUBAIDI, M.; ZEMERLY, M. J.; WERUGA, L.; NG, J. **Impact of Smart Immersive Mobile Learning In Language Literacy Education.** Paper presented at the Global Engineering Education Conference (EDUCON), 2016 IEEE, pp. 443-447. 2016.

BECKER, M.U. **Realidade aumentada como auxílio ao ensino e aprendizagem na deficiência intelectual. Trabalho de conclusão de curso.** UFSM. Santa Maria. RS. 2019.

BONA, V. **Tecnologia e infância: ser criança na contemporaneidade. Dissertação de mestrado**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Recife. 2010.

CASCALES, A.; LAGUNA, I.; PEREZ-LOPEZ, D.; PERONA, P.; CONTERO, M. **An experience on natural sciences augmented reality contents for preschoolers.** Shumaker ed. p. 103–112, 2013.

CHEN, C.; CHIN SU, C.C. **An integrated design flow in developing an augmented reality game for enhancing children chinese learning experience.** International Journal of Digital Content Technology and its Applications. v.7, p. 907-915. 2013.

CIEZA, E.; LUJAN, D. **Educational mobile application of augmented reality based on markers to improve the learning of vowel usage and numbers for children of a kindergarten in Trujillo.** Procedia Computer Science. v. 130. p. 352-358. 2018.

CONCILIO, I. A. S.; PACHECO, B. A. **Uso de Dispositivos Móveis e Realidade Aumentada em Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem.** Tendências e técnicas em realidade virtual e aumentada, v. 4, p. 152-166. SRV. Bahia. 2014.

CADAVIECO, J. F.; GOULÃO M. F.; TAMARGO, M. A. G. **Melhorar a atratividade da informação através do uso da realidade aumentada.** Perspectivas em Ciência da Informação, v.19, n.1, p.37-50. 2014.

CORRÊA, K.; PYKOSZ, L.C.; SOUSA, A.L.; KALEMPA, V. C. **Educação Financeira Infantil Utilizando Realidade Aumentada em dispositivos móveis.** INOVA. Santa Catarina. 2016.

DALIM, C. S. C. DEY, A.; PIUMSOMBOON, T.; BILLINGHURST, M.; SUNAR, S. **Teachar: An Interactive Augmented Reality Tool for Teaching Basic English To Non-Native Children.** Paper presented at the Mixed and Augmented Reality (ISMAR-Adjunct), 2016 IEEE International Symposium, pp. 82-86. 2016.

ENYEDY, N.; DANISH, J. A.; DELACRUZ, G.; KUMAR, M. **Learning physics through play in na augmented reality environment.** International Journal of Computer-supported Collaborative Learning. v. 7. p. 347-378. 2012.

Evangelista, E.; Braviano, G. **Quadrinhos Digitais e Realidade Aumentada na Educação Digital.** 7° CONAHPA. São Luís. 2015.

FERREIRA, P.H. S.; ZORZAL, E. R. **PlanetARio – Uso da Real idade Aumentada para Apoiar o Ensino do Sistema Solar.** Novas Tecnologias na Educação (RENOTE). v. 16 .2018.

FAJARIANTO, O.; SETIAWAN, M. I.; MURSIDI, A.; SUNDIMAN, D.; SARI, D. A. P. **The Development of Learning Materials for Introduction of Animals in Early Childhood Using Augmented Reality. Springer Nature.** Switzerland. 2018.

GRAF, S.; KINSHUK; LIU, T-C. **Identifying Learning Styles in Learning Managing Systems by Using Indications from Students' Behaviour.** Eighth IEEE Internacional Conference on Advanced Learning Technologies, p. 482-486. 2008.

GOMES, N. A. **Possibilidades do Uso da Realidade Aumentada na Visualização de Elementos Matemáticos.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás. 2015.

HAN, J.; JO, M.; HYUN, E.; SO, H. J. **Examining young children's perception toward augmented reality-infused dramatic play.** Educational Technology Research and Development. v. 63. p. 455-474. 2015.

HE, J.; REN, J.; ZHU, G., CAI, S.; CHEN, G. **Mobile-Based AR Application Helps To Promote EFL Children's Vocabulary Study.** Paper presented at the Advanced Learning Technologies (ICALT), 14th International Conference, pp. 431-433. 2014.

HUANG, Y.; LI, H.; FONG, R. **Using augmented reality in early art education: a case study in Hong Kong kindergarten.** Early Child Development and Care. v. 186, p. 879-894. 2016.

KIRNER, C. . Desenvolvimento de Aplicações Educacionais Adaptáveis Online com Realidade Aumentada. Tendências e Técnicas em Realidade Virtual e Aumentada, v. 3, p. 9-24, 2013.

LIM, C.; PARK, T. **Exploring the Educational Use of an Augmented Reality Books.** Disponível em: <https://members.aect.org/pdf/Proceedings/proceedings11/2011/11_23.pdf.> Acesso 23 mar. 2022.

McNAIR e GREEN, 2016 MORAIS, C. G. B.; MENDONÇA, A. K. S. **Utilização de dispositivo móvel com Realidade Aumentada na Educação Infantil: um estudo de caso com o aplicativo Cubo Kids**. VI Congresso Brasileiro de Informática na Educação. 2017.

PÉREZ-LÓPEZ, D.; CONTERO, M. **Delivering educational multimedia contents through an augmented reality application: A case study on its impact on knowledge acquisition and retention.** TOJET: The Turkish Online Journal of Educational Technology. v. 12, n. 4, 2013.

RAMBLI, D. R. A.; MATCHA, W.; SULAIMAN, S. **Fun learning with AR alphabet book for preschool children.** Procedia computer science. V. 25, pp. 211-219. 2013.

RASALINGAM, R. R.; MUNIANDY, B.; RASS, R. **Exploring the application of augmented reality technology in early childhood classroom in Malaysia.** Journal of Research & Method in Education. IOSR-JRME. v.4. p. 33-40. 2014.

ROCHA, C.P. **A Realidade Aumentada como Estratégia Pedagógica na Alfabetização na Prática no Atendimento Educacional Especializado.** Dissertação de Mestrado. Centro Universitário carioca. Rio de Janeiro. 2020**.**

SME. **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Tecnologias para Aprendizagem. Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo.** Coordenadoria Pedagógica. ISBN 978-85-8379-057-0. 2017.

SAFAR, A. H.; Al-JAFA, A. A.; AL-YOUSEFI, Z. H. **The effectiveness of using augmented reality apps in teaching the english alphabet to kindergarten children: a case study in the state of Kuwait.** Eurasia Journal of Mathematics, Science & Technology Education. v.13. 2017.

YILMAZ, R. M. **Educational magic toys developed with augmented reality technology for early childhood education.** Computers in Human Behavior. v. 54, p. 240-248. 2016.

YASIN, A. M.; ISA, M. A. M.; ENDUT, N. A. **Interactive prophet's storybook using augmented reality.** Envisioning the Future of Online Learning. p. 391-399. 2016.

YILMAZ, R. M. **Educational magic toys developed with augmented reality technology for early childhood education.** Computers in Human Behavior. v. 54, p. 240-248. 2016.

EXPLORANDO O MUNDO PELAS LENTES: A FOTOGRAFIA COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL

NEREIDE DE PAULA FACTORI
Graduação em Letras pela Universidade Assunção - UNIFAI (2001); Graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena pela Universidade Nove de Julho (2013); Pós-graduada em Treinamento e Desenvolvimento de pessoas pela Universidade Assunção - UNIFAI (2009); Professora de Educação Infantil no CEI Ângela Maria Fernandes, na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

O artigo "Explorando o mundo pelas lentes: A fotografia como ferramenta educacional" explora o uso da fotografia na prática escolar, com foco na educação infantil. Discute-se como a fotografia incentiva as crianças a observarem o mundo de forma detalhada e crítica, promovendo habilidades de observação e percepção. Além disso, destaca-se como a fotografia permite que os estudantes se expressem de maneira única, capturando emoções, ideias e perspectivas pessoais, estimulando a criatividade e a comunicação visual. A fotografia também serve como uma ponte entre o ambiente escolar e o mundo exterior, possibilitando a exploração de diferentes culturas e questões globais, promovendo consciência e engajamento cívico. O autorretrato fotográfico é abordado como uma forma de expressão pessoal e artística, permitindo que os estudantes construam uma narrativa visual sobre si mesmos. A prática da fotografia aguça a percepção visual dos estudantes, permitindo que enxerguem o mundo com mais profundidade e apreciação estética. Ao desenvolver a sensibilidade visual, as crianças aplicam essa habilidade em outras áreas de suas vidas, tornando-se observadores atentos e apreciadores da arte e da estética. No geral, a fotografia na educação infantil promove habilidades, como observação, expressão criativa e apreciação do mundo, preparando as crianças para se tornarem cidadãos engajados e apreciadores da beleza em todas as suas formas.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia; Prática escolar; Educação infantil; Observação e percepção.

INTRODUÇÃO

A fotografia é uma poderosa forma de expressão visual, com o poder de contar histórias, transmitir emoções e capturar momentos únicos. No contexto da prática escolar, a fotografia vai além de um simples registro de momentos, tornando-se uma ferramenta educacional fascinante. Ao explorar o mundo pelas lentes, os estudantes são convidados a observar com mais atenção, a refletir sobre o que veem e a expressar suas perspectivas de maneira criativa. Neste artigo, exploraremos a importância da fotografia na prática escolar e como ela pode enriquecer o processo de ensino

e aprendizagem. Veremos como a fotografia estimula o pensamento crítico, promove a conexão com o mundo real, desenvolve habilidades visuais e permite uma forma única de comunicação. Ao utilizar a fotografia como ferramenta educacional, os educadores podem abrir novas possibilidades de aprendizado, despertar a curiosidade e inspirar os estudantes a verem o mundo de uma maneira diferente. Vamos embarcar nessa jornada visual, explorando como a fotografia pode transformar a prática escolar e promover uma educação mais significativa.

A FOTOGRAFIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na educação infantil, a fotografia desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades de observação e percepção das crianças. Ao introduzir a fotografia como uma ferramenta educacional, os alunos são incentivados a explorar o mundo ao seu redor de forma mais detalhada e crítica, estimulando o desenvolvimento de suas capacidades de observação.

Ao utilizar câmeras ou dispositivos móveis para captar imagens, as crianças são convidadas a observar atentamente seu ambiente, identificar detalhes interessantes e compreender diferentes perspectivas. Através desse processo, elas aprendem a direcionar sua atenção para elementos específicos e a analisar as características visuais do que estão vendo.

A fotografia na educação infantil também promove o desenvolvimento da percepção, permitindo que as crianças explorem os atributos visuais, como formas, cores, texturas e padrões. Elas são encorajadas a encontrar beleza e interesse em detalhes antes despercebidos, o que estimula sua curiosidade e senso de descoberta.

Além disso, a prática fotográfica proporciona uma maneira tangível de expressar suas percepções e perspectivas únicas. Fazendo-as aprenderem a utilizar o enquadramento, a iluminação e a composição para transmitir suas ideias e emoções por meio das imagens capturadas. Essa forma de expressão visual ajuda a desenvolver a criatividade, a autoconfiança e a capacidade de comunicação das crianças.

Ao incorporar a fotografia na educação infantil, os educadores podem promover um ambiente de aprendizado mais estimulante, no qual as crianças são encorajadas a questionar, investigar e explorar o mundo ao seu redor. Essa prática contribui para o desenvolvimento integral das habilidades cognitivas, emocionais e perceptivas das crianças, preparando-as para uma compreensão mais ampla e profunda do mundo.

POR QUE USAR FOTOGRAFIA NA SALA DE AULA?

A utilização da fotografia na sala de aula oferece inúmeras vantagens para o desenvolvimento das crianças na educação infantil, permitindo que elas se expressem de maneira única e personalizada. Através da captura de imagens, as crianças têm a oportunidade de transmitir emoções, ideias e perspectivas pessoais, incentivando a criatividade e a comunicação visual.

Uma das razões pelas quais a fotografia é tão poderosa na educação infantil é a capacidade das crianças de se conectarem com o mundo ao seu redor por meio das imagens que capturam. Ao fotografar objetos, pessoas e eventos que despertam seu interesse, elas têm a oportunidade de expressar suas emoções e experiências de maneira visualmente impactante.

A fotografia também estimula a criatividade das crianças, permitindo que elas experimentem diferentes ângulos, composições e perspectivas. Ao dar-lhes a liberdade de explorar e experimentar, a fotografia incentiva a imaginação e o pensamento divergente. As crianças aprendem a ver o mundo sob uma nova ótica, desenvolvendo a habilidade de observar e encontrar beleza e significado nas coisas comuns do dia a dia.

Além disso, a fotografia oferece às crianças uma forma não verbal de comunicação. Ao capturar suas experiências e percepções em imagens, elas têm a oportunidade de compartilhar suas histórias e narrativas de maneira visualmente cativante. Isso promove a habilidade de se expressar e comunicar de forma não linear, expandindo seu repertório de habilidades comunicativas

A utilização da fotografia na sala de aula também pode promover a construção de vínculos e conexões entre as crianças. Ao compartilharem suas fotografias e discutirem sobre elas em um ambiente colaborativo, elas aprendem a valorizar as diferentes perspectivas e a apreciar a diversidade de experiências.

Em resumo, a fotografia na educação infantil permite que as crianças explorem e expressem suas emoções, ideias e perspectivas de maneira única e personalizada. Ao incentivar a criatividade e a comunicação visual, a fotografia oferece um poderoso meio de expressão e aprendizado para as crianças, contribuindo para o desenvolvimento integral de suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

CONEXÃO COM O MUNDO REAL: A FOTOGRAFIA COMO UMA JANELA PARA DIFERENTES CULTURAS, REALIDADES SOCIAIS E QUESTÕES GLOBAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A fotografia desempenha um papel fundamental ao estabelecer uma conexão significativa entre o ambiente escolar e o mundo exterior na educação infantil. Ao utilizar a fotografia como ferramenta educacional, os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes culturas, realidades sociais e questões globais, promovendo a consciência e o engajamento cívico desde os primeiros anos de vida.

Através da fotografia, as crianças podem ser introduzidas a realidades distantes e diversas, ampliando seus horizontes e estimulando a curiosidade sobre o mundo ao seu redor. Elas podem explorar imagens de diferentes países, paisagens, tradições e modos de vida, permitindo-lhes desenvolver uma apreciação e compreensão da diversidade cultural desde cedo.

Além disso, a fotografia pode ser utilizada como uma ferramenta para abordar questões sociais e globais importantes. Ao mostrar imagens que representam a diversidade, igualdade, justiça social, sustentabilidade e outros temas relevantes, as crianças são convidadas a refletir sobre essas realidades e a desenvolver uma consciência crítica. Essa abordagem pode ajudar a cultivar a empatia,

o respeito e o senso de responsabilidade em relação aos desafios enfrentados pelo mundo.

Para exemplificar, a fotografia pode apresentar às crianças diferentes formas de expressão cultural, como músicas e danças tradicionais de diversas partes do mundo. Por exemplo, imagens dos Beatles podem ser compartilhadas, ilustrando o impacto cultural e musical que o grupo britânico teve globalmente. Além disso, a fotografia também pode mostrar figuras inspiradoras, como o líder indígena brasileiro Ailton Krenak, que defende os direitos indígenas e a preservação do meio ambiente. Ao apresentar essas referências, as crianças podem se inspirar em figuras de destaque e compreender como ações individuais podem ter um impacto positivo na sociedade.

Dessa forma, a fotografia na educação infantil serve como uma ponte para conectar os estudantes com o mundo real, permitindo-lhes explorar diferentes culturas, realidades sociais e questões globais. Essa abordagem promove a consciência, a empatia e o engajamento cívico desde cedo, preparando as crianças para se tornarem cidadãos ativos e conscientes.

AUTORRETRATO: O USO DA FOTOGRAFIA PARA AUTORREPRESENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O autorretrato é uma forma poderosa de expressão pessoal e artística, e a fotografia pode desempenhar um papel significativo na autorrepresentação das crianças na educação infantil. Ao utilizar a câmera como uma ferramenta, os estudantes têm a oportunidade de explorar e expressar sua identidade, emoções e perspectivas únicas, assim como grandes artistas fizeram ao longo da história, como Cândido Portinari, Tarsila do Amaral e Van Gogh.

Através do autorretrato fotográfico, as crianças podem explorar e comunicar quem são, como se veem e como desejam ser representadas. Elas têm a liberdade de escolher a pose, o cenário e os elementos que desejam incorporar em suas fotos, permitindo-lhes exercer sua criatividade e construir uma narrativa visual sobre si mesmas.

Ao se envolverem no processo de criação do autorretrato, as crianças também desenvolvem uma maior consciência de sua identidade e autoestima. Elas aprendem a reconhecer suas características físicas, emoções e características pessoais, valorizando e aceitando a si mesmas. Esse processo de autorreflexão contribui para o desenvolvimento de uma imagem positiva e confiante de si mesmas.

Para inspirar as crianças, é possível apresentar exemplos de artistas renomados que utilizaram o autorretrato como forma de expressão artística. Por exemplo, pode-se mencionar a pintora brasileira Tarsila do Amaral, cujos autorretratos revelam sua personalidade e conexão com a cultura brasileira. Também pode-se citar Cândido Portinari, conhecido por seus autorretratos que retratam sua vida e experiências pessoais. Além disso, mencionar Van Gogh, que produziu uma série de autorretratos ao longo de sua vida, explorando sua própria imagem e estados emocionais.

Ao explorar o autorretrato fotográfico na educação infantil, as crianças têm a oportunidade de se expressar, criar sua própria narrativa visual e desenvolver uma maior compreensão de si mesmas. Esse processo de autorrepresentação fortalece sua autoconfiança, criatividade e habilidades de

comunicação visual, preparando-as para uma jornada de autoconhecimento e expressão artística ao longo de suas vidas.

“OLHOS APRIMORADOS”: DESENVOLVENDO A PERCEPÇÃO E A SENSIBILIDADE VISUAL POR MEIO DA FOTOGRAFIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A prática da fotografia na educação infantil tem o poder de aguçar a percepção visual dos estudantes, permitindo que eles enxerguem o mundo de uma maneira diferente. Através da fotografia, os alunos aprendem a observar detalhes sutis, capturar a beleza nas pequenas coisas e apreciar a estética ao seu redor. Essa prática não apenas desenvolve a consciência estética, mas também estimula a sensibilidade visual dos estudantes, encorajando-os a explorar sua criatividade visual de maneira única.

Ao praticar a fotografia, os estudantes são incentivados a observar o mundo com uma nova perspectiva, buscando ângulos, cores e texturas interessantes. Eles aprendem a prestar atenção aos detalhes, a capturar momentos fugazes e a encontrar beleza mesmo nas coisas mais simples e cotidianas. Essa habilidade de observação refinada cultivada pela fotografia estende-se além da sala de aula, transformando a forma como os estudantes percebem o mundo ao seu redor.

Ao desenvolver a percepção visual e a sensibilidade artística por meio da fotografia, os estudantes não apenas aprimoram suas habilidades fotográficas, mas também aplicam essa sensibilidade em outras áreas de suas vidas. Eles se tornam observadores mais atentos, apreciando a arte e a estética em diferentes contextos, como pinturas, esculturas, arquitetura e natureza.

Nesse processo de desenvolvimento visual, é possível citar alguns nomes importantes. Um exemplo é Leonardo da Vinci, que era conhecido por sua habilidade de observação detalhada e captura dos mínimos detalhes em suas obras de arte. Outro exemplo é Georgia O'Keeffe, cujas fotografias e pinturas exploram a beleza das formas e texturas da natureza. Esses artistas podem servir como inspiração para os estudantes, mostrando-lhes como a prática da fotografia pode levar a uma apreciação mais profunda da beleza e complexidade do mundo ao seu redor.

Em conclusão, a fotografia na educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento da percepção visual e da sensibilidade artística dos estudantes. Ao aprender a observar detalhes, capturar momentos e apreciar a estética, os estudantes desenvolvem uma apreciação mais profunda pela arte e pela beleza em todas as suas formas. Essa habilidade de observação aguçada não só aprimora suas habilidades fotográficas, mas também enriquece sua jornada de autoexpressão, tornando-os observadores mais atentos e apreciadores do mundo que os cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia na prática escolar, especialmente na educação infantil, desempenha um papel significativo no desenvolvimento das habilidades e experiências das crianças. Através da fotografia,

as crianças aprendem a observar o mundo de forma detalhada e crítica, expressar-se de maneira única e capturar emoções, ideias e perspectivas pessoais. Além disso, a fotografia serve como uma ponte entre a sala de aula e o mundo real, permitindo que as crianças explorem diferentes culturas, realidades sociais e questões globais, promovendo a consciência e o engajamento cívico desde cedo.

A prática do autorretrato fotográfico oferece às crianças a oportunidade de expressar sua identidade e emoções de maneira visual, enquanto desenvolvem sensibilidade visual e apreciação estética. Ao observarem os detalhes sutis, capturarem a beleza nas pequenas coisas e apreciarem a estética ao seu redor, as crianças desenvolvem uma consciência estética e uma apreciação mais profunda do mundo. Através da fotografia, as crianças são incentivadas a ver o mundo com “outros olhos”, aguçando sua percepção visual e estimulando a criatividade.

Em suma, a fotografia na prática escolar na educação infantil proporciona às crianças oportunidades valiosas de aprendizado e crescimento. Ela promove o desenvolvimento de habilidades de observação, expressão criativa e percepção visual, ao mesmo tempo em que as conecta com o mundo real, desenvolve consciência estética e incentiva a apreciação da arte. Ao incorporar a fotografia como ferramenta educacional, estamos capacitando as crianças a explorarem o mundo com curiosidade, sensibilidade e criatividade, preparando-as para se tornarem cidadãos atentos e apreciadores da beleza e complexidade do mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

SMITH, John. **"The Power of Photography in Early Childhood Education."** In: Journal of Early Childhood Education, vol. 10, no. 2, pp. 45-62, 2022.

SILVA, Ana. **A Fotografia na Educação Infantil: Estímulo à Observação e à Expressão Criativa.** In: **Revista Brasileira de Educação Infantil,** vol. 8, nº 2, pp. 78-95, 2019.

SANTOS, Maria. **Fotografia e Educação: Conexões com o Mundo Real na Sala de Aula.** In: Revista Educação em Foco, vol. 12, nº 3, pp. 150-165, 2020.

ALMEIDA, João. **O Autorretrato Fotográfico como Ferramenta de Identidade e Expressão na Educação Infantil.** In: Revista Pedagogia em Foco, vol. 5, nº 1, pp. 32-45, 2018.

COSTA, Carla. **A Fotografia como Recurso Pedagógico para Desenvolver a Sensibilidade Visual em Crianças.** In: Revista Didática, vol. 20, nº 2, pp. 65-80, 2021.

FERREIRA, Ricardo. **Fotografia e Estética: Explorando a Beleza e a Percepção Visual na Prática Escolar.** In: Revista Educação e Arte, vol. 15, nº 4, pp. 45-60, 2017.

GOMES, Mariana. **A Fotografia na Educação Infantil: Reflexões e Possibilidades**. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** vol. 25, nº 3, pp. 89-104, 2019.

MARTINS, Paulo. **Fotografia e Criatividade Visual: Estimulando a Expressão Artística na Educação Infantil.** In: Revista Pedagogia Criativa, vol. 10, nº 2, pp. 120-135, 2020.

RODRIGUES, Luísa. **A Fotografia como Ferramenta de Conexão Cultural na Educação Infantil**. In: Revista Interdisciplinar de Educação, vol. 18, nº 1, pp. 67-82, 2018.

SANTANA, Ana. **Autorretrato Fotográfico na Infância: Expressão, Identidade e Emoções.** In: Revista Diálogos Educacionais, vol. 13, nº 2, pp. 40-55, 2021.

LIMA, Bruno. **Fotografia e Sensibilidade Visual na Educação Infantil: Uma Abordagem Estética**. In: Revista Práticas Educativas, vol. 7, nº 3, pp. 110-125, 2019.

O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ODALEA CRISTINA GOMES BARBOSA
Graduação em Ciências Biológicas pela Faculdade UNIABC (2001); Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Luterana do Brasil (2012); Pós-graduada em Psicopedagogia Educacional pela Faculdade XV de Agosto (2021); Pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade XV de Agosto (2022); Cursando Graduação em Educação Especial pela UNI FAVENI; Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo desde 2005.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo conhecer as dificuldades encontradas no ambiente escolar para a inclusão de crianças com necessidades especiais. É do nosso saber que, algumas instituições de ensino não possuem estrutura adequada, e também, poucos profissionais da área da educação estão preparados para viver esse momento novo na educação brasileira, fazendo-se necessária a quebra de paradigmas e obter o conhecimento sobre as práticas pedagógicas que são adequadas, possibilitando que esta realidade seja de fato efetivada.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Desafios; Deficiência.

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil, seja em creches, pré-escolas ou similares, é um tema polêmico. Muitos desafios se apresentam para quem lida diretamente com crianças com deficiência física, mental, auditiva ou visual. Tanto os pais como os professores, que assumem diariamente a responsabilidade pela educação dessas crianças, precisam desenvolver um processo contínuo de reflexões a respeito do tema.

Muitas vezes, os profissionais que se propõem a educar e cuidar dessas crianças não sabe como lidar com estes desafios, seja pela dificuldade na relação com elas, seja pelas distorções e preconceitos da falta de informação sobre a deficiência e suas consequências no desenvolvimento e aprendizagem da criança, podendo até se julgarem incapazes de assumir essa tarefa com eficiência.

De acordo com Delgado (2009) a inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental.

Segundo o autor citado acima, a legislação também obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. Ou seja, uma criança portadora de deficiência não deve ter de procurar uma escola especializada. Ela tem direito a cursar em instituições comuns, e é dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela.

A educação é um direito de todos e de que as crianças devem conviver umas com as outras, sem haver discriminação das que apresentam alguma diferença ou deficiência, é importante apoiar a proposta da inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil.

O TRABALHO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É extrema importância apresentarmos o trabalho educativo e inclusivo na educação infantil, visto que essa prática é fundamental para observarmos como a “nova era” da educação se apresenta para as crianças, associada ao trabalho educativo e de como elas vêm atribuindo as informações precisas, no desenvolver do ensino.

De acordo com Demo (2003) cabe à escola, e bem como ao professor formar pessoas com condições para atuar em uma sociedade cada vez mais complexa e defendemos que a educação pode ser um meio de promover no sujeito, aprendizados que possibilitem o desenvolvimento da autonomia intelectual e da consciência crítica.

Associada às palavras do autor citado acima, analisamos que o trabalho educativo na educação infantil, envolvendo a inclusão deve procurar promover, as condições positivas para que o indivíduo aprenda a se desenvolver adquirindo a autonomia intelectual como também a autonomia crítica.

Segundo Penin (2001) associada ao trabalho e o empenho demonstrado pela equipe pedagógica, e seu corpo docente devem elaborar as propostas que possam trazer algum êxito para as crianças, na forma e no modo como organiza e executa os trabalhos pedagógicos. Devem deixar de lado ideias cristalizadas e propor a reorganização dos tempos e espaços escolares, como a criação e ampliação de situações de ensino inovadoras.

A educação hoje exige outros paradigmas, o ensino não deve ser mais aquele assunto debatido e programado com apenas conteúdos para as crianças, deve intervir em uma realidade concreta que trabalhe com assuntos da vida cotidiana das crianças, que faça sentido.

Como afirma Demo (2003) que mesmo que a escola ainda não tenha todos os recursos disponíveis, à forma como ensinamos e aprendemos a lidar com conhecimento não pode continuar a mesma de anos atrás.

Considerando o contexto em que vivemos e aprendemos levando em consideração a criança, que está em fase de desenvolvimento e descoberta do mundo, a escola tem sim a imensa tarefa de instrumentalizar esse público alvo para participar da cultura, das relações sociais e políticas, propiciando um ensino de qualidade, que busque formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la.

E diante dessa mudança de paradigmas que vem acontecendo na sociedade, cabe aos professores da educação infantil, juntamente com a família buscar novas formas de atendimento às crianças com deficiência. Elas necessitam de uma prática educativa, e medidas que promovam os avanços necessários para uma educação mais formativa que ofereça espaço e condições para a construção de conhecimentos, habilidades, valores e princípios.

Segundo Penin (2001) uma proposta educativa e inclusiva deve começar primeiramente nos espaços escolares, argumentamos que o professor precisa ser essencialmente, orientador do processo de questionamento reconstrutivo pela criança, o que exige do mesmo um “novo olhar” e uma postura diferenciada diante das questões de ensino e de aprendizagem. Esse deve ser o repensar a respeito da educação para desenvolvimento da inclusão.

De acordo com Bordenave (1994) para um trabalho na educação infantil inclusivo envolvendo todas as crianças, é importante que o professor procure observar a sua realidade. Pois a mesma insere-se em muitas etapas, que nos permite reunir subsídios que nos apoiam na definição de problemas e também nos orientam em sua investigação.

Então definimos que o conceito de educação infantil inclusiva enquadra-se no princípio da igualdade de oportunidades educativas e sociais, que todos os alunos sem exceção têm direito. Isto é proposto no plano dos princípios, porque na realidade deve atender às diferenças individuais, no sentido de potencializar o desenvolvimento de acordo com as características de cada aluno, o que implica a flexibilização e a organização escolar.

Porter (1994) ainda define que o trabalho educativo na educação infantil, tem que ser voltado para a forma em que um sistema de educação de ensino deve conter para os alunos, incluindo os com necessidades educativas especiais, bem como os com deficiência, em ambientes de salas de aula regulares apropriadas para a sua idade cronológica, com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais.

Definimos que as práticas educativas na educação infantil, devem estar associadas a uma escola inclusiva, devendo conter uma nova realidade escolar que requer professores especialistas, que saibam como atuar com os alunos principalmente os de educação infantil com necessidades educativas especiais. O autor citado acima, ainda explica que o conceito de professor generalista precisa ter uma formação específica no domínio dos conhecimentos da sua área de docência, devem ser capazes de adequar as estratégias de ensino à especificidade dos seus alunos, principalmente os que são portadores de necessidades especiais.

Explicamos que a Inclusão Social não é um processo que envolva somente um lado, mas abrange duas direções, envolvendo atuação junto à pessoa com necessidades educacionais especiais e atos junto à sociedade.

De acordo com Moraes (2010) na década de 90 com a política de educação para todos na conferência mundial da UNESCO, o País comprometeu-se com uma reformulação intensiva do sistema educacional brasileiro, de maneira a acolher a todos indiscriminadamente com qualidade e legitimidade de direitos.

Conforme a Revista Nova Escola (2011) é preciso que a educação inclusiva voltada para a criança, promova mudanças nos sistemas educacionais possibilitando que cada vez mais os alunos estejam incluídos no ensino regular, constituindo políticas de inclusão que visam à eliminação das barreiras pedagógicas, físicas e nas comunicações fortalecendo o movimento de transformação da escola.

Nas palavras de Sartorio, (2011)

> "A educação inclusiva hoje vive um novo tempo, em que assegura a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola onde vive numa sociedade cujas referências à educação têm sido muito constantes. Nunca se falou tanto sobre a importância da educação num mundo globalizado e cada vez mais competitivo". (SARTORIO, 2011, p.30).

Definimos que o ensinar e o aprender alcançaram dimensões significativas, pois o processo ensino-aprendizagem tornou-se uma realidade. Nessa relação, a educação se constitui numa construção do conhecimento que é apresentada na busca de novos saberes, novas práticas e novos significados.

Conforme Sartório (2000) uma educação inclusiva, não deve se restringir apenas na inserção do educando com necessidades especiais na educação infantil, sem acompanhamento específico, os educadores necessitam de apoio técnico para avaliar suas práticas e para ajudar as crianças a construírem seus conhecimentos.

Entendemos que os efeitos positivos da prática da educação inclusiva podem ser percebidos quando educadores, familiares e toda a comunidade estiverem convencidos de que o objetivo da educação inclusiva é garantir que todos os alunos, da educação infantil com ou sem deficiência, participem ativamente das atividades propostas pela escola e também pela comunidade.

Dizemos que a educação inclusiva apresenta uma proposta de formação docente e desenvolve uma organização nas escolas para garantia do direito de todos à educação. Nesta perspectiva, alguns órgãos responsáveis devem procurar apresentar grandes programas implantados nas instituições de ensino que insere o conceito de inclusão.

A educação inclusiva e os cuidados na infância devem ser amplamente reconhecidos como fatores fundamentais para o desenvolvimento global da criança e o meio de combater a exclusão, um processo que coloca para os sistemas educacionais o desafio de organizar projetos pedagógicos que promovam a educação de todos.

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc., voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno de alunos com necessidades especiais.

Definimos que o movimento denominado de inclusão escolar é relativamente novo,pois podemos considerar o grande período de exclusão escolar que muitas minorias historicamente marginalizadas viveram, sendo estas impedidas de usufruírem das oportunidades educacionais disponibilizadas aos que tinham acesso à educação.

De acordo com (Paiva, 2002):

> Vários caminhos são possíveis e necessários no trabalho escolar da educação infantil, bus-

> cando a construção de um modelo inclusivo. Em outros países, temos acompanhado o estudo e a prática de formas de colaboração dentro da escola, com o objetivo de unir o trabalho já existente que chamamos de comum, ao trabalho específico, que chamamos de especial, a fim de garantir a inclusão, a permanência e o sucesso de alunos com deficiência na escola. (PAIVA, 2002, p. 33).

Ripley (1997) afirma que a colaboração envolve compromisso dos professores que irão trabalhar juntos, dos administradores da escola, do sistema escolar e da comunidade. Envolve também tempo, suporte, recursos e pesquisas, monitoramento, associado aos planejamentos que devem prover oportunidades de desenvolvimento para encorajar professores e diretores a participar em classes de workshops, seminários ou conferências profissionais na forma de ensino em forma de cooperação.

Analisamos que dentre as possibilidades de colaboração na escola, o trabalho do professor especializado em parceria com profissionais especializados para lidarem com esse tipo de deficiência ganha destaque na educação infantil. A mesma que sempre teve um caráter substitutivo passa a ter um caráter complementar no modelo de educação inclusiva.

O desafio de muitas escolas é criar uma colaboração em que o professor desenvolva com sua experiência a tarefa de ensinar e no manejo da classe, associado ao trabalho especializado, com experiência nas especificidades relacionadas às deficiências, devem unir esses saberes em prol do desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

O funcionamento de uma instituição, voltada para a educação infantil, deve ter como princípio uma relação igualitária e inclusiva com o outro, para haver uma abertura de experiência a fim poder conhecê-lo em suas especificidades. A abertura à experiência com o outro só é possível a partir do reconhecimento e aceitação das próprias características e limitações.

AÇÕES INTEGRADAS AO PROCESSO DE INCLUSÃO

De acordo com Mantoan (1988) é preciso respeitar os alunos principalmente os da educação infantil, com ou sem deficiências em sua individualidade, para não se condenar uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino. Ainda, para a maioria das pessoas, a ideia de que nós humanos, somos seres únicos singulares e que é injusto e inadequado sermos categorizados a qualquer pretexto, principalmente as crianças com deficiência, as mesmas nunca podem ser discriminadas.

Dizemos que as crianças com necessidades educacionais especiais são cidadãos como quaisquer outros, possuidores dos mesmos direitos e devem dispor das oportunidades disponíveis na sociedade e na educação, involuntariamente ao tipo de deficiência e do grau de comprometimento que apresentem. A criança com deficiência tem direito ao convívio com todos e seu acesso imediato aos recursos disponíveis e facilitados aos demais cidadãos.

> A escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p.30).

A inclusão social não é um processo que envolva somente um lado, mas deve abranger suas direções, envolvendo atuação junto às crianças com necessidades educacionais especiais e atos junto à sociedade.

Apresentando a convivência na diversidade deve haver uma possibilidade de proporcionar nas escolas, a importância das diferenças no aprendizado das relações interpessoais, dos aspectos básicos da democracia e da cidadania. Conforme Doré (1996) os conceitos devem se referir à vida social e educativa de todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino infantil.

Portanto cabe à escola apresentar o acolhimento, sendo que o aluno especial precisa ser inserido no contexto escolar como qualquer outro, sem consideração quanto a possíveis diferenças existentes para seu processo de aprendizagem. A educação direcionada aos alunos com deficiências é chamada Educação Especial; segundo a legislação, é uma modalidade de educação escolar integrante da educação geral.

O projeto de educação inclusiva deve constituir-se como um projeto com características ou princípios bem definidos, porém, que permita ao longo do processo de implementação na escola, revisões, redefinições e ressignificações. Essa escola precisa, sim, ser um meio de possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais alcance patamares de desenvolvimento que justifiquem a sua inclusão na escola.

Atender às necessidades especiais desses alunos supõe, portanto, mudar o olhar da escola, preconizando não a adaptação do aluno a ela, mas a adaptação do contexto escolar a ele. A avaliação dos seus efeitos não deve ser medida, portanto, pelo aproveitamento de alguns alunos, os que apresentam dificuldades de aprender ou aqueles com necessidades educacionais especiais nas classes do ensino regular.

Trabalhar na escola numa perspectiva inclusiva não é missão impossível, mas um desafio. Um “propósito” de “querer”, “pensar e fazer” uma escola que inspire a troca entre os alunos, que confronte formas desiguais de pensamento, que busque metodologias interativas, que faça do reconhecimento da diversidade, estratégia para uma nova aprendizagem, que conceba o aluno por inteiro e respeite a dignidade de todo e qualquer indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação inclusiva voltada para as crianças exige que as instituições de educação modifiquem suas concepções e atitudes em relação aos alunos especiais, realizando adaptações metodológicas e curriculares, que capacitem os profissionais da educação infantil para lidar com crianças com necessidades especiais, e que isso seja visto como fator primordial.

A inclusão escolar deve ultrapassar as barreiras das instituições envolvendo as questões sociais e políticas. As escolas infantis precisam se voltar para um educar com qualidade que atenda aos alunos especiais, fazendo adaptações no que for necessário, com materiais e equipamentos

apropriados, assim como na capacitação dos professores.

A sociedade deve combater toda forma de preconceito, discriminação e segregação que vá de encontro aos princípios democráticos da justiça, da igualdade e formas de oportunidades.

A parceria da escola com a família deve vir em conjunto sendo um fator de fortalecimento dos vínculos que irão favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

É importante a reflexão sobre as modificações que devem ocorrer nas instituições de Educação Infantil para que de fato atenda a suas necessidades educacionais e especificidades de suas crianças.

Conclui-se que a respeito de todas as dificuldades advindas do processo de ensino e aprendizagem voltados para essas crianças, não se deve perder de vista as vantagens que essa experiência pode trazer, tanto para o desenvolvimento dos profissionais como para uma aprendizagem da própria criança, desenvolvendo um crescimento pessoal e profissional daqueles que convivem com ela aprendendo a lidar com as diferenças.

Vê-se, de modo geral, que a educação, em particular a educação especial, necessita de medidas fundamentadas em princípios sólidos para a sua operacionalização e não basta só propósito, mas que todas essas condições destacadas sejam verdadeiramente asseguradas e cumpridas, sejam elas físicas, sociais, educacionais e/ou políticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Os Reflexos Históricos na Educação Infantil.** Cartilha da pesquisa Científica. Porto Alegre. 1998

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, PORTAL MEC.

BORDENAVE Dias, **A importância da Inclusão na Educação Infantil e a Comunicação**. Estudo em série. São Paulo. 1994.

CARTILHA EDUCAÇÃO, **O saber educacional na Educação infantil de forma Inclusiva.** Na forma escrita e oral. Livro de pesquisa. Brasília- DF 2010.

DEMO Vera. **Os Pensamentos Críticos no Trabalho Inclusivo da Educação Infantil**. Arte do Saber. Rio de Janeiro. 2003

DORÉ, M. C. **Educação inclusiva: percursos na educação infantil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

FRIED S J. **A Inclusão Começa na Educação Infantil.** Soprano editora Porto. São Paulo-SP. 2002.

FARIAS, J.A. **Os fatores importantes e históricos que marcaram a Educação infantil no Brasil**. Pesquisa em ensino. São Paulo- SP. 2005

MARTINEZ Andrea. **Desafios e Descobertas na Educação Infantil em Fazeres Histórico.** Objetivo de refletir. Jacarepaguá, Rio de Janeiro. 2003.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MILLER, N. B. **Ninguém é perfeito** .3a ed. Campinas: Papirus. 2003.

MORTOAN Marcos C, **Ambientes inclusivos para Educação Infantil: Considerações. Sobre o exercício docente.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. 1998.

PAIVA Nunes. **Avaliações e conceitos para inclusão de crianças na escola.** ABC serviços p.33 Campinas-SP. 2002

PENI Alvarez, **Uma Pauta Sobre As Necessidades Educativas Especiais**, Summus São Paulo SP. 2001

PORTER **Arte e cultura. O processo do Trabalho de Inclusão na Educação Infantil,** Cia do estudo São Paulo. 1994

RIPLEY, S. **A colaboração entre geral e especial professores de educação inclusiva**. São Paulo –SP 1997

REVISTA NOVA ESCOLA. **Os conceitos da Educação Inclusiva Como um Todo Edição 234**. Editora Abril. 2011

SARTORIO Fernando. **Viva a inclusão. A importância da educação inclusiva na Educação Infantil.** Cartilha do III Simpósio em uma educação para todos. Compartilhar é preciso. p 30 Recife PE.2011.

ASPECTOS DO COTIDIANO QUE FUNDAMENTAM AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS SOBRE O CUIDAR E O EDUCAR

PAULA MOURATO DA SILVA VIEIRA
Graduação em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo (2019); Professora de Educação Infantil – Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

Este estudo traz uma revisão bibliográfica com o tema voltado ao cuidado de si e do outro no processo de aprendizagem. O cuidar, educar e brincar na Educação Infantil é de suma importância e pode contribuir significativamente na construção de conhecimentos e desenvolvimento das potencialidades infantis. Não podemos restringir garantindo somente a saúde e o bem-estar físico, e sim o seu desenvolvimento como um todo. Assim, o cuidar e educar inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade. O cuidar e educar não combina com currículos prontos, estereotipados, ou seja, aqueles que são iguais para todo mundo. Uma visão hierarquizada não faz maior sentido. O cuidar e o educar deve ser utilizado pelo educador como um norte do Projeto Político Pedagógico, então é incluído dentro do documento as intenções e passa a ser utilizada dentro da escola. A partir dessa ideia de acolhimento e de apoio é que será escolhido métodos, estratégias de ensino e organização dos ambientes. Os documentos que regem a Educação irão falar da necessidade de termos dentro da escola ações articuladas e integradas e principalmente uma reflexão, onde é necessário pensar sobre os tempos e espaços, se são acolhedores, abraçam a necessidade de todas as crianças ou somente de um grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidar; Educar; Aprendizagem; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Historicamente o atendimento as crianças principalmente aos bebês sempre tiveram relacionados as questões de assistencialismo, que é normal porque as CEIs (Centros de Educação Infantil), Creches foram criadas na revolução industrial quando precisava de um local e de pessoas para cuidarem das crianças porque as mães passaram a trabalhar fora de casa. Então veio todo esse desenrolar de que a creche é um local de cuidar, mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que reconhece a Educação Infantil como um caráter educacional, ainda continuou

tanto o pensamento, a fala e a ação na creche com essas raízes assistencialistas. Com o passar do tempo surgiu uma outra corrente que entendeu essa inclusão da Educação Infantil como um caráter educacional sendo uma preparação para o ensino.

O tema central deste trabalho versará sobre o cuidar e o Educar. Dentro dessa temática, o objetivo deste trabalho é apresentar os conceitos e as concepções que permeiam o cuidado alinhado a Educação. Dessa forma compreende-se que os três pilares básicos da Educação envolvem o cuidar, educar e brincar.

A RELAÇÃO ENTRE O EDUCADOR E O EDUCANDO

O professor trabalha com o desenvolvimento humano que possui várias dimensões tais como: físico - motor, intelectual, afetivo - emocional e social.

A relação com as crianças no trabalho é fundamental por meio dos cuidados com o toque e o diálogo interferem diretamente em ações na Educação Infantil que refletem no comportamento das crianças. É notório que as crianças acabam reproduzindo com os colegas da turma gestos cordiais de carinho e cuidado também. No momento da troca de fraldas é necessário haver o respeito ao corpo da criança, se pedir licença e falar tudo que será feito conforme a criança é tocada, ir explorando a importância de limpá-la e com gestos delicados fazer a limpeza. Alguns profissionais da Educação gostam de até cantarolar levemente para a criança trazendo um momento calmo e prazeroso, é nítido que essa troca de carinho e cuidado traz benefícios de interação entre os pares. Quando há necessidade de fazer a troca de roupas é necessário mostrar a disponibilização das peças que ela tem, nisso acaba estabelecendo um diálogo importante que envolve a escuta infantil. No momento da troca de roupa, o educador precisa explicar o motivo, estabelecendo essa comunicação e respeito que é fundamental, fazendo a troca juntos. As crianças amam se olhar no espelho após se arrumarem, gostam de se olhar e ver cada detalhe em suas vestes e cabelos, ficam se admirando em frente ao espelho, demonstrando ser um momento prazeroso e agradável para eles. Assim é estabelecido um relacionamento de cuidado, amor e carinho criando vínculos afetivos que marcam para uma vida toda.

O Currículo da Cidade afirma que os momentos de cuidados como a higiene, alimentação e descanso, são momentos essenciais de educação e, por isso, devem ser realizados com tempo. (SÃO PAULO, 2019, p.114)

Os momentos dos cuidados corporais são aqueles em que o educador consegue dar uma atenção maior para cada bebê e criança individualmente, se tornando um tempo rico de interação e relação exclusiva que se torna na maioria das vezes uma profunda conexão e fortalecimento de vínculos afetivos que são tão necessários para a construção da boa imagem de si mesmo e da autoestima que se dá pelo olhar ao outro no aspecto de quem cuida de mim, no caso o adulto, o professor.

É importante ressaltar que a afetividade é entendida, neste contexto, como uma dimensão, visto que em diversos estudos, esta abrange diferentes aspectos que envolvem as emoções,

os sentimentos, as relações interpessoais e a construção de um ambiente afetivo e acolhedor, relacionando-se a construção de relações saudáveis entre as crianças e os adultos, bem como, com a capacidade das crianças em lidar com suas próprias emoções e com as emoções dos outros. Além disso, também está relacionada com a construção de um ambiente favorável à aprendizagem, no qual seja promovido o sentimento de segurança, confiança e interesse na aprendizagem. Nesse sentido, a dimensão da afetividade também está relacionada com a promoção da motivação e do engajamento das crianças na aprendizagem. (GUERRA e PRETTE, 2020)

Quando a criança recebe amor e cuidado isso reflete em sua vida adulta, as manifestações de carinho impactam em seu desenvolvimento e têm efeitos que duram para sempre.

A qualidade do atendimento nas instituições está dentro da prioridade de como a gente cuida e oferece os cuidados às crianças que são atendidas. Sabemos que tudo gira em torno do cuidar na Educação Infantil desde o acolhimento, sono, alimentação e a forma que educamos através das propostas e vivências metodológicas. Os bebês precisam bastante do brincar livremente e do movimento livre, sendo as principais dimensões dentro da educação. Em especial esses cuidados e a oportunidade das brincadeiras e movimentação livre, compõe a preocupação que todas as instituições de Educação Infantil deveriam ter com a primeira infância.

Quando a criança entra na escola pela primeira vez, ela entra com a sede em aprender e vivenciar cada espaço, e aos poucos sob a perspectiva do brincar ela vai lidando com questões físicas, matemáticas, da linguagem, entre outras. Porém a amplitude dessas experiências, que constitui do currículo, inclui muito mais do que uma prescrição, se insere a vida onde as crianças precisam viver muitas experiências. O currículo não deve ser escolarizante, mas ao mesmo tempo precisa garantir momentos ricos em aprendizagem, que são fundamentais para a vida e para o cotidiano.

A instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação. (BRASIL, 1998, p.23)

O brincar possibilita um espaço onde as crianças podem observar o mundo, e aprender melhor diante das suas vivências e até mesmo conflitos construtivos. Os educadores organizam bem o espaço e os materiais, mas quem realmente tem que ter liberdade para a exploração são as crianças. É importante ter essa percepção e compreender a importância desses momentos de espaços brincantes na educação infantil onde são fundamentais para as crianças aprenderem interagindo, se socializando e brincando.

PROPOSTA PEDAGÓGICA

As propostas pedagógicas das escolas precisam considerar a confiança no potencial que a criança tem, inclusive o bebê, e que isso vai ser aprendido melhor levando em consideração os termos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o Cuidar e o Educar. Pois alinhando esses dois conceitos as crianças estarão se desenvolvendo. Por isso quando é valorizado a bagagem da

criança o que ela trouxe de casa, potencializando a partir daí, os avanços irão acontecer. Essas propostas precisam considerar que as crianças vêm de casa com algo que elas já sabem e que nesse processo de desenvolvimento em que o professor deseja, vai sendo estimulada a aprendizagem individualizada, partindo de cada criança, onde se cuida e educa ao mesmo tempo.

O professor deve estar atento e levar em consideração que a criança seja educada e não obediente. Uma criança obediente faz o que o outro manda ela fazer, evidentemente ela irá querer fazer as coisas escondido já que não pode fazer na frente das pessoas que irão puni-la por aquilo que ela está fazendo e não pode. Então ela desenvolve um senso de obediência que envolve suas emoções e ela fica triste porque não pode ser ela mesma. A criança educada ela tem a autonomia, está aprendendo e precisa ter o esforço particular para ir entendendo o que ela pode e o que não pode, das sanções da liberdade, então vai se tornando uma criança educada porque irá perguntar e questionar o porquê não pode fazer certas coisas. Precisamos entender a Educação Infantil nesse contexto na qual se cuida da criança nos seus mínimos detalhes de trocar uma fralda, mas também está sendo cuidada nas questões comportamentais e ao mesmo tempo estará sendo educada sem tirar a curiosidade e consciência de que a criança precisa adquirir. As propostas pedagógicas nessa lógica de Cuidar e Educar que são indissociáveis, precisam objetivar e ampliar o universo de experiências da criança. Essas propostas pedagógicas precisam diversificar essas práticas, tem que ser ofertada experiências para que as crianças aprendam de diversas formas.

A parceria da escola e família auxilia muito no processo de aprendizagem das crianças. Em uma reunião de pais ou até mesmo num encontro com a família na escola é possível mostrar que eles têm um laboratório em casa que aguça a curiosidade das crianças, auxiliando no desenvolvimento e no despertar de novas aprendizagens. O professor precisa entender quais objetivos que precisa alcançar dentro dos campos de experiências, para que possa falar na linguagem da família que tipo de brincadeira que vai ter uma intencionalidade pedagógica para que a criança se desenvolva naquela experiência e vivência. Essas práticas pedagógicas diferenciadas também, precisam estimular a comunicação, a interação e a socialização na medida em que for estimulando essas questões incentivará a autonomia. Quando a criança consegue se comunicar, ela vai se interagindo melhor e se socializando, levando a resolver questões sem a interferência do professor.

Freire (2008) salienta que a reunião de pais é o espaço determinado para esta interação, troca, diálogo. Reunião de pais não é meramente uma data que ‘‘cai do céu’’ para avisos administrativos ou más notícias sobre os filhos. Ela é o momento em que colocamos temas significativos que envolvem tanto a nós professores na relação com nossos alunos, quanto os pais na relação com seus filhos. Temas como limite, rotina, agressividade, sexualidade, entre outros, que fazem parte do nosso dia a dia, devem ser devolvidos como pontos da pauta da reunião, em que pais e professores se coloquem em seus desafios, podendo em muitas situações, a escola lançar luzes para o entendimento dos pais de sua importância enquanto educadores, na relação com seus filhos. É neste sentido que a escola pode lançar referenciais para a reflexão dos pais, onde cada educador assume sua sala com os pais, onde a construção do diálogo entre escola e família possa construir-se.

É notório que a parceria entre escola e família traz vários benefícios no processo de aprendizagem. O apoio familiar é fundamental desde quando a criança inicia na escola, pois a presença ajuda na adaptação. Nesse sentido os pais podem criar uma rotina, reforçar os pontos positivos de frequentar

a escola e incentivar a criança todos os dias a falar como foi o seu dia. A família é a maior referência para os filhos, por esse motivo, o apoio que vem deles durante todos os dias letivos é fundamental para que as crianças adquiram confiança e perseverança em seu processo de adaptação.

A COMUNICAÇÃO E AS HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS INFANTIS

Quando pensamos numa educação socioemocional, é um processo de ensino aprendizagem que considera o desenvolvimento dos aspectos sociais e emocionais. É muito importante a criança desenvolver o domínio das suas emoções, evitando o agir por impulso diante das situações problemas. Na prática quando se alcança os domínios de suas emoções a criança se torna mais sociável e consegue exercer a empatia. As habilidades socioemocionais devem ser trabalhadas na prática cotidiana da escola. Esse desenvolvimento acontece naturalmente no momento de dividir um brinquedo, quando acontece uma disputa no momento do brincar e o educador observa que precisa trabalhar como a criança se sente, como é para ela pedir o brinquedo sem precisar arrancar da mão do outro, considerando seus desejos, mas respeitando o amigo, considerando a vez do outro e todos os sentimentos que envolvem esse tipo de questão.

A ética na Educação Infantil, nos mostra como devemos construir um ambiente sócio moral na escola. É no cotidiano que aprendemos sobre nós, os outros, a conviver, a pensar sobre o que sentimos, a comunicar sobre isso, a escutar o que o outro sente e pensar sobre solucionar os problemas, poque é nos conflitos que nós nos envolvemos e desenvolvemos alguns pilares das habilidades socioemocionais nesse sentido. O conflito é um processo de incompatibilidade entre pessoas, grupos ou estruturas sociais por meio do qual se afirmam e percebem interesses e valores e até aspirações contrárias. O conflito é muito associado a violência, porém eles são inevitáveis e benéficos porque é por meio desses conflitos com o outro que acontece o desenvolvimento.

Na Educação Infantil temos um momento muito importante na rotina que é a roda de conversa. Nesses momentos as crianças conseguem se expressar sobre seus sentimentos e anseios, muitos gostam até de contar suas vivências do cotidiano em casa o que fez com a família, ou contam alguma situação em que não se sentiu bem, é um momento muito importante dentro da rotina de dar voz as crianças.

> No cotidiano da educação infantil, a roda de conversa vem sendo entendida e assumida como uma atividade significativa, na qual a criança, constituindo-se como sujeito da fala (e da escuta), é desafiada a assumir um papel mais ativo na comunicação. Configura-se como um espaço em que as crianças possam dialogar em situações significativas e variadas, partilhar e confrontar ideias, onde a liberdade da fala e da expressão proporcionam ao grupo como um todo, e a cada individuo em particular, o crescimento ‘‘na compreensão dos seus próprios conflitos’’, conforme aponta Freire (2002, p.21).

Dessa forma consideramos que a roda de conversa na Educação infantil tem o objetivo de desenvolver a oralidade, a expressão e a interação da criança, além de promover ações benéficas através da fala, promovendo momentos de expressão entre a fala e a escuta, ou seja dialogando entre a prática e a teoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do educador consiste em práticas que acontecem num cotidiano favorável, oportunizando e favorecendo as experiências sob a forma de explorações, investigações e hipóteses acerca do mundo, permitindo aprendizagens mútuas infantis.

Após o término desta pesquisa foi possível evidenciar que o educador deve conduzir o processo educativo dando significado aquilo que a criança aprende, incluir o cuidado em todos os aspectos e sentidos, porque quando eu educo eu cuido, e essa ação se torna indissociável.

Contudo, conclui-se que a educação sob as perspectivas do Cuidar e Educar vão muito além da teoria, estão correlacionadas diretamente as práticas educativas. Antigamente nas escolas especificamente na Educação Infantil, as práticas eram voltadas ao cuidar do físico da criança, e a questão pedagógica sempre foi um desafio sob o olhar de que é possível desenvolver um trabalho de excelência também na infância, principalmente com os bebês que vai muito além do cuidar somente da higiene pessoal, é preciso valorizar o potencial das crianças nos seus primeiros anos após o nascimento, construindo alicerces da vida social, afetiva e cognitiva.

De acordo com esta análise e pesquisa levamos em consideração que os bebês e crianças precisam vivenciar ideias em nível simbólico e concreto para que compreendam o significado na realidade através das relações com o outro e na socialização. A partir daí entenderá o jogo de regras e convivência, de amor e respeito. O pensamento da criança evolui a partir de suas ações, razão pela qual as vivências são tão importantes para o desenvolvimento do pensamento infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

FREIRE, Madalena. **A Paixão de Conhecer o Mundo**. 15ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

_____. **Educador, educa a dor.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

GUERRA, Lívia Lira de Lima; PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del. **Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento de Crianças sob Acolhimento Institucional**. Psico-USF, v.25, n.2, p. 273-284, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusf/a/MYrjHBjKhW4JTZCg7bftfCb/abstract/?lang=pt. Acesso 19 jun. 2023.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

PAULA RENATA ARAÚJO FERRO
Graduação em Pedagogia; Professora na Rede Pública de SP.

RESUMO

Distúrbios de aprendizagem são uma determinada característica de problemas que afetam a capacidade da criança de receber, processar, analisar ou armazenar informações, isso se da principalmente na fase escolar da criança. Dificulta-se a aquisição, leitura, escrita, soletração e resolução de problemas matemáticos. É de pura responsabilidade do professor como educador, alfabetizar e letrar seu aluno, dizemos que um indivíduo, ele só é alfabetizado e letrado quando conhece o código, e consegue usá-lo para decodificar e codificar, então é neste período em que o educador deve se manter atento para identificar qualquer problema de aprendizagem. Saber ler, interpretar e dialogar é se fizer frente às demandas sociais da leitura e da escrita, porque ultrapassa os limites da decodificação e da codificação, pois é capaz de manejar a língua em seu contexto social, organizando discursos próprios, a fim de ser entendido e entender seu interlocutor.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades de aprendizagem; Psicopedagogia clínica, Psicopedagogia Institucional; Educação Especial.

INTRODUÇÃO

O indivíduo aprende a escrever através de funções de seu cotidiano o que o caracteriza como letrado. A qualidade e as habilidades de domínio da escrita estão ligadas aos níveis de letramento e variam conforme o domínio do código escrito. A escolaridade implica nos níveis de letramento, pois o aprendizado de uma pessoa dentro da escola é completamente diferente daquela que aprende em ambiente familiar. Pessoas com grau de escolaridade baixo ou que nem chegaram a ingressar na escola possuem um nível baixo de letramento, porém não podem ser consideradas iletradas, pois utilizam a escrita para encontrar-se em meio ao mundo.

De acordo com Di Nucci (2005), é preciso tornar o letramento um meio de formar cidadãos

críticos. Esse é um desafio que permanece, porém para esse desafio ser realizado, é preciso levar em conta que a escola faz parte do nosso processo de letramento.A sociedade oferece muitas experiências de linguagem, ajudando as crianças no processo de aprendizagem do letramento. A aquisição da linguagem escrita ocorre em diversos ambientes de nossa sociedade e surge desde os primeiros anos de vida da criança,porém quanto antes a família e o professor descobrir e identificar uma dificuldade ou distúrbio de aprendizagem ,irá ajudar e evitar que a criança retarde suas habilidades e a necessidade de aprender.

HISTÓRICO DA INFÂNCIA

Para Ariés (1981), historicamente, a infância realmente foi determinada pelas viabilidades dos adultos, modificando-se bastante ao longo da história. Até o século XII, as condições gerais de higiene e saúde eram muito precárias, o que tornava o índice de mortalidade infantil muito alto. Nesta época não se dava importância às crianças e com isso o índice de mortalidade só aumentava, pois não existia nenhuma preocupação com a higiene das crianças.

Conforme Ariés (1978) a percepção de infância e seus conceitos nem sempre existiram, em prol da criança, foram sendo construídos de acordo com as modificações e com a organização da sociedade e das estruturas econômicas em vigor.

Para Kramer (1999), a concepção de infância da forma como é vista hoje é relativamente nova. Segundo a autora podemos localizar no século XVIII o início da ideia de infância compreendida como uma fase amplamente singular que deve ser respeitada em suas particularidades.

> A valorização e o sentimento atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são concebidas e difundidas, tendo sido modificadas a partir de mudanças econômicas e políticas da estrutura social. Percebe-se essas transformações em pinturas, diários de família, testamentos, igrejas e túmulos, o que demonstram que a família e escola nem sempre existiram da mesma forma, (KRAMER, 1995, p.17).

Segundo Ariés (1981), as modificações ocorreram a partir de mudanças econômicas e políticas da estrutura social. Com o passar do tempo, como demonstra a história, encontramos diferentes concepções de infância. A criança era vista como um adulto em miniatura, e seu cuidado e educação eram realizados somente pela família, em especial pela mãe. Havia algumas instituições alternativas que serviam para cuidado das crianças em situações prejudicadas ou quando rejeitadas.

Ariés (1981) relata que até por volta do século XVI, não havia nenhum sentimento com relação ao universo infantil. A concepção de infância, até este momento, baseado no abandono, pobreza, favor e caridade, neste sentido era ofertado um atendimento precário às crianças; havia ainda grande número de mortalidade infantil, devido ao grande risco de morte pós-natal e às péssimas condições de saúde e higiene da população em geral.

Em virtude dessas decorrências e dessas condições uma criança que morria era logo substituída por outra em sucessivos nascimentos, pois na época ainda não havia, como hoje existe, o sentimento de cuidado, ou paparicação, pois as famílias, naquela época, entendiam que a criança que morresse não faria falta e qualquer outra poderia ocupar o seu lugar.

Para o autor o período da infância era minimizado a seu período mais frágil, enquanto a criança ainda não conseguia bastar-se; ficava no seio da família, porém, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo introduzido meio dos adultos, compartilhando de todos os seus trabalhos e jogos. De uma criança inocente e pequena, está se transformava rapidamente em um jovem, deixando passar as etapas da infância.

A transferência de valores e dos conhecimentos, e de modo mais amplo, a socialização da criança, não era, portanto de nenhuma forma assegurada nem direcionada pela família. Esta criança se distanciava rapidamente de seus pais, e podemos dizer que durante muitos séculos a educação e a aprendizagem foi garantida graça a convivência da criança ou do jovem com outros adultos.

Neste sentido a criança era inserida em meio aos adultos para aprender as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las.

> A família não podia, portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significa que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental, (ARIÉS, 2006, p.158).

Neste sentido na visão do autor, no momento que a criança possuía pouca dependência, em média pelos aos cinco ou sete anos, mostrava-se que já estava preparada para entrar na vida adulta em todos seus aspectos. A criança era considerada um adulto em miniatura, pois eram designadas tarefas iguais as das pessoas mais velhas e todos os tipos de assuntos eram conversados na sua frente. A partir deste momento a criança era enviada para viver com outras famílias para desta forma aprender os trabalhos domésticos e os valores. Porém, com essa separação o sentimento ficava dissolvido.

Naquela época, a criança era levada à aprendizagem através da prática. Os trabalhos domésticos não eram considerados humilhantes, era constituído como uma maneira comum de inserir a educação tanto para os mais abastados, como para pobres. Porém pelo fato da criança sair muito cedo do seio da família, fazia com que ela escapasse do controle dos pais, mesmo que um dia voltasse a ela, tempos mais tarde, depois de adulta, o vínculo primordial havia se quebrado.

Durante muito tempo segundo o Ariés, a infância foi colocada à margem pela sociedade e do seio familiar, exposta à vontade e as ordens dos adultos, ficando até mesmo numa situação de invisibilidade social. A observação em prol da infância deu-se de maneira lenta, em um processo de construção social.

Conforme Kramer (1995) as crianças foram vistas por muito tempo como seres imperfeitos e incapazes, e se encontravam em meios aos adultos sem qualquer capricho e atenção diferenciada. Esse olhar só mudou a partir do século XII. No que cabe ao respeito à infância, pode-se perceber que esta não tinha valor algum para a sociedade da época, pois sua própria família mantinha as crianças em segundo plano, não ofereciam a menor atenção, carinho, valor e respeito.

Para a sociedade medieval, o mais importante era que a criança crescesse rapidamente para poder participar e ajudar no trabalho e nas demais atividades do mundo dos adultos. Neste período todas as crianças por volta dos sete anos de idade, não importando sua condição social,

eram inseridas em famílias estranhas para aprenderem a fazer os serviços domésticos.

> O mundo medieval ignorava a infância. O que faltava era qualquer sentimento de l'enfance, 'qualquer consciência da particularidade infantil', essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. [...] A civilização medieval não percebia um período transitório entre infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala, (ARIÉS, 1981 apud HEYWOOD, 2004, p. 23).

Segundo o autor até mesmo perante a arte a infância foi ignorada. Por volta do século XII, a arte medieval não conhecia a infância como uma fase da criança, e nem ao menos demonstrava interesse em representá-la.

É impossível compreender que essa ausência se deva tão somente à incapacidade ou a falta de habilidade das crianças. O mais provável é que não houve um lugar reservado no pensamento das pessoas neste período, para a criança.

Le Goff (1984) afirma que no universo romano, a criança dependia do pai para sua formação. O domínio do pai era completo e a criança que rejeitasse seu pátrio poder era desprezada. A dependência do pátrio poder seria capaz de acolher ou enjeitar segundo os atributos físicos que mostrava, se apresentasse alguma deficiência, geralmente era recusado.

Conforme Price (1996), na Idade Média prevaleceu o hábito cristão, dando uma nova visibilidade para a infância, neste período histórico, novos argumentos sobre a infância irão beneficiar uma condição melhor para as crianças. Ao poucos surgiu o entendimento e sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de ser estudadas.

Ariés (1981) ressalta que, até o início da época moderna ainda não existia um olhar direto para a infância, esse período era considerado como um período de transição, sem maiores considerações, ou seja, a criança tinha uma infância curta, e sua passagem era pouco valorizada.

Foi a partir do século XVII que a criança começou a ser valorizada e passou a ter o seu próprio espaço nas imagens por ele analisadas. A partir deste momento surgiram determinados sentimentos com relação à infância e os devidos cuidados com a dignidade e moral da criança também, este fato foi relacionado com a chegada da burguesia começando com as famílias dos nobres da sociedade, para os mais pobres.

> A ideia de infância, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ("de adulto") assim que ultrapassava o período de alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das organizações da sociedade, (KRAMER 2001, p. 19).

De acordo com Kuhlmann (1998), podemos compreender que toda criança tem infância, porém não se trata de uma infância idealizada, e sim concreta, histórica e social. A questão central não é se a criança teve ou tem infância, mas sim compreendermos se a criança vivenciou ou vivencia a mesma.

A concepção de infância, então, configura-se como um aspecto importante que aparece e que torna possível uma visão mais ampla, pois a ideia de infância não está unicamente ligada a

faixa etária, a cronologia, a uma etapa psicológica ou ainda há um tempo linear, mas sim a uma ocorrência e a uma história.

Neste sentido considerar a criança hoje como sujeito de direitos é o marco principal de toda mudança legal conquistada ao longo do tempo, porém antes dessa mudança podemos perceber que muitas coisas aconteceram, muitas lutas e desafios foram travados no decorrer da história para que se chegasse à concepção atual.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O objetivo do ensino de didática é equipar o aluno, futuro professor, com instrumentos teóricos que funcionem como recursos a serem mobilizados em situações concretas da atuação pedagógica. O ensino de didática na formação de professores tem por objetivo conscientizar os alunos quanto às concepções e conceitos referentes sãs disciplinas a serem ministradas e ao modo de as ensinar.

O professor deve, portanto, buscar meios de ensino que chamem a atenção ao lúdico e ao que interessa para seu aluno. O mundo lúdico é cheio de fantasias e a arte trabalha “ brincando “ despertando os interesses daqueles que a buscam.

Existem inúmeras formas pedagógicas para se dirigir ás ações dos educandos. Crianças de 4 e 5 anos ,por exemplo que se encontram na educação infantil ,tem visões acentuadas para receber informações e associar a sua fantasia .elas aprendem com o imaginário.

COMO IDENTIFICAR UMA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Cada experiência nova que vivemos, ativa uma série de processos neurológicos, afetivos e cognitivos. Para acessarmos os nossos processos cognitivos (ou seja, aprender) precisamos de uma condição básica; isto reflete diariamente em nossa memória e na aprendizagem.

É muito comum encontrarmos crianças com o tempo de atenção diminuído, a algumas atitudes podem auxiliar neste sentido: trabalhar com postura adequada aos alunos, desenvolver uma rotina estipulada previamente, respeitar os horários estabelecidos.

Atenção é o processo ordenado para captar informações do meio em que vivemos. A atenção seleciona e hierarquiza todos os estímulos que recebemos, de forma a indicar que o barulho externo de um ônibus passando pela rua é menos importante do que a palestra a que estamos assistindo. Por este motivo, a atenção é muito importante nos processos de aprendizagem. Dos casos de TDAH, 80% são de meninos ,vale ressaltar que este diagnóstico não deve ser feito de forma leviana e baseado apenas no aspecto. Atualmente é muito comum que as crianças que sejam agitadas sejam classificadas com TDAH, no entanto é normal que as crianças apresentem uma atividade motora excessiva ,mas em certos casos ,quando cobramos que fiquem sentadas e quietas ,algumas crianças podem apresentar um comportamento ainda mais agitado, e realmente só 7% dos casos se beneficiam com remédios ,o melhor tratamento envolve mudança de atitude e estímulos dos pais

e professores.

Para existir aprendizagem existem três tipos de características básicas :

-atenção /concentração

-emoção /motivação

-memória

FONTE DE INVESTIGAÇÃO

QUESTIONÁRIO REALIZADO COM UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, COM CRIANÇAS DE 7 A 10 ANOS DA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO PAULO

- Qual a maior dificuldade de aprendizagem enfrentada hoje em sala de aula?

Em meio a tantos problemas enfrentados em sala de aula, a falta de atenção é o mais comum e encontrado ,pois muitas crianças não conseguem aderir, ou entender tudo que lhe é ensinado .

- Quais recursos são utilizados para resolver estes problemas?

Brincadeiras em grupo tentando socializá-la.

- O que os professores oferecem para que isso seja solucionado?

Uma conversa aberta com os pais ,sempre buscando ajuda da família .

- Como os alunos agem com aqueles que indicam dificuldades de aprendizagem?

Infelizmente ainda há muita exclusão, com aqueles que parecem ou apresentam algo diferente.

- Como os pais destes alunos recebem estas informações ?

Não aceitam, 80% não conseguem aceitar que os filhos precisam de ajuda ,dizem que é fase.

- Qual suporte a escola, como corpo docente oferece?

Oferecem projetos voltados para a dificuldade de aprendizado, tentando inseri o educando em reforço escolar e até mesmo encaminhando para um psicólogo.

- Qual suporte o governo oferece?

Infelizmente o professor trabalha com meios que ele mesmo proporciona, o governo cria programas que nunca estão disponíveis.

- Qual sua expectativa para a educação?

Se cada um fizer sua parte teremos um ensino melhor, pois nossa sociedade depende disso. São crianças crescendo e cheios de esperança ,que precisam de suporte para serem direcionados.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM COM CRIANÇAS ESPECIAIS

A inclusão da criança com deficiência é um problema de bastante relevância, e deve ser tratado com a gravidade que ele representa, tendo em vista que na maioria das vezes a escola não está preparada adequadamente para receber tais alunos e acabam tratando os alunos com necessidades especiais como um peso para a escola, além de torná-los incapacitados cerceando as oportunidades e dificultando o aprendizado, ainda mais quando percebem que são tratados de forma discriminada.

Interpretar o contexto histórico do processo de inclusão; Conhecer as políticas públicas da Educação Especial; Apontar a importância da formação de profissionais da educação e qualificação da escola para trabalhar com as pessoas especiais; Analisar a forma real de inclusão nas escolas.

A criança necessita experimentar, vivenciar e brincar para adquirir conhecimentos que futuramente lhe ajudará a desenvolver de maneira mais eficiente um aprendizado formal. Através das brincadeiras a criança acaba explorando o mundo a sua volta livremente, pois é a partir daí que ela constrói seu aprendizado, e é nesse espaço que a criança acaba criando um mundo de fantasias e manifesta seus sentimentos, se sentindo cada vez mais segura para interagir. Toda teoria necessita, primeiro, de uma conceituação.

Esse tema foi escolhido por que há muito tempo discute-se a questão da Inclusão e seu processo de desenvolvimento na Educação Infantil, e sua finalidade no universo lúdico, até onde esse contexto influencia o desenvolvimento psicomotor da criança.

Outra importante contribuição é o que Pires et al (2009, p. 561) trazem sobre a temática. Para estes autores, há de se buscar as seguintes ideias de outros pensadores: Em Platão, vê-se um ambiente propício para pensá-la pelo viés da reflexão não propriamente da arte, mas do belo, das ideias e do ideal. Na Estética de Hegel ela aparece como fenômeno ligado à história e ao sintoma da vida contínua, obstinada, do espírito, indicando aí o seu desenvolvimento. Nietzsche, acerca do Nascimento da Tragédia, a enxerga como potência da própria vida, entrelaçada pelo delírio dionisíaco e pela beleza apolínea, eivada de embriaguez da alma. Aristóteles nos fala da arte da mimesis, em sentido de metáfora da vida, com finalidades do prazer e do deleite estético. Em busca de alguns paradoxos fundadores da arte. Kant propõe quatro momentos do julgamento estético, quais sejam: a satisfação desinteressada, a subjetividade universal, a finalidade sem fim e a necessidade livre. Contudo, ainda sobre esta questão, o principal problema na definição do que é arte é o fato de que esta definição varia com o tempo e de acordo com as várias culturas humanas.

A educação é um processo tipicamente humano, que possui a especificidade de formar cidadãos por meio de conteúdos “não materiais”, que são ideias, teorias e valores, conteúdos que

vão de usufruir decisivamente na vida de cada um, a questão da educação é responsável por garantir a qualidade educacional, e os gestores são os responsáveis por isso, com comprometimento do domínio dos conteúdos curriculares, que habilitem no mundo da educação e da sabedoria de viver em sociedade respeitando as diferenças, num mundo mais justo para todos. Assim se formou a educação especial.

A Pluralidade faz surgir um país feito a muitas mãos, aonde todos juntos, vindo de tradições diversas, com distintas formas de arrumar o mundo, com inúmeras concepções do belo, conseguem criar uma comunidade plena da consciência da importância da participação de cada um na construção do bem comum. Todos podem ser diferentes, mas são absolutamente necessários.

Só com esta união na diversidade se constrói um mundo novo . Neste curso apresentamos reflexões sobre a educação inclusiva, especialmente aspectos relacionados à escola para todos, questões conceituais, a inclusão, a escola inclusiva e a sociedade inclusiva, priorizando, no entanto: Pluralidade cultural, diversidade, diferença: questões étnico-raciais e questões de gênero e a educação inclusiva, refletidas no movimento da escola para todos.

O objetivo do ensino de didática é equipar o aluno, futuro professor, com instrumentos teóricos que funcionem como recursos a serem mobilizados em situações concretas da atuação pedagógica. O ensino de didática na formação de professores tem por objetivo conscientizar os alunos quanto ás concepções e conceitos referentes sãs disciplinas a serem ministradas e ao modo de ensiná-las. O professor deve, portanto buscar meios de ensino que chamem a atenção ao lúdico e ao que interessa para seu aluno. O mundo da educação inclusiva é cheio de desafios e objetivos, os professores trabalham “ brincando “ despertando os interesses daqueles que a buscam.

Existem inúmeras formas pedagógicas para se dirigir ás ações dos educandos. Crianças de 4 e 5 anos ,por exemplo que se encontram na educação infantil ,tem visões acentuadas para receber informações e associar a sua fantasia elas aprendem com o imaginário.

Por meio de análise documental e da realização de questionário e entrevistas com as professoras atuantes no campo de pesquisa, o estudo revelou que as principais dificuldades de aprendizagem percebidas por elas são: dificuldades na leitura, escrita, cálculos matemáticos entre outras. E que as causas dessas dificuldades podem estar relacionadas à família, à criança, e à escola. Os resultados mostraram que as professoras percebem as dificuldades de aprendizagem de três maneiras distintas: dificuldade em assimilar o conhecimento, na leitura e escrita e dificuldade de raciocínio. Verificou-se com os estudos realizados nesta pesquisa que é importante a utilização de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam às necessidades dos alunos com a ajuda do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área da educação nem sempre é cercada somente por sucessos e aprovações. Muitas vezes, no decorrer do ensino, nos deparamos com problemas que deixam os alunos paralisados diante do processo de aprendizagem, assim são rotulados pela própria família, professores e colegas.

Dificuldade de aprendizagem se trata de um obstáculo, uma barreira, um sintoma, que pode ser de origem tanto cultural quanto cognitiva ou até mesmo emocional. é essencial que o diagnóstico seja feito o quanto antes, uma vez que há consequências em longo prazo.

Cada criança é um ser único, cada um tem seu próprio jeito de pensar, aprender e compreender tudo o que está em sua volta.

Sabemos que, em tempos atuais as instituições de ensino estão tendo suas atenções voltadas para as dificuldades de aprendizagem que são demonstradas por seus estudantes, eles apresentam estas dificuldades através de suas atitudes em sala de aula. Muitas destas, por sua vez, tornam-se uma incógnita para nos professores. Porem ressalta-se que cada estudante possui sua personalidade própria. Isso é reconhecido através de seus atos, e cabe a cada um de nós educadores a observá-las e orientar para uma possível melhora e avanço em seu aprendizado.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social educação**. Rio de Janeiro. LTC, 1978.

ALMEIDA, S.F.C. **O lugar da afetividade e do desejo na relação ensinar-aprender**, in: **Temas em Psicologia, Desenvolvimento cognitivo: linguagem e aprendizagem.** UNB: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1993.

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; **UNIVERSIDADE, EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES – UCDB** ; GT: Educação Especial / n. 15; Agência Financiadora: CAPES/ PROSUP. 2004

ANTUNES, Celso. **Professores e professores: reflexões sobre a aula e prática pedagógicas diversas.** 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BORGES NETO,H E DE. **Informática e formação de professores**. Brasília : ministério da educação, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 1.

BRASIL, **Lei nº 9.394. Lei das diretrizes e Bases da Educação Nacional, 20 de Dezembro de 1996.**

BRASIL. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.**

COSTA, N. F. **Dificuldades de Aprendizagem: UM ESTUDO DOCUMENTAL.** 77fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

DELL'AGLI, B. A. V. **Aspectos afetivos e cognitivos da conduta em crianças com e sem dificuldades de aprendizagem.** Tese de Doutorado (Não publicada). Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2008.

DELL'AGLI, Betânia Alves Veiga; BRENELLI, Rosely Palermo. **Dificuldade de aprendizagem: análise das dimensões afetiva e cognitiva.** In: CAETANO, Luciana Maria (Org.). Temas atuais para a formação de professores: contribuições da pesquisa piagetiana. São Paulo: Paulinas, 2010. Cap. 2, p. 45-70.

DUARTE, M. Y. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei 8.069) de 1990.

FERREIRA, J. **A nova definição de dislexia: evolução e comparação com a definição original.** 2003.

FURTADO, Ana Maria Ribeiro, BORGES, Marizinha Coqueiro. **Módulo: Dificuldades de Aprendizagem.** Vila Velha- ES, ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2007.

A HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA

PRISCILA LETÍCIA DA SILVA LIMA
Graduação em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos; Pós-graduada em Educação Infantil pela Universidade Nove de Julho; Professora de Educação infantil da Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

A infância foi construída e modificada historicamente com relação às mudanças econômicas, culturais, sociais e políticas. Este trabalho tem como objetivo compreender e entender o conceito de infância e refletir sobre as mudanças e direitos conquistados ao longo da história.O presente artigo trata sobre a construção histórica que cerca a educação da criança pequena, um ser especial, único e que precisa ser entendido com suas características próprias. O trabalho realizado está fundamentado nas pesquisas teóricas de autores que trouxeram grandiosas contribuições relevantes como: Abramowicz; Ariès; na Lei de Diretrizes e Bases e nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Infância; Concepção; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é trazer informações históricas sobre a concepção de criança, infância e educação e estimular a reflexão e o pensamento crítico sobre a criança, um sujeito histórico e de direitos que brinca, experimenta, interage e vivencia situações em seu cotidiano.

O presente artigo inicia-se apresentando um breve estudo teórico sobre a concepção de criança e infância em diferentes épocas da história; a história da educação infantil no Brasil; a educação infantil na legislação brasileira; os direitos conquistados ao longo do tempo, bem como um novo olhar para a infância.

O resultado da pesquisa revelou que foram conquistados ao longo do tempo direitos e um olhar para a criança em suas peculiaridades, em sua totalidade, porém para uma educação que favoreça o desenvolvimento integral da criança é necessário fazer constantemente uma intensa reflexão entre passado e o presente, compreender a concepção de infância, já que para identificar e compreender a educação é necessária uma busca constante de novas informações, para, tomar

posicionamento e atuar com qualidade.

A HISTÓRIA DA INFÂNCIA

A infância foi construída e modificada historicamente com relação às mudanças econômicas, culturais, sociais e políticas.

"Segundo Ariès (1981), nos séculos XIV, XV, XVI as crianças eram vistas como um adulto em miniatura". Na Idade Média, a criança era inserida no mundo adulto e considerada como um deles, durante muito tempo não havia o período de infância. Ser criança era um período breve da vida, já que logo se integravam ao mundo dos adultos, participando de assuntos da sociedade e adquirindo o conhecimento pela convivência social.

> …As crianças misturavam-se aos adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. (ARIÈS, 1981, p. 275).

Nas pinturas as crianças eram representadas como homens em miniatura, indiferente de sua idade, além de serem vestidas e educadas como pequenos homens.

> …_ pelas características próprias da infância não aparece no mundo das imagens: o traje da época comprovava o quanto a infância era então pouco particularizada na vida real. Assim que a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno do seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição. (ARIÈS, 1981, p. 69).

Naquela época as crianças não tinham grande valor, crianças não tinham grande importância. Desconfia-se que a criança era tão insignificante que quando morria não se temia que ela voltasse para importunar os vivos, portanto não havia preocupação com a mortalidade de forma que não eram consideradas integrantes da sociedade. "Não se pensava como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número". (ARIÈS, 1981, p.57).

> No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças cuja sobrevivência era tão problemática. (ARIÈS, 1981, p. 56).

Em sua pesquisa, Ariès (1981), cita que, por volta do século XIII, surge a figura de um anjo adolescente, com traços angelicais, representando aqueles que estão a serviço da igreja (clérigos). Foi um avanço em relação à consideração às características das crianças, porém continuava a ser uma caracterização moderada.

Segundo Ariés, 1981, no século XIV, aparecem os modelos antepassados de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus ou Nossa Senhora menina, já que a infância se ligava ao mistério da maternidade da virgem.

O sentimento recente de infância era restrito ao menino Jesus até o século XIV, quando a arte italiana contribuiu para esse avanço.

> Por volta do século XIII, surgiram alguns tipos de crianças, um pouco mais próximos do sentimento moderno.
>
> Surgiu o anjo, representado sob a aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente: um clergeon. Era a idade das crianças mais ou menos grandes, que eram educadas para ajudar à missa e que eram destinadas às ordens, espécies de seminaristas, numa época em que não haviam seminários, e em que apenas a escola latina se destinava à formação dos clérigos. (ARIÈS,1981, p.52).
>
> O segundo tipo de criança seria o modelo e o ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus, ou Nossa Senhora menina, pois a infância aqui se ligava ao mistério da maternidade da Virgem e ao culto de Maria. No início, Jesus era, como as outras crianças, uma redução do adulto: um pequeno Deus – padre majestoso, apresentado pela Theotókos. (ARIÈS, 1981 p.53).

A palavra Theotokos é composta de duas palavras gregas (Theo = Deus) e (Tokos = parto). Literalmente se traduz como portadora de Deus ou, aquela que dá à luz a Deus.

Em seguida surge a fase gótica que representaria a criança nua. O menino Jesus quase nunca era representado despido. “Na maioria dos casos, aparecia, como as outras crianças de sua idade, castamente enrolado em cueiros ou vestidos com uma camisa o uma camisola. Ele só se desnudaria no final da idade média”. (ARIÈS, 1981, p. 53)

No século XVI o retrato da criança morta deixou um marco importante na história dos sentimentos, na qual a criança no início dessa época, não aparecia sozinha e sim sobre o túmulo de seus pais.

No início do século XVI, a criança não aparecia em se próprio túmulo, nem de seus pais, e sim no de seus professores. “Nas sepulturas dos mestres de Bolonha, representou-se uma cena de aula com o professor no meio de seus alunos.” (ARIÈS, 1981, p. 56).

A partir do século XVII os retratos de crianças progrediram, em grande proporção, na qual foi criada no hábito de se conservar por meio da arte do pintor a aparência breve da infância, de modo que nessa nova tendência a criança era representada sozinha. Assim as famílias queriam possuir retratos de seus filhos, em qualquer idade. Nesse mesmo período os retratos de família organizaram-se em torno da criança, dando ênfase a mesma. “Uma nova sensibilidade atribui a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse e a alma da criança também era imortal” (ARIÈS, 1981, p. 61).

No fim do século XVI, início do século XVII, surge à representação do Putto que é a criança nua nas pinturas religiosas, na imagem de anjos e crianças sagradas, podendo ser vistas nas pinturas de nudez clássica, como por exemplo, a obra de Prado, Triunfo de Vênus.

> A nudez do Putto conquistou até mesmo o menino Jesus e outras crianças sagradas. Quando a nudez completa repugnava ao artista, ela era apenas tornada mais discreta. Evitava-se vestir o menino Jesus com muitas roupas ou cueiros: era mostrado no momento em que sua mãe desenrolava seus cueiros, ou então aparecia com os ombros e as pernas despidas. (ARIÈS, 1981, p. 62).

Cabe ressaltar que os dias atuais são reflexos de uma vivência de uma sociedade que privilegiava o homem desde a infância, separando-o do mundo adulto, ao passo que as meninas mesmo na infância, ainda tinham que conviver com a inferioridade ao sexo feminino e atrasos de uma vivência, sendo assim nítido nos seus trajes.

> O sentimento da infância beneficiou primeiro meninos, enquanto as meninas persistiram

> mais tempo no modo de vida tradicional e as confundia com os adultos: seremos levados a observar mais de uma vez as formas visíveis da civilização moderna, essencialmente masculina." (ARIÈS, 1981, p. 81).
>
> Sem uma escolaridade própria, as meninas eram muito cedo confundidas com as mulheres como outrora os meninos eram confundidos com os homens, e ninguém pensava em tornar visível através do traje uma distinção e começava a existir concretamente para os meninos, mas que ainda continuava inútil no caso das meninas. Por que, a fim de distinguir o menino dos homens, se assimilava o primeiro às meninas, e não eram distinguidas das mulheres? Por que esse costume, tão novo e tão surpreendente numa sociedade em que se entrava cedo na vida, durou quase até os nossos dias, ou ao menos até o início desse século, apesar das transformações dos costumes e do prolongamento do período de infância? Tocamos aí no campo ainda inexplorado da consciência que uma sociedade toma de se comportamento com relação à sociedade e ao sexo. (ARIÈS, 1981, p. 68).

Quando as crianças passam a ocupar um lugar na diversão e nas brincadeiras dos adultos, transmite uma imagem de engraçadinha, surge então o sentimento de infância "da paparicação". Porém muitos adultos moralistas eclesiásticos não eram a favor da "paparicação" por considerar como um fator negativo para os costumes, até mesmo evitando a presença de crianças em certos recintos na qual havia adultos.

> Não se considerava mais desejável que as crianças se misturassem com os adultos, especialmente na mesa, sem dúvida porque essa mistura permitia que fossem mimadas e se tornassem mal-educadas. (ARIÈS, 1981, p. 161).
>
> O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela paparicação – surgiu no meio familiar, na companhia das crianças pequenas. O segundo, ao contrário proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. (ARIÈS, 1981, p. 163).

Outro fator de grande contribuição para infância foi à descoberta da vacina de varíola. Nesse momento surge uma preocupação diferenciada com a moral e a saúde na formação das crianças. A alma da criança agora é reconhecida antes que seu corpo. Ocorrendo assim um cuidado com os filhos vivos, relacionado a novas práticas de higiene e ao cuidado para que as crianças possam ser vacinadas para controle de natalidade. "Esse interesse pela criança precedeu em mais de um século, a mudança das condições demográficas, que podemos datar aproximadamente da descoberta de Jenner." (ARIÈS, 1981, p.161).

Ao final do século XVII, iniciam-se mudanças referentes à criança, a família e aos costumes. A escola começa a ocupar o lugar da educação, baseada em uma aprendizagem no convívio direto com os adultos. E com o tempo, as crianças das classes mais privilegiadas vão sendo gradativamente separadas.

> Assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos. Essa confusão tão inocente que passava despercebida era um dos traços mais característicos da antiga sociedade, e também um de seus traços mais persistentes, na medida em correspondia a algo enraizado na vida. (ARIÈS, 1981, p.168).

Na sociedade, o poder supremo obtém uma concepção autoritária, hierarquizada e absoluta. Com um modo de correção a favor dos valores morais e disciplinares, utilizava-se a palmatoria, dentre outras formas de punição.

> (...) quando o menino não se levantava a tempo, demorando-se na cama, e quando, já de pé, ele chorava porque estava atrasado, sabendo que lhe bateriam na escola, sua mãe lhe dizia que isso só acontecia nos primeiros dias, e que ele teria tempo de chegar na hora: - vai bom filho, juro-te, que eu mesma já preveni teu mestre, toma o teu pão com manteiga, pois não será surrado. E assim ela o enviava à escola, consolado o suficiente para não cair

> em prantos ante a ideia de deixá-la em casa. Mas ela não tocaria no fundo da questão e a criança atrasada seria realmente surrada quando chegasse à escola. (ARIÈS, 1981, p. 158).

Atualmente a criança encontra-se como sujeito histórico presente na sociedade crítica, possuidor de mercado consumidor e ciências dedicadas a ela. Porém, o conceito de infância é extremamente moderno. "A descoberta da infância começou no século XIII e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII". (ARIÈS, 1981, p.55).

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil no Brasil segue de certa forma a história do mundo, porém com características próprias.

Durante o período colonial surgem as rodas dos expostos, localizada na Santa Casa de Misericórdia, com a finalidade de acolher crianças que eram abandonadas.

> Para expor uma criança, bastava acionar uma campainha. Em resposta a esse toque, um funcionário da instituição girava a roda até a metade aberta ficar voltada para o lado externo. O doador depositava a criança na roda e a fazia girar, para que o funcionário pudesse recolher o bebê. (ABRAMOWICZ, 2006, p. 19).

A Roda dos Expostos consistia em uma espécie de caixa cilíndrica de madeira com um de seus lados abertos, girando em torno de um eixo vertical, instalada no muro da Santa Casa de Misericórdia. As mães colocavam a criança neste local, faziam-no rodar, e depois puxavam uma corda com uma sineta, para avisar a vigilante da instituição que um bebê acabava de ser abandonado. A identidade de quem a colocasse permanecia desconhecida.

Em razão da grande quantidade de crianças recebidas e condições precárias de atendimento ocorreu uma alta taxa de mortalidade da época. De acordo com Abramowicz "Esse Procedimento, desde o início, tornou-se um dos focos de mortalidade infantil da época por causa das precárias condições de atendimento e pela quantidade de crianças recebidas". (ABRAMOWICZ, 2006, p.19).

Com o período de abolição da escravatura no país, as mulheres precisavam trabalhar, porém eram obrigadas a deixar seus filhos na roda dos expostos, porque para os patrões era vantajoso que essas mulheres abandonassem seus filhos e fossem trabalhar como amas-de-leite.

> Associado a este procedimento de acolhimento de crianças a partir da lei do ventre livre, coloca-se em discussão a necessidade da criação de creches no Brasil, para atender aos filhos das mulheres que, com o fim da escravidão, precisariam trabalhar, mas seus patrões já não teriam motivos nem interesse em receber em suas casas os filhos dos empregados. Era mais interessante para os proprietários das escravas que estas abandonassem seus filhos casa dos expostos para aluga-las como amas-de-leite. (ABRAMOWICZ, 2006, p. 20).

Na Alemanha surge um dos primeiros educadores a considerar o início da infância, Friedrich Froebel que foi o criador dos Jardins de Infância, sendo fundado o primeiro em 1837. Para Froebel "a criança é como uma planta em sua fase de formação exigindo cuidados periódicos para que cresça de maneira saudável".

> O jardim-de-infância (em alemão, os kindergarten) foi fundado por Friedrich Froebel. Essa

> instituição acolhia as crianças da elite e era quase sempre mantida com capital privado. Sua ação pautava-se pela pedagogia froebeliana. “As creches populares” atendiam os filhos de mães trabalhadoras domésticas. Havia também as creches e as escolas maternais freqüentadas pelos filhos de operárias, mantidas por indústrias. (ABRAMOWICZ, 2006, p.21).

O primeiro Jardim-de-Infância no Brasil, localizado no Rio de Janeiro, visava crianças da elite, de sexo masculino. Após a criação do primeiro Jardim-de-Infância, surge depois de muitos anos, a primeira creche para atender crianças menores dos filhos de operários.

> O primeiro Jardim-de-Infância do Brasil foi instalado em 1875 junto ao Colégio Menezes Vieira, em um bairro privilegiado da cidade do Rio de Janeiro. A instituição foi criada para atender às crianças da elite, do sexo masculino entre 3 e 6 anos de idade. (ABRAMOWICZ, 2006, p. 20).

Com a industrialização no começo do século XX, a mulher e o negro passam a participar deste mercado de trabalho, e consequentemente sofrem com a desvalorização. Assim os lugares de destaque pertenciam aos imigrantes europeus.

> A indústria, cujo desenvolvimento foi impulsionado nos anos 1920 e 1930, reservou o pior para os negros e para as mulheres. Aos negros eram oferecidos apenas os serviços de mais baixa remuneração. Não apenas porque tinham menos acesso à educação e, consequentemente, possuíam menor qualificação, mas também por uma visão preconceituosa segundo a qual eles seriam culturalmente incapazes para trabalhar nas indústrias. (ABRAMOWICZ, 2006, p. 20).

Diante desses fatos as mulheres começam uma luta por melhores condições e se destacam em diversos movimentos grevistas, sendo um deles o direito ao voto, reivindicam por melhores condições de trabalho e atendimento a criança durante o período em que estariam ausentes.

> As mulheres lutavam com os homens em busca de melhores condições de trabalho, embora suas conquistas fossem sempre menores. Elas destacaram-se em diversos movimentos grevistas e congressos operários, sempre com reivindicações por melhorias nas condições de trabalho, salário e pela redução da jornada. As mulheres organizaram-se, ainda, pelo direito ao voto, conquistado em 1932. Mas as reivindicações continuaram: as mulheres passaram a pleitear com mais empenho a proteção à maternidade e às crianças, a criação de creches, além de continuarem na luta por melhores condições de trabalho. (ABRAMOWICZ, 2006, p.21).

Ao longo do tempo essas reinvindicações cobradas começam a ganhar destaque não só para as indústrias, mas ao Estado também. As creches começavam a ser um direito das mulheres, mas não os direitos das crianças ainda.

> Após 1977, o Estado adotou uma política para ampliar a rede de creches, de forma a atender à grande maioria das mulheres trabalhadoras que haviam sido excluídas da CLT. O atendimento em creches começava a se configurar como um direito das mulheres trabalhadoras, mas não era ainda um direito da criança nem um dever do Estado. (ABRAMOWICZ, 2006, p.22).

As creches de imediato eram de cunho assistencialista destinado o cuidar e a preocupação com a higiene.

> Esse modelo de creche – destinado as crianças pobres e filhas de empregadas domésticas – estava pautado em um tipo de educação prioritariamente assistencialista com base no cuidar alimentar, higienizar, colocar para dormir. (ABRAMOWICZ, 2006, p.22).

Para as crianças da mesma idade, que estavam em escolas privadas, era oferecida uma educação diferenciada de caráter civilizatório. Assim surgem dois estilos diferenciados que são as creches voltadas para as classes populares e as pré-escolas destinadas a elite.

> As pré-escolas destinam-se a crianças com maiores possibilidades econômicas e as creches para as crianças das classes populares. Atuam, nessas duas redes, dois perfis diferentes de profissionais com formações distintas: as pré-escolas chamam de professores os profissionais que lá atuam; as creches os denominam pajens, monitores, crecheiros, auxiliares de desenvolvimento infantil. As pré-escolas, em geral, funcionam em meio período, as creches, em período integral. Essas diferenças produzem práticas educativas e pedagógicas distintas na rede de ensino. (ABRAMOWICZ, 2006, p.22).

Em 1970 esse cenário começa a se modificar em razão de manifestações populares no Brasil, a favor da ampliação de creches, e a discussão sobre sua real função. Já em 1980 o educar e o cuidar se associam e passam a ser prioridade nos primeiros anos de vida.

> Os movimentos populares dos anos de 1970 iniciaram no Brasil um movimento de luta pela ampliação da rede de creches e um amplo debate a respeito de sua função. A partir da década de 1980, essas instituições passaram a fazer parte de um debate acadêmico a ser reivindicadas como lugar de educação e cuidados coletivos para as crianças de 0 a 6 anos. Educar em creche, durante os primeiros anos de vida, deixou de ser apenas e prioritariamente cuidar, assistir e higienizar. (ABRAMOWICZ, 2006, p.23).

Outros movimentos foram de total importância como o Movimento de Lutas por Creches, em que exigiam que elas fossem próximas as moradias e que o Estado financiasse esse atendimento as creches.

> A partir desses movimentos, uma agenda de reivindicações foi elaborada, em que exigia: A participação do Estado e da Secretaria da Educação no financiamento da educação de crianças de 0 a 6 anos; a mudança de ênfase de cuidar para educar; a incorporação das creches pelas secretarias da educação, não sendo mais uma obrigação das secretarias de assistência e promoção social; a afirmação do direito das crianças pequenas à educação como um direito das próprias crianças e não mais como um direito da mãe trabalhadora. (ABRAMOWICZ, 2006, p.23).

Com isso, outras conquistas importantes foram almejadas, destinados à educação. Umas delas foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no qual criança é vista com outro olhar. Além dos cuidados realizados, passa a ser respeitada como um cidadão de direitos ao desenvolvimento pleno e integral.

> Artigo 29. A Educação infantil primeiramente etapa da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB, 1996).

Em 1998, surge o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), norteando a prática docente na Educação Infantil, que defende uma educação democrática e transformadora na formação de cidadãos críticos.

> A Instituição de Educação Infantil deve tornar acessível à todas as crianças que a frequentam indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas em situações de interação. (RCNEI, 1998, p. 23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância foi construída e modificada historicamente com relação às mudanças econômicas, culturais, sociais e políticas. Durante séculos a criança era vista como um ser sem importância, quase invisível, um adulto em miniatura.

Atualmente a criança é considerada em suas especificidades, com identidade pessoal e histórica, possuindo uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. São sujeitos históricos e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura e construindo o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem.

Conhecer, compreender e reconhecer as particularidades das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação e de seus profissionais.

Apesar da legislação brasileira, a favor da criança e os avanços ao longo do tempo, é preciso reconhecer que há um longo caminho a ser percorrido em relação à infância e a educação. Diante disso é necessário um olhar diferenciado para criança, no qual possa ter o direito de brincar, aprender, imaginar e criar. Para isso são necessárias reflexões que visem o seu pleno desenvolvimento e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, Fabiana de; TBET, Gabriela Guarniere de Campos. **Breve histórico da Educação Infantil no Brasil.** In: **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006, p.19 - 24.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

A LUTA FEMININA: A CONQUISTA DO ESPAÇO NA POLÍTICA

RODRIGO MASKALENKA
Graduação em Letras pela Universidade Assunção - UNIFAI (2001); Graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena pela Universidade Nove de Julho (2013); Pós-graduada em Treinamento e Desenvolvimento de pessoas pela Universidade Assunção - UNIFAI (2009); Professora de Educação Infantil no CEI Ângela Maria Fernandes, na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

Através dos capítulos que virão a seguir, iremos ver grandes figuras femininas, estas levaram ao movimento feminista. Além disso pretendemos enxergar a forma que levou as mulheres a serem inseridas na política e as medidas tomadas para que se possa existir igualdade entre os gêneros. Vamos citar figuras históricas como a Imperatriz Dona Maria Leopoldina, a química Marie Curie, dentre outras. Serão usados de base professores renomados como Maria Celi Chaves Vasconcelos e Paulo Rezzutti, que ajudaram na compreensão, além desses, a revista Politize e dados federais como fontes de pesquisa. Estes ícones femininos foram de muita importância para o movimento feminista, pois serviram de inspiração para mulheres de todo o mundo, de forma na qual elas buscassem a equiparidade, que é o mantra do feminismo, a igualdade entre gêneros. O sexo feminino que luta por essa causa, obteve diversas conquistas, dentre elas o direito ao voto, sendo de extrema importância para a quebra de paradigma de inferioridade feminina. A igualdade se mostra muito importante para um outro dilema feminino, a sua inserção no meio político, essa que passa por evolução com o passar dos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Igualdade; Feminismo; Política; Luta.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a mulher é vista como submissa ao homem, e apesar de mostrarem cada vez mais que o fato de serem de um gênero diferente não as torna inferior, ainda vivemos em tempos que diversos homens as veem ainda dessa forma. A fim de combater esse machismo instaurado na sociedade, as mulheres usam o movimento feminista para buscar a igualdade entre gêneros, para que assim possam ter todos os mesmos direitos que os homens, inclusive na política, que será a pauta principal da discussão desse artigo.

Primeiramente iremos abordar figuras históricas, que foram muito importantes para a sociedade.

As mulheres aqui citadas, como a imperatriz Maria Leopoldina e Marie Curie, foram pessoas fortes que enfrentaram diversos problemas. No caso de Leopoldina, teve que casar-se com um homem sem nem ao menos o conhecer, mas ainda assim teve influência no processo de independência brasileira, ou no caso de Curie, que apesar de muitos empecilhos para estudar, se tornou a primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel.

Essas figuras foram extremamente importantes para mostrar às mulheres do mundo todo que elas também são capazes de fazer tudo aquilo que os homens fazem. Assim, com a finalidade de buscar tal feito, o movimento feminista foi criado. Essa é a pauta do segundo capítulo, no qual abordaremos como surgiu o movimento e o que almeja. Este trouxe consigo conquistas muito importantes para as mulheres como é o caso do poder do voto e a ascensão de destas a cargos antes só ocupados por homens.

Por fim, trataremos da mulher na política, que é um dilema que está em pauta nos dias de hoje, afinal, a participação feminina nesse âmbito é ínfima em relação aos homens. Aqui, pretendemos discutir formas de como resolver a atual situação feminina no país e demonstrar a importância do incentivo ao movimento feminista para que se possa finalmente mudar essa realidade.

MULHERES QUE SE DESTACARAM NA HISTÓRIA

Desde os primórdios da sociedade, a visão atribuída à mulher era de fragilidade, sentimentalismo e inferioridade. Isso levou a exclusão feminina por muitos anos na educação, na política, no exército, por ser considerada inferior a aqueles do sexo oposto.

Uma grande prova disso é que não se ouve falar de filósofas, astrônomas e matemáticas na antiguidade tanto quanto ouvimos sobre Platão, Aristóteles, Sócrates e Pitágoras. Porém, houve mulheres muito inteligentes e de extrema influência na época dos “grandes pensadores” um exemplo disso é o caso da Hipácia, uma extraordinária matemática, filósofa e astrônoma da Alexandria, que na sua época foi muito reconhecida pelo seu excepcional intelecto.

Hipácia foi uma mulher de destaque e mesmo tendo impactado a sociedade em que viveu, não conseguiu fazer com que tivesse tanto destaque quanto os homens contemporâneos a ela. Mas mulheres como ela, grandes figuras femininas, foram de suma importância para o avanço do movimento na luta pelos direitos femininos, e elas serão exemplificadas no decorrer deste capítulo.

Na Grécia antiga, as mulheres não eram consideradas nem cidadãs, no caso de Atenas, antiga Pólis Grega, apenas homens atenienses que também tinham pais atenienses eram considerados cidadãos, excluindo as mulheres desse posto. Assim também era em Roma, mudando apenas quais os homens que eram possuíam esse título, mas ainda segregando o gênero feminino.

A luta pela conquista da cidadania e do voto acontece pelas mulheres há séculos, e um grande exemplo foi uma que guerreou com o intuito de igualdade de gênero foi, Olympe de Gouges. Ela era filha de um açougueiro do sul da França que ficou conhecida por ter sido a criadora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, durante a Revolução Francesa, em 1791, que visava

a equiparidade entre os sexos. Contudo, ela foi guilhotinada em 1793 por ser considerava oposta aos revolucionários de Robespierre, e que a achava “desnaturada” e “perigosa demais”. Olympe foi uma figura muito importante para quebra de paradigma um exemplo para que cada vez mais surgissem mulheres importantes na política.

Trazendo o cenário para o Brasil, uma representante feminina de grande destaque foi a imperatriz Maria Leopoldina, ela foi a primeira mulher a governar o Brasil e poder opinar sobre decisões políticas aqui tomadas, foi de forma interina, mas ainda assim a primeira.

Nascida em 1797, em Viena, na Áustria, Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena, pertencia a família Habsburgo e era filha do imperador austríaco Francisco I. Por interesses de aliança com Portugal, Leopoldina se casou com Dom Pedro I (que na época ainda era Pedro Bragança), mesmo sem ter o conhecido antes. Veio ao Brasil em 1817, com 20 anos de idade

Como defendeu a professora Maria Celi Chaves Vasconcelos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ e especialista em educação de mulheres nobres: Leopoldina foi muito bem-preparada para governar e aceitou de bom grado cruzar o oceano e deixar para trás tudo o que conhecia para obedecer e agradar ao pai e a sua nação, cumprindo o papel que era esperado dela como princesa. (Vasconcelos, 2017, p. 41).

Leopoldina teve uma grande importância para a independência brasileira, pois ela ficou no poder interinamente por alguns dias quando Dom Pedro I havia ido a São Paulo, e foi quando ela incluiu a assinatura da independência, sendo crucial para a história do país. Dom Pedro foi avisado do que havia acontecido quando chegou, e assim proclamou o famoso Grito do Ipiranga.

Vale ressaltar que a imperatriz era uma mulher extremamente inteligente, falava 11 idiomas e tinha grande aptidão para falar com o povo brasileiro, diferentemente de seu marido. Ela era carismática e lidava muito bem com o público. Uma prova disso foi ela ter adotado Maria em seu nome, assim ficara conhecida como Maria Leopoldina ou Dona Maria Leopoldina, fazendo com que seu nome se tornasse mais íntimo da população.

Sobre sua permanência no Brasil em relação a independência, existem duas visões que se divergem em relação ao motivo dela ter escolhido não voltar a Portugal, alguns dizem que ela foi revolucionária, outros que ela foi estratégica. Para Vasconcelos: Seria revolucionária por ter influenciado D. Pedro na Proclamação da Independência? Não creio que haja aí nenhum traço revolucionário; acho que ela era, talvez, conhecedora o suficiente da história política para fazer o julgamento correto sobre o momento vivido e o quanto ele era propício à Independência. (Vasconcelos, 2017, p. 3)

Tal fala da professora Vasconcelos significa que, para sua visão, ela foi apenas estratégica, já que Portugal vivia um caos, e sendo assim, Leopoldina tinha medo de voltar para o país Ibérico. Isso porque em seu histórico familiar, revoluções populares não acabaram da melhor forma possível, que foi o caso da Maria Antonieta, sua tia-avó que morreu guilhotinada em meio à Revolução Francesa.

Já para o professor Paulo Rezzutti, a imperatriz foi sim uma mulher revolucionária, diante daquilo que fez pelo país, ele diz: Além de chefiar o conselho de Estado que aconselhou D. Pedro 1º a proclamar a independência, também tomou diversas resoluções importantes, como a contratação

de militares estrangeiros para chefiar o Exército brasileiro contra os militares portugueses e contra uma futura invasão de Portugal durante a Guerra da Independência. (Rezzutti, 2017, p. 11)

Ou seja, ela era sim uma mulher imponente e de grande importância para a política do Brasil. Como já visto, teve colaboração irrefutável para a independência do país, mas ela ainda agiu em outro campo muito polêmico para a história do país: a questão da escravidão. Leopoldina, além de poliglota ainda refletiu criticamente a respeito da humanidade e se pôs contra a escravidão, ela tomou medidas que ajudassem a acabar com o trabalho escravo, como o incentivo da imigração europeia para o Brasil, para que, desta forma, o trabalho escravo fosse substituído pelo trabalho assalariado dos imigrantes, para que isso ocorresse ela convidou ao país imigrantes como os suíços no Rio de Janeiro e os alemães para o Sul.

Já vimos, então que as mulheres durante a história ao redor do mundo lutaram pelo seu reconhecimento e participação na política, mas aqui ainda pretendemos demonstrar como a situação de segregação feminina era ainda mais profunda que isso. As mulheres não eram privadas apenas de participarem ou se mostrarem seu potencial, ao redor do mundo, estas figuras foram impedidas até mesmo de um direito inerente ao ser humano: o de poder ter uma educação. A fim de exemplificar melhor isso, exploraremos a história de mais uma figura feminina muito bem renomada: Marie Curie.

Apesar de todos os percalços, Marie Curie que enfrentara, foi a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel e a pioneira em ganhar dois em diferentes áreas. Ela marcou muito a história da luta feminina por vários motivos, além dos prêmios que ela ganhou, ela também teve uma vida bem difícil e complicada até chegar ao seu esplendor.

Marie Salomea Skłodowska, nasceu na Polônia em 1867, na cidade de Varsóvia, em meio a revoluções no país em busca da independência, onde seus pais participaram ativamente. Com a falta de emprego bem remunerado e a morte prematura de sua irmã mais velha e de sua mãe 3 anos depois, ela entrou em depressão e foi viver no interior com familiares de seu pai.

Após a conclusão de seu ensino básico ela foi em busca de ingressar ao ensino superior, mas sem êxito pois as instituições universitárias polonesas não aceitavam mulheres naquela época. Apesar disso, Marie não desistiu e fez um acordo junto a sua irmã Bronisława o acordo era uma ajuda mútua para que assim ambas pudessem ter o direito de estudar, seja no ensino básico ou no superior.

Elas então firmaram esse acordo e, em 1891, Marie conseguiu entrar na Universidade de Paris, para cursar matemática, física e química. Na instituição, ela conheceu quem seria o seu futuro marido: Pierre Curie. Juntos voltaram para Polônia em busca de trabalho, contudo, a Universidade de Cracóvia recusou o pedido dela, por ela ser mulher. Sem desistir de estudar, ela e Pierre retornam à França e lá eles se casaram, onde ela mudou seu nome para Marie Curie.

Unidos a Henri Becquerel, os três estudaram a respeito da radioatividade que lhes rendeu um Nobel na área da física em 1903, tornando ela a primeira mulher a receber esse prêmio. Após 8 anos, ela ganharia o segundo Nobel, esse na área de química, pelo descobrimento de dois novos elementos químico: o rádio e o polônio, tornando ela a primeira pessoa do mundo a ganhar dois Prêmios Nobel.

Mesmo após ela mostrar o seu brilhantismo e sua tamanha inteligência, ela ainda sofria preconceito pelo fato de ser mulher, e foi recusada a se tornar membro da Academia Francesa de Ciências. Isso nos mostra que a figura feminina era diferenciada de outros simplesmente por seu sexo, independentemente do que ela fez, de sua capacidade simplesmente pelo fato dela ser do gênero oposto, ela já era vista como inferior.

Entretanto, mesmo diante de tanto preconceito e da intitulação da mulher como o “sexo frágil”, a figura feminina não se deixou reprimir e continuou a lutar, inclusive literalmente. Vejamos então o caso de Maria Quitéria de Jesus, que foi uma mulher que se fingiu de homem para que pudesse defender a pátria na Guerra de Independência. Ela era muito habilidosa com as armas, era audaciosa e disciplinada, sendo conhecida como soldado Medeiros. Ela foi reconhecida por seu ato de bravura, e tornou-se Primeiro cadete na Bahia anos depois.

Existem outras milhares de figuras que marcam essa batalha das mulheres em busca dos direitos iguais, essas que foram citadas nesse capítulo são apenas alguns casos. Todos esses casos mostram como essas moças sofreram preconceito e discriminação, para então lutar contra isso organizou-se o movimento feminista, justamente com o intuito de lutar pela igualdade de gêneros.

A fim de esclarecer o que foi movimento feminista e a união dessas figuras femininas fortes em prol da igualdade de gêneros foi escrito o capítulo a seguir.

O FEMINISMO E A CONQUISTA DO DIREITO AO VOTO

Como visto no capítulo anterior, a história conta, há muito tempo, com mulheres que lutaram em nome de seus direitos, sejam eles o de estudar, lutar ou o de possuir uma participação política. Estas figuras imponentes mesmo tendo sido reprimidas e com seus direitos deixados num plano secundário não deixaram de tentar alcançar seus objetivos.

Ao conjunto de lutas femininas em busca de seus direitos, seja no passado ou ainda nos tempos modernos foi denominado feminismo. Neste capítulo pretendemos explicar melhor o que é esse movimento, como começou e acabar com os estigmas criados pela sociedade no que tange ao tema.

Como antes explanado, as mulheres no passado por mais excepcionais que pudessem ser, muitas vezes eram incompreendidas pela sociedade que as cercavam. Diante de padrões sociais patriarcais a figura feminina era mais vista como uma propriedade do que um ser humano de fato.

As mulheres antes pertenciam aos pais, irmãos, maridos ou qualquer figura masculina que representasse autoridade. É diante desse contexto de total falta de autonomia e em certo grau até mesmo de humanidade, que as mulheres passam a lutar em nome de seus direitos como educação, trabalho, divórcio e participação política, atos, estes, que só eram possíveis com a permissão de outrem.

Apesar da mulher ser vista como uma figura inferior há séculos, podemos dizer que o feminismo em si é um movimento recente. Este surgiu a partir do contexto das ideias iluministas (1680-1780),

com a Revolução Francesa (1789-1799) e Americana (1775-1781), reivindicando direitos sociais e políticos, com maior ênfase para a luta sufragista, através da mobilização de mulheres de vários países. Ou seja, houve um contexto histórico que influiu diretamente para a luta por uma emancipação feminista.

Envolvidas num contexto de batalhas por mudanças, as mulheres ao redor do mundo passaram a questionar o status quo. Estas passaram a organizarem-se em prol de mudanças. Como postulou Silva: O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna. E, apesar da diversidade de sua atuação, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos aspectos práticos, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade, principalmente, no que tange a libertação das mulheres. (SILVA, 2008, p.1-2).

Com a afirmação acima podemos perceber que o feminismo surgiu e passou a ganhar força nos países onde aconteciam outras Revoluções que ansiavam por mudanças. Desta forma, desde sua origem o feminismo esteve muito atrelado a outras causas sociais e até políticas.

Nesse tocante do viés político, passa a atrelar ao movimento a questão de mulheres poderem votar. Começam a despontar os interesses pelo sufrágio universal inclusive o feminino.

Cabe ressaltar que até o início do século XX, o voto, quase em todo o mundo, era um direito exclusivo dos homens, sobretudo homens ricos, chamado de voto censitário. Entretanto, no contexto de grandes transformações que ocorriam, as ativistas passam a ter uma inspiração para então se mobilizarem em nome dos direitos femininos, como destaque temos o interesse na participação política, estas mulheres ficaram conhecidas como sufragistas.

Entretanto, a realidade sobre as conquistas femininas difere muito ao redor do mundo, segundo a revista Politize: Entre 1890 e 1994, mulheres da maioria dos Estados adquiriram o direito de votar e se candidatar a um cargo público. Ainda assim, tempo e espaço são duas varáveis que diferem muito quando tratamos dessa conquista: o que em 1906 foi uma grande vitória para as finlandesas aconteceu na África do Sul somente em 1993 e na Arábia Saudita em 2011. (FAHS, 2018, p. 118).

Diante do que foi exposto acima percebemos que o feminismo foi um movimento que ocorreu ao redor do mundo, mas não uniformemente, vejamos então como foi a história destas conquistas no que tange ao Brasil.

Segundo a história do país e conforme a Assembleia Legislativa Brasileira, a nação poderia ter sido o primeiro país a instaurar o sufrágio feminino no mundo. A luta para que as mulheres pudessem votar começou muito antes da sua execução de fato.

Consoante ao que consta na nossa história, no dia 1º de janeiro de 1891, 31 constituintes assinaram uma emenda ao projeto da Constituição conferindo direito de voto à mulher. Apesar do caráter revolucionário o país ainda não estava preparado para isso uma vez que tal emenda foi rejeitada, junto a ela ainda a ideia do sexo oposto atuando na esfera pública como um todo. Na

verdade, ainda demorou algumas décadas para que os direitos políticos femininos, por mais básicos que fossem, conseguissem êxito, ainda que mais no papel do que na prática.

Todavia, mesmo depois dessa perda desanimadora do movimento, este não desistiu de buscar por seus direitos. Assim, antes mesmo do século XX são retomadas as discussões acerca do tema. Em 1922 foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, na qual os principais objetivos eram a batalha pela conquista do voto e livre acesso das mulheres ao mercado de trabalho, sem ter que ser autorizado por uma figura masculina.

A luta continuou, mas ainda lidando com boicotes e sem êxito total. No ano de 1928, é autorizado o primeiro voto feminino (Celina Guimarães Viana, Mossoró-RN), neste mesmo ano foi eleita a primeira prefeita no país (Alzira Soriano de Souza, em Lajes-RN). Contudo, ambos os atos foram anulados, mas todas essas tentativas de reprimir a participação na verdade abriram um grande precedente para a discussão sobre o direito à cidadania das mulheres.

Mesmo com tudo parecendo tão difícil a sonhada conquista do voto feminino não estava distante de acontecer. No dia 24 de fevereiro de 1932 o governo varguista veio para consolidar o sufrágio de fato, inclusive este ato foi incorporado à Constituição de 1946, sobre isso a revista Politize disse: Em fevereiro de 1932, Getúlio Vargas assinou o tão esperado direito de voto. No ano seguinte, as brasileiras puderam participar da escolha dos seus candidatos para a Assembleia Constituinte em todo o país, mas o voto feminino ainda era facultativo. Somente com a promulgação da nova Carta Magna de 1934 o direito feminino de se alistar foi transformado em dever. (TOSI, 2018, p. 5)

E foi então que pudemos dizer que o movimento feminista conseguiu uma grande conquista. Outros avanços foram feitos graças ao movimento, tais como a criação do Movimento Feminino pela Anistia (1975), e aprovação da Lei do Divórcio (1977), além disso nos anos 80 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que passaria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, e passou a ter status ministerial como Secretaria de Política para as Mulheres.

Também não podemos esquecer uma outra conquista do movimento em nome do respeito ao corpo feminino, como é o exemplo de uma lei muito famosa, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) foi uma das grandes vitórias do movimento feminista. O nome homenageia a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que, após anos de violência doméstica, ficou paraplégica. Tal lei tem por objetivo poder punir os homens responsáveis por agressões às mulheres em ambiente familiar. Esta se faz de notória importância uma vez que, segundo o IPEA de 2015, e contribuiu para a diminuição em 10% sobre os casos de feminicídio.

Outra conjuntura que se mostra prestigiante para o movimento é a eleição de figuras femininas para o cargo de presidente e de chanceler. Essas se mostraram de grande força, a exemplo disso temos Ângela Merkel, ela se tornou a primeira mulher chanceler da Alemanha em 2005. A revista americana Forbes a elegeu como a mulher mais poderosa do mundo em 2014. Neste mesmo ano, no Brasil, foi reeleita a presidente Dilma Rousseff.

Porém, mesmo diante de tantas conquistas sabemos que o movimento ainda tem muito a buscar. A exemplo disso existem pelo menos dois objetivos a serem alcançados: o primeiro é a maior compreensão da população, sobretudo das mulheres, acerca do que é o movimento de verdade,

bem como a importância deste para que tenhamos alcançado tudo que as mulheres conseguiram até hoje. Já o segundo é o maior respeito e a valorização da figura feminina como cidadã, ou seja, o direito de ter seu corpo respeitado, de poder fazer suas próprias escolhas e poder também representar uma nação politicamente. É justamente por este motivo que pretendemos destacar a importância destas na política.

A fim de discutirmos melhor essa conjuntura da importância da participação da mulher na política foi escrito o capítulo a seguir. Ou seja, para se entender a necessidade de serem elaboradas políticas públicas que atendam ao que as mulheres mais precisam, bem como combater o assédio e o preconceito da participação feminina na vida política.

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

Como visto e explorado no capítulo anterior, a busca por uma maior participação da mulher na política é algo almejado há séculos. Se faz notório que o movimento feminista já conseguiu muitos avanços como é o caso do sufrágio feminino e até mesmo algumas eleições para cargos de alta autoridade, entretanto, ainda se fazem necessárias muitas outras medidas para que a mulher tenha uma participação mais igualitária na política, seja no mundo ou no Brasil.

Nos últimos anos muito tem se discutido a respeito de questões femininas. Graças a uma maior liberdade de expressão e vários meios e comunicação temas como o assédio, maternidade, legalização do aborto, mulheres no mercado de trabalho e na política foram colocados em pauta de discussão e o mundo pôde refletir que a figura feminina ainda é desvalorizada perante a masculina e muito ainda precisa ser feito para que se possa equiparar os sexos.

Mas como corrigir esses problemas que muitas vezes se encontram enraizados em sociedades patriarcais? É justamente nesse ínterim que pretendemos esmiuçar a atual situação feminina no país bem como a importância de uma maior participação da mulher na política.

Muitas vezes ouvimos que o primeiro passo para se corrigir um erro é saber que errou, podemos dizer que o Brasil atual está justamente nessa fase para que haja mudança no quadro dos problemas femininos. As redes sociais bem como outros meios midiáticos têm ajudado o país a reconhecer os abusos e as desigualdades as quais as mulheres têm passado há séculos, tais discussões só se fazem possíveis graças ao movimento feminista que as coloca em discussão.

A partir dos questionamentos do movimento a nação tem passado a lidar com o fato de que é uma sociedade patriarcal, que incentiva a cultura do estupro e ainda penaliza as mulheres, passamos a discutir também sobre relacionamentos abusivos, preconceitos no que tange à mulher no mercado de trabalho e a desigualdade salarial. Toda essa discussão tem possibilitado uma maior reflexão da população para que assim se busque uma forma de mudar isso.

Diante desse quadro outro assunto também passou a ser fomentado: a participação da mulher na política. Sabemos, é claro, que alguns avanços já foram feitos, mas a verdade é que ainda há muito a ser feito em prol de uma igualdade de gêneros na política.

Atualmente no Brasil não podemos dizer que a mulher é excluída totalmente da política, mas sim que ela está à margem desta. Segundo uma cartilha disponibilizada pelo Senado Nacional "o Brasil ocupa atualmente a 131ª posição num ranking de 189 países, classificados pela União Interparlamentar (IPU) de acordo com o percentual de mulheres nos parlamentos nacionais". Com esse dado podemos perceber que há uma sub-representação do sexo feminino como uma figura política.

Essa realidade não é de hoje, podemos dizer que sempre existiu e que mesmo que as mulheres pudessem votar e serem eleitas, ainda é raro que este último seja feito. A fim de mudar isso, o governo federal instituiu uma lei que diz "do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo". (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009).

Porém, o que vemos na prática é uma extrema dificuldade para preencher essa cota, e quando são preenchidas muitas vezes é realizado burlando o sistema e colocando "laranjas", ou seja, mulheres que na verdade não têm interesse ou não concorrerão de fato e foram colocadas ali somente para preencher a cota.

Assim, mesmo com o estabelecimento dessa lei as mulheres ainda não estão sendo devidamente representadas no meio político. Estas são sendo colocadas à margem dos processos de políticas públicas. Nesse cenário, muitas elas ainda têm dificuldades em ocupar cargos de poder, serem eleitas para isso ou até mesmo terem voz ativa dentro do partido que estão inseridas.

Mas, pensando no dia a dia, quais as consequências de uma irrisória participação da mulher na política? Segundo a revista Politize: Entre os especialistas, o nível de participação de mulheres no Poder Legislativo é um indicador confiável do grau de amadurecimento das democracias: quanto mais postos o sexo feminino conquista na cúpula do governo, mais igualitário tende a ser aquele país – ou, pelo menos, mais preocupados os governos estão em reduzir as diferenças entre homens e mulheres. (SANTOS, 2017, p 19-20)

Diante do que foi afirmado, uma das consequências da sub representatividade feminina na política é justamente o enfraquecimento da nossa democracia. Ora, se é para ser um governo do povo como 51,6% (segundo PNAD 2014) da população ainda é excluída?

Outro fato que podemos destacar como consequente da falta de representação é na idealização, construção e na efetivação de políticas públicas que considerem as questões do ser mulher. Ninguém melhor para refletir sobre os problemas que elas enfrentam do que uma própria representante deste gênero. Como exemplo disso, podemos destacar o caso do decreto parlamentar que regulamentou vagões de trens e metrôs exclusivos para mulheres, a fim de se combater o assédio.

Essa medida só se tornou possível graças à deputada Martha Rocha (PDT-RJ) que por ser mulher decerto já passou por situações nas quais se sentiu insegura no transporte público. Com esse exemplo podemos perceber que isso se trata de uma política pública diferenciada. Isto é, por ser mulher, ela tem noção do que é sofrer preconceitos, abusos e outras dificuldades, assim, são elas que devem participar mais ativamente da política de forma a abranger outras medidas para o bem-estar do sexo feminino na nossa sociedade, ou seja, contribuir para a melhoria do cenário atual.

O papel da mulher na política se faz de suma importância e até hoje cada uma que assume um cargo político é mais uma conquista para o feminismo, vejamos o relato então da primeira deputada a ser eleita no Brasil, no ano de 1934, durante o governo de Vargas: Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas. (…) Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. (...) O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução. (QUEIRÓS, 1934, p.7).

O relato de Carlota Pereira de Queirós pode ser de quase cem anos atrás, mas se faz atemporal uma vez que ainda é essa realidade que encontramos, de câmaras com poucas mulheres. Mas o que foi dito acima é importante para ressaltarmos a importância do movimento feminista e da insistência da mulher em conquistar maior espaço no ramo da política.

Entretanto, se as mulheres lutam há tanto tempo, se já foram feitas cotas para as inserir na política, por que o cenário não muda?

A fim de esclarecer essa dúvida, foram feitas pesquisas pelo Senado e divulgados os dados obtidos que expressam as principais razões pelas quais as mulheres ainda se encontram à margem da política. A respeito disso temos: O principal motivo alegado pelas próprias mulheres para não se candidatarem é a falta de apoio dos partidos políticos (com 41% das respostas). A falta de interesse por política aparece em segundo lugar (23%), e a dificuldade de concorrer com homens em terceiro (19%). A falta de apoio da família e as tarefas domésticas são pouco citadas, ficando apenas com 6 e 5% das respostas, respectivamente. (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER).

Os dados acima foram obtidos com um grande espaço amostral de pesquisa, portanto se mostram confiáveis e nos revelam um motivo para a mulher, mesmo diante de tanta luta, ainda não ter alcançado o êxito que almejam. Ao contrário do que algumas pessoas pensam, não são os afazeres domésticos que as fazem se afastar da política, afinal, estas já conciliam a vida doméstica com o trabalho pelo menos desde a Revolução Industrial, então o que tem atrapalhado de fato é a falta de apoio por parte dos partidos em que se encontram.

Dentro dos partidos muitas vezes a opinião feminina é inibida e tomada como irrelevante diante de um ambiente quase totalmente masculino. Com essa falta de apoio muitas mulheres deixam de concorrer e assim abandonam a possibilidade de poder representar a questão feminina. Outro dado que reforça essa ideia é que nessa mesma pesquisa foi revelado que 62% das mulheres se candidatariam se soubessem que teriam mais chances de ganhar.

Assim, a falta de incentivo dentro do partido leva as mulheres a desistirem de se candidatar, ou até mesmo de terem poucas chances de obterem resultados efetivos.

Com a finalidade de se resolver esse problema que assola o Brasil e muitos outros países do mundo a ONU (Organização das Nações Unidas) propôs um documento chamado de Planeta 50-50 que está inserido na Agenda 2030, conforme a própria Organização “por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”.

Neste documento é representado que construir um mundo mais igualitário depende da colaboração e compromissos mais concretos de todos: mulheres, homens, governos, empresas, universidades, mídias, dentre outros. Isso seria feito com fortalecimento de leis já existentes e a criação de outras a fim de punir aqueles que ameacem a existência feminina, bem como o incentivo de maior participação de mulheres em decisões e campanhas que incentivem a igualdade. O Brasil foi um dos primeiros a assinar esse documento no qual se compromete com essa medida, intensificou leis e punições no que tange ao feminicídio.

Assim, sabemos que o movimento feminista é importante para cada conquista da mulher. É essencial que não se desista dos objetivos que ainda temos a alcançar, a luta é e sempre foi árdua, mas muito já foi feito e continuará com o apoio de partidos, governos, empresas e até organizações internacionais. Somente assim valorizaremos as mulheres do passado e garantiremos cada vez mais para as do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi um estudo mais aprofundado acerca da mulher e a conquista de seus direitos no decorrer da história. Aqui vimos, que há séculos existem figuras femininas imponentes e de grande intelecto, mas que tiveram todo esse talento reprimido por serem consideradas inferiores.

Citamos, no decorrer deste artigo, mulheres em vários períodos históricos distintos, seja na antiguidade até a modernidade. Ainda fizemos questão de mostrar essas figuras em lugares totalmente distintos para que assim ficasse claro que mulheres excepcionais existiram no mundo inteiro e que foram discriminadas em diferentes lugares.

No entanto, toda essa discriminação e segregação não foi suficiente para calar a vontade da mulher de conquistar seu espaço, pelo contrário, as cativaram a se organizarem e formarem o movimento feminista. Inspiradas por um contexto de revoluções, as mulheres, na época moderna passaram a se unir em nome daquilo que almejavam.

A primeira representação desse movimento já organizado foi a luta das chamadas sufragistas. Estas ansiavam pelo direito do voto universal que incluísse o feminino. Por muitos anos, ao redor do mundo, mas o enfoque aqui foi no Brasil, sofreram boicotes e tiveram algumas conquistas revogadas até que finalmente, durante o governo Vargas, conquistaram aquilo que tanto queriam.

Essa conquista abriu portas para tantas outras assim como para outros questionamentos. Atualmente, a questão feminista preza pela liberdade feminina, poder escolher o que faz ou não com o próprio corpo, bem como a exigência pelo respeito, seja na rua, em casa ou em transportes públicos. Além disso, passou-se a refletir ainda sobre o modo como isso deve ser feito, e uma das soluções é uma maior participação da mulher na política.

Aqui deixamos claro que a figura feminina precisa de políticas públicas específicas e diferenciadas e para que estas existam é necessário que haja uma maior representatividade do sexo feminino na esfera de poder. De fato, o mundo já mudou muito uma vez que pudemos nos deparar com mulheres

em cargos de chanceler e de presidência, mas a verdade é que ainda há muito a ser feito uma vez que mesmo nestes cargos ainda sofrem preconceitos, assim como ocupar esses cargos é muito mais difícil para uma mulher do que para um homem.

De acordo com o exposto aqui, as mulheres ainda encontram dificuldade de serem ouvidas dentro de seus partidos, e muitas acabam por desistirem de se candidatarem mediante uma esfera opressora as quais se deparam. Para que isso mude é necessário que se haja a conscientização da população como um todo na questão da igualdade de gêneros, principalmente dentro dos partidos, para que estas se sintam motivadas a seguirem em frente.

Portanto, podemos concluir que o movimento feminista é o principal responsável pela conquista dos direitos que as mulheres têm atualmente. O feminismo é relativamente recente e precisa ser fomentado a continuar para que assim possamos conquistar um mundo mais “50-50”, como defendeu a ONU. Para que isso ocorra precisamos da participação de todos e a conscientização de que a mulher não é o sexo frágil, e sim revolucionária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O Que é Feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

AMORIM, C. L. N. **Conclusions: the way forward.** In: INTERPARLIAMENTARY UNION. **For a free, just and equitable multilateral trading system: providing a parliamentary dimension**. Reports and Documents n. 40, 2001. p. 64-65.

Brasília: **Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, Procuradoria Especial da Mulher.** Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica. Acesso 18 jun. 2023.

FAHS, Ana C. Salvatti. **Movimento feminista.** Disponível em: https://www.politize.com.br/movimento-feminista/. Acesso 18 de junho 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2015.

MODELLI, Lais. **Quem foi a primeira mulher a governar o Brasil.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42186974, acesso 18 de junho 2023

GOUGES, Olympe de. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ**. Disponível em:https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852. Acesso 18 jun. 2023

ONU- **Organização das Nações Unidas**. Agenda 2030: Planeta 50-50. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/planeta5050/. Acesso 18 jun. 2023.

P**esquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/ . Acesso 18 jun. 2023.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Feminismo radical – pensamento e movimento**. Revista Travessias –Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008.

TOSI, Marcela. **A conquista do direito ao voto feminino**. Disponível em: https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/. Acesso 18 jun. 2023.

VERARDI, Cláudia. Maria Quitéria: **Primeira mulher do Exército Brasileiro e heroína da Independência do Brasil.** Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=1195:maria-quiteria-primeira-mulher-do-exercito-brasileiro-e-heroina-da-independencia-do-brasil. Acesso 18 jun. 2023.

TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

SANDRA MARIA ANTONIO
Graduada em Pedagogia pela UNICID e pós-graduada em Psicopedagogia Institucional na FAHE e em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Metropolitana do Estado de SP. Atualmente é Professora titular na Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o papel e os impactos da tecnologia assistiva no contexto da educação especial. A pesquisa ocorreu por meio de uma revisão bibliográfica exploratória, utilizando publicações científicas entre 2015 até 2020. A contextualização ressalta a importância da tecnologia assistiva na promoção da inclusão educacional e no atendimento às necessidades individuais dos estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. A metodologia adotada envolveu a definição de critérios de seleção dos estudos, a busca nas bases de dados acadêmicas e a análise crítica dos artigos selecionados. A fundamentação teórica abordou três principais tópicos: definição de tecnologia assistiva, tipos e os impactos na vida dos estudantes. O tópico de análise explorou as principais tendências e avanços da tecnologia assistiva na educação especial. O estudo destacou a importância da integração de tecnologias móveis, o uso de inteligência artificial e a necessidade de acesso e capacitação dos profissionais. Por fim, enfatizamos a importância da tecnologia assistiva como ferramenta de promoção da inclusão e do desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais, ressaltando a necessidade contínua de investimentos e políticas que ampliem o acesso e a efetividade dessas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Tecnologia; Assistência; Inclusão.

INTRODUÇÃO

No contexto da educação inclusiva, a tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental na garantia de oportunidades iguais de aprendizado para estudantes com necessidades especiais. A inclusão educacional é um princípio que busca assegurar a participação plena e efetiva de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e características individuais, promovendo uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva. A tecnologia assistiva emerge como uma ferramenta indispensável nesse processo, ao proporcionar recursos e estratégias que facilitam o acesso, a participação e o engajamento dos alunos com deficiências ou limitações funcionais. Sendo definida

como um conjunto de recursos, técnicas, estratégias e práticas que visam a promover a autonomia, a independência e a inclusão de pessoas com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Essas tecnologias são desenvolvidas com o propósito de compensar as limitações funcionais e ampliar as possibilidades de interação e participação dos estudantes no ambiente educacional. Elas podem englobar desde dispositivos de comunicação alternativa até softwares especializados, passando por recursos de acessibilidade, robótica educacional e jogos adaptados.

A implementação efetiva da tecnologia assistiva na educação especial proporciona uma série de benefícios aos alunos com necessidades especiais. Em termos acadêmicos, essas tecnologias podem auxiliar no desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas e motoras, bem como facilitar o acesso ao currículo escolar. Adicionalmente, elas podem promover a inclusão social ao possibilitar a interação com os pares, a participação em atividades coletivas e o desenvolvimento de habilidades sociais.

No entanto, a efetividade da tecnologia assistiva na educação especial está intrinsecamente ligada à compreensão de suas aplicações, limitações e potencialidades. É fundamental que os profissionais da educação especial estejam familiarizados com as diferentes tecnologias disponíveis, compreendam suas funcionalidades e saibam identificar as necessidades específicas de cada aluno. Além disso, é necessário considerar o ambiente educacional como um todo, desde a infraestrutura até a formação dos professores, para que haja uma integração adequada das tecnologias assistivas no cotidiano escolar.

A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade de compreender o papel e os impactos da tecnologia assistiva no contexto da educação especial. A educação inclusiva demanda a adoção de estratégias e recursos que garantam a participação ativa e igualitária de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e limitações.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel e os impactos da tecnologia assistiva no contexto da educação especial. Para além disso, o estudo se propõe a investigar os diferentes tipos de tecnologias assistivas utilizadas na educação especial, compreendendo suas funcionalidades, potencialidades e limitações. Serão exploradas tecnologias como dispositivos de comunicação alternativa, softwares especializados, recursos de acessibilidade, robótica educacional e jogos adaptados; Analisar os impactos da tecnologia assistiva no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com necessidades especiais. Serão examinados estudos e pesquisas que investigam os efeitos positivos dessas tecnologias no aprendizado, na interação social e na autonomia dos alunos; Identificar os desafios e as barreiras enfrentados na implementação e utilização da tecnologia assistiva na educação especial.

Nesse contexto, a presente pesquisa visa explorar a tecnologia assistiva no contexto da educação especial, por meio de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório. Serão analisados estudos e pesquisas desenvolvidas no período de 2015 a 2020, buscando-se as informações mais atualizadas sobre o tema. A revisão bibliográfica permitirá examinar as principais tendências, desafios e avanços relacionados à utilização da tecnologia assistiva na educação especial, bem como identificar estratégias eficazes para a promoção da inclusão e do sucesso educacional dos estudantes com necessidades especiais.

A TECNOLOGIA ASSISTIVA

Para a realização deste estudo, foi adotada uma abordagem metodológica baseada em revisão bibliográfica de caráter exploratório. A revisão bibliográfica é uma estratégia de pesquisa que permite a identificação e a análise crítica da literatura existente sobre um determinado tema, fornecendo uma base sólida para a compreensão e o avanço do conhecimento na área. A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de examinar e sintetizar informações atualizadas sobre o papel e os impactos da tecnologia assistiva no contexto da educação especial.

O primeiro passo da metodologia foi definir os critérios de seleção dos estudos incluídos na revisão bibliográfica. Para isso, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: a) artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares; b) estudos empíricos, revisões de literatura, ensaios teóricos e documentos relevantes no campo da tecnologia assistiva na educação especial; c) estudos publicados no período de 2015 a 2020, a fim de garantir a utilização das informações mais recentes disponíveis.

Com base nos critérios estabelecidos, foi realizada a busca nas bases de dados acadêmicas, incluindo CAPES, Scielo, Lilacs e Google Scholar. Os termos de busca utilizados foram selecionados de forma a abranger as principais palavras-chave relacionadas ao tema, como "tecnologia assistiva", "educação especial", "inclusão educacional", "tecnologia na sala de aula" e "tecnologias adaptativas". Além disso, também foram utilizados operadores booleanos, como "AND" e "OR", para refinar e ampliar a busca.

A partir da busca inicial, os estudos foram selecionados de acordo com sua relevância para o tema do estudo e a adequação aos critérios de inclusão estabelecidos. Os resumos dos artigos foram analisados e aqueles que atendiam aos critérios de seleção foram incluídos na revisão bibliográfica.

Em seguida, os artigos selecionados foram lidos na íntegra e submetidos a uma análise crítica. As informações relevantes e os principais achados foram extraídos e organizados em categorias temáticas, de acordo com os objetivos específicos do estudo. Essa análise permitiu identificar tendências, avanços, desafios e lacunas na literatura revisada.

Por fim, com base na análise dos artigos selecionados e dos dados extraídos, foram elaboradas as seções da fundamentação teórica e do tópico de análise deste artigo. A fundamentação teórica abordará os conceitos, as definições e os tipos de tecnologia assistiva utilizados na educação especial, bem como os impactos dessas tecnologias no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. O tópico de análise irá sintetizar as informações obtidas na revisão bibliográfica, destacando os pontos-chave, as tendências identificadas e as recomendações para futuras pesquisas.

CONCEITO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

No contexto da educação especial, a tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e no desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades

especiais. Para compreender plenamente o seu potencial e sua aplicação, é essencial estabelecer uma definição clara e abrangente do que é a tecnologia assistiva.

A tecnologia assistiva, também conhecida como "auxílio técnico" (BERSCH, 2017, p. 15), pode ser compreendida, de acordo com Alves e Matsukura (2011a), como um conjunto de recursos, técnicas, estratégias e práticas que visam a promover a autonomia, a independência e a inclusão de pessoas com deficiências ou limitações funcionais. Essa tecnologia é projetada para auxiliar indivíduos com diferentes tipos de deficiência a superar barreiras e desafios, permitindo-lhes participar plenamente em diversas atividades da vida diária, incluindo o contexto educacional.

A definição de tecnologia assistiva engloba uma ampla variedade de recursos e dispositivos que podem ser utilizados para suprir as necessidades específicas dos estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Esses recursos podem ser físicos, como cadeiras de rodas adaptadas, próteses, órteses e dispositivos de mobilidade, ou podem ser tecnológicos, como softwares de leitura e escrita, sistemas de comunicação alternativa e aumentativa, equipamentos de acessibilidade e tecnologias de adaptação de atividades (LOURENÇO, 2017).

Um aspecto fundamental da tecnologia assistiva é sua natureza adaptativa e personalizada. A tecnologia assistiva deve ser selecionada e adaptada de acordo com as necessidades individuais de cada estudante, levando em consideração suas habilidades, limitações, preferências e metas de aprendizado (CAMARGO, 2017). É importante ressaltar que a tecnologia assistiva não tem o objetivo de substituir as habilidades do estudante, mas sim de complementar e ampliar suas capacidades, possibilitando sua participação e aprendizado efetivos.

Neste ínterim, estas tecnologias promovem a necessidade de treinamento e a capacitação dos profissionais da educação e dos alunos, de modo a garantir o uso adequado e efetivo dessas tecnologias. É fundamental que os educadores estejam familiarizados com as diferentes tecnologias assistivas disponíveis, compreendam suas funcionalidades e saibam como integrá-las às práticas pedagógicas de forma inclusiva e significativa (CALHEIROS, 2018).

Dessa forma, a tecnologia assistiva desempenha um papel crucial na educação especial, proporcionando oportunidades iguais de aprendizado, participação e desenvolvimento para estudantes com necessidades especiais. Ao adotar e implementar adequadamente a tecnologia assistiva, é possível superar barreiras e promover a inclusão educacional, permitindo que todos os estudantes tenham acesso aos recursos e suportes necessários para alcançar seu pleno potencial acadêmico e social.

TIPOS DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS USADAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A tecnologia assistiva abrange uma variedade de recursos e dispositivos que têm o objetivo de apoiar e promover a inclusão de estudantes com necessidades especiais no contexto educacional. Uma das áreas-chave da tecnologia assistiva na educação especial é a comunicação alternativa e aumentativa (CAA).

A CAA, na perspectiva de Pelosi e Nunes(2019), engloba uma variedade de estratégias e dispositivos que auxiliam na comunicação de pessoas com dificuldades na fala ou na linguagem. Isso inclui o uso de sistemas de comunicação baseados em símbolos, como pranchas de comunicação com figuras ou palavras-chave, ou mesmo softwares de comunicação assistiva que utilizam símbolos, texto ou voz para facilitar a comunicação efetiva. Permitindo, nesta ótica, que os estudantes expressem suas ideias, necessidades e desejos, ampliando suas possibilidades de interação e participação na sala de aula e em outros contextos sociais.

Os softwares e aplicativos educacionais adaptados, apresentam-se como ferramentas desenvolvidas para apoiar os estudantes com necessidades especiais em diferentes áreas do aprendizado, como leitura, escrita, matemática e habilidades cognitivas (ROCHA, 2012). Os softwares adaptados podem fornecer recursos de acessibilidade, como leitores de tela para estudantes com deficiência visual, programas de voz para texto para estudantes com dificuldades de escrita, jogos educacionais adaptados para promover a aprendizagem de forma lúdica, entre outros, Permitindo suporte individualizado, para que os estudantes trabalhem em seu próprio ritmo e desenvolvam suas habilidades acadêmicas de maneira mais eficaz (LOURENÇO, 2017).

Além disso, a acessibilidade física é uma preocupação essencial na educação especial. Nesse sentido, tecnologias assistivas como cadeiras de rodas adaptadas, próteses e órteses, auxílios de mobilidade e dispositivos de adaptação de ambiente são cruciais para garantir a mobilidade e a acessibilidade dos estudantes com deficiências físicas. Visando proporcionar maior independência, autonomia e inclusão nas atividades diárias e no ambiente escolar.

Surgindo a robótica educacional com um papel relevante na educação especial, oferecendo oportunidades de aprendizado interativo e estimulante. Por meio de kits de robótica adaptados, os estudantes podem desenvolver habilidades de resolução de problemas, raciocínio lógico, pensamento computacional e trabalho em equipe (CAMARGO, 2017). A robótica educacional adaptada proporciona um ambiente de aprendizagem envolvente, que permite aos estudantes com necessidades especiais explorar conceitos científicos e tecnológicos de maneira prática e inclusiva (SILVA, 2015).

Por fim, jogos educativos adaptados têm se mostrado uma ferramenta valiosa na educação especial. Esses jogos são projetados para atender às necessidades específicas dos estudantes, oferecendo desafios adequados ao seu nível de desenvolvimento e adaptando-se às suas habilidades. Eles podem promover a aprendizagem de conteúdos acadêmicos, habilidades sociais, tomada de decisão e resolução de problemas, além de proporcionar momentos de diversão e engajamento para os estudantes.

IMPACTOS DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES

A tecnologia assistiva, segundo a literatura, tem demonstrado ter impactos significativos no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com necessidades especiais. Em termos acadêmicos, a tecnologia assistiva tem se mostrado uma ferramenta eficaz para promover a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades específicas. Por exemplo, softwares de leitura e

escrita adaptados permitem que estudantes com dificuldades de leitura e escrita acessem o conteúdo de forma mais acessível, tornando o processo de aprendizado mais inclusivo e personalizado. Essas tecnologias podem oferecer suporte na decodificação de palavras, fornecer feedback instantâneo e adaptar o nível de dificuldade de acordo com as necessidades individuais do estudante. Como resultado, os estudantes podem melhorar suas habilidades de leitura, escrita e compreensão textual, ampliando suas oportunidades de participação e sucesso acadêmico (ALVES, 2017).

A tecnologia assistiva também pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades cognitivas, como raciocínio lógico, memória, resolução de problemas e tomada de decisão. Jogos educativos adaptados, por exemplo, oferecem um ambiente de aprendizado interativo que permite aos estudantes explorar conceitos complexos de maneira prática e envolvente. Esses jogos podem fornecer desafios adequados ao nível de desenvolvimento do estudante, adaptando-se às suas habilidades e proporcionando feedback imediato. Dessa forma, possibilitando o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais, contribuindo para o crescimento acadêmico dos estudantes (SILVA, 2017).

No aspecto social, a tecnologia assistiva desempenha um papel importante na promoção da inclusão e no desenvolvimento de habilidades sociais dos estudantes com necessidades especiais. As tecnologias de comunicação alternativa e aumentativa, por exemplo, permitem que os estudantes se expressem e se comuniquem de maneira eficaz, facilitando a interação com os colegas e professores. Isso promove a inclusão social, fortalece os relacionamentos e aumenta a participação dos estudantes em atividades coletivas. Além disso, as tecnologias assistivas também podem oferecer recursos de acessibilidade que ajudam os estudantes a superar barreiras físicas e cognitivas, permitindo-lhes participar plenamente das atividades e do ambiente escolar (ROCHA, 2015).

Adicionalmente, a tecnologia assistiva pode contribuir para o aumento da autoestima e da confiança dos estudantes com necessidades especiais. Ao oferecer suporte adaptado e promover o sucesso nas atividades acadêmicas, as tecnologias assistivas ajudam os estudantes a reconhecerem suas capacidades e a sentirem-se mais independentes e competentes. Isso impacta diretamente na motivação e no engajamento dos estudantes, fortalecendo sua autoimagem positiva e incentivando-os a buscar novos desafios (CAMARGO, 2017).

No entanto, é importante destacar que o uso da tecnologia assistiva deve ser acompanhado por uma abordagem pedagógica adequada e pela orientação dos profissionais da educação. A tecnologia assistiva não é uma solução isolada, mas uma ferramenta que deve ser integrada ao contexto educacional de forma significativa e inclusiva. O papel dos educadores é fundamental para apoiar os estudantes na utilização efetiva da tecnologia assistiva, garantindo que eles compreendam seu potencial e saibam aplicá-la de maneira a promover o máximo benefício em seu desenvolvimento acadêmico e social.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E AVANÇOS DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com base na literatura e na análise realizada, pode afirmar-se que a tecnologia assistiva na

educação especial está em constante evolução, buscando atender às necessidades e demandas dos estudantes com necessidades especiais. Apresentam Calheiros, Mendes e Lourenço (2018), uma das tendências emergentes, a integração de tecnologias móveis e dispositivos acessíveis. Com o avanço dos smartphones, tablets e outros dispositivos móveis, tornou-se mais acessível e prático o uso de tecnologias assistivas em sala de aula e em outros contextos educacionais. Esses dispositivos oferecem uma variedade de aplicativos e recursos adaptados, permitindo aos estudantes acessar e utilizar as tecnologias assistivas de forma mais conveniente e personalizada. Além disso, a conectividade dos dispositivos móveis também possibilita o compartilhamento de informações e a colaboração entre estudantes e educadores, potencializando a aprendizagem e a interação social.

Outra tendência promissora é apresentada por Rocha e Deliberato (2012), ou seja, a adoção de tecnologias de inteligência artificial na área da tecnologia assistiva, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de sistemas inteligentes que podem analisar e interpretar dados, fornecer feedback personalizado, adaptar o ambiente de aprendizado e auxiliar na tomada de decisões. Essas tecnologias podem ser aplicadas em diversos aspectos da educação especial, desde a adaptação de materiais e atividades até a criação de sistemas de comunicação mais avançados e eficazes. A Inteligência Artificial também pode auxiliar na identificação precoce de dificuldades de aprendizagem e no desenvolvimento de estratégias personalizadas de intervenção.

No entanto, os mesmos autores ressaltam que a implementação e utilização da tecnologia assistiva na educação especial ainda enfrentam alguns desafios significativos. Um dos principais desafios é a falta de acesso e disponibilidade dessas tecnologias, especialmente em países com recursos limitados. Muitas escolas e instituições de ensino não possuem os recursos financeiros ou a infraestrutura necessária para adquirir e manter a tecnologia assistiva. Além disso, a falta de conhecimento e capacitação dos profissionais da educação em relação às tecnologias assistivas também é um desafio, uma vez que muitos educadores não estão familiarizados com as diferentes opções disponíveis e não sabem como integrá-las de forma efetiva em suas práticas pedagógicas.

Além de garantir a adequação das tecnologias assistivas às necessidades individuais dos estudantes. Cada aluno possui habilidades, preferências e necessidades únicas, e é essencial que as tecnologias assistivas sejam personalizadas e adaptadas de acordo com essas características. Isso requer uma avaliação cuidadosa das necessidades individuais dos estudantes, bem como a disponibilidade de profissionais qualificados para realizar essa avaliação e fornecer suporte adequado.

No entanto, apesar dos desafios, há também avanços significativos na área da tecnologia assistiva na educação especial. A pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias estão em constante progresso, com o surgimento de dispositivos mais acessíveis, intuitivos e eficientes. Além disso, há uma maior conscientização sobre a importância da tecnologia assistiva na promoção da inclusão educacional, o que tem levado a investimentos e políticas que buscam melhorar o acesso e a disponibilidade dessas tecnologias.

Bem como, a colaboração entre pesquisadores, educadores, desenvolvedores de tecnologia e estudantes com necessidades especiais. Essa colaboração permite uma abordagem mais centrada no usuário, garantindo que as tecnologias assistivas sejam desenvolvidas levando em consideração as necessidades e opiniões dos estudantes. Essa participação ativa dos estudantes na concepção e

desenvolvimento das tecnologias assistivas é fundamental para garantir que elas atendam às suas necessidades reais e sejam efetivas em seu processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente no decorrer deste estudo, que a tecnologia assistiva desempenha um papel crucial na promoção da inclusão educacional e no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com necessidades especiais. Através de recursos adaptados, essa tecnologia proporciona oportunidades iguais de aprendizado, permitindo que os estudantes superem barreiras e desenvolvam habilidades cognitivas, linguísticas, motoras e sociais. As tecnologias de comunicação alternativa e aumentativa, os softwares adaptados, às tecnologias de acessibilidade física, a robótica educacional e os jogos adaptados são apenas alguns exemplos das diversas ferramentas disponíveis no campo da tecnologia assistiva.

No entanto, a implementação e utilização efetiva da tecnologia assistiva ainda enfrentam desafios significativos. A falta de acesso e disponibilidade dessas tecnologias, especialmente em países com recursos limitados, é um dos principais obstáculos. Além disso, a falta de conhecimento e capacitação dos profissionais da educação em relação às tecnologias assistivas dificulta sua utilização adequada. É necessário investir na formação dos educadores, fornecendo-lhes o conhecimento e as habilidades necessárias para selecionar, adaptar e integrar as tecnologias assistivas em suas práticas pedagógicas.

Da mesma forma, um grande desafio se estabelece em garantir a adequação das tecnologias assistivas às necessidades individuais dos estudantes. Cada aluno é único, e as tecnologias assistivas devem ser personalizadas e adaptadas de acordo com suas habilidades, preferências e metas de aprendizado. Isso requer uma avaliação cuidadosa das necessidades individuais, bem como a disponibilidade de profissionais qualificados para realizar essa avaliação e fornecer suporte adequado.

Apesar dos desafios, há tendências e avanços promissores no campo da tecnologia assistiva na educação especial. A integração de tecnologias móveis e o uso de inteligência artificial estão expandindo as possibilidades de utilização dessas tecnologias, tornando-as mais acessíveis e personalizadas. Além disso, a conscientização sobre a importância da tecnologia assistiva tem levado a investimentos e políticas que buscam melhorar o acesso e a disponibilidade dessas tecnologias.

É importante ressaltar que a tecnologia assistiva não é uma solução isolada, mas uma ferramenta que deve ser integrada ao contexto educacional de forma significativa e inclusiva. Os educadores desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são responsáveis por criar ambientes de aprendizagem que promovam a utilização efetiva da tecnologia assistiva, valorizando as habilidades e as potencialidades de cada estudante.

Diante do exposto, este estudo contribuiu para a compreensão do papel e dos impactos da tecnologia assistiva na educação especial. Através da revisão bibliográfica exploratória, foram identificadas tendências, desafios e avanços na área, fornecendo subsídios para aprimorar a prática pedagógica e promover a inclusão educacional. A integração da tecnologia assistiva de forma

adequada e eficaz requer um esforço conjunto de educadores, pesquisadores, desenvolvedores de tecnologia, estudantes e suas famílias, bem como políticas e investimentos contínuos.

Intimamente espera-se que este estudo estimule discussões e reflexões acerca da importância da tecnologia assistiva na educação especial e inspire a implementação de práticas inclusivas e acessíveis, garantindo oportunidades igualitárias de aprendizado para todos os estudantes, dado que a tecnologia assistiva, quando utilizada de forma adequada e integrada, pode ser uma poderosa aliada na promoção da inclusão educacional, no desenvolvimento acadêmico e social e na valorização das habilidades e potencialidades dos estudantes com necessidades especiais. Send necessário, portanto, continuar investindo em pesquisas, políticas e formações que ampliem o acesso e a efetividade da tecnologia assistiva, para que todos os estudantes possam alcançar seu pleno potencial e participar ativamente da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Cristina de Jesus; MATSUKURA, Thelma Simões. **Percepção de alunos com paralisia cerebral sobre o uso de recursos de tecnologia assistiva na escola regular.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, n. 2, p. 287–304, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/TvBwrxwrqbkf6jgsGQFMgjF/#>. Acesso 7 maio 2023.

ALVES, Ana Cristina de Jesus; MATSUKURA, Thelma Simões. **Reflexões sobre o uso da tecnologia assistida no contexto escolar.** Temas desenvolvimento, p. 10–16, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-671821>. Acesso 7 maio 2023.

BERSCH, Rita. **INTRODUÇÃO À TECNOLOGIA ASSISTIVA. [s.l.: s.n.], 2017.** Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/tecnologia-assistiva-nas-escolas-apostila01.pdf>. Acesso em: 7 maio 2023.

CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. **Considerações acerca da tecnologia assistiva no cenário educacional brasileiro.** Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 229, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906018/313154906018.pdf>. Acesso 7 maio 2023.

CAMARGO, Éder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces.** Revista Ciências Educativas, v. 23, n. 1, p. 1–6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?f#>. Acesso 7 maio 2023.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; GONÇALVES, Adriana Garcia; LOURENÇO, Gerusa Ferreira . **Processo de Construção de Recurso de Tecnologia Assistiva para Aluno com Paralisia Cerebral em Sala de Recursos Multifuncionais.** Rev. bras. educ. espec., v. 23, n. 4, p. 547–562, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qyz85FvMPNGzJmXmkHZ8CKJ/?format=html#>. Acesso 7 maio 2023.

PELOSI, Miryam Bonadiu; NUNES, Leila Regina D'Oliveira de Paula. **Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de tecnologia assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar.** Revista Brasileira de educação Especial, v. 15, n. 1, p. 141–154, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/DY9Jk54rDgDxyQrCQ9cHwNw/#ModalTutors>. Acesso 7 maio 2023.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DELIBERATO, Débora . **Tecnologia assistiva para a criança com paralisia cerebral na escola: identificação das necessidades.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 18, n. 1, p. 71–92, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/WqrPHJsTmsjBBjbqZsSRj6y/#>. Acesso 7 maio 2023.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DELIBERATO, Débora. **Atuação do terapeuta ocupacional no contexto escolar: o uso da tecnologia assistiva para o aluno com paralisia cerebral na educação infantil* Role of occupational therapist in school context: the use of the assistive technology for students with cerebral palsy in early childhood education**. [s.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/130587/ISSN1415-9104-2012-23-03-263-273.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 7 maio 2023.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DELIBERATO, Débora ; ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério. **Procedimentos para a prescrição dos recursos de tecnologia assistiva para alunos da educação infantil com paralisia cerebral.** Revista Educação Especial, v. 28, n. 53, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313141512015.pdf>. Acesso 24 maio 2021.

SILVA, Wanderson Diego Andrade da; DAMASCENO, Mônica Maria Siqueira . **A Química no Contexto da Educação Especial: O Professor, O Ensino e a Deficiência Visual.** Revista Debates em Ensino de Química, v. 1, n. 1, p. 20–28, 2015. Disponível em: <https://journals.ufrpe.br/index.php/REDEQUIM/article/view/1261>. Acesso 7 maio 2023.

A REFORMULAÇÃO CURRICULAR PARA A GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE QUE CONTRIBUA COM A DIMINUIÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR

SILVIA SIQUEIRA INGEGNERI
Graduação em Pedagogia pela Faculdade FINTEC (2005); Professora de Ensino Fundamental I - na EMEF CEU Cidade Dutra.

RESUMO

Esta reflexão torna-se importante, para que se conduza um trabalho coeso que contribua para a diminuição da evasão escolar, buscando observar quais as mudanças que devem ser promovidas para tornar a escola um espaço receptivo, humanizado e acolhedor. É preciso identificar e corrigir as dificuldades por meio de olhar crítico, contribuindo para que o trabalho pedagógico realmente favoreça a formação do aluno, permitindo ainda que o papel da escola seja percebido dentro de sua importância trazendo para dentro do ambiente a comunidade, a família e o aluno. Para que as falhas dentro do processo sejam corrigidas, é certo que a educação e o desenvolvimento escolar do aluno deve ser baseado em uma troca constante pautada na confiança e na representatividade do papel da escola no processo ensino aprendizagem do aluno. Esta reflexão permite a observação da necessidade de mudança para alcançar o desenvolvimento efetivo para compreender como a escola adquire estes problemas de evasão e a perda e valores, desorganizando o processo educacional em seu interior, o que leva o tema de extrema relevância para buscar a melhora da convivência em grupo e em sociedade o que elenca os motivos que estimulam o resgate dos valores para o bem viver.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão escolar; Educação; Qualidade; Aluno.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o intuito de ampliar o conhecimento e realizar a reflexão sobre o sucesso do desenvolvimento educacional em relação a evasão escolar, considerando a realidade que a escola se encontra.

Pensar a educação na situação em que se encontra, imagina-se que esta não tem mais jeito, está falida, mas não é verdade, para que o ensino seja de qualidade e os profissionais sejam valorizados, é necessário criar medidas que não permitam burlar o sistema como as avaliações que

estão sendo anunciadas, para aumento de salário.

Faz-se necessário uma discussão séria sobre os problemas existentes, revendo as falhas e valorizando o que deu ou dá certo no processo, é preciso ter coragem para consertar os erros que veem sendo suplantados durante anos.

Vasconcelos (1997), afirma que a construção do conhecimento é fundamental para o processo educativo, por meio dela é que as pessoas terão para base para seu desenvolvimento, aprendendo a lidar com seus defeitos e respeitando o limite do outro.

Deve-se considerar, no entanto que para esta construção ser significativa, o professor deve servir como orientador para o grupo, não como detentor do saber, mas sim como mediador dos interesses para a construção do bem comum, dividindo as responsabilidades, não rotulando, respeitando as diferenças, dividindo atenção igual para todos, ouvindo todas as opiniões e desenvolvendo regras coletivas.

A escolha deste tema está voltada para a necessidade de refletir sobre o papel da escola para a formação e desenvolvimento do aluno de forma integral, identificando a necessidade educativa e social do processo, para que se observe a relevância de participação e a necessidade de frequentar o espaço que precisa desenvolver artifícios necessários para garantir a participação do aluno.

É objetivo deste, investigar quais as causas da evasão escolar e quais são os principais atrativos da escola para garantir a participação por meio de ações integradoras e humanizadas que levem o aluno a gostar e se identificar dentro do espaço escolar.

Diante desta necessidade destaca-se uma questão de suma importância para refletir como: A escola, possui elementos significativos para o desenvolvimento do aluno? Espera-se dialogar sobre o papel da escola na vida do aluno, considerando as dificuldades do professor em conceber uma aprendizagem adequada, e por fim, buscar criar e selecionar ideias que estabeleçam relações dialógicas entre a educação e a criança e diminuição de evasão, para que ela, a escola, apresente o sucesso esperado ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

A REFORMULAÇÃO CURRICULAR PARA A GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE QUE CONTRIBUA COM A DIMINUIÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR

A ONU, Organização das Nações Unidas, fundamenta que a segurança humana é um dever do Estado estando centrada no desenvolvimento humano, abrangendo assim a segurança de todos os cidadãos em seu espaço cotidiano, seja este espaço o trabalho, a escola, o lar, o lazer etc. O Estado, o principal responsável por esta segurança, é seguido pela escola e pela saúde, transformando o papel da atuação.

O professor tem duas alternativas, dentro desta proposta para a realização do seu trabalho, primeiro deve se conscientizar da realidade que envolve a escola, procurando transformá-la, e a outra é aceitar o aluno que tem, acreditando sempre na possível mudança do outro. É preciso haver uma mescla de ações e atitudes que não afastem o aluno do convívio escolar, porém, não se pode

ser extremamente permissivo, como se a escola fosse um ambiente sem regras e sem objetivos onde tudo se permite e se aceita.

Muitas vezes o aluno não se sente confortável dentro da escola devido as regras que se impõem para o bem viver e conviver, uma vez que este ambiente reproduz a sociedade vigente, considerando que o papel da escola é desenvolver o aluno para que ele tenha uma boa convivência em ambiente social.

A escola é o local de encontros existenciais, que tende a marcar profundamente a personalidade do indivíduo, norteando o seu desenvolvimento posterior. A construção do conhecimento é um processo interativo, portanto, social, no qual os agentes que dele participam estabelecem uma relação entre si, buscando experiências que se vinculam a valores que norteiam suas vidas.

Portanto, a interação humana tem função educativa, pois por meio dela, o conhecimento vem passo a passo sendo construído. O professor tem basicamente a função de incentivador e energizante, pois ele deve aproveitar a curiosidade natural do educando para despertar seu interesse e tem também a função de ser orientador, pois deve orientar o esforço do aluno para aprender.

Diante desta necessidade o professor deve ser firme não rígido ao extremo, porém, não deve mostrar-se perdido, inseguro, tendo a convicção de que está para os alunos, oferecendo fatos importantes e significativos para eles, autovalorizando-se, preocupar-se com o programa, pesquisando, trocando experiências etc.

É importante também ter respeito para com os alunos, respeito é fundamental, um relacionamento franco, pautado no diálogo é importante para a construção humana. O professor deve manter uma proposta adequada de trabalho na qual o aluno seja levado a desenvolver seu aprendizado de forma adequada e interessante, fazendo a diferença, com base no que se ensina.

Para obter sucesso na sua proposta, o professor precisa reformular seu saber, para que seu trabalho seja significativo, tornando a aula interessante, um erro constante que deve ser corrigido é vincular nota à disciplina, não se deve barganhar conhecimento, ligar a nota ao que se faz é abusar de poder, é preciso conscientizar o aluno que seu conhecimento não tem preço e que se estuda para obter conhecimento.

A construção do conhecimento é fundamental para o processo educativo, pois é por elas, que as pessoas terão para base para seu desenvolvimento, aprendendo a lidar com seus defeitos e respeitando o limite do outro, porém para que esta construção seja significativa é necessário que o professor se apresente como orientador, para o grupo, mas não como detentor do saber, e sim como mediador, dos interesses para a construção do bem comum, dividindo as responsabilidades, não rotulando, respeitando as diferenças, dividindo atenção igual para todos, ouvindo todas as opiniões e desenvolvendo regras coletivas.

Deve manter uma proposta adequada de trabalho onde o aluno seja levado a desenvolver seu aprendizado de forma adequada e interessante, fazendo a diferença, com base no que se ensina.

Entende-se então que atrelar a nota ao que se faz é abusar de poder, é preciso conscientizar o aluno que seu conhecimento não tem preço e que se estuda para obter conhecimento que não

tem preço, e que este é um bem único e precioso tendo que ser valorizado por quem o recebe, não sendo possível trocá-lo por média nenhuma.

A NECESSIDADE DE REVER A ESTRUTURA ESCOLAR

É preciso rever os currículos, percebendo que cada turma é uma turma, que cada escola é uma escola, que somos únicos, e que é impossível transformar a escola em uma grande linha de produção onde as máquinas criam peças exatamente idênticas.

Todos têm habilidades diferentes, as pessoas que coordenam administram e idealizam as escolas deveriam pensar no todo, não no que pensam, individualismo não nos leva a nada.

Necessita-se também que os programas apresentados por cursos superiores, nos preparem para atender os alunos de hoje, temos consciência de que este já está repleto de conhecimento, e não está mais preso em livros fechados, estamos em um mundo onde todos respiram informação, então, acredito e defendo que os cursos deveriam aperfeiçoar o conhecimento teórico, criando meios de nos ensinar a prática.

É preciso valorizar a escola garantindo melhores salários, remuneração digna para que o professor não precise trabalhar em várias escolas, com carga horária que comprometa sua condição física, intelectual ou mental. Bem como espaço adequado para que seja possível criar aulas expositivas de qualidade, transformando a escola em um espaço de experiência, de criação, busca e recriação do conhecimento.

Oferecer ao professorado também cursos que sejam de qualidade para que estes consigam rever seu conhecimento haja vista que este não é estático e que acontecem constantemente novas descobertas, novos fatos históricos etc.

O professor não se interessa a buscar a atualização profissional necessária, pois apesar de serem oferecidos cursos estes são oferecidos fora do horário após várias horas de trabalho, não havendo permissão legal para a colaboração dos dirigentes que não permitem a dispensa de aulas, o que se torna impossível à participação do profissional.

Tornar o currículo escolar em documento maleável, permitindo que professor e alunos não se prendam ao que exige o papel, trocando experiências construindo uma linha de trabalho onde se têm uns objetivos e sabe-se aonde quer chegar, com esta troca, ambos aprenderiam e o respeito seria mútuo, alcançando os verdadeiros objetivos da educação.

É necessária também a reorganização da educação, são muitos papéis, fichas, diários, cadernos, documentos que o professor deve preencher durante o ano, muito do tempo que este teria para rever seus conceitos, estudar o que pode ter dado certo ou errado em seu dia de trabalho se perde por ter que dar esclarecimentos de papéis que muitas vezes não são de sua alçada.

Abrir espaço para reflexões como esta, nos faz avaliar ainda que necessitem de apoio psicológico constante, pois professores são seres humanos e que adoecem necessitando de apoio

profissional adequado, e accessível.

O Poder Público deveria também oferecer a educação apoio dos órgãos que cuidam dos menores ligados à segurança, e sociedade como CONDECA, CEDECA, Conselhos Tutelares, pois estes quando chamados para resolver problemas com menores não atendem as unidades da forma como deveriam, mas insistem para que todos estejam na escola, devido às leis a que defendem.

Rever as leis, decretos, emendas, de forma que não exclua quem deseja buscar o conhecimento, não engesse mãos e pernas de quem deseja trabalhar com estes jovens, mas que obrigue as famílias a assumirem seus infantes de forma a ensinar-lhes direitos, deveres e valores.

Entende-se que é preciso reaprender a fazer a educação, oferecendo o espaço para o diálogo, o que confirma os objetivos da escola, levando o educando a perceber que a escola não é vazia, que existe um contexto e que este deve ser respeitado. O educador deve ser estimulado e não renunciar ao que sabe.

O fortalecimento do grupo por meio do respeito mútuo fortalece a equipe, fazendo com que o professor perceba que ele não está só, e a verbalização dos nós, faz com que todos se sintam um só, responsáveis pela resolução do problema arrancando o professor do anonimato e levando-o ao sucesso esperado.

Para encerrar acredito também “que é necessário reaprender o ofício, reinventando todos os dias, reinventando seu campo de conhecimento a cada novo encontro, como diz Aquino (1996), quando este trata dos problemas de indisciplina escolar.

É necessário observar a escola como o local onde construção de todas as relações que teremos fora da escola, ela é o início, mas não o fim de nossa caminhada e o professor é o ator principal deste filme chamado construção, merecendo ser muito bem tratado e preservado nestes longos anos de carreira, pois todos, com sucesso ou não passaram pela escola em alguma fase de suas vidas.

A formação das crianças e dos jovens, ocorre por meio da sua participação nas relações que constituem a dinâmica social. Para ele, os grupos são considerados elementos formadores, pois dentro deles o indivíduo cria hábitos atitude e convivência social, como a cooperação e o respeito. A inteiração social em uma classe se processa por meio da relação professor-aluno, aluno-aluno, neste contexto, o aluno vai exercitando seus hábitos, desenvolvendo suas atitudes, assimilando valores.

Antes de ser professor este deve ser educador, pois sua personalidade é repleta de valores que norteiam a vida, consciente ou inconscientemente, manifestando-se em sala de aula sendo passado aos alunos.

A construção do conhecimento é um processo interpessoal, onde o ponto principal desta está na relação educando – educador. Esta relação não é uni lateral, pois o aluno não constrói só o seu conhecimento, e professor aprende com eles novas formas de ver o mundo podem retificar ou ratificar a sua, alterando suas posturas e mudando suas atitudes.

Neste contato, instaura-se um processo interpessoal no qual o diálogo é essencial, ocorre então

um intercâmbio onde o conhecimento tem como base o diálogo, este por sua vez é desencadeado devido a uma situação problema ligada a prática. Neste momento de síntese, o conhecimento é organizado e sistematizado sendo aplicado forma organizada.

A REFORMULAÇÃO CURRICULAR

A primeira visão de currículo, era parecida com uma fábrica, visualizando os alunos como produtos desta fábrica, desconsiderando sua cultura, seu saber, ou seu meio social.

Esta ideia de currículo deveria ser transformada para estar de acordo com a realidade, redirecionando os conceitos criados ao estabelecer a escolha de seus temas para além do processo pedagógico, construindo novas perspectivas de mudança na educação favorecendo novas ideias de compreensão da natureza relacionada à cultura.

Tal pensamento, transforma então a ideia anglo-saxã onde os currículos eram baseados uma vez que buscavam garantir tradições, rotulando os programas escolares e os planos de estudo.

Especialistas iniciam a busca pela reconceituação deste campo desde 1973, rejeitando ideias behavioristas e empíricas sobre a questão, visando favorecer a compreensão da natureza relacionando-a a cultura. O estudo deste tema então passa a abordar projetos educativos e atividades e conteúdo que buscam o progresso escolar.

Desta forma o currículo, passa a ter o papel de selecionar ilimitadamente a tal cultura deixando de ser apenas um instrumento de poder, passando a ser observado como um plano de formação do cidadão, sendo realmente significativo.

Modifica-se então a visão de currículo tida como algo estático, passando a ser vista como um misto de teoria e prática que se resume em uma única estratégia de construção de aprendizado, pois ambas estão unidas e em movimento constante, permitindo ao envolvido no processo, produzir, criar e, portanto, assimilar o que pretendesse ensinar.

A eficiência ou não do currículo depende muito da forma como este é definido pelo interlocutor, e as teorias que este traz dentro de si, variando de acordo com o conceito social e histórico de quem o está constituindo.

Tal afirmação torna-se pertinente, pois, o currículo formulado, está ligado a pontos importantes como o saber e a identidade, fatores que constituem diferentes formas de realidade e preceitos de poder, uma vez que estes podem apresentar ideias que busquem convencer e alcançar determinado grupo social, podendo ou não dar ênfase à dominação ou questioná-la.

O currículo, afinado aos interesses de grupos oprimidos e apoiando-se em teorias sociais desenvolvidas tem o poder de favorecer as classes minoritárias, por servir de ferramenta de conscientização destas classes.

Assim, as transformações ocorridas se dão ao longo do tempo, buscando a socialização do cidadão nas escolas, reduzindo a reprodução e aumentando a transmissão de cultura, demonstrada

no conteúdo e nos conhecimentos passados por cada disciplina, estando os currículos ocultos nas práticas escolares, contendo uma dimensão sociopolítica, que busca expressar mais desejos que realidades.

É preciso, portanto, entender o papel dos interlocutores do processo de formação de um currículo, uma vez que este favorece a construção do conhecimento nele contido, aspecto que justifica a função cultural da escola.

O primeiro deles é o professor, considerado fonte de informação, transformando-se em mediador da comunicação entre a informação cultural (conteúdo) e receptora (aluno) este é tanto o transmissor da cultura e da informação garantindo o sucesso do papel básico da escola no cumprimento de sua função.

O professor tem a função de ensina, o ato de ensinar está ligado ao conjunto de ideias, princípios, hábitos que se transmite ao outro lições e conselhos deixando em evidência o conteúdo, segundo interlocutor da construção de um eficiente currículo.

O conteúdo é o contextualizador do currículo, é ele quem textualiza a informação transmitida, dando significado ao aprendizado, estando sempre em evidência, sendo decidida fora do ambiente didático (livros) sendo determinados por agentes externos, estes se referem à necessidade de determinado ambiente escolar. Apesar de ficar separado, o conteúdo é parte importante na construção da aprendizagem, pois a atividade sozinha torna-se vazia sem sentido algum.

Para o professor cabe, portanto, observar os aspectos metodológicos considerando-o como ensinar, deixando a decisão de sobre o que ensinar para especialistas, administradores, políticos, editoras e livros.

Atrelados aos conteúdos estão às atividades, pois estas se encontram presentes na experiência, por meio delas, testa-se, e experimenta-se o que foi transmitido na teoria, no conteúdo.

A prática de ensinar estes conteúdos pode transformar a realidade, modificando as intenções que se tinha ao constituí-lo, pois, um currículo, voltado à defesa de interesses pode transformar e modificar realidades baseando-se nos diferentes temas e gêneros que podem vir a ser abordado, desde que a didática adotada, de maneira adequada e nada simplista os problemas relacionados a tais conteúdos, dando-lhes significados políticos e sociais.

É necessário então, destacar as dimensões gerais e estruturais do currículo, modificando o discurso pedagógico onde professores defendem uma ideologia sul real dizendo que querem algo que se contrapõe às práticas de sala de aula, onde professores fingem que ensinam ou pensam que ensinam vindos de encontro com alunos que não pensam diferentes.

É preciso ressignificar estas ideias tradicionais que buscam defender uma escola eficaz que vem de encontro a um currículo tratado como um projeto educativo que deve ser cumprido e realizado durante as aulas, dando espaço a verdadeira liberdade dentro das escolas.

Esta forma de currículo como ponto importante de transformação social está longe de se realizar, pois, o pensamento pedagógico que o envolve, ainda é muito disperso, heterogêneo, sendo

visualizado como mera teoria separando-o da instrução, preocupa-se com o conteúdo e não se valoriza a atividade, a experiência.

Apesar de ser a mais ampla ideia de conteúdos de currículos, por se referir a costumes, e saberes novos, favorecendo a elasticidade do currículo, construindo um paralelo entre os projetos educativos e o ato de ensinar, este é deixado de lado. A pretensão de trabalhá-la deveria estar representada nos conteúdos que os currículos abordam, buscando encontrar diferentes formas de abordagem destes conteúdos, para garantir aos envolvidos no processo o desenvolvimento global do aluno, considerando que o pensamento curricular se torne parte integrante do pensamento social possível de transformar o indivíduo e a sociedade a qual este se encontra inserido favorecendo seu desenvolvimento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem passado por alto nível de estresse devido à pressão diária sofrida pelas dificuldades encontradas durante suas horas de trabalho, e que apesar de suas ações lhe parecerem significativas, no primeiro momento, elas se tornam desgastantes devido à falta de interesse e de indisciplina dos alunos dificultando as relações entre eles.

Há necessidade de preparar as escolas e o sistema educacional, ao qual este aluno será incluso é de extrema importância, pois não se pode garantir qualidade de ensino esperando que o aluno se adapte ao sistema educacional, para tanto, é preciso que o professor reaprenda seu ofício, favorecendo a mudança de olhares ao aluno que está recebendo.

A valorização profissional oferecendo meios para que seu conhecimento esteja sempre sendo renovado, o sistema está valorizando o processo pedagógico estabelecendo uma relação ampla com o saber e o aprender, vencendo desafios e enfatizando a resolução dos problemas causados pelas dificuldades dos alunos.

Desta maneira, o sistema está também valorizando o processo pedagógico e o psicopedagógico, estabelecendo uma relação ampla com o saber e o aprender, vencendo desafios e enfatizando a resolução dos problemas causados pelo desinteresse dos alunos.

Modificar os currículos, reestruturar a política educacional oferecendo melhores salários, e melhores condições de ensino – aprendizagem é o caminho para a resolução da degradação e da falta do professorado nas escolas.

Cabe então ao professor e aos responsáveis garantir-lhes todo o estímulo necessário para que estes desenvolvam seu conhecimento adequadamente, utilizando-se de todas as informações que podem ser transmitidas a eles, dando real significado ao que se busca ensinar, modificando a forma de transmissão dos conhecimentos, valorizando as práticas pedagógicas, contribuindo para o novo método de aprendizagem.

Concluo também que órgãos da educação, segurança e assistência social deveriam trabalhar juntos para que amenizasse a pressão sofrida pelos educadores no processo de ensinar, pois assim

estes aprenderiam a lidar com a demanda tão heterogênea que estão recebendo em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violência nas escolas,** Unesco,2003,Brasília.

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola –Alternativas teóricas e práticas.** Ed. Summus editorial, 1996, São Paulo.

_____ **Confrontos na Sala de aula**, Ed. Summus editorial, 1996, São Paulo.

CAVALCANTI, R. MEAD,M. **Manual dos valores humanos**, Anima de Sophia, SP , 2011.

CAMARA dos Deputados – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Brasília, 1996.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, BRASILIA, 1988.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia do Amor** – Ed. Gente , 2005 , São Paulo

DALLARI, D. A. KORCZAK,J.S. **O direito da criança ao respeito**. Summus,SP,1986.

HAYDT, R.C. C. **A inteiração professor – aluno.** Apostila FMU. SP , 2007.

KANT I. apud AQUINO,J.G. **Indisciplina na escola,** Summus editorial,SP,1996

MARTINELLI, M. **Conversando sobre educação em valores humanos** Peirópolis,SP, 1999.

SACRISTAN, J. Gimeno /GOMEZ, A.L. Pérez , **compreender e transformar o ensino** , Ed. ART-MED, Porto Alegre, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teorias do currículo: o que é isto?** In_____. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2ª ed. Belo Horizonte :Autêntica. 2003.

ALFABETIZAÇÃO E LEITURA

THAÍS DIAS FERRAZ
Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (2007); Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (2009 e 2011); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I em uma EMEI da Cidade de São Paulo).

RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de alfabetização, destacando a importância da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os conceitos de alfabetização e letramento serão essenciais, exigirão que compreendamos que ambos se mesclam e não podem ser separados, pois o aprendizado da leitura, já na infância, se dá no universo da escrita por meio da junção desses dois processos. Constatamos que no processo de alfabetização/letramento a leitura se torna uma ferramenta indispensável, visto que colabora na formação do leitor, inserindo-o na sociedade letrada. Para tanto, deve-se planejar atividades que possibilitem condições favoráveis para a prática de leitura, despertando-se pequenos leitores, desde cedo.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Leitura.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, para falarmos em Educação, temos que pensar na leitura, como fator primordial à alfabetização do aluno. Infelizmente no Brasil poucas pessoas possuem o hábito de ler, bem como são poucas as escolas que proporcionam o acesso à leitura aos estudantes. A leitura como fator educacional, constrói dentro do ser humano, um campo enorme de conhecimento, seja do mundo, como de si mesmo.

Segundo Silva (2009) a leitura é à base do processo de alfabetização e da formação da cidadania. Ao ler uma história a criança desenvolve todo um potencial crítico: pensar, duvidar, questionar. "Ler é estimulante". Sem a escrita e a leitura o homem deixa de se comunicar adequadamente com seus semelhantes e se torna um ser insensato em relação ao mundo.

Ao falarmos da alfabetização, não se pode descartar o letramento. Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam

parte da vida do aluno. Ou seja: um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Alfabetizar letrando, é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita.

> "O sentido ampliado da alfabetização, o letramento, [...], designa práticas de leitura e escrita. A entrada da pessoa no mundo da escrita se dá pela aprendizagem de toda a complexa tecnologia envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever. Além disso, o aluno precisa saber fazer uso e envolver-se nas atividades de leitura e escrita. Ou seja, para entrar nesse universo do letramento, ele precisa apropriar-se do hábito de buscar textos para ler, de frequentar revistarias, livrarias, e com esse convívio efetivo com a leitura, apropriar-se do sistema de escrita". (ESPÍNDOLA, 2009, p.1).

Não basta a escola ter como objetivos alfabetizar os alunos: ela tem o dever de criar condições para que eles aprendam a escrever textos adequados às suas intenções e aos contextos em que serão lidos e utilizados.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Etimologicamente, ler deriva do latim "lego/legere", que significa recolher, apanhar, escolher, captar com os olhos. Nesta reflexão, enfatizamos a leitura da palavra escrita.

Mas o que seria leitura? Segundo Possebon (2008), a leitura é uma experiência pessoal, a qual não depende somente da decodificação de símbolos gráficos, mas de todo o contexto ligado à história de vida de cada indivíduo, para que este possa relacionar seus conceitos prévios com o conteúdo do texto, e desta forma construir o sentido.

A prática da leitura se faz presente em nossas vidas desde o momento em que começamos a "compreender" o mundo à nossa volta. No constante desejo de decifrar e interpretar o sentido das coisas que nos cercam, de perceber o mundo sob diversas perspectivas, de relacionar a realidade ficcional com a que vivemos, no contato com um livro, enfim, em todos estes casos estamos de certa forma lendo, embora, muitas vezes, não nos demos conta.

As tecnologias do mundo moderno fizeram com que as pessoas deixassem a leitura de livros de lado, isso resultou em jovens cada vez mais desinteressados pelos livros, possuindo vocabulários cada vez mais pobres.

A leitura é algo crucial para a aprendizagem do ser humano, pois é por meio dela que podemos enriquecer nosso vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interação. Muitas pessoas dizem não ter paciência em ler um livro, no entanto, isso acontece por falta de hábito, pois se a leitura fosse um hábito rotineiro as pessoas saberiam apreciar uma boa obra literária, por exemplo.

A literatura de modo geral amplia e diversifica nossas visões e interpretações sobre o mundo e da vida como um todo. O hábito de ler deve ser estimulado na infância, para que o indivíduo aprenda desde pequeno que ler é algo importante e prazeroso, assim com certeza ele será um adulto culto, dinâmico e perspicaz.

> "Num contexto em que a escrita e a leitura fazem parte das práticas cotidianas, a criança tem a oportunidade de observar adultos utilizando a leitura de textos na internet, bulas, ins-

> truções, guias para consulta e busca de informações específicas ou gerais; o uso da escrita para confecção de listas, preenchimento de documentos, pequenas comunicações e atos de leitura dirigidos a ela (ouvir histórias lidas). A participação nessas atividades ou a observação de como os adultos interagem com a escrita e a leitura gera oportunidades para que a criança reflita sobre o seu significado para os adultos". (AZENHA, 1999, p. 44).

Segundo Hoffmann (2009), por meio da leitura todos se tornam iguais, com as mesmas oportunidades. A leitura, além de tornar o homem mais livre, possibilita que ele vá a muitos lugares que, sem a leitura jamais iria. "Através da leitura todos se tornam iguais, com as mesmas oportunidades. A leitura, além de tornar o homem mais livre, possibilita que ele vá a muitos lugares que sem a leitura jamais iria".

A leitura para uns é uma atividade prazerosa e para outros um desafio a conquistar, que somente será alcançado por meio de muito incentivo, das escolas, das famílias e da sociedade. Um bom leitor não é aquele que lê muitas vezes o mesmo tipo de texto, mas aquele que lê diversos tipos de texto com profundidade.

Na formação de cada cidadão, bem como de um povo, a leitura é de máxima importância, representando um papel essencial, pois se revela como uma das vias no processo de construção do conhecimento, como fonte de informação e formação cultural. Ademais, ler é benéfico à saúde mental, pois é uma atividade 'neuróbica', ou seja, a atividade da leitura faz reforçar as conexões entre os neurônios. Para a mente, ainda não inventaram melhor exercício do que ler atentamente e refletir sobre o texto.

A pessoa que lê conhece o mundo e conhecendo-o terá condições de atuar sobre ele modificando-o e tornando-o melhor, porque a leitura é o principal aspecto constituinte do pensamento crítico. O homem que não tem oportunidade de aprender a ler, certamente será 'excluído' da sociedade, ou melhor, não terá a mesma participação que aqueles que têm essa oportunidade.

O QUE É ALFABETIZAÇÃO?

Para alguns educadores alfabetização é a aquisição do sistema alfabético de escrita; outros, um processo pelo qual a pessoa se torna capaz de ler, compreender o texto e se expressar por escrito.

Paulo Freire responde por meio de uma carta a pergunta: "para que alfabetizar?".

> ["...] para que as pessoas que vivem numa cultura que conhece as letras não continuem roubadas de um direito o de somar à 'leitura' que já fazem do mundo a leitura da palavra, que ainda não fazem". (FREIRE apud BARRETO apud MORAES, 2005, p.22).

Para Ferreiro apud Moraes (2005), a escola deve começar a ler para os alunos o mais cedo possível. Para os de família de baixa renda, está a cargo do professor, provocar situações desse tipo, de que os outros dispõem desde que nascem. "A alfabetização não é um luxo nem uma obrigação; é um direito".

O ensino inicial da leitura deve assegurar a interação significativa e funcional da criança com a língua escrita. Propiciar essa interação implica a presença incluída do escrito na aula, nos livros, nos cartazes que anunciam determinadas atividades, nas etiquetas que tenham sentido.

Implica, sobretudo, que os adultos encarregados na educação das crianças usem a língua escrita, quando for possível e necessário, diante delas, fazendo-as compreender, assim, seu valor comunicativo. Implica também realizar atividades que fomentem o prazer de ler (como ler para as crianças) e que permitam experimentar o poder da leitura para transportar-nos a outros mundos reais ou imaginários.

É importante desenvolver na escola projetos de leitura, pois ao contar uma história para uma criança, tem-se a oportunidade de compartilhar emoções, despertar o prazer de escutar o outro e de estar em convivência com o grupo. Ao ouvir uma história, pode-se fazer e refazer, produzir e reproduzir, no sentido de reconstruir imagens na mente, imagens do passado, estimular a criatividade.

Infelizmente hoje a alfabetização passa numa lógica contrária.

> "A alfabetização vem percorrendo caminhos [...] em que a leitura passou de elemento propulsor para elemento colaborador, substituindo o conceito de alfabetizar como ensinar a ler pelo de alfabetizar como ensinar a escrever, e a concepção de avaliação através de testes de leitura pela de avaliação através de testes de escrita. Nesse percurso, os livros para aprender a ler deram lugar a sucessivas folhas de exercícios que muitas vezes reproduzem em parte as páginas que neles havia". (ROSA; PEREIRA, 2008, p.48).

Muitas coisas que aprendemos na escola são esquecidas com o tempo, pois não a praticamos, por meio da leitura rotineira tais conhecimentos se fixariam de forma a não serem esquecidos posteriormente. Dúvidas que temos ao escrever poderiam ser sanadas pelo hábito de ler, talvez nem a tivéssemos, pois a leitura torna nosso conhecimento mais amplo e diversificado.

A inserção da leitura, no contexto escolar, deve ser de forma dinâmica e agradável, utilizando e, por exemplo, do caráter lúdico que pode ser dado às estratégias de leitura. Dessa forma, enquanto o aluno "aprende a ler", estará, ao mesmo tempo, desenvolvendo a sua noção de 'ser social', integrado num contexto ético e crítico.

O gosto de ler, portanto, será adquirido gradativamente, por meio da prática e de exercícios constantes. Nesse caso, o professor, sendo o principal agente no processo de melhoria da qualidade do ensino, poderá realizar uma série de atividades que favoreçam a aproximação do educando com a leitura, pois ela é a condição essencial para o bom desempenho da linguagem oral e escrita.

Sabe-se, também, que a escola tem papel fundamental na construção da identidade e da autonomia de cada aluno. Por isso, faz-se necessário, trabalhar não apenas leitura, mas todas as leituras que se apresentam no nosso dia a dia. Nas escolas em que circulam diversos tipos de textos, os alunos leem e escrevem mais rapidamente e se tornam capazes de buscar as informações de que necessitam.

Segundo Paulo Freire a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra (FREIRE, 1989). Aprendemos a ler o mundo antes mesmo de decodificar os sinais gráficos das letras. Assim, ler o mundo é tão importante quanto ler a palavra. A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Assim as palavras do povo, vinham através da leitura do mundo. Depois voltavam a eles, inseridas no que se chamou de codificações, que são representações da realidade. No fundo esse conjunto de representações de situações concretas possibilita aos grupos populares uma "leitura da leitura" anterior do mundo, antes da leitura da palavra. O ato de ler implica na percepção crítica, interpretação e "reescrita" do lido.

Em outras palavras Freire entende que se um texto só pode ser lido se o reescrevemos, o mesmo ocorre com a leitura da realidade. Para ele, não lemos apenas as palavras, os textos e os livros; lemos o mundo, isto é, tudo aquilo que está ao nosso redor. O mundo em que vivemos é um texto que exige uma leitura mais crítica. A leitura realmente passa a ter sentido quando lemos a realidade, a partir de nossos interesses e necessidades, para nos transformar e transformar o mundo.

O hábito da leitura é de extrema importância na formação intelectual do indivíduo, pois por meio dela, cria-se o espírito crítico-social. Ensinar a ler e escrever é alfabetizar, levar o aluno ao domínio do código escrito, isso feito principalmente na sala de aula, pois ela é o lugar da criação de um vínculo com a leitura.

O hábito de ler ou contar histórias constitui um precioso instrumento para o relacionamento, trata-se de um momento de aproximações, descontração e trocas. A leitura passa a ter uma importância muito grande, pois favorece as relações afetivas entre alunos e professores propiciando um momento de maior aproximação. Entre eles:

Possibilita ampliação de vocabulário, organização de pensamento numa sequência lógica (começo, meio, fim).

Estimula a fantasia e a criatividade, desenvolvendo a imaginação.

Ajuda a criança a elaborar e refletir sobre seus medos, ansiedades e perdas.

Ajuda a criança a ter um posicionamento crítico, responsável e construtivo nas diferentes situações sociais, participando nas mediações de conflitos e nas decisões coletivas.

Melhora a utilização da linguagem para aperfeiçoar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capaz de expressar seus sentimentos, ideias e opiniões, relatar experiências, acolher, interpretar, considerando e respeitando os diferentes modos de falar.

Aprende-se a ler vendo outras pessoas lendo, prestando atenção às leituras que o professor realiza oralmente, tentando ler, experimentando e errando, em um processo cujo resultado inicial será seguramente menos convencional do que o esperado, mas não muito diferente do que se produz com outras aprendizagens.

Atualmente, damos valor ao mercado de carros, computadores, petróleo, bolsa de valores, mas não percebemos que o mercado da leitura e da inteligência é de primordial importância. Devido a isto, é de suma importância desenvolver em nós uma "cultura de leitura", pois só assim seremos aprendizes e formadores de opinião em todo ambiente social e democrático que estivermos.

COMO DESENVOLVER A LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO?

O estímulo à leitura deve começar já nos primeiros meses de vida, afinal, essa prática será preponderante para o sucesso do processo de alfabetização. Nessa fase, é aconselhável adotar algumas medidas especiais:

Promover leituras coletivas em casa e na escola: durante o processo de alfabetização, é recomendado ler para e ler com a criança, até que ela desenvolva a habilidade e o interesse de ler sozinha.

Imagens como chamariz: logo no começo do processo de aprendizagem da leitura, obras com muitas imagens e figuras funcionam bem. Aos poucos, o professor pode e deve introduzir publicações com mais textos, de acordo com a evolução da criança no processo. Esse cuidado gera muitos benefícios e torna-se desafiador.

Procurar publicações voltadas para as crianças, encartes de jornais, revistas e outros materiais. Há sites, por exemplo, que trazem áreas específicas para o público infantil. Além da autonomia com algo feito realmente para ela, esses materiais são muito estimulantes.

Estabelecer conexões com a leitura diariamente. Tudo à volta da criança pode ser uma chance para uma nova descoberta: desde os anúncios no ponto de ônibus até as vitrines das lojas no shopping.

Atividades que exijam a leitura também são recomendadas. A preparação de um bolo de chocolate com a turma é uma excelente dinâmica. Os alunos participam e acompanham o passo a passo da leitura da receita. É um processo que une diversão e aprendizado, sem parecer obrigação.

Os dispositivos eletrônicos, sejam eles tablets ou celulares, podem ser grandes aliados no incentivo à leitura. Há inúmeras plataformas virtuais que disponibilizam livros digitais, ou seja, a criança escolhe as obras do seu interesse e vai se familiarizando com essa prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou a importância da leitura no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de práticas docentes que circulam em sala de aula. Constatamos, com este artigo, que a prática da leitura na sala de aula deve ser um fator importante no ato de ensinar, no intuito de desenvolver a capacidade da compreensão leitora das crianças. Com isso, os professores precisam repensar e criar condições para realização de um ensino de leitura mais interativo e real. Ressaltamos, também, que saber ler e escrever são habilidades necessárias para a interação com a sociedade. Nesse sentido, a aprendizagem da leitura não se limita à decifração de signos gráficos, mas ao desenvolvimento de habilidades de compreensão, interpretação e construção de sentidos. Sendo assim, é importante que o professor ofereça diversas formas de leitura para as crianças, para que estas se tornem leitores competentes para toda a vida. Por fim, ensinar leitura é formar leitores críticos, competentes e atuantes, e, o período da alfabetização/letramento é um dos momentos mais propícios para esta efetivação.

REFERÊNCIAS

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

BELINTANE, Claudemir. **Leitura e alfabetização no Brasil: uma busca para além da polarização**. São Paulo, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a04v32n2.pdf. Acesso em: 09 de abr. 2023.

CABRERA, Leila Aparecida. **Projeto de Produção de Texto e Leitura na Alfabetização através do uso das Tecnologias.** Campo Grande, 2006. Disponível em: http://www.ebah.com.br/projeto-de-producao-de-texto-e-leitura-na-alfabetizacao-atraves-do-uso-das-tecnologias-l175474.html. Acesso 15 de abr. 2023.

COPES, Regina Janiaki. **Leitura: Construção do Conhecimento**. Ponta Grossa, 2008. Disponível em:http://www.webartigos.com/articles/12542/1/leitura-construcao-do-conhecimento/pagina1.html. Acesso 12 de abr. 2023.

ESPÍNDOLA, Vamilson Souza d'. **Letramento, Leitura e Escrita.** Laguna, 2009. Disponível em:http://www.webartigos.com/articles/18622/1/letramento-leitura-e-escrita/pagina1.html. Acesso em: 09 de abr.2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23a ed. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em:www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/biblioteca/LIVROS_PAULO_FREIRE/A_importancia_do_ato_de_ler.pdf. Acesso 13 de abr. 2023.

HOFFMANN, Jussara. **Texto de Hoffmann relacionado à Leitura.** 2009. Disponível em:http://doidoeusodeperto.blogspot.com/2009/05/texto-de-hoffmann-relacionado-leitura.html. Acesso 09 abr. 2023.

MORAES, Mariléia Gollo de. **Alfabetização, Leitura do Mundo, Leitura da Palavra e Letramento: algumas aproximações**. Erechim, 2005. Disponível em:www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_26.pdf. Acesso 09 de abr.2023.

POSSEBON, Carolina. **Práticas De Leitura na Educação Infantil.** Vargem Grande, 2008. Disponível em:http://www.webartigos.com/articles/9312/1/praticas-de-leitura-na-educacao-infantil/pagina1.html. Acesso 12 abr.2023.

ROSSA, Adriana; PEREIRA, Vera Wannmacher. **Leitura e alfabetização**. Porto Alegre, 2008. Disponível em:http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/4753/3582. Acesso 09 abr.2023.

SILVA, Cleide C. G. R. da. **A Importância da Leitura.** Várzea Grande, 2009. Disponível em:http://www.webartigos.com/articles/18110/1/a-importancia-da-leitura/pagina1.html. Acesso 12 abr.2023.

A INTERVENÇÃO PRÁTICA DA DANÇA NA EDUCAÇÃO FÍSICA: LEI 10.639/2003

VALÉRIA PEREIRA GONZAGA
Graduação em Pedagogia pela Faculdade FAM – Faculdade das Américas (2011). Especialista em Educação Física Escolar- Área: Ciência da Saúde, nível de pós-graduação Lato Sensu pela Faculdade UNICID – Universidade de São Paulo (2013); Professora de Educação Infantil no CEI Jardim das Pedras.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar novas propostas de atividades, para as aulas de educação física escolar. Uma pesquisa feita pela revista eletrônica efdeportes.com, mostra que as atividades desenvolvidas não são do interesse dos alunos, pois trabalha muito o esporte. Essa pesquisa, aponta que mesmo esse trabalho esportivo sendo desenvolvido nas escolas, os alunos chegam ao final do ensino fundamental desconsiderando as aulas de educação física. Sendo assim, é fundamental buscar alternativas que despertem o interesse dos alunos, promovendo a participação ativa e o desenvolvimento integral. Propondo atividades lúdicas, cooperativas e inclusivas, que estimulem a criatividade, a socialização e a autonomia, dos estudantes. Contribuindo para uma educação física mais significativa e prazerosa, valorizando a importância da disciplina na formação dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Dança; Educação; Física; Intervenção.

INTRODUÇÃO

De acordo com Martinelli (et al, 2006); ”o profissional de Educação Física muitas vezes contribui para o desinteresse dos alunos, pois os métodos utilizados para desenvolvimento das aulas, os conteúdos pouco relevantes, o relacionamento com os alunos, entre outros fatores, determina o participar ou não das aulas”.

Analisando essa observação, as aulas precisam de novas experiências ou mesmo as já vividas pelos alunos, fora dos muros escolares, pois chegam às aulas com bagagem de movimento corporal, trabalhar somente esportes onde as regras são as mesmas ou de acordo com a idade são adaptadas, desmotiva os alunos a participarem das aulas.

Autores como Libâneo (1985), Tani (1988) e Betti (1991), no livro coletivo de autores e parâmetros

curriculares, mostram indicadores que as aulas de educação física precisam de mudanças, para que contemple a realidade dos alunos.

A proposta desse trabalho e mostrar aos alunos a cultura popular existente no entorno da escola. Na escola convivem homogeneamente culturas diversificadas, se consideramos as dificuldades de relacionamento interétnico, o respeito pelo próximo deve ser pautado.

A aula de educação física proporciona aos alunos maiores contatos físicos é nesse momento que as intervenções de respeito devem ser questionadas. A dança como conteúdo na aula de educação física proporciona primeiramente o entender do corpo, não apenas um dado material, mas um território de ação da natureza e cultura.

A dança educativa pode ensinar tanto quanto os esportes, usando o lado social para questionamento de valores, padrões e sentimentos.

A DANÇA

O que é a dança? Dançar e se movimentar, uma mistura de gestos que ao se unir tornam-se a dança. Quando a dança surgiu o homem primitivo não tinha consciência de seus sentimentos, executando dentro de certas regras e medidas não regulares necessariamente. Muitas vezes o ritmo era fator indispensável para essa atividade, interno ou externo era quem dava a cadência, que seria o ponto de partida o momento articulado entre a dança e o ritmo.

A dança e o ritmo parecem unidos, pode se pensar assim quando o ritmo e entendido como ordenação e configuração do tempo.

É indissolúvel união entre o ritmo e a dança, considerada um elemento de organização entre os povos, pela socialização, como forma da cultura humana, enfim; “um fenômeno rítmico de toda parte do corpo para expressar emoções ou ideias em esquema individual ou coletivo” (Wedegewood, 1929).

A dança é uma das atividades nas antigas do mundo das artes, com seus movimentos é capaz de expressar simples emoções sem auxílio da palavra.

A dança está inclusa no currículo de educação física do ensino fundamental ao ensino médio, podendo- se trabalhar os estímulos de percepções sensoriais, ritmo, sonoridade e visão.

Trabalhar a dança na escola possibilita ao educando conhecer danças; clássicas, balé, popular como dança de rua e danças folclóricas, chula, fandangos, forro e o baião, respeitando as culturas desses educandos. Assim por meio da dança trabalhar as questões de gêneros, o domínio corporal, a ritmicidade e espaço temporal, contribuem para ações do cotidiano e a diversidade cultural das regiões brasileiras.

Desde 2005 a SME tem investido em ações voltadas para a implementação da LEI 10.639/03 no currículo escolar com objetivo de garantir o ensino de História e Cultura Africana. Diante da diversidade cultural do povo brasileiro, com suas características próprias, seus modos de vida, seu

jeito de ser e aprender, será ainda a educação brasileira uma educação eurocêntrica que considera a supremacia de um grupo étnico em detrimento de outra.

O Brasil contemporâneo participa do crescente debate de promoção da igualdade das relações étnicos raciais, e a educação e umas das principais ferramentas de conscientização da importância de ressaltar a discriminação racial existentes nos muros escolares.

Como política pública de educação a LEI 10.639/2003, reivindica ações históricas de pessoas e grupos, que de diferentes maneiras se empenham em prol de ações concretas contra o racismo, preconceito e as discriminações raciais na sociedade de forma geral e especialmente na educação.

Considerando-se nossa sociedade multirracial e multiétnica, marcada por desigualdades e contradições ditas e não ditas, vivemos um momento privilegiado em que práticas isoladas voltadas para a educação antirracistas, pode dar lugar a um olhar crítico e a um diálogo denso e tenso, do qual não se pode, mais fugir.

Com a LEI 10.639/2003 a escola tem o privilégio de agenciar alterações nessas realidades, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, preparando em seus currículos e projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade para todas as pessoas.

A partir dessa constatação, o presente trabalho propõe orientações já existentes nos currículos, o ensino de dança e jogos e brincadeiras africanas e indígenas nas escolas. Dario (2005) sustenta a educação física como uma prática pedagógica que trata da cultura corporal de movimento, com objetivo de introduzir e integrar os alunos nesta cultura.

Trabalhar a diversidade étnico racial valoriza e enriquece o ambiente escolar, preservando a valorização da cultura brasileira, mostrando a sua pluralidade inibindo os conflitos existente de discriminação possibilitando novas perspectivas de conhecimento e riquezas de movimentos do repertório afro-brasileiro e de grupos que formaram o Brasil.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Obra Social Dom Bosco CCA é uma associação civil que atua de forma beneficente, filantrópica e religiosa, sem buscar fins econômicos ou lucrativos. Nosso principal foco é a assistência social e educacional. Seguindo a visão de Dom Bosco, entendemos a importância de formar os jovens, capacitando-os por meio dos estudos, para que se tornem bons cristãos e cidadãos honestos.

Acredita que, ao investir na educação e na formação humana, está contribuindo para o desenvolvimento integral desses jovens, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado e apoio. Com a missão de criar um ambiente acolhedor e seguro, onde os jovens possam desenvolver suas habilidades, valores e potenciais. Por meio de atividades socioeducativas, acompanhamento psicossocial, busca capacitar cada jovem a ser protagonista de sua própria história, enfrentando os desafios da vida de forma ética e consciente. um espaço de transformação e construção de um futuro melhor para jovens e para a sociedade como um todo.

O advento da ECA e a lei orgânica da assistência social (LOAS), deixam claro e marcante a presença da ação social a ser desenvolvida por organizações públicas e particulares. A sociedade civil se organizou contribuindo para o desenvolvimento social, gerando seres humanos transformadores não ficando restrita a cobrança de ações exclusivas do estado, mas tomando suas próprias iniciativas, realizando iniciativas privadas com fins públicos, investindo na área ambiental, cultural e social.

PÚBLICO-ALVO

Educação infantil e fundamental, a proposta não se limita a uma idade certa, podendo ser trabalha em toda período escolar.

Projeto com 1 ano de duração 6/7 anos, 1º ano do ensino fundamental.

OBJETIVO GERAL

O projeto de intervenção social tem por finalidade transformar a comunidade abordada, considerando as diversas tradições culturais educativa independente da etnia e condições social em que se originaram, buscando romper os preconceitos, buscando formas de construir atitudes de respeito e solidariedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Experiências de exploração da linguagem corporal;
- Experiências de exploração da natureza e da cultura;
- Experiências de exploração da expressividade das linguagens artísticas;
- Socializar, respeitar, conhecer e valorizar manifestação de cultura corporal;
- Seguindo as orientações do PCN, nas aulas de educação física devem ser abordadas de acordos com essas orientações, participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa.

CONTEÚDO

Incluem-se atividades das culturas populares do Brasil. Assim como, o batuque, a capoeira, danças como o jongo, a puxada de rede, o samba de roda, o frevo, o maculelê, a dança de coco, o tambor de crioula, o bumba meu boi, a dança afro, e o maracatu rural. Todos com influência africana.

PROGRAMA

- Fevereiro/ março

Frevo: samba de roda, pensando no carnaval também pode se trabalhar outras variáveis do carnaval. Falar da história do carnaval de como surgiram os blocos carnavalescos e os carnavais de marchinhas.

Samba de roda: É a mais descontraída dança da Bahia, desde os tempos em que era executada pelos escravos, nas senzalas, nas suas horas de lazer. “Particulariza-se pelos movimentos ondulantes e sensuais dos quadris das mulheres.

- Abril/ maio

Nesses meses tem 13 de maio, abolição da escravatura nesse mês a capoeira, maculelê e a puxada de rede e essencial para se trabalhar onde aborda as questões do respeito e parceria nas danças. A puxada de rede Manifestação popular ainda encontrada nas praias da Bahia, na qual IEMANJÁ, a Deusa do mar, é saudada pelos pescadores e suas esposas, que através de danças e cânticos, imploram por proteção e uma boa pescaria.

- Junho

Ainda em junho mês junino que trabalhas as danças regionais, bumba meu boi (união das culturas europeias, africana e indígena), catira (dança indígena), maracatu (instituição de reis negros. Maculelê, dança dramática que teve sua origem nas plantações de cana de açúcar, na Bahia, em comemoração à boa colheita, também sendo utilizada, devido à sua violência, como meio de defesa dos escravos contra os senhores feudais. Capoeira, luta de origem africana, trazida para o Brasil pelos escravos vindos de Angola durante período colonial.

- Julho/agosto

Batuque, nesse mês os alunos podem vivenciar um pouco dos batuques e cantigas afros, assim como brincadeiras com músicas.

- Setembro/outubro

Dança do coco (ciclo junino, dança típica da região praieiras conhecida em todo norte e nordeste do Brasil, nascida nos engenhos vindo depois para o litoral), tambor de crioula. Uma homenagem a São Benedito (santo negro e filho de escravos, natural da Itália), é organizada ao ar livre em qualquer época do ano para celebrar datas, momentos marcantes ou pagar promessas), já a essa altura os alunos terão uma vasta vivência com os ritmos e expressão corporal.

- Novembro/dezembro

Mês de morte de zumbi dos palmares, dança afro e jongos, essas danças são realizadas em comemoração à luta de zumbi dos palmares.

METAS DE APRENDIZAGEM

- Atitudinal; respeitar pontos de vistas distintos, valorizando o trabalho cooperativo e o diálogo para resolver conflitos;
- Formar consciência de suas potencialidades e limites, respeitando a si próprio e aos outros em suas diferenças;
- Valorizar a própria identidade cultural, modos de vida, saberes e fazeres da cultura local na relação com a diversidade cultural;
- Valorizar e respeitar diferenças estéticas.

PROCEDIMENTAL

- Acessar produções culturais;
- Utilizar as diferentes linguagens artísticas, corporal e verbal;
- Desenvolver habilidades necessárias para a vida cotidiana em busca da autonomia e de uma vida saudável;

CONCEITUAL

- Conhecer as heranças culturais e históricas da comunidade;
- Comparar a própria identidade cultural com as outras identidades;
- Identificar as diferentes de linguagens artísticas, corporal e verbal e os diversos contextos comunicativos.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O projeto de intervenção social tem como objetivo principal mostra o respeito e a diversidade cultural, “contidas nos parâmetros curriculares (PCNS), para as disciplinas escolares e temas transversais da pluralidade cultural da educação básica nos referenciais curriculares para as escolas indígenas (RCNEIS) e nas orientações e ações para a educação das relações étnico raciais” (SECAD, 2006, pág. 262).

As aulas são serão ministradas com as turmas mistas, onde não há separação de gênero, cor, raça e diferenças físicas até porque os homens dançavam para agradar a Deus, dançando com objetivos ritualísticos e religiosos.

Com o passar dos anos tornou-se parte da cultura folclórica expressando distinções étnicas convenções nacionalistas, e assim a dança tem mudado como a cultura humana, a parir de seus indivíduos, cultura e história.

O projeto aborda o construtivismo/ crítico superador, que através do conhecimento pretende melhorar as funções cognitivas trabalhando aulas tematizadas.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Como Parâmetros são utilizados os curriculares nacionais, estes que indicam três focos principais, como avaliadores avaliação na Educação Física.

REALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS

Para que o ambiente educacional seja saudável e propício ao aprendizado, é fundamental que os estudantes desenvolvam habilidades sociais e emocionais. Nesse sentido, é preciso observar primeiramente se o estudante respeita o companheiro, como lida com as próprias limitações e as dos colegas, e como participa de maneira positiva dentro do grupo.

É essencial para um bom convívio entre os estudantes, que haja respeito mútuo. É importante que eles sejam capazes de ouvir e valorizar as opiniões e ideias dos outros, mesmo que sejam diferentes das suas próprias. Além disso, é fundamental que saibam se expressar de forma respeitosa, evitando ofensas e discriminações.

Outro aspecto relevante é a maneira como o estudante lida com as próprias limitações e as dos colegas. É natural que cada um tenha habilidades e dificuldades diferentes, e é essencial que todos sejam respeitados e apoiados em seus processos de aprendizagem. O estudante deve ser capaz de reconhecer suas próprias limitações e buscar ajuda quando necessário, assim como ser solidário e oferecer apoio aos colegas que estejam enfrentando desafios.

Além disso, é fundamental que o estudante participe de forma ativa e cooperativa dentro do grupo. Isso inclui a capacidade de trabalhar em equipe, ouvindo e contribuindo com os colegas, respeitando as regras estabelecidas e cumprindo com as responsabilidades atribuídas. O professor deve estar atento não apenas ao desempenho individual do aluno nas atividades, mas também a como ele interage com os outros membros do grupo, como se organiza para realizar as tarefas e como age cooperativamente durante as aulas.

É importante ressaltar que o desenvolvimento dessas habilidades sociais e emocionais não se restringe apenas ao ambiente escolar, mas também são fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Os estudantes que são capazes de se relacionar de forma saudável e cooperativa com os outros têm mais chances de serem bem-sucedidos em suas vidas pessoais e profissionais.

Portanto, é responsabilidade do professor e da escola promover e incentivar o desenvolvimento dessas habilidades, por meio de atividades e estratégias que estimulem a empatia, a cooperação e o respeito mútuo. Dessa forma, contribuiremos para a formação integral dos estudantes, preparando-os não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a vida em sociedade.

> É preciso observar primeiro se o estudante respeita o companheiro, como lida com as próprias limitações (e as dos colegas) e como participa dentro do grupo. Em segundo lugar vem o saber fazer, o desempenho propriamente dito do aluno tanto nas atividades quanto na organização das mesmas. O professor deve estar atento para a realização correta de uma atividade e como um aluno e o grupo formam equipes, montam um projeto e agem cooperativamente durante a aula (MARANGON, 2003). Fonte: https://novaescola.org.br/conteudo/1219/como-avaliar-na-educacao-fisica#:~:text=Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura%20corporal%20de,dentro%20e%20fora%20da%20escola. Acesso 14 maio 2023.

VALORIZAÇÃO DA CULTURA CORPORAL DO MOVIMENTO

A valorização e participação em jogos esportivos são aspectos essenciais na formação de um educando. No entanto, é igualmente importante avaliar seu interesse e participação em outras formas de atividade física, como danças, brincadeiras e excursões, que compõem a nossa cultura dentro e fora da escola.

Ao considerar a educação física como parte integrante do currículo escolar, devemos compreender que não se trata apenas de promover o desenvolvimento de habilidades esportivas específicas. É necessário também incentivar a prática de atividades que promovam o bem-estar físico e emocional, bem como a socialização e a valorização da diversidade cultural.

A participação em danças, por exemplo, proporciona aos educandos a oportunidade de expressar-se artisticamente, explorar o ritmo e a coordenação motora, além de promover a consciência corporal e a autoconfiança. Através da dança, os alunos podem aprender sobre diferentes estilos musicais e culturas, ampliando seus horizontes e enriquecendo sua bagagem cultural.

As brincadeiras, por sua vez, são fundamentais para o desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas. Ao participar de jogos e brincadeiras, as crianças aprendem a trabalhar em equipe, a respeitar regras e a lidar com a competitividade de forma saudável. Além disso, as brincadeiras estimulam a criatividade, a imaginação e o desenvolvimento motor, contribuindo para o equilíbrio físico e mental dos educandos.

As excursões também desempenham um papel importante na formação dos alunos. Ao realizar atividades ao ar livre, como caminhadas, trilhas e visitas a parques naturais, os educandos têm a oportunidade de vivenciar experiências enriquecedoras, estabelecendo uma conexão direta com a natureza e aprendendo sobre preservação ambiental. Além disso, as excursões promovem a interação entre os alunos, fortalecendo os laços de amizade e o espírito de equipe.

É fundamental que as escolas valorizem e incentivem a participação dos educandos em todas essas formas de atividade física. Através da diversidade de práticas, é possível promover uma educação física mais inclusiva e abrangente, que estimule o desenvolvimento integral dos alunos, respeitando suas individualidades e interesses.

Portanto, ao avaliar o envolvimento dos educandos nessas atividades, estamos não apenas valorizando sua participação, mas também reconhecendo a importância de proporcionar uma educação física que vá além dos jogos esportivos, abraçando toda a diversidade cultural que compõe nossa sociedade.

> É importante avaliar não só se o educando valoriza e participa de jogos esportivos. Relevante também é seu interesse e sua participação em danças, brincadeiras, excursões e outras formas de atividade física que compõem a nossa cultura dentro e fora da escola (MARANGON, 2003). Fonte: https://novaescola.org.br/conteudo/1219/como-avaliar-na-educacao-fisica#:~:text=Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura%20corporal%20de,dentro%20e%20fora%20da%20escola. Acesso 14 maio 2023.

EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

A relação entre as atividades físicas e a qualidade de vida é um tema de extrema importância quando se trata do desenvolvimento de crianças e jovens. É fundamental compreender como os elementos da cultura corporal aprendidos durante essas atividades podem ser aplicados em um conceito mais amplo, visando uma melhoria geral no bem-estar e na saúde dos indivíduos.

Para isso, é necessário estabelecer avaliações que permitam identificar as ocorrências relacionadas a essa relação entre cultura corporal e qualidade de vida. Essas avaliações devem ser realizadas de forma que as observações e registros sejam compartilhados com outros professores, uma vez que esse projeto visa atingir todas as disciplinas.

O controle de ocorrências se torna fundamental nesse processo, pois permite identificar em quais situações ocorrem agressões, conversas em grupos, filmes e comportamentos inadequados durante as aulas. Essas ocorrências podem ser indicativas de problemas ou dificuldades enfrentadas pelos alunos em relação à aplicação dos conceitos aprendidos nas atividades físicas no seu cotidiano.

Além disso, é importante estar atento às mudanças de atitudes dos alunos ao longo do projeto. Essas mudanças podem indicar um progresso na compreensão e incorporação dos elementos da cultura corporal na busca por uma melhor qualidade de vida.

É fundamental que os professores estejam engajados e comprometidos com esse projeto, pois ele tem o potencial de impactar positivamente não apenas as aulas de educação física, mas também todas as disciplinas e o ambiente escolar como um todo.

Ao promover uma reflexão sobre a relação entre cultura corporal e qualidade de vida, a escola contribuirá para a formação de indivíduos mais conscientes e responsáveis, capazes de utilizar os conhecimentos adquiridos nas atividades físicas em benefício de sua saúde e bem-estar.

Portanto, é necessário estabelecer mecanismos de avaliação, registros e controle de ocorrências que permitam identificar as dificuldades e avanços dos alunos nesse processo. Somente assim será possível promover uma educação integral, que englobe tanto o desenvolvimento físico quanto o emocional e social dos estudantes.

> É necessário verificar como crianças e jovens relacionam elementos da cultura corporal aprendidos em atividades físicas com um conceito mais amplo, de qualidade de vida. As avaliações serão de forma que as ocorrências devem ser percebidas pelos outros professo-

res, pois esse projeto atingirá todas as disciplinas, registros e controle de ocorrências, em quais situações acontecem às agressões, conversas em grupos, filmes e nos comportamentos das aulas, mudanças de atitudes (MARANGON, 2003). Fonte: https://novaescola.org.br/conteudo/1219/como-avaliar-na-educacao-fisica#:~:text=Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura%20corporal%20de,dentro%20e%20fora%20da%20escola. Acesso 14 maio 2023.

REFERÊNCIAS

BOSCO. **Obra Social Dom. Rede Salesiana Brasil.** Disponível em: https://salesianossp.org.br/0sitaquera/. Acesso 04 maio 2023.

EDUCAÇÃO, Secretaria Municipal. **Caderno de Orientação Didáticas: Educação Étnico racial – Ciclo I.** São Paulo; SME/DOT, 2010.

EDUCAÇÃO, Secretaria Municipal. **Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio.** São Paulo: SME/DOT, 2008.

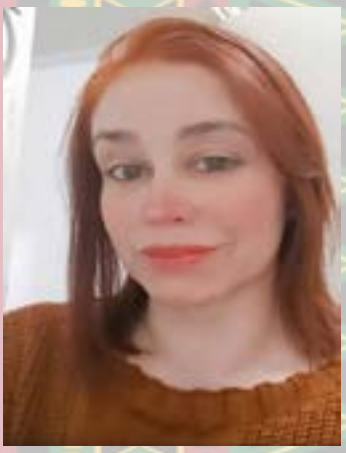
GONZAGA, Valéria Pereira. **Relações Étnico-Raciais no Ensino Fundamental.** Faculdades das Américas - novembro de 2010.

LUNA, Cândido Leonardo Freitas. SILVA, Francisco Wellington Cândido. ANDRADE, Gabriel Pagani. VIANNA, José Antonio. **Evasão nas Aulas de Educação Física Escolar.** Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 134 - Julio de 2009. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd134/evasao-nas-aulas-de-educacao-fisica-escolar.htm. Acesso 03 jun. 2023.

MARANGON, Cristiane. **Como avaliar a educação física. Revista Nova Escola.** 01 de maio de 2003. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1219/como=-avaliar-na-educacao-fisica#:~:text-Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura%20corporal%20de,dentro%20e%20fora%20da%20escola. Acesso 14 maio 2023.

SILVA. Ana Lucia. CROSOL, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementações da Lei 10.639/2003**. São Paulo/ Petrópolis. Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA APRENDIZAGEM INFANTIL



VANESSA ROCHA
Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário UniSant'Anna (2013); Professora de Educação Infantil – Prefeitura Municipal de São Paulo; Professora de Educação Básica I - Prefeitura Municipal de Mauá.

RESUMO

A Educação Infantil faz parte de uma série de debates que marcam a história de construção de um tempo para pensar e fazer educação. O mundo em que vivemos é caracterizado pela presença da escrita e da leitura, sendo o papel da educação em sensibilizar as crianças para os diversos textos existentes. Na Educação Infantil a diversidade de materiais pode vir a despertar a curiosidade e interesse infantil para a leitura e para a escrita. Contar história para crianças é um ato de generosidade, emprestar sua voz para levar até as crianças o mundo mágico da literatura infantil. Quanto mais cedo as crianças vivenciarem experiências com leitura, maiores as chances de gostar de ler. A relação dos indivíduos com o mundo não é direta, mas mediada por sistemas simbólicos diversos, socialmente elaborados onde ocupa um papel central. A pesquisa contextualiza as formas de organização do cotidiano das unidades de Educação Infantil levando em consideração as histórias que promovem o desenvolvimento das crianças através do currículo e as diretrizes que norteiam e garantem as práticas educativas significativas. O papel do professor como mediador das interações entre as crianças, garantindo a construção de conhecimentos que os transformam. Contar história é importante para o contador e para quem escuta, as histórias alimentam a imaginação das crianças, liberam seus pensamentos, respondem as necessidades afetivas e intelectuais favorecendo aprendizagens significativas de leitura e de escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Contação de histórias; Práticas Educativas; Aprendizagem; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O presente artigo promove uma reflexão sobre as práticas educativas significativas, em foco, as linguagens oral e escrita sobre a importância de contar histórias na infância. É contextualizado por meio das diretrizes que norteiam as práticas educativas na Educação Infantil e que destaca a presença do trabalho com literatura infantil nos projetos educativos de modo a promover o desenvolvimento das crianças.

Contar história faz parte das aprendizagens significativas do contexto infantil, sendo um momento de interação entre o adulto e a criança. O currículo aborda um papel orientador das propostas pedagógicas das instituições de ensino e na Educação Infantil estando organizado por campos de experiências atendendo as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Juntamente com o projeto pedagógico garante as possibilidades de aprendizagens, as vivências necessárias para o desenvolvimento da criança. Assim, gradativamente quanto mais próximas de materiais de leitura e escrita a criança vai adquirindo a capacidade de construir narrativas, sua própria experiência, compreendendo e produzindo textos orais nos seus diversos gêneros discursivos. Cabe ao educador garantir a interação entre as crianças na construção dos conhecimentos.

Os livros trazem benefícios de leitura para as crianças pequenas, por meio das seguintes possibilidades: a leitura em voz alta, a escolha do repertório, e a formação de ouvintes ativos. Numa roda de histórias não pode faltar uma boa conversa e a interação da criança com o adulto. Podemos apostar que uma vez crianças ouvintes formaremos adultos leitores. O planejamento é fundamental, pois tanto a leitura como a roda de conversa são momentos importantes no cotidiano da criança.

Contar histórias é uma fonte de prazer, um ato de generosidade sendo muito importante para o contador e para quem ouve, alimenta a imaginação, favorecendo a aprendizagem.

O CURRÍCULO E O EDUCADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, de acordo com a Lei de Diretrizes Bases (LDB/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs/2010). Hoje, são consideradas instituições educativas, que têm o papel social de cuidar e educar crianças de 0 a 5 anos de modo intencional.

Os termos são tratados de forma indissociável, seja em qualquer situação ou nível de ensino, principalmente quando se trata de criança pequena. Tal concepção foi adotada nos últimos anos, após Constituição de 1988, quando a instituição deixou de ser assistencialista e passou a ser administrada pela Secretaria da Educação. Sendo assim, cuidar e educar devem estar presentes na Proposta Pedagógica da Educação Infantil, detalhando todas as ações desenvolvidas. As crianças por meio desta organização intencional vivenciaram experiências diversas que ampliaram seus saberes e conhecimentos.

Os educadores vão privilegiar tempos e espaços adequados para o desenvolvimento das crianças nas diversas áreas dos saberes e conhecimentos. Assim, se faz necessário organizar o currículo, de acordo com os interesses, com as necessidades natural e sociocultural. O objetivo do trabalho deve ser claro e possibilitar a produção, a transformação e apropriação do conhecimento pela criança. A criança faz parte do meio em que vive e seus direitos devem ser garantidos.

A LITERATURA INFANTIL E O ENSINO DA LÍNGUA

A literatura infantil e o ensino da língua fazem parte de alguns projetos nas salas de educação infantil. As vivências relacionadas ao momento da história, hora do conto, leitura livre e biblioteca itinerante são trabalhos que enriquece os projetos e insere a leitura de forma prazerosa.

Lajolo (1996, p. 105) afirma que:

> A literatura é uma modalidade privilegiada de leitura em que a liberdade e o prazer são virtualmente ilimitados. E a literatura, como a linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos e suas utopias.

O professor assume um papel importante enquanto “leitor e contador de histórias” com relação ao aprendizado e ao aprimoramento do uso da linguagem.

Por que o professor conta histórias? Segundo Lajolo (1996):

i.) momento especial de interação adulto e criança;

ii.) para a criança, a história funciona como uma ponte entre o real e o imaginário, libera a imaginação, equilibra as tensões;

iii.) possibilita vivenciar sentimentos (ciúmes, inveja, raiva, busca de independência etc.);

iv.) favorece o desenvolvimento cognitivo, enriquece e amplia experiências vividas;

v.) a criança fica em contato com diferentes pontos de vista;

vi.) amplia sua percepção de tempo e espaço;

vii.) desenvolve suas ideias a respeito do que significa ter e escrever;

viii.) torna a criança mais criadora;

ix.) possibilita incorporar o discurso escrito;

x.) abre o espaço para reflexão e discussão;

Um professor que se dedica a contação de histórias experimenta no seu cotidiano várias formas e caminhos para construir e transmitir junto com as crianças o encantamento da arte de contar histórias.

A LEITURA

O ato de ler consiste no processamento de informação de um texto escrito com a finalidade de interpretá-lo. A interpretação da informação ocorre por meio da percepção, da memória e da representação do mundo.

Há que se desenvolver o gosto pela leitura, a fim de que possamos formar um leitor para toda vida. (VILLARDI 1999, p. 11)

A leitura quando é atribuída na infância é um instrumento valioso para apropriação de conhecimentos ao mundo escolar e para a vida. A iniciação da leitura na Educação Infantil se faz necessária, sendo o Professor responsável pela mediação, pois terá responsabilidade em proporcionar as crianças um espaço adequado, transformando estes espaços em situações prazerosas de aprendizagem.

Cagliari (2001) acredita que os professores devem mudar a velha concepção de que os tradicionais roteiros de interpretação de textos servem exclusivamente para dar notas aos alunos, recomendando que as atividades de leitura e textos sejam discursivas entre os educandos. Os professores podem sugerir que os alunos contem a mesma história, só que com as suas palavras, criando assim uma interpretação criativa e interessante do texto.

Na Educação Infantil, além dos cuidados físicos o educador insere a criança no mundo simbólico cultural, ao interpretar suas expressões, gestos e posturas. É através da linguagem oral que as crianças comunicam suas ideias, sentimentos e desejos. O trabalho com a linguagem oral amplia a sua capacidade de comunicar-se, além da função comunicativa que exerce papel relevante na formação e organização do pensamento, ou seja, através da fala compreende-se os significados das palavras e a construção de diferentes sentidos.

A fala não é inata, o que nasce com a criança é a capacidade de desenvolver esta habilidade, sendo assim, o diálogo deve estar presente em todos os momentos e espaços da Educação Infantil. Assim, a criança vai sendo constituída como ser falante, imitando e sendo imitada, assumindo um papel ativo na comunicação através das experiências vivenciadas no seu cotidiano e nas interações estabelecidas com o outro.

A roda de conversa é um dos momentos mais significativos da Educação Infantil, onde ocorre a interação das crianças com o educador. Há uma preocupação para que o momento não seja rotineiro e mecânico, e sim um momento de troca onde a criança terá a possibilidade de desenvolver a fluência no falar, a ampliação do seu vocabulário, o desenvolvimento progressivo da sua capacidade de argumentação. Na troca, vai se constituindo a identidade do grupo onde diferentes crianças, portadoras de diferentes histórias de vida tem a possibilidade de ressignificar suas experiências.

A concepção tradicional da leitura constituída como modelo de processamento ascendente supõe que o leitor começará por fixar-se nos níveis inferiores do texto (os sinais gráficos, as palavras) até chegar aos níveis superiores da frase e do texto.

Nos modelos interativos o leitor é o sujeito ativo que utiliza conhecimentos variados para obter informação do escrito e que reconstrói o significado do texto ao interpretá-lo de acordo com seus próprios esquemas conceituais e a partir de seu conhecimento do mundo. A relação entre o texto e o leitor é dialética: o leitor baseia-se em seus conhecimentos para interpretar o texto, para extrair significado, e esse novo significado, por sua vez, permite-lhe criar, modificar, elaborar e incorporar novos conhecimentos em seus esquemas mentais.

A LINGUAGEM VERBAL E ORAL

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs, 2010) orientam e garantem as experiências relativas à linguagem verbal no currículo de Educação Infantil. O pensamento verbal é formado pela linguagem oral e escrita, há sempre alguém que fala ou escreve dentro de uma determinada prática social.

Segundo Salles e Faria (2012), a linguagem verbal é a forma humana de compartilhar significados por meio da palavra envolvendo as modalidades oral e escrita.

As crianças da faixa etária de 0 a 6 anos estão vivendo um período em que ocorrem as aquisições mais importantes relativas ao desenvolvimento da linguagem oral. A partir do nascimento, segue durante todo seu desenvolvimento interações que viabilizam a construção da linguagem oral em atividades mais simples como imitar e perceber pequenos sons e balbucios, sendo de fato a criança organizando seu pensamento ao ser estimulada a usar de criatividade, como parâmetro em seu mundo infantil.

Um processo em que gradativamente a criança vai adquirindo a capacidade de construir narrativas, situando-se no tempo e espaço, percebendo causa e consequência dos fatos, nomeando objetos, estruturando e organizando seu pensamento.

O trabalho com linguagem oral na Instituição de Educação Infantil deve garantir que essas aquisições sejam contempladas e desenvolvidas de acordo com objetivos relacionados a capacidade de compreensão, de produção, de apropriação de diversos gêneros textuais, de construção, de consciência fonológica de maneira que seu vocabulário seja ampliado e que lhe possibilite uma maior compreensão de si e do mundo em que vive.

Cabe ao professor organizar seu trabalho e refletir sobre sua postura conforme as concepções que norteiam a prática pedagógica de cada instituição. O educador deve aproveitar todas as situações e explorar os gêneros textuais de acordo com cada contexto, criando a oportunidade para a criança se expressar, respeitando a sua fala, o seu momento de narrar e construir sua própria história. É necessário também planejar atividades que possibilitem a ampliação do repertório de textos orais (histórias, lendas, mitos, fábulas, poemas, piadas, músicas entre outros).

Além da linguagem oral o professor favorecerá o desenvolvimento da linguagem verbal e entre tantas experiências significativas a criança se apropriará de vários saberes e conhecimentos ligados à linguagem oral e verbal que viabilizaram sua autonomia e a construção de sua identidade.

A criança convive com a leitura e a escrita no seu cotidiano e pensa nessa questão desde bem cedo. Umas das primeiras providências é deixá-la mostrar o que já conhece, do jeito que souber. A responsabilidade da educação está em fazer com que a criança conquiste uma maior capacidade de comunicação, usando também a linguagem escrita, que é um objeto sociocultural de conhecimento presente na realidade em que vivemos. Cabe a nós, educadores, garantir que a criança viva, com frequência e qualidade, interações com esse objeto do conhecimento.

Oportunizar o contato com diversos tipos de texto e favorecer a observação de práticas sociais

de leitura e de escrita, nas quais suas diferentes funções e características sejam consideradas, mais do que nunca se faz necessário, tendo em vista as desigualdades vividas em nossa sociedade. As experiências vivenciadas devem contribuir para que a criança seja capaz de encontrar na Educação Infantil os vários tipos de textos que a intrigam, desafiam e lhe asseguram um lugar de leitora.

A criança lê do seu jeito muito antes da alfabetização, folheando e olhando figuras, ainda que não decodifique palavras e frases escritas. Ela aprende observando o gesto de leitura dos outros: professores, pais e outras crianças. O processo de aprendizado começa com a percepção da existência de coisas que servem para ser lidas e de sinais gráficos.

Não basta ter acesso aos materiais, as crianças devem ser envolvidas em práticas para aprender usá-los, roda de leitura de livros, sistema de malas de leitura, de casinhas, de cantinhos, mostras literárias, brincadeiras com livros.

Quando o Educador lê para a criança, habilidades vão sendo desenvolvida como a imaginação, interpretação e o vocabulário que se enriquece. Dessa forma os livros são um ótimo caminho para ampliar o universo cultural, pois permitem que a criança entre em contato com situações até então desconhecidas, por isso é importante o professor trazer contextos literários que estimulem a vontade das crianças em conhecer e ter os primeiros contatos, criando assim uma aventura interessante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É papel da escola garantir o contato com livros desde a primeira infância, possibilitando o manuseio das obras, o conhecimento sobre as ilustrações e a descoberta do mundo das letras. É na Educação infantil que o professor deve apresentar os diversos tipos de leitura as crianças, pois nessa fase, o que importa é deixar-se levar pelas histórias sem nenhuma preocupação apenas favorecendo o primeiro contato com diversos tipos de escrita.

Na leitura é fundamental apresentar as histórias comentando sobre a obra e o autor, inspirando assim o chamado comportamento leitor. Quando o educador lê, as crianças ao ouvirem a contação começam a se interessar pelo mundo das palavras. Na Educação Infantil as práticas incentivam os pequenos a folhear as páginas, verificarem as imagens, o texto escrito e até mesmo levar para casa estimulando o incentivo a leitura no lar.

Por fim, resta dizer que ao apresentar a leitura na infância é nítido o quão importante é para o desenvolvimento das crianças. Por isso se faz necessário que o educador atribua o contexto literário de forma prazerosa e não apenas para cumprir deveres e obrigações na escola. Dessa forma será possível formar leitores, pois o hábito e interesse pela leitura é um processo constante, que deve começar desde cedo para prevalecer pela vida toda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Editora Saraiva, 1990.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística: pensamentos e ação no magistério.** 10 ed. São Paulo: Scipione, 2001.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** São Paulo: Editora Ática, 1996.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil – Diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica.** São Paulo: Ática, 2012.

VILLARDI, Raquel Marques. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira.** Rio de Janeiro: Qualitiymark/Dunya, 1999.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

VANIA OTILIA CALDEIRA MENNELLA
Graduação em Pedagogia pela Universidade Mogi das Cruzes ano de conclusão 1988
Professora de Ensino Fundamental na EMEI Vera Arnoni scalquette.

RESUMO

A educação integral foi inserida no contexto didático escolar, há pouco tempo, como ideia inovadora em sua concepção mais palpável, para garantir um desenvolvimento do educando na maneira mais visível de forma física e intelectual, ele venha construir novos projetos de vida. Por outro lado, o papel dos educadores vem se mostrando de forma distinta e de grande importância, assim como, os gestores nas unidades escolares, aplicam de maneira intensa esse novo método. Os benefícios podem gerar não só conhecimento em dimensões e proporções intrínsecas na vida do aluno, como poderá formar cidadãos preparados para um novo futuro, escolas com potencial contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino integral; Escola inclusiva; Unidade escolar integral; Projetos de escola contemporânea.

INTRODUÇÃO

Para garantir um projeto de educação integral é fundamental algumas faculdades básicas, como a construção coletiva de conhecimentos, criatividade, participação e diálogo. À escola integral, compõe todos os espaços sejam eles escolares ou não, têm na Educação Integral potencial educativo de reconhecimento fugaz e devem ser integrados de forma planejada pelo grupo de pedagogos e educadores em geral, na perspectiva de assegurar interações significativas, visando a garantia de aprendizado e almejar o desenvolvimento de todos.

Conforme um dito africano podemos por a prova como conceito de educação integral, que para educar uma criança, é preciso uma aldeia inteira, se observamos com atenção este dito se fossem agregados como cerne a educação integral ao momento atual em que vivemos garantiríamos muito mais crianças com ambição de se tornarem indivíduos compelidos de vivencias intelectuais, socioculturais e educacionais.

Os espaços educativos tradicionais, como a sala de aula, deixam de ser considerados como os únicos espaços de aprendizagem, para contemplar a singularidade de cada estudante na construção do seu percurso formativo se faz necessário que os educadores, possuam um amplo conhecimento das múltiplas formas educacionais.

Por fim, tais consequências em sua mais pura pluralidade de métodos e intervenções praticadas pelos educadores serão postas em pratica á partir das necessidades de cada aluno, o professor é peça importante neste contexto, para única finalidade que almejar o interesse dos alunos em uma educação fundamental para o presente.

CONCEITO

Podemos explanar que como conceito base existe três pilares, para que essa proposta de educação integral funcione de forma positiva, no século em que temos como foco a era digital, a educação integral entregará novo rumo aos estudantes tirando a atenção dos aparelhos eletrônicos e voltando a integrar o estudo íntegro não de forma arcaica, mas voltado ao aspecto de estudo material. Assim sendo, a forma contemporânea a se observar, é a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis, com os seguintes fundamentos:

- Inclusiva: permanecendo a singularidade dos sujeitos, o projeto educativo, propõe múltiplas identidades, a principal base se sustenta na construção de educação para todos independente de gênero e classe social.

- Sustentabilidade educativa: no processo de educação integral visamos o objetivo de interação permanente com o que é desenvolvido dentro do ambiente escolar é automaticamente aplicado em todas as searas da vida pós-escolar.

- Equidade de direitos: de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

PRINCÍPIOS INALIENÁVEIS

Consiste em uma escola que converte um espaço disponibilizado para jovens, que em um ambiente, posteriormente iram agregar experiências á partir dos projetos aplicados pelos pedagogos, que tem um único proposito que é a aplicação de uma educação renovadora, acolhedora, com diversidade de recursos, pois a finalidade da educação integral é a apresentação do moderno ensino fundamental.

Acreditamos que Centralidade dos estudantes, traz consigo uma educação aprimorada na imersão de bons currículos, em práticas educativas nas unidades que as detêm, recursos de alto potencial, educadores com nível elevado de ensino, espaços preparados para receber uma gama de perspectivas para o futuro da educação.

A Personalização, inserida neste contexto inalienável de ensino propõe um projeto de Educação Integral, que é fundamentalmente que os educadores constitui aos educadores autonomia para reconhecer as demandas dos alunos. Além disso, é possível que uma aprendizagem permanente garanta um currículo integrado de modo que sua multidimensionalidade no ensino dos sujeitos, estejam diretamente contemplados em processo de técnica aplicada no período que o educando permanecer na unidade de ensino, garantindo ainda, desenvolvimento não apenas intelectual, mas também social, emocional, físico e cultural.

UNIDADE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

No que se refere à Escola, a trajetória dar-se-á por meio de novos planejamentos, estes realizados pelo corpo estudantil visando o acesso do estudante a todas as áreas do conhecimento, rompe barreiras entre as disciplinas e da sentido aos conteúdos a partir das questões, trajetórias, experiências e relações dos sujeitos envolvidos nos processos educativos.

A premissa de um modelo de escola com ensino integral, demanda muita iniciativa pedagógica, além do que, em uma unidade orientada por uma perspectiva integral de educação, sustenta altas expectativas de aprendizagem e desenvolvimento, para todos os alunos de modo que ao mesmo tempo em que lhes é oferecido instrumentos diferentes de aprendizado eles possam atingir as metas de um modelo ideal de educação. Neste sentido, a distinção entre aulas e oficinas lúdicas, assim como a separação por períodos perde o sentido.

Digamos que, no presente o projeto pedagógico inserido em toda a educação seja ela fundamental e ensino médio são aulas de diversas disciplinas, divididas em períodos, ocorre que em tese este modelo de ensino não nos traz tantos benefícios a longo prazo, pois a educação acabou ficando um tanto defasada com o passar dos anos o que se aplica não é levado para o futuro do cidadão como um todo.

Para garantir a pertinência de um projeto pedagógico e a efetividade das suas estratégias, é fundamental a participação educativa, decisória e avaliativa de todos os envolvidos, em todas as etapas do processo, do planejamento ao acompanhamento dos resultados. Dessa forma, a participação dos próprios alunos, inclusive das crianças pequenas, é fundamental.

A unidade onde será aplicada a Educação Integral compreende que os processos educativos devem articular os diferentes espaços e tempos de aprendizagem disponíveis de forma a garantir a ampliação e diversificação de interações significativas para todas as pessoas.

AMPLIAÇÃO DO TEMPO

A aplicabilidade de ampliar o tempo neste modelo de educação, é fundamental o acréscimo para o desenvolvimento integral dos alunos, este é um processo árduo, mas permanente, o método de agregar conhecimento já nasce com o individuo, e se estenderá por toda a vida. Os múltiplos

aspectos ocorrem em diferentes espaços vejamos: em casa, na escola, em locais de lazer e etc. Quanto mais complexas, diversificadas e qualificadas forem as interações a possuir acesso, mais será repleto seu universo social e cultural.

Dito isso, para que a escola possa garantir todos os aspectos previstos na Educação Integral, o tempo de quatro horas diárias que caracteriza a média da jornada escolar brasileira se mostra ineficiente. Para tanto, para que a Educação Integral seja eficaz é fundamental a ampliação da jornada para um período entre sete e nove horas diárias mínimas.

Por fim, a jornada definida para o projeto de escola integral, deve ser definida de acordo com os contextos locais e as necessidades dos alunos em cada etapa, sem importância de que os alunos tenham acesso a diferentes interações ampliadas pela escola. Contudo, a ampliação da jornada escolar é uma condição fundamental para uma formação integral.

Somente á partir desse contexto de ampliação, será possível que o modelo atual de horário aula, seja estendido de 45 ou 50 minutos com tempos mais extensos, e nestes conteúdos que haja aplicação de práticas mais educativas e inovadoras, garantindo aos alunos uma satisfação e otimização de maior tempo na escola.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

O tema abordado sobre a Educação Integral é uma concepção de educação definida pelo compromisso com o desenvolvimento integral de todos os sujeitos, este novo modelo, reconhece que os sujeitos que se comprometem com a estruturação de estratégias que atinjam á todos, em condições de igualitárias, conquistem o direito a uma educação de qualidade.

O compromisso deverá propor que a avaliação das políticas publica e seja implementadas, nos projetos e que ao refletir concretamente na forma e na organização das escolas, as práticas pedagógicas dos docentes, contenham qualidade como dispositivo fundamental.

A Política de Educação Integral, que garante qualidade com equidade, dispõe de alguns dispositivos fundamentais:

- Planejamento da Gestão Educacional;
- Alinhamento entre todos os envolvidos no sistema;
- Modelo de gestão estruturado e sustentável ;
- Marcos legais que garantam sustentação a política;
- Articulação intersetorial;

Ao citar os conteúdos acima, salientamos que necessitam ainda de condições estruturantes de uma Política de Educação Integral, a menção que as jornadas mencionadas nas politicas públicas, requerem o mínimo de 7 horas e máximo de 9 horas de jornada diária no projeto piloto, como a definição de cada etapa um programa de formação de docentes, composto de pelo menos 50 % de

cada escola dos envolvidos.

De forma diferenciada, para construção de organização escolar, a flexibilidade compõe, quesitos importantes, quais sejam:

- Processo estruturado de avaliação da política; sendo composto de atos e pontos fundamentais.
- A estruturação de tutorial dos docentes;
- Garantia de tempo de planejamento e trabalho colaborativo em cada escola;
- Recursos didáticos de qualidade e disponíveis que apoiem as práticas de referência dos professores;
- Infraestrutura escolar adequada;

Os conteúdos de interação permanente declina á recursos ilimitados por menores, aos quais serão postos em prática assim que o projeto fora iniciado, o planejamento em tese, atua no contato com outros agentes e espaços não escolares como parte da política de educação integral, deste modo, a articulação de rede de proteção social aos estudantes com integração mínima das políticas de Educação, Saúde e desenvolvimento social, são relevantes ao uma educação de predominância em nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de educação integral podemos questionar a respeito, do tempo em que os alunos permanecem nas unidades escolares e se ele não é eficaz, o que fora apreendido no período, o e em toda trajetória educacional de acordo nosso sistema empregado atualmente.

Observando, pelo ponto de vista educacional e os resultados angariados pelo percorre dos anos os aspectos foram insatisfatórios. Há necessidade de uma renovação da matéria de ensinar, e para tanto temos a necessidade de empregar novos métodos e a mudança e o aumento de horas complementares de ensino.

Partindo deste pressuposto, podemos dizer que para a Educação Integral, o território pode ter seu papel educativo definido á partir de oportunidades, estas que os coloquem em práticas e para construção de estratégias personalizadas, a interação do aluno com a escola será magnífica.

A Educação Integral reconhece as crianças e os jovens como sujeitos de direito, atores sociais com expressão e linguagens singulares, deverão ser criadores e produtores de culturas próprias construídas na interação com seus próprios pares e no intercâmbio entre idades e gerações.

O projeto de educação integral, chegou para mudar todo uma narrativa de ensino, de forma positiva, mas um pouco defasada, digamos que a educação integral, é uma oportunidade de inserir o aluno como seu próprio criador de ensino, abri leques e deixar que os mesmos no espaço escolar tempo e espaço possam ter a livre criação de suas culturas e valorizem o reconhecimento do saber.

Por fim, o professor como detentor do saber, jamais deixará que o ensino evolua sem que haja pesquisa didática, inserção do mesmo com o comprometimento de ensinar, o aprendizado, e o amor a profissão somente desta maneira que o ensino será transmitido á todos de forma satisfatória.

REFERÊNCIAS

BLOG LUNETAS. **o que é educação integral.** Conteúdo digital: https://lunetas.com.br/educacao-integral/ Acesso 03 jan. 2023.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Conceito em educação integral Wikipédia**. Conteúdo digital: https://pt.wikipedia.org/ educação-integral. Acesso 03 jan. 2023.

CONCENPEC. **Acervo digital atualidades da educação integral.** Conteúdo digital: https://www.cenpec.org.br/acervo/educacao-integral-novos-sentidos. Acesso 03 jan. 2023.

INSTITUTO UNIBANCO. **observatório da educação**. Conteúdo digital: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-integral-potencias-e-desafios-da-bncc. Acesso 03 jan. 2023.

NOVA ESCOLA. **Prática de ensino integral.** Conteúdo digital: https://novaescola.org.br/conteudo/8073/educacao-integral. Acesso 03 jan. 2023.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES

VERONICA GONÇALVES RUTKA
Graduação em Pedagogia pela UNAR Centro Universitário de Araras "Dr. Edmundo Ulson" (2009); Pós-graduação Latu-Sensu em arte e musicalidade - FAETI (2018); Pós-graduação Latu-Sensu em Psicopedagoga institucional – Faculdade Batista de Minas Gerais - IPEMIG (2020).

RESUMO

Este artigo tem por objetivo de elucidar que na área educacional vivemos em um período em que as mudanças e as transformações sociais são uma constante. A luta pela sobrevivência, a pobreza, a discriminação, o desemprego e a competitividade, a qualquer custo, são os fatores mais agravantes ao qual a atualidade depara-se. Nesse sentido, essas mudanças afetam, inevitavelmente, a maneira de se conceber o processo educativo e as ações pedagógicas. Ser professor torna-se uma atividade desafiadora, pois implica lidar com essas transformações e com a complexidade social existente. [Re] significar as práticas educativas torna-se necessário, e isso poderá ser caracterizado através da Gestão Democrática, mais especificamente, pelo viés da participação de todos os atores educacionais a fim de que o processo educativo possa avançar. O presente artigo tem o propósito de dirimir tais dúvidas. Para embasamento deste artigo a pesquisa foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Educação; Considerações.

INTRODUÇÃO

Observa-se nas escolas a presença da Avaliação Tradicional e os diversos fatores que dificultam a superação dessa prática. Educadores de todos os graus de ensino acreditam em uma Avaliação Classificatória, tendo em vista formar adultos aptos a passar nos Vestibulares. Esta visão não é apenas de professores, mas também da sociedade, pois vemos diariamente nos meios de comunicação em geral e comentários de pessoas de todas as classes sociais.

No entanto, a verdade é que há um sério descrédito em relação às escolas inovadoras e o sistema de Avaliação é um dos focos principais de crítica da sociedade, uma vez que se constitui um componente decisivo na questão do produto obtido em educação. Enfim, a crença popular é que os professores tendem a serem menos exigentes do que tradicionalmente e que as escolas não

oferecem o ensino competente à semelhança das antigas gerações.

DESENVOLVIMENTO

Vivemos em um período em que as mudanças e as transformações sociais são uma constante. A luta pela sobrevivência, a pobreza, a discriminação, o desemprego e a competitividade, a qualquer custo, são os fatores mais agravantes ao qual a atualidade depara-se.

Nesse sentido, essas mudanças afetam, inevitavelmente, a maneira de se conceber o processo educativo e as ações pedagógicas. Ser professor torna-se uma atividade desafiadora, pois implica lidar com essas transformações e com a complexidade social existente.

[Re] significar as práticas educativas torna-se necessário, e isso poderá ser caracterizado através da Gestão Democrática, mais especificamente, pelo viés da participação de todos os atores educacionais a fim de que o processo educativo possa avançar.

Diante disso, faz-se necessário formular Políticas Públicas que incluam as instâncias do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil com projetos que visem melhorias no setor da Educação, principalmente que se busquem propostas para a qualificação dos professores, dentro das atuais circunstâncias.

É urgente essa ação para melhorar o ensino, a reflexão a cerca do mesmo e sua qualidade, com profissionais mais confiantes e seguros de sua prática.

Ao refletir sobre o contexto em que ocorria a educação tradicional, percebe-se que a função da educação consistia em absorver os elementos intelectuais no sentido de que cabia aos estudantes reproduzirem as tradições da cultura e do conhecimento, uma vez que os modelos da realidade e do mundo caminhavam a passos lentos e havia como prever o futuro no qual estes alunos seriam profissionais.

É necessário formar o aluno para ser um construtor de conhecimento, ao invés de reprodutor dele. É fundamental dar-lhe subsídios para que se torne sujeito de sua aprendizagem, ao longo de toda a sua vida, que o possibilite ter habilidades e competências para interagir neste atual contexto constantemente.

Até muito recentemente o atendimento a crianças de 0 a 6 anos, era vista de caráter médico e assistencial. A partir da década de 70 que a importância da educação de crianças pequenas é reconhecida e as políticas governamentais começam a ampliar o atendimento em especial das crianças de 4 a 6 anos (KRAMER, 1999).

Fonte: https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1769/blog-coordenadoras-alfabetizacao-como-avaliar-criancas-em-diferentes-etapas-desse-processo. Acesso 12 mai. 2023.

De acordo com a nova Lei nº 11.114, do dia 16 de maio de 2005, torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, sofrendo alterações nos Arts. 6º, 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). Pela importância e complexidade da medida, têm sido apresentadas ao Conselho Nacional de Educação diversas questões de abrangência interpretativa e de orientação, que motivaram a indicação CNE/CEB nº 2/2005.

Tais questões provenientes de cidadãos, órgãos e instituições públicas e privadas dos sistemas de ensino, visam avaliar a incorrência desta medida em termos de tempo e abrangência, assim como os direitos, as responsabilidades e as competências implicadas (PARECER CNE/CBE nº18/2005).

Com efeito, a antecipação da idade de escolaridade obrigatória é medida que incide na definição do direito à educação e do dever de educar, o qual consta no art. 6º da Lei nº 9.394/96, e que foi modificado (PARECER CNE/CBE nº18/2005).

Essas mudanças produzem um avanço na qualidade da educação como incluir todas as crianças de 6 anos, ter menor vulnerabilidade a situações de risco, permanência na escola, aumento da escolaridade e inclusive na melhoria do processo de aprendizagem. (BRASIL, 2005, mensagem de veto).

Não se pode esquecer que os procedimentos pedagógicos necessitam estar de acordo com a faixa etária, respeitando o nível de desenvolvimento e aprendizagem de cada criança.

Em uma visão de escola tradicional, percebe-se que a escola trabalha a partir da ideia de que a aprendizagem vem após o desenvolvimento. Neste ponto de vista, “a criança primeiro precisaria adquirir maturidade (desenvolver as habilidades) para depois aprender” (GARCIA, 2005, p. 16).

De acordo com esse enfoque, a Educação Infantil deve preparar as crianças para depois elas serem alfabetizadas. No entanto, a escola trabalha o desenvolvimento consolidado, o que Vygotsky1 criticava, afirmando que a escola, ao invés de trabalhar o futuro, trabalhava enfocando o passado de cada criança. A partir desse autor, percebe-se que a escola pode atuar no sentido de que o envolvimento com experiências de ensino e aprendizagem possam contribuir para o desenvolvimento infantil (GARCIA, 2005).

O desenvolvimento é parte da vida da criança e está marcado pelo contexto social ou interação do qual a criança participa. O comportamento que cada uma apresenta e as suas respostas relacionam a vários problemas que lhe são colocados no seu cotidiano. Em consequência, crianças diferentes, com vidas diferentes, recebem estímulos diferentes, estão expostas a solucionar problemas diferentes e constroem padrões de referenciais e comportamentos diferentes. Existem vários caminhos através dos quais o desenvolvimento pode se revelar (ESTEBAN, 2005).

Baseado nisso, a Educação Infantil é parte de um processo de conhecimento intenso vivido pela criança interagindo com a realidade, isto é, ela está construindo conhecimento coletivamente, em sala de aula, com sua família, com pessoas próximas etc.

A criança participa ativamente na construção da sua própria cultura e de sua história modificando-se e provocando transformações nos demais sujeitos com os quais ela interage.

Fonte: https://cangurunews.com.br/escrever-a-mao/. Acesso 13 mai. 2023.

Esse aprendizado inicia-se muito antes da criança entrar na escola, pois desde que nasce e durante seus primeiros anos de vida, encontra-se em interação com diferentes sujeitos – adultos e crianças – e situações, o que lhe vai permitindo atribuir significados a diferentes ações e vivências.

Muito embora a aprendizagem, que ocorre antes da chegada da criança na escola, seja importante para o seu desenvolvimento, Vygotsky (1991, p. 95) atribuiu um valor significativo à aprendizagem escolar que, no seu dizer, “produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança”.

Esse novo pode ser caracterizado por atividades diversificadas, diferentes do que a criança estava acostumada a realizar no ambiente familiar, fazendo surgir às regras, os limites, a convivência, a socialização entre outros elementos fundamentais nesta fase de desenvolvimento.

Portanto, o brinquedo é um recurso para a criatividade, para o desenvolvimento integral da criança, é um universo diferente, com regras, onde a criança pode exprimir liberdade e interagir com outras crianças, criando um ambiente de socialização e convivência com as demais pessoas envolvidas.

Fonte: https://cangurunews.com.br/letra-cursiva-criancas/. Acesso 13 mai. 2023.

A guerra e a brincadeira estão baseados em um princípio de oposição, com a existência de um vencedor ao final do combate. Podemos destacar diversos tipos de brincadeiras, mas concluímos que a nossa cultura lúdica está marcada por essa estrutura em todos os tipos de brincadeiras.

A brincadeira de guerra está ligada a situações em que a criança se encontra, diante da violência do mundo contemporâneo. Mas não necessariamente a brincadeira pressupõe violência. É um tema essencial para desenrolá-lo da brincadeira.

Acontece que por traz dessas brincadeiras, a valorização da atividade lúdica se desenvolve em um ambiente de faz-de-conta, do mundo da imaginação, da criatividade. Como profissionais da educação, deve-se ter um extremo cuidado para que a brincadeira das crianças não se transforme em uma verdadeira briga, como argumenta o autor.

As atividades e brincadeiras que a criança desenvolve – livres ou dirigidas – devem ser atentamente observadas, para que a professora possa avaliar o nível de desenvolvimento que a criança se encontra auxiliando-a para responder as futuras exigências da escola (ESTEBAN, 2005).

O jogo pode diminuir o nível de ansiedade. Criar hábitos edificantes a partir dessas evidências pode auxiliar a criança a perceber o mundo e sua atuação frente a ele.

Os limites podem ser trabalhados através de jogos de competição e com regras, levando a criança a aprender conceitos básicos de vida. Desenvolver a capacidade criativa através do jogo que ela mesma construa, podendo errar, acertar, criar, atividades que desenvolvam a imaginação, como o teatro, são importantes para a elevação da autoestima.

Jogos para desenvolver a autonomia, construindo sozinha, sendo ela a responsável pelos atos. A coordenação motora pode ser desenvolvida com tesouras, massa de modelar e todo o material que ela possa utilizar. Jogos de concentração através de materiais pequenos para pintar, colar e recortar.

Para o raciocínio lógico, jogos que necessitam de planejamento e estratégias. Por fim os jogos cooperativos para estimular a desenvolver emoções, como as de saber ganhar e perder, saber jogar em grupo, agindo de forma adequada a manifestações de suas emoções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o trabalho dessas capacidades exige do educador o compromisso de trabalhar com a integração entre o cuidado e a educação. O desenvolvimento desses princípios é o caminho para que a criança chegue a sua maturidade e que consiga conviver melhor em sociedade.

Nesta mesma ordem, o papel do brinquedo é essencial para envolver as crianças no mundo da imaginação onde todos os desejos podem ser realizados. O brincar, integrado as áreas do conhecimento e interagindo com a realidade sócio-histórica do indivíduo, torna-se fundamental para a superação de concepção assistencialista na Educação Infantil.

Sendo assim, E esses elementos básicos para o desenvolvimento infantil, devem ser umas das prioridades a constar no Projeto Político-Pedagógico, promovendo assim, a melhoria da qualidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridades imprescindíveis.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BORBA, Fabiane I. M. de O. **Avaliação escolar para a emancipação do sujeito em uma sociedade diversificada e globalizada.** UFSM/CE/NAEES; Santa Maria, RS, junho 2005.

BOLZAN, Doris P. V. **Formação de Professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

_____. **Lei nº 11.114 de 16 de maio de 2005. Mensagem de veto**. Disponível em <http//www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2005/lei/l11114.htm> acesso 19 de nov. de 2007.

_____. Parecer CEB/NE nº 22/1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.**

_____. **Parecer CNE/CEB nº18,** aprovado em 15 de setembro de 2005. Disponível em <http//www.mec.gov.br> Acesso 19 de nov. de 2007.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998)**. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTRO, Amélia A. D. **Procurando Piaget na Educação Infantil: análise da versão preliminar do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** In: ASSIS, Orly Zucatto M. Um olhar construtivista sobre a educação (org). Campinas, SP: Vieira, 2001.

DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC/UNESCO, 2000.

ESTEBAN, Maria T. **Jogos de encaixe: educar ou formatar desde a pré-escola?** In: GARCIA, Regina L. (org). **Revisitando a pré-escola.** 6. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

FARIA, Ana Lúcia G. de e PALHARES, Marina S. (orgs). **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios.** Campinas, SP: Autores Associados – FE/UNICAMP; São Carlos, SP: Editora da UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1999 b.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TOGNETA, Luciene R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista.** Campinas SP: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 2003.

TRIVINÕS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Ilma P. A. (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, 15. ed. SP, Papirus, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Art. Med, 1998.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. **Pressupostos do projeto pedagógico.** In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1994, Brasília**. Anais Brasília: MEC, 1994.

REVISTA TERRITÓRIOS

Profa. Dra. Adriana Alves Farias
Editora-Chefe

Editora EducarRede
Lauzane Paulista | SP
Rua João Burjakian, 203
CEP 02442-150 São Paulo / SP

Fale Conosco

POLO LAUZANE
Fone: 11 2231-3648
WhatsApp 11 99588-8849